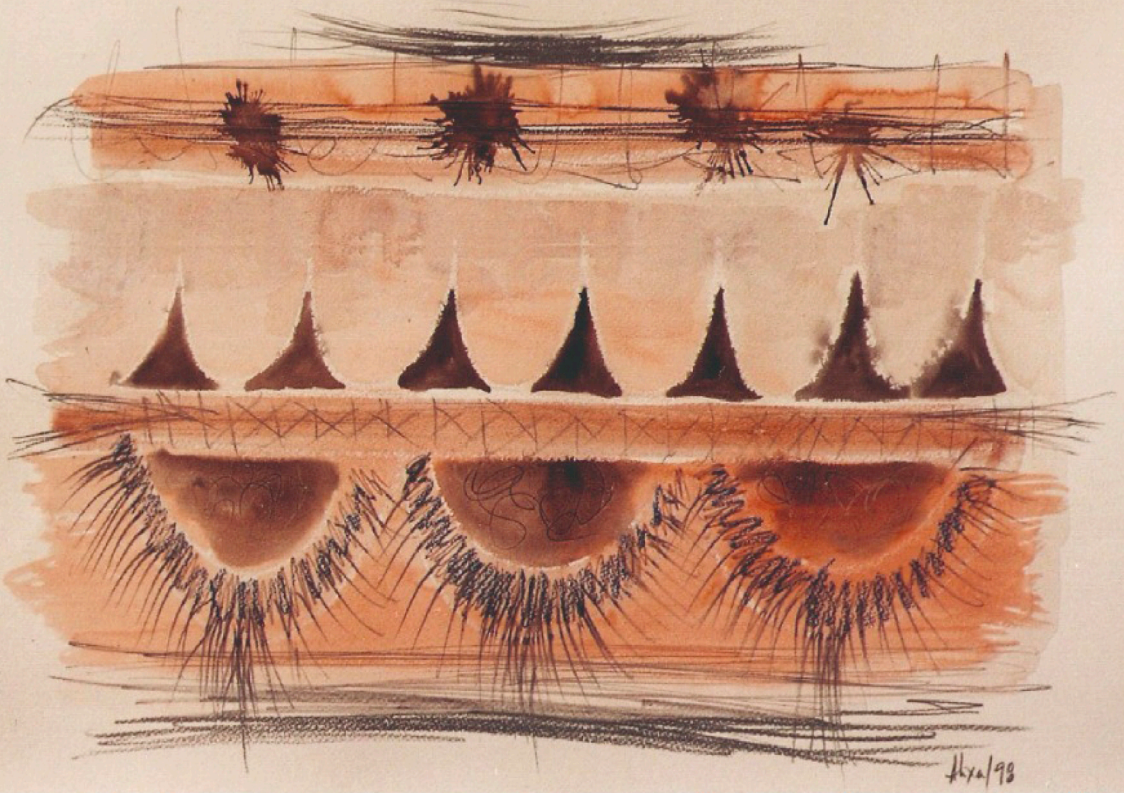


DIÁLOGOS CRÍTICOS SOBRE SOCIEDADE E ESTADO



REFLEXÕES DESDE O PROJETO DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA NA AMAZÔNIA

ORGANIZADORES
EDMA SILVA MOREIRA
MAXIM REPETTO
SIMONNE TEIXEIRA



**DIÁLOGOS CRÍTICOS SOBRE SOCIEDADE E ESTADO:
Reflexões Desde o Projeto de Cooperação Acadêmica na
Amazônia**

Edma Silva Moreira

Maxim Repetto

Simonne Teixeira

Organizadores



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR

REITOR

José Geraldo Ticianeli

VICE-REITOR

Silvestre Lopes da Nóbrega

EDITORA DA UFRR

Diretor da EDUFRR

Fábio Almeida de Carvalho

CONSELHO EDITORIAL

Alcír Gursen de Miranda

Anderson dos Santos Paiva

Bianca Jorge Sequeira Costa

Fábio Luiz de Arruda Herrig

Georgia Patrícia Ferko da Silva

Guido Nunes Lopes

José Ivanildo de Lima

José Manuel Flores Lopes

Luíza Câmara Beserra Neta

Núbia Abrantes Gomes

Rafael Assumpção Rocha

Rickson Rios Figueira

Rileuda de Sena Rebouças

COMITÊ CIENTÍFICO

Airton dos Reis Pereira

Edma Silva



Editora da Universidade Federal de Roraima
Campus do Paricarana – Av. Cap. Ene Garcez, 2413,
Aeroporto – CEP: 69.310-000. Boa Vista – RR – Brasil
e-mail: editora@ufr.br / editoraufrr@gmail.com
Fone: + 55 95 3621 3111



Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
Campos dos Goytacazes - Av. Alberto Lamego, 2000,
Parque Califórnia – CEP: 28013-602 - RJ - Brasil

Financiadora



A Editora da UFRR é filiada à:



Copyright © 2020
Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados ao autor, na forma da Lei.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Projeto Gráfico

George Brendom Pereira dos Santos

Capa

Alixandre Santos - Alixa

Imagem da Capa

Alixandre Santos - Alixa

Diagramação

Victor dos Santos Mafra

George Brendom Pereira dos Santos

Dados Internacionais de Catalogação Na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

D536 Diálogos críticos sobre Sociedade e Estado: reflexões desde o Projeto de Co-
operação Acadêmica na Amazônia / Edma Silva Moreira, Maxim Repetto,
Simonne Teixeira, organizadores. – Boa Vista : Editora da UFRR / Campos
dos Goytacazes : EDUENF, 2020.
475 p. : il.

Inclui bibliografia e índice remissivo.
ISBN: 978-65-86062-98-4

Livro eletrônico.

1 – Antropologia. 2 – Política e governo. 3 – Interdisciplinaridade. 4 – Pes-
quisa científica. 5 – Amazônia. I – Título. II – Moreira, Edma Silva. III – Repetto,
Maxim. IV – Teixeira, Simonne. V – Universidade Federal de Roraima.

CDU – 378.4(811)

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária/Documentalista:

Shirdoill Batalha de Souza - CRB-11/573 - AM

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.

O texto deste livro foi avaliado e aprovado por pareceristas ad hoc.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
Edma Silva Moreira; Maxim Repetto; Simonne Teixeira	

QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS, RESISTÊNCIAS E ESTADO

O DESMATAMENTO E SUA RELAÇÃO COM O USO E OCUPAÇÃO DOS SOLOS NOS ASSENTAMENTOS: UM OLHAR SOBRE A AMAZÔNIA E SUDESTE PARAENSE	17
Andréa Hentz de Mello; Andreza Angélica Frota Gama; Anastácia Pavão Oliveira; Alexandre Bueno; Ismael Alves Amorim; Keylla Lopes de Almeida; Maira Alves Brito; Nathália Karoline Feitosa dos Santos; Raimunda Maria Santos da Silva; Thais Eslem Silva Matos	

O CAMPONÊS COMO SUJEITO HISTÓRICO: O CONCEITO SOCIAL TRABALHO E A LUTA DE CLASSES	53
Silvio Valdivino Rodrigues; Celia Regina Congilio	

MINERAÇÃO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: AS TRAMAS PARA GARANTIR A EXPLORAÇÃO MINERAL EM CARAJÁS ...	84
Andréia Aparecida Silvério dos Santos; Edma Silva Moreira	

ESTADO, NEOLIBERALISMO E QUESTÃO REGIONAL: PERSPECTIVAS TEÓRICAS A PARTIR DA AMAZÔNIA E DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	116
Eudes Leopoldo	

UMA PERSPECTIVA DA RESISTÊNCIA FEMINISTA NO MOVIMENTO DOS SEM TERRA NO PARÁ.....	131
Idelma Santiago da Silva; Kezia Vieira de Sousa Farias	

(IN)COMPATIBILIDADE ENTRE PROTEÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL DAS COMUNIDADES LOCAIS E O COMPLEXO PORTUÁRIO DO AÇU NO NORTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	150
Rosângela Maria Amorim Benevides-Guimarães; Denise Cunha Tavares Terra	

MINAS-RIO E ÁGUA VIRTUAL: A LUTA PELO DIREITO À ÁGUA EM CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO	179
Júlia Bastos Borges; Simonne Teixeira	

*ESTUDOS URBANOS: DEGRADAÇÃO,
DESIGUALDADE E MIGRAÇÕES*

**TERRITÓRIO E DEGRADAÇÃO SOCIOAMBIENTAL:
REFLEXÕES NA PRODUÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS
SEGREGADOS NA REGIÃO SUDESTE DO PARÁ 217**
Andréa Hentz de Mello; Erika Vivianne Araújo; Marcus Felipe Frota Gama; Nilene
Ferreira Cardoso Souza; Nilsa Lima Marinho; Valtey Martins de Souza

**EXPANSÃO URBANA: DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E
UMA NOVA CENTRALIDADE NO MUNICÍPIO DE CAMPOS
DOS GOYTACAZES-RJ 242**
Teresa de Jesus Peixoto Faria; Maria Alice Ribeiro de Oliveira Pohlmann

**OS PEQUENOS MUNICÍPIOS NA AMAZÔNIA: SÃO DOMINGOS
DO ARAGUAIA-PA 271**
Letícia Costa Silva; José Anchieta de Araújo

**MORAR EM CONDOMÍNIO POPULAR: DA FAVELA
“INFERNO VERDE” AO RESIDENCIAL JOÃO BATISTA, EM
CAMPOS GOYTACAZES/RJ 288**
Teresa de Jesus Peixoto Faria; Diogo da Cruz Ferreira; Daiana da Silva Alvarenga

**“ACOLHER E SER ACOLHIDO”: MIGRANTES EM RORAIMA
E SUA INTEGRAÇÃO ÀS CIDADES DE BOA VISTA E
PACARAÍMA 314**
Caterine Reginensi; Marcelo Antônio Lemos; Francilene Santos Rodrigues; Maxim Repetto

POLÍTICAS SOCIAIS

**(DES) CAMINHOS HISTÓRICO-POLÍTICOS DO PROGRAMA
NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UMA LEITURA
NA INTERFACE COM MARABÁ-PA E BOA VISTA-RR 343**
Francine Nogueira Lamy Garcia Pinho; Silvia Alicia Martínez

**POLÍTICAS DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA NA “NOVA
REPÚBLICA”: RUPTURAS OU CONTINUIDADES? 368**
Renata Melo de Souza; Renata Maldonado da Silva

REPRESENTAÇÕES E DIREITOS HUMANOS

OS “NOSSOS BONS ÍNDIOS”: A CONVERGÊNCIA DE INTERESSES DA IGREJA E DO ESTADO NO ARAGUAIA PARAENSE	397
Milton Pereira Lima; Idelma Santiago da Silva	
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: RUMOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	423
Victor Martins Ramos Rodrigues; Leandro Garcia Pinho	
SOBRE OS AUTORES	455
INDICE REMISSIVO	467

APRESENTAÇÃO

Pandemia e Desmatamento constituem duas palavras muito pronunciadas na sociedade, nacional e internacional, nesse ano de 2020. Percorrendo o dicionário, o leitor, encontrará definições distintas sobre ambas. Aqui, elas transitam na mesma direção, qual seja: o prejuízo às vidas. Poder-se-ia refletir que, no século XXI, com o avanço tecnológico, científico e informacional, nossas vidas e o desenvolvimento social, econômicos e ambiental estariam seguros, mas não é isso que enfrentamos no mundo capitalista, onde as desigualdades, a pobreza e a destruição dos sistemas de conhecimento, organizacional e político se aprofundam.

Esse entendimento norteia a concepção desse livro que emerge do projeto **“Estado e Políticas Sociais na Amazônia: diálogos críticos sobre apropriação de territórios e recursos naturais, mobilidades humanas e desestruturação de sistemas de conhecimento”**, em desenvolvimento de 2018 até 2023. São três os Programas de Pós-graduação envolvidos: Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA/Unifesspa); Sociedades e Fronteiras (PPGSOF/UFRR); Políticas Sociais (PPGPS/UENF), tendo como objetivo analisar as políticas desenvolvimentistas praticadas pelo Estado, em escala nacional e regional, e seus impactos ambientais, culturais e sociais aos territórios e às territorialidades dos sujeitos a eles concernidos. Essas políticas resultam em um violento processo de desterritorialização, bem como em violação de direitos humanos e da natureza.

Avançar e aprofundar essa problemática, atravessada por dois grandes eixos do projeto: Estado, Mobilidades Humanas e Políticas na Amazônia e Dinâmicas Sócioambientais, Diversidade, Lutas por Direitos Sociais e pela Terra na Amazônia, é o interesse que mobiliza a constituição dessa obra que traz estudos e reflexões teórico/metodológicas, a partir de contextos e temas particulares que se entrecruzam, sobre as ações empresariais, estatais e das múltiplas populações locais. Esses atores têm desenhado paisagens e constituídos territórios distintos que se confrontam, na medida que os interesses e estratégias de fazer e estar no território respondem a lógicas, sociabilidades, estratégias e entendimentos de mundo diferentes e muito particulares.

Assim, esses territórios têm sido construídos e se constituídos, marcados pela violenta exploração petrolífera, mineral e hídrica, mas também delineados pelo fazer e pelas resistências das populações camponesas, indígenas, moradores urbanos, migrantes, pescadores, quilombolas. São territórios, físicos

e simbólicos, dinâmicos que apresentam enorme riquezas econômicas, sociais, culturais e ambientais, mas que têm sido impactados com ações neoextrativistas empresariais, com poderoso apoio estatal. Remarca-se que o Estado sempre está presente e se reproduzindo com e a partir deles. Essas ações exploram, limitam e controlam o seu acesso, definem o seu sentido e seu fim – o desenvolvimento econômico –, algumas vezes, inclusive, desterritorializam as populações locais. Vale destacar que essa realidade não se modificou com a Pandemia, ao contrário, em alguns casos, foram intensificadas com os desmatamentos, a desarticulação das instituições públicas e a ausência de políticas sociais necessárias às melhorias das condições das vidas locais e de proteção da natureza, tanto na Amazônia quanto da região Sudeste do Brasil.

Desde meados do século passado o desenvolvimento econômico tem se institucionalizado pelo Estado, como a via a ser perseguida para o equilíbrio social, político, econômico e ambiental. Os intelectuais se debruçaram em refletir, questionar, denunciar a necessidade de uma outra via, alguns apontaram que seria por meio de um desenvolvimento sustentável, que garantiria as atuais e futuras gerações. Pouco se avançou sobre os prejuízos vividos e enfrentados até o momento. Hoje, a Pandemia e o Desmatamento, produzidos mundialmente, afetam a todos e de múltiplas formas. Uma constatação é que deveremos nos (re) conectar entre nós e com a natureza, melhor cuidar das vidas, empreendimento laborioso, difícil, mas urgentemente e necessário.

Tecer os fios dos temas apresentados nos dezesseis artigos que compõem esse livro foi desafiador, porque eles, apesar de se encontrarem facilmente, traduzem universos e amplitudes específicas que, aparentemente, não se intercruzariam, pois falam de lugares e dinâmicas próprias, Amazônia e Sudeste, mas demonstram impactos às populações locais pelos empreendimentos de desenvolvimento que envolvem arranjos sociais, políticos, econômicos e ambientais violentos e complexos.

A estrutura do livro pode ser compreendida em quatro conjuntos de artigos interligados, os quais são constituídos por docentes e orientandos, hoje egressos dos programas parceiros no Procad/AM. O primeiro conjunto, Questões socioambientais, resistências e Estado, é constituído pelo artigo de Andrea Hentz et al., que nos apresenta uma reflexão sobre os impactos dos grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia, a partir de diversas dissertações defendidas no PDTSA. Apontam que o desenvolvimento proposto estimulou o processo de industrialização voltado à integração dos mercados, promovendo uma transformação acelerada, desde os anos de 1960. O estado do Pará,

afirmam, foi um dos que mais sofreu modificações com as políticas e programas governamentais para a ocupação da Amazônia, com destaque à política agrária na década de 70, constituída pela implantação de assentamentos de reforma agrária, preferencialmente, na região Sul e Sudeste do estado, provocando profundas alterações nas configurações do território em questões espaciais, econômicas e sociais. Partindo deste contexto dos impactos dos Grandes Projetos e da resistência social das populações que ficaram a margem desse processo, na região Sudeste do Pará, observam que os projetos de Assentamentos, em sua grande maioria, são regularizados em áreas que já possuem um passivo ambiental atenuado pelas atividades de pecuária, extração mineral e vegetal e ausência efetiva de planejamento e políticas públicas, assim, as dificuldades para promover a reabilitação da vegetação e a diversificação dos sistemas produtivos, aliados à redução do desmatamento, acabam por manter ou mesmo aumentar estes passivos ambientais nas áreas de produção dos agricultores.

A reflexão sobre as condições de vida de famílias de trabalhadores rurais, que vivem em situação de acampadas há mais de 10 anos, em uma ocupação no Município de Brejo Grande/PA, é desenvolvida no artigo de Silvio Valdivino Rodrigues e Celia Regina Congilio, que, com o propósito de tipificar a categoria sociológica “trabalho” a partir dessas condições, demonstram que essas famílias produzem alimentos tanto para comercialização, para o consumo próprio, além de prestarem serviços precários a fazendeiros no entorno da ocupação. As discussões relacionadas à luta pela terra no Sudeste paraense por si só são bastante intrincadas, por causa não só da forma desigual como ocorrem, mas também pelo modelo de desenvolvimento econômico que prioriza, a partir da atuação do Estado, as ações das grandes empresas na região. As discussões apresentadas indicam a complexidade do tema que os autores se propõem a refletir nesse artigo, a saber, a estreita relação entre a luta pela terra, a categoria social trabalho e as políticas de Estado. São ações que materializam a, sempre presente na história da humanidade, luta de classes.

No Sul e Sudeste do Pará ocorre do Pará, também ocorre a apropriação e utilização de terras pela VALE S.A., com o objetivo de redesenhar e controlar novas fronteiras territoriais de domínio da mineradora e do Estado, é o que, Andréia Aparecida Silvério dos Santos e Edma Silva Moreira, analisam a partir da instalação do Projeto de extração de ferro na mina S11D, em 2016, na parte Sul da Serra de Carajás, em decorrência da qual ocorre a criação do PARNA dos Campos Ferruginosos, como área de compensação ambiental.

Nesse território, a mineradora VALE S.A. expande seu domínio garantindo a reprodução de seu capital por meio de investimentos na aquisição de terras, ocasionando dentre outros impactos, a espoliação de trabalhadores/as rurais, os quais resistem ocupando essas áreas em contraofensiva ao poder da empresa e do Estado. Assim, a criação de Unidades de Conservação revela-se estratégica para a VALE S.A. expandir seu território e seu capital, impactando a vida de homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, que com coragem resistem se contrapondo ao modelo de desenvolvimento marcado por violações de direitos, ao mesmo tempo em que a narrativa empresarial de defesa ambiental emerge com a criação de espaços protegidos e ganha força, contribuindo para a acumulação por espoliação.

Na perspectiva de análise da ação do Estado e suas ações na Amazônia, Eudes Leopoldo, busca compreender as novas estratégias do Estado na produção da Amazônia e do Sul e Sudeste do Pará, a partir de uma nova questão regional mobilizada por certa racionalidade neoliberal dos trópicos, discutindo a flexibilização das legislações de proteção da natureza, o desmonte dos órgãos governamentais de preservação e fiscalização ambiental e a negação dos direitos dos povos da floresta. O crescimento do desmatamento e dos garimpos ilegais nos territórios indígenas da Amazônia e da região de fronteira é a face mais visível de uma nova questão regional, constituído pela voracidade de uma acumulação primitiva do espaço que aparece como uma das principais políticas do atual governo.

Outra dimensão do território é cuidadosamente analisada por Idelma Santiago da Silva e Kezia Vieira de Sousa Farias, que abordam uma perspectiva da resistência feminista das mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Sudeste do Pará, na Amazônia oriental brasileira. São mulheres que, por meio de seus agenciamentos, conquistaram espaços de direção e apresentaram novas questões para a práxis coletiva do movimento, com base em modos diferenciais de inscrição e inovação política. A perspectiva da resistência que elas estão construindo interseccionam a luta contra o capital e contra o patriarcado. Os processos das lutas de resistência e da violência, na fronteira amazônica, remetem à atualidade do colonialismo interno e em escala global. É nesse contexto que uma perspectiva da resistência feminista das mulheres do MST no Pará pode ser compreendida. Emergem de uma gramática social em parte comum ao movimento, mas ao buscar elevar o cotidiano a um patamar político e ao se deslocarem entre espaços, papéis e escalas de lutas, elas estão a se constituírem numa alteridade nativa e feminista na liminaridade das situações de suas existências e agências.

O tema dos grandes empreendimentos de desenvolvimento e seus impactos é também analisado no artigo de Rosângela Maria Amorim Benevides-Guimarães e Denise Cunha Tavares Terra, onde demonstram que os grandes empreendimentos, como o Complexo Logístico Industrial e Portuário do Açú (CLIPA), megaempreendimento portuário de apoio às cadeias petrolíferas e minerárias, localiza-se no Açú, 5º Distrito do município de São João da Barra, no norte do Estado do Rio de Janeiro, em um território predominantemente rural, habitado por comunidades agrícolas e pesqueiras, afeta a existência das comunidades locais que evocam a necessidade de proteção nos territórios capturados pelo desenvolvimento baseado em *commodities* que alteram a dinâmica territorial. A este cenário se somam as relações público-privadas, as implicações do desmonte das políticas sociais e ambientais e a abrangência das políticas empresariais que operam dentro dos limites impostos pela “acumulação por espoliação”, funcionando mais como controle territorial e legalidade do empreendimento do que como proteção dos modos territorializados de existência social, ainda mais em tempo de pandemia da Covid-19.

Trabalhando com acuidade o conceito de Água Virtual, que alerta sobre a não contabilização da água utilizada, direta e/ou indiretamente, nos processos produtivos que favorecem à preservação dos reservatórios de água nos países importadores de *commodities*, em detrimento da exploração desenfreada dos reservatórios de água dos países exportadores, Júlia Bastos Borges e Simonne Teixeira, analisam que no planeta um em cada três seres humanos não têm água para matar a sede, sendo necessário a elaboração de políticas públicas sociais que revertam tal cenário é urgente, aqui refletido a partir da relação entre a Água Virtual e os impactos da construção e operação do Minas-Rio, maior mineroduto do mundo, no fornecimento de água à população de Conceição do Mato Dentro/MG. As autoras inferem que o comércio global de água, a partir do Minas-Rio, empreendimento responsável pela contaminação de córregos e mortandade da ictiofauna, possui práticas de perseguição a cidadãos locais e impulsiona a transferência da água a outros países, sem garantir o acesso da população de onde a água é extraída. A Água Virtual pode ser um instrumento para conferir viabilidade, ou não, a empreendimentos com impactos hídricos, atuando em defesa do direito à água como um bem público e gratuito.

O segundo conjunto de artigos, Estudos urbanos: degradação, desigualdade e migrações, aborda as múltiplas faces da questão urbana. Inicia com uma reflexão cuidadosa realizada por Andréa Hentz de Mello e seus orientandos egressos do

PD TSA, que revelam a multidimensionalidade de ações políticas, econômicas e sociais na formação do território no Sudeste paraense, que historicamente tem modificado a geografia da região e desenhado modificações na rede urbana. A estruturação das cidades da região, uma vez, inseridas no contexto de divisão territorial do trabalho e de integração da Amazônia ao Centro-Sul do Brasil, gera uma ruptura no que diz respeito à substituição do padrão de organização do espaço amazônico, baseado nas atividades da produção extrativista até os anos de 1950. Posteriormente, na década de 1970, as políticas governamentais exerceram papel decisivo no contexto dessas transformações estruturais na rede urbana, com a inserção de novos atores sociais que, em sua grande maioria, se apresentam com interesses divergentes. O processo de ocupação, desde seu início na região, revela-se na forma de conflitos espaciais, territoriais e socioambientais, gerando espaços segregados e periféricos nas cidades da região Sudeste do Pará, no entorno dos principais rios e igarapés da região, não diferem do contexto a contexto brasileiro, onde a carência de infraestrutura são uma constante e a insustentabilidade ambiental, social e econômica prevalecem.

Em outro contexto, mas com a problemática da expansão urbana, Maria Teresa de Jesus Peixoto Faria e Maria Alice Ribeiro de Oliveira Pohlmann, discutem o recente processo de expansão urbana de Campos dos Goytacazes, em direção à Baixada Campista, onde observam a conformação de uma nova centralidade no 2º Distrito de Goitacazes. Campos dos Goytacazes, cidade média e histórica, situada no norte do estado do Rio de Janeiro, apresenta em seus espaços heranças das diferentes fases de seu processo de urbanização, permitindo discernir as transformações urbanas históricas, as que estão em curso, além das formas urbanas e dos processos espaciais resultantes que envolvem diferentes atores: o poder público, agentes imobiliários, os proprietários de terras das antigas usinas e fazendas, setor de comércio e serviços. Essas transformações são decorrentes também do empreendimento Complexo Logístico e Industrial do Porto do Açú, que é utilizado para justificar e atrair empreendimentos públicos e privados.

As dinâmicas que caracterizam os pequenos municípios da região amazônica, mais especificamente as do município de São Domingos do Araguaia, localizado na região Sudeste Paraense, é objeto de análise do artigo de Leticia Costa Silva e José Anchieta de Araújo, no qual demonstram que as transformações ocorridas nesse município, a partir dos anos de 1950 e intensificada nos anos de 1970, resultam do processo de imposição do Estado à região amazônica do sistema econômico de acumulação capitalista e de um modo de vida urbano às sociedades

da região amazônica. Os incentivos à crescente urbanização levam os pequenos municípios à dependerem socioeconomicamente das médias e grandes cidades da região, fazendo-os sofrer um processo de envelhecimento, pois essas dinâmicas levam à saída de indivíduos dos pequenos municípios para os grandes centros urbanos, principalmente por apresentar limitadas oportunidades profissionais e educacionais para a população.

Teresa de Jesus Peixoto Faria, Diogo da Cruz Ferreira e Daiana da Silva Alvarenga avançam numa reflexão sobre o tema urbano, na perspectiva da moradia, ao desvelarem o processo de apropriação, instalação e adaptação dos moradores removidos da extinta favela “Inferno Verde”, demolida em 2012, para suas novas moradias no conjunto habitacional “Residencial João Batista”, em 2018, no contexto do programa habitacionais da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes/RJ e do Programa Bairro Legal. Entre o espaço-tempo da espera – “o território da espera” – até a realocação dos moradores no conjunto habitacional, os moradores se (re)apropriaram do novo espaço residencial em meio a arranjos e conflitos gerados pela nova forma de morar em “condomínio” vertical fechado.

Os autores Caterine Reginensi, Marcelo Antônio Lemos, Francilene Santos Rodrigues e Maxim Repetto, analisam as situações de migrantes, refugiadas e em deslocamentos em Roraima, em particular nas cidades de Boa Vista e de Pacaraima, considerando que raça, gênero, classe e outros marcadores impactam na compreensão dos processos migratórios, no diálogo intercultural, nas interações com a sociedades receptoras e nas formas de integrar e ter acesso à cidade, mas também “de acolher e ser acolhido” e “de ser hospedeiro e ser hospede”, significados que precisam ser aprofundados. Esses migrantes enfrentam escolhas muito diversas em busca de melhores condições de vida e acolhida do que têm na sua região ou país de origem.

O terceiro conjunto de artigos, Políticas Sociais, aborda contundentes análises sobre políticas sociais. Inicia com as reflexões de Francine Nogueira Lamy Garcia Pinho e Silvia Alicia Martínez, sobre como os municípios de Marabá-PA e Boa Vista-RR vêm se adequando às novas recomendações e diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), importante política educacional, que manteve uma gestão centralizada desde sua oficialização em 1955 até 1994, quando passou pelo processo de descentralização e a ser executado por estados e municípios. A diversificação dos cardápios e a adequação aos hábitos locais estão entre as vantagens que podem ser percebidas nesse novo modelo.

Considerando que, a partir da forte atuação dos movimentos sociais no contexto da chamada redemocratização brasileira, e das organizações internacionais na área de direitos humanos, que resultou na elaboração da Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), as crianças e adolescentes passaram a ser considerados sujeitos de direitos, por meio da instauração da doutrina da proteção integral, em contraposição à doutrina da situação irregular, anteriormente vigente. O artigo de Renata Melo de Souza e Renata Maldonado da Silva, analisa a inserção das medidas socioeducativas como uma das possibilidades de ‘ressocialização’ deste público-alvo, proposta pelo Estado Brasileiro a partir do ECA e a criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), em 2012, que teve o objetivo de operacionalizar a socioeducação.

O quarto conjunto de artigos, Representações e Direitos humanos, traz análises a partir de periódicos com inserção diferentes na sociedade. Milton Pereira Lima e Idelma Santiago da Silva, desenvolvem uma arguta reflexão sobre as representações discursivas dos missionários dominicanos em relação aos indígenas do Araguaia Paraense, tendo como fonte a Revista Cayapós e Carajás (RCC), editada entre 1922 e 1933. Destacam o enunciado “os nossos bons índios” desses missionários e o efeito “pacificador” de sua catequese e os interesses políticos e econômicos do Estado brasileiro. Entre um discurso de “domesticação do selvagem” e a sua exploração para viabilizar uma economia extrativa mercantil estão ações religiosas e de autoridade política que, por meio de enunciações, classificações e rótulos sobre o outro, mantem uma posição de poder nas relações interétnicas

A identificação da produtividade científica nacional e internacional sobre a educação em direitos humanos, por meio da metodologia exploratória, de caráter qualitativa e quantitativa, através de levantamento documental e bibliográfico realizado no repertório de periódicos publicados e cadastrados na base de dados on-line do Portal de Periódicos CAPES, é o que apresentam Victor Martins Ramos Rodrigues e Leandro Garcia Pinho em seu artigo. A análise qualitativa do conteúdo integral das publicações permitiu a formação de categorias para formar um panorama sobre a produtividade científica sobre a educação em direitos humanos veiculadas em periódicos.

Apresentamos ao público um conjunto de textos e reflexões atuais argutos sobre problemáticas sociais, ambientais e políticas e os desafios das políticas sociais no Brasil, produto de estudos e pesquisas desenvolvidos em programas de

Pós-graduação de universidades públicas de qualidade que, em rede, fortalecem parcerias acadêmicas, como ocorre por meio da Rede Amazônica Interdisciplinar de Programas de Pós-graduação em Culturas, Territórios e Fronteiras. A série editorial que lançamos com esse primeiro volume se propõe a contribuir com um olhar crítico, propositivo e de esperança sobre os desafios contemporâneos que a sociedade é compelida a discutir na busca de alternativas e melhorias nas condições de vida da população que, de forma desigual, enfrenta um caustico sistema de desestruturação de modos de vidas, mas que com sabedoria, a ele resiste. Temos muito a aprender com o Outro a resistir.

Esse livro é dedicado as mais de 200 mil vidas que tombaram na Pandemia da Covid19.

Novembro de 2020.

Edma Silva Moreira
Maxim Repetto
Simonne Teixeira
Os organizadores

*QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS,
RESISTÊNCIAS E ESTADO*

O DESMATAMENTO E SUA RELAÇÃO COM O USO E OCUPAÇÃO DOS SOLOS NOS ASSENTAMENTOS: UM OLHAR SOBRE A AMAZÔNIA E SUDESTE PARAENSE

Andréa Hentz de Mello

Andrezza Angélica Frota Gama

Anastácia Pavão Oliveira

Alexandre Bueno

Ismael Alves Amorim

Keylla Lopes de Almeida

Maira Alves Brito

Nathália Karoline Feitosa dos Santos

Raimunda Maria Santos da Silva

Thais Eslem Silva Matos

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA E REGIÃO SUDESTE DO PARÁ

O contexto histórico de ocupação e exploração da região amazônica é marcada por práticas extrativistas como o da borracha (*Hevea brasiliensis* L) e o da castanha (*Bertholletia excelsa* Humb & Bonpl). Mas foi apenas a partir de meados do século XX, com a ocupação da Amazônia em ritmo mais intenso e acelerado, que os danos ambientais resultantes da ação humana se tornaram mais visíveis, com o crescimento da população, a concentração da propriedade rural e o desemprego nas regiões de ocupação mais antiga do país (COSTA, 2009).

A partir dos anos 70, a ocupação da Amazônia tornou-se prioridade nacional e o governo federal passou a viabilizar e subsidiar a ocupação de terras para expansão pioneira. As políticas de ocupação procuraram aliar os empreendimentos de exploração econômica com estratégias geopolíticas (COSTA, 1997). Assim, com as políticas adotadas na época, a consolidação da ocupação da Amazônia foi realizada visando integrar a Amazônia com o resto do País e com o capital internacional, fazendo com que o Governo Militar adotasse um conjunto de medidas de ocupação do território amazônico, com o lema “Integrar para não entregar” e “Terra sem homens para homens sem terra”.

Na ocasião, foram implantadas políticas públicas, que resultaram na criação do Plano de Integração Nacional (PIN), do Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA), dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND I e II)

e fortalecimento das ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), agindo na criação e delimitação de projetos de assentamentos na região, caracterizando a Amazônia como o bioma que possui o maior número de assentamentos no Brasil (INCRA, 2018).

Neste contexto, a construção de infraestruturas como rodovias, ferrovias, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a implantação do Programa Grande Carajás (PGC) são componentes centrais de uma política que incentivou à migração massiva para a região amazônica (LASAT/GRAAL, 2006). Aliado a isso os incentivos fiscais voltados para consolidação da pecuária na região, resultaram em uma rápida e drástica mudança na paisagem, sendo perdidos milhares de quilômetros quadrados (Km²) de vegetação nativa ao longo das últimas décadas. No caso da abertura de rodovias na Amazônia, como Belém-Brasília, Santarém-Cuiabá, Transamazônica e outras, foram fundamentais para atingir o objetivo integracionista imediato. Essas rodovias “revelaram” a Amazônia para o Brasil e para o mundo.

Como consequência, esse processo trouxe consigo grandes contingentes populacionais que colonizaram a região, criando as frentes de ocupação e conflitos agrários e socioambientais (HÉBETTE, 2004). As políticas implantadas estavam associadas também a outras necessidades que se configuravam dentro do quadro nacional, por exemplo, amenizar problemas sociais que surgiam em outras regiões, como conflitos fundiários, ausência de titularidade, pressão e necessidade de uma reforma agrária brasileira (BECKER, 1998).

As estratégias de ocupação se deram também nas regiões Sul e Sudeste do Pará, e de acordo com Santos (2017), grandes projetos agropecuários financiados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) se deslocaram para o Sudeste Paraense a partir da década de 1970, junto com as frentes de expansão camponesa, compondo gradativamente um mosaico rural, ao qual também se agregaram agentes locais mercantis e produtores de economias extrativistas tradicionais; no entanto, foi o processo de pecuarização o principal vetor do crescimento.

Por sua vez, a economia da mineração vivenciou a saga dos garimpos, como a Serra Pelada nos anos 1980, e avançou, em meados dessa década, com a presença da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atuando na exploração mineral e industrial. Ao mesmo tempo, ocorreram processos aceleradores de crescimento populacional e de urbanização. Nesta região pode-se observar a sobreposição de processos antigos de ocupação (GODFREY, BROWDER, 1996).

As transformações ocorridas no território Amazônico e na região sudeste do Pará, incentivadas pelas políticas de Estado, promoveram grandes consequências socioambientais. O processo de ocupação e o número de assentamentos criados

ao longo dos anos, trouxeram implicações na dinâmica de seu território e de suas populações, que se tornaram alvo de pesquisas e debates.

Na Amazônia, segundo os dados do INCRA (2015), três mil, seiscentos e quarenta e sete (3.647) assentamentos foram identificados até 2015. O estado do Pará, em específico, abarcava mil e cinquenta e oito (1.058) dos assentamentos existentes, mostrando que na Amazônia Legal em relação aos demais estados que a compõe, ele ocupava o primeiro lugar com duzentos e vinte e duas mil, quinhentos e quarenta e uma (222.541) famílias assentadas de acordo com os dados apresentados no quadro 1.

Quadro1: Número de Assentamentos e Famílias assentadas por Estado da Amazônia Legal identificados até 2015.

ESTADOS	Nº DE ASSENTAMENTOS	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS
AMAPÁ	50	14.596
AMAZÔNAS	144	56.532
ACRE	160	32.784
MATO GROSSO	547	82.571
MARANHÃO	1.025	131.630
PARÁ	1.058	222.541
RONDÔNIA	219	38.985
RORAIMA	67	16.646
TOCANTINS	377	23.849
AMAZÔNIA LEGAL	3.647	620.134

Fonte: INCRA (2015)

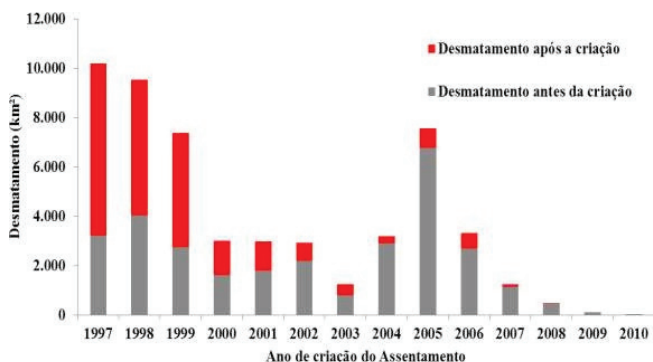
Segundo os dados do Incra (2015), dos um mil e cinquenta e oito (1.058) assentamentos existentes no Pará, quinhentos e dezessete (517) estão sob a responsabilidade da Superintendência Regional do Sul do Pará (SR-27) e das, setenta e um mil, oitocentos e sessenta e oito (71.868) famílias assentadas, somente trinta e dois mil, trezentos e quarenta e oito (32.348) estavam com chamadas homologadas e não contratadas em 2013 com Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES).

O serviço de ATES, segundo Miranda (2008, p. 131 - 132), enfrenta a “complexa dinâmica da agricultura familiar”, encontrando problemas de ordem financeira (repasso de recursos), bem como de ordem estrutural, tornando-se um obstáculo expressivo para a atuação nos assentamentos. Outras questões relacionadas pelo autor, dizem respeito ao interesse dos agricultores

em realizar atividades com rápido retorno econômico e maior facilidade de escoamento e comercialização. A restrita abrangência dos programas de ATES nos assentamentos, somada as adversidades técnicas e estruturais, evidencia a fragilidade das políticas públicas para o Estado e conseqüentemente para o meio rural, principalmente porque muitos dos assentamentos foram criados em antigas fazendas ou áreas de exploração extrativista e que já iniciam sua constituição com um passivo ambiental, segundo dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON, 2014), (Figura 1).

Dos assentamentos criados a partir de 1997, os que mais foram alocados em áreas desmatadas correspondem aos anos de 1998 e 2005, evidenciando também, que após a criação dos assentamentos o desmatamento aconteceu em proporções diferenciadas durante os anos, alguns apresentando índices ainda maiores do que os já existentes antes da criação como nos anos de 1997 a 1999.

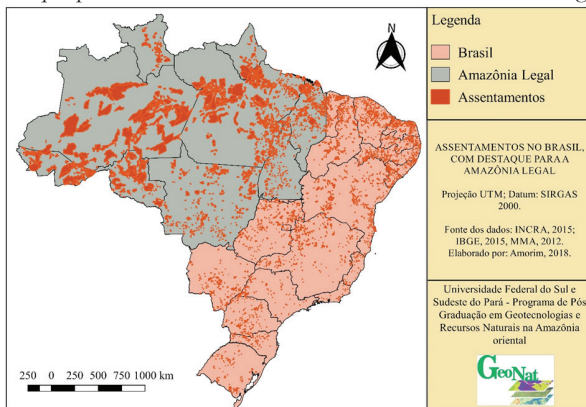
Figura 1: Desmatamento ocorrido antes e após a criação de mil quatrocentos e quarenta (1.440) Assentamentos instituídos a partir de 1997 na Amazônia Legal. (As barras representam o desmatamento, sendo que as cores cinzas representam o desmatamento antes da criação dos Assentamentos, e as cores vermelhas representam o desmatamento após a criação dos Assentamentos).



Fonte: IMAZON (2014).

Com dados mais atualizados, de acordo com o INCRA (2017), existem atualmente no país nove mil, trezentos e setenta e quatro (9.374) projetos de assentamentos, distribuídos em todos os estados da federação (Figura 2), garantindo terra, trabalho e sustento para mais de novecentos e setenta (970) mil famílias, sendo a Amazônia, o bioma que concentra o maior número e a maior área destinada a assentamentos de reforma agrária do país.

Figura 2: Distribuição dos assentamentos de reforma agrária no território brasileiro, com destaque para os assentamentos localizados na Amazônia Legal.



É possível observar que os assentamentos localizados na Amazônia são distintos dos assentamentos típicos das outras regiões do Brasil. A principal diferença é que os primeiros foram criados em sua maioria em áreas de floresta, diferente do restante no país que foram criados em áreas já desmatadas (BRANDÃO Jr. et al., 2013).

Para corroborar com esses dados, Brandão Júnior (2013) traz dados importantes que demonstram o desmatamento sendo realizado dentro e fora dos assentamentos, ficando evidente a participação dos assentamentos no processo de desmatamento, no entanto, o autor nos mostra que nos últimos doze (12) anos o desmatamento ocorreu em proporções maiores fora das áreas de assentamento.

De acordo com os dados do Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por satélite (PRODES), Ainda segundo o PRODES, divulgado de acordo com dados do INPE (2020), durante os três primeiros meses de 2020, houve um aumento de 51% na taxa de desmatamento na Amazônia, comparado ao mesmo período do ano de 2019.

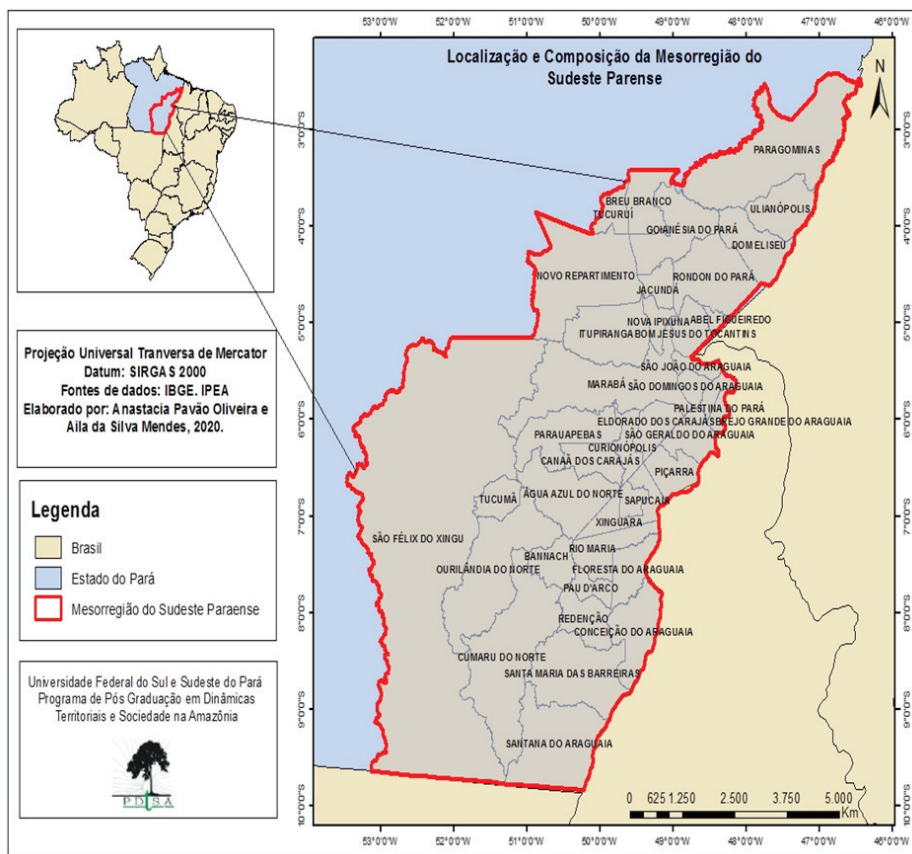
O Estado do Pará tem acumulado de 1988 a 2014, englobando dentro e fora dos assentamentos, um total de 137.981 km²/ano de taxa de desmatamento, onde nos anos de 2013 e 2014 respectivamente, identificou-se 2.346 km² e 1.887 km² de área desmatada. Na lista dos estados que possuem as maiores taxas de desmatamento anual o Pará está em segundo lugar, perdendo apenas para o Mato Grosso que possui 138.316 km² de área desmatada.

Em 2019, segundo informações do INPE (2020), no mês de março, foram derrubados 254 km² de floresta, e durante os três primeiros meses de 2020, houve um aumento de 51% na taxa de desmatamento na Amazônia, comparado ao mesmo período do ano de 2019 (INPE, 2020).

O Pará concentrou 44% de toda a área desmatada da Amazônia Legal em fevereiro e março de 2020, representando uma área de 62 km² de floresta derrubada e queimada. É o que revela o estudo da série ‘Desmatamento na Amazônia: causas, reflexos e soluções’, uma parceria da CBN Amazônia Belém com a Rainforest Journalism Fund e o Pulitzer Center (2020), corroborando assim com a nossa hipótese, visto que os assentamentos na região amazônica são frutos do processo de disputa pela terra gerado pela distribuição fundiária irregular e herdando assim, o desmatamento. Contudo, os assentamentos têm representado ao longo das décadas um processo de luta, resistência e conquista, sendo a possibilidade de muitos trabalhadores deixados à margem pelo modelo de desenvolvimento implementado na região, de conquistar a terra e sedimentar seus sonhos.

Na Região do Sudeste Paraense (figura 3), composta por trinta e nove (39) municípios e uma área de mais de duzentos e noventa e sete mil (297) mil quilômetros quadrados, também vivenciamos a exploração dos recursos naturais de forma insustentável.

Figura 3: Mapa da localização e composição da Mesorregião do Sudeste Paraense em relação ao Brasil.



Fonte: Elaborado por Oliveira e Mendes (2020).

A situação no Sudeste do Pará, de acordo com Hebette (2004) e Almeida (2008) não se apresenta tão diferente, como já discutimos, a região teve dentro de seus ciclos econômicos, um dos mais importantes que foi o da Castanha (*Bertholletia excelsa* Humb. & Bonpl.), nesse período foram constituídos os grandes latifúndios que mais tarde seriam palco de disputa, devido às desigualdades socioeconômicas que se aprofundavam na região. Essas desigualdades geradas pela irregular distribuição de terras e de renda acentuaram a organização da maioria expropriada aumentando a tensão social. A união desses fatores somados à exploração acentuada da natureza com a transformação das florestas em pastagens, a ação da agroindústria

e a produção familiar baseada na cultura de corte e queima, ampliaram e continuam contribuindo para o desmatamento na região.

O Sudeste Paraense é um local conhecido por grandes conflitos de terras e em seu contexto histórico, é marcado pelo sistema oligárquico que articulava as dominações locais de poder por meio das áreas de castanhais existentes na região. Até os anos 1920, a exploração das terras nessa região fora realizada de forma livre. A partir do momento que a castanha (principal produto do extrativismo na época) se transforma em fonte de troca e provedora de lucros, inicia-se o processo de cercamento dos castanhais, isto é, os acessos às áreas de ouriços (como é conhecido o fruto da castanha) que antes eram livres passam a ser realizados mediante arrendamento (EMMI; MARIN, 1996). Ainda segundo as autoras, os donos dos castanhais passam a ser os grupos de famílias que também tinham a estrutura comercial da época como, por exemplo, dos gêneros alimentícios e materiais utilizados na coleta da castanha, transporte e também faziam grande parte do escoamento da produção, essas famílias concentravam terras e poder, constituindo-se como verdadeiras oligarquias. Mais tarde, essas mesmas famílias passaram a serem donas dos latifúndios existentes na região, quando ocorre a reconfiguração no uso da terra e dos recursos naturais por advento das políticas públicas aplicadas no Sudeste Paraense (MAZUTTI, 2019).

Para Monteiro e Coelho (2004), o modelo de desenvolvimento econômico pensado para a Amazônia repercutiu nas dinâmicas sociais e ecológicas da região sudeste do Pará, acelerando a substituição das florestas e a ampliação da concentração fundiária no Estado do Pará, desencadeando, problemas ambientais e sociais.

No entanto, na busca pela resolução dos problemas que se apresentam não se percebe um compromisso efetivo com a questão ambiental, tendo em vista, que interesses de grandes grupos são afetados. O que aparece, contudo, como resultado são acordos e medidas sem a devida cobrança de implementação, ou mesmo, cumprimento de políticas ambientais (GAMA et al., 2014).

No âmbito desse cenário de debates sobre o modelo da política de modernização agrária da Amazônia dos anos de 1980 e sua insustentabilidade socioambiental nos espaços rurais, principalmente onde atuam os agricultores familiares, existem correntes de pensamentos que preconizam a possibilidade de mudanças nos sistemas de uso da terra através de uma transição para um modelo de desenvolvimento rural sustentável, ou seja, menos dependente dos recursos naturais e mais acessíveis e praticáveis por agricultores familiares descapitalizados (BEZERRA, 2011).

As atividades econômicas hegemônicas (pecuária, extrativismo mineral e vegetal, agronegócio, monocultivo) desenvolvidas na Amazônia acarretam um grande passivo ambiental nos mais variados ambientes de exploração dos recursos naturais desde as florestas até a rede hidrográfica. No caso da mineração, segundo Hébette (2004), diversos impactos negativos no ecossistema são gerados como degradação do solo, impactos na água e na atmosfera.

No contexto da pecuária esta tem sido apontada como uma das atividades que mais prejudicam o meio ambiente (HENTZ et al., 2011). As externalidades negativas causadas pela bovinocultura estão correlacionadas com o principal meio de produção adotado no Brasil, o sistema extensivo, que se caracteriza pelo baixo investimento em formação (principalmente quando a terra adquirida já contém algum tipo de pasto) e manutenção de pastagem (DE ZEN et al., 2008).

O avanço sobre as áreas de mata ciliares na Amazônia, também é algo preocupante, uma vez que, este tipo de vegetação protege as margens dos cursos d'água da erosão, além de desempenhar a função de regular a vazão dos rios, diminuindo o escoamento superficial (POESTER, 2012). Funcionam como filtros reguladores da dinâmica hídrica, de sedimentos e de nutrientes entre as partes mais altas da bacia e o ecossistema aquático (GONÇALVES et al., 2005). Entre as principais consequências apresentadas pela destruição e desaparecimento dessa vegetação estão: ausência da cobertura vegetal; alteração das condições e características locais; geração de desequilíbrio ecológico em grandes dimensões; escoamento superficial de resíduos para o leito dos rios, com acúmulo de sedimentos e o rebaixamento do nível do lençol freático; perda da fertilidade do solo; extinção de espécies de animais terrestres e aquáticos, ou seja, desequilíbrio total dos ecossistemas envolvidos com este ambiente, gerando sempre resultados negativos (REIS, 2006; RODRIGUES, 2004).

Assim, a análise temporal de uso e ocupação do solo nos Assentamentos da região sudeste do Pará está sendo estudada no âmbito do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD-AMAZÔNIA), e alguns resultados serão aqui apresentados e discutidos.

A análise temporal de uso e ocupação do solo nos assentamentos da região sudeste do Pará, é de grande importância para estudos relacionados ao desmatamento, uma vez que segundo Fonseca (2000), o uso de imagens de Sensoriamento Remoto como fonte de informação para a produção de mapas, é um dos grandes impulsionadores de inovações no ramo do Geoprocessamento. O grande interesse de seu uso advém da temporalidade da informação juntamente

com seu relativo baixo custo, quando se busca informações de uso e cobertura do solo. Como a paisagem é mudada constantemente pela ação do homem, a interpretação de imagens de satélite é uma fonte indireta de se determinar a dinâmica dos processos econômicos e a expansão urbana.

Os levantamentos do uso do solo possuem a capacidade de serem identificados por meio de padrões homogêneos na cobertura terrestre, apresentam importância em levantamentos ambientais uma vez que proporcionam diferentes formas para o emprego da prática no local auxiliando também em maneiras para um melhor desenvolvimento sustentável (IBGE, 2012).

Os processos de uso e ocupação do solo promovem transformações na paisagem, cujos impactos podem ser observados a curto, médio e longo prazos, conduzindo transformações nas escalas local, regional e global. Essas transformações buscam adequar o meio às necessidades de reprodução do espaço do capital, através de uma criação transformadora, originando novas territorialidades (FACUNDES, 2013). Assim, entende-se que a ocupação e uso do solo por meio da intensificação das atividades agrícolas, desmatamento, pastagens e queimadas podem provocar diversos distúrbios ambientais de caráter local, que se referem à exaustão dos recursos naturais e processos de erosão irreversíveis relacionados ao manejo inadequado do solo (CÓRTEZ, 2016).

Desta forma, programas e políticas de planejamento de assentamento rural devem levar em consideração à exploração socioeconômica dos produtos ambientais, uma vez que a busca de um maior aproveitamento econômico passa a ser fator indispensável para o desenvolvimento, seja ele local, regional, nacional ou internacional (CASTANHO, 2003).

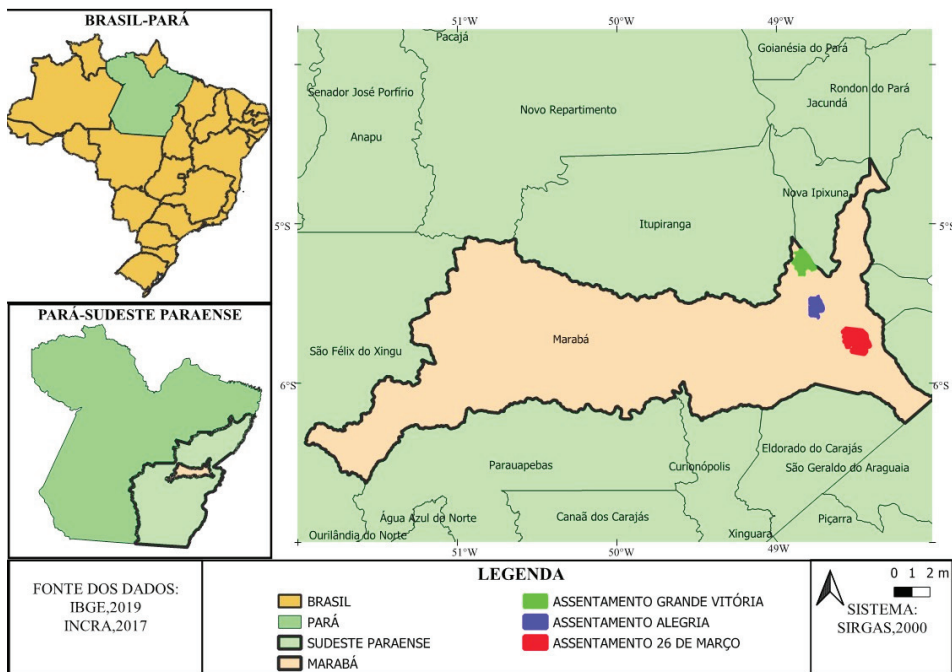
Por meio dessas técnicas, é possível produzir mapas de classificação da paisagem numa determinada área, em séries temporais, para avaliar espacialmente a dinâmica do uso e cobertura da terra. No caso dos assentamentos da agricultura familiar na região sudeste do Pará, tal análise temporal é de extrema importância, pois permite a compreensão da organização do espaço e das mudanças ocorridas, já que estas áreas estão em constante transformação, devido, principalmente, à pressão das atividades antrópicas através dos desmatamentos (CAPOANE, 2012).

Ainda, assevera-se que o diagnóstico do uso e ocupação do solo de assentamentos agrícolas auxilia na proposição de ações visando à transformação da realidade em direção às melhorias para a comunidade, desde que este esteja em conformidade ao interesse geral dos grupos sociais implicados (DUFUMIER, 2010).

A seguir apresentamos os estudos de casos realizados nos Assentamentos Grande Vitória, 26 de Março e Alegria, localizados na região sudeste do Pará

(figura 4) descrevendo o uso e ocupação dos solos nestes assentamentos, e refletindo sobre a sua relação com os desmatamentos na região sudeste do Pará.

Figura 4: Mapa de localização dos Assentamentos Grande Vitória, Alegria e 26 de Março. Marabá – PA.



USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO ASSENTAMENTO GRANDE VITÓRIA

A ocupação da antiga Fazenda Santa Maria, hoje Assentamento Grande Vitória, ocorreu com a primeira ocupação em 1993, seguida de uma segunda ocupação no ano de 1997, até que em 4 de fevereiro de 1999 foi criado definitivamente o Projeto de Assentamento Grande Vitória a partir da portaria 041 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), (COOPSERVIÇOS, 2008).

Em 2000 houve a liberação do fomento e em 2001 os assentados tiveram acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF A) e em 2002 foi liberado o crédito e habitação, ocorrendo assim,

um ano depois a abertura das estradas e em meados de 2008 iniciou-se a implementação da eletrificação rural nos lotes.

O Assentamento Grande Vitória, está localizado nas Lat: 05° 16'48,47"S, Long: 49° 17'23,73" na Mesorregião Sudeste do Pará, no município de Marabá, margem esquerda do Rio Tocantins, podendo ser acessado pelo rio, ou pela BR 230 (Rodovia Transamazônica) (EMATER, 2011). Possui uma área total de 44, 63 Km² (4.463,33 ha) dividido em noventa e seis (96) parcelas. O assentamento conta com a Vila Santa Maria, situada à margem da Transamazônica que agrega infraestruturas de uso coletivo tais como escola, igrejas, prédio da associação, comércios, entre outros. A conversão da área em projeto de assentamento implicou sua divisão em parcelas retangulares que são constituídas por matas primárias e secundárias, com a presença de capoeiras que são áreas de vegetação em regeneração, e pastagens, terrenos alagados, pomares e cultivos anuais temporários.

Foram gerados três (3) classes de uso e ocupação dos solos no assentamento Grande Vitória a saber: Floresta, Atividades agrícolas e Corpos hídricos (Tabela 1), representadas nas figura 5 ao longo de dezoito anos. As classes de cobertura demonstram o estado biofísico, como tipo de vegetação, água e outros elementos, e uma mudança de cobertura pode ocorrer por duas vias, à conversão ou modificação. A conversão é a mudança de uma classe de cobertura para outra e a modificação é a mudança na condição de uma categoria (GEIST; LAMBIN, 2001).

Tabela 1: Classes de uso e ocupação do solo observados no Assentamento Grande Vitória, Marabá -PA.

CLASSES	DESCRIÇÃO
Floresta	Áreas de floresta primária, vegetação secundária e em outros estágios de sucessão ecológica, matas ciliares ou de galeria, sendo esta classe composta por um conjunto denso de árvores que cobrem determinada extensão de terra.
Atividades Agrícolas	Áreas destinadas à pecuária, atividades agrícolas, áreas com baixa ocorrência de cobertura vegetal e estruturas antrópicas
Corpos Hídricos	Rios, córregos, lagoas e açudes

Fonte: Santos (2018).

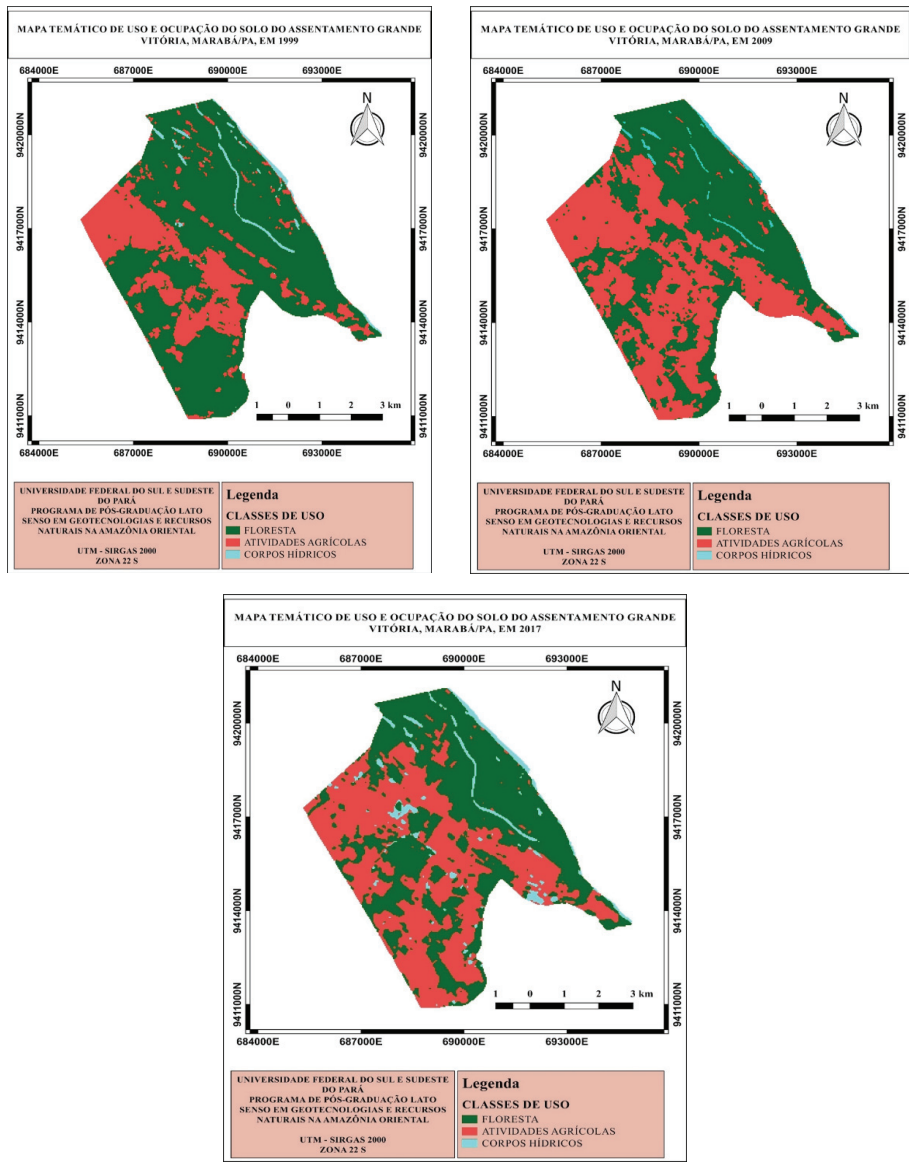
Foram observadas as modificações na paisagem ao longo dos anos, no período anterior e posterior à implantação do assentamento, sendo observados nos anos de 1999, 2009 e 2017, aumento no desmatamento na área de floresta, como pode ser observado na figura 4, sendo esta substituída por atividades

agrícolas, desempenhadas por parte dos agricultores assentados com o objetivo de produção de alimento e renda.

O processo de quantificação da área de cobertura florestal no Assentamento Grande Vitória (figura 5), mostrou que para o ano de 1999 (ano de implantação do Assentamento), havia cerca de 3,39 Km² (3.390,030 ha) de área florestal, que correspondia a 72% do território do assentamento, e cerca de aproximadamente 12,6 Km² (1.216,530 ha) de Atividades Agrícolas, correspondendo a 26% (pastagem, agricultura, solo exposto, entre outros). No período seguinte a área de floresta diminuiu para 51% e em contrapartida as atividades agrícolas aumentaram para 47%. Atualmente, os locais de vegetação florestal representam 50% do total da área do assentamento e as atividades inerentes a agricultura e pecuária correspondem a 46%.

Sabe-se que a criação de gado requer a utilização de grandes áreas, o que potencializa o processo de conversão de floresta em pastagem (DEMATTE, 1988). A baixa longevidade da produtividade associada com a baixa fertilidade dos solos da Amazônia, que segundo Hentz et al., (2011), são em sua maioria impróprios ao manejo do gado, leva os produtores a abandonarem suas áreas originais em busca de outras áreas para a implantação de novas pastagens, em geral, avançando sobre áreas de florestas primárias, conforme aponta Maneschky et al., (2011), refletindo numa mudança no uso da terra nesses assentamentos.

Figura 5: Mapas temáticos de uso e ocupação do solo do Assentamento Grande Vitória para o ano de 1999, 2009 e 2017. Marabá – PA.



Fonte: INCRA, (2018);USGS, (2018)
 Elaborado por: Santos (2018).

Porém, para o pequeno agricultor, a expansão das áreas com pastagens tem sido uma estratégia economicamente vantajosa, capaz de valorizar a terra e de garantir renda em caso de fracasso na produção agrícola (SOUZA, 2019). Entretanto, isto é um indicativo da baixa estabilidade no uso da terra, uma característica marcante das dificuldades econômicas, infraestruturais e de fertilidade do solo, que de acordo com Brito (2019), ameaçam o crescimento da produção agrícola, desencadeando o reaproveitamento das áreas de cultivos para a implantação de pastagens (SAMPAIO et al., 2004).

Além disso, as mudanças no uso do solo produzem impactos consideráveis em sua fertilidade, em geral causando a sua degradação e resultando na insustentabilidade da produção agrícola e pecuária. A falta de manejo adequado do solo, juntamente com as limitações naturais tais como a umidade excessiva e alta temperatura, alto grau de acidez e baixo suprimento de nutrientes do solo na maior parte da região sudeste do Pará, têm sido as causas da produtividade agrícola limitada (LUIZÃO et al., 2018).

Nesse sentido, de acordo com Soares e Espindola (2008), é importante o planejamento na organização do espaço interno dos projetos de assentamentos rurais no Sudeste Paraense, de modo que os modelos de estruturação fundiária emanem das peculiaridades socioculturais, infraestruturas e ambientais da região, condicionante para êxito das iniciativas promotoras do desenvolvimento rural sustentável.

Apesar da área de floresta se apresentar atualmente como a maior classe de uso do assentamento, esta vem sendo desmatada ao longo do período avaliado, dando lugar a diferentes coberturas do solo que apresentam uma maior instabilidade ambiental, como pastagens e outras formas de cultivos agrícolas.

Observa-se no mapa temático (figura 4), um aumento em torno de 2% das áreas com água no assentamento até o ano de 2017. A classe corpos hídricos do assentamento, de acordo com dados da Emater (2011), é formada pelo Rio Tocantins, pelo Igarapé do Burgo e Grotão das Antas, algumas nascentes e lagos temporários, além de açudes que vem sendo implantados no assentamento, decorrentes de projetos voltados à piscicultura, justificando o aumento desses corpos hídricos como observado.

O avanço do desmatamento na área de floresta densa, onde a presença de diversas espécies vegetais está sendo substituída por pastagens e outras atividades agrícolas vêm ocasionando o aumento do passivo ambiental já existente no assentamento Grande Vitória, comprovando a hipótese deste trabalho, pois observa-se de acordo com os dados, que as mudanças produtivas vem acompanhadas das modificações territoriais locais e culturais.

Considerando os dados, ainda é possível observar que o uso da terra no assentamento Grande Vitória, apresenta elevadas taxas de utilização em quase todo o período. Através de observações com os agricultores, é possível perceber que as famílias têm intensificado o uso do solo sem nenhum planejamento prévio, devido à falta de incentivo e assistência técnica, para um melhor uso e manejo do solo com alternativas mais sustentáveis e diversificadas.

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO ASSENTAMENTO 26 DE MARÇO

O Assentamento 26 de Março coordenadas Lat: 05° 36'40,89" S, Long: 49° 03'20,32" é um dos mais conhecidos do Território do Sudeste Paraense, seja por seu contexto histórico, marcado por toda uma fase de exploração dos recursos naturais, ou pelas suas características atuais, sendo símbolo da resistência incisiva e insistente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para com o processo de reforma agrária. O nome do assentamento é em alusão a data da ocupação da fazenda pelos integrantes do MST que ocorreu em 26 de Março de 1999 (EMATER, 2013).

O contexto histórico do assentamento está diretamente ligado aos ciclos econômicos extrativos ocorridos na Amazônia, o da borracha e o da castanha. Sendo este último bastante presente na história do território do Sudeste Paraense e do próprio assentamento. Aliado a isso também está à conjuntura de transição da economia da Amazônia para mineração e agropecuária, bem como as políticas de colonização, regularização e legalização fundiárias encabeçadas pelo INCRA (BARREIROS et al., 2017).

Neste sentido é importante destacar como se deu a construção do processo histórico referente ao Assentamento 26 de Março, desde a época em que a área do mesmo era conhecida como Castanhal Cabaceiras e fazia parte do intrincado sistema de oligopólio dos castanhais até ser destinada a reforma agrária.

No ano de 1983, data que marca o início da exploração pelos antigos controladores, até o ano de 1989, a atividade principal da Fazenda Cabaceiras era a extração da castanha. No entanto, no período seguinte à transferência do domínio do imóvel, torna-se intensa a derrubada da mata com destinação da madeira ao comércio de exportação, sendo que a mão de obra utilizada durante todos os períodos foi essencialmente a escrava (FREITAS, 2009).

Na década de noventa, a Fazenda Cabaceiras foi dedicada às atividades pecuárias, sendo considerada uma propriedade modelo na produção extensiva de bovinos para corte. A partir de 1999 esse quadro mudou drasticamente, quando sob suspeita da fazenda ter sido adquirida por famílias famosas e poderosas da região por meio de documentos fraudulentos e irregulares, a chamada grilagem de terra, ocorreu a ocupação da fazenda por integrantes do MST que reivindicavam a desapropriação da área para fins de reforma agrária.

A ocupação da Fazenda Cabaceiras ocorreu no dia 26 de março de 1999, sendo esse acontecimento muito bem planejado e articulado no sentido de organização dos integrantes do movimento. Um dos principais objetivos do MST era enfraquecer a oligarquia agrária regional e a família que tinha a posse das terras, que era vista como a mais forte na região na concentração de latifúndios e que também era alvo do movimento sindical, responsável por organizar as ocupações de terra antes da chegada do MST (GAMA, 2016).

Em 2006 passados vários anos de acampamento, e o processo de desapropriação protelando na justiça, sem alternativa e para fazer maior pressão junto ao judiciário, as famílias resolvem fazer o trabalho de topografia para o corte da terra, organizando o futuro assentamento em núcleos de moradia. Assim sendo, cada família pagou uma parcela para a equipe técnica que realizou o trabalho topográfico na área. De 2006 para 2007, as famílias começaram a mudar para os lotes, em áreas já desmatadas com passivos ambientais, e fizeram suas primeiras roças ali, trabalhando com culturas permanentes e hortaliças (GOMES, 2009).

Ainda segundo Gomes (2009) e Barros (2011), nesse processo de organização o assentamento foi estruturado em seis vilas, com lotes de cerca de 0,5 Km² (50 hectares) por família

Apenas em 2008 que a Justiça Federal decidiu em favor do INCRA, dando posse da fazenda para o órgão Federal e em 19 de dezembro do mesmo ano realizou-se oficialmente o ato de desapropriação da Fazenda Cabaceiras e a criação do Assentamento 26 de Março (ARAÚJO, 2008). A desapropriação da Fazenda Cabaceiras para criação do assentamento foi caracterizada como um marco histórico no contexto agrário do Brasil, uma vez que foi o primeiro latifúndio desapropriado por incidência de crimes ambientais e trabalho escravo.

É importante ressaltar que durante todo esse período em que correu o processo administrativo e judicial, a Fazenda Cabaceiras permaneceu ocupada pelos trabalhadores sem-terra, sendo eles expulsos algumas vezes por mandados

de reintegração de posse, mas sempre acabavam voltando. Foram quase dez anos de acampamento na fazenda (de 1999 a 2008) até a oficialização da criação do assentamento e nesse intervalo os trabalhadores ocupantes foram ganhando notoriedade na região, pois participavam econômica e socialmente das relações cotidianas, vendendo a produção para os comércios locais e abastecendo outros movimentos de resistência existente no sudeste paraense, tornando-se assim, referência na luta pela reforma agrária (GAMA, 2016).

Atualmente residem no assentamento duzentas e cinco famílias (INCRA, 2017) e mesmo com a predominância da pastagem, devido aos antecedentes históricos de uso da área, as famílias tentam construir sistemas produtivos diversificados combinando agricultura e pecuária, além do extrativismo (EMATER, 2013).

Através da classificação digital das imagens de satélite foi possível estimar e representar de forma espacial os dados referentes à abordagem quantitativa deste trabalho. A Tabela 2, mostra os valores em hectares e suas respectivas porcentagens das classes de uso e cobertura da terra estudadas no assentamento 26 de Março no universo temporal compreendido de 1999 a 2017. Esses resultados obtidos constituem mapas temáticos do local conforme visualizado nas figuras 6 e 7.

Tabela 2: Quantificação das classes de uso e cobertura da terra no período 1990-2017 para o Assentamento 26 de Março. Marabá - Pará.

Classes/Período avaliado	1990		1999		2008		2017	
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
Floresta	7.796	75,96	3.486	33,96	2.921	28,46	2.122	20,68
Vegetação secundária	1.983	19,32	4.191	40,83	4.691	45,71	1.699	16,55
Atividades agropecuárias	484	4,72	2.587	25,21	2.651	25,83	6.442	62,77
TOTAL	10.263	100	10.263	100	10.263	100	10.263	100

A área de floresta da paisagem em questão sofreu uma supressão considerável de sua vegetação, sobretudo no período entre 1990 (Figura 5) e 1999 (Figura 6), no qual é marcado pela conversão das áreas de castanhais e outras espécies florestais nativas, em pastagem. As atividades agropecuárias (nesse período resumidas em pastagens), que em 1990 representavam um valor menor que 5%,

no período seguinte começaram aproximadamente 25% da área total do que hoje é o assentamento.

Em 2008, com a criação oficial do Assentamento e a mudança definitiva das famílias para o mesmo, as áreas de pastagem permaneceram praticamente com a mesma área, havendo um crescimento da vegetação secundária e diminuição da floresta (Figura 6). Para a formação da vegetação secundária ocorre o processo de sucessão ecológica, em que a pastagem ou áreas de cultivos são transformadas em capoeira pelo abandono da área após determinado uso (prática conhecida como pousio); sendo utilizada para recuperação do solo ou para implementação de cultivos agrícolas posteriores (ROMANESCHY et al., 2011 e HOMMA, 1999).

Atualmente, as áreas de pastagem/uso alternativo do solo se constituem na maior classe de uso da terra do assentamento representando 62% do total da área (Figura 7), vale ressaltar que a partir da análise do ano de 2008, estão incluídas nessas classes outras formas de culturas agrícolas como as anuais, arroz (*Oryza sativa*); milho (*Zea mays*) e feijão (*Phaseolus vulgaris*), perenes, cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*); açaí (*Euterpe oleracea*) e café (*Coffea sp.*), semiperenes, banana (*Musa spp*) e abacaxi (*Ananas comosus*) e policultivos que são usados para alimentação das famílias e venda do excedente.

Figura 6. Mapa temático do uso e cobertura da terra no Assentamento 26 de Março para os anos de 1990 (A.) e 1999 (B.). Marabá – PA.

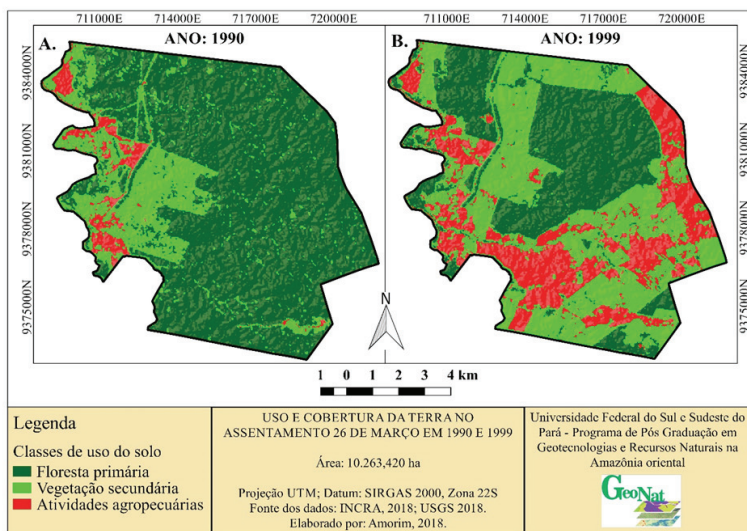
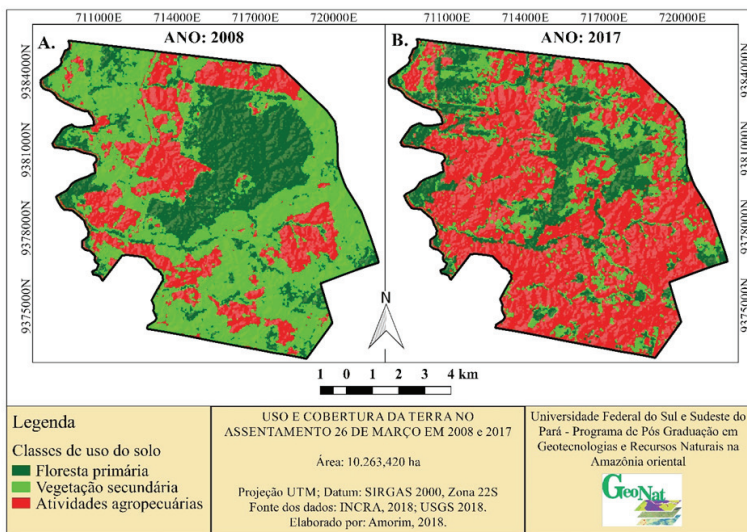


Figura 7: Mapa temático do uso e cobertura da terra no Assentamento 26 de Março para os anos de 2008 (A.) e 2017 (B). Marabá – PA.



De acordo com dados obtidos e espacializados nos mapas temáticos, é possível observar que ocorreu um significativo aumento do desmatamento no Assentamento 26 de Março, de aproximadamente 6.000 hectares de cobertura vegetal. Observa-se, que houve uma diminuição da área de floresta e um aumento das atividades agropecuárias no período estudado (Figura 6). Em termos gerais, essa taxa representa mais de 55% de floresta perdida no período avaliado e em contrapartida as atividades agropecuárias que aumentaram em 58%.

Essa forma de uso dos recursos naturais no assentamento e a consequente transformação na paisagem são explicadas por diversos fatores que necessitam ser pensados de forma integrada e sistêmica. Pires (2016) contribui para esse entendimento quando afirma que nos assentamentos rurais existe grande dependência dos recursos paisagísticos naturais e carência de conhecimento dos tipos e dinâmica das paisagens para uma atividade agropecuária mais racional, com planejamento e gestão territorial das propriedades rurais.

Para o pequeno produtor, a expansão das áreas com pastagens tem sido uma estratégia economicamente vantajosa, capaz de valorizar a terra e de garantir renda em caso de fracasso na produção agrícola, uma característica marcante das ameaças econômicas, infraestruturais e de fertilidade do solo que ameaçam o

crescimento da produção agrícola, desencadeando o reaproveitamento das áreas de cultivos para a implantação de pastagens (SAMPAIO et al., 2004).

Assim, conclui-se que o desmatamento no Assentamento 26 de Março, só é realizado quando extremamente importante, e necessário para o funcionamento do estabelecimento agrícola. Observa-se que a preferência pela expansão das pastagens em áreas já degradadas e desmatadas, está associada ao indicativo da baixa estabilidade e diversidade dos sistemas produtivos nos assentamentos da região sudeste do Para, devido as características edafoclimáticas já discutidas neste capítulo, além da falta de fomento, políticas públicas e assistência técnica.

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO ASSENTAMENTO ALEGRIA

Dentre os assentamentos do Sudeste Paraense, o assentamento Alegria, está localizado nas coordenadas Lat: 05° 27'58,70", Long: 49° 13'52,54, na área do antigo imóvel denominado "Fazenda Itacaiúnas II", e foi ocupada em 1990 às margens direita do rio Itacaiúnas, localizada na antiga sede do castanhal denominado Alegria, pertencendo a área denominada "Polígono dos Castanhais" (MIRANDA, RAÚJO, 2009).

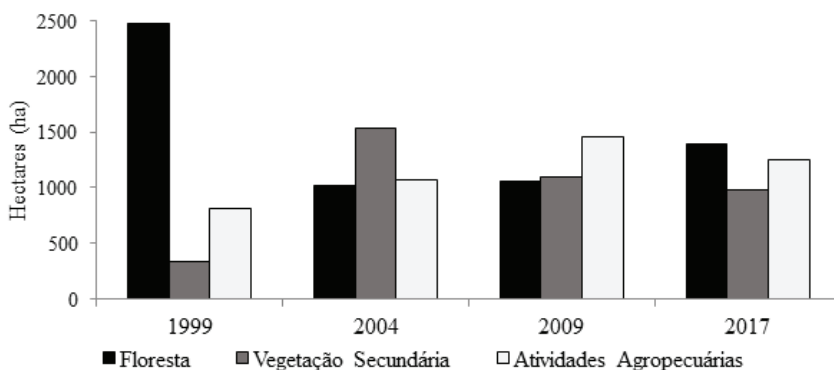
Na região dos polígonos dos castanhais, a economia era baseada no extrativismo da castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*) o acesso e transporte eram através dos rios, dentre eles o rio Itacaiúnas que servia de acesso ao castanhal Alegria. O extrativismo da *Bertholletia excelsa* manteve-se em ascensão até meados da década de 80, quando então progressivamente entrou em declínio pela mudança do paradigma desenvolvimentista, onde ocorreram mudanças do uso e ocupação do solo, iniciada atividade pecuária na área (HOMMA et al., 1999; MIRANDA, ARAÚJO, 2009).

O processo de ocupação do atual assentamento Alegria foi de forma conflituosa, em 1990, ainda na fase de acampamento da Fazenda Itacaiúnas II onde foi assassinado o primeiro presidente da associação dos ocupantes da área, quando o MST participou de uma troca de tiros com os homens contratados pelo proprietário, culminando com que o proprietário aceitasse negociar a área junto ao INCRA (MIRANDA, ARAÚJO, 2009).

Assim, o PA Alegria foi criado no dia 09 de dezembro do ano de 1999, com capacidade para 96 famílias e lotes que variam entre 25 a 70 hectares (MIRANDA, ARAÚJO, 2009).

O uso e ocupação do solo no assentamento Alegria nos anos de 1999, 2004, 2009 e 2017 pode ser observado na figura 7 onde fica evidenciado que as formações naturais deram, progressivamente, lugar às formações antrópicas, como representa no resultado da classificação supervisionada pelo método Maxver, do uso e ocupação do solo descrita na figura 7.

Figura 7: Uso e ocupação do solo em diferentes anos, no assentamento Alegria, Marabá-PA



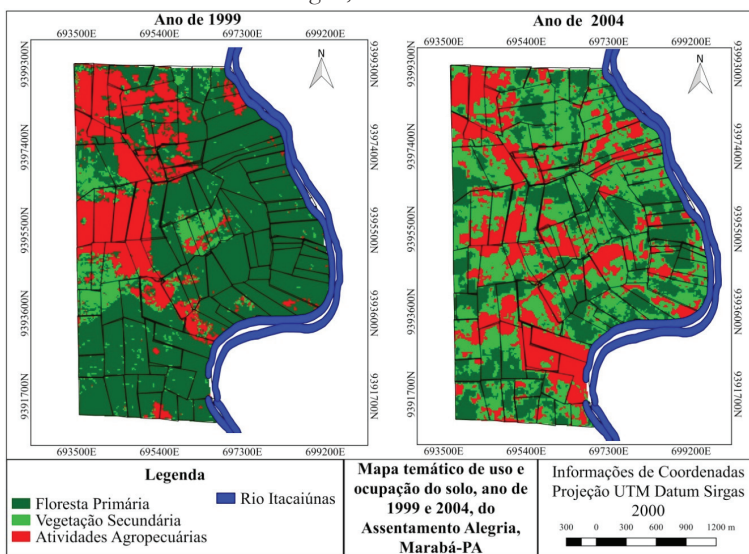
A análise temporal permitiu identificar o aumento do desmatamento na área de floresta. Comparando-se o uso praticado nos diferentes anos, foi possível constatar alterações na paisagem nos anos seguintes à criação do projeto.

Na tabulação cruzada dos dados de 1999 (ano de integração), 2009 (10 anos depois da análise temporal), e em 2017 (ano do último levantamento de campo no PA), foi possível observar que o desmatamento continuou mesmo tendo uma queda depois de alguns anos, o que compromete o meio ambiente e gera impactos socioambientais.

Analisando a figura 8, verifica-se que ocorreram alterações significativas na paisagem, principalmente nas áreas de floresta, que no período 1999 e 2004 houve diminuição de 40,12 % na perda de cobertura natural e considera-se que provavelmente esta diminuição está vinculada a conversão das florestas em pastagens e cultivo, fazendo com que o desflorestamento avance sobre a floresta em virtude do menor tamanho dos lotes, ocorrendo uma intensificação da utilização do solo para os cultivos.

Em 1999 momento da ocupação definitiva da área pelas famílias, o assentamento já apresentava com 31,76 % (1149,93 ha) da cobertura florestal nativa desmatada para a implantação de pastagens (Figura 9).

Figura 9. Mapa temático de uso e ocupação do solo, ano de 1999 e 2004 do assentamento Alegria, Marabá – PA.



Desta forma, parte do desmatamento da floresta primária do assentamento foi realizada antes dos agricultores adquirem os lotes. De acordo com dados de campo, em 1999 o uso do solo antes da consolidação dos agricultores nos lotes as classes de solo eram pastagem, floresta primária e floresta secundária, sendo a monocultura de gramínea, ou seja, a pecuária era a atividade predominante.

Assim, segundo Alencar et al. (2016), as atividades agropecuárias que hoje constituem a uso e cobertura vegetal do assentamento Alegria representam o padrão dominante do uso da terra no assentamento no Sudeste Paraense.

A atual condição do uso e cobertura do solo nas áreas de estudo é uma herança das oligarquias agrárias, aliada às políticas atuais que incentivam atividades como a pecuária, por meio de crédito. As áreas de estudo em questão acabam sendo uma expressão da problemática regional: as áreas designadas aos assentamentos rurais no Sudeste Paraense são, em sua maioria, antigas fazendas, nas quais foram estabelecidas a exploração de madeireiras e a pecuária extensiva.

CONCLUSÕES

A redução das áreas de florestas está intimamente relacionada ao aumento das atividades agropecuárias, sendo estas últimas à classe dominante na paisagem atual dos assentamentos estudados.

Assim, os resultados revelam grandes taxas de desmatamento nos assentamentos, no entanto, esse cenário não pode ser explicado com base em uma única causa, mas uma combinação de fatores, os quais se destacam: a ausência ou fragilidade de fiscalização e monitoramento, da assistência técnica e extensão rural inadequada e sem continuidade, e a vulnerabilidade econômica. Além disso, essa forma de uso da terra é fruto dos diferentes manejos dos recursos naturais que tem reflexo direto na alteração da paisagem ao longo do tempo e na formação de um mosaico de unidades paisagísticas bem distintas dentro do mesmo espaço.

Do ponto de vista ambiental e produtivo, toda essa conjuntura traz diversas conseqüências que levam os assentados a adotarem novas práticas como forma de garantia de renda e de reprodutibilidade social, uma vez que as áreas de florestas estão reduzidas, fato que impede ou diminui a prática do corte e queima. Assim, a diversificação da produção alicerçada em bases agroecológicas surge como uma alternativa; ainda que de forma inicial, pontual e não consolidada; que se mostra rentável para os agricultores e sustentável do ponto de vista ambiental para as propriedades, aliando diversas variáveis que são importantes no espaço agrário.

As mudanças nos sistemas produtivos nos assentamentos estudados é reflexo das modificações territoriais ao longo do tempo na região Sudeste do Pará, sendo possível observar que a lógica de produção dos agricultores familiares nos assentamentos estudados, é baseada na diversificação produtiva com a união das atividades dos subsistemas de criação e cultivo, de forma que, não ocorra a total dependência dos agricultores em nenhuma atividade específica, diminuindo assim riscos e garantindo as estratégias de reprodução social e os mecanismos para se manter na terra.

É necessário o fortalecimento de práticas já realizadas pelos agricultores como a diversificação agrícola, com políticas públicas adequadas à produção de base diversificada, abrangendo a produção, o escoamento e a comercialização, garantindo dessa forma, o retorno econômico ao assentado, sua permanência na terra e a sua reprodutibilidade social.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, A. NEPSTAD, D. MCGRATH, D. MOUTINHO, P. PACHECO, DIAZ, M, D. C. V. FILHO SOARES, B. **Desmatamento na Amazônia: indo além da emergência crônica**. Manaus: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), 2004. 89p.

ALENCAR, I. C. **Produção do espaço agrário na Amazônia: Uma Interpretação geográfica do desmatamento no Projeto de Assentamento Bom Jardim, Pacajá – Pará**. 2017. 124 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém – PA, 2017.

AMORIM, I. A. et al. Uso e ocupação dos solos no Projeto de Assentamento 26 de Março- Marabá – PA. In: **Anais.....** III Encontro de Pós Graduação da Unifesspa. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Marabá-PA. 2018.

ALMEIDA, A. W. B. **O intransitivo da transição: o estado, os conflitos agrários e a violência na amazônia (1965-1985)**, in ‘**Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**’, CEJUP: Museu Paraense Emílio Goeldi.1992.

ALMEIDA, F. S. **A reprodução social em territórios rurais no sudeste paraense**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Marabá, 2016.

ALMEIDA, K.L. **Conservação, lógicas familiares e boas práticas: perspectivas agroecológicas na APA Araguaia – Assentamento Boqueirão, São Geraldo do Araguaia-PA**. 120 f. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Marabá – PA, 2019.

ARAÚJO, F. S. et al. M. Physical quality of a yellow Latossol under integrated crop-livestock system. **Revista Brasileira de Ciência do Solo, Viçosa**, v. 34, n. 3, p. 717-723, 2010.

ARRAES, R. A. et al. Causas do desmatamento no Brasil e seu ordenamento no contexto mundial. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 1, p. 119-140, 2012.

ASSIS, W. dos S. et al. **A formação da agropecuária no Sudeste Paraense: atores, conflitos e projetos de desenvolvimento.** 33º Encontro Anual da ANPOCS . Caxambu/MG 26 a 30 de outubro de 2009.

BECKER, B. K. **Amazônia.** São Paulo: Editora Ática, 1998. p. 112.

BECKER, B. K.; EGLER, A. G. **Detalhamento da Metodologia para Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico pelos Estados da Amazônia Legal.** Separata. Secretaria de Coordenação da Amazônia e secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. 1997, 43 p.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas.** Santa Maria, n. 12, p.135-159, set. 2001.

BEDUSCHI FILHO, L.C. **Assentamentos rurais e conservação da natureza: doestranhamento a ação coletiva.** São Paulo: Iglu: FAPESP, 2003.

BEZERRA, N.; RAFAELA,C. A Amazônia e os novos paradigmas de desenvolvimento rural: uma breve reflexão teórica. **Revista Brasileira de Agroecologia,** v. 6, n. 2, 2011.

BRANDÃO JR, A.; SOUZA JR. C.; VERÍSSIMO, A.; PINTO, A.; AMARAL, P. **Situação do desmatamento nos assentamentos de reforma agrária no Estado do Pará.** Belém, PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), 2013.

BRITO, M. A. **Caracterização tipológica dos sistemas de produção no assentamento Piquiá I.** 2018. 105f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia). Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2018.

BRITO, G.C. **Prestação De serviços ambientais em unidades de Produção familiar rurais no Município De Pacajá - Território Da Transamazônica – Pará – Brasil.** 2010. 179. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará, Belém-PA. 2010.

BUAINAIN, A. M., ROMEIRO, A. R., & GUANZIROLI, C. (2003). **Agricultura familiar e o novo mundo rural.** *Sociologias,* 5(10).

CAMBRAIA, M. S.; AMARO, J. J. V. O modelo de ocupação rural da Amazônia e suas consequências para a degradação ambiental. **In: XII ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO**. OUTUBRO DE 2018. Anais. Fortaleza, Ceará.

CAPOANE.V; D. R, SANTOS. Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul. **Revista Nera**. Ano 15, Nº. 20 – JANEIRO/JUNHO DE 2012.

CARMO, M.S.; SALLES, J.T.A. Sistemas familiares de produção agrícola e o desenvolvimento sustentado. **In :ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO**, 1999, Florianópolis. Anais. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sbs3/html>>. Acessado em 8 de julho. 2019.

CARMO, M. S. Agroecologia: Novos caminhos para a agricultura familiar. **Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária**, São Paulo. 2008, 13p.

CASTANHO.; et al. A utilização do geoprocessamento para o mapeamento de áreas de Reforma Agrária no sudoeste gaúcho. **Revista online, Caminhos de Geografia**. 110 - 122, jun/2006.

CASTRO, A. R. da C.; WATRIN, O. dos S. Análise espacial de áreas com restrição de uso do solo em projeto de assentamento no sudeste paraense. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v.17, n.2, p. 157-166. maio. – ago. 2013.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos da realização econômica. **In: CAVALCANTI, Clovis (org)**. Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco. 1998.16p.

SCHMITZ, H. (2007). A transição da agricultura itinerante na Amazônia para novos sistemas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, 2(1).

CÔRTEZ, M. dos SANTOS. **Fiscalização ambiental e análise multitemporal da ocupação e uso do solo no assentamento rural nova colina, no Estado do Amapá**. (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia). UFPA, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Belém- PA, 2016. 100f.

COSTA, W. M. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. Ed Contexto. 1997. 7ª ED.83 P.

COSTABEBER, J. A., MOYANO, E. (2000). Transição agroecológica e ação social coletiva. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, 1(4), 50-60.

COSTA, K. S. **Apontamentos sobre a formação histórica da Amazônia: Uma abordagem continental**. Série Estudos e Ensaios / Ciências Sociais / FLACSO-Brasil - junho /2009.

CRÓSTA, A. P. **Processamento digital de imagens de sensoriamento remoto**. Campinas: IG/UNICAMP, 1993. 170 p.

DE ZEN, S.; MENEZES, S.M.; CARVALHO, T.B. Perspectivas de consumo de carne bovina no Brasil. **In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**, 2008, Piracicaba. Anais... Acre: SOBER, 2008.

DELGADO, G.C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**, Brasília: Editora: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. 470 p.

DEMATTE, J. L. I. **Manejo de Solos ácidos dos Trópicos Úmidos da Região Amazônica**. Fundação Cargill, Campinas-SP, 215 p., 1988.

DE N. B. WANDERLEY, M. (2000). **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. Desenvolvimento e Meio Ambiente**.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 5. ed. São Paulo: Hucitec/ NUPAUB/USP, 2004. (Coleção Ecologia e Cultura).

DIAS, P. F. M.; SANTOS JÚNIOR, S.; ROSA, P. N.; MENDONÇA, E. Análise da Sustentabilidade da Produção de Biodiesel de Soja no Brasil. **Revista de Administração**, Frederico Westphalen/RS, v.8, n.14, p. 13 – 45, 2009.

EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Grande Vitória**. Itupiranga, Pará, 2011.

FACUNDES, F da. S. **Dinâmicas de uso e de ocupação do território na fronteira Amazônica: Rodovia Perimetral Norte, Estado do Amapá**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2013.170 f.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. **Megadiversidade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 113-123, 2005.

FARIAS, M. H. C. S. et al. **Impacto dos assentamentos rurais no desmatamento da Amazônia**. Mercator, Fortaleza, v. 17, 2018.

FEITOSA, T.C. **Análise da sustentabilidade na agricultura familiar no sudeste paraense: o caso dos produtores de leite do Município de Rio Maria**. Belém: UFPA – Centro Agropecuário: Embrapa Amazônia Oriental, 167 f. 2003.

FERREIRA, C.F. **Avaliação temporal do uso e ocupação das terras na bacia do rio São Bartolomeu**, DF. Brasília: Faculdade de Agronomia e medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2006. 115f. Dissertação de mestrado.

FONSECA, L.M. G. **Processamento Digital de Imagens**. INPE, São José dos Campos, 2000.8p.

GAMA, A. A. F.; MELLO, A. H. de; GAMA, M. F. F.; CONGILIO, C. R. Educação Ambiental e os reflexos das intervenções do Estado na região sudeste do Pará. **Anais do Seminário Produção e Incorporação da Interdisciplinaridade na Concepção da pesquisa no Programa de pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia**. Pará, setembro de 2014.

GAMA, A. A. F. **Desmatamento no Assentamento 26 de Março em Marabá: Em busca de alternativas agroecológicas aliadas à educação ambiental**. 2016. 80 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia). Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2016.

GAMA, A. A. F.; MELLO, A. H. de. Educação Ambiental em Assentamentos Rurais: uma Tecnologia Social para conservação socioambiental e geração de renda. **Revista Eletrônica e Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**. Santa Maria, v. 19, n.2, 2013, p. 1105-1109.

GEOAMAZÔNIA. Perspectivas do meio ambiente na Amazônia. PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. **OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica**. Universidad del Pacífico. ISBN: 978-92-807-2947-4, 2008.

GEIST, H. J.; LAMBIN, E. F. What drives tropical deforestation? **A meta analysis of proximate and underlying causes of deforestation based on subnational case study evidence**. Louvain-laNeuve: University of Louvain, 2001.

GODFREY, B.; BROWDER, J. O. Disarticulated Urbanization in the Brazilian Amazon. **The Geographical Review**. 86:(3): p. 441-445 , 1996.

GUEDES, C.S. **A pecuária e a floresta amazônica: causas aparentes do desmatamento**. 2017.82f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia). Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2017.

GONÇALVES, R. M. G.; GIANNOTTI, E.; GIANNOTTI, J. D. G.; SILVA, A. Aplicação de modelo de revegetação em áreas degradadas, visando á restauração ecológica da microbacia do córrego da fazenda Itaqui, no Município de Santa Gertrudes. **Revista do Instituto Florestal**, SP, v. 17, n.1, p. 73-95, jun 2005.

GUIMARÃES, D.G.; OLIVEIRA, S.P. Análise de utilização e percepção de risco no uso de agrotóxicos pelos agricultores familiares do município de Malhada de Pedras – BA. **Revista Enciclopédia Biosfera**, v.11 n.21; p. 81-97, 2015.

GUZMÁN, E. S. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**. Aquino, A.M. de; Assis, R.L. p. 101-131, 2005. EMBRAPA Agrobiologia, Seropédica, RJ (Brazil). Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF (Brazil). 2005. EMBRAPA Informação Tecnológica. 516 p.

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004.

HENTZ, A. M.; MANESCHY, R. Q. **Práticas Agroecológicas - Soluções sustentáveis para a agricultura familiar na região sudeste do Pará**. Jundiá: Paco Editorial, 2011. 360p.

HERRERA, J. A.; NETO, J. Q. de M.; MOREIRA, R. P. Integração e Estruturação do Território Amazônico como consequência da Expansão Capitalista no Brasil. **Bol. geogr.**, Maringá, v. 31,n. 2, p. 19-36, maio-ago., 2013.

HOMMA, A. K. O.; CARVALHO, R. D. A.; SAMPAIO, S. M. N.; DA SILVA, B. N. R.; SILVA, L. G. T.; DE OLIVEIRA, M. C. C. A instabilidade dos projetos de assentamentos como indutora de desmatamento no Sudeste Paraense. **In** Embrapa Amazônia Oriental-Artigo em anais de congresso (ALICE). **In**: ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 4., 2001, Belém, PA. Anais... Belém, PA: ECOECO, 2001.

HURTIENNE, T. P. (2005). **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia**. 218p.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional Pará / Marabá - SR 27: Assentamentos - Informações Gerais. 2017. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 29 de agosto de 2020.

INPE/PRODES - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélite. Taxas anuais de desmatamento na Amazônia Legal Brasileira. 2018. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/prodes/dashboard/prodes-rates.html>. Acesso em: 06 agosto de 2020.

ICRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/ Sistema de Informação em Projetos da Reforma Agrária – Módulos fiscais, 2020. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/modulo-fiscal.html?pid=235>. Acesso em: 27 de agosto de 2020.

MACIEL, R. C. G.; LIMA JÚNIOR, F. B.; SILVA, F. A. S.; BRITO, A. P. D.; CAVALCANTE FILHO, P. G.; PENHA, D. L. B. Inovação, reforma agrária e agricultura familiar: O caso da produção de palmito no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Bonal. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 493-522, set./dez. 2014.

MACEDO, R.L.G. **Princípios básicos para o manejo sustentável de sistemas agroflorestais**. Lavras: UFLA/FAEP. 2000. 157p.

MATOS, T. E. S; HENTZ, A. M.; AMORIN, I. A. Uso e ocupação dos solos no Assentamento Alegria em Marabá. PA. **In**: **Anais....** III Encontro de Pós Graduação da Unifesspa. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Marabá. Pará. 2018.

MAZUTTI, J. M. **Acumulação por desapossamento: o caso do polígono dos castanhais, Amazônia brasileira**. 2019. 195f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia). Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2019.

MICHELOTTI, F.; RIBEIRO, B.; SOUZA, H.; FREITAS, R. L. de A. (2007) O Agrário em Questão: uma leitura sobre a criação dos assentamentos rurais no Sudeste do Pará. **Anais do II Encontro da Rede de Estudos Rurais**. Rio de Janeiro, setembro de 2007.

MICHELOTTI, F. **TERRITÓRIOS DE PRODUÇÃO AGROMINERAL: Relações de poder e novos impasses na luta pela terra no sudeste paraense**. 2019. 389f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro-RJ. 2019.

MICHELOTTI, F. **Luta pela Terra e Assentamentos no Sudeste do Pará**. Trabalho apresentado no 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais, realizado entre os dias 09 e 12 de setembro, Campina Grande - PB, Brasil, 2010.

MONTEIRO, M. A; COELHO, M. C. N. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 7, n. 1, p. 91-122, jun. 2004.

MONTEIRO, F. P. **ClasSIS: Uma metodologia para Classificação Supervisionada de Imagens de Satélite em Áreas de Assentamento Localizados na Amazônia**. Pará, 2015. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica) Programa de Pós-graduação em Engenharia Elétrica, Universidade Federal do Pará, 2015.

MOREIRA, A.; MALAVOLTA, E. Dinâmica da matéria orgânica e da biomassa microbiana em solo submetido a diferentes sistemas de manejo na Amazônia Ocidental. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v. 39, n. 11, p. 1103-1100, 2004.

MOREIRA, M. A. **Fundamentos do sensoriamento remoto e metodologias de aplicação**. 2 ed. Viçosa: UFV, 2003. 307 p.

OKA-FIORI, C. et al. Dinâmica da ocupação do solo na bacia do Rio Itiquira, Mato Grosso, Brasil. **Revista RAEGA**, Curitiba, n. 7, 2003.

OLIVEIRA, M. ARAUJO, C. S. A Amazônia e os novos paradigmas. Agricultores familiares e as políticas públicas: o papel do observatório regional de Marabá. In: SIMÕES, A. Coleta amazônica: iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. Belém: Alves Ed., 2003.p-111-122.

OLIVEIRA, M. C. C. de. **Agricultura familiar e dinâmicas das relações sociedade natureza em área de fronteira agrária na Amazônia oriental.** 2009. 303f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

OLIVEIRA, M. C. C. D. et al. Diversificação dos sistemas produtivos familiares: reflexões sobre as relações sociedade-natureza na Amazônia Oriental. **Novos cadernos Naea**, v. 14, n. 2, p. 61-88, 2011.

POESTER, G. C. **Crescimento inicial e sobrevivência de espécies florestais nativas em reflorestamento de mata ciliar, no Município de Maquiné, RS.** Monografia (Graduação em Ciências Biológicas) - Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.22 f.

POLLO, R. A. **Diagnóstico do uso do solo na bacia hidrográfica do Ribeirão do Paraíso no município de São Manuel (SP), por meio de geotecnologias.** 63 f. 2013. Dissertação (Mestrado em Agronomia). Faculdade de Ciências Agronômicas, Universidade Estadual Paulista. Botucatu, 2013.

PINHO, B. C. P. **Desmatamento e uso e cobertura da terra: um estudo de caso no assentamento de Reforma agraria Paragonorte, Pará.** Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Belém Pará, 2014.82 f.

QUESADA, C. A. et al. Soils of Amazonia with particular reference to the Rain for sites. **Biogeosciences Discussion**, München, v. 6, n. 2, p. 3851–3921, 2009.

REIS A.; TRES D. R.; BECHARA F. C. A. **Nucleação como novo paradigma na restauração ecológica: Espaço para o imprevisível.** Simpósio sobre recuperação de áreas degradadas com ênfase em matas ciliares. Instituto de Botânica, São Paulo, 2006. 17f.

REZENDE, T. V. F. D. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras.** (Tese de Doutorado) 2006. Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2006. 353f.

RODRIGUES, R. R.. Uma discussão nomenclatural das formações ciliares. **In:** R.R. RODRIGUES & H.F. LETTÃO FILHO. Matas ciliares: conservação e recuperação. São Paulo, EDUSP. 2004. p. 91-99.

SAGRILO, E. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema brasileiro de classificação de solos.** Brasília: EMBRAPA Produção de Informação; Rio de Janeiro. EMBRAPA Solos. Embrapa Meio-Norte, Sistemas produtivos. 2003.

SANGALLI, A. R. et al. Produção e geração de renda na agricultura familiar: um diagnóstico do assentamento rural Lagoa Grande em Dourados, Mato Grosso do Sul. **Ciência e Natura**, v. 36 n. 2, mai-ago. p. 180 –192. 2014.

SANGALLI, A. R.; SCHLINDWEIN, M. M.; CAMILO, L. R. Produção e geração de renda na agricultura familiar: um diagnóstico do assentamento rural Lagoa Grande em Dourados, Mato Grosso do Sul. **Ciência e Natura**, v. 36 n. 2, mai-ago. p. 180 –192. 2014.

SANTOS, M. **Avaliação econômica de quatro modelos agroflorestais em áreas degradadas por pastagem na Amazônia ocidental.** Dissertação (Mestrado em Ciências agrárias) – Universidade de São Paulo, 2000.75.f.

SANTOS, C.F. **Diagnóstico da agricultura familiar no município de Janduí/RN: Perspectiva social, econômica e ambiental.** Dissertação (Mestrado em Ambiente, Tecnologia e Sociedade) - Programa de Pós Graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade, Universidade Federal Rural do Semiárido.2013. 102f.

SANTOS, V. M. **A Economia do Sudeste Paraense: Evidências das transformações estruturais. Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas.** IPEA (instituto de Pesquisa Aplicada). 2017. Disponível em em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/20170213_livro_desenvolvimentoregional_cap4.pdf. Acessado: 29 de agosto de 2020.

SAMPAIO, S. M. N.; VENTURIERI, A.; DA SILVA, B. N. R.; SILVA, L. G. T.; HOMMA, A. K. O.; CARVALHO, R. D. A. **Dinâmica da cobertura**

vegetal e uso da terra no Sudeste Paraense: O caso do projeto de assentamento São Francisco. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 38p. Documentos, 159, 2003.

SAMPAIO, S. M. N. et al. **Evolução da cobertura vegetal e uso da terra na área do assentamento rural no Sudeste Paraense: O caso do projeto de assentamento agroextrativista Praia Alta e Piranha.** Belém-PA. Embrapa Amazônia Oriental. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento 36, 29 p. 2004.

SCHMINK, M; WOOD, C. H. (eds). **Contested Frontiers in the Amazon,** New York: Columbia University Press.1992. 12f.

SCHNEIDER,S.; CONTERATO, M. A. **Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural: considerações a partir do Brasil. Entre el Campo y la Ciudad - Desafíos y estrategias de la pluriactividad en el agro.** Buenos Aires: Ciccus, 2006.

SILVA, L. O. **Atores na construção de um território: uma análise dos perfis dos assentados do projeto de assentamento (PA) Paulo Fonteles (Cuxiú) em São Domingos do Araguaia-Pará.** 134 f. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Marabá – PA, 2015.

SIQUEIRA, H. Dinâmica Regional Brasileira (1990-2012). **In:** BRANDÃO, Carlos A. e (orgs.) Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2013.

SILVA, R.M.S. **Agricultura familiar e os antigos castanhais: estratégias de manejo produtivo das famílias do Projeto de Assentamento Castanhal Araras.** 2018. 108f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia). Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2018.

SOARES, J. L. ESPINDOLA, C. R. Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável. **Revista Nera.** ISSN: 1806-6755, Vol. 11, N. 12, 2008.

TIBIRIÇA, A.V. D. **Análise temporal do uso do solo na região do assentamento trairão, estado de Roraima – Brasil.** Minas Gerais. Universidade Federal de Viçosa (UFV). Dissertação de Mestrado. 2016. 47f.

TURNER, M.G.; GARDNER, R.H.; O'NEILL, R. **Landscape ecology in theory and practice: pattern and process**. New York: Springer-Verlag, 2001. 401 p.

VALE JÚNIOR, J. F.; DE SOUZA, M. I. L.; NASCIMENTO, P. P. R.; DE SOUZA CRUZ, D. L. Solos da Amazônia: etnopedologia e desenvolvimento sustentável. **Revista Agroambiente** On-line, v. 5, n. 2, p. 158-165, 2011.

VEIGA, da J. E. AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE. **Cadernos de , Brasília**, v.13, n.3, p.383-404, (1996).

VEIGA, J. B. TOURRAND, J. F. QUANZ, D. A. Pecuária na Fronteira Agrícola da Amazônia: O caso do Município de Uruará, PA, na Região da Transamazônica. (Embrapa-CPATU. Documentos, 87) Embrapa- CPATU, 61 p. Belém, 1996.

VIGNE, I. dos S. **Análise da cobertura vegetal do Assentamento 26 de Março, Marabá/ Pará**. 2013. 45f. Trabalho Acadêmico (Graduação em Agronomia). Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa. Marabá – PA.

VIEIRA, I. C. G.; ARAÚJO, R.; TOLEDO, PM de. **Dinâmicas produtivas, transformações no uso da terra e sustentabilidade na Amazônia**. Um olhar territorial para o desenvolvimento da Amazônia. BNDES, Rio de Janeiro, p. 370-395, 2014.

VIEIRA, S. C. t al. A relevância da comunicação rural na difusão de informações para a agricultura familiar: um estudo de caso do CODAF. In: XI Fórum Ambiental da Alta Paulista, Tupã: 2015.16f.

VELHO, O. G. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

O CAMPONÊS COMO SUJEITO HISTÓRICO: O CONCEITO SOCIAL TRABALHO E A LUTA DE CLASSES¹

Silvio Valdivino Rodrigues

Celia Regina Congilio

A questão relacionada à luta camponesa é bastante debatida. Embora longe de uma solução que atenda as demandas sociais que se contraponham definitivamente aos interesses capitalistas, as lutas camponesas, representadas por diferentes manifestações, têm se apresentado como uma das poucas formas de conquistas de direitos em ação no país. A vontade de viver de acordo com seus princípios e não subjugados à lógica arbitrária do Estado capitalista faz com que os movimentos sociais não desistam de lutar, mesmo que isso custe, muitas vezes, vidas, bruscamente assassinadas.

Neste artigo abordaremos a questão do trabalho, partindo do princípio de que ele foi a condição primordial para nossa existência e nas transformações de como nos relacionamos uns com os outros e também com o ambiente à nossa volta. Dentre diversas frações da classe trabalhadora organizada, optamos por discutir a categoria epistêmica trabalho na perspectiva camponesa e suas formas de apropriação, não só do labor, mas da terra, o que é primordial para reproduzirem seus modos de vida.

Ao longo de toda a história da humanidade o trabalho foi concebido sobre diferentes perspectivas. Nessa discussão que aqui trazemos se configura um processo de territorialização onde os camponeses enfrentam difíceis e longos períodos de incertezas e de precárias condições de trabalho.

O TRABALHO COMO CONDIÇÃO HUMANA

Nas reflexões apresentadas por Engels (1876), em seu artigo “*Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*” publicado como introdução de um estudo maior que não chegou a ser concluído, objetivou-se abordar o papel decisivo que o trabalho e a fabricação de diversos instrumentos/ferramentas contribuíram para a transição do macaco ao homem, processo

¹ Este artigo é composto por partes pouco alteradas da dissertação do autor (RODRIGUES, 2020).

esse que levou milhões de anos, necessários, para o desenvolvimento de certas características físicas como a mão, a fala e o próprio cérebro. Segundo ele:

O trabalho é a fonte de toda a riqueza [...]. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem. (ENGELS 1876, p. 4).

É possível notar, através dessa afirmativa, que o autor, utilizando os estudos sobre a teoria de Charles Darwin, sobre “o processo de seleção natural”², inclusive criticando-o por não dar importância ao caráter do trabalho nesse processo, revela que a necessidade de usar as mãos para caminhar foi o marco inicial da mudança de postura e da transição do macaco em homem. Ao ter as mãos livres, os primatas tinham facilidade de realizar algumas atividades, como recolher alimentos e, posteriormente fabricar instrumentos, utensílios necessários no dia a dia.

Esse processo - o fato de estarem sobre a posição ereta (bípede), liberando, por conseguinte as mãos - foi o primeiro passo para o desenvolvimento do homem. Durante o longo período de tempo que a mão evoluía, sempre foi considerada como instrumento do trabalho, sendo capaz, ela mesma, de produzir outros instrumentos:

[...] a mão não é apenas o órgão do trabalho, é também produto dele. Unicamente pelo trabalho, pela adaptação a novas e novas funções, pela transmissão hereditária do aperfeiçoamento especial assim adquirido pelos músculos e ligamentos e, num período mais amplo, também pelos ossos; unicamente pela aplicação sempre renovada dessas habilidades transmitidas a funções novas e cada vez mais complexas foi que a mão do homem atingiu esse grau de perfeição que pôde dar vida, como por artes de magia, aos quadros de Rafael, às estátuas de Thorwaldsen e a música de Paganini. (ENGELS, 1876, p. 7/8).

Ao longo desse processo evolutivo ocorrido em milhares de anos, segundo Engels, primeiro com o trabalho e depois com a linguagem, os símios afastaram-se cada vez mais do restante dos animais, sendo esses os principais estímulos responsáveis por influenciar o cérebro do macaco a evoluir para o cérebro humano. Nessa perspectiva, a evolução de um órgão

² Na criação da teoria da seleção natural Charles Darwin e Alfred Wallace foram influenciados pela obra de Malthus, An Essay on the Principle of Population, publicada em 1798.

pressupõe a mudança de diversos outros: ao passo que se evoluía a linguagem com adaptações do cérebro, tornou-se propícia a evolução de diversos outros órgãos como os do sentido: audição; visão; olfato; tato e paladar ((ENGELS, op.cit, p. 12/13).

Ao passo em que ocorrem mudanças, surgiram necessidades cada vez mais complexas. Uma delas de grande importância foi a alimentação que não mais se restringia a vegetais e se tornava cada vez mais diversa, não só por variação nutritiva, mas também pela necessidade de passarem a permanecer em grupos, fortalecendo assim, atividades como a pesca e a caça, além da criação de animais para suprir essa nova dieta alimentar. Para Engels, o trabalho, no verdadeiro sentido da palavra começa:

[...] com a elaboração de instrumentos. [...] São instrumentos de caça e de pesca, sendo os primeiros utilizados também como armas. Mas a caça e a pesca pressupõem a passagem da alimentação exclusivamente vegetal à alimentação mista, o que significa um novo passo de sua importância na transformação do macaco em homem. (ENGELS, 1876, p. 15).

Sintetiza o autor que, “graças à cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, não só em cada indivíduo, mas também na sociedade, os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a propor-se e alcançar objetivos cada vez mais elevados” (ENGELS, op.cit, p. 15). Essa perspectiva culmina ainda no desenvolvimento da agricultura, tecelagem, olaria, navegação, comércio, artes, ciência, ou seja, somos hoje fruto de um processo que advém do trabalho. Desenvolvemos, ainda, as nações e o Estado, além do direito, política e religião.

É preciso afirmar que as formas de trabalho sempre evoluem e se modificam, tendo em vista que “as produções mais modestas, fruto do trabalho da mão, ficaram relegadas a segundo plano” [...] “a cabeça que planejava o trabalho já era capaz de obrigar mãos alheias a realizar o trabalho projetado por ela” (ENGELS,op.cit., p. 15). Assim, os homens começaram a explicar seus atos pelos seus pensamentos, ao invés de procurar essa explicação em suas necessidades.

Percebemos nas anotações de Engels o caráter dialético³ entre a relação homem/natureza como aquele que a modifica e também é modificado por ela, o que nos diferencia dos outros animais por sermos capazes de criar tecnologias/ferramentas que nos possibilitam transformar condições adversas. Mas também

³ Ver KONDER, Leandro. O que é dialética. Ed. Brasiliense. São Paulo, 2008. (Coleção primeiros passos; 23). Disponível em: <http://afoicecomartelo.com.br/posfsa/Autores/Konder,%20Leandro/O%20que%20e%20dialetica.pdf>

como capazes de, em detrimento de interesses coletivos, obter vantagens individualistas e transformar o ambiente à nossa volta de maneira, muitas vezes irreversível, enfrentando consequências cada vez mais desastrosas.

Compreender a importância do trabalho na formação do homem torna-se fundamental instrumento analítico para a percepção das formações sociais e como se dão hoje as formas de apropriação. É imprescindível analisar o trabalho como valor de troca, presente no capitalismo e a luta de classes como resultado desse processo que se inicia com a apropriação dos recursos naturais.

Há uma relação bastante íntima entre o conceito de trabalho como valor de uso definido por Marx (2017) e a apresentado por Engels (1876). Ambos têm a compreensão de que a relação homem/natureza é indissociável e expressam uma dependência fisiológica. Porém, ao se dissociar efetivamente do macaco, o homem passa a lidar com um novo processo em construção, o social, que lhe propõe uma forma de comportamento diferente.

O conceito de trabalho, sua relação com a natureza e sua transição para a produção, onde ganha outra roupagem, na perspectiva de Marx (2017), expressa em *O Capital*, tem como ponto de partida a distinção entre o trabalho enquanto produtor de valor de uso e enquanto produtor de valor de troca.

Essa distinção se evidencia no sentido de que o conceito de trabalho enquanto produtor de valor de uso ou, como também denomina o próprio Marx (2017), trabalho concreto, é a condição fundamental e primeira da existência do homem, ou seja, é a condição indispensável para a existência de toda e qualquer forma de sociabilidade, expressa em suas próprias palavras, como mostra o trecho abaixo:

A produção de valores de uso não muda sua natureza geral por ser levada a cabo em benefício do capitalista ou estar sob seu controle. Por isso, teremos inicialmente de considerar o processo de trabalho à parte de qualquer estrutura social determinada. O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. (MARX, 2017, p. 327).

Pode-se compreender, assim, que o trabalho, além de ser uma condição humana, com íntima relação com a natureza - ao mesmo tempo em que a modifica é modificado por ela - nunca poderá deixar de existir, tendo em vista que se configura como uma forma de sociabilidade processual e não estática.

O trabalho enquanto produtor de valor de troca ou, nas palavras de Marx (2017), abstrato, tem sua origem pautada não mais na apropriação dos recursos naturais para atender as necessidades básicas do ser humano e sim no sentido de adquirir uma forma de sociabilidade específica, ou seja, uma forma mercantil que culmina no mercado. Analisando o modo de produção capitalista, Marx (2017) deduz que esse sistema funciona e se renova no fato de que o trabalhador vende a sua força de trabalho como mercadoria onde ele assume o papel de um mero produtor de valor de troca.

Se pudermos estabelecer uma diferença simplificada entre trabalho enquanto produtor de valor de uso e o trabalho enquanto produtor de valor de troca é que, o primeiro é uma condição natural da existência humana e de seu metabolismo que expressa a relação entre homem e natureza, independentemente de qualquer forma social. Já o trabalho enquanto produtor de valor de troca é uma forma especificamente social. Ao deixar o caráter útil, sua dimensão concreta, o trabalho passa a ser abstrato, ou seja, passa a ser pautado na produção de mercadoria.

Ao considerar os processos humanos e as relações de trabalho, temos - desde as revoluções burguesas e industrial do Século XIX -, contrastes sociais que advêm da forma como eles se estabelecem, tendo em conta especificidades demarcadas pelo tempo necessário à renovação dos ciclos naturais. No geral, formas tradicionais de relações de trabalho são substituídas por práticas predatórias que visam a aceleração da produção e subjugam o ser humano a uma lógica que prioriza somente a produtividade demarcada pela quantidade de lucro seja capaz de gerar.

Esse contraste expressa bem a atual teia de relações vivenciadas no campo, onde uma parcela da sociedade tenta manter o vínculo afetivo, as relações de trabalho e respeito à natureza, resistindo através da luta organizada às investidas de outra parcela da sociedade que detém o controle das técnicas, que tenta sobrepor sua lógica de desenvolvimento aos demais através do controle dos meios de produção e do poder advindo do Estado.

Petras (2003) reflete que depois da metade da década de 1970 termos como “reforma agrária”, “cooperativas”, “política redistributiva” e outros associados com as lutas camponesas, perderam lugar para a linguagem da “modernização”, “forças de mercado”, “estratégias de exportação” e destaca o papel do Estado nesse contexto:

Os Estados Unidos estavam interessados em acabar com a agricultura baseada no pequeno produtor e intensificar a agricultura capitalista para o mercado internacional, utilizando insumos caros (fertilizantes, pesticidas, sementes, maquinário). O Brasil foi a vanguarda desta estratégia. Os ditadores militares do país promoveram a profissionalização da produção em grande escala para a exportação de itens como a soja, café e suco de laranja. A repressão militar aos movimentos sociais do campo e a eliminação da reforma agrária, conduziram a uma intensa diminuição da população do campo e a migração massiva destas pessoas para as favelas e periferias das grandes cidades (PETRAS, 2003, p. 5-6).

No entanto, após a luta política e o fim da ditadura militar, a partir de 1985, em paralelo às intensas transformações ocorridas no campo, decorrentes das investidas do capital, acirram-se os conflitos agrários e uma das características fundamentais expressas pelos camponeses, no início desse século, é a organização dos trabalhadores e as reivindicações marcadas por lutas pela posse e a permanência na terra. A partir da década de 1990, principalmente, têm-se uma intensificação dessas lutas e, fruto dela, o número expressivo de assentamentos rurais.

Ao longo do século XX, ao mesmo tempo em que a expansão capitalista cria e recria condições para a produção camponesa em determinadas áreas do país, em outras o avanço do processo de privatização e valorização das terras se dá paralelamente à difusão das relações de produção capitalista na agricultura, em detrimento de diferentes formas de existência camponesa. Nestes casos, a reprodução camponesa é cada vez mais ameaçada e as principais estratégias adotadas para enfrentar esta situação têm sido historicamente as seguintes: a migração para novas áreas e a resistência à expropriação por meio da luta. Estas duas alternativas têm na questão do acesso a terra o seu principal motor. (MARQUES, 2003 p. 2/3).

No tópico a seguir serão apresentadas as especificidades do trabalho no campo nesse início de século, seus desafios e como manifestam interesses de classe nesse contexto.

ESPECIFICIDADES DO TRABALHO NO CAMPO NESSE INÍCIO DE SÉCULO

As especificidades de trabalho no campo brasileiro, nesse início de século, são frutos de intensas transformações no modo de produção, no desenvolvimento tecnológico, nas formas e usos da terra e em como a sociedade se organiza em sentido contrário às reivindicações que se justificam

pela necessidade de se manter o trabalho coletivo como forma alternativa de reprodução da vida.

Segundo Benedicto et al (2007), o modo de produção e as relações de trabalho no campo são temas relevantes, primeiro, pela desprezada importância nas reflexões da categoria social trabalho, mesmo na campo crítico. Essa dimensão teórica tem se constituído mais na dimensão urbana, seguindo ainda preceitos sobre o proletariado como sujeito histórico da mudança social, povoados na literatura marxiana do Século XIX. Sua importância se acentua e clama por novas definições de sujeitos históricos, uma vez que as relações capitalistas de produção e a luta de classes têm se expandido ao campo ao longo do últimos século (XX) e se aprofunda neste (XXI). A maneira como a produção agropecuária tem aumentado significativamente com intensos investimentos no setor, tem gerado, paralelamente, impactos negativos na forma e no nível de renda e emprego da população rural mais empobrecida, bem como no uso e usufruto da terra.

Assim, muitos pesquisadores têm diagnosticado, em várias partes do mundo ocidental, que as transformações no meio agrícola têm se mostrado socialmente excludentes, provocando uma diminuição das populações rurais bem como o aumento da precarização do emprego para aqueles que lá permanecem. Estudos realizados por diversas áreas do conhecimento (dentre elas a Administração, a Economia e a Sociologia Rural) têm demonstrado que tais transformações mantêm uma estreita relação com a incorporação de novos padrões tecnológicos. Sendo assim, a principal característica desses novos padrões tecnológicos é a exclusão social de uma grande massa de trabalhadores e a precarização do emprego e das relações de trabalho. (BENEDICTO et al. 2007 p.1).

Tem-se, então, uma relação de trabalho e produção campesina caracterizada por duas relações de produção distintas: formas capitalistas e não capitalistas de produção. A primeira, segundo Oliveira (2007), baseia-se na separação dos trabalhadores dos meios de produção fazendo-os aparecerem livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho. Assim, “livremente” são forçados a vendê-la aos capitalistas, estes sim, proprietários dos meios de produção. “O capitalismo transformou a desigualdade econômica das classes sociais em igualdade jurídica de todas as pessoas da sociedade. Só pessoas jurídicas iguais podem assinar contratos. Só pessoas jurídicas iguais podem romper esse contrato quando quiserem”. (OLIVEIRA, 2007 p. 36).

Nesse sentido, há uma relação de trabalho baseada na troca, onde um trabalha, ou seja, vende a força de trabalho, enquanto o outro a compra e a paga,

através do salário. Assim, surgem os agentes específicos da produção capitalista: o proprietário dos meios de produção e os proprietários da força de trabalho.

Essa lógica encobre o fato de ser, a força de trabalho, como sendo a única capaz de produzir outras mercadorias; torna-se, por isso, especial e tanto que o capitalista destina boa parte do seu capital para obtê-la. Segundo Oliveira (2007), com base em Marx (2017), a capacidade de realizar trabalho torna-se propriedade econômica do capitalista, algo que pertence ao capital e não ao trabalhador.

Como o trabalhador tem a capacidade de produzir mais do que aquilo que necessita para viver, o capitalista faz retornar ao trabalhador, sob a forma de salário, apenas aquela parte do valor produzido (obviamente convertido em dinheiro) para que ele (o trabalhador) adquira no mercado o que precisa para reproduzir-se como trabalhador, ou seja, para que ele continue trabalhador, e assim continue também vendendo sua força de trabalho para o capitalista. (OLIVEIRA, 2007 p. 37).

Essa relação é de extrema desigualdade, tendo em vista que o capitalista ganha e o trabalhador perde. “O que o capitalista ganha nessa relação é a fração de valor criado que não é revertida para o trabalhador (mais-valia) e sim apropriada pelo capitalista sob a forma de lucro do capital, ou seja, como sendo propriedade do capital” (OLIVEIRA, 2007 p. 37).

Importante aqui é entender as relações de trabalho e produção no campo, onde o capitalista, em sentido contrário às estabelecidas pela compra e venda de força de trabalho, muitas vezes arrenda a terra, que é o meio de produção principal. Nessa relação, ele tem controle sobre, por exemplo, as máquinas, as ferramentas, os insumos que são os meios necessários para se produzir.

É necessário afirmar que são muitos os setores e lugares onde essa relação de produção aparece no campo. Em geral, ela domina aqueles setores onde o processo produtivo necessita de pouco tempo de trabalho, como é o caso, por exemplo, da pecuária de corte e do reflorestamento. Ou aparece também, naqueles em que o avanço tecnológico permite uma redução do tempo de produção em relação ao tempo de trabalho, como é o exemplo da avicultura, da pecuária estabulada ou confinada etc. (OLIVEIRA, 2007 p. 39).

De acordo com (OLIVEIRA, 2007 p. 40), as formas não capitalistas de produção são produto do próprio desenvolvimento contraditório do capital. “A expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução”.

Essa subordinação, se relacionada ao campo, se dá através do processo de apropriação da terra, transformando-a em renda capitalizada. “É neste contexto que se deve entender a produção camponesa: a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital. [...] o camponês e o latifundiário como criação do próprio capitalismo, e não algo estranho, externo a ele” (OLIVEIRA, 2007 p. 40).

Marques (2008), afirma que a luta pela terra hoje existente no país compõe um importante capítulo da história do campesinato brasileiro. Esse conflito se estabelece a partir dos interesses expressos entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa. Mas na atualidade são muitas as novidades dessa luta, por exemplo, o processo de recampesinização da família sem-terra. Assim, tem-se um processo contrário ao da proletarianização, demonstrando que a possibilidade de recriação camponesa não se esgota com a expropriação e migração destas pessoas para a cidade.

O camponês brasileiro é um migrante e sua expropriação não tem representado uma ruptura total de seus vínculos com a terra. A maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante – relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem etc. O que explica, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de o acesso à terra se apresentar como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador (MARQUES, 2008 p. 65).

Esse processo de “recampesinização” que se concretiza a partir do momento em que se retorna à terra é proveniente de suas lutas e conquistas, não se dá de forma amistosa e sim através de “conflitos, ambiguidades e contradições, que traduzem a difícil passagem do projeto de vida para as práticas” (MARQUES, 2008 p. 66). Isso coloca em questão formas não capitalistas de apropriação do trabalho, ou seja, outras relações possíveis de serem estabelecidas em configurações sociais coletivas.

Essa breve caracterização do trabalho não teve a pretensão de esgotar a complexidade expressa pelas relações de trabalho e produção no campo. Pretendeu-se mostrar que a modernização do trabalho e da agricultura pelo capitalismo, tentando impor determinada sociabilidade produtiva, e as resistências a ela pelas lutas camponesas, trouxeram para o campo do debate conceitual o contínuo avanço do capital e a (im) possibilidade do desaparecimento do campesinato. Coloca em questão também uma recomposição da categoria

teórica trabalho, bastante desenvolvida no âmbito da Sociologia, porém voltada mais aos circuitos dos grandes centros urbanos que se desenvolvem no âmbito predominante da exploração de mais-valia, conforme registraram autores já consagrados como Antunes (1982), Giovanni Alves (1999), Rui Braga (1996), entre outros, ao tratarem o tema das reestruturações produtivas que o capitalismo empreendeu sob o avanço das novas tecnologias e da automação nos grandes setores industriais e de serviços.

Porém, o que se observa no trabalho rural é que, apesar das tentativas de substituição do campesinato pelas relações capitalistas de produção, reafirma-se não só o conceito de camponês como também a resistência pela reprodução do seu modo de vida e a apropriação do trabalho em outras bases de constituição dos direitos cidadãos.

Almeida (1997, p.75) reflete sobre contradições expressas pelo Estado, quando se propõe a constituir todos os agentes de uma formação social em cidadãos, ao mesmo tempo em que deve, por compromisso de classe, “assegurar a legitimidade da expropriação do excedente”. Congilio (2004, p. 252) acrescenta que se “essas contradições, por um lado, segregam e segmentam as classes trabalhadoras, por outro, geram as condições que dão origem às lutas por novas formas de sociabilidade, contra a tirania do capital”.

Nessa perspectiva, torna-se necessário compreender o processo de transformações pela qual passam os atores sociais do campo e como esse conceito vem se ressignificando. No tópico a seguir será apresentada a compreensão do que, para esse estudo, chamamos de camponês, bem como os motivos que nos levaram a optar pelo uso desse conceito e não dos demais.

SOBRE OS CONCEITOS DE CAMPONÊS

O conceito de camponês há muito vem se mantendo aceso nas discussões teóricas e se insere no debate científico de reafirmação ou substituição de seu uso, se ele deve ou não ser utilizado para explicar a realidade do campo brasileiro. Isso se dá principalmente no que se refere a atual conjuntura campesina que enfrenta um avanço significativo do agronegócio no campo, com forte modernização tecnológica e alterações nas formas de cultivos e manejo da terra. Temos ainda que considerar a divisão do trabalho no mercado internacional e a posição subordinada que ocupamos nesse cenário, respaldado pelo Estado e o

fomento que impulsiona na exportação de *commodities* como elemento persistente na composição do PIB nacional. Em sentido contrário, os camponeses se engajaram em um processo que promove formas de ocupação e resistência com objetivo e perspectivas diferentes das aferidas pelo poder político e econômico.

Enfrentando um processo de ressignificação e a tentativa de substituí-lo pelo de “agricultura familiar”, o conceito de camponês contrasta com as intenções de substituição de seu uso por sua relevância política e histórica como alternativa frente aos avanços impostos pela agricultura moderna e o capitalismo. Nesse contexto apresenta-se uma discussão cujo objetivo é, nas perspectivas de Shanin (1979/2005), Marques (2008), Wanderley (2003/2014), Fernandes (2001), mostrar como esse conceito ainda deve ser utilizado nesse início de século, bem como sua relevância para compreendermos o campo brasileiro e as dimensões contemporâneas da luta de classes.

Ao definir o campesinato dando destaque à centralidade de sua característica básica, constituída pela unidade de produção familiar, é importante acrescentar que o conceito de agricultura familiar, principalmente nas últimas décadas do século XX, nasce de uma tentativa de substituir o de camponês, o que exige, do ponto de vista político, maiores reflexões.

Essa substituição se dá com base na adoção de uma abordagem evolucionista sobre o desenvolvimento da história e contribui para o empobrecimento do debate político em torno da questão agrária. Diferentemente do que ocorreu com o conceito de pequena produção, que aparece de forma articulada ao de camponês em algumas situações, o emprego do conceito de agricultura familiar passa pela afirmação de sua diferença em relação ao de camponês, que não mais se aplicaria às novas realidades criadas a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. (MARQUES, 2008 p. 61)

Nessa perspectiva Wanderley (2003), afirma que é possível entender o campesinato sob duas vertentes analíticas, porém complementares. “Em primeiro lugar, o campesinato se constitui historicamente como uma civilização ou como uma cultura”. (WANDERLEY 2003 p. 44). É preciso reafirmar que o campesinato tradicional não se constitui de forma isolada e sim em uma relação que se define como “sociedade englobante” mantendo laços de integração, dentre os quais são fundamentais os vínculos mercantis.

Em segundo lugar, os camponeses podem ser vistos como uma forma social particular de organização da produção que, se caracteriza pelo desenvolvimento de atividades geridas pela família. “Esse caráter familiar se expressa nas práticas

sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica” (WANDERLEY, 2003 p. 44). Necessário, ainda, é o reconhecimento da importância da família para a produção, das formas de colaboração para o trabalho, as expectativas profissionais, os arranjos matrimoniais e, até mesmo a transição sucessória dos filhos.

É evidente que essas duas vertentes não são contrárias e que se relacionam entre si. Com a modernização da agricultura, com o advento de novas tecnologias, há necessidade de assimilar novos conhecimentos técnicos para a realização do trabalho no campo, seja com plantas, animais, máquinas e formas de gerir todos esses recursos. O saber tradicional dos camponeses não dá conta de assimilar e orientar o comportamento econômico.

O camponês tradicional não tem propriamente uma profissão; é o seu modo de vida que articula as múltiplas dimensões de suas atividades. A modernização o transforma num agricultor, profissão, sem dúvida, multidimensional, mas que pode ser aprendida em escolas especializadas e com os especialistas dos serviços de assistência técnica. (WANDERLEY, 2003 p. 44).

Ao ser inserido nessa moderna forma de gerir seu trabalho, tempo e sua economia, o camponês tradicional tem toda a sua estrutura societária modificada profundamente. Muitos autores consideram o campesinato tradicional ultrapassado pelo mercado e pela sociedade moderna numa perspectiva evolutiva, o que culmina no processo de ruptura, contrapondo o camponês tradicional com o agricultor moderno. Há ainda os autores que, dando ênfase ao modo como se organiza e atua a unidade familiar, defendem, com maior afincio, os processos que representam uma continuidade entre o agricultor e o camponês.

Ao tentar estabelecer uma diferença relevante entre essas duas categorias, Fernandes (2001), baseado em teóricos da agricultura familiar apresenta o argumento de que o agricultor familiar, ao contrário do camponês, utiliza recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado. Isto significa admitir que toda agricultura camponesa é familiar, mas nem toda agricultura familiar é camponesa ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês.

Segundo Wanderley (2014), por um lado, o campesinato se caracterizaria pela forma mais tradicional da agricultura que, sem muitos recursos e sem vínculo com o mercado, seria de pequena escala. Por outro lado, a palavra

“camponês” apresenta uma forte expressão política, por ser associada aos movimentos sociais que, durante a trajetória de lutas, foi duramente perseguido pelos governos militares, após o Golpe de 1964. Nesse contexto surge a busca por uma expressão politicamente ‘neutra’ levando ao uso de denominações como ‘pequenos produtores’, ‘agricultores de subsistência’, ‘produtores de baixa renda’ que, além de imprecisas, carregavam um forte conteúdo depreciativo”. (WANDERLEY, 2014 p. 30).

A partir dessas discussões é que julgamos necessária a sobrevivência do conceito de camponês em estudos contemporâneos, sendo ela (a sobrevivência do conceito) de extrema importância para compreendermos a realidade do campo e, como afirma Shanin (2005), sua utilidade para entendermos os elementos das sociedades não camponesas.

Neste artigo o conceito de camponês será utilizado levando em consideração sua relevância histórica e política, sua forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, como afirma Wanderley (2014). Será reconhecida a importância tanto dos objetivos de suas atividades produtivas quanto o modo de organização do seu trabalho, o qual supõe a cooperação entre os seus membros.

As lutas travadas pelos camponeses são, como afirma Hébette (2004), uma realidade que tem contribuído não só para sua autonomia e a reafirmação do seu modo de vida como,

A persistência do campesinato no interior de uma sociedade globalmente subordinada ao capital e numa área de influência progressivamente penetrada por relações tipicamente capitalistas de produção apoia-se no intercâmbio espontâneo entre unidades camponesas e em relações mercantis ao comércio local. (HÉBETTE, 2004, p. 151).

A forma como os camponeses se comportam diante da realidade capitalista não significa a compreensão de que eles agem de forma isolada desse modo de produção. Pelo contrário, devem ser encaradas como parte integrante desse sistema, contudo, enfrentam-no por compartilharem lógicas diferentes onde um vê oportunidade de lucro e o outro a sua reprodução social.

A seguir discutiremos a importância da terra para a reprodução do modo de vida camponesa, pois, de acordo com Oliveira (2007), o campesinato deve ser entendido como classe social que é, como um trabalhador criado pela expansão capitalista, mas que mantém forte vínculo com a terra, um trabalhador que quer entrar na terra. “Deve ser visto como um trabalhador

que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e) migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem” (OLIVEIRA, 2007 p. 11). É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e) migrações.

O TRABALHO CAMPONÊS E A RELEVÂNCIA DA TERRA PARA REPRODUÇÃO DO SEU MODO DE VIDA

O campesinato brasileiro tem sido motivo de preocupações e de extensas discussões teóricas no mundo inteiro, pois as formas de vida tradicional e “precária” atribuídas aos que vivem no campo passam por intervenções relacionadas aos avanços tecnológicos e dos interesses capitalistas que, a todo o momento, apresentam técnicas e produtos para intensificar a produção no sentido de atender as demandas, não só do mercado nacional como internacional. A partir dos laços e do vínculo muito forte, de pertencimento com o seu ambiente de vida, pode se afirmar que “na configuração da existência do camponês a terra torna-se fundamental, haja vista ser ela a fonte de reprodução da própria condição camponesa” (SILVA, INÁCIO 2012 p. 7). Além da terra, as formas como organizam a produção e o papel da família nesse processo são outros elementos definidores do campesinato.

Principalmente durante o século XX, diferentes segmentos do campesinato (trabalhadores rurais sem-terra, posseiros, indígenas, quilombolas, etc.), têm se manifestado e tomado uma posição de enfrentamento no meio rural através de lutas que lhe garantam a permanência na terra. Esses enfrentamentos se configuraram a partir da expansão do capital e da necessidade da garantia de sua sobrevivência enquanto classe social, mantendo sempre os elementos de sua produção e reprodução no campo.

Segundo Oliveira (1991), são necessários pelo menos dois conjuntos de elementos para analisar a produção camponesa que nos permitem compreender a importância não só da terra como também da organização do trabalho. O primeiro ligado à “presença e qualificação da força de trabalho e outro ligado aos meios de produção e, sobretudo, à propriedade da terra” (OLIVEIRA, 1991 p. 55). Abaixo serão elencados alguns elementos necessários para essa discussão apresentados por Oliveira (1991) *Apud* Tavares (1978).

O primeiro elemento nessa caracterização é a força do trabalho familiar que funciona como o motor do processo de trabalho.

[...] a presença da força de trabalho familiar é característica básica e fundamental da produção camponesa. É, pois derivado dessa característica que a família abre a possibilidade de combinação muitas vezes articulada de outras relações de trabalho no seio da unidade camponesa. É assim que o *trabalho assalariado, ajuda mútua e parceria* aparecem como relações que garantem a complexidade das relações na produção camponesa. Porém essa complexidade de relações estabelecidas é primeiro e fundamentalmente, articulada a partir da família, a partir da hegemonia que o trabalho familiar exerce nessa unidade de produção e consumo. (OLIVEIRA, 1991 p. 56).

Diante da falta de recursos, muitas vezes os camponeses recorrem à ajuda mútua para conseguir completar as suas necessidades em relação ao trabalho, como, por exemplo, o sistema de mutirões e também a troca de dias trabalhados.

Outro elemento é a parceria na relação de trabalho que decorre principalmente da falta de recursos financeiros para assalariar permanentemente os trabalhadores em suas propriedades. “O camponês ao contratar o parceiro divide com ele custos e ganhos. Assim tenta superar a falta de capital variável, que o levaria a deixar de ser praticamente camponês, para transforma-se em um pequeno capitalista” (OLIVEIRA, 1991 p. 56).

O trabalho acessório⁴ do camponês constitui outro elemento da produção camponesa. Com ele o camponês pode se transformar em um trabalhador assalariado por uma determinada jornada. Quando se fala em força de trabalho assalariado na unidade de produção camponesa, é necessário deixar claro que se trata de uma atividade temporária e de épocas específicas, onde a família sozinha não consegue dar conta e com agilidade de certas tarefas, principalmente da colheita.

Em geral, o período da colheita tem levado o camponês a experimentar o assalariamento. Deve-se verificar caso por caso no seio do território brasileiro, pois, no Sul do país, o assalariado é um proprietário ou seu filho; ainda não se trata, portanto, de um trabalhador expropriado totalmente. E o camponês que contrata não é um capitalista, não trava com ele uma relação social de produção especificamente capitalista. (OLIVEIRA, 1991 p. 58).

Ainda segundo Oliveira (1991), essa relação de assalariamento temporária pode avançar para uma relação de exploração permanente a partir do momento em

⁴ É o meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho; essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar na unidade camponesa.

que conjunturalmente seja possível o aumento da renda diferencial nas mãos do camponês (que pode constituir-se em trabalho acessório do próprio camponês).

Outro elemento que é central nessa discussão sobre a produção camponesa é a propriedade da terra. A posse da terra camponesa difere-se da propriedade capitalista tendo em vista que ela é de propriedade familiar não tendo como objetivo explorar o trabalho de alguém. “Estamos aqui diante da propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador. É, pois, terra de trabalho, propriedade do trabalhador, não é fundamentalmente instrumento de exploração” (OLIVEIRA, 1991 p. 61).

Há casos, como afirma Oliveira (1991), em que ocorre a expropriação da terra por dívidas assumidas com os bancos que oferecem empréstimos que custeiam os investimentos necessários à produção. Nesse caso, o trabalhador continua com a posse da terra, mas anualmente é obrigado a pagar os juros para o banco. Assim, os bancos tiram do trabalhador a renda da terra sem, necessariamente, ter a posse, forçando a passagem do agricultor da condição de proprietário para nominal, entrando, assim, em uma relação social com a terra mediatizada pelo capital.

Nessa perspectiva, existem camponeses que procuram ter acesso à terra através do pagamento pelo seu uso, quando recusam a condição de proletário e perdem ou não possuem a propriedade da terra. As formas de pagamento variam, podendo ser feitas através de produtos quando o regime é de parceria, transferindo ao proprietário sua renda em produtos; pagamento em dinheiro, quando se torna um rendeiro; através do pagamento em trabalho, transferindo ao proprietário dias de trabalho, podendo o proprietário, além de consumir essas rendas, transformá-las em capital.

Outro elemento da produção importante a mencionar é a propriedade dos meios de produção que, “na maioria são adquiridos, portanto, são mercadorias. Uma parte desses meios é produzida pelos próprios camponeses, não assumindo assim a forma de mercadorias”. (OLIVEIRA, 1991 p. 63). É com base no acesso a essas mercadorias, aos meios de produção, que se estabelece a relação entre o camponês e o capital.

Por fim, a jornada de trabalho se constitui em outro elemento da produção camponesa, tendo em vista que é estritamente particular, sem a obrigação de obedecer a uma lógica estabelecida pelo capital. A dinâmica de trabalho varia de acordo com o produto cultivado e da época do ano. Segundo Oliveira (1991), essa lógica de trabalho é que abre espaço para o camponês assalariar-se através do trabalho acessório.

Dentre todos esses elementos aqui descritos, o acesso à terra é condição fundamental para a existência do modo de vida camponês, ou seja, “[...] a posse da terra permite a unidade entre produção e consumo, moradia e trabalho. A relação do camponês com a terra, da mesma forma que a sua organização da produção, não obedece à lógica capitalista” (MARQUES, 2008, p. 34). A terra expressa o controle sobre o processo de trabalho e uma autonomia frente às pressões da economia capitalista. Ela representa muito mais do que somente um meio de produção, ela reflete o significado do processo de trabalho e sua inscrição no cotidiano familiar. Contudo, não se pode apartar dessa relação as mediações resultantes do regime de propriedade privada e do mercado de terras.

A frequente pobreza que tem marcado sua condição na sociedade brasileira está relacionada, entre outras coisas, à sua aparição habitual em terras marginais à economia, ou por sua localização, ou por sua fertilidade. Sob o capitalismo, o processo de apropriação pode ocorrer de diversas maneiras, mediadas por diferentes relações sociais. (MARQUES, 2008, p. 34).

Especialmente a partir dos anos 1990⁵, os camponeses passaram a se organizar e a enfrentar o poder do capital através das ocupações de grandes propriedades, por meio da luta pela terra. Segundo Fernandes (1999):

A ocupação da terra é uma forma de intervenção dos trabalhadores no processo político e econômico de expropriação. Nas duas últimas décadas, as ocupações tornaram-se, ainda mais, um processo importante de recriação do campesinato e não podem ser ignoradas (FERNANDES, 1999, p.269).

A luta pela terra constitui um dos principais elementos para compreendermos a questão agrária no Brasil e a formação do campesinato. Trata-se de uma ação que os trabalhadores encontraram para enfrentar a exclusão causada pelo capital e pelos proprietários de terra. Para Fernandes (1999), a ocupação é, portanto, uma forma que permite a recriação e criação das experiências provenientes do seu modo de vida.

⁵ É importante frisar que, antes da década de 1990, as lutas camponesas já eram uma realidade no Brasil. Foi, com as Ligas Camponesas, nas décadas de 1940 a 1960, antes do período da ditadura militar que, segundo Oliveira (2007), a luta pela reforma agrária no Brasil ganhou dimensão nacional. Elas surgem “quando a grande concentração de terras e a extrema desigualdade social se tornam mais evidentes com as mudanças verificadas nas relações de trabalho e aparecem como fundamentos da questão agrária brasileira” (MARQUES, 2008 p. 60).

A seguir faremos uma discussão em torno dessa luta no sudeste paraense, local de intensas manifestações dessa dicotomia entre capital e seu avanço e as formas tradicionais representadas pelos povos dessa região.

O SUDESTE PARAENSE NO CIRCUITO DA EXPANSÃO DO CAPITAL

Na região sudeste paraense, a luta pela terra está arraigada ao papel do Estado que começa a interferir nas bases do poder local representado pelas oligarquias que detinham a concessão de vastas terras. O poder que antes se concentrava nas mãos das oligarquias, se rearticulou e criou estratégias para coexistir com as dinâmicas, cada vez mais crescentes e diversificadas, pensada para atender as necessidades dessa nova forma de expansão do capitalismo na região.

As demandas contempladas pelas políticas do Estado não tiveram como foco principal a sociedade e sim as necessidades dos grupos empresariais que pretendiam expandir seus lucros pautados no discurso do desenvolvimento e do progresso.

A política de colonização promovida pelo Estado nos anos de 1960 fez parte da estratégia de unir os interesses da burguesia do país na Amazônia. Através da unificação dos interesses entre o capital e o Estado nasceram as estratégias de colonização sob o domínio das empresas privadas, tendo em vista a especulação imobiliária. Por outro lado, enquanto a expansão capitalista privilegiou os grandes conglomerados econômicos nacionais e internacionais, reprimiu as iniciativas da classe trabalhadora por meio da ditadura. (PICOLI, 2006 p. 10/11).

A questão, não só das lutas como das formas de resistências é há muito debatida e estudada na região sudeste paraense, território fundamental à expansão capitalista por conter grandes reservas naturais, principalmente diferentes tipos de minérios. Na tentativa de entender como se deu o processo de expansão do capital na região, refletindo em toda a estrutura política, ideológica e social, Emmi (1996) nos apresenta uma discussão que vai desde a constituição das oligarquias e o poder local, baseado na extração da castanha, até a transição para proeminência do governo federal, quando, com interferências do Estado, a região entra no circuito internacional diversificado de mercadorias, especialmente o do minério.

As oligarquias no sudeste paraense podem ser entendidas como um grupo que controlava “os poderes político, econômico e social local – e conservava na gênese de seu poder o usufruto da terra, associadas aos interesses comerciais

de exportação da castanha constituída por grupos familiares que em diferentes épocas controlavam o poder” (Emmi e Marín, 1996 p. 55).

Com a necessidade de rearticulação do capital em seu processo de expansão, as oligarquias começam a perder o direito às concessões, ou seja, o Estado começa a querer retomar aquilo que anteriormente era concedido, uma vez que a terra começa a ter um valor de mercadoria e surge o interesse em torno de sua venda. Muitos oligarcas da castanha acabam vendendo parte daquilo que era concessão após legitimarem essas terras e as transformarem em mercadoria. Vendem-na para o próprio Estado, de quem eram concessionários, ou as transformam em latifúndios.

Esse valor de mercado faz com que haja uma nova dinâmica migratória, como os posseiros, por exemplo, que ocupam parte dessas terras, tendo em vista que são áreas muito extensas e os agora “donos” não conseguem ter o controle total. Surgem também grandes empreendimentos empresariais com interesse na exploração, não só pela retirada da matéria prima, como também de força de trabalho.

Segundo Emmi (1996), as oligarquias permanecem engajadas nesse novo cenário que se anuncia, mas não mais sozinhas, pois surgem outros grupos com interesses distintos nessa região: os posseiros, a própria colonização do governo com a política de reforma agrária feita pelos militares, o latifúndio agora legitimado pela posse. Tem-se uma mudança que não mais se caracteriza pela concessão e sim por um latifúndio que é legitimado pelo dinheiro, pois a terra tornou-se uma mercadoria que foi comprada e legalizada, o que legitima a ação.

Ainda de acordo com Emmi (1996), se pensarmos do ponto de vista do desenvolvimento, nesse momento que se passa das oligarquias dos castanhais para o latifúndio, tem-se não só nessa região, mas no mundo, grandes acontecimentos que se interligam como, por exemplo, o pós-segunda guerra; o momento crescente do capitalismo nos anos 1945/1960; uma nova crise capitalista nos anos 1970 e a necessidade de expandir capital pela exploração da força de trabalho a baixo custo e matéria prima em abundância, além de sucessivos golpes que instalam longos períodos de ditadura militar, na América Latina, incluindo o Brasil. De acordo com a citação abaixo, esse período

[...] tinha em seu cerne a implantação de grandes projetos, o apoio ao deslocamento de grupos e empresas capitalistas para a região através de incentivos fiscais e creditícios. Por meio de uma intensa propaganda incentivava também o deslocamento de famílias sem-terra de outros estados para o sul e sudeste do Pará. O incentivo à migração tinha entre seus objetivos garantir mão de obra para esses empreendimentos. Milhares de famílias migraram para a região em busca de terra para morar e produzir, no entanto,

a colonização planejada pelos militares não atendeu à maioria absoluta dos migrantes. A ocupação de terras passou a ser então uma das alternativas para essas famílias de migrantes sem-terra. (AFONSO, 2016, p.17).

Nesse contexto, o Estado brasileiro está sob uma ditadura militar que constitui Marabá como área de segurança nacional. É preciso conter as oligarquias que não aceitam as investidas do capital externo e a interferência do Estado em seus negócios. Vê-se que é preciso conter o grande poder que as oligarquias possuíam, como, também, os conflitos agrários resultantes do processo migratório que era intenso.

Marabá é inserida no mercado internacional, não mais como sendo fornecedor de poucos produtos como a borracha ou a castanha e, agora, não só fornecia mercadorias diversificadas como também recebia. De acordo Emmi (1996), houve um crescimento populacional bastante expressivo no município, entre as décadas de 1960/70, passando de 24.474 habitantes para 59.745 habitantes em 1980, ou seja, mais que o dobro. Já no início da década de 1990 esse número chega a 122.231 habitantes, alterando assim as características dos blocos de poder.

O bloco de poder, segundo Emmi (1996), é constituído pela fração da classe burguesa que o detém e que, em conjunto com outros setores, mantém a dinâmica local. Se havia antes o controle pelo conjunto das famílias oligárquicas no ciclo da castanha, agora, o bloco vai ter outros componentes, como por exemplo, bancos, frações do capital financeiro, do capital internacional e ainda, a presença das oligarquias locais. Para manterem-se com privilégios elas se articularam com outros setores de poder e abriram espaços para outras frações. Esse bloco que antes era praticamente familiar agora se fundiu com o capital internacional que chegou a frações cada vez mais diversificadas, ainda com toda a infraestrutura logística e as políticas que lhes favoreciam a partir do Estado.

Segundo Hébette (2004), as multinacionais chegam nesse processo de recomposição (de caráter econômico) da região e mudam a dinâmica territorial. O autor destaca ainda o perfil geral dessas multinacionais e as dificuldades em caracterizá-las no âmbito nacional, pois, às vezes, uma determinada empresa aparece com várias nomenclaturas. No processo de desenvolvimento do capital, isso significa uma imensa concentração de renda em mãos de pequenos grupos empresariais.

Quando se tem uma grande concentração dos recursos naturais, da utilização da força de trabalho e uma centralização da dinâmica do território nas mãos de poucos grupos capitalistas, eles têm autonomia para decidir o que, como e para

quem produzir. Afirma Hébette (2004) que eles produzem para o próprio lucro e tem-se um processo eterno de concentração e reconcentração de renda e de poder do mercado mundial.

Hébette (2004) reafirma o caráter predatório desse capital concentrado em grandes empresas constituídas em poucos grupos. São inúmeros os impactos causados por essas empresas, seja no solo, provocados pelas grandes máquinas e equipamentos; o desmatamento descontrolado que culmina na questão ambiental pela lavagem dos dejetos; a contaminação atmosférica e a aquisição de terras, dentre outros. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra – CPT (2018), o projeto político e econômico que vem se desenvolvendo na região age estrategicamente na tomada de áreas ocupadas por famílias tradicionais com o objetivo de se apropriar não somente dos bens naturais como também da vida daqueles que resistem nesses territórios.

Com a chegada do Distrito Industrial de Marabá⁶, decorrente do processo de expansão do capital, tinha-se a ideia de que a produção seria verticalizada, transformando matéria prima em produtos industrializados. O Distrito Industrial de Marabá se intensifica quando chega, ainda na década de 1980, a estrada de ferro que traz consigo as guzeiras como sendo fundamentais para a produção de ferro e uma das maiores responsáveis pelo processo de desmatamento na região. Hébette (2004), nos chama a atenção para o fato de que todas essas mudanças foram propiciadas pelo Estado da ditadura militar, através de grandes incentivos fiscais para que essas empresas viessem se instalar na região. Afonso (2016), reforça:

O governo militar promoveu a expansão capitalista na região através de uma política de distribuição de terras, incentivos fiscais, disponibilização de crédito e implantação de obras de infraestrutura. Dessa forma, a penetração do capital em busca das riquezas naturais e minerais se intensificou. Através das facilidades oferecidas pelo Estado inúmeras empresas nacionais e internacionais se instalaram na região com o objetivo de promover a exploração madeireira, a criação extensiva de gado de corte, a especulação imobiliária da terra e a extração mineral. As ações do Estado nesse período não consideraram a população local (indígenas, posseiros, pescadores, extrativistas e garimpeiros) que já habitavam a região e, também, os milhares de migrantes pobres

⁶ Segundo Santos e Michelotti (2015), o Distrito Industrial de Marabá (DIM) foi instituído em 1988 nos primórdios da implantação do PGC utilizando como estratégia algumas vantagens como isenção de impostos, sobretudo, do Imposto de Renda para que as siderúrgicas e quaisquer outros empreendimentos industriais, como produção de alimentos, exploração de madeiras, indústrias de prestação de serviços (empreiteiras, construtoras, empresas de terraplenagem, etc...) se instalassem na área com capacidade para até 100 empreendimentos industriais. Nessa primeira fase, embora o objetivo fosse atrair indústrias que pudessem beneficiar o minério até sua transformação em aço, instalaram-se apenas empresas produtoras de ferro-gusa, como a Companhia Siderúrgica do Pará (COSIPAR) e a Siderúrgica Marabá (SIMARA).

que se deslocaram a partir da propaganda oficial da integração nacional, das políticas públicas e principalmente da distribuição de terras para assentamentos rurais. O sul e o sudeste do Pará foram fortemente impactados por esse modelo de desenvolvimento. (AFONSO, 2016, p.123).

Percebe-se que as ações em torno das políticas de desenvolvimento e expansão do capitalismo deixam sequelas no que tange a organização social, pois se apropriam, além dos recursos humanos, também dos naturais, sem levar em consideração as formas de vida, costumes e tradições das comunidades que ali habitam. Aliado a isso, ampliou-se também a grande propriedade de terras, o que tornou a violência no campo cada vez mais contundente contra os camponeses.

A cada ano surgem novos conflitos no campo que se reconstróem, ganham novos aspectos e novos atores, com violência intensificada ao extremo contra as populações tradicionais, nos anos posteriores à derrubada da Presidenta Dilma, em 2016, quando forças mais conservadoras e agressivas tomam de assalto o país. Tem sido notável o crescente número de vítimas, principalmente na região Norte do país pelo seu grande potencial econômico, tendo em vista que os processos de ocupação e exploração mantêm o fluxo necessário para que o capitalismo se mantenha enquanto modelo econômico e com as formas de violência contra as comunidades tradicionais e ao campesinato. No caso da região sudeste paraense, as relações de conflitos são constantes, pois a região está inserida na grande floresta amazônica, com grande potencial de recursos naturais, o que justifica os altos investimentos de diferentes setores da economia. Assassinatos de indígenas e lideranças camponesas têm se tornado rotina naturalizada no cenário nacional.

Há uma multiplicidade de empresas que chegam cada vez mais, pertencentes a um número pequeno de empreendimentos, de grupos empresariais que detêm a dinâmica voltada para seus interesses acionários, seus interesses no mercado mundial, trazendo consequência para o modelo de desenvolvimento, que não é o desenvolvimento humano, mas o desenvolvimento capitalista.

Sabe-se que o capitalismo é o modo de produção dominante no mundo e que se constitui sobre uma determinada forma de organização política e social. O Estado é a expressão máxima dessa relação. Nessa condição torna-se inviável pensar na constituição de uma sociedade democrática onde o poder não esteja centralizado em torno de interesses particulares comandados pelo grande capital e que se sobrepõem aos interesses coletivos. Por detrás dos interesses manifestados pelo Estado estão os países chamados desenvolvidos, pelos quais o Brasil se encontra em uma relação de dependência histórica.

Embora se tenha toda uma dinâmica em torno do processo de expansão do capital na região sudeste paraense, bem como em todo o território nacional, que engloba não só as novas formas de poder como também o processo de aculturação, de assimilação e transformação, têm-se processos de resistência que, embora influenciadas pelas novas dinâmicas, tentam manter vivas suas culturas e modos de vida tradicionais.

O capitalismo na Amazônia, principalmente na região sudeste paraense, trouxe mudanças significativas para as comunidades tradicionais através dos grandes projetos que aprofundam a relação de dependência e o papel de fornecedor de matéria prima proveniente de recursos naturais e do agronegócio. *O que comumente se chama de “desenvolvimento” tem, como característica*, aprofundar as desigualdades e manter grande parte das populações exploradas pelo trabalho e distantes das riquezas que aqui produzem. No entanto, as dinâmicas sociais se rearticulam, seja como forma de resistência ou como aqueles que se vinculam a essa lógica, tal como o poder oligárquico local. Constituem, assim, novas dinâmicas territoriais nas quais a posse e uso da terra são elementos que não se apartam da categoria social trabalho em suas múltiplas dimensões.

O TERRITÓRIO CONSTITUÍDO A PARTIR DO MOVIMENTO

Há uma grande quantidade de concepções teóricas que definem o território. Aqui, nos interessa apresentar algumas dessas concepções no sentido de compreender como eles se constituem através das lutas sociais e como esse conceito se relaciona com o de espaço, tendo em vista que essas relações se concretizam no espaço geográfico.

Haesbaert (2009), em suas discussões acerca do conceito de território, como ponto de partida para a compreensão da desterritorialização, classifica-o em três vertentes: a primeira denominada de política, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado e, no qual, se exerce um determinado poder, especialmente estatal. A segunda é denominada de cultural, apresenta como fundamental a dimensão simbólica, mais subjetiva; aqui o território é aceito, sobretudo, como resultado da assimilação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. A terceira é a dimensão espacial das relações econômicas e onde o território é tido como fonte de recursos econômicos, mas também onde se encontram as classes sociais, a relação capital-trabalho, melhor,

a divisão territorial do trabalho. É interessante acrescentar ainda a interpretação naturalista que, embora menos usada, ainda é objeto de discussão de alguns autores, seja na perspectiva relacionada ao comportamento animal, seja na relação da sociedade com a natureza.

Haesbaert (2009) destaca ser o território concebido a partir da existência de múltiplas relações de poder, desde o poder material das relações econômico-políticas até mesmo o poder mais simbólico das relações de ordem cultural, não sendo, assim, possível conceber territórios puros. A dimensão das relações de poder é fundamental na compreensão do território, em nível macro e micro.

Para Santos (2004), o território não se apresenta como forma definitiva e organizada do espaço, porém, há sinais que permitem compreender que o território corresponde ao palco onde se realizam as atividades criadas a partir da herança cultural do povo que o ocupa; é também uma fração do espaço local articulada ao mundial.

Santos (1988), afirma ser o conceito de território formado por variáveis, como exemplos a produção, as firmas, as instituições, os fluxos, as relações de trabalho. Essas configurações territoriais são conectadas umas às outras.

Formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas, florestas e também de recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. É esse conjunto de todas as coisas arranjadas em sistema que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país. (SANTOS, 1988, p.75-76).

Segundo Raffestein (1993, p.150), o território é entendido como “espaço da prática social”, o que significa dizer que se configura na apropriação de um espaço e na noção de limite manifestadas nas relações de poder. Essa reflexão espaço-território tem estudos teóricos bastante distintos. Diferente de Santos, nessa perspectiva teórica, não se recorta o espaço, mas transforma-o em substrato para a “criação” do território. (RAFFESTIN, 1993 p. 26), afirma que “espaço e território não são termos equivalentes e nem sinônimos”:

É fundamental entender como o espaço está em posição que antecede ao território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível. Apropriando-se concretamente ou abstratamente (por exemplo, através da representação) de um espaço, o ator o “territorializa”. Para construir um território, o ator projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade. O espaço é a “prisão original”, de acordo

com a definição de Gunnar Olson, a “jaula”, segundo Jean Brunhes; ao contrário, o território é a prisão que os homens constroem para si, reorganizando as condições iniciais. (RAFFESTIN, 1993, p. 26).

O autor compreende o território a partir da apropriação do espaço estabelecida por relações de domínio, ou seja, pelo poder, já que o espaço aparece como “matéria-prima”, o território resulta da sua apropriação e dominação. Assim, em Raffestein (op.cit.), os atores produzem o território a partir do momento que expressam suas relações no espaço, produzidas através da energia e da informação, da efetivação, no espaço das redes de circulação-comunicação, das relações de poder, das atividades produtivas, das representações simbólicas e das malhas.

De acordo com Fernandes (2008, 2009), o território deve ser compreendido para além daquele definido como espaço de governança. Segundo ele:

Recentemente, surgiram diversos trabalhos que se referem às perspectivas, desenvolvimentos, enfoques, abordagens territoriais, entre outras denominações. Esses textos são propostas de políticas ou análises de projetos em implantação ou implantados, que envolvem diferentes instituições: multinacionais, governos nacionais, estaduais e municipais, movimentos socioterritoriais, sindicatos, igrejas etc. Para compreender os interesses, ações, relações e conflitos entre as instituições e os diferentes territórios, consideramos insuficiente a compreensão do território apenas como espaço de governança. (FERNANDES, 2009, p.3).

O território é produzido para atender as necessidades de quem o produz. Fernandes (2009) reitera a afirmação de que o território concebido por órgãos governamentais e agências multilaterais não levam em consideração as diversas formas de conflitos das diferentes territorialidades contidas no “território” de um determinado projeto de desenvolvimento territorial, principalmente quando o Estado manifesta interesses e rearticula, através de políticas públicas, toda a estrutura instituída nesses espaços.

Nessa perspectiva é que inserimos o contexto da região sudeste paraense, onde o território é concebido pelo Estado como espaço governado para atender as necessidades do capital, baseado em uma política de desenvolvimento excludente e que prioriza grupos empresariais munidos de políticas que, acaçapadas sob o discurso de desenvolvimento, desterritorializam os diversos grupos que lutam por manter seus modos de vida tradicionais.

Os diversos movimentos sociais surgem como uma força, como diz Oliveira (1991), de caráter anticapitalista, imposta pelo próprio capital,

culminando na luta pela terra de trabalho contra a propriedade capitalista da terra de exploração, de negócio. O processo de resistência por parte daqueles que enfrentam, mesmo em caráter desigual, a força do capital, reorganizam social e politicamente suas próprias lutas, resistindo e contrariando as forças combinadas entre Estado e o desenvolvimento capitalista expresso, principalmente, pelas grandes empresas e o capital internacional.

Ainda segundo (OLIVEIRA 1991, p. 115), “Os movimentos sociais reconquistam autonomia do trabalho, ocupando novos espaços em terras sem ocupação, às vezes já tituladas ou griladas, ou em terras do Estado. É um verdadeiro movimento dialético de criação, destruição e recriação”. Esse movimento dialético culmina nos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização e nessa perspectiva os movimentos sociais são importantes atores no enfrentamento às formas políticas de expansão capitalista em vigor no país. Durante suas lutas e reivindicações, os movimentos sociais demonstram sua indignação contra o sistema econômico e a forma como este subordina a todos em torno de obter vantagens que possibilitem uma classe social manter-se no poder. Para isso, o modo de produção capitalista é constantemente reinventado, mantendo como característica a extrema exploração do trabalho e criando barreiras para que outras sociabilidades se desenvolvam.

Como já preconizava Marx (2020, p. 544) “na esfera da agricultura, a grande indústria atua de modo mais revolucionário à medida que aniquila o baluarte da velha sociedade, o ‘camponês’, substituindo-o pelo trabalhador assalariado. As necessidades de revolucionamento social e as antíteses do campo são, assim, niveladas às da cidade”. A luta pela terra, a ocupação territorial e as formas de trabalho andam juntas ao longo de toda a trajetória das reivindicações sociais e se situam em torno da questão agrária. Essa discussão torna-se complexa quando observamos a categoria sociológica trabalho, que em geral se refere ao meio urbano, e a trazemos para a prática dos camponeses que fazem parte dessa luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DE UM DEBATE INACABADO

Em Rodrigues (2020) são analisados, com dados empíricos, as dificuldades, o que e como produzem, os entraves ao escoamento e como articulam coletivamente as condições de sobrevivência em dois acampamentos situados em Brejo Grande, município no Sudeste Paraense. Trata-se de ocupações

em duas fazendas de propriedade irregular e cujo processo de regularização fundiária, numa primeira fase favorável à regularização para a concessão de lotes aos camponeses, se encontra paralisado há mais de 10 anos, período em que as terras foram ocupadas e passaram a produzir pelos trabalhadores que lá estão.

A discussão que tentamos trazer é sobre a importância das lutas por outras sociabilidades e realização de trabalho, frente à hegemônica exploração capitalista imposta aos trabalhadores, obtida, em grande parte, por processos de desterritorialização e proletarianização de populações camponesas. Sabemos que a teorização do tema está incompleta, pois, nesse curto espaço que nos foi oferecido, deixamos de fora importantes tratados, entre outros, o de Lenin (1989), Kautsky (1986) e Chayanov (1925), sobre os camponeses na sociedade capitalista e as políticas estatais que permeiam as relações de produção praticadas por esses trabalhadores. Ao discutir as ações do Estado, efetivadas em favorecimento da expansão do capital, buscamos refletir sobre as lutas sociais e o importante papel de resistência e de enfrentamento que praticam, mesmo com a notável desigualdade nas condições de vida e repressões que enfrentam. Denunciam não só os abusos cometidos na esfera social como também na ambiental, se é que são temas a serem tratados individualmente!

As famílias em acampamentos de longas datas com processos sem solução, ou mesmo as assentadas por uma reforma agrária incompleta, produzem sem meios e/ou projetos que viabilizem de forma digna suas condições de trabalho e, para que mantenham suas famílias, complementam renda em trabalhos assalariados precários e mal remunerados. Mesmo assim muitos conseguem se reproduzir socialmente sem estarem subjugados a uma lógica estritamente capitalista, pois não objetivam a posse da terra no sentido de lucrar e sim de viver sem depender totalmente das regras impostas pelo capital. Conseguem produzir o necessário em seus lotes com a ajuda da família e vizinhos; usam técnicas de produção voltadas para um conhecimento tradicional, respeitando as questões ambientais.

Essa dimensão do trabalho camponês raramente é tratada nos estudos da Sociologia do Trabalho, o que coloca em questão uma abordagem teórica e metodológica sobre quem seria, por definição, o *sujeito histórico*, proposto pela teoria marxista, que poderia revolucionar a sociedade capitalista. Seriam apenas os trabalhadores urbanos, assalariados ou não? Nossa tentativa foi chamar atenção para outras leituras que possam incorporar os movimentos sociais populares, indígenas, camponeses que sejam capazes de compor organizações com interesses comuns – anticapitalistas – sem perder de vista a pluralidade de interesses próprios da atividade produtiva que exercem.

As discussões propostas neste artigo não objetivaram apresentar todas as características do trabalho rural, ou mesmo esgotar as polêmicas teóricas em que os conceitos estão envolvidos. Nosso objetivo foi indicar que é possível conceber outras formas de cooperação social como alternativa à qual vivemos atualmente, compulsoriamente forçada pelos donos do capital amparados pelo Estado.

Que a emancipação e não o lucro seja a utopia a ser conquistada nas lutas da classe trabalhadora em união do campo e da cidade. Resistir, mais do que nunca é preciso.

REFERÊNCIAS

AFONSO, J. B. G. **Massacre de Eldorado dos Carajás e a luta do movimento camponês pela terra no sul e sudeste do Pará.** 2016. 174f. Dissertação (Mestrado) -Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2016

ALMEIDA, Lúcio F.R. Entre o local e o global: poder e política na atual fase de transnacionalização do capitalismo. In DOWBOR L.; IANNI: O. e RESENDE. P.E.(1997). **Desafios da globalização.** Petrópolis: Vozes1997

ALVES, G. Trabalho e mundialização do capital: **a nova degradação do trabalho na era da globalização.** São Paulo: Praxis, 1999.

ANTUNES, R. **Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1982.

BENEDICTO, Aline M. P. S. et. al. Precarização das Relações do Trabalho Rural no Brasil: Uma Abordagem Histórico-Analítica. In: **I Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho Gpr.** Natal/RN, 2007.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, (1925). 1974.

CONGILIO{Borges} C. R. **Através do Brasil:** taylorismos, fordismos e toyotismos. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC, São Paulo: 2004.

BRAGA, Ruy. **A restauração do capital:** um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1996.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Balço da Questão Agrária no Brasil 2018**. Disponível em <<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/67-espaco-para-imprensa/14136-tabela-comparacao-dos-conflitos-no-campo-brasil-2009-2018?Itemid=0>> Acesso em: 09/05/2019.

EMMI, Marília F.; MARIN, Rosa A. Crise e rearticulação das oligarquias no Pará. **Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo 40: 51-68, 1996.

ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na Transformação do Macaco em Homem** (1876). Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/F_ANGELS.pdf>. Acesso em: 12 de agosto de 2018.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. Cortez Editora, 2001. 120p.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidade: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-216

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 4 eds. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HÉBETTE, J. Cruzando a fronteira: **30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: Ed. Universitária UFPA, 2004. v. 01-04.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural. 1986.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova cultural, 1985.

MARQUES, M. Campesinato e luta pela terra no Brasil. In: BERTONCELLO, R. e CARLOS, A. F. (orgs.), **Procesos territoriales em Argentina y Brasil**. Buenos Aires, 2003. (p.183-199).

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. Revista NERA. Ano 11, n. 12. Presidente Prudente. São Paulo, 2008.

MARX, K. O Processo Global da Produção Capitalista, In: **O Capital: Crítica da economia política**. Livro III:. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. Grande indústria e agricultura In: FRIGOTTO, G. et al.(orgs). **História, Natureza, Trabalho e Educação**. São Paulo, Expressão popular, 2020, p. 543-546.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

PETRAS, James. **Política agrária dos EUA para a América Latina**. Textos (2003). Disponível em <<http://www.mst.org.br/>> Acesso em: 20 abr. 2019.

PICOLI, F. **O capital e a devastação da Amazônia**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Silvio Galdino. **Trabalho e lutas sociais no campo: acampamentos novo progresso e araguaia no município de brejo grande do araguaia – PA**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia. UNIFESSPA, Marabá, PA, 2020.

SANTOS, Marcelo Melo dos; MICHELOTTI, Fernando. **Verticalização da produção mineral no sudeste paraense: chantage localacional e impactos socioterritoriais e ambientais**. ISSN 2448-2757, 2015. Disponível em <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/3817/11445> > Acesso em 10/05/2019.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Tempo e Técnica – Razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, n. 7, v. 8, p. 1-21, 2005.

SHANIN, T. **Campesinos y sociedades campesinas**. México, Fondo de Cultura de Económica, 1979.

SILVA, Arlete Mendes da, INÁCIO, Jaqueline Borges. Modo de vida camponês na contemporaneidade. In: XXI ENCONTRO NACIONAL

DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. “**Territórios em Disputa:** Os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”. Uberlândia-MG, 2012.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, 2003: 42-61

WANDERLEY, M. de N. B. **O campesinato brasileiro:** uma história de resistência. RESR, Piracicaba - SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014.

MINERAÇÃO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: AS TRAMAS PARA GARANTIR A EXPLORAÇÃO MINERAL EM CARAJÁS

*Andréia Aparecida Silvério dos Santos
Edma Silva Moreira*

INTRODUÇÃO

Desde a descoberta de jazidas minerais no estado do Pará, em 1967, esse território enfrenta profundas mudanças ambientais, sociais, culturais, políticas e econômicas. Sua paisagem é modificada constantemente por atores locais e extra locais que a redesenham conforme seus interesses e estratégias, num jogo sociopolítico, ambiental e jurídico que se desenvolve num contexto violento.

Esse contexto é o da ocupação territorial promovida pelo Estado brasileiro que, com suas políticas de desenvolvimento da Amazônia, concedeu incentivos fiscais às empresas, incentivou fazendeiros de fora da região e deslocou de suas áreas camponeses, indígenas e populações tradicionais. O resultado desse processo foi a abertura da Amazônia brasileira ao capital internacional, por meio de um duradouro processo de espoliação dos trabalhadores/as e acúmulo capitalista com a exploração acelerada da natureza.

É nesse contexto que o Projeto Grande Carajás (PGC)⁷ foi implementado para a exploração dos recursos naturais, sobretudo o mineral, que garantiriam o desenvolvimento do país. Diversas Unidades de Conservação (UC) foram institucionalizadas pelo Estado nesse território, desde o final dos anos 1980, respondendo as demandas nacionais e internacionais de preservação e conservação da natureza (DIEGUES, 2004; GONÇALVES, 2006). Sobreposto às jazidas minerais de Carajás, em grande medida exploradas pela empresa VALE S.A. hoje, está o mosaico de Carajás, constituído por seis UC's: as Florestas Nacionais (Flonas) Tapirapé Aquiri, Carajás e Itacaiunas; a Reserva Biológica (Rebio) Tapirapé; a Área de Proteção Ambiental (APA) do Igarapé Gelado; e o recém-criado Parque Nacional dos Campos Ferruginosos (PARNA); além da Terra Indígena (TI) Xicrim do Cateté com sua gestão própria. Esse mosaico representa um espaço de aproximadamente 1,2 milhões de hectares ambientalmente protegidos, compreendendo municípios do Sul e

⁷ O PGC foi um programa criado pelo Decreto Lei 1.813/80 e sua sustentação está baseada na exploração madeireira, agropecuária e especialmente no extrativismo mineral.

Sudeste do Pará (Canaã dos Carajás, Parauapebas, Marabá, São Félix do Xingu, Ourilândia do Norte e Água Azul do Norte) (ICMBio, 2014). Desde 2007, essas áreas são administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) com base na Lei 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2014).

Nosso artigo reflete sobre a apropriação e utilização de espaços protegidos, notadamente UC's, com objetivo de redesenhar e controlar novas fronteiras territoriais de domínio do Estado e da mineradora VALE S.A, no Sul e Sudeste do Pará. A análise é feita a partir da instalação do Projeto de extração de ferro na mina S11D, em 2016, na parte Sul da Serra de Carajás, em decorrência da qual ocorre a criação do PARNA dos Campos Ferruginosos como área de compensação ambiental.

Também refletimos sobre a ação possessória 0014461-68.2015.8.14.0136, proposta pela VALE S.A contra trabalhadores/as rurais⁸ que ocupavam a Fazenda São Luís. Essa ação revela como o Projeto S11D e a mineração têm provocado modificações socioambientais, potencializando os conflitos pela posse da terra nesse território. Hoje, esses conflitos, aqui entendidos como socioambientais, envolvem diversos atores sociais que, com suas formas específicas de apropriação, controle e uso dos recursos, exploram e degradam a natureza, ameaçando grupos sociais, cujo modos de vida são antagônicos às práticas de destruição dos recursos naturais, que lutam e resistem pelo acesso aos territórios e uso dos recursos da natureza (LITTLE, 2001; ACSELRAD, 2004).

No contexto em análise, esses conflitos socioambientais passaram a ser protagonizados por uma das maiores empresas mineradoras do Mundo: a VALE S.A. Por sua vez, a análise da ação criminal 0001141- 14.2016.8.14.0136, nos possibilita a compreensão do processo de criminalização deflagrado pela mineradora contra trabalhadores/as rurais do município de Canaã dos Carajás.

Através de diversas estratégias sociais, ambientais e jurídicas, essa mineradora reproduz seu capital econômico mobilizando, também, uma narrativa de empresa promotora do desenvolvimento sustentável, onde sua prática extrativista é anunciada como sustentável por gerar emprego, renda e oportunidades de desenvolvimento de uma região rica em recursos naturais, mas ainda atrasada social e tecnologicamente. Assim, a VALE S.A. se dedica em convencer a sociedade que se preocupa em garantir, para as presentes e futuras gerações,

⁸ Os nomes dos acampados entrevistados foram modificados para preservação de suas identidades.

um meio ambiente sustentável, negando qualquer argumento que acarrete uma visão degradante à exploração mineral. Em contrapartida ao rol de ações da mineradora para a manutenção de seu lucro, trabalhadores/as rurais atingidos por ela, com apoio de movimentos sociais do campo e entidades de assessoria popular, desenvolvem estratégias de enfrentamento com vistas à conquista, acesso e permanência na terra e nos territórios em disputa com a empresa.

Para compreensão desse processo de disputas se analisa as ações da VALE S.A. que, para manter suas atividades e garantir seu lucro na economia global, desenvolve práticas de exploração dos recursos naturais e dos homens por espoliação; ou seja, põe em prática, tanto ações características da acumulação capitalista primitiva quanto ações contemporâneas de reprodução do capital, tal como tem analisado Harvey (2005a), que avançando na análise de Karl Marx sobre o capital, descreve as formas atuais de reprodução do capitalismo em territórios com vasta riquezas naturais que são aceleradamente explorados, degradados e os trabalhadores/as rurais são expropriados assim como são impedidos de acesso aos recursos e aos territórios.

A reflexão desse autor nos permite revelar as tramas sociais, ambientais e jurídicas presentes no jogo econômico internacional, que tem no local, a materialização mais perversa de reprodução do capitalismo contemporâneo, com práticas predatórias da natureza e aniquilamento do homem, retirando seus direitos, rompendo suas identidades e modos de vida. Essas práticas são compreendidas como ações do modelo neo-extrativista de exploração da natureza que, segundo Gudynas (2009) impulsiona, cada vez mais a destruição da biodiversidade e os conflitos socioambientais.

Nossa reflexão considera, ainda, que esse processo ocorre em um território sempre em movimento, dinâmico, no qual a territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos atores concernidos são permanentes e onde o capital domina e se reproduz (HAESBAERT, 2010). Outrossim, a análise de Lopes (2006) sobre a ambientalização dos conflitos sociais, em que empresas se favorecem do uso de repertórios ambientais para exercer sua dominação e o domínio territorial, por meio de um discurso articulado numa trama com o Estado, como assevera Acselrad (2010a).

Essas ações dependem fundamentalmente da atuação do Estado, através de órgãos ambientais e fundiários e, sobretudo, do Poder Judiciário, que ao final poderá ou não legitimar as práticas adotadas pela VALE S.A. Trata-se do papel

crucial desenvolvido pelo Estado ao promover e respaldar os processos de apropriação da terra nessa parte da Amazônia (HARVEY, 2004).

Nosso aporte metodológico recorre, ainda, às narrativas dos trabalhadores/as rurais que disputam o território com o Estado e a empresa. Essas narrativas foram obtidas com a permissão de seus autores, no ano de 2018, com elas refletimos a violência, as dores, mas também a luta e a resistência que justificam seus sonhos em ter um “pedaço de terra”, de permanecer no território. Outrossim, elas revelam o contexto histórico, social e conflituoso em que vivem individual e coletivamente, possibilitando-nos melhor compreender suas experiências cotidianas num contexto mais amplo de exploração econômica e de destruição socioambiental, tal como a literatura crítica, aqui destaca, aponta.

O trabalho está estruturado em cinco tópicos. O inicial é constituído pela introdução, onde apresentamos nossa problemática de discussão, o aporte analítico e metodológico. O contexto histórico, político e econômico de ocupação das regiões Sul e Sudeste paraense, é a base do segundo tópico do trabalho, nele descrevemos sobre o Projeto Grande Carajás (PGC) e os conflitos socioambientais decorrentes do modelo de desenvolvimento predatório que se acelera com a instalação do Projeto S11D no Município de Canaã dos Carajás.

No terceiro tópico, analisamos os interesses e motivações da VALE S.A. e do Estado, envolvendo a criação do PARNA dos Campos Ferruginosos por meio de uma articulação entre empresa e o Estado, aqui representado pelo ICMBio. No quarto tópico, discorreremos sobre as ações ajuizadas pela VALE S.A. contra trabalhadores/as rurais que objetivam se reproduzir no território. Importante observar que a reintegração de posse se dá com a desterritorialização dos trabalhadores/as rurais do acampamento Grotão do Mutum, resultado da disputa do território em movimento.

Demonstrar como a mineração impacta a vida de homens e mulheres trabalhadores que, com coragem resistem se contrapondo ao modelo de desenvolvimento marcado por violações de direitos, ao mesmo tempo em que, a narrativa empresarial de defesa ambiental emerge com a criação de espaços protegidos e ganha força à medida que contribui para a acumulação por espoliação do capital, constitui nossas considerações finais.

O CONTEXTO DE OCUPAÇÃO DAS REGIÕES SUL E SUDESTE DO PARÁ: COMMODITIES E DESIGUALDADES

Até a primeira metade do século XX, a maior parte das terras da Amazônia pertencia à União e aos estados e eram ocupadas basicamente por indígenas e populações extrativistas. Esses últimos, migrantes, nelas se estabeleceram em diversos momentos históricos, explorando a natureza e produzindo para sua própria subsistência. Foi assim em diversos momentos de exploração da seringa (WEINSTEIN, 1993). Um período marcado por um violento sistema de aviação e por enorme produção de riqueza.

Até meados da década de 1960, no Sudeste do Pará, vigorou um sistema coletivo de utilização da terra: as serventias públicas dos castanhais, áreas públicas de propriedade do estado, onde famílias extrativistas da região realizavam extração de castanha-do-pará. Durante muito tempo a extração e comercialização de castanhas foram as principais atividades econômicas da região, liderada por uma oligarquia com fortes poderes locais, rearranjados posteriormente, nos anos de 1980 (EMMI; MARIN, 1996).

Certamente, a acelerada e intensa migração de diversos grupos sociais para a Amazônia contribuiu para uma acirrada disputa por terra e recursos naturais, registrando assim, um aumento significativo de violências praticadas contra as populações locais e migrantes pobres e sem-terra.

As regiões Sul e Sudeste do Pará são historicamente marcadas por esse contexto, que foi intensificado a partir dos anos de 1970 e predomina até o momento, tornando-a, inclusive, a mais violentas do país no que diz respeito aos processos de luta pela terra. Sobre esse aspecto, de acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre os anos de 1975 e 2019 registrou-se a ocorrência de centenas de conflitos sociais, em decorrência dos quais 707 trabalhadores/as rurais, lideranças de movimentos sociais e advogados foram assassinados (AFONSO, 2016; CPT, 2020).

Este cenário será resultado do modelo moderno de desenvolvimento imposto à região, baseado na exploração econômica de recursos naturais como a madeira, outrora encontrada em abundância nas vastas florestas em boa medida já devastadas, abrindo espaço para a pecuária (HÉBETTE, 2004). Outrossim, na produção de energia elétrica proveniente de usinas hidrelétricas (UHE) que resultaram no deslocamento e na desterritorialização de dezenas de comunidades tradicionais e povos indígenas de seus territórios, e ainda,

na extração de minério em larga escala para a produção e exportação de commodities (HALL, 1991; HÉBETTE, 1991; MARTINS 1993; PERREIRA, 2015; MAGALHAES, 2007; MALHEIRO, MICHELOTTI, SABINO, 2020).

A exploração madeireira, a agropecuária, a produção de energia elétrica a partir dos rios e o extrativismo mineral, constituem as bases de exploração do PGC, projeto responsável pelo desenvolvimento da Amazônia, até então, considerada atrasada do ponto de vista das economias de mercado, cujo foco é a transformação dos produtos da natureza em lucro (LIRA; COSTA; FRAXE, 2013). O PGC foi incentivado e implementado pelo governo militar brasileiro na década de 1970, com o propósito de “integrar” a Amazônia ao resto do país. Sob o lema “integrar para não entregar” adotaram uma série de medidas de cunho político e econômico para a região, incluindo isenções e incentivos fiscais a grandes grupos econômicos e a promoção de um processo de colonização “planejado”, desconsiderando as dinâmicas e organização territorial previamente existentes (HALL, 1991). Destaca-se, ainda, que o país enfrentava uma pressão internacional impondo condições para investimentos financeiros e exploração econômica, obrigando o governo a criar planos de desenvolvimento e um quadro técnico encarregado de sua implementação, com ordem e controle social necessários, ainda que deveras violento.

Dessa forma, entre o fim dos anos 1970 e início de 1980, a política econômica nacional do governo militar previa investimentos visando garantir a ordem, a exploração de matérias-primas e a concretização de obras de infraestrutura e escoamento, como a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) e da Estrada de Ferro Carajás (EFC), cuja duplicação fora concluída em 2018 (COELHO, 2015; MERLINO, 2011). Remarca-se que por essa política passava uma preocupação externa com a questão ambiental, em crescimento no plano internacional, mas que no país, é revestida em garantia de investimentos financeiros (GONÇALVES, 2006).

Para além dessas medidas, a instalação do PGC atraiu para a região novas migrações de milhares de trabalhadores/as rurais sem-terra especialmente das regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do País, castigadas pela seca e marcadas por muitos conflitos agrários. Esses migrantes saíam em busca de autonomia, impedida pelos donos de terras. O processo de migração, impulsionado pela colonização racionalmente planejada, foi facilitado pela abertura das rodovias Transamazônica e Belém-Brasília (CRUZ, 2015). Segundo Hébette (2004), a colonização foi uma forma violenta de ocupação da região por considera-la um

espaço vazio, o que estimulou um fluxo migratório, sobretudo, com promessas de geração de emprego e terras disponíveis em abundância. O autor avalia que esses trabalhadores/as migrantes, representaram – e ainda hoje representam – a mão de obra necessária à concretização das grandes obras do capital, mesmo que em sua maioria tivessem sido excluídos do desenvolvimento propagandeado. Ampliando essa análise, outro autor destaca que esse processo esteve longe de um controle responsável do governo militar:

[...] a migração para o sul e sudeste do Pará, em virtude dessas políticas, não só superou as estimativas dos planejadores oficiais, mas antecedeu às suas próprias ações. Famílias de diferentes estados brasileiros passaram a chegar num ritmo muito mais rápido do que as ações do INCRA [...] (PEREIRA, 2015, p. 63).

De todo modo, a migração em massa provocada pelo Estado brasileiro, associada ao modelo de desenvolvimento imposto - racionalmente planejado pelos burocratas - e à ineficiência estatal na execução de políticas sociais, sobretudo de reforma agrária, foram a base para o aumento exponencial de conflitos de terra nessa região, um espaço ocupado por populações indígenas e não indígenas. Pereira (2015, p. 63), descreve ainda que no processo de ocupação do território paraense “Essa situação fez dessa parte do estado do Pará um dos espaços de maior tensão social e, conseqüentemente, de intervenção governamental na questão agrária”.

Assim, historicamente, o Sul e Sudeste do Pará, desde o início de sua ocupação por populações indígenas e não indígenas, esteve marcado por conflitos pela apropriação da terra e acesso aos recursos naturais, entretanto, estes conflitos se agravaram sensivelmente a partir da implementação das políticas econômicas da década de 1970 (TRECANNI, 2001)⁹. A violência no campo tornou-se a marca registrada dos conflitos no Sul e Sudeste paraense, região que se torna o espaço de convivência entre os mais diversos atores sociais, cujos interesses na maioria das vezes mostravam-se divergentes.

Nesse cenário está inserida a exploração mineral na Serra de Carajás, onde foi descoberta a maior jazida de minério de ferro do mundo, em 1967. Essa descoberta traria vantagens econômicas para o projeto nacional desenvolvimentista da burguesia empresarial brasileira, atolada em dívidas e com um governo autoritário (1964-1985). O último presidente militar brasileiro, o

⁹ Destaca-se que, a região do Sul e Sudeste do Pará, recebeu intensa migração, a partir dos anos de 1970, para a exploração de ouro em Serra Pelada, onde chegou a concentrar mais de 50.000 “garimpeiros”. Sobre esse tema ver Moura (2008), dentre outros.

General João Figueiredo, justificava a exploração de Carajás como essencial ao financiamento da dívida externa brasileira e para manter os acordos com o capital internacional.

Assim, na década de 1980 iniciaram-se as atividades extrativas da VALE S.A, à época denominada Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), empresa estatal, na área de abrangência do PGC e, ali, foram criadas pelo Estado, em 1989, três UC's (Flona Tapirapé Aquiri, Rebio Tapirapé e APA do Igarapé Gelado) e alguns Projetos de Assentamentos (PA) como forma de utilização de espaços ambientalmente protegidos para domínio territorial com vistas à extração mineral (ICM bio, 2014; SANTOS, 2010).

A atuação empresarial é marcada pelas prioridades na ordem de concessão de alvarás e licenças de exploração mineral na região, sendo-lhe outorgados direitos especiais sobre o subsolo amazônico (FAUSTINO; FURTADO, 2013). Assim, o domínio territorial é legitimado e ainda carregará um tom de cuidado com a natureza. Ressalta-se que, na perspectiva empresarial o investimento na proteção ambiental assegura a exploração mineral e, mais ainda, garante a criação de espaços fixos controlados, onde a dominação do território se faz.

Com a privatização da CVRD, em 1997, todos os ativos financeiros, reservas minerais - em exploração ou não - e a infraestrutura necessária à escoação da produção mineral foi incorporada pela empresa privada VALE S.A. Seguindo a política neoliberal fortemente implementada, sobretudo na década de 1990 no Brasil, as privatizações ocorridas nesse período constituíram uma fonte inestimável de apropriação de capital financeiro pela iniciativa privada nacional e internacional, diminuindo relativamente, *a posteriori*, a presença do Estado nesse tipo de relações entre grupos ou setores econômicos, orquestradores de uma série de estratégias que se revelarão favoráveis à consecução de seus objetivos, a exploração, a ocupação, o controle e domínio do território (COELHO, 2015).

Assim fica claro porque, muito embora o Estado e a empresa tivessem conhecimento da existência de jazidas também na parte Sul da Serra de Carajás - onde hoje se encontra em operação o Projeto S11D - essas jazidas não foram contabilizadas como ativos financeiros no processo de privatização, bem como estruturas do setor siderúrgico, transporte ferroviário e marítimo, portos, produção de alumínio e ouro, ferrovias e florestas replantadas pertencentes à CVRD foram excluídas do cálculo de avaliação da estatal, o que resultou na venda da estatal por um preço muito abaixo de seu valor real (COELHO, 2015).

A ocupação da região Sul e Sudeste do Pará é marcada pelo planejamento moderno do governo autoritário brasileiro que encontrou no PGC a fórmula da explosão econômica desenvolvimentista e da desigualdade profunda e violenta, como se verifica atualmente com o Projeto S11D, em Canaã dos Carajás. Esse município de aproximadamente 32 mil habitantes, localizado no Sudeste Paraense, desmembrado do Município de Parauapebas, em 1994, teve sua origem na antiga Vila Cedere II, guardando intensa ligação com a agricultura familiar.

Os “Cederes” constituíam uma forma de ocupação planejada a partir dos Centros de Desenvolvimento Regional estabelecidos pelo Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), órgão federal responsável pela implementação do processo de colonização, gestão e distribuição das terras públicas federais durante o Governo Militar. Nesse bojo, grandes glebas de terras públicas foram arrecadadas pelo Estado para a criação de PAs às famílias migrantes, acima já destacado. Dentre os assentamentos instituídos entre os anos 1980 destacam-se os PAs Carajás II e III com área total de 96.826.2987 hectares e capacidade para beneficiar 1.820 famílias. Sua criação ocorreu a partir de um processo de arrecadação da Gleba Buriti Taboca Verde, em 1988. Desde então outros assentamentos também foram criados, em decorrência do processo de luta pela terra e enfrentamento com a VALE S.A., como são os casos do PA Maria de Lourdes Rodrigues e o PA União Américo Santana, respectivamente (INCRA, 2015).

Além da agricultura e pecuária, durante muito tempo a extração madeireira e a mineração artesanal também foram economias desenvolvidas nessas áreas. No entanto, toda a riqueza mineral foi gradativamente apropriada pelas mineradoras através da concessão de títulos minerários pelo Estado, a grande maioria deles em benefício da VALE S.A.

Os dados levantados pelo Diagnóstico Socioeconômico de Canaã dos Carajás, de 2016, por sua vez, apontam que a “indústria mineral” concentra a maior parte do Produto Interno Bruto (PIB) Municipal, apontando a dependência econômica atual de Canaã dos Carajás em relação ao setor mineiro.

A VALE S.A., principal empresa mineradora da região, com direitos sobre o subsolo transforma-se numa poderosa empresa de dominação territorial, na medida em que, a maioria das áreas sobre as quais possui título minerário ou requerimento de lavra, são adquiridas antes mesmo de iniciar qualquer exploração. Com isso, boa parte da zona rural do município encontra-se atualmente sob seu domínio. Dessa forma, a corrida para a concentração de terras se desloca para a

mineração, já que a exploração do subsolo dependerá também do controle sobre o solo e demais recursos naturais.

A mineradora possui atualmente três minas em exploração no Município de Canaã dos Carajás: mina do Sossego e mina do Projeto Salobo, onde são realizadas extração de cobre e ouro; mina S11D, onde é realizada extração de minério de ferro. A produção minerária proveniente de Canaã dos Carajás, especialmente do Projeto S11D, impulsiona sua concorrência no mercado mundial.

De acordo com dados da própria empresa, o S11D é considerado o maior projeto de mineração do mundo, com altos investimentos da iniciativa privada, tanto em relação à instalação da mina, quanto à logística de beneficiamento em usina e transporte com a expansão de 504 km da EFC Carajás, remodelamento de 226 km de linhas férreas existentes, construção do ramal ferroviário Sudeste do Pará e expansão do Terminal Portuário de Ponta da Madeira, em São Luís do Maranhão (VALE, 2016).

Contudo, de acordo com o Relatório da Missão de Investigação e Incidência publicado pela Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA) (2013), os investimentos anunciados pela mineradora como recursos provenientes da iniciativa privada foram, na verdade, concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a título de financiamento, demonstrando um arranjo local e internacional de garantia de subsídios, permeado por um discurso social e ambiental legitimador. Em geral os dados referentes a investimentos como esses são utilizados pelo Governo Federal e Estadual e, sobretudo, pela mineradora como positivos, impulsionadores do crescimento regional e nacional, marcando que a parceria entre capital privado e Estado se mantem e garante a dinâmica livre do mercado de investimento em *commodities*.

O relatório desenvolvido pela Plataforma DHESCA Brasil, acima referido, aponta que nas cidades onde ocorrem intensa prática minerária são as que possuem maior PIB no Brasil. O relatório cita, nesse sentido, a cidade de Parauapebas, que é a segunda no ranking de arrecadação no estado do Pará; *a contrário sensu*, também são as menos eficientes no oferecimento de políticas públicas básicas como: saneamento, saúde, segurança e educação. Canaã dos Carajás encontra-se nessa mesma circunstância; apesar do elevado valor do PIB municipal, superando muitas cidades do Estado, as desigualdades continuam sendo um fator preponderante a ser considerado:

Por conta disso, e o conseqüente crescimento desordenado experimentado ao longo de uma década e meia, a cidade convive atualmente com o dilema em ser considerada como um importante polo de desenvolvimento regional, enquanto sua população – local e flutuante – ainda se vê envolta com imensas desigualdades econômicas e sociais (PREFEITURA MUNICIPAL DE Canaã DOS CARAJÁS, 2016, p. 12).

Cruz (2015) ressalta outros impactos decorrentes da instalação desses projetos minerários em Canaã dos Carajás. Dentre eles, aponta a desestruturação de comunidades urbanas e rurais, uma vez que provoca a migração de pessoas provenientes de outras cidades, assim como, a migração no sentido campo-cidade, superlotação de escolas, insuficiência nos serviços de saúde pública, aumento nas taxas de criminalidade, incluindo furtos, roubos e homicídios.

Em relação à fase de instalação do Projeto S11D, especificamente, é possível verificar a ocorrência de acentuado inchaço populacional, aumento do desemprego, impactos ambientais e expropriação dos agricultores do campo. Tais circunstâncias levaram ao aumento considerável do número de conflitos vinculados à concentração da terra, muitas vezes posta em disputa diante da apropriação indevida efetivada pela mineradora, em detrimento de trabalhadores/as que constantemente têm de enfrentar o despejo das áreas, desfazendo suas comunidades rurais (CPT, 2015). Esse fator merece destaque, vez que o domínio territorial exercido pela VALE S.A. no município consolida o processo de posse, concentração e controle das áreas rurais agricultáveis, também a desestruturação das coletividades que tentam se territorializar nessa região.

Ademais, acompanha essa ação a mobilização de ações de preservação ambiental, através da criação de espaços territoriais especialmente protegidos como instrumento de garantia do seu domínio sobre os recursos naturais existentes no solo e subsolo em Canaã dos Carajás - o município que exporta para o mundo *commodities*, enquanto suporta a chaga da desigualdade e exclusão social.

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: JOGO ECONÔMICO COM NOTAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Seguindo com seu projeto de expansão e domínio territorial em Canaã dos Carajás e tendo como justificativa a criação de uma UC na modalidade de Parque Nacional, a VALE S.A. adquiriu milhares de hectares de terras na região conhecida como Serra da Bocaina e Serra do Tarzan, em área contínua à Floresta Nacional

de Carajás. O processo de aquisição dessas áreas teve início nos anos 2010 e, conforme informações fornecidas pelo INCRA (2016) envolveu a aquisição de imóveis com as mais diversas situações fundiárias: a-) áreas públicas federais; b-) áreas recém-tituladas pelo Programa Terra Legal; c-) áreas particulares tituladas pelo antigo GETAT e também; d-) áreas integrantes do Projeto de Assentamento Carajás II e III, algumas cuja titularidade já havia sido transferida aos particulares ocupantes, outras que ainda se encontram sob titularidade do poder público.

A situação fundiária dessas áreas acarreta questionamentos com relação à legalidade dos processos de compra e venda, onde, inclusive áreas públicas, foram adquiridas de maneira indiscriminada pela empresa tendo como justificativa o interesse ambiental. Mesmo com essas inconsistências identificadas, o processo de criação da UC seguiu com a aprovação da Presidência da República e o Parque Nacional (PARNA) dos Campos Ferruginosos foi instituído através do Decreto Lei 14.470/2017, de autoria do Poder Executivo. Importante, contudo, ressaltar que a criação dessa UC, na verdade, foi uma condicionante estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) à concessão da licença de instalação do Projeto S11D, ou seja, não se trata de um interesse genuíno de preservação daquele ecossistema por parte da VALE S.A., senão, de uma imposição feita pelo órgão de meio ambiente (IBAMA, Licença de Instalação 947/2013): “2. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS [...] 2.1. Implantar o Plano de Compensação Ambiental, que inclui a criação de unidade de conservação na “Serra da Bocaina” e o reestabelecimento de conectividade florestal nas áreas do empreendimento”.

De acordo com o que estabelece a Resolução 237/97 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), as condicionantes ambientais são exigências feitas ao longo do processo de licenciamento e têm como principal objetivo a mitigação e compensação dos impactos ambientais gerados pela exploração dos recursos naturais¹⁰ (MMA, 1997). Essas condicionantes consistem nos compromissos a serem cumpridos pelas mineradoras em decorrência da exploração mineral. Elas são definidas com base nos projetos e medidas mitigadoras previstas nos estudos ambientais realizados por técnicos especializados e autorizados. Numa dimensão simbólica tornam-se moedas de troca instituídas como instrumentos e/ou protocolos legais para o reconhecimento de danos sociais, culturais e ambientais, muito utilizadas, inclusive, em acordos para superação de conflitos. Esse simbolismo, entretanto, marca a ambientalização do discurso de preservação

¹⁰ A norma que regula as respectivas exigências estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades voltadas à exploração dos recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental (CONAMA 237/97, art. 1º, inciso II).

ambiental da empresa, legitimando suas ações de controle e posse territorial. Acselrad (2010a) discorre sobre a ambientalização como:

Essa [a ambientalização] pode designar tanto o processo de adoção de um discurso ambiental genérico por parte dos diferentes grupos sociais, como a incorporação concreta de justificativas ambientais para legitimar práticas institucionais, políticas, científicas etc. Sua pertinência teórica ganha, porém, força particular na possibilidade de caracterizar processos de ambientalização específicos a determinados lugares, contextos e momentos históricos (2010a, p.1).

Analisamos as ações da VALE S.A., no tocante à proteção ambiental, assim como sua relação com a institucionalidade e com o Estado, a partir da compreensão de Lopes (2006), para quem, a ambientalização se traduz em um processo histórico decorrente da tomada de importância que assumiu a temática ambiental, a nível global a partir dos anos 1960 e 1970. Desde então, a preocupação com a preservação ambiental foi inserida como questão pública por alguns estados-nação, dentre os quais o Brasil.

A medida que se torna uma questão pública e eclodem conflitos sociais permeados por temas relacionados ao meio ambiente seguro, à saúde, à preservação dos recursos naturais, históricos e paisagísticos, também vem à baila a institucionalização do meio ambiente, agora protegido através de um arcabouço legal e jurídico. Dessa forma, a ambientalização reflete uma problemática ambiental anterior, que é incorporada pela sociedade visando melhores condições de vida, trabalho e acesso a recursos naturais fundamentais à sobrevivência humana.

No entanto, para além desse movimento de incorporação da preservação ambiental pelos diferentes atores sociais - agora tratada como uma política de Estado - observa-se que o capitalismo se apropria de práticas de preservação ambiental, como forma de legitimar o seu processo de produção, sem, contudo, abandonar práticas predatórias de exploração dos recursos naturais, como é o caso da VALE S.A., no presente contexto. Nesse sentido, Lopes (2006, p. 50) aduz que o processo de ambientalização atingiu as grandes empresas e grupos econômicos, levando-os à “construção de uma justificativa empresarial, baseada na apropriação da crítica ambiental ao capitalismo ou aos seus aspectos devastadores”.

No caso sob análise, apesar da ambientalização do discurso da VALE S.A., bem como do próprio Estado, revela-se que o interesse da mineradora em possibilitar a criação dessa UC está diretamente relacionado ao intuito de exploração na mina S11D, ou seja, um interesse ambiental que serve, na verdade, à garantia

dos interesses minerários, portanto, econômicos. Este interesse da mineradora, encontra-se com a intenção do Estado que atua através dos órgãos ambientais, por um lado promovendo o mínimo de preservação desse ecossistema e, ao mesmo tempo, respaldando o interesse econômico da mineradora, ao conceder-lhe o direito de exploração mineral em espaços territoriais ambientalmente protegidos sobre os quais a VALE S.A. exerce o controle através de sua influência sobre os órgãos ambientais.

Nessa perspectiva, o ICMBIO, órgão ambiental responsável pela administração das UC's no Brasil, declarou que a necessidade de criação do PARNA dos Campos Ferruginosos reside na raridade do ecossistema a ser preservado, especialmente o solo tipo canga, riquíssimo em minério de ferro, sendo o único a se aproximar da riqueza encontrada na Serra de Carajás – explorado pela VALE S.A. através do Projeto S11D – e à vegetação tecnicamente conhecida como savana metalófila, encontrada em pouquíssimas partes do planeta. Além disso, segundo o órgão ambiental, a região possui centenas de cavernas (cerca de 350), assim como nascentes de água e espécimes raras da fauna e da flora (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, AÇÃO POSSESSÓRIA 0014461-68.2015.8.14.0136, 2015).

Assim, sob o alegado interesse de preservação ambiental, a atuação da VALE S.A. se deu através da compra de terras na área indicada pelo ICMBio como necessária à criação do PARNA dos Campos Ferruginosos, com vistas a garantir o cumprimento da condicionante estabelecida pelo IBAMA na licença de operação do Projeto S11D. No entanto, conforme referimos acima, dentre as áreas adquiridas foram identificados milhares de hectares de terras públicas federais, inclusive áreas integrantes do PA Carajás II e III. Ao final, essas áreas foram repassadas pela VALE S.A. à gestão do órgão ambiental.

Com a condicionante “legalizada” se cria o PARNA dos Campos Ferruginosos o qual para o chefe da FLONA Carajás, seria estratégico já que essa categoria de UC, considerada de uso restrito, proíbe a ocorrência de exploração econômica por particulares na área preservada que será de domínio público, permitindo-se basicamente as atividades de educação, recreação e turismo ecológico, de acordo com o que estabelece o artigo 11, caput, da Lei 9.985/2000.

Tal proibição deverá, por certo, vedar a possibilidade de extração mineral nas áreas de cangas – savanas metalófila - preservadas pelo Parque Nacional; no entanto, até onde essa vedação será de fato considerada pela empresa e pelo Estado? Alguma circunstância, política ou econômica, seria capaz de ocasionar

um revés desconstituindo esse impedimento legal? Sobre esse aspecto o cenário político nacional deixa sérias indagações, visto que, dados os interesses econômicos dos governantes na direção do país, pode ocorrer alteração legislativa com vistas a garantir a exploração mineral em áreas consideradas especialmente protegidas¹¹.

Na verdade, torna-se em certa medida evidente que a lógica do capitalismo, especialmente a partir do mercado de *commodities* é transformar bens naturais em mercadorias, com intuito de garantir sua fluidez, produção e reprodução (WHITHACKER, 2015) e o Estado, por sua vez, atua com o objetivo de proporcionar essa disponibilidade. Críticas são realizadas contra a recorrente estratégia da VALE S.A., de adotar as áreas de preservação ambiental, como cinturões de proteção no entorno das regiões de interesse mineral, possibilitando a criação de reservas minerais para o futuro. Maior exemplo não há, que a própria Flona de Carajás. Acerca do tema, expõe Aquino (2006, p. 4):

Com a criação das UCs iniciou-se um processo de restrição no uso desse espaço. No primeiro momento assentada claramente na razão do capital segundo a lógica desenvolvimentista-modernizante da exploração mineral exportadora, executada por uma empresa estatal. No segundo momento, já privatizada, a CVRD continuará usufruindo do monopólio, pois sobre o território em que desenvolve suas atividades legalmente incidirá o estatuto de unidades de conservação restrita e sustentável. Uma identidade ambiental imposta pelo Estado na área a partir de 1989, a de UCs de uso sustentável, no caso das FLONAS e APA. E, de preservação permanente, no caso da REBIO. Tais iniciativas governamentais ambientais significam, do ponto de vista dos gestores, antes de qualquer preocupação com a devastação da biodiversidade, a salvaguarda dos interesses do setor mineral, hoje privados, na área. (IBID.).

O privilégio atribuído à antiga estatal Cia Vale do Rio Doce e herdado pela multinacional VALE S.A. compreende “a responsabilidade privilegiada sobre as jazidas minerais, a conservação ambiental e gestão das águas na região, a vigilância e o controle do uso e ocupação da floresta e o amparo aos povos indígenas que nela habitam ancestralmente”, em gestão compartilhada com o ICMBio (FAUSTINO; FURTADO, 2013, p. 23).

Na prática, o que se vê é que essa gestão se estende também sobre outras áreas do Mosaico de Carajás. A estratégia adotada pela VALE S.A. se coaduna com uma recorrente tática do Capital, que reconheceu a necessidade de gestão e controle sobre os bens da natureza, com a constituição de reservas para exploração futura à disposição daqueles que já detêm os meios de produção, mantendo as bases desse sistema inalteradas. Isso se dá em decorrência da dependência do

¹¹ Sobre essa questão ver o caso da Reserva Nacional do Cobre e Associados (RENCA) (ESTADÃO, 2018).

modo de produção capitalista em relação aos recursos naturais. Dessa forma, os mecanismos de proteção são utilizados como meios necessários à criação de novos espaços de reprodução e acumulação capitalistas (WHITACKER, 2015).

Outro aspecto a ser destacado é que o interesse minerário manifestado pela VALE S.A. e legitimado através do suposto interesse ambiental preservacionista do Estado, se contrapõem, em Canaã dos Carajás e no Sudeste do Pará, com o interesse de centenas de trabalhadores/as rurais de permanecerem nessas terras. Nesse aspecto, cumpre lembrar que o Município em análise se formou a partir de um núcleo de agricultores familiares assentados no antigo CEDERE II, e teve, durante muitos anos, a agricultura como sua principal base econômica. No entanto, com o passar dos anos, esses homens e mulheres do campo foram obrigados a deixarem suas terras, enquanto a agricultura familiar cedia espaço para a mineração, num processo de espoliação de homens e mulheres.

Importante também enfatizar, que para além das áreas rurais sobre as quais supostamente incide o interesse ambiental de criação da UC em questão, dezenas de outros imóveis vinculados a outros projetos minerários foram adquiridos pela VALE S.A. no município, representando milhares de hectares concentrados nas mãos das mineradoras, a despeito da necessidade dos trabalhadores/as rurais de acesso e permanência na terra, sendo o vínculo com a terra o que garante a sua reprodução social.

ACÇÕES JUDICIAIS E ESPOLIAÇÃO DE TRABALHADORES/AS RURAIS

A implementação do projeto S11D e a criação de UC acima descritos fazem parte de um longo processo em curso na região Amazônica, sobretudo no Sudeste do Pará, qual seja, a expansão da concentração de terras, muitas delas públicas, pela VALE S.A, por latifundiários e empresas em geral voltadas ao mercado de *commodities*. Essas terras têm alto valor comercial e como se encontram, em sua maioria, em áreas de empreendimentos econômicos na Amazônia, continuam sendo adquiridas a preços baixos, se comparado aos preços de terras em outras regiões do País (ACSELRAD, 2010b). Os trabalhadores/as rurais disputam essas terras ocupando-as para nelas se reproduzirem, mas delas tem sido despejados legalmente pelo Estado com fundamento em decisões concedidas pelo Poder Judiciário, como ocorreu com o Acampamento Grotão do Mutum, em 2016.

Esse longo processo se afirma, assim, com a usurpação de direitos sociais, a espoliação da terra, dos trabalhadores e o aprofundamento das desigualdades.

Em Canaã dos Carajás, com o S11D, se observa um crescimento urbano acelerado que é constituído por um alto número de desempregados que sem renda e trabalho ocupam áreas para morar, produzir e se reproduzir, pois são eles excluídos do mercado de trabalho e de condições mínimas necessárias à sua sobrevivência. Ocupar a terra torna-se uma das condições de sobrevivência contra o processo de espoliação a que são submetidos. É nesse contexto que áreas são ocupadas e reivindicadas para a Reforma Agrária por trabalhadores/as. No entanto, são áreas também pretendidas pela VALE S.A. que por meio de diversas ações judiciais reivindica a posse sobre milhares de hectares de terras na região. Esse processo é característico das formas atuais de exploração de *commodities* que para Harvey (2004, 2005b) é marcado por espoliação e para Gudynas (2009) por excesso predatório de práticas econômicas que fragilizam as vidas humanas e o tecido social, além de propulsar conflitos socioambientais, controlando os recursos, os territórios, mudando completamente a paisagem e violando direitos sociais.

É no rol dessas práticas que áreas inseridas no perímetro do PARNA dos Campos Ferruginosos, acima destacado, são identificadas como aquisições efetivadas pela mineradora VALE S.A., sem a devida verificação acerca do domínio dos bens a serem adquiridos, o que acarretou na aquisição de terras públicas federais pelas quais terceiros foram indenizados, ao invés do próprio Estado, real proprietário do bem. Esse foi o caso da Fazenda São Luís, onde, no início do ano de 2016, um grupo de 150 famílias de trabalhadores/as rurais sem-terra, moradores do Acampamento Grotão do Mutum foram despejados em decorrência de decisão judicial fundamentada no interesse de criação da UC, a partir de um arranjo complexo envolvendo os setores judiciários, governamentais, estadual e federal, e a empresa VALE S.A.

A fazenda em questão era composta não apenas por áreas particulares regularizadas através de títulos de propriedade concedidos pelo GETAT, mas também por terras públicas federais, correspondentes a lotes da Quadra 41 do PA Carajás II, indevidamente apropriados pela empresa mineradora sob a justificativa de estarem inseridos na área de pretensão do PARNA. Nesses termos a informação prestada pelo INCRA de Marabá, acerca da titularidade desses lotes:

O complexo de fazendas que compõem a Fazenda São Luís foi destacado regularmente pelo extinto GETAT da Gleba federal denominada “Buriú”, desconhecemos quaisquer vícios nesse destaque, entretanto, no perímetro desta, identificamos 715,5567 ha de terra pública, referentes aos lotes 18 e 19, 22 a 28 e 31 a 37 da Quadra 41, haja vista que destes lotes não foram encontrados a Quitação e Liberação das Cláusulas Resolutivas (INCRA, INFORMAÇÃO CARTOGRAFIA – Nº 115. 2016. p. 1).

A ausência de quitação e liberação das cláusulas resolutivas – que são condicionantes a serem cumpridas pelo titular da concessão de uso conferida pelo órgão fundiário, conforme apontado pelo INCRA, acarreta a impossibilidade de destaque dessas áreas do patrimônio público para o particular, ou seja, os lotes acima citados continuam integrando o Projeto de Assentamento Carajás II e III, sob domínio e propriedade da União, sendo, portanto, terra pública federal. Sendo assim, essa área deveria ser reincorporada pelo INCRA para o Programa Nacional de Reforma Agrária, caso fosse do interesse do Estado, o que facilitaria a territorialização dos moradores do Grotão do Mutum, ali acampados. No entanto, o que ocorreu foi o despejo por decisão da 1ª Vara Cível da Comarca de Canaã dos Carajás, em 2016.

A decisão de reintegração de posse foi concedida no dia 29 de janeiro de 2016 e cumprida com reforço policial especializado do Comando de Missões Especiais (CME) da Polícia Militar (PM) do estado do Pará, entre os dias 31 de janeiro e 01 de fevereiro, com prazo efetivo de 24 horas para desocupação, sem aviso prévio que facultasse aos ocupantes o mínimo de planejamento para retirada de seus bens e produção. Durante o cumprimento da medida liminar de reintegração de posse, as famílias do Acampamento Grotão do Mutum desmontaram seus barracos, retiraram seus pertences e colheram o máximo de alimentos possível de suas roças. Ficaram sem terra, sem teto, as terras antes por eles ocupadas foram destinadas à criação de espaço protegido, argumento que inclusive carrega um forte apelo de preservação para as gerações futuras, difícil ser contestado.

Mesmo diante de um quadro de violência com o despejo e sem perspectivas de um futuro favorável a sua reprodução, esses trabalhadores se fortaleceram com o apoio de movimentos sociais atuantes em Canaã dos Carajás, e avançaram na construção de denúncias de irregularidades na ação judicial, tomando por base o mesmo levantamento domínial realizado pelo INCRA de Marabá, onde se identificou também a existência de 4.682,91 mil hectares de terras públicas federais dentre as áreas inseridas na UC, a qual, ainda não havia sido criada àquela época.

O trâmite processual referente a essa área se desenvolverá recheado de contradições presentes na ação possessória, qual seja executar o despejo de trabalhadores/as para a criação de UC. Nesse sentido o entendimento do Juiz da Vara Cível, ao decidir sobre o reestabelecimento da medida liminar de reintegração de posse em favor da VALE S.A., é assim definido:

Com efeito, ao observarmos a LI - Licença de Instalação n. 947/2013 acostada aos autos, constata-se que a Serra da Bocaina (vide item 2.6 do Alvará – fl.775), é área integrante de Projeto Minerário, ou seja, área necessariamente destacada para cumprimento de condicionantes impostas pelo Governo Federal. Não pode passar despercebido que o Chefe da Floresta Nacional de Carajás (fl.777/778) informa que referida fração territorial será destinada à constituição de futura Unidade de Conservação – UC, que, como se sabe, pode retornar ao patrimônio público ou remanescer a sua gestão, o que, de um modo ou outro, conduzem a duas ilações: (a) a 90 inexistência de vocação agrária; (b) e, a sua afetação direta em projeto de mineração. Assim, não se mostrando factível a tese veiculada pela ré e, mantidos os fundamentos fáticos e jurídicos que consubstanciaram as decisões liminares retro, DECIDO: (a) Restabeleço os efeitos da decisão liminar de fls. 142/144 e DETERMINO que os réus desocupem a área destinada à constituição da Unidade de Conservação/Projeto de Mineração do Projeto S11D no prazo de 24 horas. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, AÇÃO POSSESSÓRIA 0014461-68.2015.8.14.0136. p. 811, 2015).

Certamente outras circunstâncias, dentre elas o afastamento da tese de existência de terra pública no interior da Fazenda São Luís pelo Magistrado, que ocorreu nesse momento processual, foram determinantes para o revigoramento da medida liminar e manutenção da ação possessória sob o crivo da Vara Cível de Canaã dos Carajás, mas, não podemos descartar a centralidade da discursão referente à vinculação do imóvel ao Projeto S11D, portanto à exploração mineral, e a integração da UC.

A posição do Magistrado, ainda, torna visível a vinculação da preservação ambiental à questão mineral por meio de um discurso próprio dos especialistas autorizados, evocando, ser esse o principal motivo de impedimento à continuidade das famílias acampadas do Grotão do Mutum na Fazenda São Luís. A argumentação central do entendimento defendido pelo Poder Judiciário, perpassa pela utilização de um discurso de preservação ambiental universal conformado com uma racionalidade voltada a construção de um mundo sustentável. O Mosaico de Carajás, sobreposto às áreas de mineração, é um cinturão verde que

garante a exploração extrativista mineral para o mundo. As empresas mineradoras se valem desse espaço para se afirmarem como sustentáveis.

Essa performance discursiva, entretanto, desconsidera todas as irregularidades presentes nos processos judiciais, nega os conflitos e as desigualdades sociais históricas na região, destacados no segundo tópico desse artigo, à medida que legitima o direito de posse da empresa em terras públicas, sobretudo, porque ela alega possuir caráter, também, de preservação ambiental, justificando seu total interesse na criação do PARNA.

A decisão do Poder Judiciário expressa na ação possessória repara à VALE S.A e ao Estado direitos a área da Fazenda São Luís deixando sem-terra as famílias acampadas que, mesmo frente ao trauma vivido com o despejo, refizeram o Acampamento em uma pequena área com cerca de 4 linhas, com pouco mais de 1 hectare, próxima à Vila Bom Jesus, às margens da via de acesso do Projeto Sossego, também da VALE S.A.

Atualmente, poucas famílias resistem, sobrevivendo em situação precária, sem acesso a qualquer tipo de política pública e com dificuldades de produzir seus alimentos em decorrência da limitação da área onde se encontram. O desabafo de uma acampada descreve como se deu o despejo e a situação que enfrentam agora, no novo acampamento:

Lá na São Luís a situação nossa era melhor porque a gente podia plantar, como a gente já tinha nossa plantação lá, era bem melhor do que aqui. Porque aqui é como você está vendo, aqui, a gente cria uma galinha, planta um pezinho de macaxeira, até porque não tem onde, não tem espaço pra ninguém plantar aqui, né?! Lá nós tinha milho, macaxeira, nós tinha melancia, tinha nossos plantio de roça. Foi tudo destruído, um prejuízo pra gente. Foi destruído porque nós fomos expulsos de lá, fomos despejados e foi passado um trator, destruiu nossa plantação e até então, pra nós não ficar na rua morando em casa de conhecido, aí nossa coordenação arrumou esse pedacinho de terra aqui, e até então nós tamo aqui (ALINE, 2018).

A narrativa acima marca que o despejo nunca é ausente de violência. Sendo assim, é em meio a essa violência que os trabalhadores/as reagem para defender seus direitos à terra e à própria sobrevivência, mesmo que esses o sejam negados pelo Estado através das decisões proferidas pelo Poder Judiciário. É assim que eles se articulam também com os movimentos sociais e com a CPT e criam suas estratégias de enfrentamento e resistência, mesmo após o cumprimento do despejo. Diante das circunstâncias enfrentadas naquele momento, realizam um acordo junto à 1ª Vara Cível de Canaã dos Carajás, durante audiência de tentativa

de conciliação. O acordo foi firmado entre a VALE S.A. e os trabalhadores/as rurais, nos seguintes termos:

ACORDO: A) Compete à empresa autora: I) Na próxima audiência deverá apresentar descritivo de áreas de compensações, áreas destinadas a reservas legais, etc. B) Compete à parte ré: I) Cessar as ocupações ou bloqueios de vias públicas e/ou particulares, que deem acesso às unidades pertencentes a autora, notadamente por motivos diretos ou indiretos, por pessoas ligadas direta ou indiretamente a qualquer dos pleitos discutidos nestes autos. DELIBERAÇÃO: Designo audiência de continuação para o dia 06.07.2016, às 15h. a) Oficie-se ao Superintendente do INCRA para que: 1) Informe no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias qual o objeto e fase em que se encontra o grupo de trabalho (Portaria 15 de 07.04.2016); 2) Informar quais frações de terras integrantes da Fazenda São Luís, cujo croqui segue anexo, pertencem à União Federal ou que já foi destacado do patrimônio público. Também deverá esclarecer se existe questionamento administrativo a respeito de vício na concessão de quaisquer das áreas outorgadas à particulares, informando sua precisa localização e qual a situação do bem. b) Oficie-se ao Chefe da FLONA para que, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias informe a este juízo quais áreas integram a UC e que estão localizadas no croqui retro mencionado. Na mesma oportunidade, deverá informar quais áreas ainda não afetadas com esses qualificativos, deverão ser destacadas para ulterior convocação em Parque Nacional. Tendo em vista que se trata de questão eminentemente agrária, oficie-se o INCRA para que envie representante para participar da audiência designada, a fim de esclarecer eventuais pontos controversos. Expeçam-se os ofícios com urgência. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ AÇÃO POSSESSÓRIA 0014461-68.2015.8.14.0136. p. 1.053, 2015).

Importante destacar a intenção primeira dos movimentos sociais de luta pela terra de denunciar a apropriação indevida de terras públicas pela mineradora em Canaã dos Carajás. O acordo em questão fora realizado num contexto em que a correlação de forças se mostrava desfavorável aos trabalhadores/as rurais do Acampamento Grotão do Mutum, tendo em vista a decisão liminar de reintegração de posse já ter sido deferida e cumprida pelo Poder Judiciário, com apoio do aparato policial do estado do Pará. O objetivo central das famílias com a formulação do acordo, era que a VALE S.A. compensasse o INCRA pelas terras públicas federais indevidamente apropriadas pela empresa e destinadas à criação da UC.

Assim, o acordo entre as partes no processo - VALE S.A. e os trabalhadores/as rurais do Acampamento Grotão do Mutum – foi estabelecido após discutirem questões referentes à titularidade dos imóveis inseridos na Fazenda São Luís, ante a denúncia realizada pelos movimentos sociais referente a apropriação indevida de terras públicas pela mineradora. Nesse sentido, verificou-se a necessidade de

ouvir instituições do Estado, o INCRA e o ICMBio, responsáveis pela questão agrária e ambiental no nível federal. Após meses de espera sobrevieram as informações do órgão fundiário, pondo fim à discussão sobre a titularidade dos lotes que compõem a Fazenda São Luís, sobretudo no que diz respeito à incidência sobre lotes do Assentamento Carajás II e III.

Essa confirmação veio ao encontro da pretensão dos acampados, sendo comprovada pelo órgão fundiário a existência de terras públicas federais no interior da fazenda São Luís. Conforme nos referimos acima, o objetivo é de que, constatada a existência de terra pública de titularidade do INCRA no interior do imóvel, as famílias do Acampamento Grotão do Mutum fossem ali assentadas; ou, diante da impossibilidade e vinculação da área a projeto minerário, que a VALE S.A. apresentasse o quantitativo de terras necessário ao assentamento das famílias em outra localidade, desimpedida de mineração. Essa medida seria eficaz para compensar a União pelas terras apropriadas pela empresa, bem como satisfaria a demanda social dos trabalhadores/as rurais sem-terra, efetivando o direito constitucional à Reforma Agrária.

No transcorrer do trâmite processual houveram sucessivas determinações para realização de audiências, com objetivo de dar andamento ao acordo iniciado ainda no ano de 2016, no entanto, por razões diversas, esses atos processuais acabaram sendo adiados e remarcados, sem que houvesse avanço concreto que pusesse termo à pretensão das partes. Em decorrência da espera para que o acordo se concretizasse, também não foi finalizada a instrução do processo e não há previsão, até o momento, para que ocorra o julgamento da ação possessória. Em entrevista, os acampados declararam que aguardam uma definição por parte do Poder Judiciário:

Então ficou decidido, tomou a decisão pra arrumar uma área pra nós trabalhar. Depois disso, já foi audiência marcada, a última foi marcada, chegamos lá, Juiz tava doente. Então nessas audiência nunca foi tomado uma decisão, nem pro lado do objetivo nosso e nem pro lado da Vale. Então, enquanto existir esse processo lá dentro da Vara Cível de Canaã dos Carajás, eu nunca vou desistir, mas nunca mais teve audiência. O juiz sempre tem alguma coisa, ele dá um lado até positivo pra nossa causa, mas ele não tem poder de decisão, pra dizer rapaz, é isso aqui, é isso aqui. Porque eu tenho plena certeza, que qualquer acordo que dê benefício pra nós, nós tamo de acordo a fazer (INÁCIO, 2018).

Reforça outra acampada:

A nossa expectativa é ganhar na Justiça, que o INCRA venha assentar essas família que tão aí necessitada por um pedacinho de terra e a gente tá esperando. Nós fizemo

um acordo também com o Juiz, né?! Que nós não pode mais entrar na área, não pode mais ir pra canto nenhum; é ficar aí e aguardar pela Justiça, pra ver se o Juiz tem misericórdia e junta mais o pessoal do INCRA pra ver se assenta pra gente tirar um pedacinho de terra pra poder sobreviver (BIANCA, 2018).

Ainda segundo os acampados, enquanto aguardam a definição sobre a situação jurídica e administrativa junto ao INCRA, manter-se-ão em situação de acampamento. No entanto, são inúmeras as dificuldades enfrentadas pelas famílias enquanto aguardam a concretização desses acordos, uma vez que não recebem qualquer tipo de assistência, seja por parte do poder público municipal, do INCRA, ou da própria VALE S.A. Elas vivem em situação extrema de precariedade, residindo sob barracos de lona e palha, sem energia elétrica, com dificuldades de acesso à saúde, transporte, saneamento básico e até mesmo alimentação, já que na área onde estão, não dispõe de espaço suficiente para plantar roças e produzir. Assim, é possível perceber como os fatos ocorridos no processo judicial influenciam diretamente as condições sociais e econômicas, sobretudo a vida daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade enquanto aguardam um posicionamento definitivo do Estado.

Importa destacar ainda que, se por um lado os trabalhadores/as rurais fazem acordos com os seus opositores, seguindo os trâmites legais, por outro eles se articulam para enfrentar as violências a que são submetidos, eles e seus parceiros criminalizados pela VALE S.A. O objetivo da mineradora ao lançar mão de estratégias de criminalização dos movimentos sociais é garantir a manutenção de seu poder sobre o território, excluindo os trabalhadores/as rurais. Na verdade, a criminalização de lideranças de movimentos sociais, advogados e professores tem sido uma prática recorrente aplicada pela empresa. O objetivo dos processos de criminalização são deslegitimar a atuação daqueles que venham se contrapor ao seu domínio. Trata-se de uma ação político-ideológica com objetivo de garantir a punição daqueles que pratiquem atos políticos que possam macular a sua imagem. Representa a repressão contra quem reivindique a concretização de um direito – portanto, uma reivindicação justa e legítima - que, ironicamente, passará a ser responsabilizado por suas ações, em nome da suposta garantia da ordem social (COUTINHO; MUNIZ; NASCIMENTO, 2012).

Um dos trabalhadores/as rurais vinculado ao Acampamento Grotão do Mutum narra sua coragem permeada por uma sensação de injustiça por ver suas reivindicações serem transformadas em atos criminosos perante o Poder Judiciário:

Eu me senti muito envergonhado, porque já que nós tamo num país democrático, né?! Que o pessoal diz que é. Nós temo direito de ir e vir, eu pegar um processo desse sem eu ter culpa de nada, então eu me senti muito envergonhado. E por um lado eu achei até bom porque a briga é pelo direito da gente, então a gente tem que brigar até conseguir alguma coisa (INÁCIO, 2018).

No contexto de luta pela terra no município de Canaã dos Carajás, o processo de criminalização violenta a que esses sujeitos são expostos se manifesta das mais diversas formas, sendo observado desde a violência simbólica no tratamento utilizado pela VALE S.A. ao se referir aos trabalhadores/as rurais participantes das ocupações como invasores e criminosos, até medidas mais severas, como a propositura de queixa-crime e graves acusações pelos crimes de associação criminosa, esbulho possessório e exercício arbitrário das próprias razões.

Assim, desde análise da ação possessória proposta contra os integrantes do Acampamento Grotão do Mutum é possível notar, a partir das petições apresentadas pelos advogados da mineradora, como a manifestação da empresa tem o objetivo de deslegitimar as reivindicações, sobretudo, as ocupações realizadas pelos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que enaltecem suas próprias ações, na disputa pela melhor perspectiva dos direitos em jogo, frente ao Poder Judiciário.

Esse cunho pejorativo foi perceptível durante todo o transcorrer do processo, inclusive, em alguns atos processuais específicos como as audiências e cumprimento da liminar de despejo, quando advogados e representantes legais da empresa repetidamente utilizavam-se de expressões grosseiras, com objetivo de desqualificar as reivindicações dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, os trabalhadores/as rurais sentem a necessidade de justificar suas ações, deixando claro aos juízes as motivações existentes por trás das ocupações. Nota-se, portanto, uma desigual disputa de sentidos e significados dentro dos processos.

Além da perceptível tentativa de deslegitimação da qual a mineradora lança mão contra os trabalhadores/as rurais na própria ação possessória, a VALE S.A. também ingressou com queixa-crime contra dez trabalhadores/as rurais do Município de Canaã dos Carajás, apontados como lideranças do Acampamento Grotão do Mutum, acusando-os de esbulho possessório e exercício arbitrário das próprias razões. Dentre as provas apresentadas, os advogados da empresa juntaram no processo cópias de boletins de ocorrência e levantamentos particulares realizados pelo “setor de inteligência” da empresa, incluindo fotografias dos trabalhadores/as rurais participando de atos públicos, como

reuniões, entre outros (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, AÇÃO CRIMINAL 0001141- 14.2016.8.14.0136, 2016).

As acusações apresentadas pela VALE S.A. contra os trabalhadores/as rurais são recorrentemente utilizadas em ações criminais dessa natureza, em que é visível o objetivo de criminalizar as manifestações do movimento social, nesse caso relacionando a ocupação da Fazenda São Luís a supostos atos criminosos. Nos termos da queixa-crime apresentada, a ocupação configura o crime de esbulho possessório e as manifestações públicas realizadas com objetivo de exigir a concretização dos direitos daquela população, são traduzidos pelos representantes jurídicos da mineradora como o crime de exercício arbitrário das próprias razões.

Analisando o processo identificamos que a defesa jurídica dos trabalhadores/as rurais atacou aspectos jurídicos que impediriam a continuidade da ação, dentre eles a ausência de individualização das condutas de cada um dos acusados pela VALE S.A., sem a descrição individualizada dos elementos configuradores do crime e ainda, a ausência de provas, ou o direcionamento da acusação proposta apenas contra as dez supostas lideranças, quando os fatos ali descritos teriam sido praticados por um coletivo muito maior que cem pessoas, o que está em desacordo com a lei processual penal e justificaria a rejeição da queixa-crime.

No entanto, ações dessa natureza possuem uma conotação muito mais político ideológica do que técnica, dados os próprios objetivos de quem a propõe, qual sejam: enfraquecer aqueles que se encontram em processo de reivindicação legítima de seus direitos, na tentativa de tolher toda representação de sua luta (CPT, 2016). Com isso, a queixa-crime apresentada pela VALE S.A contra os trabalhadores/as rurais foi aceita pelo Poder Judiciário e realizada audiência para oitiva dos acusados, bem como das testemunhas de defesa e acusação.

Essas circunstâncias sinalizam para a desigualdade e exclusão social que tanto esses trabalhadores/as rurais vivem, quanto outras parcelas da população nas regiões Sul e Sudeste do Pará. Em Canaã dos Carajás, a população mais desfavorecida está obrigada a suportar os impactos provenientes da exploração ambiental propriamente dita, como a poluição das águas, do ar, sonora, danos às suas propriedades, superlotação da cidade, supervalorização de aluguéis, insuficiência de políticas públicas básicas como saúde, educação e segurança. Têm ainda que enfrentar deslocamentos forçados, despejos de ocupações em favor a projetos minerários, ou das UC's instituídas como medidas compensatórias à mineração.

Esse quadro, entretanto, não se processa apenas nessa parte da Amazônia, mas em nível global, como tem remarcado Alier (2008), por meio da ecologia política, sobre os conflitos socioambientais que envolvem poderosas empresas que desconsideram os prejuízos provocados à natureza e às populações pobres, estas que protestam contra a injustiça ambiental, promovida por políticas e ações econômicas que, em favor do lucro, sustentam uma economia de mercado que destrói as vidas no planeta. Para esse autor, portanto, os diferentes autores, disputam, em condições desiguais de poder, “interesses, valores, saberes”.

Nessa perspectiva, Acserald (2010) considera que, segundo a lógica capitalista, para que haja o sucesso do processo de acumulação algumas pessoas deverão suportar os riscos provenientes das atividades exploratórias. Trata-se de uma violência arquitetada, não apenas circunstancial, mas planejada e “necessária” para o capital. Na base dessa dinâmica, em Canaã dos Carajás, estão os trabalhadores/as rurais, que de forma violenta sofrem a penalização ambiental, social e jurídica que lhes são impostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O despejo dos trabalhadores/as rurais do Acampamento Grotão do Mutum e a criação do PARNA na Serra da Bocaina, foram justificados com o mesmo fim: a preservação ambiental, ação universalmente voltada à garantia do meio ambiente seguro para as presentes e futuras gerações. Assim, a utilização de argumentos e práticas ambientais, mesmo que escondendo propósitos econômicos, revela o esforço da VALE S.A. e do Estado, com suas técnicas burocráticas e “racionalis”, em escamotear o objetivo final a que se destina a criação de novos espaços protegidos em áreas com alto potencial mineral, como as da região Sul e Sudeste do Pará, sob o domínio da mineradora VALE S.A., qual seja: a exploração mineral.

É no rol dos arranjos constituídos entre Estado, Poder Judiciário e VALE S.A. que a mineradora, apropriando-se de áreas de domínio público, compensa o Estado pelos danos socioambientais causados pelo Projeto S11D. Mas, como áreas públicas retornam ao Estado como compensação? No caso em análise, essa questão foi entrelaçada à narrativa de preservação ambiental, ainda que dessa mesma área pública famílias tenham sido despejadas, como pontuado acima.

O avanço na apropriação de áreas públicas – e privadas - pela VALE S.A., nesse contexto, vinculadas a interesse minerário com tom ambiental, reforça ainda a desigualdade na distribuição e acesso à terra em Canaã dos Carajás, acentuando a ocorrência de conflitos socioambientais, aflorando o imbróglio fundiário longe de ser resolvido no estado do Pará. Essa é uma questão fundamental para se compreender as articulações políticas e jurídicas em favor da empresa, enquanto os trabalhadores/as são despejados de seus territórios de reprodução de vida. Trata-se, de um processo de desterritorialização de trabalhadores/as rurais que tem suas vidas e suas condições de vida controladas por uma prática espoliatória, voltada à garantia de acumulação e à reprodução do capitalismo.

A desterritorialização dos trabalhadores/as rurais tem sido o instrumento de ‘territorialização’ capitalista, aqui, da empresa VALE S.A. Empresa moderna que assim garante o mercado de *commodities*, ou a acumulação por espoliação, com o aniquilamento do homem e da natureza. Assim, a mineração impacta a vida de trabalhadores/as rurais que se contrapõem ao modelo de desenvolvimento marcado por violações de direitos e por um discurso de defesa ambiental, com a criação de espaços protegidos, que contribuem para a acumulação por espoliação do capital.

Nesse bojo, conflitos socioambientais eclodem por cada canto de terra ocupado por esses sujeitos, que também defendem os espaços protegidos, também querem a preservação da natureza, mas com sentidos e significados diferentes dos acima justificados pela VALE S.A. Para esses sujeitos, a preservação ambiental está ligada às suas vidas. Ela é a condição para a sua reprodução social, por isso, o acesso e o direito à terra e aos recursos naturais de maneira igualitária e equânime é fundamental e urgente. Sobre esse prisma eles resistem com coragem, se articulam, fazem acordos, num contexto perpassado por uma luta contra hegemônica, contra a asfixia da luta, pela garantia de direitos dos trabalhadores em Canaã dos Carajás e de outras áreas onde a exploração mineral se faz.

Analisar esse processo demanda reconhecer o lugar da luta pela terra desses trabalhadores/as rurais, ainda que a violência que sofrem seja cada vez mais frequente, como mostram os dados da CPT. Essa luta é uma ação histórica por Reforma Agrária, onde a natureza não é tomada apenas com valor econômico, mas como condição primeira, necessária à reprodução da vida humana.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, 24 (68), p.103-119, 2010a. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/10.pdf>. Acesso em 3.9.2020.

_____. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: **Conflitos Ambientais no Brasil**, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004.

_____. Mercado de Terras e Meio Ambiente em áreas de grandes projetos de investimento - o caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. **Estudos Sociedade e Agricultura** UFRJ, v. 18, n. 1, p. 158-192, abr.\set. 2010b. Disponível em <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/323>. Acesso em 28.8.2020.

AFONSO, J. B. G. O massacre de Eldorado dos Carajás e a luta do movimento camponês pela terra no sul e sudeste do Pará. **Dissertação**. Programas de Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PD TSA), Unifesspa, Marabá, 2016.

ALIER, J. M. Conflictos ecológicos y justicEl ecologismo popularia ambiental. **Papeles**, nº 103, p. 11-27, 2008.

AQUINO, M. J. da S. O Ferro e a “Canga”: Disputas e Parcerias na Conservação e Exploração Mineral em Carajás. **III Encontro da ANPPAS**. Brasília, 2006.

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei Nº 9.985, DE 18 de JULHO DE 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm. Acesso em: 18 de set, de 2020.

COELHO, T. Projeto Grande Carajás: Trinta anos de desenvolvimento frustrado. In: ZONTA, M.; TROCATE, C. H. (org.). **A questão mineral no Brasil**, v. 1 p. 27-158. Editorial, Marabá, Pará, Brasil. 2015.

CPT-COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo 2019**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia-GO, 2020. Disponible en: www.cprnacional.org.br. Acesso en 18/09/2020

_____. **Conflitos no campo 2014**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia-GO, 2015. Disponible en: www.cprnacional.org.br. Acesso en 18/09/2020

_____. **Conflitos no campo 2015**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia-GO, 2016. Disponível em: www.cprnacional.org.br. Acesso em 18/09/2020

COUTINHO, A. F.; MUNIZ, R. S. L.; NASCIMENTO, R. de C. G. Luta pela terra, criminalização dos movimentos sociais (do campo) e educação. **Aurora**. Dossiê Luta pela terra. Edição Especial, São Paulo: Marília, V.5, p. 55-68, 2012.

CRUZ, T. M. da. Mineração e Campesinato em Canaã dos Carajás: o avanço cruel do capital no sudeste paraense. **Dissertação**. Programas de Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PD TSA), Unifesspa, Marabá, Julho de 2015.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Editora Hucitec; NUPAUB-USP, 2004.

EMMI, M. F.; MARIN, R. E. A. Crise e rearticulação das oligarquias no Pará. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n.40, p. 51-68, 1996. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/72091/75328>

ESTADÃO. **Novo Decreto de mineração reabre possibilidade de exploração da Renca**. Disponível em: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambientese/novo-decreto-mineracao-reabre-possibilidade-de-exploracao-da-renca/>. Acesso em: set/2018.

FAUSTINO, C.; FURTADO, F. MINERAÇÃO E VIOLAÇÕES DE DIREITOS: O PROJETO FERRO CARAJÁS S11D, da VALE S.A. Relatório da Missão de Investigação e Incidência. **Plataforma DHESCA BRASIL**. Açailândia, 2013.

GONÇALVES, C.W.P. OS (DES)CAMINHOS DO MEIO AMBIENTE. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

GUDYNAS, E. El día después del desarrollo. Agonía de um mito ¿Cómo reformular el “desarrollo”? **Revista América Latina en movimiento**, 445, 31-33, 2009. Disponível em: Disponível em: <https://www.alainet.org/sites/default/files/alai445w.pdf>. Acesso em: 15/07/2015

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 5ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HALL, A. L. **Amazônia, Desenvolvimento para quem?** Desmatamento e Conflito Social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1991.

HARVEY, D. **A Produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a.

_____. **O “NOVO” IMPERIALISMO: ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO**. Socialist Register, 2004.

_____. O Novo Imperialismo. 2. Ed. São Paulo: Loyola, 2005b.

HÉBETTE, J. **Cruzando fronteira**. 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. V. III. Editora Universitária, UFPA, Belém, 2004.

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS REUNOVÁVEIS, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br>. Acesso em 13.0.2020

ICMBio - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **UCs da Amazônia celebram juntas 25 anos de existência**. Brasília: ICMBIO, 2014. Disponível em: Disponível em <https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/4-destaques/4790-tres-unidades-de-conservacao-celebram-juntas-25-anos-de-existencia>. Acesso em 12.9.2020

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; SR (27), Superintendência Regional do Sul do Pará; D/T, Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos. **Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária**, 2015.

_____. **INFORMAÇÃO CARTOGRAFIA – Nº 115**. 2016.

LIRA, S. H de.; COSTA, D. C.; FRAXE, T. de J. P. Racionalidade capitalista e a crise da razão: reflexões sobre a sustentabilidade e a questão socioambiental mundial contemporânea. **REMOA**. v. 12, n. 12, ago. 2013, p. 2680 – 2691. Disponível em file:///E:/Users/Cliente/Downloads/8415-46963-1-PB%20(1).pdf. Acesso em 28/09/2020.

LITTLE, P. E. Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política. (Org.). BURSZTYN, M. In: **A Difícil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2001. p. 107-122

LOPES, J. S. L. Sobre os processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas de participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12,

n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000100003 Acesso em: 11.9.2020.

MAGALHÃES, S. M. **Lamento e Dor**: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. 278f. : **Tese** (Doutorado) -Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, (PA), 2007.

MARTINS, J. de S. **A Chegada do Estranho**. São Paulo. Editora Hucitec, 1993.

MALHEIRO, B; MICHELOTTI, F; SABINO, T. A. G. AQUI O CAPITALISMO NÃO PAROU! ESPOLIAÇÃO E BRUTALIDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA, O QUE A AMAZÔNIA TEM A DIZER? **GEOgraphia**, vol: 22, n. 48, 2020. Disponível em <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/4304>. Acesso em 4.9.2020.

MELINO, T. “Vale duplica ferrovia e multiplica violações no Maranhão e Pará”. In: **Revista Caros Amigos**, n.177, p. 10-15, dez, 2011. Disponível em <https://uc.socioambiental.org/noticia/109774>

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237**, DE 19 DE dezembro DE 1997. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>. Acesso em: 27/Jun/2014.

MOURA, S. T. de. **Serra Pelada**: experiências, memórias e disputas. 2008. 122 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2008.

PEREIRA, A. dos R. **Do posseiro ao sem-terra**: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Recife: Editora UFPE, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE Canaã DOS CARAJÁS. **Diagnóstico Socioeconômico do Município de Canaã dos Carajás**, Estado do Pará. Canaã dos Carajás, 2016.

SANTOS, J. L. R dos. Território em transe: a Floresta Nacional de Carajás. [S.l., s.n]. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS**. Florianópolis: ANPPAS. 2010.

TRECCANI, G. D. **Violência e Grilagem**: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará. Belém: UFPA, ITERPA, 2001.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. **AÇÃO CRIMINAL 0001141- 14.2016.8.14.0136**. 1ª Vara Criminal de Canaã DOS CARAJÁS, 2016.

_____. **AÇÃO POSSESSÓRIA 0014461-68.2015.8.14.0136**. 1ª Vara Cível de Canaã DOS CARAJÁS, 2015.

VALE. **Maior-projeto-da-historia-da-mineracao-completa-um-ano-de-operacao**. 2016. Disponível em: <http://www.vale.com/hotsite/PT/Paginas/maior-projeto-da-historia-da-mineracao-completa-um-ano-de-operacao.aspx>. Acesso em 26/Dez/2018

WEINSTEIN, B. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1993.

WHITACKER, G. M. Território e poder: apropriação, uso e controle de recursos naturais e a irreformabilidade do modo de produção capitalista. **Revista Bibliográfica de Geografia e Ciências Sociais**, 2015.

ESTADO, NEOLIBERALISMO E QUESTÃO REGIONAL: PERSPECTIVAS TEÓRICAS A PARTIR DA AMAZÔNIA E DO SUL E SUDESTE DO PARÁ¹²

Endes Leopoldo

INTRODUÇÃO

A proclamação do fim do Estado gerou profundas especulações. Essa espécie de apagamento do território nacional levou a diversas narrativas que afirmavam não só o fim do Estado, mas também das fronteiras, replicadas como um dos principais resultados diretos do processo de globalização. À revelia desse apanágio, o Estado permanece como uma das forças centrais na reprodução da sociedade e do espaço, mesmo com o aprofundamento do neoliberalismo¹³.

A passagem da hegemonia do capital industrial ao capital financeiro reverbera sobre todas as dimensões da reprodução da vida e do espaço, inclusive sobre o Estado e suas políticas permissivas à crescente acumulação do capital. Do capitalismo urbano-industrial ao “*capitalismo metropolitano-financeiro*” (LEOPOLDO, 2017), temos profundas mudanças na forma e na natureza do Estado. É evidente a radicalização de um caráter neoliberal do Estado, que se ancora crescentemente nas estratégias e racionalidades das empresas e nos ritmos dos negócios, operando no mercado, inclusive nas teias do processo de financeirização da economia política contemporânea.

Hoje, na Amazônia e no Sul e Sudeste do Pará, o Estado opera com políticas ambientais, que favorecem os grandes latifundiários e os grimeiros. O

¹² Este artigo está inserido no Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PROCAD-AM/CAPES) “Estado e Políticas Sociais na Amazônia: diálogos críticos sobre apropriação de territórios e recursos naturais, mobilidades humanas e desestruturação de sistemas de conhecimento”, coordenado pela Prof^a Dr^a Edma Moreira e com sede no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (PDTSA/Unifesspa). Agradeço ao bolsista PIBIC/CNPq Paulo Roberto de Almeida Costa (GERPE/FCH/IETU/Unifesspa) pelo apoio na organização dos dados.

¹³ Dardot e Laval (2016, p. 199) vão direto ao ponto e dizem que “ao mesmo tempo atores e objetos da concorrência mundial, construtores e colaboradores do capitalismo financeiro, os Estados são cada vez mais submetidos à lei férrea de uma dinâmica da globalização que lhes escapa largamente. Os dirigentes dos governos e dos organismos internacionais (financeiros e comerciais) podem sustentar, assim, que a globalização é um *fatum* que ao mesmo tempo trabalha continuamente para a criação dessa pretensa fatalidade”.

Estado com um novo discurso de ocupação e exploração da Amazônia incorpora uma brutal acumulação primitiva do espaço como condição e meio de seus fundamentalismos econômico, político e cultural. Não restam dúvidas que todos os nossos esforços diplomáticos de tornar-se um país voltado para contribuir mundialmente com a construção de uma consciência ambiental foram para o ralo. Na prática, vivemos uma profunda crise ambiental sem precedentes. Mais ainda, o Brasil vive uma crise civilizatória, com a verdade ideológica ganhando o lugar da verdade científica, constituindo uma falsa consciência que reproduz a naturalização da barbárie tanto da natureza *per se* quanto da vida.

Nesse sentido, o objetivo é compreender as novas estratégias do Estado na produção da Amazônia e do Sul e Sudeste do Pará a partir de uma inédita questão regional mobilizada por certa racionalidade neoliberal dos trópicos, discutindo a flexibilização das legislações de proteção da natureza, o desmonte dos órgãos governamentais de preservação e fiscalização ambiental e a negação dos direitos dos povos da floresta. O crescimento do desmatamento e dos garimpos ilegais nos territórios indígenas da Amazônia e da região de fronteira é a face mais visível de uma nova questão regional, constituído pela voracidade de uma acumulação primitiva do espaço que aparece como uma das principais políticas do atual governo. Ao mesmo tempo, o Estado é convocado a repensar suas políticas ambientais na Amazônia por importantes fundos de investimento, grupos econômicos e grandes potências globais, como a Alemanha, que colocam em xeque, inclusive, acordos econômicos multilaterais. Então, o problema central que emerge é pensar as novas estratégias críticas do Estado na produção da Amazônia e da fronteira, que evidencia sua racionalidade neoliberal por meio de políticas ambientais permissivas a uma voraz acumulação primitiva do espaço, abrindo uma nova questão regional pela via da atualização regressiva das formas de exploração dos recursos naturais e de espoliação dos povos da floresta, contraditoriamente diante da construção de uma consciência ambiental universal.

É a partir dessas discussões que queremos contribuir com o tema central dessa obra que é a relação entre Estado e sociedade, iluminando-a na realidade da Amazônia e da região de fronteira. No primeiro momento, vamos pensar a natureza do Estado e seus novos conteúdos no movimento de transição do capitalismo urbano-industrial ao capitalismo metropolitano-financeiro, evidenciando sua importância nessa nova engrenagem de acumulação do capital no contexto do processo global de financeirização. No segundo momento, o desafio é compreender as políticas ambientais do governo atual configurando

elementos inéditos de uma nova questão regional, no qual a Amazônia passa a ser objeto de uma estratégia de ampliação das formas de acumulação primitiva do espaço, na contrapartida da emergência de um Estado autoritário, cujo caráter neoliberal aprofunda-se e retroalimenta-se a partir de fundamentalismos econômicos, políticos e culturais.

A metodologia para o desenvolvimento da pesquisa constituiu-se em dois momentos. No primeiro, realizou-se uma pesquisa bibliográfica a partir do referencial teórico-conceitual que permite pensarmos a emergência de um capitalismo metropolitano-financeiro. No segundo, discutem-se as principais narrativas veiculadas pela imprensa que revelam as políticas antiambientais, na medida em que constituem discursos no espaço e sobre o espaço, compreendendo as contradições, o dito, o não-dito e o interdito, lançando mão de informações e imagens.

AS METAMORFOSES DO ESTADO NA TRANSIÇÃO DO URBANO-INDUSTRIAL AO METROPOLITANO-FINANCEIRO

Em primeiro lugar, é necessário pensarmos a própria natureza do Estado. Segundo a perspectiva crítica, o Estado constitui uma abstração concreta com uma base territorial real: um povo real, uma soberania real (MARX, 1983, p. 49). Conforme Karl Marx (1983, p. 49), *“a abstração do Estado como tal só pertence aos tempos modernos, visto que a abstração da vida privada só aparece nestes”*, posto que *“a abstração do Estado político é um produto moderno”*¹⁴. Muito próximo dessa compreensão de Estado, Milton Santos (1978, p. 189) escreve que *“um Estado-Nação é essencialmente formado de três elementos: 1. o território; 2. um povo; 3. a soberania”*, na medida em que *“a utilização do território pelo povo cria o espaço”* e *“as relações entre o povo e seu espaço e as relações entre os diversos territórios nacionais são regulados pela função da soberania”*.

Do ponto de vista de uma atualização crítica, recorre-se a David Harvey (2010, p. 194) para sentenciar que *“os Estados tanto atrapalham quanto facilitam o movimento geográfico dos fluxos de capital”*. Aqui, o Estado é compreendido seja na esfera global das relações diplomáticas, seja nos blocos regionais, seja enquanto Estado-nação, seja nos níveis internos ao território nacional. Cada escala de poder

¹⁴ Karl Marx (1983) critica radicalmente a mistificação do Estado na filosofia hegeliana, apontando os problemas na formulação das ideias como a inversão do sujeito e do predicado, a determinação do conceito a partir de uma ideia genérica, o desenvolvimento do objeto tendo como pressuposto o pensamento. Assim, Marx revela o nível de idealismo implícito-explicito em Hegel, que não vê as contradições concretas do Estado, da família, da sociedade civil e da propriedade privada.

é um momento do jogo da acumulação capitalista, onde as *personas* do capital pressionam o Estado para atender seus interesses de ampliação e consolidação de seus negócios, quando não é ele próprio que toma a iniciativa de dinamização de práticas econômicas, criando condições para elevados ganhos nos processos de capitalização e valorização. Do ponto de vista dos níveis internos do território nacional, as políticas de descentralização do poder político com a instituição de poderes regionais e metropolitanos é um dos fatos mais notórios¹⁵.

Hoje, os vínculos espaciais e temporais com as novas tecnologias de comunicação e transporte ao nível global, a globalização financeira e a formação do mercado mundial fecundam uma rede metropolitana universal pela via da integração e conexão internacional das lógicas e processos das metrópoles e tramas metropolitanas, para além dos limites dos estados nacionais. Na transição do capitalismo urbano-industrial ao capitalismo metropolitano-financeiro, o Estado modifica bruscamente suas estratégias políticas, econômicas e sociais, inclusive geopolíticas. Com relação às estratégias econômicas e sociais, o Estado torna-se cada vez mais um estado empreendedor próprio do capitalismo metropolitano-financeiro do que propriamente um estado interventor, mais ligado ao capitalismo urbano-industrial. Assim, o mercado mundial ganha o espaço global, no entanto a mediação do Estado não é suplantada e continua sendo extremamente necessária aos processos de acumulação do capital.

Do ponto de vista das estratégias geopolíticas, o Estado em geral envolve-se diretamente na busca de evitar, de um lado, uma catástrofe ambiental com as mudanças climáticas, acessando a ideologia da sustentabilidade por meio das instituições supranacionais, e, de outro, os possíveis ataques terroristas diante de uma guerra produzida pelas principais potências mundiais com o Oriente

¹⁵ David Harvey (2010) cita vários casos de descentralização, nomeadamente de constituição de poderes regionais e metropolitanos. “Margaret Thatcher dissolveu o Conselho da Grande Londres em 1986 em virtude da resistência ao seu projeto neoliberal, deixando a região de Londres desprovida de uma autoridade de coordenação adequada para controlar o *boom* dos serviços financeiros e valores de propriedade que inundaram o Sudeste da Inglaterra. O governo Blair finalmente teve que restaurar alguma aparência de governo metropolitano para corrigir essa situação” (HARVEY, 2010, p. 197). “Descentralização controlada acabou sendo um dos melhores meios de exercer e consolidar o controle centralizado. Isso foi particularmente acentuado nas reformas introduzidas na China depois de 1979. A autoridade não só foi delegada aos governos regionais e metropolitanos, assim como em outras instâncias encurraladas em zonas econômicas especiais, mas também estendida às cidades e aldeias, que foram convidadas a criar empresas. O resultado foi um crescimento econômico agregado surpreendente e cada vez mais centralização do poder em Beijing. Mas, em grande parte do mundo capitalista ocorreram delegações similares. Nos EUA, por exemplo, foram reforçados os direitos individuais dos Estados e as iniciativas metropolitanas em relação ao governo federal depois de mais ou menos 1975” (HARVEY, 2010, p. 164).

Médio. Isto acontece em detrimento do estado interventor do capitalismo urbano-industrial, que em geral estava mais voltado à engenharia da participação nas guerras mundiais e ao perigo nuclear, que ameaçou o mundo até o fim da Guerra Fria em 1991. Sem dúvida, hoje o território nacional está crescentemente conectado amplamente ao espaço global, cuja produção está mais vinculada à constituição do mercado mundial do que das necessidades dos estados e seus povos. Entretanto, o Estado não perde sua importância fundamental de manutenção da ordem no processo de acumulação do capital, apesar de uma arquitetura econômica cada vez mais, em termos, independente dele. Nesse sentido, Saskia Sassen (1996, p. 212) fala que

De fato, a globalização econômica se estende para além das fronteiras do Estado-nação. Isto é particularmente evidente nos principais setores econômicos. Os sistemas atuais de governança e prestação de contas para atividades econômicas transnacionais e os atores ficam muito desgovernados, quando se trata dessas indústrias. Mercados globais em finanças e serviços avançados operam em parte através de um guarda-chuva de “regulação” que não é centrado no estado, mas é centrado no mercado. A nova geografia da centralidade é transnacional.

Por isso, a nova geografia dos espaços metropolitanos é transnacional, mas é também nacional e regional. As integrações e conexões em rede são realizadas em todas as escalas geográficas com intensidades diferentes entre as metrópoles, as regiões metropolitanas e os lugares. O movimento de metropolização, que não se confunde com a formação de grandes regiões metropolitanas (LENCIONI, 2006), combina-se com a dinâmica de financeirização, que hierarquiza os espaços e difunde as instituições e organizações do capital financeiro. O capitalismo metropolitano-financeiro ilumina novas possibilidades no plano mundial, mas também nas articulações e especificidades com e nos níveis nacionais e regionais. No sentido de sistematizar os fundamentos do capitalismo urbano-industrial e do capitalismo metropolitano-financeiro e a busca de compreensão do movimento de transição, apresenta-se um esforço esquemático (Quadro 1).

Quadro 1: Conteúdos do capitalismo urbano-industrial e do capitalismo metropolitano-financeiro.

Capitalismo urbano-industrial	Capitalismo metropolitano-financeiro
Espaço abstrato	Espaço negativo
Aglomeracão	Rede
Reunião	Integração
Encontro	Conexão
Cidade	Metrópole
Urbanização da sociedade	Metropolização do espaço
Industrialização	Financeirização
Modernismo	Pós-modernismo
Distância/mobilidade	Velocidade/instantaneidade
Aglomeracão urbana	Região metropolitana
Estrutura	Informação
Produção	Reprodução
Mais-valia absoluta	Mais-valia relativa
Ciência aplicada	Ciência produtiva
Estado intervencionista	Estado empreendedor
Guerras mundiais/perigo nuclear	Terrorismo/catástrofe ambiental
Centralidade	Policentralidade
Arte moderna	Arte contemporânea
Arquitetura moderna	Arquitetura contemporânea

Fonte: Leopoldo, Eudes (2015).

Nesse contexto, o Estado atualiza-se criticamente, na mesma medida em que a sociedade, o espaço e ele mesmo, o próprio Estado, acirram seu caráter neoliberal. É assim que as alianças entre capital e Estado aprofundaram-se com o neoliberalismo, ao invés de arrefecerem, o que tampouco significa que tais nexos conformam um mero liberalismo, pois os arranjos político-econômicos são novos ou renovados sobre o manto da diminuição das funções do poder público no conjunto da sociedade. “O Estado já não se destina tanto a assegurar a integração dos diferentes níveis da vida cotidiana quanto a ordenar as sociedades de acordo com as exigências da concorrência mundial e das finanças globais” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 284).

Assegurando condições aos grandes *players* das economias regional, nacional e mundial, o Estado, em boa parte das vezes, apresenta sempre uma contrapartida aos investimentos, a diferença fundamental é que ele passou a ser

mais empreendedor, quase um agente do próprio capital, do que, como antes, propriamente um interventor. Um exemplo muito claro são os estudos sobre a financeirização da produção da habitação para as classes de média e baixa renda que trazem à luz a presença-ausência do Estado nesse setor, que cada vez mais perde espaço para a iniciativa privada, conquanto que continue a operar na criação de subsídios, realizações de obras e nas regulamentações necessárias. De uma prática interventora, própria do capitalismo urbano-industrial, em que o Estado operava diretamente sobre a produção do espaço em investimentos de infraestrutura e projetos de grande impacto no tecido urbano, como a construção de conjuntos habitacionais; ele passa, no capitalismo metropolitano-financeiro, a ter uma prática mais empreendedora, “cirúrgica”, participando de programas habitacionais, operações urbanas e planos consorciados com a iniciativa privada diretamente vinculados à acumulação do capital do que ao bem público. Decisivamente, o Estado passa a ser um agente do capital, sendo todo tempo negado, posto que sua ausência seria o domínio perfeito do mercado sobre a reprodução das relações sociais de produção, permitindo a autorregulação da sociedade pelo mercado, a realização plena do chamado livre mercado, das ditas liberdades individuais. De fato, o Estado mínimo nunca se efetiva, isto é, essa presunção de ausência é uma ideologia, sua presença-ausência é condição essencial à acumulação do capital.

Diante dessa nova face do Estado, como pensar a Amazônia, especialmente a região de fronteira, o Sul e Sudeste do Pará? Como o Estado opera cada vez mais no sentido de inviabilizar as políticas de preservação ambiental na Amazônia, minando os órgãos responsáveis por tal função? Quais são as implicações do movimento no qual as políticas antiambientais tornam-se a nova política de Estado? O que o discurso de ocupação e exploração da Amazônia, desenhado mais uma vez como uma forma de integrá-la ao território nacional, inversamente proporciona um dos maiores processos de acumulação primitiva do espaço do período recente no Brasil, cujos rebatimentos do ponto de vista ambiental são imprevisíveis?

ESTADO, NEOLIBERALISMO E NOVA QUESTÃO REGIONAL: A AMAZÔNIA E A REGIÃO DE FRONTEIRA

Atualmente, o Brasil é dominado por um governo que avaliza e promove a radicalização dos processos de acumulação primitiva do espaço na Amazônia,

consolidando políticas antiambientais que estruturam o colapso ambiental como política de Estado com a desmobilização dos órgãos de preservação e fiscalização ambiental, o esvaziamento dos fundos e conselhos de proteção do meio ambiente, as desregulamentações e simplificações permissivas à grilagem e ampliação do desmatamento. A política de ocupação e exploração da Amazônia, que era um dos principais fundamentos do regime militar, ganha nova roupagem e verniz, passando a ser a grande âncora do governo atual. Esta é uma das muitas coincidências entre as políticas adotadas pelo governo atual e aquelas da ditadura civil-militar, constituindo um profundo sentido de imponderabilidade das ações do poder executivo federal.

Uma série de discursos proferidos pelo atual Presidente da República evidencia o incentivo e a promoção da ocupação e exploração desmedida da Amazônia como uma das principais políticas do governo (Quadro 2). Esses discursos sobre o espaço, sobre essa espacialidade diferencial, a região Amazônica, são decifrados como “*indicações*” e “*testemunhos*” sobre o próprio processo de produção do espaço, no sentido de descortinar as contradições, o dito, o não-dito e o interdito, na perspectiva dada por Henri Lefebvre ([1974] 1991). No entanto, sublinhe-se que o processo de produção do espaço compreende o discurso sobre o espaço, mas não se reduz a ele (LEFEBVRE, [1974] 1991).

Quadro 2: Discursos sobre a Amazônia do Presidente da República do Brasil (2019).

Discursos	Data	Evento	Lugar
“A Amazônia não pode ser esquecida. Temos muitas riquezas. Gostaria muito de explorá-la junto com os Estados Unidos. (...) Eu gosto muito do povo americano. O Brasil elegeu um presidente que gosta dos Estados Unidos e a Amazônia pode ser solução para o mundo ”.	janeiro de 2019	Fórum Econômico Mundial	Davos, Suíça
“Tenho falado em minhas viagens internacionais que o Brasil está de braços abertos para outros países que queiram por parceria explorar a nossa biodiversidade na região amazônica , [...]. Não existiu prazer maior agora em Osaka por ocasião do G20 de eu conversar com Macron e Angela Merkel não da forma como eles queriam a resposta que obtiveram, mas para dizer para eles que o Brasil está sob nova direção, não voltei para cá para demarcar mais dezenas de terras indígenas ou quilombolas que só divide nosso povo e o que eu quero para o índio no Brasil, que em grande parte está na nossa Amazônia, é integrá-lo à sociedade, buscar parceria com eles também para a biodiversidade, exploração de recursos minerais”.	agosto de 2019	Inauguração da Farmoquímica de Cristália	Itapira, São Paulo, Brasil

<p>“Infelizmente, algumas pessoas, de dentro e de fora do Brasil, apoiados em ONGs, teimam em tratar e manter nossos índios como verdadeiros homens das cavernas. O Brasil agora tem um presidente que se preocupa com aqueles que lá estavam antes da chegada dos portugueses. O índio não quer ser latifundiário pobre em cima de terras ricas. Especialmente das terras mais ricas do mundo. É o caso das reservas Ianomâmi e Raposa Serra do Sol. Nessas reservas, existe grande abundância de ouro, diamante, urânio, nióbio e terras raras, entre outros. E esses territórios são enormes. A reserva Ianomâmi, sozinha, conta com aproximadamente 95 mil km², o equivalente ao tamanho de Portugal ou da Hungria, embora apenas 15 mil índios vivam nessa área. Isso demonstra que os que nos atacam não estão preocupados com o ser humano índio, mas sim com as riquezas minerais e a biodiversidade existentes nessas áreas”.</p>	<p>setembro de 2019</p>	<p>Assembleia Geral da ONU</p>	<p>Nova York, Estados Unidos</p>
<p>“Há poucas semanas o Brasil foi duramente atacado por um chefe de Estado europeu sobre as questões amazônicas. São problemas que acontecem ano após ano, que é da cultura, por parte do povo nativo, queimar e depois derrubar uma parte da sua propriedade para o plantio, para a sobrevivência. Mas, foi potencializado por mim, exatamente porque não me identifiquei com políticas anteriores adotadas no tocante à Amazônia. A Amazônia é nossa, a Amazônia é do Brasil”.</p>	<p>outubro de 2019</p>	<p>Future Investment Initiative Forum</p>	<p>Riad, Arábia Saudita</p>

Fonte: Leopoldo, Eudes (2020).

Poderíamos fazer diversas leituras desses discursos, nos domínios da política externa, do imperialismo dos Estados Unidos, da cultura indígena, dos recursos naturais na Amazônia, entre outros. No entanto, nossa preocupação é pensar o desenvolvimento das políticas antiambientais que está implícito nesses discursos, manifestando fortes convergências com as formas ampliadas e violentas de ocupação e exploração da natureza e de espoliação dos povos da floresta, que se expressam de modo cada vez mais evidente.

Revela-se uma narrativa que convida o mundo, em particular os Estados Unidos, a ingressarem numa parceria para explorar a biodiversidade da Amazônia. Nesse ponto, cogita-se um imperialismo pronunciado pelo próprio Estado-nação que seria submetido à potência imperialista no projeto de exploração da Amazônia. Diferentemente do discurso da ditadura civil-militar, que dizia “integrar para não entregar”, o governo atual expressa um contentamento pelo interesse externo na Amazônia e uma vontade de ampliá-lo. Portanto, a política é, inversamente, “entregar para integrar”, especialmente aos Estados Unidos. Diante dessas estratégias, os direitos dos povos da floresta por seus territórios ancestrais são negados, inclusive suas culturas. Há uma profunda contradição, na medida em que quem diz que a razão de ser das críticas é uma preocupação deliberada com a exploração da biodiversidade e dos recursos naturais da Amazônia é o mesmo que convida para esse empreendimento.

No último discurso, fica muito claro a origem e a promoção das políticas ambientais vigentes no território nacional quando o atual Presidente da República afirma que esse movimento foi “potencializado” por ele mesmo, negando sistematicamente as políticas ambientais historicamente construídas e flexibilizadas em seu governo. Seu ministro do meio ambiente executa as políticas ambientais e atua diretamente no desmonte dos órgãos e legislações ambientais. O discurso pronunciado pelo ministro do meio ambiente em uma Reunião Ministerial na metrópole de Brasília, no primeiro semestre de 2020, apresentado a seguir, dar corpo ao movimento de constituição das políticas ambientais, que fundamenta contraditoriamente um ministério que deveria servir ao que o seu administrador máximo é contrário.

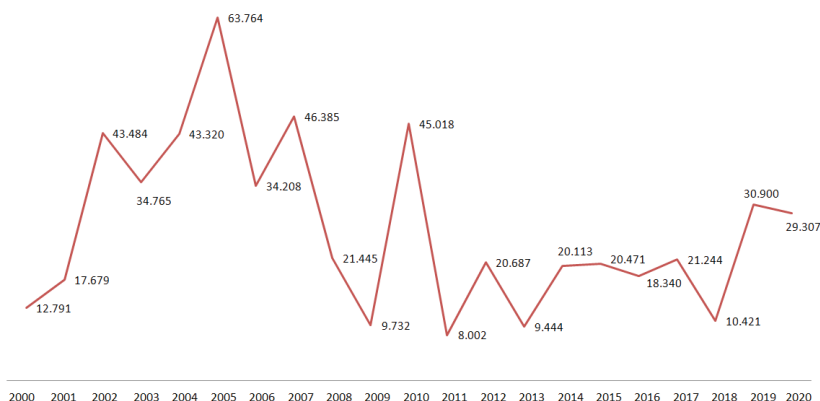
A oportunidade que nós temos que a imprensa está nos dando um pouco de alívio nos outros temas, é passar as reformas infralegais de desregulamentação, de simplificação, todas as reformas que o mundo inteiro (...) certamente cobrou (...). Essa grande parte dessa matéria ela se dá em portarias e normas dos ministérios que aqui estão, inclusive o de Meio Ambiente e que são muito difíceis e nesse aspecto o Meio Ambiente é o mais difícil de passar qualquer mudança infralegal em termos de instrução normativa e portaria, porque tudo que a gente faz é pau no Judiciário no dia seguinte, então para isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de Covid, e ir passando a boiada e ir mudando todo regramento e simplificando normas (informação verbal)¹⁶.

Não precisamos ressaltar que a grande estratégia que está por trás das políticas ambientais e que é verbalizada pelo ministro é “ir passando a boiada”. Estamos diante do fato de que o governo opera a partir de uma perspectiva autoritária e regressiva, estabelecendo a atualização de uma tática de ataque súbito e simultâneo, internamente com as desregulamentações e simplificações ambientais, ao mesmo tempo em que apresenta externamente um discurso ambiental, promovido por uma legião de seguidores nas redes sociais e multiplicada por robôs e ciborgues. Trata-se de uma espécie de novo *blitzkrieg*, a chamada guerra-relâmpago. Isto é, o governo atual, projetando-se como um Estado autoritário e regressivo, vive em uma guerra permanente contra a natureza, a sociedade e sua diversidade política, cultural e regional. A expressão espacial desse movimento na Amazônia ganha corpo com os números alarmantes de focos de queimadas.

¹⁶ Fala do atual Ministro do Meio Ambiente em uma reunião ministerial no Palácio do Planalto em Brasília em abril de 2020.

Atingimos em agosto de 2020 - 29.307 - o pior número de focos de queimada na Amazônia nos últimos dez anos, ficando atrás apenas do ano passado - 30.900 (Figura 1). Agosto é o mês com os maiores índices de queimadas que coincide com o período mais seco da Amazônia. No entanto, este pico provavelmente deve ser ainda maior, tendo em vista que foram detectadas falhas no sensor do satélite responsável pelo monitoramento das queimadas. Desde 2011, esse quantitativo vinha dando sinais de arrefecimento. Todavia, com as políticas ambientais do governo atual, tivemos uma elevação dos números.

Figura 1: Focos de Queimadas na Amazônia (2000-2020).



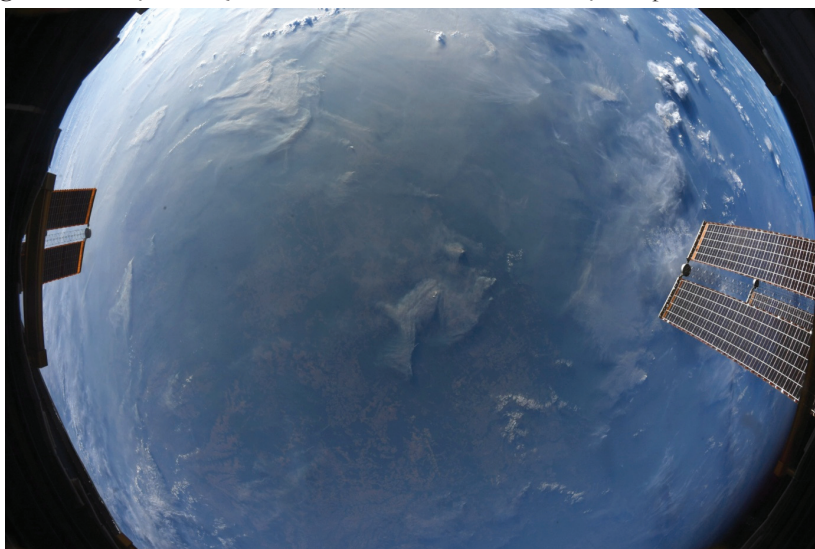
Fonte: INPE (2020). Elaboração: Costa, Paulo Roberto de Almeida; Leopoldo, Eudes (2020).

Nesses termos, o Estado empreende uma batalha pelo aniquilamento da Amazônia e de sua diversidade, de modo qualitativo e quantitativo, à revelia das críticas de grandes fundos de investimentos, grupos econômicos e potências mundiais, que inclusive coloca em risco os investimentos e os acordos econômicos no território nacional, no contraponto da consolidação de uma consciência ambiental universal ou pelo menos de uma preocupação com a possibilidade de uma catástrofe ambiental via mudanças climáticas. Estamos diante de um “neoliberalismo nos trópicos”, que se apresenta como o negativo da economia política contemporânea de importantes centros dinâmicos de países desenvolvidos e não desenvolvidos (LEOPOLDO, 2020).

A retirada de investimentos da bolsa de valores e de companhias brasileiras e o declínio na compra de produtos nacionais é apenas uma das evidências da esquizofrenia de nossa condição neoliberal nos trópicos. As reuniões entre fundos de investimentos, empresários e chefes de Estado com o governo atual

para colocá-lo contra a parede e exigir os compromissos ambientais assumidos conflagram essa situação aparentemente paradoxal, muito fortemente vinculada à corrosão da política ambiental nacional e da representação do Brasil como protagonista na emergência de uma consciência universal de defesa do meio ambiente e aos dados e imagens que demonstram concretamente uma Amazônia em chamas, anunciando a nova questão regional (Figura 2). No entanto, muitos *players* econômicos estão sendo beneficiados com o autoritarismo e as políticas regressivas do governo atual, especialmente grandes grupos econômicos dos produtos alimentícios e minerais.

Figura 2: Fumaças das Queimadas na Amazônia vista da Estação Espacial Internacional.



Fonte: Cassidy, Chris (2020).

Mais recentemente, o governo tem operado com uma política de militarização das ações de preservação e fiscalização ambiental na Amazônia, que já tinha sido sinalizada pelo próprio Presidente da República em 2019 numa reunião com garimpeiros da Serra Pelada, situada no Sul e Sudeste do Pará. Esta região de fronteira profundamente modificada atualiza-se com as políticas antiambientais, que corroboram para a destruição de muitas reservas florestais determinadas por lei e que as desregulamentações e simplificações permissivas e o desmonte dos órgãos de preservação e fiscalização ambiental estão contribuindo para que

virem fumaça, tornando nossos dias mais escuros e nossas noites mais cinzentas. O Estado, nesse sentido, contribui decisivamente para tornar o Sul e Sudeste do Pará em um laboratório da intensa degradação ambiental na Amazônia, levando-nos até a questionar se de fato estamos circunscritos a este bioma. Aqui, o Estado autoritário e regressivo já é regra e não exceção, ganhando então uma dupla potência.

Na fronteira, a atualização regressiva dos processos de acumulação primitiva do espaço alcança o ápice, simultânea ao processo de produção das cidades, configurando o novo polígono da urbanização na Amazônia, entre as cidades de Marabá, Redenção e Parauapebas. Desse modo, as políticas antiambientais podem ser o anúncio do último suspiro de muitos remanescentes da floresta tropical amazônica na fronteira, que já se encontra extremamente degradada pelas práticas históricas do binômio desmatamento-queimada, dando lugar aos pastos para a produção agropecuária, bem como pelas dinâmicas de mineração tanto por grandes grupos econômicos mineradores quanto por pequenas e médias empresas extrativistas e garimpeiros. Na fronteira, sem dúvida, o colapso ambiental já é política de Estado. Mesmo que as terras indígenas e as unidades de conservação sejam as menos afetadas pelo desmatamento e queimadas, elas também estão sendo atingidas pelas políticas antiambientais. No Sul e Sudeste do Pará, as terras indígenas Kayapó e Apyterewa e a reserva indígena Mãe Maria têm sido alcançadas por essas práticas de radicalização da acumulação primitiva do espaço. Mais do que uma crise ambiental estamos vivendo uma crise civilizatória. Apagaram-se as luzes da civilização!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo operando com suas estratégias de incentivo do discurso antiambiental e o desmonte da política ambiental revela seu caráter de um Estado neoliberal nos trópicos, fundado nos interesses dos grandes produtores agropecuários, das agroindústrias e das companhias extrativistas do que dos grandes fundos de investimentos e instituições financeiras. Atende-se à condição neoliberal de um Estado operando indiretamente no desenvolvimento das enormes frentes de acumulação primitiva do espaço na Amazônia, mesmo que as prerrogativas ambientais dos grandes *players* do capitalismo metropolitano-financeiro sejam colocadas em jogo.

As políticas antiambientais e o próprio colapso ambiental constituindo-se como política de Estado costura o flagrante da irracionalidade do governo com relação à questão ambiental, na medida em que reduz a natureza e os povos da floresta em negócios, inclusive sua espessura histórica e geográfica. Portanto, há indícios suficientes que nos leva a aferir uma racionalidade neoliberal invertida do Estado no Brasil, que não é menos neoliberal do que outros Estados-nação, fundamentalmente coerente com a lógica das políticas antiambientais permissivas a uma voraz acumulação primitiva do espaço, que constitui uma nova questão regional pela via da atualização regressiva das formas de exploração dos recursos naturais e de espoliação dos povos da floresta. Desse modo, a nova questão regional é indissociável da questão ambiental!

Podemos afirmar, portanto, que a “*Amazônia pode ser solução para o mundo*”, mas em hipótese nenhuma do modo como o governo atual deseja. A Amazônia é um laboratório vivo de práticas menos degradantes da natureza, especialmente as relacionadas ao metabolismo social dos povos da floresta. Nela, é possível encontrar diversas e múltiplas utopias experimentais, que atualizadas e ressignificadas podem conduzir-nos ao futuro!

REFERÊNCIAS

HARVEY, David. **The Enigma of Capital: and the crises of capitalism**. New York: Oxford, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. [1ª ed., 1974]. New York: Blackwell, 1991.

LENCIONI, Sandra. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, C.; FREIRE, D.; OLIVEIRA, F. **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LEOPOLDO, Eudes. O mundo, a Amazônia e a região de fronteira no fio da navalha: o Sul e Sudeste do Pará em tempos da pandemia do coronavírus. **Revista Espaço e Economia**, n. 18, 2020.

LEOPOLDO, Eudes. **Financeirização Imobiliária e Metropolização Regional: o Alphaville na implosão-explosão da metrópole**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. Lisboa: Presença, 1983.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia à uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

SASSEN, Saskia. Whose city is it? globalization and the formation of new claims. **Public Culture**, n. 8, 1996.

UMA PERSPECTIVA DA RESISTÊNCIA FEMINISTA NO MOVIMENTO DOS SEM TERRA NO PARÁ

*Idelma Santiago da Silva
Kezia Vieira de Sousa Farias*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda uma perspectiva da resistência feminista das mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Sudeste do Pará, na Amazônia oriental brasileira. São mulheres que, por meio de seus agenciamentos, conquistaram espaços de direção e apresentaram novas questões para a práxis coletiva do movimento, com base em modos diferenciais de inscrição e inovação política. A perspectiva da resistência que elas estão construindo interseccionam a luta contra o capital e contra o patriarcado.

A Amazônia permanece como fronteira colonial. Assim, a colonização da Amazônia brasileira não é um projeto localizado no passado da modernidade colonial. Ela tem permanecido, duplamente, como “objeto” de intervenção de interesses colonialistas do capital internacional e das estruturas de poder nacional, articuladas pelo Governo Federal e por intermédio dele. Os processos das lutas de resistência e da violência, na fronteira amazônica, remetem à atualidade do colonialismo interno e em escala global.

Em conformidade com Boaventura Santos, aqui entendemos o colonialismo como “[...] *o conjunto de trocas extremamente desiguais que assentam na privação da humanidade da parte mais fraca como condição para a sobre-explorar ou para a excluir como descartável*” (SANTOS, 2010a, p. 37). Acrescenta-se, aqui, o colonialismo interno, inclusive na sua versão ideológica de missão civilizadora, tanto na colonização da memória (LUGONES, 2014), como na atualização de suas categorias: “[...] *os conceitos de desenvolvimento, progresso e civilização estão ao lado de outros, como produtividade e competitividade, movidos pela dinâmica de mercados em integração*” (CASTRO, 2010, p. 121). Enfim, o colonialismo interno construiu a Amazônia como uma “*exterioridade à humanidade brasileira*”, identificada como um risco “*não apenas por representar a exterioridade irracional da natureza, mas também a inferioridade abissal de suas populações*” (MALHEIRO, 2020, p. 85).

Assim, as lógicas da apropriação/violência (SANTOS, 2010b) e da acumulação por espoliação (HARVEY, 2006) são hegemônicas nos supostos processos

de “desenvolvimento” da Amazônia. Segundo Harvey (2006), a acumulação capitalista por desapossamento, que está presente no “novo imperialismo”, pode ocorrer de diversas formas, mantendo as suas características predatórias de desapossamento e os diversos recursos à fraude e à violência, envolvendo a intervenção estatal e visando à mercantilização dos diferentes bens comuns. Por isso, “[...] não surpreende, então, que muito da ênfase dos movimentos antiglobalização nos últimos tempos tenha se centrado na exigência de bens comuns e no ataque ao papel conjunto do Estado e do capital na sua apropriação” (HARVEY, 2006, p. 24). Para a Amazônia, a estratégia-chave do planejamento governamental é “[...] aumentar a sua vinculação aos mercados e promover a abertura de novas fronteiras de recursos em proveito da iniciativa privada” (CASTRO, 2010, p. 120).

A Amazônia tem-se constituído, também, em um território de lutas de resistências e conflitos sociais. “O espólio, como processo de despir, despojar identidades, existências e territórios é o quadro geral que desenha e dá sentido às lutas sociais” (MALHEIRO, 2018, p. 61), em uma diversidade de antropologias, cosmologias e epistemologias que envolvem povos indígenas, sem-terra, quilombolas, ribeirinhos, atingidos por barragens e mineração e outras identidades sociais objetivadas em movimentos sociais. Esses sujeitos, “[...] através de ações organizadas, têm erigido uma muralha de proteção em torno das culturas alimentares e das territorialidades específicas nas quais asseguram sua reprodução física e social” (ALMEIDA; ACEVEDO MARIN, 2010, p. 151). É desde essa perspectiva das lutas sociais que a Amazônia é, também, o espaço onde a restituição do saber subalterno está tomando lugar, política e epistemologicamente (MIGNOLO, 2010).

É nesse contexto que uma perspectiva da resistência feminista das mulheres do MST no Pará pode ser compreendida. Emergem de uma gramática social em parte comum ao movimento, mas ao buscar elevar o cotidiano a um patamar político e ao se deslocarem entre espaços, papéis e escalas de lutas, elas estão a se constituírem numa alteridade nativa e feminista na liminaridade das situações de suas existências e agências.

Atualmente, as mulheres estão entre as principais dirigentes e intelectuais orgânicas do MST no Estado do Pará. Elas ascenderam a esses espaços e papéis por suas atuações, partindo de espaços infrapolíticos do movimento. Depois de terem sido expulsas da direção da coordenação estadual, no início da década de 2000, elas elaboraram planejamento de vida e formação e, dois anos depois, retornaram, em maioria, para essa instância de coordenação.

No Estado do Pará, elas organizaram um coletivo de mulheres, e não um setor de gênero, como no movimento nacional, porque a presença do tema como transversal não respondia às transformações que ensejavam. Elas também criaram e mantêm um espaço de formação das mulheres, denominado Coletivo Pagu, onde realizam, dentre outras atividades, encontros de estudo intitulados “feminismo e marxismo”.

O presente trabalho é resultado de pesquisa com a metodologia da história oral. Assim, o diálogo será estabelecido com base em entrevistas orais realizadas com mulheres dirigentes do MST no Pará. Ele está organizado em duas partes. Na primeira, trata-se de elementos de uma ontologia política do MST na perspectiva das mulheres entrevistadas. Constata-se que a emergência do feminismo das mulheres do Movimento não advém de uma gramática social muito diferente daquela em que é forjado esse movimento na Amazônia paraense. Na segunda, aborda-se uma perspectiva dos processos de subjetivação das mulheres em luta no MST no Pará, em que se destaca a politicidade dos diversos espaços da vida, a ressignificação de signos como instrumentos de luta e as experiências do/no deslocamento como modos de inscrição e inovação política das mulheres no movimento.

“TU ERA NOSSA CARNE”

A emergência do feminismo das mulheres do MST, no sudeste do Pará, não advém de uma gramática social muito diferente daquela em que é forjado esse movimento na Amazônia paraense. Os métodos de subjetivação política estão relacionados às experiências da opressão e da resistência aos processos de expropriação presentes em suas trajetórias de vida — marcadas por deslocamentos territoriais — e aos processos hegemônicos do capital colonialista na fronteira.

Ao tratar do processo de constituição do MST, na região, Deusimar Matos (Deusa), uma de suas dirigentes, relaciona-o à condição comum de “massacrados” para dizer da sua composição e configuração social, como sujeitos de “vidas precárias” (garimpeiros, camponeses sem-terra, trabalhadores volantes e pobres das periferias das cidades), e para ressaltar a dimensão ético-política do movimento: a luta de massas é imperativa dos massacrados. Aqui, a referência às vidas precárias apoia-se na perspectiva do conceito de Judith Butler (2006), em que a vulnerabilidade se refere

tanto aos sofrimentos impingidos aos despossados como às resistências político-sociais que eles engendram desde essa condição. Na narrativa de Deusa, a emergência do movimento, na região, como sua identidade em política (MIGNOLO, 2008), está marcado pelo Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 1996.

Nos acampamentos, a gramática da vida dos “massacrados”, com suas nomeações das coisas do mundo, é acolhida e dela se faz identidade em política: da desidentificação política — os massacrados produzidos indistintos; os sem-terra, sem moradia, sem emprego etc. — para a identidade Sem Terra, como movimento social de luta. As “palavras e as coisas”, na gramática da vida dos massacrados, são transformadas na gramática política do movimento. É como “*Fausto Reinaga (o aymara intelectual e ativista) afirmou claramente nos anos 60: ‘Danem-se, eu não sou um índio, sou um aymara. Mas você me fez um índio e como índio lutarei pela libertação’*” (MIGNOLO, 2008, p. 290).

As categorias de “massacrados” e “massacre” são mobilizadas como parte da ontologia política do movimento, de uma subjetivação política coletiva: “[...] *tu era nossa carne!*” (Deusa Matos). Essa mobilização da linguagem é realizada tanto para o registro da violência e do sofrimento comum como para a resistência que constitui uma alteridade ativa. Há um jogo entre o individual e o coletivo que pode ser compreendido nos termos de uma antropofagia política¹⁷, de devoração sociológica do outro. De devoração da experiência e da memória do outro, internalizado como símbolo do ocorrido e da resistência. A alteridade produzida nesse jogo parece apresentar uma concepção de pessoa indivisível do senso de uma ética da coletividade. Não em uma perspectiva de indistinção, mas de liminaridade das tensões e da solidariedade dos corpos-sujeitos em luta. É na tensão e nos deslocamentos entre o familiar e o estranho, o dentro e o fora, que se forja a alteridade nativa dessas mulheres.

As mulheres têm essa memória narrativa sobre os mortos. Talvez sejam elas que, fundamentalmente, estejam construindo, de forma permanente, uma ética do testemunho, da memória que alimenta e retroalimenta a luta contra a barbárie imposta nas condições de existência, inclusive na morte daqueles que permanecem insepultos. Isso porque o Estado não reconhece que foram massacrados. Não tiveram uma memória oficialmente reconhecida em torno

¹⁷ Nosso agradecimento ao professor Jerônimo Silva e Silva pelo diálogo e proposição dessa reflexão sobre a antropofagia política, dentre outros temas desse trabalho, ainda que a responsabilidade pela abordagem aqui realizada seja nossa.

de sua morte, isto é, a causa de sua morte não foi solucionada e não houve um retorno para aqueles que perderam seus entes e companheiros. Isso é muito comum nas trajetórias de luta pela terra. Mas, essa memória, como uma ética do testemunho que media e atualiza a luta de resistência, é uma prática fundamentalmente das mulheres que reconhecem, na liminaridade dos corpos, as tensões que os configuram e as violências que os atingem.

O massacre incide na destruição dos corpos produzidos, sistematicamente, como massacrados e/ou que podem ser massacrados. A subjetivação política e seus termos estão intimamente associados à dinâmica da opressão e da resistência na qual a exploração e a violação dos corpos são centrais. Na dinâmica da fronteira dos grandes projetos econômicos, na Amazônia, os corpos femininos sofrem a pior ocupação depredadora e de eliminação física, como também tem ressaltado Segato (2012, p. 108): “*Pensar aquela situação me levou a perceber que a crueldade e o desamparo das mulheres aumentam à medida que a modernidade e o mercado se expandem e anexam novas regiões*”. Por exemplo, em um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de 2017 (com base nos critérios do Índice de Desenvolvimento Humano [IDH] e nas estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]), a cidade de Marabá/PA foi considerada a pior cidade para as mulheres viverem no Brasil.¹⁸

Conforme Paredes,¹⁹ (2012) a colonização não se dá apenas no território, mas, sobretudo, nos corpos. Tal processo consolidou ainda mais o patriarcalismo com seus padrões de opressão sobre os corpos das mulheres. Segundo Lugones (2014, p. 939), a hierarquia entre o humano e o não humano constitui-se na dicotomia central da modernidade colonial, materializando-se em um “[...] processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humano?”. Ainda segundo a autora:

A transformação civilizatória justificava a colonização da memória e, conseqüentemente, das noções de si das pessoas, da relação intersubjetiva, da sua relação com o mundo espiritual, com a terra, com o próprio tecido de sua concepção de realidade, identidade e organização social, ecológica e cosmológica (LUGONES, 2014, p. 938).

¹⁸ Marabá é a pior cidade do país para mulheres. DOL, em 10/05/2017. Disponível em <http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-413342-maraba-e-a-pior-cidade-do-pais-para-mulheres.html>

¹⁹ A militância de Paredes se encontra no feminismo comunitário de mulheres indígenas na Bolívia: “[...] en su lucha se han hermanado con mujeres de comunidades y barrios, desarrollando una propuesta política en constante construcción” (PAREDES, 2010. p. 23), como alternativa de mudanças contra a penetração histórica da colonialidade no território e nos corpos.

O feminismo comunitário de *Mujeres Creando Comunidad*, na Bolívia, conforme Paredes, é um espaço em que as mulheres podem tecer propostas de mudanças, a começar pela realidade do cotidiano na luta contra o patriarcado. Conforme a autora:

El feminismo en occidente responde a las necesidades de las mujeres en su propia sociedad: ellas desarrollaron luchas y construcciones teóricas que pretenden explicar su situación de subordinación. Al instaurarse en el mundo de relaciones coloniales, imperialistas y transnacionales, estas teorías se convierten en hegemónicas en el ámbito internacional invisibilizando así otras realidades y otros aportes. (PAREDES, 2010, p. 69).

Sobre quais necessidades respondem o feminismo das mulheres do MST? Fundamentalmente às lutas antissistêmicas e às ações pela despatriarcalização dos seus espaços de atuação infrapolíticos. Isabel, uma das dirigentes, assinala que a luta contra o capital foi uma questão que as mulheres trouxeram para a agenda do movimento: “[...] a luta de enfrentar as grandes corporações, essas Vale da vida. A pauta era das mulheres, que enfrentaram e virou luta nacional; de fazer luta onde estiver esse capital, qualquer parte do mundo” (Isabel Lopes).

A dirigente Deusa menciona a histórica ocupação dos Trilhos da Estrada de Ferro Carajás, da Companhia Vale, em outubro de 2007.²⁰ O Acampamento foi montado às margens de um trecho da ferrovia que atravessa o Assentamento Palmares II, no município de Parauapebas/PA, cujo objetivo era “mexer com o Capital”. De acordo com a dirigente:

Nessa ocupação dos trilhos também tem detalhes bem fortes, que a gente começa se lembrar nas rodas de conversas. Foi um dos momentos da minha militância mais emocionante, que eu já vivi, foi nessa ocupação dos trilhos. Que era tudo muito tenso e a gente sabia que aqui estava tudo cercado de gente espionando para todo lado. E a minha casa era o ponto de encontro da militância, onde a gente organizava e planejava. (Deusa Matos).

Esse acampamento e a paralização (de três dias) dos trilhos da Estrada de Ferro Carajás pode ser entendido em três atos. Primeiro, um ato político de ousada desobediência político-civil, o que legou processos criminais contra dirigentes do movimento, incluindo mulheres. Segundo, um ato político de desobediência epistêmica. Em um manifesto escrito às margens da Estrada de Ferro, no acampamento do Assentamento Palmares II, o movimento expunha,

²⁰ Essa ocupação tinha sido precedida, em 2006, da ocupação das instalações da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), na Serra dos Carajás, pelos indígenas Xickrin. Também em 2006, os indígenas Guajajaras haviam interditado a estrada de ferro no Estado do Maranhão. Após a ocupação do MST de 2007, ocorreu outra ocupação liderada pelo Movimento dos Garimpeiros de Serra Pelada.

nos seus termos, uma presença que lhes restituía o saber subalterno. Por último, um ato político de emergência de um novo sujeito coletivo: o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), que surgia, naquele momento, como movimento dos atingidos pela mineração²¹. Conforme o manifesto:

Estamos em milhares, vindos de outros acampamentos, do garimpo, de lugarejos distantes, dos assentamentos, das cidades, das periferias, enfrentamos as terríveis contradições do modelo imperante da fronteira.

Não somos estrangeiros e nem famintos ainda que a miséria seja algo sempre insuportável, estigma que os dominantes utilizam sempre para nos deslegitimar, dispensamos tratamento desse nível, tacanho preconceito e vil obscurantismo cultural. O que queremos? Numa única palavra, exercer soberania sobre nossas riquezas. Decidimos ser gente, cidadãos nessa região onde o capital quer que seja apenas sua fronteira em expansão!

[...]

Escrevemos para que nos ouçam e recoloquem a verdade onde ela foi deturpada, desmoralizada. Saibam, o que chega sutil dos centros de poder é o que esmaga silenciosamente. É o que nos faz ignorar, comungar pela coletividade o que é justo e verdadeiro. Os meios de comunicação social e a direita ideológica desse país satanizam a pauta política dos trabalhadores, suas formas de luta e resistência.

Ensinam à sociedade que não é assunto de Sem Terra, de Garimpeiros, estudantes, pequenos produtores e pobres: o funcionamento da economia, a instabilidade política, a lei de patentes, as sementes geneticamente modificadas, as altas taxas de juros, o neoliberalismo.

Ensinam à sociedade que não é assunto de Sem Terra, de Garimpeiros, de estudantes, dos pobres: a extrema desigualdade social do povo, a soberania nacional, a bolsa de valores, os destinos da nação, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, o aquecimento global, a agricultura e a defesa da Amazônia.²²

Uma alteridade ativa mobilizando uma atuação sobre os discursos que produzem o social, muito especificamente na forma de uma insurgência contra as políticas de identificação e as práticas divisoras produzidas pelo colonialismo

²¹ “A questão mineral que agora se nacionaliza no Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM está se constituindo como uma contribuição genuína do campesinato de fronteira. Articulada por vários movimentos nacionais e regionais tem um marco quando, entre 2007-2009, organizaram-se na fronteira ‘lutas avançadas’ contra a indústria extrativa da mineração” (TROCATE, 2018, p. 12, nota 16).

²² MANIFESTO das Famílias Sem Terra Acampadas às margens da Estrada de Ferro Carajás, Assentamento Palmares, Parauapebas, sudeste do Pará, 3 out. 2007.

e pelo autoritarismo institucional com a finalidade de estabelecer interdições políticas e epistêmicas aos grupos subalternos. Sim, foram as mulheres da Via Campesina — com um protagonismo muito expressivo das mulheres do MST — que, na primeira década do século XXI, colocaram na agenda dos movimentos campesinos, no Brasil, a luta contra o grande capital, especialmente aquele envolvido na produção e exportação de *commodities* que vem promovendo a expropriação territorial de camponeses e povos tradicionais no País, ademais de toda violência praticada nesses processos e contra esses sujeitos.

O feminismo das mulheres do MST está se construindo em uma práxis²³ que se diferencia do “feminismo comunitário” das mulheres indígenas de América Latina (onde as cosmologias originárias são importantes fontes de resistência) e dos feminismos afro-latino-americanos. A crítica, tendo como referência a interseccionalidade dos regimes de opressão e o horizonte emancipatório para além do individualismo liberal, certamente é algo de que compartilham, compondo o amplo campo dos feminismos latino-americanos. O feminismo das mulheres do MST, no Pará, emerge de um campesinato de fronteira constituído de deslocados territoriais que se encontram na luta pela terra e pelo território, experimentando a dialética da violência-resistência. Elas trabalham — e participam com suas histórias — com o precário e o provisório material do “[...] *sacrificial da fronteira*” (MARTINIS, 1997) e da “[...] *errância da pobreza*”, conforme Maffessoli (2001, p. 118): a “[...] *errância — e as múltiplas identidades que suscita — é, antes de tudo, um sinal de vitalidade, é a expressão de uma verdadeira sabedoria do precário, dedicando-se a viver intensamente o presente através de suas alegrias e penas*”. E os corpos são partes sensíveis dessa materialidade e da sua linguagem. Segundo Trocate:

Na estrutura agrária amazônica, não há campo para o campesinato e ao fazê-lo, em franco embate, também se constitui a si próprio. O campesinato não só sofre violência como se esforça para se livrar dela em incontáveis exemplos dessa tormenta (TROCATE, 2018, p. 10).

Maria Raimunda Souza, outra dirigente do MST, ressalta que “[...] *a classe foi violentada, a humanidade se afastou muito, igual utopia looonge*.” Elas trazem para o debate não o apartamento da classe ou o privilégio do gênero, pois compreendem, nas

²³ Entendida na relação com as pedagogias de libertação e emancipação, na perspectiva de Paulo Freire (1987) e Caterene Walsh (2013). Portanto, refere-se tanto à solidariedade entre as dimensões da ação/reflexão como à constituição de uma matriz crítica da realidade, de caráter praxístico pedagógico e descolonial de aprendizagem, reaprendizagem e re-existência. Walsh defende a retomada da práxis pedagógica como estratégico-accional na luta contra a colonialidade/modernidade.

suas críticas, que são processos combinados de subalternização e desumanização. É a linha abissal (SANTOS, 2010b) ou, ainda nos termos de Lugones (2014), a dicotomia central da modernidade colonial: a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano.

Um dos lemas veiculados pelas mulheres do MST em diferentes espaços coletivos (nos encontros de mulheres, nas jornadas pedagógicas e/ou em mobilizações de massa) é “*sem feminismo, não há socialismo!*”. Segundo Polliane Reis, elas fazem uma leitura feminista do marxismo. É isso que elas estão aprofundando nos encontros de estudos anuais (nacional e estadual) com o tema “feminismo e marxismo”. A perspectiva feminista e marxista está marcada pela criatividade na politização dos espaços e relações em diferentes escalas.

“ESCREVER NOS MÓVEIS” E “LUTAR DE BATOM”

Toda casa nossa tem que ter uma poeirinha assim pra gente escrever o nome amor, luta, rebeldia nos móveis. (Maria Raimunda Souza).

A gramática da politicidade dos diversos espaços da vida é uma linguagem das mulheres do movimento. Porque elas estão tendo que resistir duplamente aos sistemas de opressão do capital e do patriarcado; porque elas constituem a principal presença nos espaços infrapolíticos do movimento; porque elas estão permanentemente realizando deslocamentos entre o micro e o macro, o doméstico e o público. E são das resistências empreendidas no interior e nas fronteiras desses espaços e contra os sistemas mencionados que elas se tornaram dirigentes e intelectuais orgânicas do movimento. A linguagem da experiência social é a da politização que “[...] *anda com as situações e as conquistas concretas*” (Deusa Matos).

A experiência entra sem bater na porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheiras, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novas formas de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências gerais, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença (THOMPSON, 1981, p. 17).

É muito simbólica e praxística a metáfora²⁴ “*escrever nos móveis*”, pronunciada por Maria Raimunda. Parece remeter-se aos “[...] *modos criativos de reflexão*,

²⁴ As “[...] metáforas são risos dos conceitos, são dobras, dissonâncias, rompendo com o conceito

comportamento e relacionamento” nos espaços infrapolíticos, “[...] visando a uma transformação vivida do social” (LUGONES, 2014, p. 948; 940). Nesse caso, restituindo a politicidade do espaço doméstico e rompendo com estereótipos da divisão sexual do trabalho, pois, ordinariamente, reconhece-se uma mulher dona de casa exemplar se, em seus móveis, não paira poeira.

Temos, aqui, outra experiência da liminaridade que se desdobra em inovação política. É a ausência, na casa (o familiar, dentro), que permite a poeira (o estranho, externo) e a possibilidade de inscrição²⁵. A negação do papel enclausurado no mundo doméstico, o deslocamento e a ausência é que permitem a introdução dos dilemas e problemas que se instalam nos móveis. É a própria ausência que permite o retorno da inscrição, que é um outro retorno, que é uma outra percepção daquilo que era familiar e que era o espaço doméstico. O distanciamento permite o duplo estranhamento, porque o deslocamento para fora é para a existência em espaços ou papéis *não familiares*. A inscrição das suas ações é duplamente deslocada. É por conta desse fazer na liminaridade que essas mulheres realizam uma inscrição criativa e diferenciada. Os homens não têm essa possibilidade de inscrição porque o local onde eles estão, as atividades que exercem é a atividade que eles exercem ou deveriam exercer na natural divisão sexual do trabalho, das relações sociais de gênero. Por isso, uma das dirigentes diz que, nos seus percursos de participação e empoderamento, no movimento, as mulheres não somente realizaram curso superior, mas também realizam “[...] formação e desconstrução permanente” (Maria Raimunda Souza).

As mulheres dirigentes entrevistadas são chefes de famílias. Elas não vivem em relações de casamento convencional. Isabel Lopes, que é mãe de um casal de filhos, ressalta: “[...] não é que não gostamos de homens [...] decidimos não obedecer a homens” e dizer “[...] eu também existo”. Ou, como ressaltou Maria Raimunda, “[...] o processo de emancipação não é só político, é também das relações afetivas”.

As dirigentes Deusa e Isabel possuem lotes nos assentamentos onde moram e trabalham. Isabel é do coletivo de produção do movimento e se dedica à implantação de cooperativas nos assentamentos. Deusa atua no coletivo de educação, cultura e juventude, e sempre atuou (como diretora e/ou professora) nas escolas do Assentamento Palmares II, localizado no município de Parauapebas/PA, onde existe a maior escola do campo do Brasil.

como único lugar da verdade” (ALBUQUERQUE JR., 2001, p. 33).

²⁵ Novamente, nesse debate, agradecemos o diálogo e a contribuição do professor Jerônimo Silva e Silva, bem como na discussão que segue sobre a intencionalidade política dos signos inscritos no corpo.

No início da década de 2000, as mulheres foram afastadas (pelos homens) dos cargos de direção do MST Pará (à exceção de Isabel) com o argumento de que elas não se adequavam às necessidades do trabalho militante, principalmente por conta da maternidade. Elas foram relegadas às instâncias infrapolíticas do movimento e foi de lá que fizeram o caminho de volta. Novamente, o que vislumbramos na práxis das mulheres dirigentes do MST é a militância no deslocamento permanente entre os espaços infra e macro políticos, como veremos mais adiante.

Foi nesse contexto que se forjou o coletivo de mulheres do MST Pará. No grupo, elas realizaram planejamento de vida e de formação, tendo em vista a retomada da participação efetiva no movimento. Planejaram, coletivamente, cronograma de maternidade, obtenção de carteira de motorista e escolarização acrescida de espaços próprios de formação. Em dois anos, elas retornaram em maioria para a coordenação estadual do movimento. É interessante observar que, no MST Pará, as mulheres preferiram se organizar em um coletivo de mulheres, e não em um setor de gênero, como na instância nacional do movimento. Na avaliação de Maria Raimunda, com o setor de gênero não havia muitos avanços. Tratava de construir a participação efetiva das mulheres e a transversalidade pode ser uma armadilha para confinar e/ou minorizar temas, como ressaltado por Segato:

[...] o problema com a ideia de transversalidade deriva daquele e consiste no falso pressuposto de que existem dimensões da vida comunitária que são de interesse universal – a economia, a organização social, a vida política –, e dimensões que são de interesse particular, parcial – a vida doméstica e o que acontece com as mulheres. A proposta de transversalizar políticas de gênero está alicerçada sobre a ideia errônea, examinada acima, de que na aldeia o espaço público, como na colonial/modernidade, tem valor universal, e o doméstico, como no regime colonial/moderno, é de interesse particular, privado e íntimo, estabelecendo uma hierarquia entre ambos. Como consequência de tal hierarquia, o que se transversaliza é o que se supõe de interesse parcial, particular, considerando-se como um acréscimo aos temas centrais e de interesse universal. (2012, p. 125).

O resultado da reocupação de espaços no movimento ocorreu, também, porque essas mulheres estavam trabalhando na base, isto é, nas instâncias infrapolíticas do movimento. É na realização do deslocamento ou na liminaridade dos espaços que elas emergem com uma práxis da politicidade de todos os espaços da vida, do cotidiano e das relações na luta social. E isso incluiu os rótulos e estereótipos de ser militante. Segundo Maria:

[...] o meu jeito de vestir e andar, o meu comportamento não condizia com uma postura de uma dirigente política. Então se eu quisesse ser dirigente política teria que mudar o tamanho da saia, o tamanho da blusa, o batom vermelho. [...] então, assim, no meu caso, eu sofri muito essa desqualificação. (Maria Raimunda Souza).

“*Lutar de batom!*”. Maria Raimunda recorda que, na primeira vez em que esteve participando do encontro nacional de dirigentes do MST, sentiu que estava “fora do lugar”. Isso aconteceu em 2006, quando o movimento decidiu que a representação na coordenação nacional deveria ser, necessariamente, de um homem e uma mulher por estado.

Em 2006 quando eu entrei na direção nacional, eu entrei nessa primeira leva de que mulheres era uma por estado. Então nós éramos 25 mulheres na direção nacional do movimento. A primeira noite cultural na direção nacional, quando a atividade terminou, a reunião, eu e uma outra colega, companheira do maranhão, nós fomos terminando de jantar, nós fomos correndo pro quarto, tomamos banho. E a gente se ajeitou, passamos batom, um mais vermelho que o outro. Quando a gente chega na sala pra entrar já estavam todas as outras mulheres, todo mundo, todos os dirigentes. Quando entramos todo mundo virou assim, aí eu digo: “aí meu Deus será que eu estou com a roupa levantada?” E, assim, só nós, eu e Simone de batom. As outras estavam do mesmo jeito que elas tinham terminado a reunião. Nessa noite, nesse dia, ia ter a abertura da cultural, era um depoimento de uma companheira que tinha sido exilada. Depois a gente ia fazer um churrasco, ia rolar uma cervejinha e tinha todo mundo assim com a mesma cara de oito da manhã, de um dia inteiro de reunião. E todas as pessoas olhavam pra nós como se a gente tivesse cometido um crime de ter ido se arrumar, se enfeitar, se perfumar, como se isso não fosse permitido pra militante pra lutadora. Aí nós fomos passamos a fazer um trabalho mesmo interno. Por que não? Por que eu não posso lutar de batom? (Maria Raimunda Souza).

As mulheres não apenas ocuparam o domínio naturalizado dos homens, mas rasuraram os sentidos tradicionais dos rótulos e estereótipos desqualificadores de seus corpos na política. Em uma ação das mulheres em Belém, capital do Estado, por ocasião do 8 de março — quando foram rotuladas de “*MST de batom ocupa a sede do Incrá*”, por uma manchete de jornal, Maria Raimunda diz que “[...] *construímos um sentido nativo*”: “*anunciar a guerra*”. No grupo, ressignificaram o que pretendia ser uma desqualificação moral e política para uma fonte de inspiração e afirmação política: “*os índios quando se pintam querem guerra. Então, significa que nós estamos anunciando guerra*” (Maria Raimunda Souza).

O que a dirigente apresenta, nesses fragmentos de narrativa e experiência social, pode ser lido nos termos de um questionamento do parâmetro referencial

do militante (masculino) e na apresentação de uma potência para a ação: “[...] *viver a sensibilidade, ver cores e beleza como força e poder político na intervenção*” (Maria Raimunda Souza). E, novamente, se coloca em evidência um fazer na liminaridade e no deslocamento, ressignificando signos e símbolos da luta, nesse caso, pela metamorfose dos signos que são colados no corpo. Elas participam da luta, mas não exatamente como os homens; elas criam instrumentos, como esses do adorno feminino, na liminaridade dos sentidos estéticos e políticos: os signos do/no corpo como instrumento de luta. O sentido de mostrar a intencionalidade do corpo se desloca — entre a intenção da festa e do lazer, no confronto com a experiência de exclusão e do preconceito e no fazer-se na dinâmica das relações de gênero — para uma intencionalidade política. É transformado em signos de luta e de emancipação.

Segundo Segato (2012), a característica pornográfica do olhar do colonizador é uma das permanências sobre os corpos das mulheres, produzidos como uma externalidade objetificada para o olhar e o poder masculino. Especificamente, a colonialidade de gênero promoveu, sobre as histórias diversas, o espaço doméstico como feminino, o sequestro da política desse espaço confinado como esfera privada e, por decorrência, dos corpos que o ocupam. Não à toa, o campo da mística, no movimento, é uma ocupação dominante de corpos femininos ou feminizados. Isso significa que uma das fontes fundamentais para acessar as categorias de compreensão das cosmovisões presentes no movimento são elaborações com participação efetiva das mulheres. A escola, nos acampamentos e assentamentos, é outro domínio das mulheres. Ambos são lugares de se trabalhar a simbologia e a memória histórica das lutas e da construção dos territórios de resistências.

A ressignificação de suas práticas e dos instrumentos de luta, que criam uma perspectiva política para suas ações e para a criatividade inerente nesse fazer-se na liminaridade, pode ser compreendida como um processo descolonial nesse feminismo das mulheres do MST.

O processo de construção da participação efetiva das mulheres, no movimento no Pará, ressalta Isabel, quando trata da relação com o Estado aponta um deslocamento da “voz” nas esferas e relações públicas do movimento, a exemplo das mesas de negociações com o Incra e da relação com a Universidade. Nas mesas de negociação, no início, a voz era masculina, mesmo se a sala estivesse cheia de homens e mulheres. Depois, ela ressalta, “[...] *entramos no circuito [...] a gente senta na mesa*” e “[...] *agora, por exemplo, quem domina a pauta na mesa de negociação são as mulheres*” (Isabel Lopes). Por que as mulheres passaram a dominar a pauta? Porque

são as principais intelectuais orgânicas do movimento. Como ressalta a mesma dirigente, elas pesquisam e estudam a pauta, por isso a dominam na relação com os agentes do Estado. Mas, elas também fazem a “[...] *leitura de militante, de dirigente para poder trabalhar com o povo, independente da formação acadêmica, tem que estudar para dar resposta para o povo*” (Isabel Lopes). E elas fazem com criatividade e disciplina a mediação entre os espaços infrapolíticos e macropolíticos.

O processo de se fazerem presentes, nos espaços macropolíticos e/ou nas relações interinstitucionais, adveio da constatação de como as necessidades concretas se traduziam em demandas ou mesmo ações de políticas públicas. Foi assim, também, na relação com a Universidade:

[...] reunião com a universidade, a gente dizia que não entendia nada, aqueles professores a falar umas coisas e a gente não tá entendendo nada. Mas alguém tem que ir. Se a gente for construir parceria com a universidade a gente tem que ir. Não dá pra gente dizer pro professor da universidade fazer um curso que a gente quer do jeito que ele quer sozinho. Então, a gente reclamava que não era isso que a gente queria. Como tem que ir, então quem vai? [...] Então a gente foi achando: olha, não tem como ser militante dessa organização se a gente não se jogar, vai ralar a perna, o braço, a testa, vai! Vai porque tinha dia que a gente saía de reunião quase chorando. Chorando porque a gente não entendia. (Maria Raimunda Souza).

E foi assim, na prática e na relação social, conclui a dirigente, que “[...] *descobrimos porque o homem era inteligente [...] era o homem que estava lá, que era mais inteligente que a gente, porque ele tinha se familiarizado às duras penas também*” (Maria Raimunda Souza). Aqui, ocorre uma desconstrução do homem como parâmetro referencial²⁶ e fica exposto um entrelaçamento da colonialidade do poder e do saber sobre os subalternos. Ao homem, foi naturalizada a ação na esfera pública (ele “*tinha se familiarizado*”), mas não sem sofrer a colonialidade. Mas, “familiarizar” pode não significar simplesmente um acento na adaptação à linguagem das esferas sociais em interação e confronto. E, novamente, retornamos à questão de como a não “familiarização” das mulheres às atividades e aos espaços que passaram a atuar constituem uma potência na restituição da inscrição política e epistemológica.

Ademais, as mulheres estão ocupando espaços no MST que estão promovendo o debate da construção de horizontes para o sentido das lutas pelo

²⁶ “El hombre, el ser humano superior en la jerarquía de género es un ser de razón, un sujeto, mente en vez de cuerpo, civilizado, público. Es el único ser al que se le atribuye la posibilidad de objetividad e imparcialidad que con el uso de la razón permite el alcance de verdades universales. No hay ni conocimiento ni saber que no sea la producción de la razón” (LUGONES, 2012, p. 131).

território, tendo como referência de valor ético-político, também, as relações com a natureza. Charles Trocate, um dos dirigentes e intelectuais do MST — também do MAM — descreveu a atualidade dessa luta: “[...] *nada parece mais original na confecção dessas ideias com alcance de uma teoria — os camponeses de hoje são, sobretudo, um índio em luta pelo território*” (TROCATE, 2018, p. 13).

O reconhecimento que, no contexto de expansão das commodities agrícolas e minerais, era necessário não apenas construir formas de acesso à terra, mas defender os territórios, de modo a questionar os meios pelos quais as empresas se apropriavam dos recursos, levou à necessidade de se pensar que o que está em jogo é muito mais que o choque entre modelos produtivos, também foi enraizado em lógicas distintas de relação com a natureza [...]. Entretanto, perceber que os conflitos existem também pelo sentido que se dá à natureza, não significa dizer que outras formas de relação com a natureza, distintas dos grandes empreendimentos econômicos, estão sempre previamente estabelecidas pelos movimentos sociais e pelas comunidades em conflito, muitas vezes essas outras sensibilidades estão em construção, uma vez que resistir não é sempre ‘re-existir’ (MALHEIRO, 2018, p. 73).

A perspectiva de politização dos diversos espaços e relações se estende à organização dos processos produtivos nos assentamentos e acampamentos. A atuação das mulheres parece traduzir-se mais em uma ética da tenacidade (CERTEAU, 1994) mediante a tensão e o desafio de tentar romper com o modelo hegemônico da produção subordinada às cadeias do agronegócio (especialmente da pecuária) e a valorização da agroecologia como opção para a territorialização camponesa. Atualmente, a dirigente Isabel está no setor de produção e lembra que as mulheres, nas cooperativas de produção, “[...] *são honestas, são sérias, trabalham mais, quando têm uma responsabilidade vão até o final, não tem medo de fazer as coisas*” (Isabel Lopes). E ressalta que, hoje em dia, há uma intenção de que as cooperativas sejam instrumentos para incentivar a produção orgânica. Ela própria destaca que gosta do debate sobre os Sistemas Agroflorestais (SAFs) e do reflorestamento: “[...] *gosto muito de fazer esse debate dos SAFs, porque eu gosto de ver árvores, não sei viver se não for na mata, porque lá onde eu moro é cheio de árvores*” (Isabel Lopes). Essas mulheres, por não ocuparem, tradicionalmente, esse lugar do debate e das decisões produtivas, trazem para ele perspectivas outras que não somente as econômicas, como já evidenciado, ao valorizarem e exporem elementos da vida cotidiana e cosmológicos, e animar a prática no setor de produção do movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os deslocamentos e a situação de fronteira que atravessam as condições de vida e as experiências sociais, nos percursos e dinâmicas da atuação dessas mulheres, constituem o campo de possibilidades de sua inscrição política e epistemológica. Uma inscrição criativa em processos de emancipação que tem possibilitado que a participação efetiva das mulheres ganhe potência no MST e o fortaleça como movimento que se faz do trabalho de base e de massa, tendo como práxis fundamental a politização das condições de vida.

É desde esse campo de possibilidades que as construções de sentidos, mobilizadas em suas narrativas, são evidenciadas e permitem vislumbrar seus trajetos e seus modos próprios de fazer-se em movimento de resistência, especialmente interseccionando a luta contra o capital e contra o patriarcado. A perspectiva é descolonial porque elas estão reinventando a si e ao movimento em que participam, realizando novas inscrições políticas e epistemológicas emancipatórias. O processo dessa práxis pode servir de inspiração para os homens, no sentido de tomar como imperativo, nos seus processos de descolonização, a realização de deslocamentos dos espaços naturalizados de sua ação para novos espaços e papéis, a exemplo do espaço e das atividades domésticas ou das atividades de cuidado que, geralmente, permeiam as instâncias infrapolíticas. Isso é fundamental para a construção de novas relações sociais de gênero nos espaços internos e no fortalecimento das lutas antissistêmicas contra o capital e o patriarcado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUER JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora; Recife: FJN, Ed. Massangana, 2001.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; ACEVEDO, Rosa. Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o Agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEJKA, Marcel. (Org.) **Amazônia região universal e tetro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010.

BUTLER, Judite. Vida precária. **Contemporânea**, nº 1, p. 13–33, Jan.–Jun. 2011.

CASTRO, Edna. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLI, Willi; CASTRO, Edna; VEJMELKA, Marcel (Orgs.). **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010, p. 105–122.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. (Trad.) 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

HARVEY, David. O “novo imperialismo”: acumulação por desapossamento (Parte II). **Lutas Sociais**, São Paulo, nº 15/16, p. 21–34, 2006.

LOPES FILHA, Isabel, Rodrigues. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Ana Crys Delgado da Silva; Idelma Santiago da Silva; Jerônimo da Silva e Silva; Kezia Vieira de Sousa Farias. Transcrita por Ana Crys Delgado. Marabá-PA, 07 de dezembro de 2017. 2h54min.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 22, nº 3, p. 935–952, set./dez. 2014.

_____. Subjetividade esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples. In: **Pensando los feminismos en Bolivia**. La Paz-Bolivia: Conexión Fondo de Emancipación, 2012.

MAFFESOLI, Michel. *Sobre o Nomadismo: Vagabundagens pós-modernas*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MALHEIRO, Bruno. Educação e opção decolonial: reflexões a partir do Instituto de Agroecologia Latino-Americano (IALA Amazônico). In: SILVA, Amintas L. da et. Al. (Orgs.). **Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária: a experiência do curso de Residência Agrária na construção do IALA Amazônico**. Marabá: Editorial Iguana, 2018, p. 59–77.

_____. Questão Agrária e Educação do Cam: apontamentos desde o IALA Amazônico. In: SILVA, Amintas L. da et. Al. (Orgs.). **Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária: a experiência do curso de Residência Agrária na construção do IALA Amazônico**. Marabá: Editorial Iguana, 2018, p. 107–118.

_____. Colonialismo Interno e Estado de Exceção: a “emergência” da Amazônia dos Grandes Projetos. **Caderno de Geografia**, v.30, n.60, p. 74-98, 2020.

MARTINS, José de S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MATOS, Deusimar [Deusa] Sales. **Entrevista Oral**, [gravada] realizada por Kezia Vieira de Sousa Farias. Transcrita por Kezia Vieira de Sousa Farias. Palmares II-PA, 29 de abril de 2019. 53min:50seg.

_____. **Entrevista Oral**, cedida pelo professor/pesquisador Jerônimo Silva e Silva. Programa Institucional de Bolsa de Extensão (Proex). Marabá: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2016.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n° 34, p. 287–324, 2008.

_____. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidade y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

PAREDES, Julieta. **Hilando Fino. Desde el feminismo comunitario Comunidad Mujeres Creando Comunidad**. La Paz-Bolivia: Creative Commons, 2010.

_____. Las trampas del patriarcado. In: **Pensando los feminismos en Bolivia**. La Paz, Bolivia: Conexión Fondo de Emancipación, 2012.

REIS, Polliane Barbosa Soares. **Entrevista Oral**, [gravada] realizada por Jerônimo Silva e Silva e Alan Leite da Silva. Cedida por Jerônimo Silva e Silva. Transcrita por Kezia Vieira de Sousa Farias. Acampamento Hugo Chaves - Marabá/PA, 05 de setembro de 2018. 1h:56min.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2010a.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010b, p. 31–67.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e Colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **Revista E-Cadernos**, Coimbra, n. 18, p. 105–131, 2012.

SOUZA, Maria Raimunda César. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Ana Crys Delgado da Silva; Jerônimo da Silva e Silva; Kezia Vieira de Sousa Farias. Transcrita por Ana Crys Delgado. Marabá-PA, 24 de maio de 2017. 2h54min.

THOMPSON, Eduard Palmer. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TROCATE, Charles. Prefácio. In: SILVA, Amintas L. da et. Al. (Orgs.). **Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária**: a experiência do curso de Residência Agrária na construção do IALA Amazônico. Marabá: Editorial Iguana, 2018, p. 9–15.

WALSH, Catherine. **Pedagogías Decoloniales**. Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Serie Pensamiento Decolonial. Quito-Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2017.

(IN)COMPATIBILIDADE ENTRE PROTEÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL DAS COMUNIDADES LOCAIS E O COMPLEXO PORTUÁRIO DO AÇU NO NORTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rosângela Maria Amorim Benevides-Guimarães
Denise Cunha Tavares Terra

INTRODUÇÃO

O CLIPA está localizado em uma área predominantemente rural no Açú, 5º Distrito do município de São João da Barra, no norte fluminense, territorialmente reconfigurada em face dos impactos socioambientais do empreendimento.

Dentre os impactos se destacam a expropriação de 7.200 ha de terras e remoção de 1.500 agricultores familiares, a salinização de água e solo, a restrição de área de pesca e o agravamento da erosão costeira (COSTA *et al.*, 2013; PEDLOWSKI, 2014; BENEVIDES-GUIMARÃES, PEDLOWSKI e TERRA, 2019). Associadas aos impactos estão as condicionantes socioambientais do licenciamento, que são medidas de proteção social e ambiental e as ações empresariais no âmbito da Responsabilidade Social Corporativa (RSC). O território do Açú/5º Distrito também conta com serviços públicos e com as ações do PEA Pescarte, um projeto de mitigação socioambiental da Petrobras S/A.

Diante de um território impactado, mas aparentemente protegido, há que se questionar sobre a *proteção das existências sociais*, uma vez que 80% dos agricultores familiares expropriados consideram que ainda não receberam a compensação justa e os problemas relativos à pesca continuam sem respostas. Sobre a salinização de água e solo, sua ocorrência foi negada pelos empreendedores, e quanto ao agravamento da erosão costeira, os empreendedores negaram que sua ocorrência tivesse relação com o empreendimento.

Por este ângulo, buscando trazer elementos para uma reflexão inicial sobre a compatibilidade entre proteção social e ambiental e o CLIPA, este artigo busca responder à seguinte questão-problema: As medidas sociais e ambientais, públicas e privadas, são compatíveis com a *proteção das existências sociais* do Açú/5º Distrito, afetadas pelos impactos do CLIPA?

A expressão *proteção das existências sociais*, denominada por este artigo, se refere à proteção das expressões materiais e imateriais, direcionadas para as

necessidades humano-sociais, compatíveis com modos de vida “*que decorrem de distintos valores culturais*” (BITENCOURT NETO, 2018, p. 189). Diz respeito aos agricultores familiares expropriados de suas terras, aos agricultores afetados com a salinização de água e solo, aos pescadores artesanais que vivenciam a restrição de área de pesca e aos moradores da localidade de Barra do Açu, afetados pela erosão costeira.

Diferente dos que acreditam ser possível compatibilizar proteção social e ambiental com os grandes empreendimentos portuários, que integram a cadeia de *commodities* nos anos 2000, este artigo argumenta que, no sentido ontológico, essa compatibilidade não existe. Isso, sobretudo, ocorre nos moldes em que, na contemporaneidade, se expressa a acumulação capitalista, sob a égide do capital financeiro, com espoliação/desposseção de territórios, na linha do entendimento de Gudynas (2012b), Svampa (2012), Harvey (2010) e Levien (2014).

Além da incompatibilidade intrínseca às condições em que se processam a acumulação capitalista e a *reprodução das existências sociais*, fatores como desregulamentação e flexibilização dos dispositivos de proteção social e ambiental e os novos regionalismos e localismos, com base em Vainer (2007), ao limitarem as ações das políticas protetivas, são permissivos à espoliação territorial e à abrangência das ações de RSC.

De forma que, em um contexto de “acumulação por espoliação”, as condicionantes socioambientais e, menos ainda, as ações de RSC, não protegem existências sociais. Quando muito “conciliam interesses” em busca de legalidade, legitimidade e *marketing* empresarial, e, no caso das instituições estatais, corre-se o risco de serem capturadas pelo interesse dos grandes empreendimentos.

Assim, correlacionado com a temática das pesquisas e estudos no âmbito do Projeto Procad Amazônia – CAPES, um programa de cooperação acadêmico-institucional²⁷ intitulado “Estado e Políticas Sociais na Amazônia: diálogos críticos sobre apropriação de territórios e recursos naturais, mobilidades humanas e desestruturação de sistemas de conhecimento”, este artigo, fruto da pesquisa de doutoramento sobre “Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Proteção Social e Ambiental no Norte Fluminense”, objetiva problematizar a questão da

²⁷ Fazem parte do projeto Procad Amazônia – CAPES, os seguintes programas acadêmicos: Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGPS), da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PD TSA), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e o Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF), da Universidade Federal Rural de Roraima (UFRR).

compatibilidade entre o CLIPA e a *proteção das existências sociais* das comunidades afetadas do Açú/5º Distrito.

Para isso realizou-se análise sobre as relações público-privadas entre empreendimento, empresário, governos e políticos, e um contraponto entre os impactos do CLIPA, com as condicionantes socioambientais e com as ações de RSC, buscando compreender as implicações para a *proteção das existências sociais* no Açú.

Além das proposições teóricas, a partir de uma pesquisa documental, este estudo recuperou informações acerca de leis e decretos, impactos, condicionantes e ações de RSC, em documentos técnicos, como os RIMAs do DISJB e do Porto do Açú, e em estudos elaborados por pesquisadores. Também acessou informações no *blog* do professor doutor Marcos Pedlowski, do Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico, da Universidade Estadual do Norte Fluminense (LEEA/UENF) e no *blog* do professor doutor Roberto Moraes, professor aposentado do Instituto Federal Fluminense (IFF), reconhecidos pesquisadores da região de estudo, e nos portais do Porto do Açú e do Instituto Estadual do Ambiente do estado do Rio de Janeiro (INEA).

A estrutura deste artigo possui quatro seções. A primeira é esta seção introdutória. A segunda trata da proteção social e ambiental em territórios de grandes empreendimentos neoextrativistas. A terceira seção trata da compatibilidade entre o CLIPA e a *proteção das existências sociais* no Açú/5º Distrito, enquanto que, nas conclusões finais, apresentadas na quarta e última seção, estão sintetizadas as respostas encontradas neste estudo.

O “(DES)ENCONTRO” ENTRE PROTEÇÃO E GRANDES EMPREENDIMENTOS NEOEXTRATIVISTAS PORTUÁRIOS NA PERIFERIA DO SISTEMA

O desenvolvimento capitalista vem destruindo natureza, comunidades tradicionais, corpos, mentes e emoções de trabalhadores. Isso leva a sociedade a exigir políticas de Estado que intervenham nos fatores de vulnerabilidades, que, no século XXI, no Brasil e em outros países latino-americanos, são gerados por um modelo de desenvolvimento neoextrativista espoliador, focado em *commodities*²⁸, na linha do pensamento de Gudynas (2012b) e de Svampa (2012)

²⁸ Particularmente na América do Sul, a previsão é de que com o fechamento do acordo entre Mercosul e União Europeia (UE) aumente consideravelmente o comércio multilateral, tendo como principais produtos as commodities primárias, que se concretizado gerará mais pressão sobre os ecossistemas,

Nesse cenário se inserem os Grandes Projetos de Investimento (GPI)²⁹, que surgem no Brasil entre os anos 1960/1970, no contexto da ditadura empresarial-militar e no auge do desenvolvimentismo e de movimentos de desconcentração industrial, principalmente na região Amazônica e no Nordeste do país. Nos anos 1990/2000, os GPIs promovem a integração global de territórios, juntamente com os novos localismos e novos regionalismos (VAINER, 2007).

Neste artigo, destacam-se as infraestruturas associadas às cadeias de *commodities*, mas, sobretudo as portuárias, que serão denominadas de “grandes empreendimentos neoextrativistas” (GEN), que conectam territórios produtores de *commodities* aos territórios do consumo, formando juntamente com outros empreendimentos, as cadeias globais de *commodities* nos anos 2000.

Concomitante com a retomada da importância dos portos para o comércio externo, a estrutura portuária passa de simples terminais para megaprojetos. É uma combinação de empreendimentos logístico-portuários com atividades industriais, os denominados portos-indústria, tipo *Maritime Industrial Development Area* (MIDAs), que, pela sua escala, são intensivos em terras e em outros bens naturais, por isso se instalando no interior das regiões (LEITE e MONIÉ, 2014).

Os portos-indústria são, na perspectiva em que Vainer (2007) entende os GPIs, uma forma de organização que fragmenta o território, privatizando recursos e mobilizando intensivamente território e meio ambiente. Geram impactos, dentre eles a expropriação de terras e a remoção de famílias, o controle das águas e a erosão costeira. Alteram, inclusive, as condições de existência social das comunidades locais, em muitos casos se configurando como enclaves, uma vez que são empreendimentos que não trazem os benefícios locais/regionais esperados, mas são voltados para o mercado externo, como analisam Nascimento (2012) sobre os grandes empreendimentos no estado do Pará e Leite e Monié (2014) sobre a geopolítica dos portos.

Os impactos territoriais dos megaportos são compreendidos no bojo do que entendemos ser um processo de espoliação/desposseção, próprio do desenvolvimento neoextrativista espoliador, que afeta a reprodução material e imaterial, *i.e.*, as condições necessárias de existência objetiva e subjetiva de comunidades, que deveriam ser protegidas das forças econômicas e políticas que aviltam e capturam vidas e territórios.

maior exploração dos trabalhadores e mais ameaças aos povos e comunidades tradicionais, ao tempo em que serão ampliados os negócios das corporações nacionais e multinacionais, que de certa forma desenvolverão programas de “desenvolvimento sustentável”, a fim de garantir a preservação e proteção de seus negócios.

²⁹ São exemplos de GPI os projetos portuários, minerários, energéticos, viários, petroquímicos.

Este argumento se baseia em Levien (2014), para quem a desapropriação de terras participa do desenvolvimento capitalista, industrial, colonial, neoliberal. É engendrada por forças econômicas provenientes do capital nacional ou internacional, como também por forças políticas e por forças globais, que exigem a liberação de terras, em atenção a planos de desenvolvimento nacionais e regionais, sendo protagonistas os estados nacionais e frações de classe dominante.

Também se baseia no conceito amplo de “acumulação por espoliação”, elaborado por Harvey (2010), que permite compreender as várias expropriações territoriais ocorridas pela violência, saque, pilhagem, violação de direitos, para fins de superacumulação, sob a liderança do capital financeiro global, acentuando condições de vulnerabilidade e risco à manutenção das existências sociais nos territórios.

Desta maneira, a espoliação/desposseção revela a combinação de forças econômicas e políticas, que se concretiza no assalto ao patrimônio territorial em favor da lógica que rege as cadeias de *commodities*. Sobretudo nos países periférico-dependentes, reconfigura territórios e busca ajustar as territorialidades pré-existentes à sua racionalidade por meio do controle.

Essa lógica imposta pela “acumulação por espoliação” cria obstáculos a um projeto de desenvolvimento autônomo, que se proponha reduzir desigualdades nos territórios. Ao contrário, ela intensifica a exploração, reforça práticas clientelistas e de silenciamento de resistências, de desmantelamento das proteções social e ambiental, tal como está em curso no Brasil, e estimula práticas de RSC.

A proteção ambiental é legalmente assegurada por um arcabouço jurídico-institucional³⁰ visando o direito ao meio ambiente equilibrado. É o caso de obras e empreendimentos potencialmente impactantes, onde se exige o licenciamento ambiental, um instrumento de controle das alterações no meio ambiente, resultantes de atividades humanas, que afetam a saúde, o bem-estar populacional e as atividades sociais e econômicas, nas áreas a serem direta ou indiretamente impactadas. Desta maneira, a fim de proteger o território dos impactos do empreendimento, são propostas condicionantes socioambientais de mitigação e compensação.

Em caso de proteção cultural³¹ das comunidades tradicionais, no âmbito do licenciamento, esta visa a preservar o patrimônio material e imaterial (bens materiais como também memórias, saberes e práticas, identidades sociais e culturais) (CORÁ, 2014), e, a depender da localização e natureza do

³⁰ Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), legislações, decretos e resoluções como as do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), Constituição Federativa da República de 1988 e outros.

³¹ Como política que legalmente garante a proteção das comunidades tradicionais está a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

empreendimento, é solicitado parecer de órgãos, como da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Fundação Palmares e de órgãos estaduais e municipais.

Quanto à proteção social, esta é assegurada pelas Políticas Sociais (entre elas a saúde e a assistência social). É direcionada para a prevenção contra as vulnerabilidades e riscos sociais de comunidades e segmentos sociais, afetados por deslocamentos, impactos sobre a renda e trabalho, a moradia, a saúde, a educação, entre outros, apoiada em um conjunto de direitos sociais, baseado na concepção de justiça social e cidadania.

Dessa maneira, as Políticas Sociais devem proteger as comunidades e grupos sociais vulneráveis e em risco, em face das fontes de insegurança que afetam seus modos de existência social, geradas pelos impactos e seus efeitos adversos, nos territórios dos GENs, como dos portuários.

No entanto, essas políticas protetivas não asseguram a *proteção das existências sociais*, mas, quando muito, elas “conciliam interesses”, dando legalidade e legitimidade social aos empreendimentos.

No caso da Política Ambiental, Quintas (2006) diz que ela funciona como um instrumento de busca do consenso, na tentativa de criar as condições de “equilíbrio” entre desenvolvimento econômico e preservação socioambiental.

Uma perspectiva semelhante é encontrada em Mendonça (2015), sobre o “licenciamento de adequação”, em que o papel das condicionantes é o de obtenção do consenso.

Martini e Lanna (2003) assinalam que a compensação, orientada pelo princípio do poluidor-pagador, possui alcance restrito e enfoque econômico e utilitarista, devendo ser considerado seu uso político na tentativa de criar equivalência entre degradação e conservação. Por outro lado, as condicionantes de mitigação são aplicadas para prevenir, reduzir, atenuar, adequar os efeitos sociais e ambientais dos impactos, que, do ponto de vista da obra ou do empreendimento, são inevitáveis.

De forma semelhante, entendemos que as Políticas Culturais no licenciamento, estão voltadas para a adequação, na tentativa de compatibilizar racionalidades e valores distintos e, quase sempre, opostos entre si.

Quanto às Políticas Sociais, para Pastorini (2006), elas funcionam como mecanismo de compensação de danos e, ao mesmo tempo, como garantia de direitos de cidadania, provendo proteção social. Também limitam a voracidade do capital, e, contraditoriamente, a reprodução do sistema de acumulação.

Pereira (2013), ao analisar o papel da proteção social, contrapondo distintas tradições da economia política - a clássica ou liberal e a crítica ou marxista -, afirma ser “*complexo e contraditório*” (p. 636), uma vez que a proteção social perpassa a satisfação das necessidades humanas, desde que dentro dos limites impostos pelo capital.

Neste sentido, podemos dizer que o “papel conciliador” das políticas de proteção social pode, ao mesmo tempo e pelas mesmas ações, buscar proteger as existências sociais e legitimar o papel de um megaporto como instrumento de desenvolvimento local/regional? Entendemos que sim, como também pode reforçar um ou outro polo, a depender da orientação ética e política dos programas, projetos e ações sociais desenvolvidos pelas instituições. Pode, nesse caso, reforçar o modelo de desenvolvimento ou refutá-lo, e estimular a autonomia e as potencialidades dos sujeitos afetados, bem como a correlação de forças no território, não desconsiderando que se trata de proteger as existências sociais em um contexto espoliador.

Nesse ponto, é interessante a contribuição de Gudynas (2012a) sobre o “Estado Compensador”, nos países neoextrativistas progressistas da América Latina, inclusive no Brasil, nos anos 2000.

Para Gudynas (2012a), enquadram-se na classificação de “Estado Compensador” aqueles Estados que financiam programas de transferência de renda com a exploração de territórios e recursos naturais. Legitimam governos e empreendimentos altamente impactantes, ao apropriarem e redistribuírem parte da renda gerada em forma de *royalties* e tributos, destinados a programas sociais que inserem a população em um ciclo de dependência de benefícios socioassistenciais, mantidos pelas mesmas atividades que afetavam suas condições de existência.

O “Estado Compensador” de Gudynas (2012a) retrata o uso das políticas protetivas, sobretudo das Políticas Sociais, para a “conciliação de interesses”, porém, reforçando o desenvolvimento neoextrativista, e não a proteção das existências sociais afetadas, que continuam dependentes das atividades que as violentam.

No entanto, em que pese certa distribuição da renda extrativa ao custo da manutenção de atividades impactantes no “Estado Compensador”, no que chamamos de Estado neoextrativista liberal, a renda extrativa oriunda dessas atividades é sequestrada pelo capital financeiro, na tomada dos recursos do Fundo Público que deveriam ser aplicados em políticas sociais e ambientais, e em outras, mas que são direcionados para o serviço da dívida pública.

Mesmo não existindo um “Estado de Bem-Estar Social” na história da proteção social no Brasil, a destruição de conquistas sociais se inicia nos anos 1990. Porém, o projeto de desmonte institucional do país a partir de 2016, mas, sobretudo a partir de 2019, sugere que a desproteção social e ambiental foi institucionalizada com a lei do Teto de Gastos³², com as contrarreformas Trabalhista e Previdenciária, com a extinção do Ministério do Trabalho, com a extinção de programas sociais³³, e ainda com a Reforma Tributária e a Reforma Administrativa, que estão nas agendas e pautas do governo federal e do Congresso Nacional, que punirão ainda mais as classes populares dependentes dos serviços públicos.

Quanto à proteção ambiental e das populações tradicionais, observa-se uma intensificação da desproteção de indígenas e quilombolas devido, sobretudo, ao aumento da exploração econômica de suas terras, aumento do desmatamento e degradação de florestas e de queimadas na Amazônia e Pantanal, desestruturação dos órgãos de proteção indígena (FUNAI), de fiscalização (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis - IBAMA), de proteção de parques (ICMBio), de pesquisas (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE), de alteração na composição do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e revogação de resoluções, entre elas a que versava sobre a proteção de manguezais e restingas³⁴, além de outros retrocessos institucionais, conforme balanço feito por várias instituições³⁵ e em reportagens da mídia tradicional e independente.

Desta maneira, o Estado neoextrativista liberal retira e/ou altera mecanismos que minoravam os impactos aviltantes dos GENs sobre as condições já agudizadas de existência social das comunidades. Isso revela que a lógica que preside a “acumulação por espoliação”, tenta abolir os freios e contrapesos que funcionam, em certa medida, como controle ao avanço bárbaro das forças do capital financeiro, e de atenuação da violência sobre as comunidades afetadas, que atualmente

³² A Proposta de Emenda Constitucional 55 (PEC 55) foi encaminhada pelo governo do ex-presidente Michel Temer ao Congresso Nacional, e transformada em Emenda Constitucional 95/2016, ao ser promulgada. Esta EC, ao limitar por 20 anos os gastos públicos do governo federal, está impactando a Seguridade Social, como ocorreu na pandemia da Covid-19, em que o Congresso precisou autorizar aumento emergencial de gastos sociais. Diante desse limite dos gastos públicos, não há previsão de como o governo federal assistirá as famílias em risco de insegurança alimentar, agravado pela fome, após o término do Auxílio Emergencial implementado para mitigar os efeitos da pandemia entre os mais vulneráveis.

³³ Entre eles o Mais Médicos, Minha Casa Minha Vida e cortes no Programa Bolsa Família.

³⁴ Resolução n. 303/2002.

³⁵ Fundação Cláudio Campos, Fundação Dinarco Reis, Fundação João Mangabeira, Fundação Lauro Campos e Marielle Franco, Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini, Fundação Maurício Grabois, Fundação da Ordem Social e Fundação Perseu Abramo.

correm risco de aniquilação, caso não haja um forte tensionamento das forças não hegemônicas contra a interdição do capital sobre as existências sociais.

Tomam parte nesse cenário as empresas e suas organizações sociais, quando, na década de 90, sob o pretexto do endividamento público e a necessidade de ajuste nas contas públicas, que culminou com a contrarreforma do Estado, passam a assumir responsabilidades antes exclusivas do Estado.

No caso da RSC, esta surge nos anos 1980 como parte de um projeto neoliberal mais amplo, sedimentando o movimento que vai transferir a regulação do Estado para a autorregulação e autogovernança das empresas.

Schroeder e Schroeder (2004) afirmam que as instituições públicas, ao não cumprirem sua função social, permitiram a privatização do social pelas empresas, que passaram a ter um papel abrangente e preocupante, ao tornarem marginais as instituições designadas para a gestão social.

No entanto, cabe assinalar que as instituições públicas estatais, responsáveis pela gestão social, não deixaram de cumprir sua função social. O Estado brasileiro é que, ao ser enquadrado por governos federais no ajuste fiscal “recomendado” pelo Consenso de Washington, reduziu a oferta e precarizou serviços sociais, ao mesmo tempo em que permitiu que as empresas tivessem um papel social mais abrangente.

Sobre a abrangência das empresas, Schroeder e Schroeder (2004) dizem que elas possuem uma “*dimensão de responsabilidade social para com toda a cadeia produtiva da empresa: clientes, funcionários, fornecedores, além da comunidade, ambiente e sociedade como um todo*” (p. 5), possuindo, por isso, um papel preocupante:

o avanço do poder das empresas na sociedade abarca, além de suas responsabilidades tradicionais, como fornecedoras de bens e serviços, outra responsabilidade bem mais ampla, a do bem-estar social do homem, afirmando-se como propagadora e garantidora do bem-comum (SCHROEDER e SCHROEDER, 2004, p. 6).

No contexto dos GENs, é possível compreender o papel das empresas, a partir de Misoczky e Böhm (2013), que analisam os projetos e ações de RSC. Segundo, os autores, os projetos e ações têm como foco o risco social, junto com os riscos tradicionais do negócio, sendo destinados a aumentar o capital humano, social e cultural, por meio de parcerias com prefeituras e de doações, que são acompanhadas obrigatoriamente pelo reconhecimento público em favor da empresa.

Misoczky e Böhm (2013), ainda observam que as empresas buscam “*estabelecer vínculos institucionais com as universidades públicas e privadas por meio de contratos e subsídios*”, e que a RSC é “*um instrumento de desmobilização das resistências*,

de silenciamento de contestações históricas, ao invés de lidar com questões (sociais, econômicas e ambientais), decorrentes das atividades da empresa” (p. 328 e 330).

Devido aos impactos nos territórios onde são instalados os GENs, as ações de RSC são direcionadas para a busca do consentimento, ou da denominada “licença social para operar” (GAVIRIA, 2015). Visam, assim, a alcançar legitimidade da comunidade afetada, não se voltando para a proteção, mas para o controle do território.

Diante desse contexto, compreendemos que a *proteção das existências sociais* nos territórios de GENs encontra limites, decorrentes da natureza estrutural da acumulação, sobretudo nos moldes em que está conformada a “acumulação por espoliação”, sob a égide do capital financeiro.

Essa conformação da proteção pelo capital financeiro interfere nas respostas protetivas do Estado, levando as condicionantes socioambientais a criarem uma ilusão de proteção, enquanto asseguram a legalidade e a legitimidade social do empreendimento, revelando os limites da “conciliação”, em face da espoliação/ despossessão territorial.

Fato semelhante ocorre com as demais políticas protetivas, como as sociais, que podem ser instrumentalizadas para legitimar o empreendimento, reforçando práticas coercitivas e controladoras, ou ampliando espaços de participação social e desenvolvendo as potencialidades e a autonomia dos sujeitos nos territórios. Quanto às ações de RSC, nesse cenário, elas tendem, por meio de parcerias com prefeituras e universidades, a controlar o território.

O CLIPA E A PROTEÇÃO DAS EXISTÊNCIAS SOCIAIS

Assim como em outros territórios capturados pelo neoextrativismo espoliador, a reconfiguração territorial impacta na dinâmica das existências sociais das comunidades locais, principalmente de comunidades rurais que possuem modos de vida autossustentáveis, mediados pelos bens naturais, como no território do Açu/5º Distrito, município de São João da Barra (SJB). O município, com mais de 35.000 habitantes, localiza-se no norte do estado do Rio de Janeiro, uma região econômica e territorialmente calcada no extrativismo petrolífero e recentemente nas atividades portuárias.

O Açu/5º Distrito é um território predominantemente rural, com alguns núcleos urbanos, habitado por agricultores familiares e pescadores artesanais,

vivendo da agricultura, pesca e pecuária. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, o distrito possuía 1.480 propriedades rurais com até 30 ha, e as maiores com tamanho de até 165 ha, mostrando que, aproximadamente 80% das propriedades, eram médias e pequenas, e destinadas principalmente ao cultivo de abacaxi, quiabo, maxixe e aipim, além das atividades extrativas da aroeira e taboa e a pesca em lagoas. As grandes propriedades se dedicavam principalmente as atividades da pecuária (AGB, 2011; COSTA *et al.*, 2013).

Dentre os impactos do CLIPA se destacam: 1) a expropriação de 7.200 ha de terras e a remoção de 1.500 agricultores familiares; 2) salinização de água e solo, afetando a agricultura, consumo humano e dessedentação de animais; 3) restrição de área de pesca, afetando uma das principais atividades tradicionais SJB; e 4) agravamento da erosão costeira, impactando a vida de moradores da localidade de Barra do Açu, que tiveram suas casas e pequenos comércios interditados pela Defesa Civil de SJB (AGB, 2011; COSTA *et al.*, 2013; BENEVIDES-GUIMARÃES, PEDLOWSKI e TERRA, 2019; PEDLOWSKI, 2014).

O CLIPA se inscreve no movimento de internacionalização da economia nos anos 1990, e na retomada de uma suposta vocação natural da América Latina, inclusive do Brasil, por produtos intensivos em recursos naturais, concomitante com o crescimento de países asiáticos, puxado pela China, nos anos 2000.

Nesse contexto, o país se volta para a integração às cadeias de valor, como no estado do Rio de Janeiro (ERJ), com modernização e construção de portos que retomam sua importância como infraestruturas imprescindíveis, por conectar os territórios de extração e produção, aos do consumo de *commodities*, principalmente em casos de distâncias continentais.

O CLIPA é um megaporto que teve suas obras iniciadas em 2007, passando a operar em 2014. Concebido como parte do Projeto Minerário Minas-Rio, o empreendimento apoia a cadeia petrolífera do ERJ e a cadeia minerária do estado de Minas Gerais, possuindo conexões globais e parceria com o Porto Internacional de Antuérpia, na Bélgica.

Devido a problemas financeiros do empresário Eike Batista e de suas empresas que formavam o grupo EBX, entre elas a LLX, antiga controladora do CLIPA, o empreendimento foi vendido, em 2013, para um fundo financeiro americano, o *EIG Global Partners*, e passou a ser controlado pela empresa Prumo Logística Global (Prumo).

As principais estruturas do CLIPA são o Porto do Açu e o Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB). O Porto do Açu possui várias estruturas operacionais,

como os terminais *offshore* de minério de ferro e de petróleo, terminais *onshore*, e outros, além de termelétricas e oleodutos que estão em construção, e várias empresas internacionais instaladas em sua retroárea. São algumas das estruturas do Porto do Açú as responsáveis pelos impactos na pesca, devido o controle do território marinho, como também da salinização e da erosão.

O DISJB está localizado em uma área de aproximadamente 7 mil ha, na retaguarda do Porto do Açú. Foi criado pelo ERJ em parceria com a LLX, para a atração de empresas. No entanto, passados mais de dez anos, 90% de sua área, que foi retirada dos agricultores familiares, ainda está sem uso, e, portanto, não cumprindo sua função social.

CLIPA E AS RELAÇÕES PÚBLICO-PRIVADAS

As primeiras legislações relativas à implantação de um porto no 5º Distrito são do final dos anos 1990, com o Decreto estadual n. 25.455, de 28 de junho de 1999, assinado pelo governador Anthony Garotinho³⁶, desapropriando imóveis rurais na localidade de Barra do Açú, para fins de implantação de um terminal portuário que servisse de apoio às atividades extrativas do petróleo.

Com base na pesquisa documental e nos estudos de Pessanha *et al.* (2014), Rangel (2020) e Latini (2016), a história do CLIPA revela as relações de Eike Batista e de suas empresas com governos e políticos locais e regionais que, direta ou indiretamente, beneficiaram o empreendimento com isenções fiscais, alteração no ordenamento territorial, decretos estaduais de desapropriação e outros.

Entre as leis municipais, estão a Lei n. 50/2006, que aprovou o novo Plano Diretor, e definiu a expansão das zonas industriais de SJB e a Lei n. 105/2008, que disciplina tratamento fiscal de imóveis e serviços vinculados à construção da Zona Industrial do Porto do Açú.

No âmbito estadual, as relações público-privadas são identificadas na parceria da empresa pública do ERJ, a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN), que desapropriou, com base nos vários decretos de utilidade pública, pequenas propriedades rurais para o DISJB. Essas desapropriações, questionadas judicialmente, ocorreram em meio a graves violações de direitos, assédio moral e intimidações (PEDLOWSKI, 2013; COSTA *et al.*, 2013).

³⁶ Governador do estado do Rio de Janeiro no período de 1999 a 2002.

Nesse contexto das relações público-privadas, a reeleição da prefeita Carla Machado³⁷, de São João da Barra e a eleição de Rosinha Garotinho³⁸ à prefeitura de Campos dos Goytacazes, municípios de influência direta do CLIPA, contaram com o apoio de Eike Batista (RANGEL, 2020), que recebeu, em 2011, a medalha de Barão de São João da Barra, maior honraria do município.

Em 2017, Eike Batista foi levado à prisão pela primeira vez, sob a acusação de crimes contra o sistema financeiro, e em 2019 o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, preso em 2016 na Operação Lava Jato do Ministério Público Federal (MPF), confessou ter recebido 16 milhões de dólares em propina para favorecer interesses do Grupo EBX, ao sancionar em 2009 decretos de desapropriação de terras para o DISJB, conforme reportagem de Mesquita (2019) para o Jornal Brasil de Fato.

Nessa relação entre Eike Batista e o ex-governador Sérgio Cabral, chama a atenção os vínculos do extrativismo com a corrupção que, segundo Gudynas (2017), alimenta uma rede de partidos políticos e de práticas eleitorais. Tudo especialmente para ocultar impactos sociais e ambientais e criminalização violenta das comunidades locais, para acesso a concessões e obtenção de vantagens tributárias, pois, se não fossem as práticas corruptas, projetos altamente impactantes dificilmente seriam aprovados.

Esses fatos também podem ser compreendidos à luz dos novos regionalismos e localismos, que, associados à implantação de grandes empreendimentos, contam com as forças políticas locais e regionais, e com vantagens fiscais e ambientais. Tudo isso, juntamente com forças externas, se entrecruzam para garantir os interesses das grandes corporações.

Essas relações também se inscrevem na lógica da espoliação territorial e da subserviência de governos. Estes que deveriam zelar pelos interesses da população e protegê-los, se curvam ao poder do mercado, que possui interesses alheios as expectativas locais e regionais, mesmo que as narrativas favoráveis digam o contrário.

Junto com essas relações, e com o empenho de demais autoridades locais, como da Câmara de Vereadores de SJB que votou leis favoráveis ao CLIPA, o empreendimento recebeu apoio de presidentes da república, como de Dilma Rousseff, em visita em 2012 e de Michel Temer, em 2017. Na ocasião, Temer assinou

³⁷ Prefeita no período de 2005 a 2008 e de 2017 a 2020.

³⁸ Governadora do estado do Rio de Janeiro no período de 2003 a 2007 e prefeita de Campos dos Goytacazes no ano de 2009 a 2012 e de 2013 a 2016.

o decreto de criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE). O CLIPA também contou com o apoio da grande mídia e de organizações empresariais.

Esses apoios, direta e indiretamente, rebateram na proteção social e ambiental do Açú/5º Distrito, vista como obstáculo para o dito desenvolvimento. Apoios que podem explicar a fragmentação do licenciamento, dado que as estruturas do CLIPA possuem seu próprio licenciamento, não considerando os impactos cumulativos e sinérgicos, como também a não obtenção de informações e a falta de transparência do licenciamento, implicando a baixa participação da comunidade nas audiências públicas. Tudo isso mostra que não houve uma deliberação com participação social sobre as condicionantes socioambientais, com base em Latini (2016).

As medidas sociais e ambientais de SJB, e por extensão do Açú/5º Distrito, não se restringem às condicionantes socioambientais e nem as ações de RSC. Por ser confrontante com a Bacia de Campos³⁹, SJB é beneficiado com as rendas extrativas do petróleo (*royalties* e participações especiais) e na área social, com o Programa Bolsa Família (PBF), programa de transferência de renda do governo federal.

Quanto ao PBF, em maio/2018, SJB possuía 3.274 famílias beneficiárias (MDS, 2018). Aproximadamente 10% da população do município. No entanto, chama a atenção não ter entre as famílias, nenhuma no grupo de “família atingida por empreendimentos de infraestrutura”, mesmo diante das expropriações e remoções ocorridas no Açú/5º Distrito.

Outros serviços e respectivas instituições sociais foram identificados, sobretudo no Açú/5º Distrito, como o de assistência social, pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), de saúde, pela Unidade Básica de Saúde (UBS) e serviço educacional pelas unidades escolares.

Além da presença social do Estado, com condicionantes socioambientais, *royalties*, saúde, educação e assistência social, a pesquisa identificou uma parceria entre a prefeitura e instituições de SJB, com o Porto do Açú, conforme Quadro 1:

³⁹ Bacia sedimentar que vai do centro-norte do ERJ ao sul do estado do Espírito Santo.

Quadro 1: Obras, apoios e doações do Porto do Açú em SJB

Infraestrutura	Administração pública	Saúde	Segurança pública	Cultura - Apoio
Construção de linha de transmissão de energia elétrica	Apoio técnico para a elaboração do Plano Diretor	Reforma do Posto de urgência do Açú	Doação de 2 ônibus e equipamentos	Agremiações carnavalescas
Obras asfálticas	Construção das fundações do novo prédio do Fórum		Doação de 5 viaturas para a Polícia Militar e Civil	Festa de pescadores
Dragagem de canal				Projeto teatral
Pavimentação de estradas				Projeto de capoeira
Instalação de poços artesianos e sistemas de distribuição				Certificação do Patrimônio Cultural e Centro de Desenvolvimento Territorial
				Concurso de marchinhas

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do portal do Porto do Açú – Gestão Social.

As informações do Quadro 1, chamam a atenção para as obras, apoios e doações, que foram feitas para áreas da administração pública, como infraestrutura, planejamento territorial, judiciário, saúde, segurança pública e cultura, que são áreas institucionalmente estratégicas quando se trata de obter capilaridade e controle territorial e ao mesmo tempo para a proteção social e ambiental no território.

Além disso, há vários programas no âmbito da política de sustentabilidade do Porto do Açú, divulgados em sua página virtual, que indicam se enquadrarem nessa mesma lógica, além da obtenção de legitimidade social. São eles: Programa de Educação para o Trânsito, Programa de Comunicação Social (caracterização das condições da saúde do trabalhador e da população do entorno), Programa de Qualificação Profissional, Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Programa de Compensações das atividades de pesca, Programa de Visitas Comunitárias, Programa de Educação Ambiental, Programa de Desenvolvimento de Fornecedores Locais, em parceria com o Serviço de Apoio às micro e pequenas empresas do Rio de Janeiro (Sebrae) e na área ambiental a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Essas informações confirmam Schroeder e Schroeder (2004), sobre a abrangência social das empresas, que além das responsabilidades tradicionais envolvendo clientes, funcionários e fornecedores, atribuem para si responsabilidades para com a comunidade, ambiente e sociedade. Elas possuem um papel preocupante devido ao avanço de seu poder na sociedade, ao se afirmarem como propagadoras e garantidoras do bem-comum, ainda mais com um Estado, que quando não se omite em seu dever de proteger o território, se apresenta como um dos protagonistas de sua espoliação.

As obras, apoios, doações e programas sociais e ambientais no território do Açú/5º Distrito e em outras localidades do município de SJB, realizadas pelas empresas instaladas no Porto do Açú, podem, ao mesmo tempo indicar a obtenção de controle do território pelo consentimento e legitimidade social, como também a obtenção do silenciamento de resistências pela cooptação. Assim, além de revelar as relações estabelecidas entre o público e o privado, mostram o quanto empresas podem interferir na *proteção das existências sociais* no território.

IMPACTOS, CONDICIONANTES SOCIOAMBIENTAIS E AÇÕES DE RSC

A desapropriação estatal de 7.200 ha de terras para a construção do DISJB removeu 1.500 agricultores familiares, que são “alvos” de condicionantes socioambientais e de ações de RSC, conforme Quadro 2:

Quadro 2: Desapropriação e remoção, condicionantes e RSC

Efeitos relacionados	Condicionantes	RSC
Rompimento de relações de vizinhança e comunitária; Desestruturação das relações simbólicas com o lugar; Desestabilização da estrutura agrária local pela mudança dos padrões de apropriação da terra; Interrupção de práticas locais de produção e de subsistência; Interferências no desenvolvimento agrícola local.	Programa de Comunicação Social e Divulgação; Programa de Desapropriação e relocação da população ocupante das terras; Assentamento Vila da Terra; Indenização; Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar; Programa de Mobilização, Captação e Desmobilização da mão de obra.	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar; Doação de instrumentos de trabalho para associação de produtores rurais; Doação de 1 ônibus e 1 caminhão para a Secretaria de Agricultura de São João da Barra; Projeto Feira do Porto de comercialização de produtos agrícolas.

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do RIMA/DISJB e portal do Porto do Açú.

Dentre as condicionantes relativas às desapropriações de terras, destacam-se o reassentamento rural Vila da Terra e as indenizações. No caso do reassentamento, este visou a atender moradores que tinham até 10 ha de terras, enquanto que as famílias desapropriadas que tinham terrenos maiores de 10 ha seriam indenizadas.

O reassentamento é um condomínio rural, dividido em lotes de 2 ha, com casas padronizadas, onde estão reassentadas aproximadamente 50 famílias que começaram a ser realocadas em 2011. Dentre as principais preocupações das famílias estava o não recebimento do título de propriedade dos lotes, devido ao reassentamento ter sido construído em uma antiga fazenda de cana de açúcar, chamada Fazenda Palacete, que pertencia à Usina Barcelos, do Grupo Othon, e que estava em litígio, impedindo as famílias de fazerem benfeitorias no lote.

Alvarenga (2013) identificou, em sua pesquisa, que os reassentados estavam cultivando apenas para sobrevivência, sem possibilidade de comercialização, e que alguns se mostraram receosos de explicitar suas queixas e críticas, fato que o levou a relacionar essa postura receosa com o recebimento do Auxílio Produção, um benefício financeiro concedido pela empresa LLX. Para o pesquisador, esse fato “*representa perda de autonomia e uma forma de intimidação, e receio de perder algum benefício por parte da empresa*” (p. 82).

Quanto à indenização, aproximadamente 80% das famílias ainda aguardam o recebimento, uma vez que contestam legitimamente em juízo o valor calculado pelos peritos da CODIN, que ficou abaixo dos valores estimados pelos peritos indicados pela justiça de SJB.

Outro dado a destacar é que 90% dos processos de desapropriação de terras, distribuídos no final de 2010, na Comarca de São João da Barra, que têm como autora a CODIN, afetaram pessoas idosas. Grande parte dos desapropriados morava há três gerações na localidade, enquanto que alguns proprietários faleceram sem terem recebido a compensação que consideravam justa pela terra, a ser paga pelo ERJ, decorridos mais de 10 anos desde as primeiras desapropriações.

Bermann (2007), ao tratar das populações ribeirinhas atingidas por hidrelétricas no Brasil, fala que essas populações “*tiveram violentadas as suas bases materiais e culturais de existência*”, e quanto aos reassentamentos e as indenizações “*As obras promoveram o deslocamento forçado [...], acompanhado por compensações financeiras irrisórias ou inexistentes; o processo de reassentamento quando houve, não assegurou as condições de vida anteriormente existentes*” (BERMANN, 2007, p. 142).

Nessa mesma linha, entendemos que o reassentamento Vila da Terra e as compensações pecuniárias não foram planejados para proteger as existências

sociais das comunidades afetadas pelo DISJB/CLIPA, mas para legalizar o empreendimento, que precisava cumprir exigências do licenciamento, até mesmo para fins de financiamento⁴⁰ e de credibilidade junto a fornecedores e clientes.

Quanto à oferta de benefícios assistenciais, o Auxílio Produção para os reassentados também foi utilizado em situação de conflito social, como a que ocorreu por ocasião da Audiência de Conciliação do processo de reintegração de posse, ocorrida em 2017, na Comarca de São João da Barra, Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ).

Na ocasião, a CODIN propôs aos agricultores que reclamavam judicialmente o retorno às suas terras, a inclusão no programa social Auxílio Produção, com o recebimento de renda mensal variando de 1 a 5 salários mínimos, e no programa de reassentamento, conforme perfil socioeconômico.

A empresa Porto do Açú Operações S/A ofereceu ampliar os programas oferecidos pela CODIN, e a empresa Grussaí Siderúrgica do Açú (GSA), juntamente com a empresa Porto do Açú Operações S/A, ofereceram curso de qualificação e preferência de contratação para os moradores da Fazenda Palacete.

Esses dois episódios, em que o Auxílio Produção e outros benefícios sociais aparecem, revelam a lógica que preside as compensações sociais, tanto por parte do ERJ com a CODIN, quanto pelo Porto do Açú.

No caso do ERJ, o mesmo faz uso de medidas sociais compensatórias que serão pagas à custa da desapropriação das terras que violenta as existências sociais de agricultores familiares, e ainda é omissa frente à violação de direitos. São mecanismos utilizados também pelas empresas envolvidas, para silenciar críticas, desmobilizar resistências e apaziguar conflitos.

Destaca-se ainda, que a tomada da terra e da moradia, e a perda dos meios de trabalho e subsistência (conf. Quadro 2), se mostram impactos passíveis de serem compensados e/ou mitigados. O rompimento de vínculos e a desorganização familiar e comunitária, e as perdas simbólicas - rompimento de relações de pertencimento com o lugar e as memórias construídas há gerações -, aparecem como efeitos dos impactos da desapropriação e remoção, mas não são objetos de mitigação ou de compensação e nem de RSC, indicando que só é mitigado e compensado o que é objeto de valoração pelo mercado.

⁴⁰ Em 2019, em uma lista dos 50 maiores clientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), nos últimos 15 anos, na 25ª posição figurava a empresa Porto do Açú Operações S/A, com financiamento de R\$ 6,713 milhões com o banco (FOLHA NA FOZ, 2019). Em 2018, a empresa Gás Natural Açú (GNA), tomou empréstimo no valor de R\$1,76 bilhão, para construção da termelétrica (UTE GNA I), entre outros empréstimos realizados pelas empresas do CLIPA ao BNDES.

Quanto ao impacto na pesca, os pescadores artesanais também são “alvos” das condicionantes e das ações de RSC, como mostrado no Quadro 3:

Quadro 3: Restrição da pesca, condicionantes e RSC

Efeitos relacionados	Condicionantes	RSC
Perda ou restrição de área da pesca; Risco de acidentes com embarcações; Perda de materiais e instrumentos de trabalho	Programa de Comunicação Social e Divulgação; Programa de Educação Ambiental; Programa de Educação Ambiental dos Trabalhadores	Reforma e doação de equipamentos odontológicos; Reforma e doação de equipamentos e treinamento de monitores de informática; Legalização de embarcações; Reforma da sede do Núcleo de Pesca do Açú; Doação de kits de navegação; Doação de lancha e computador; Implantação de Centro de Formação de Pescadores; Aquisição de imóvel para Colônia de pescadores; Cursos, oficinas e treinamentos

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do RIMA/DISJB e portal do Porto do Açú.

Entre as condicionantes relativas à pesca, chamam a atenção os programas de Educação Ambiental. Se orientados por uma perspectiva conservadora, os pescadores afetados e trabalhadores do empreendimento precisam ser “pedagogicamente educados”. No caso dos pescadores, para a nova realidade da pesca, agora restrita, e, no caso dos trabalhadores da segurança, geralmente empregados de empresas de segurança privada, para saberem lidar com os pescadores que resistem à interdição.

Nessa perspectiva a Educação Ambiental pode induzir pescadores a acreditarem que são os responsáveis pelos efeitos dos impactos sobre sua atividade e não o empreendimento. Mostra que a Educação Ambiental não é neutra e nem imparcial como assinala Zhouiri (2007), mas que pode ser utilizada para o disciplinamento e para a aceitação de que o empreendimento tem o direito de cercear a atividade do pescador, em nome do desenvolvimento do qual ele é excluído.

Diferentemente, a concepção crítica da Educação Ambiental, que se vincula às lutas contra a injustiça ambiental e à superação das relações sociais destrutivas da natureza, busca, através de um processo argumentativo contínuo, ressignificar ideologicamente a questão ambiental, articulando educação ambiental crítica,

justiça ambiental e ecologia política, em contraponto às concepções conservadoras e do senso comum (LOUREIRO e LAYRARGUES, 2013).

À concepção crítica da Educação Ambiental se vincula o Projeto PEA Pescarte, um projeto de mitigação socioambiental, exigido pelo IBAMA e desenvolvido pela Petrobras, em parceria com a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), em municípios do norte fluminense, como SJB e na baixada litorânea, trabalhando por meio de processos educativos voltados a organização comunitária e a qualificação profissional, conforme informação em sua página virtual.

Todavia, o fato de a Educação Ambiental ser uma das condicionantes de mitigação dos impactos na pesca, não significa que ela seja dotada de uma capacidade especial para responder ao que a interdição do acesso ao mar representa para os pescadores do Açú/5º Distrito. Não se trata somente da queda na renda, afetando as condições de sobrevivência, mas de sua autonomia e liberdade, cerceadas pelo Porto. Também, por ser uma condicionante ambiental fruto de uma política de proteção, mas gerenciada pelo empreendimento, como o são as outras condicionantes, com o objetivo de controle dos impactos, pode, paradoxalmente, controlar os sujeitos impactados, alvos da mitigação.

Quanto às ações de RSC direcionadas para aos pescadores, elas ocorrem em forma de doações para as Colônias (Z-01, Z-02, Z-19), como de equipamentos, instrumentos de trabalho, reforma de infraestrutura e outras. Indica que, paradoxalmente, o empreendimento tenta compensar o impacto na pesca com as mesmas atividades que a restringem, e que podem estar sendo instrumentalizadas para apaziguar conflitos e silenciar protestos, não estando direcionadas para a preservação e proteção dessa atividade tradicional.

Outro ponto a destacar no caso das doações é que elas podem dividir as comunidades afetadas, ao criar conflitos no seu interior. Isso decorre de alguns de seus membros serem cooptados, enquanto que outros se negam a comprometer-se com os interesses do empreendimento.

Quanto ao impacto da salinização de água e solo, ocorrido a partir de 2012, com a construção do canal de navegação da Unidade de Construção Naval (UCN) do Porto, algumas áreas agrícolas se tornaram impróprias para o cultivo, além de afetar a irrigação, a dessedentação de animais e uso humano, como comprovaram estudos científicos realizados pela UENF⁴¹. No entanto, a empresa LLX negou a

⁴¹ Em 2012, foi realizado coleta de água em vários pontos do 5º Distrito, por pesquisadores do Laboratório de Ciências Sociais da UENF. Entre os meses de abril e agosto de 2015, para sua pesquisa de mestrado, Latini, coletou 110 amostras de água (LATINI, 2016).

ocorrência do impacto, mesmo com previsão no RIMA/DISJB (LATINI, 2016; GUIMARÃES, 2017).

Sobre o agravamento da erosão costeira, o impacto ocorreu a partir de 2012, com perda de areia da Praia do Açú devido à construção do quebra-mar que protege a entrada do Canal de Navegação da UCN e o Terminal 2 (T-2) do Porto do Açú. Em 2014, a erosão se agravou, provocando a interdição de casas e de pequenos comércios pela Defesa Civil de SJB, além de avarias na infraestrutura local, como no arruamento e iluminação pública (PEDLOWSKI, 2014). Porém, mesmo com a previsão do impacto e do Programa de Monitoramento da Dinâmica Sedimentológica Marina e de Erosões Costeiras, no RIMA da UCN, estudo encomendado pela Prumo concluiu que o efeito erosivo ocorrido na Praia do Açú não decorria das estruturas portuárias.

A posição das empresas LLX e Prumo chama a atenção pela negação dos impactos. No caso da salinização, agricultores e o Ministério Público Federal ajuizaram ação contra a empresa LLX, que foi multada, obrigada a apoiar financeiramente a implantação do Parque Estadual do Açú e a reparar os pontos dos canais do 5º Distrito que estavam assoreados (GUIMARÃES, 2017). Quanto à erosão, a Prumo não reconheceu o impacto como relacionado com o Porto do Açú/CLIPA.

Assim, da maneira como as condicionantes e as ações de RSC se mostram no Açú/5º Distrito, elas não representam mais que uma tentativa de minorar os efeitos colaterais do CLIPA. No entendimento de quem assim compreende que os impactos que afetam as comunidades são passíveis de correção pela difusão de informações, aplicação de técnicas/tecnologias e de gestão social, sob a mediação exclusiva da racionalidade do mercado, que é seletiva e excludente.

Em que pese à importância das condicionantes de mitigação e compensação para a proteção social e ambiental, neste estudo elas não se mostram suficientes para prover proteção para as existências sociais do Açú/5º Distrito. Antes indicando que funcionam para proteger o empreendimento e seus interesses, a despeito dos agricultores familiares desapropriados, dos pescadores, dos afetados pela salinização e erosão e das perdas simbólicas não valoradas pelo mercado, decorridos mais de 10 anos do início das obras do CLIPA.

Neste ponto é necessário destacar que algumas ações de RSC citadas, se confundem com as condicionantes, entre elas: 1) as compensações para a pesca com as doações para as Colônias (conf. Quadro 3); 2) o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar com ações de RSC (conf. Quadro 2); 3)

o Programa do Controle de Transporte e Tráfego devido o aumento do risco de acidente de trânsito, previsto no RIMA/DISJB, com as doações para a segurança pública (conf. Quadro 1) e com o Programa de Educação para o Trânsito, conforme os programas sociais desenvolvidos pelo Porto do Açu, citados acima. Isso sugere que algumas condicionantes do licenciamento são promovidas em forma de benesses pelo Porto do Açu/CLIPA.

Esse fato sugere ainda que há um uso das condicionantes para fins de *marketing* empresarial, reforçando nosso argumento de que o licenciamento em um contexto de “acumulação por espoliação” não protege existências sociais, mas, quando muito, “concilia interesses”. E, nesse caso, interesses não dos desapropriados, que querem suas terras de volta ou a compensação justa, e nem dos pescadores, que querem sua liberdade e autonomia em face do controle marítimo, mas conciliação de interesses que se vão agregar ao *marketing* do empreendimento e na obtenção de legitimidade social perante fornecedores e clientes e sociedade em geral.

Essa não correspondência entre condicionantes, ações de RSC e a *proteção das existências sociais* afetadas pelo CLIPA, se explica também pelo que já foi destacado acima sobre a fragmentação do licenciamento das estruturas do CLIPA e a baixa participação social nas audiências públicas. Foram expedientes que, por si só, afrouxaram a proteção no território, permitindo flexibilizar ainda mais os seus mecanismos. Acresce-se à fragmentação e à baixa participação nas audiências públicas, os impactos negados pelo empreendimento, que não foram mitigados ou compensados, a não ser pela via da judicialização, como no caso da salinização.

Outros licenciamentos de empreendimentos do CLIPA estão ocorrendo nesse tempo de pandemia da Covid-19⁴², implicando ainda mais na proteção das existências sociais do Açu/5º Distrito. Eles podem ser compreendidos nas palavras de Antunes (2020), quando diz que a pandemia “*amplifica ainda mais o sentido letal do sistema de capital*”, voltado para a produção de valores de troca, e não para “*a geração de valores de uso com o objetivo de atender necessidades humano-sociais*” (ANTUNES, 2020, *online*).

Este é o caso das audiências públicas do licenciamento ambiental do “Oleodutos do Açu”, como foi denominado o empreendimento pertencente à empresa Açu Petróleo. Tais audiências ocorrerão de forma virtual, o que dificultará a participação social, principalmente das comunidades sob a área de influência.

⁴² A Covid-19 foi declarada pandemia pela Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020.

Outro caso diferente de licenciamento envolveu a empresa Gás Natural Açú (GNA), uma *joint venture* entre a Prumo Logística, BP e *Siemens*, a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), o INEA e a prefeitura SJB, que firmaram um Termo de Compromisso Ambiental, assinado em 24 de abril de 2020, que trata da destinação de R\$ 2,8 milhões pela empresa Gás Natural Açú (GNA), para a mitigação dos impactos da pandemia pelo município de SJB, como parte da condicionante de licença ambiental de instalação de termelétricas. Tal fato pode prejudicar a proteção da população afetada pelos impactos, mesmo que a causa da pandemia seja legítima, como o é.

Para finalizar, cabe destacar que, nesse cenário em que se buscou analisar a compatibilidade entre o CLIPA, um grande empreendimento neoextrativista e a *proteção das existências sociais* das comunidades do Açú/5º Distrito, alguns atores se fizeram presentes, como empresas e empresário, políticos e governos municipais, estadual e federal, órgãos públicos e as comunidades afetadas, além de universidade pública.

No caso das universidades públicas, estas cumprem um papel social relevante nos territórios capturados pelos GENs, ao refutar mitos como o do CLIPA. Este, que pelas narrativas oficiais traria desenvolvimento para o local, mas omitiu-se que o empreendimento é administrado por interesses “de fora”, externos ao local, e que seus ínfimos benefícios, se comparados com os impactos, seriam distribuídos de forma desigual, da mesma forma que seus ônus.

Nesse contexto as universidades locais têm o desafio de pensar um modelo de desenvolvimento com relativa autonomia, por meio de canais de diálogo com a sociedade, buscando ser socialmente referenciadas e não tuteladas por empresas que lucram ao custo da espoliação territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foi possível identificar que a sobreposição dos interesses corporativos empresariais aos interesses públicos e da coletividade junto a governos e políticos, estabelece a insegurança e as comunidades se veem desprotegidas. Nesse cenário as condicionantes de mitigação e compensação no âmbito do licenciamento, e as ações de RSC se travestem, ocultando suas verdadeiras intenções, ao serem moldadas para preservar o empreendimento e seus interesses, e não para proteger *os modos territorializados de existência social*.

Às políticas protetivas - públicas e privadas - não cabem o papel de proteger, mas o de dar ares de legalidade e de controlar os entraves para o empreendimento, mostrando que a lógica que subjaz a esse processo de espoliação/desposseção é a da contenção do risco ao negócio, e, portanto, não é conciliável à contenção do risco à existência social das comunidades locais.

No Açu, 5º Distrito de São João da Barra, a adoção de medidas protetivas no âmbito do licenciamento e as ações de RSC indicam que o objetivo principal é o de criar as condições legais e sociais para a preservação e proteção dos negócios do empreendimento, controlar a insatisfação, e, quando necessário, a resistência social. Assim, mostra que não há compatibilidade entre proteção e o CLIPA, pelos fatores elencados neste estudo: a) a incompatibilidade intrínseca às condições em que se processam a acumulação capitalista e a *reprodução das existências sociais*; b) a institucionalização da desproteção e a subserviência de governos e políticos aos interesses do mercado e corporações; c) a abrangência da RSC, que não possui o dever de proteger contra os riscos próprios do modelo de desenvolvimento, na perspectiva da cidadania e da justiça social e de compromisso com a redução de assimetrias socioeconômicas.

Nesse contexto cabe pensar a implantação de canais permanentes e autônomos de controle social no Açu/5º Distrito, que tensione os limites impostos pelas relações sociais capitalistas. Diante disso, cabe refletir sobre o papel da universidade pública no cumprimento de sua função social, de voltar-se para os interesses populares e dar respostas a essas condições geradoras de aniquilamento de existências, que não é só material, mas também simbólica.

E, por fim, a realidade em que a pandemia da Covid-19 encontrou as sociedades capitalistas, principalmente as ocidentais, herdeiras do Iluminismo e dos avanços técnico-científicos, bem como dos direitos do homem, da cidadania e da democracia, mas também do alto nível de desigualdade e de profunda alteração nas relações metabólicas entre sociedade e natureza, reafirma a necessidade premente de adoção e reforço de políticas públicas de proteção, devido ao risco de extinção de humanos e não humanos. Com atenção para as florestas e toda a sua biodiversidade, para os rios e mares, e para as comunidades tradicionais que se relacionam com a natureza de forma singular, sobretudo na América Latina, e inclusive no Brasil, dada a sua diversidade natural e étnica, e para os trabalhadores.

REFERÊNCIAS

AGB - ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. Grupo de Trabalho de Assuntos Agrários, seções Rio e Niterói. Impactos socioambientais dos grandes projetos de desenvolvimento: o caso do Complexo Industrial-Portuário do Açú. **Terra Livre**, 2012.

ALVARENGA, Felipe M. **Os deserdados do desenvolvimento: o caso da implantação do complexo portuário e industrial do Açú e seus impactos socioterritoriais**. Dissertação. (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavirus: o trabalho sob fogo cruzado** [e-book]. São Paulo: Boitempo, 2020.

BENEVIDES-GUIMARÃES; Rosângela M. A.; PEDLOWSKI, Marcos A.; TERRA, Denise C. T. Dependência e expropriação estatal de terras no contexto neodesenvolvimentista/neoextrativista: implicações para a reprodução das comunidades afetadas pelo mineroduto Minas-Rio e o Complexo Portuário do Açú. **DMA - Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 51, agosto, 2019.

BERMANN, Célio. Impasses e controvérsias da eletricidade. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 59, 2007.

BITENCOURT NETO, Eurico. Igualdade e mínimo existencial *In*: RESENDE, José C. de; BERNARDES JÚNIOR, José A. (org). **Princípio da igualdade: uma abordagem multidisciplinar**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Escola do Legislativo, Núcleo de Estudos e Pesquisas, v. 1, p. 183-202, 2018. Disponível em <https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/obras_referencia/arquivos/pdfs/nepel-principio-da-igualdade/capitulo-cinco.pdf>

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. BNDES aprova empréstimo-ponte de R\$ 1,8 bilhão para Porto do Açú. Portal do BNDES, 19 fev. 2014. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20140219_portoacu>. Acesso em 16 out. 2020.

CORÁ, Maria A. J. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. **Rev. Administração Pública**, v. 48, n. 5, Rio de Janeiro, set./out. 2014.

COSTA, Ana M. A.; MILANEZ, Bruno; BARCELOS, Eduardo; ALENTEJANO, Paulo R. ALENTEJANO; PESSANHA, Roberto M. O projeto Minas-Rio e seus impactos socioambientais: olhares desde a perspectiva dos atingidos. **Relatório Preliminar**. Minas Gerais – Rio de Janeiro, dez. 2013.

FOLHA na Foz. Porto do Açú é o 25ª maior cliente do BNDES, 22 jan. 2019. Disponível em: <http://www.folha1.com.br/_conteudo/2019/01/na_foz/1243548-porto-do-acu-e-o-25-maior-cliente-do-bndes.html> Acesso em 16 out. 2020.

GAVIRIA, Edwin M. A. “Licença social para operar” na indústria da mineração: uma aproximação e suas apropriações e sentidos. **Rev. Bras. de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 17, n. 2, maio-ago, 2015.

GUDYNAS, Eduardo. Corrupcion y Extractivismo: mutuamente asociados. **IUH** – Revista Instituto Humanitas Unisinos, 10 fev. 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/161-noticias/noticias-espanol/564622-corrupcion-y-extractivismo-mutuamente-asociados>>

_____. Estado compensador y nuevos extractivismos: las ambivalências del progressismo sudamericano. **Nueva Sociedad**, v. 237, enero-febrer, 2012a. Disponível em <http://nuso.org/media/articles/downloads/3824_1.pdf>

_____. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problemas sob novas expressões. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. do (orgs). **Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond e IRD, p. 303-318, 2012b.

GUIMARÃES, Rosangela M. A. B. Impactos socioambientais e insegurança hídrica: o caso do Complexo Logístico Industrial e Portuário do Açú (CLIPA), no estado do Rio de Janeiro. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, vol. 5, n. 2, p. 201-224, 2017.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

LATINI, Juliana R. *A Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) enquanto instrumento participativo e preventivo no contexto do neodesenvolvimentismo: o caso do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú (CLIPA)*. Campos dos Goytacazes/RJ. Dissertação. (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2016.

LEITE, Aline F; MONIÉ, Frédéric. A geopolítica e a análise dos conflitos territoriais locais nas cidades portuárias. In: I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território. Porto Alegre: Letra 1, Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014. Disponível em: <https://www.editoraleta1.com.br/anais-congeo/arquivos/978-85-63800-17-6-p1070-1081.pdf>

LEVIEN, Michael. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. Tradução de Markus Hediger. Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro, n. 4, p. 21-53, jun., 2014.

LOUREIRO, Carlo F. B; LAYRARGUES, Philippe P. Ecologia Política, Justiça e Educação Ambiental Crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. Trab. Educ. Saúde. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53-71, jan./abr., 2013.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Relatório de Informações Sociais do BF/Cadastro Único, maio 2018. Disponível em: <http://mds.gov.br/sistemas/sistemas-1/> Acesso em 13 jul. 2018.

MENDONÇA, G. M. de. O Brasil licenciando e andando: as relações da política pública ambiental brasileira com a produção e a expansão capitalista do território. Tese. (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MESQUITA, Clívia. Cabral confessa propina de Eike para desapropriar terras e construir o Porto do Açu. Brasil de Fato, Rio de Janeiro, 28 fev. 2019. Disponível em <https://www.brasildefatorj.com.br/2019/02/28/sergio-cabral-confessa-propina-de-eike-batista-para-construir-porto-do-acu-rj>. Acesso em 16 jun. 2020.

MISOCZKY, Maria C.; BÖHM, Steffen. Resistindo ao desenvolvimento neocolonial: a luta do povo de Andalgalá contra projetos megamineiros. Cad. EBAPE.BR, v. 11, n. 2, p. 311-339, jun., 2013.

NASCIMENTO, Nádia S. F. A Questão agrária, urbana e ambiental na Amazônia brasileira. **Temporalis**, ano 12, n. 24, p.171-189, jul./dez., 2012.

OBSERVATÓRIO DA DEMOCRACIA DA FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS E MARIELLE FRANCO. O governo Bolsonaro: um balanço da destruição do Estado brasileiro Disponível em: <https://www.laurocampos.org.br/>

org.br/2020/03/25/o-governo-bolsonaro-um-balanco-da-destruicao-do-estado-brasileiro/>. Acesso em 24 jun. 2020.

PASTORINI, A. As políticas sociais e o serviço social: instrumento de reversão ou manutenção das desigualdades? In: MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2006.

PEA – BC. Programa de Educação Ambiental Bacia de Campos. Pescarte - Apresentação. Disponível em: <<http://www.pea-bc.ibp.org.br/index.php?view=projeto-apresentacao&id=6>>. Acesso em 16 out. 2020.

PEDLOWSKI, Marcos A. **Relatório Técnico sobre a análise da variação da linha de costa na Praia do Açú**. Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico (LEEA). Centro de Ciências do Homem (CCH). Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Campos dos Goytacazes, set., 2014. Disponível em: <<http://www.robertomoraes.com.br/2014/09/analises-sobre-alteracoes-na-linha-da.html>>. Acesso em 04 jul. 2020.

_____. When the State Becomes the Land Grabber: Violence and Dispossession in the Name of ‘Development’ in Brazil. **Journal of Latin American Geography**, v. 12, n. 3, Conference of Latin Americanist Geographers, p. 91-111, 2013.

PEREIRA, Potyara A. P. Proteção Social contemporânea: cuiprodest? **Serv. Soc. Soc.**, n. 116, p. 636-651, out./dez., 2013.

PESSANHA, Roberto M.; GOMES FILHO, Hélio; QUINTO JÚNIOR, Luiz P.; SILVA NETO, Romeu; OLIVEIRA, Floriano G. A Gênese do complexo logístico industrial Porto do Açú: oportunidades e desafios para o desenvolvimento da Região Norte Fluminense. **G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento**, v. 10, n. 2, p. 153-181, mai/ago, 2014.

PORTO DO AÇÚ. Gestão Social. Disponível em: <<https://portodoacu.com.br/sustentabilidade/gestao-social/>>. Acesso em 13 out. 2020.

QUINTAS, José S. **Introdução à gestão ambiental pública**. 2 ed. revista. Brasília: IBAMA, 2006

RANGEL, Hevilmar C. **O Complexo Portuário do Açú e suas relações industriais e comerciais em municípios selecionados do norte fluminense**. Tese. (Doutorado em Planejamento Regional e Gestão da

Cidade) - Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes/RJ, 2020.

SCHROEDER, Jocimari T.; SCHROEDER, Ivanir. Responsabilidade Social Corporativa: limites e possibilidades. **RAE – eletrônica**, v. 3, n. 1, jan./jun., 2004. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1573&Secao=COMPTO&Volume=3&Numero=1&Ano=2004>>

SVAMPA, Maristella. Pensar el desarrollo desde América Latina. In: MASSUH, Gabriela (org). **Renunciar al bien común: extractivismo y (pos) desarrollo en América Latina**. Buenos Aires, Mardulce, 2012, p.7-58.

VAINER, Carlos. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, 2007.

ZHOURI, Andréa. Conflitos sociais e meio ambiente urbano. **Série Documenta EICOS**. Comunidades, Meio ambiente e desenvolvimento, n. 17, 2007. Disponível em: <http://www.nuredam.com.br/files/divulgacao/artigos/documenta17_artigo4%20%20Andrea%20Zhouri.pdf>

MINAS-RIO E ÁGUA VIRTUAL: A LUTA PELO DIREITO À ÁGUA EM CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

*Júlia Bastos Borges
Simonne Teixeira*

INTRODUÇÃO

Nenhum ser humano ou civilização pode sobreviver sem água potável e a realidade demonstra que milhares de crianças e jovens não sobrevivem. Atualmente, pelo menos 2,2 bilhões de pessoas no mundo não têm acesso à água potável para matar a sede - estamos falando de um em cada três seres humanos do planeta - por ano, morrem mais crianças por questões relacionadas à água não tratada do que pela violência (ONU, 2019).

Ao completar 10 anos do reconhecimento do Direito Humano à Água e ao Saneamento⁴³, ainda há muito a ser feito. Por isso, vivemos a “Década Internacional para Ação: Água para o Desenvolvimento Sustentável (2018-2028)”, da Organizações das Nações Unidas (ONU), que propõe a universalização do direito à água como um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Diversos conceitos, como Segurança Hídrica, Água Segura, Cooperação Transfronteiriça, entre outros⁴⁴, foram desenvolvidos visando a cooperação com a governança das águas e a construção de ferramentas direcionadoras do direito à água para todos, como é o caso do conceito que abordaremos neste capítulo: Água Virtual.

Para elucidar tal conceito, apresentaremos a revisão da literatura especializada, explicando que o volume de água utilizado nos processos produtivos é muito maior que o volume de água visível, de forma que junto com as mercadorias e serviços é exportada água de forma embutida, ou seja, Água Virtual (ALLAN, 1997; HOEKSTRA, 2011; HOEKSTRA et CHAPAGAIN, 2008). Tal processo provoca, inclusive, a falta de água para o consumo humano e danos ambientais irreversíveis no local de onde a água é retirada, como no caso da população e meio ambiente do município de Conceição do Mato Dentro (CMD), em Minas Gerais, no Brasil.

O reconhecimento da existência da Água Virtual, bem como de tal conceito, leva à necessidade da consideração dos danos causados por essa transferência de água que, ao não priorizar o Direito Humano à Água, compromete não apenas

⁴³ Através da aprovação da Resolução A/RES/64/292, da Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU).

⁴⁴ Para mais conceitos e suas definições ver o “Glossário de Termos Sobre Água e Saneamento” disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2018/grupo-assessor-da-onu-lanca-glossario-de-termos-sobre-agua-e-san.html>

o acesso da população à água mas também o modo de vida e a própria vida (BELTRÁN & VELÁZQUEZ, 2015, BORGES, 2018).

O conceito explica: a maior parte da água utilizada direta e indiretamente na produção de bens e serviços é transferida, de um país a outro, de maneira embutida em minérios, grãos, frutas, etc. Dessa forma, o principal elemento do milênio é exportado e importado sem considerações a respeito dos efeitos de tal transferência internacional - nem quantitativa, nem qualitativamente (BELTRÁN & VELÁZQUEZ, 2015; MORAES, 2015; SANTOS, 2018).

Em contexto de aquecimento global e de desastres e crimes ambientais, o planejamento ecossistêmico é fundamental e, assim, analisar criticamente os processos de apropriação privada dos bens naturais tornou-se urgente. Nesse sentido, este artigo busca ajudar a inferir que, ao invés de garantir a paz, como propõe o autor do conceito de Água Virtual, a prática desse modo de exportação de água - sem democracia, planejamento hídrico e garantias de acesso da população local -, representa, verdadeiramente, um saque das bacias hidrográficas dos países exportadores de Água Virtual.

Neste trabalho, analisaremos o conceito de Água Virtual, através da perspectiva qualitativa, a partir da realização de entrevistas com pessoas atingidas pelo maior mineroduto do mundo - o Minas-Rio, localizado no município de CMD, examinando também as consequências da prioridade hídrica ser o transporte de minério e não o direito da população, o planejamento ecossistêmico ou a segurança hídrica em CDM.

Os atingidos residem na cidade - ponto de partida do Minas-Rio, e tiveram suas atividades históricas e culturais desprezadas em detrimento da mineração e do escoamento do minério, que usa água de excelente qualidade no transporte de minério de ferro. A implementação do mineroduto gerou outros conflitos mas, neste artigo abordaremos, especialmente, a dimensão hídrica da disputa instalada.

Nosso pressuposto difere da compreensão europeia do conceito de Água Virtual⁴⁵. A hipótese aqui levantada é: os impactos no território, de onde a água é extraída, evidenciam que o processo de exportação de Água Virtual pela economia não garante a paz, nem reduz conflitos, pelo contrário, se dá com base na violação de Direitos Humanos e penalização dos atingidos, como no caso do Minas-Rio. Tal hipótese foi confirmada por pesquisa qualitativa, de caráter

⁴⁵ Segundo Allan (1997), os fluxos de Água Virtual na economia (ou seja, o comércio internacional de produtos via *commodities*, que possuíssem água embutida e assim transferissem junto com a mercadoria água de uma Nação à outra) seriam equilibrados, naturalmente, através do mercado. De forma que países carentes em água não necessitariam invadir e declarar guerra a países ricos em disponibilidade hídrica pois, o mercado de bens e serviços equilibraria a oferta e demanda internacional de água, reduzindo conflitos e garantindo a paz entre os países.

explicativo - através do trabalho de campo, entrevistas com os atingidos, no formato bola de neve, e pesquisa bibliográfica.

Este capítulo é fruto da Dissertação de Mestrado, “Minas-Rio e Água Virtual: a luta pelo direito à água em Conceição do Mato Dentro”, aprovada pelo Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e do doutorado, em andamento, no mesmo programa de pós-graduação. E, para sua realização, contou com o apoio fundamental do defensor de Direitos Humanos, “Elias”, e do financiamento público da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

ÁREA DE ESTUDO E CONFLITO INSTALADO

A área de estudo está localizada no município de Conceição do Mato Dentro (CMD), na Região Central de Minas Gerais, na vertente oriental da Serra do Cipó, da Cordilheira do Espinhaço, distante 167 km da capital mineira e a 740 m de altitude.

Mapa 1: Localização Conceição Mato Dentro em MG.



Fonte: PMCMD, 2014.

Por abrigar inúmeras belezas naturais, a cidade é considerada a “Capital Mineira do Ecoturismo” e integra os circuitos Estrada Real e Serra do Cipó, dispondo de um patrimônio natural singular, manifestado em raros ecossistemas

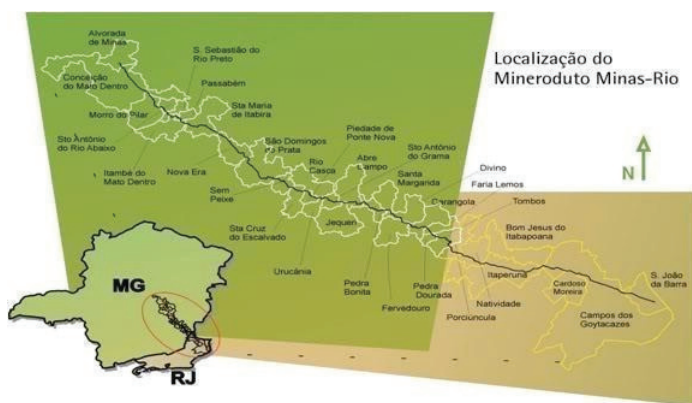
que compõem a Serra do Espinhaço. Tal realidade teve reconhecimento internacional, com a declaração da área de CDM como Reserva da Biosfera, pela UNESCO, em 2005 (PMCMD, 2014).

Entretanto, até o cenário de beleza natural ímpar está ameaçado pelo funcionamento do Minas-Rio, uma vez que a cidade se localiza, exatamente, no ponto de partida do mineroduto, onde está instalada mina e o beneficiamento do minério para exportação, com destino final a China (ANGLO, 2014).

Com o início das atividades de mineração em Conceição do Mato Dentro, principiou o conflito e a disputa pelo uso dos territórios e das águas, alertando à necessidade de limites para a prática da mineração e à governança da Água Virtual.

O conflito ocorre, inicialmente, entre as grandes mineradoras e o turismo - base histórica da economia da cidade - agudizando-se e sendo alastrado ao longo dos 500 km de extensão do mineroduto, isto é, por 32 municípios dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro (OCMAL, 2014). A localização do empreendimento pode ser visualizada no mapa 2, abaixo:

Mapa 2: Rota Minas.



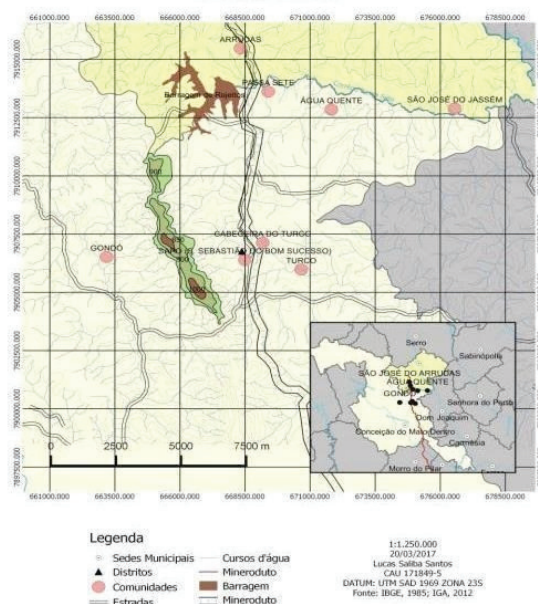
Fonte: MAX, Rafael.

Os atores sociais envolvidos no conflito, em CDM, são: os atingidos pelo mineroduto; a multinacional responsável pelo empreendimento - embora tenha havido troca de propriedade da empresa e prisão do responsável, por muitas vezes há menção ao antigo dono, Eike Batista e da sua empresa MMX, pelos entrevistados; neste artigo, consideramos a multinacional Anglo American como responsável pelo empreendimento, por ser a empresa que responde por ele atualmente - e, por fim, o Estado brasileiro e

seus agentes, como prefeitos, governadores, gestores e entidades municipais, estaduais e federais de regulação, como o Ministério Público e órgãos fiscalizadores.

Dentre os atingidos, analisamos os impactos da transferência de Água Virtual das comunidades de Água Quente e Passa Sete pois, ambas não foram sequer identificadas no primeiro Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), elaborado pelo empreendimento em julho de 2006⁴⁶, à época representado ainda pela empresa MMX. Naquele momento, afirmou-se que não havia moradores à jusante da barragem, o que foi comprovado posteriormente como inverdade. No mapa abaixo, de 2017, a localização das comunidades e suas proximidades da barragem de rejeitos e do mineroduto:

Mapa 3: localização das comunidade/cursos d'água/empreendimento.



Fonte: Coletivo Margarida Alves; CPT, Comissão Pastoral da Terra.

Estudamos os conflitos no período de 2008 a 2015, “fase em que a empresa recebe autorização para iniciar a construção dos canteiros de obras, dos pátios

⁴⁶ Para mais informações ver Ação Civil Pública do Ministério Público Federal em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-conceicao-do-mato-dentro> e o Parecer sobre o documento “Estudo de Atualização das Áreas de Influência (AI) do Projeto Minas-Rio Mineração”, elaborado pela empresa de consultoria Ferreira Rocha Gestão de Projetos Sustentáveis disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2015/09/Parecer-GESTA-sobre-Relat%C3%B3rio-Ferreira-Rocha-2014-VF.pdf>

de tubos e acesso à área industrial inicial do empreendimento” (SANTOS, 2014, p.7) e quando, segundo nossos estudos e análises, inicia-se de fato o conflito hídrico em CDM.

A ELABORAÇÃO DO TRABALHO

Para compreender o conflito instalado na cidade de Conceição do Mato Dentro e as implicações da exportação de Água Virtual no dia-a-dia dos atingidos pelo Minas-Rio, realizamos a pesquisa qualitativa, buscando entender os fenômenos de acordo com a perspectiva dos atingidos. Nossa metodologia foi voltada para que os atingidos pelo mineroduto pudessem apresentar a sua compreensão da realidade.

Trabalhamos também com a perspectiva dos estudos pós-coloniais, que se apresentam como a desconstrução das metanarrativas do discurso colonial (PEZZODIPANE, 2013), no caso, questionando a visão de que a exportação de Água Virtual através do comércio de *commodities* garante paz e equilíbrio hídrico. Adotamos este prisma, com o objetivo de situar o leitor sob o olhar dos atingidos pelo Minas-Rio em relação aos impactos socioculturais e ambientais sobre seus territórios (BARCELOS, 2013).

Realizamos uma pesquisa explicativa, visando observar e analisar os fatos relacionados à exportação de Água Virtual através do Minas-Rio, para isso, utilizamos como instrumentos, a análise de documentos impressos em jornais, revistas, reportagens em sites, etc., divulgados pelos atores envolvidos e entidades que deram publicidade ao conflito instalado, como fontes de informação.

Analisamos, igualmente, um recurso jurídico utilizado pelos atingidos para denunciar os danos hídricos, sociais e ambientais sofridos: o Inquérito Civil (IC) - instrumento onde a Sociedade Civil denuncia crimes ao Ministério Público (MP), Estadual ou Federal, para a instauração de investigação preliminar. No caso do MP acatar a denúncia, inicia-se uma ação judicial. Nesse sentido, examinamos Inquéritos Cíveis (ICs) relacionados aos danos hídricos e optamos por apresentá-los na análise e discussão dos dados do trabalho de campo, junto com as entrevistas.

O método utilizado foi o da História Oral, que busca ouvir e registrar as vozes dos sujeitos excluídos da história oficial e inseri-los nela. Para isso, durante o trabalho desenvolvido no mês de agosto de 2015, realizamos as entrevistas

com a técnica “bola de neve” - também conhecida por “cadeia de informantes”, permitindo a definição de amostra por referência (WALDORF, 1981). Importante destacar: as pesquisadoras não tinham inserção no território estudado e nem relação com os entrevistados antes do trabalho de campo.

Nesse sentido, a metodologia utilizada possibilitou o início do trabalho de campo, a partir do contato com o primeiro atingido. O formato foi o de entrevistas abertas, não estruturadas e conforme a técnica da entrevista bola de neve - onde o primeiro entrevistado indica o próximo informante para a continuidade das entrevistas, que por sua vez indica o seguinte e, assim, sucessivamente.

As questões: maior grau de danos sofridos pelo mineroduto, em relação ao Direito à Água; a atuação em defesa da comunidade e o acesso à água serviram de base para a definição do número de entrevistas. Produzimos 20 entrevistas, gravadas com autorização oral dos entrevistados; sendo nove com mulheres e 11 com homens; totalizando 541 minutos e 33 segundos de entrevistas.

O número total de informantes decorreu também do prazo disponível para os trabalhos de campo - 3 dias - e da disponibilidade das pessoas atingidas em se pronunciar. Outro destaque é o fato de considerarmos todos os moradores da região pesquisada como pessoas atingidas, não apenas os pequenos agricultores. Assim, foram entrevistados, além de pequenos(as) agricultores(as), os donos(as) de comércio; servidores(as) concursados(as) e comissionados(as) da Prefeitura de Conceição do Mato Dentro; estudantes moradores(as) e as donas de casa da área pesquisada.

Conforme Barcelos (2013), para os estudos pós-coloniais é importante da mesma forma ter acesso à versão dos causadores do conflito, seja por declarações em meios oficiais, entrevistas, etc. Nesse sentido, por cinco vezes, contatamos a Anglo American para apresentar seu posicionamento quanto às questões levantadas pela comunidade e pela pesquisa e/ou relatar a sua versão dos fatos, mas a empresa não retornou os contatos. Dessa forma, nos ativemos às informações fornecidas no *site* oficial da empresa, em suas declarações públicas e nos documentos oficiais analisados.

Optamos por apresentar os dados revelados pelas pessoas atingidas com nomes fictícios - PRIMEIRO, 2015; SEGUNDA, 2015 etc -, no intento de proteger os entrevistados, temerosos pela sua segurança e de seus familiares, devido às ameaças sofridas.

Apenas dois deles, figuras públicas da cidade, autorizaram a divulgação de seus nomes: Flávia Mariza Magalhães Saldanha Costa, Vereadora de Conceição do Mato Dentro, filiada ao então Partido do Movimento Democrático Brasileiro

(PMDB), eleita para o mandato de 2012 a 2016 e reeleita em 2016⁴⁷. E, Elias de Souza, defensor de Direitos Humanos, que esteve sob o sistema de proteção policial após vários atentados contra a sua vida e de sua família, motivados pelas denúncias e mobilizações contra os crimes cometidos pelo empreendimento.

Elias foi o escolhido pelos atingidos para liderar as mobilizações contra a Anglo American e foi porta-voz da comunidade nas audiências públicas e nas manifestações, tendo sido o primeiro a sofrer as ameaças, perseguições e intimidações e o primeiro a entrar no programa de proteção aos Defensores de Direitos Humanos, em 2016, a pedido do Ministério Público do Estado (MACIEL, et al. 2018).

A opção da metodologia utilizada, baseada em variadas fontes de informação, e as técnicas de pesquisa, se justificam pelo tipo de estudo proposto ser recente, enquanto foco de interesse.

MINAS-RIO, O CONFLITO PELA ECOLOGIA POLÍTICA

O Prefeito de CDM, Reinaldo Guimarães (gestão 2012-2016), manifestou seu desacordo com o processo de instalação do mineroduto em Conceição de Mato Dentro, afirmando que seria “o maior absurdo já imposto a cidade!” (FIGUEIRAS, 2014, p. 12). O prefeito demonstrava sua indignação com a contaminação das águas dos córregos Pereira e de Água Quente, ambos na área rural do município, após o primeiro teste do mineroduto.

Para compreender a conjuntura hídrica e os conflitos pelo uso da água potável, em CDM, adotamos a compreensão teórica da Ecologia Política (EP), com objetivo de desconstruir a noção de “meio ambiente” dominante e compreender o processo de apropriação da água e suas implicações socioambientais, a partir da interação dos diferentes segmentos sociais dotados de capacidades desiguais de poder e de decisão (ACSELRAD et BEZERRA, 2010).

Seguindo o raciocínio da EP, é fundamental realizar o exercício de desconstrução sociológica da noção de meio ambiente. Os autores desta abordagem rejeitam a ideia de Natureza como um espaço neutro, onde é possível conciliar interesses opostos - pois, diferente de outros seres vivos que possuem relações naturalmente pré-estabelecida, determinadas biologicamente com a Natureza; ao analisar a relação Homem x Natureza, constataam relações

⁴⁷ Em 2018, a Vereadora Flávia foi eleita Presidente da Câmara Municipal de Conceição do Mato Dentro;

condicionadas por certas mediações, como: 1. As relações de produção; 2. O sistema econômico e político estabelecido e, 3. As concepções e valores correspondentes (GUDYNAS, 2016; LEFF, 2006; MARTÍNEZ-ALIER, 2011).

Na concepção da EP, a morte de crianças pela falta de acesso à água, bem como a degradação ambiental, por exemplo, não são acontecimentos naturais, mas resultam da forma como os diversos atores se relacionam com a Natureza; centralmente, um processo político que pode e precisa ser revertido (ACSELRAD et BEZERRA, 2010).

Neste trabalho, os conflitos hídricos são abordados dentro do conceito de Justiça Ambiental, considerando as disputas advindas da própria estrutura da economia capitalista (MARTINEZ, 2010), sustentada na lógica do crescimento econômico e da acumulação de riqueza, baseada nos passivos ambientais dos empreendimentos assumidos pela população atingida (ACSELRAD, 2010).

Os minerodutos, por exemplo, utilizam água para transportar minérios a longa distância - os chamados *pellet feed*, uma espécie de polpa superfina, com diâmetro inferior a 0,15mm. Esse deslocamento é impulsionado por estações de bombeamento (no caso de Minas Gerais, uma no ponto de partida e outra no meio do caminho), para garantir o jato d'água submetido a forte pressão, continuamente. Os minerodutos utilizam água da melhor qualidade para que o minério não seja contaminado (RIBEIRO, 2016).

No contexto da EP, questionamos primeiramente a análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), vinculado ao então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão ao analisar as vantagens e as desvantagens de implantação de minerodutos:

vantagens: permite que grandes quantidades de produtos sejam deslocadas de maneira segura, diminuindo o tráfego de cargas perigosas por caminhões, trens ou navios e, conseqüentemente, diminuindo os riscos de acidentes ambientais; pode dispensar armazenamento; simplifica carga e descarga; diminui custos de transportes; menor possibilidade de perdas ou roubos; redução de desmatamento; melhoria da qualidade do ar nas grandes cidades; e facilidade de implantação, alta confiabilidade, baixo consumo de energia e baixos custos operacionais; desvantagem: ocorrência de alguns acidentes ambientais (IPEA, p.15, 2017).

É de causar estranheza haver apenas um vago ponto de desvantagem, sem considerar acidentes previsíveis, como por exemplo, diante do uso de grande volume de água e de seu não reaproveitamento - esgotando fontes e causando a falta de água para o consumo humano, animal e vegetal, muitas vezes, e

contaminando o local do desague, sempre; ou sobre o desmatamento e posterior terraplanagem de um imenso corredor natural, prejudicando, a fauna e a flora silvestres; ou ainda, quando as desvantagens são elencadas apenas em referência à questões econômicas: lentidão de transporte, impossibilidade do uso de outros portos, etc. Infelizmente, vidas e bens naturais ainda podem ser atingidos por vazamentos de tubulações que bombeiam polpa de minério, 24 horas por dia, podendo gerar muito mais que “alguns acidentes ambientais”. É preciso pontuar, além de tudo, no caso do Minas-Rio, que o mineroduto é parte de um grande empreendimento, licenciado de maneira fracionada, para ser aprovado.

Para Barbanti Jr. (2002), esta é uma estratégia frequente no licenciamento de grandes empreendimentos, pois o desmembramento costuma aparentar uma minimização dos impactos globais do projeto. Além disso, o discurso desenvolvimentista reforça o cenário da absoluta necessidade de implementação de cada parte do empreendimento para que o todo faça sentido. Afinal, de que valeria uma barragem sem uma mina? Um mineroduto, sem uma mina para a captação do minério? Ou mesmo um mineroduto sem água para a polpa? (GUSTIN et al., 2013).

O Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA/UFGM), bem como diversos pesquisadores documentaram dezenas de casos de violência e crimes ambientais decorrentes do processo de licenciamento e implantação do projeto Minas-Rio. A catástrofe anunciada pelo prefeito como “o maior absurdo já imposto à cidade” se materializou em doenças; violência social; trabalho escravo; desmantelamento da cultura e identidade da população da pequena cidade, que se deparou, entre outros, com o aumento da violência sexual e de problemas de saúde (SANTOS & ZUCARELLI, 2015; GESTA, 2014; GUSTIN et al., 2012).

Para se ter uma ideia, apenas uma organização - o Observatório de Conflitos Mineiros na América Latina (OCMAL) - documentou mais de 120 disputas territoriais em toda a região: dezenas de conflitos por água; a comprovação do assoreamento de córregos e contaminação das nascentes; contaminação de solos, além do descolamento de populações tradicionais e destruição do ecossistema reconhecido pela UNESCO como Reserva da Biosfera.

As frequentes violações de Direitos Humanos foram documentadas e comprovadas pelo Ministério Público, pelos órgãos de fiscalização do Estado e por pesquisas acadêmicas e, embora os problemas fossem latentes e estivessem sem solução, o empreendimento iniciou o seu funcionamento com mais de 400 condicionantes não cumpridas e uma extensa lista de violências cometidas.

A documentação dos conflitos e a vasta literatura a respeito dos danos ambientais causados pela mineração na região foi e continua sendo realizada com robustez (BECKER & PEREIRA, 2013; GESTA 2011; GUSTIN et al., 2013; PEREIRA et al., 2013; ZHOURI, 2014). Entretanto, a análise qualitativa sobre a transferência de água embutida nas mercadorias, a Água Virtual, carece de mais pesquisas, literatura, reconhecimento, principalmente em países como o Brasil - que exportam água sem planejamento hídrico ou debate público sobre do tema.

Para a existência do comércio internacional de Água Virtual é necessário a manutenção da lógica produtiva, onde há países especializados em exportar *commodities* e, com elas, água embutida nas mercadorias.

Esta pesquisa analisa qualitativamente os danos causados na região de onde a água é retirada, compreendendo a transferência da água - que para além de um recurso natural é fonte de vida -, somada à lista de danos e violências causadas pelo empreendimento Minas-Rio, na região de Conceição do Mato Dentro.

ÁGUA VIRTUAL: A EXPECTATIVA DE PAZ ATRAVÉS DA TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE ÁGUA

A necessidade de pensar ferramentas e metodologias para garantir a segurança hídrica realmente instigou vários autores, como o geográfico britânico, John Anthony Allan, para quem o consumo de água por seres humanos não é limitado apenas ao consumo direto, devendo ser considerado, também, o consumo indireto da água embutida no processo de produção e comércio de diferentes produtos e serviços, conceituando o termo a Água Virtual, Virtual Water⁴⁸, originalmente em inglês.

O conceito de Allan foi internacionalmente reconhecido, em 2003, durante o III Fórum Mundial da Água⁴⁹, em Kyoto - Japão. O autor recebeu, em 2008, o Stockholm Water Prize e seu conceito foi:

⁴⁸ No estudo elaborado por Carmo et al. (2007), os autores explicam detalhadamente o surgimento do conceito, apresentando como sua base se construiu no que foi chamado por Allan de “Água Embutida” (*embedded water*).

⁴⁹ Sobre o encontro, citamos (PORTANOV, 2011, p.4): “Fórum Mundial da Água, um evento de iniciativa do Conselho Mundial da Água, um órgão independente, caracterizado como um *stakeholder* (parte interessada), sendo realizado de três em três anos, desde 1997, encontrando-se em sua oitava edição. Contudo, críticas são feitas aos FMAs, nos seguintes termos: “[...] teoricamente, eles existem para facilitar o diálogo entre os vários depositários e proporcionar uma administração mais sustentável dos recursos de água. Mas um olhar mais minucioso revela que eles promovem a privatização e a exportação de recursos e serviços de água por meio de vínculos estreitos com corporações de água e instituições financeiras globais” (BARLOW, 2015, p. 37-40).”

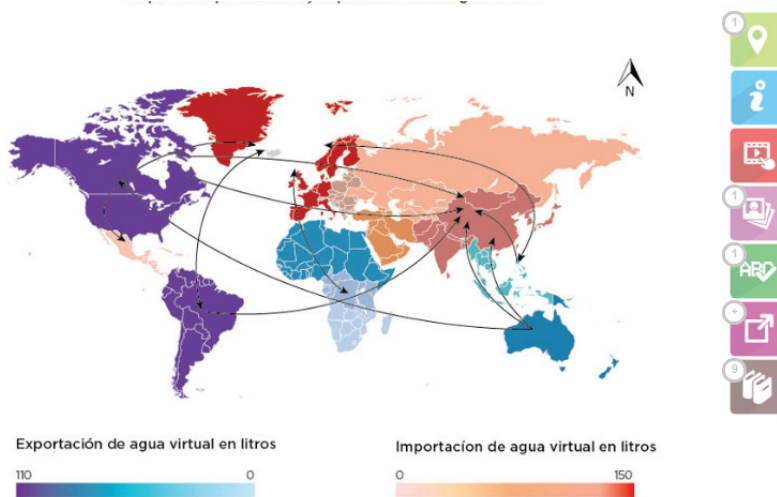
inicialmente pensado por um economista israelense, Gideon Fishelson, em meados da década de 1980. Allan (2003) argumenta que o economista israelense observou que **não era sensato exportar mercadorias ricas em água quando a mesma era escassa na região exportadora**. O autor explica, ainda, que Gideon Fishelson referia-se ao fato de Israel apresentar escassez hídrica, no entanto, quando fazia exportação de laranjas ou abacates do semiárido Israelense, estava exportando também a escassa água do país. (ALMEIDA et. al., 2017, p.5; grifo nosso).

Godoy e Lima (2008) afirmam que a Água Virtual é um conceito de grande força econômica, social e política, existindo um relativo consenso no conceito e diferentes abordagens metodológicas para realizar o cálculo. Entretanto, todas as abordagens demonstram que o comércio internacional de Água Virtual apresenta valores relevantes à garantia da segurança hídrica da população de onde a água é extraída e, conseqüentemente, como em um “efeito borboleta”, colocam em xeque a segurança hídrica da população mundial.

Das 210 economias existentes no mundo, ao menos 160 são “importadoras” de Água Virtual, havendo cerca de 10 economias com algum excedente de água, significativo, podendo ser “exportado”, em forma virtual. O Brasil, em potencial, é o maior “exportador” de Água Virtual do mundo (CARMO et al. 2007; GODOY et LIMA, 2008; HOEKSTRA, 2011; MORAES, 2015). E o fato de sermos o principal exportador de Água Virtual do mundo nos gera a responsabilidade de avaliar os resultados dessa transferência internacional.

Hoekstra (2003) explica: a apropriação real da água por uma nação é obtida pela soma do uso da água interna com a Água Virtual importada. Apesar da falta de dados quantitativos e do planejamento hídrico anterior ao processo de exportação e importação, a imagem dos fluxos de Água Virtual na economia, com o intercâmbio de água entre países, é mais completa do que aquela fornecida somente para uso doméstico de água (ALLAN, 1997).

Mapa 4: Fluxos de água Virtual entre 1996 e 2005.



Fonte: HOEKSTRA; MEKONNEN, 2012.

Tal modelo é tido como um meio eficaz para os países com escassez de água preservarem seus reservatórios, saqueando as bacias hidrográficas de países abundantes em água. Esse processo ocorre quando multinacionais, por exemplo, demandam Água Virtual, via *commodities* “hidrointensivas” de países ricos em água, que a exportam na forma de Água Virtual (ALLAN, 2001; HOEKSTRA, 2011, HOEKSTRA et CHAPAGAIN, 2008).

Para Beltrán & Velázquez (2015), muito esforço foi dedicado ao desenvolvimento da metodologia de cálculo e à disseminação do conceito, mas, muito pouco para a análise das relações de poder coexistentes e condicionantes nesses fluxos, sendo urgente fazê-la.

Na literatura internacional, o comércio de Água Virtual é compreendido como um avanço na governança hídrica e na manutenção da paz (ALLAN 1997). Desta forma, a violência cometida nos conflitos é ocultada ao se abstrair a realidade das comunidades da onde a Água Virtual é extraída, fazendo parecer existir uma solidariedade voluntária nos fluxos de Água Virtual na economia mundial. Entretanto, os relatos de campo indicam haver um silenciamento agressivo e destruidor imposto pelos que têm interesse em lucrar com o uso da água em detrimento de todos os outros usos necessários e possíveis, como o recreativo, para abastecimento e os produtivos, por exemplo.

Os fluxos de Água Virtual indicam que: “ao longo do ano, o Brasil envia ao Exterior cerca de 112 trilhões de litros de água doce, segundo dados da Unesco - o equivalente a quase 45 milhões de piscinas olímpicas” (ANA, 2019). O Brasil, diferente de todos os outros países⁵⁰, exporta mais água “embutida” do que importa e é, potencialmente, o principal exportador de Água Virtual do mundo e uma potência hídrica virtual (CARMO et al., 2007; MEKONNEN; HOEKSTRA, 2011).

O Brasil está transferindo água de suas bacias hidrográficas para outros países e interferindo no fluxo natural da água no mundo para embuti-la em *commodities*, exportando-a sem pesquisas sobre os impactos dessas operações para o País, seus ecossistemas, para o fluxo planetário, sem planejamento hídrico ou questionamento democrático sobre as prioridades de uso da água. Daí também, a urgência de análise crítica dos fluxos de Água Virtual e suas implicações para a Segurança Hídrica brasileira⁵¹.

Embora a Água Virtual torne visível a origem da água material dos conflitos hídricos, de forma a sabermos de onde a água é retirada para produção de minério, por exemplo, a discussão abstrai a água do seu contexto material – concretamente, ao ser embutida no minério, a água é retirada de um ecossistema, de uma bacia, e não retorna pois é exportada a outros países.

Ao abstrair a água do seu contexto material, conseqüentemente, ignora-se como essa abstração afeta o gerenciamento e as relações, inclusive as de poder sobre água. Na experiência de Conceição do Mato Dentro, ao ser embutida no minério de ferro e exportada à China, a água deixa de ser usada por quem e para quê? Tal processo é planejado? Democrático? Quais as conseqüências a longo prazo? As respostas a essas perguntas devem ser combinadas às análises dos processos institucionais, políticos e sociais, que coexistem e condicionam esses fluxos, entendendo quem se beneficia de tais processos; se alguém é prejudicado e qual a prioridade hídrica adotada pelo Brasil, em tais operações.

É preciso analisar: de que forma esses processos ocorrem? Qual o grau de participação, planejamento e regulação da população? Quais os efeitos deles no

⁵⁰ Se consideramos apenas as exportações de água, o Brasil figuraria como o quarto maior exportador de “água virtual”, atrás apenas de Estados Unidos (314 trilhões litros/ano), China (143 trilhões litros/ano) e Índia (125 trilhões litros/ano). Entretanto, os três países equilibram as suas exportações de Água Virtual, importando também produtos hidroativos. (CARMO et al., 2007).

⁵¹ O conceito passa a ser difundido pelo mundo, de forma efetiva, a partir da Declaração Ministerial do 2º Fórum Mundial da Água, ocorrido na cidade de Haia, na Holanda, no ano de 2000. E “significa garantir que ecossistemas de água doce, costeira e outros relacionados sejam protegidos e melhorados; que o desenvolvimento sustentável e a estabilidade política sejam promovidos; que cada pessoa tenha acesso à água potável suficiente a um custo acessível para levar uma vida saudável e produtiva, e que a população vulnerável seja protegida contra os riscos relacionados à água” (ANA, 2013, p.8).

processo de transferência internacional? Nesse sentido, através das entrevistas realizadas durante o trabalho de campo, buscamos investigar criticamente a transferência internacional de Água Virtual, denunciada pelas pessoas atingidas pelo mineroduto Minas-Rio.

O conceito surge e é desenvolvido na crença de que a transferência de Água Virtual ajuda na garantia da Segurança Hídrica da população mundial, contribuindo para a falsa crença de que todos os países ganham com esse tipo de comércio, como se o fluxo de importações e exportações assim, levasse a um benefício geral, pois, países com escassez de água poderiam se beneficiar do comércio internacional (Carmo et al, 2008).

Para Barlow as exportações de Água Virtual tentam dissolver a violência do saque das bacias hidrográficas e da transferência internacional que “ajuda os líderes nacionais a evitar alimentar a insatisfação política que viria com a consciência pública”. Ou, como explica J. A Allan: “Isso evita que as crises de água se tornem guerras”. (2014, p. 159).

A maioria dos autores ainda acredita que a transferência de fluxos internacionais de Água Virtual é parte fundamental do equilíbrio hídrico entre os países, promovendo a paz e diminuindo as disputas internacionais por água (ALLAN, 2001; ALMEIDA et. al., 2017; HOEKSTRA, 2011; HOEKSTRA et CHAPAGAIN, 2008). Santos nos explica esse raciocínio:

Allan questionava as previsões de conflitos armados devido à escassez de recursos hídricos em regiões áridas como o Oriente Médio e o Norte da África, por disporem apenas de metade da água necessária para a manutenção da vida. O autor concluiu que essas regiões acessavam água via comércio, ou seja, o problema estava sendo solucionado pelo sistema econômico (SANTOS, 2018, on-line).

Godoy et Lima (2008) observam: a crença de que o comércio virtual de água garanta o equilíbrio hídrico mundial praticamente não é questionada, havendo poucas discussões contrárias. Entretanto, é fundamental realizar esse exercício analítico pois, as *commodities* são as maiores sugadoras de água doce do mundo - elas arrancam a água dos países pobres e a levam para os ricos, sem a devida contabilização no preço de produtos e serviços exportados, muito menos a análise dos danos causados.

No Brasil, o estudo de Carmo et al. (2007) demonstra de maneira inédita a existência de uma grande receita perdida pelo País. Os autores, estimando um valor futuro da água, calculam que a economia brasileira e sua população perde monetariamente pois, a exportação de Água Virtual já ocorre, mas não é paga e poderia atingir a cifra de US\$ 438 bilhões, em 2035:

Quadro 1: Brasil: receita potencial, obtida com a exportação de água.

Ano	Produção Diária	Exportação		US\$ Bi/ano, a	US\$ Bi/ano, a	US\$ Bi/ano, a
		Diária	Anual	US\$ 0.02/barril	US\$ 0.05/barril	US\$ 0.10/barril
2015	2,2	1,0	182,5	3,65	---	---
2020	3,7	2,5	912,5	18,25	45,63	---
2025	9,7	8,5	3.102,5	62,05	155,13	310,25
2030	12,1	11,0	4.015,0	---	200,75	401,50
2035	13,7	12,0	4.380,0	---	---	438,00

Fonte: Carmo et al., 2007.

Para os autores o Brasil exporta água, subcontabilizando o valor do principal recurso do milênio. Os resultados econômicos desta não contabilização são o lucro exponencial aos responsáveis por essas exportações e a perda da receita substancial de exportação pelo Estado (CARMO et al., 2007).

Acreditamos que o débito com tal transferência internacional vai além do monetário que sequer é o principal. Compreendemos não estarmos transferindo apenas um recurso, mas, sim, a água - fonte de vida. Compreendemos não estarmos transferindo apenas um recurso, mas, sim, a água - é fonte de vida. A diferença não é só de nomenclatura, mas para os que a água é um recurso, este item é um bem econômico dotado de valor monetário e assim se justifica que uma vez que o ser humano vire consumidor e pague por esse recurso, a tendência seria a racionalizar o uso da água para não pagar caro. Logo, a saída defendida nesta perspectiva é a necessária cobrança pelos recursos hídricos o que gera lucro às empresas que têm a concessão da água (GUDYNAS, 2019).

Por outro lado, concordamos com as autoras que acreditam que:

Ao invés de precificar a água e transformá-la em *commodity* é urgente compreender a Água Virtual como “um indicador físico de consumo de água” que pode ser utilizado para visibilizar conflitos ecológicos distributivos provocados pelo metabolismo social da economia (BELTRÁN, VELÁZQUEZ, 2015, p.45).

É Barlow quem explica que a Água Virtual representa o “saque das bacias hidrográficas” (2014, p.159), pois, para a autora, a água é roubada das bacias hidrográficas e enviada pelo mundo afora, transferindo um bem público a mãos privadas, independente dos efeitos gerados à maioria da população em nome do desenvolvimento.

E Lang (2016) nos alerta para a necessidade de repensarmos esse padrão de desenvolvimento, pautado no progresso econômico que saqueia as bacias hídricas do Brasil:

Há múltiplas razões para se desfazer do “desenvolvimento” como referência positiva. Por um lado, em retrospectiva, sabemos que tem sido uma promessa enganosa para a grande maioria da população de regiões do Sul geopolítico. Até hoje, a chamada “cooperação ao desenvolvimento” transfere muito mais recursos do Sul para o Norte do que vice-versa. Ou seja, é um bom negócio para as economias que supostamente são “doadoras”, não para as que deveriam receber. As doadoras exportam tecnologia e “especialistas” aos países pobres e, com isso, geram emprego para os seus habitantes e renda para a economia de seu próprio país. Uma pesquisa de 2014 sobre os fluxos financeiros globais constata que, com o sistema existente, para cada US\$ 1 milhão que entra em um país “em desenvolvimento”, este perde mais de US\$ 2 milhões (LANG, 2016, p.27).

O aquecimento global, as mudanças climáticas e a pandemia COVID-19, bem como os novos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, demandam o aprofundamento da discussão a partir de outra perspectiva: a água não é uma mercadoria. Essa visão é limitada e acaba por desconsiderar todas as outras funções da água como elemento fundamental para o equilíbrio sistêmico do planeta, com suas dimensões sociais, culturais, ambientais, políticas, econômicas, e o fato dela ser imprescindível à manutenção da vida na Terra.

A abundância de água e de terra, a baixos preços, não pode ser o fator determinante para a substituição de áreas de florestas por cavas de mineração, pastagens ou grandes plantações. Assim, antes de pensar no mercado como decisivo à Divisão Internacional do Trabalho (DIT), outras questões para além da econômica e que envolvem a Política da água como a questão ambiental, social e cultural teriam de ser priorizadas para a tomada de decisão governamental.

Atualmente, a maior parte do comércio internacional de água é realizado de forma “virtual”, ou seja, embutida nas matérias-primas agrícolas e industriais (HOEKSTRA et HUNG, 2005; HOEKSTRA et CHAPAGAIN, 2008), tal comércio impacta causando danos e violações aos Direitos Humanos e não são passíveis de mitigação.

Portanto, a cobrança da Água Virtual exportada pelo Brasil não será capaz de mitigar os impactos desse processo econômico. O problema de fundo é o modelo de exportação de *commodities* que desconsidera a Segurança Hídrica da população, a existência de outras atividades econômicas como o turismo ecológico e o modo de vida da população.

Por outro lado, a perspectiva da água como “fonte de vida” permitiu avanços importantes em relação à Política da água e à gestão hídrica. Portanov (2011) explica: a partir da luta popular, no Equador e na Bolívia, foi possível o constitucionalismo Latino-Americano declarar um novo direito à água, descrito por Gudynas (2010), como: “o uso e o benefício a ela (água) não só como um patrimônio da sociedade (direito fundamental), mas como um componente essencial da própria natureza (direito da natureza)” (p.56).

O que torna esta perspectiva mais completa é o entendimento da água não apenas como um recurso e, sim, de forma mais abrangente, na sua construção e conteúdo normativo - como a concepção contida no Direito Humano à Água, reconhecido em âmbito internacional -, pois além de assegurar os direitos dos homens, estende e dá centralidade à Pachamama⁵² e à própria água. Ademais, as Constituições do Equador (2008) e da Bolívia (2009) proíbem, expressamente, a privatização da água, o que ainda não se conseguiu estabelecer em documentos internacionais (PORTANOV, 2011).

Entender a água como fonte de vida permite questionar os fluxos de Água Virtual e o plano de desenvolvimento instalado, inferindo uma análise crítica do próprio desenvolvimento, nos levando a discordar de Allan (2003), quando este acredita que tais operações ajudam a manter a paz através do comércio de um elemento vital que não deveria ser comercializado, segundo a perspectiva da água como fonte de vida.

ÁGUA VIRTUAL E A VIOLAÇÃO DO DIREITO À ÁGUA EM CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

O Brasil exporta Água Virtual por meio das *commodities* como com o Minas-Rio se pautando em uma visão de desenvolvimento onde:

⁵² Pachamama é o infinito, nada existe, nem existiu, nem existirá, que não seja Pachamama; unifica o tempo e o espaço; o poder gerador de Pachamama fez com que surgisse a vida, as plantas, os animais e as primeiras gentes. O processo criador de Pachamama, se repete em cada segundo com a cooperação da água, da terra, do ar e a luz solar (Roel Pineda, 1980, p.4-5)

uma pequena parte da população mundial procura ter acesso à totalidade dos recursos do nosso planeta, tanto no que diz respeito aos bens naturais, quanto à mão de obra cada vez mais barata, e à capacidade do ambiente de absorver a contaminação e os dejetos. Ou seja, o luxo e a saturação de uns são construídos sobre a espoliação de outros. Não há forma de estender isso em escala planetária, para todos e todas, como sugere a ideia do “desenvolvimento” (LANG, 2016, p.28).

Buscamos compreender como essa dinâmica de exportação de Água Virtual impacta na região estudada e refletir sobre a urgência em analisar criticamente os efeitos dessa transferência internacional.

Pretella (2002) alerta para a importância de conhecer a quantidade de água utilizada, em dimensões matemáticas, muitas vezes pouco compreendidas. Logo, para tornar menos abstrata a discussão, esclarecemos que um metro cúbico (1m^3) de água equivale a uma caixa de um metro de altura, por um metro de largura e um metro de comprimento e, cada caixa dessa, tem capacidade de abastecer 10 pessoas por dia. O Minas-Rio utiliza 2.500 caixas desse tamanho, por hora, sem matar a sede ou abastecer nenhum ser humano e sem tratar a água utilizada no processo produtivo para devolvê-la ao meio-ambiente.

De acordo com as informações da entrevista de PRIMEIRO (2015), as comunidades de Água Quente e Passa-Sete “foram as primeiras comunidades atingidas, antes mesmo de ter a Licença Prévia. Antes dessas comunidades, que estão dentro da cava e da barragem de rejeito, as comunidades já estavam impactadas”.

As evidências demonstram não haver planejamento racional no comércio de Água Virtual, apenas competição impulsionada pelo mercado. É importante destacar: uma vez embutida no produto, a água é retirada totalmente do ambiente a qual pertence, de maneira definitiva e sem retorno. A isso chamamos de uso consuntivo de água, exatamente o que essa transferência de água, virtualmente, faz através da agricultura, mineração, em minerodutos, etc. ou seja: a água é removida da bacia hidrográfica, retirada do ciclo hidrológico local, reduzindo a evaporação e aquecendo a atmosfera. Não é coincidência que as nascentes estejam secando, os desertos no Brasil aumentando e os rios virando esgotos a céu aberto (BARLOW, 2014).

Há quase 15 anos, em 27 de janeiro de 2006, foi instaurado o primeiro IC: 0175.06.000012-2, denunciando a instalação de lixo comum e tóxico às margens dos cursos d’água que abastecem a comunidade do Gondó. Dois anos depois, o Minas-Rio recebe a licença de instalação do lixo, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), condicionada à empresa apresentar proposta de apoio à Prefeitura de Conceição do Mato Dentro, para implantação de um aterro sanitário, até a Licença de Instalação, em 2010 – fato que não aconteceu e tampouco gerou punição à empresa poluidora.

E Primeiro (2015) reafirma, a contaminação das águas de CMD, a partir do início das obras: o “mineroduto levou terra suja e esgoto para dentro da nascente” (2015). Ele também ressalta não ter sido um processo natural, a causa do assoreamento e da contaminação dos rios e das águas da região, mas devido à intervenção do homem, da mineração do empreendimento:

Para exportar o minério, eles estão destruindo tudo. Destruíram a nossa imagem, disseram que a gente nem morava aqui. E assim o Eike conseguiu a licença, com base na mentira. Isso matou muita gente de desgosto. Depois, vieram as obras, jogando terra pra todo lado e acabando com as nascentes e a água foi ficando suja. Além do que, eles usam pro minério que vai pra China, eles estragam com o que fica. Foi constatado amônia no rio, a empresa subestimou porque estavam jogando restos de efluentes dos alojamentos do empreendimento - isso quer dizer: esgoto maltratado e estavam jogando no córrego. Eles achavam que ia conseguir depurar, mas não conseguiu e por isso matou os peixes (PRIMEIRO, em 06/08/2015).

O primeiro teste, antes do funcionamento do Minas-Rio causou a contaminação do córrego Passa Sete e a mortandade de peixes na Cachoeira do Passa Sete. Observa-se ainda que o empreendimento alterou de maneira nociva o ecossistema, como vemos na compilação de imagens feitas pela advogada e atingida pelo Minas-Rio, Patrícia Generoso Guerra:

Figura 3: Compilação apresentada durante o I Seminário Internacional Mineração na América Latina: neoextrativismo e lutas territoriais.



Fonte: GUERRA, 2015.

Apesar da visível diferença na paisagem só depois de mais de um ano do crime ambiental relatado no primeiro teste do Minas-Rio foi aberto o IC 0175.14.000062-1, em 16 de setembro de 2015. No IC, a mortandade dos peixes do córrego Passa-Sete é apontada pela Anglo American como *evento isolado em área externa ao barramento*, embora o laudo técnico confirme a fala do entrevistado, Primeiro (2015) quando ele afirma: no laudo técnico fica comprovada a presença de amônia em todo o Córrego Passa-Sete e que a contaminação atingiu além do barramento, sendo a causa da mortandade de peixes.

Ao analisar as instaurações de IC's pelo Ministério Público, vemos, em 22 de junho de 2015, os atingidos abrirem o IC 0175.15.000081-8, denunciando o assoreamento e poluição dos cursos d'água, devido às explosões provocadas pelo empreendimento na Serra da Ferrugem, afetando a comunidade do Gondó e refletindo nos recursos hídricos de toda a região. Até a conclusão deste estudo, em outubro de 2020, não havia uma só política para reverter o assoreamento e a poluição causada por conta das atividades na Mina do Sapo, em Conceição do Mato Dentro (a expansão da mina, fase 3 do empreendimento, é anunciada como o maior investimento mundial da Anglo American⁵³). Para Segunda, moradora da Comunidade do da comunidade de Água Quente,

Eles estão acabando com a nossa água. E acabando aqui, acaba no Passa-Sete, na Água Quente, no país e no mundo. Só a gente tem essa montanha de água aqui. Eles sabem que tudo tá ligado: a água que vai pra China sai daqui e faz falta aqui, a natureza não fez assim. Eles pegaram esse tubo, colocam água da melhor qualidade dentro e essa água falta pra gente beber, pras crianças tomarem banho, pra gente fazer batizado, não podemos mais fazer batizado no córrego. Eles não têm isso em outro lugar. Só que estão acabando com tudo. Não foi Deus que quis que acabasse. É a Anglo; antes o Eike; os governos, eles que vão acabando com tudo e a gente vai morrer de sede, assim como o gado está morrendo, assim como as plantas morreram tudo (SEGUNDA, 2015).

A entrevistada explica, de forma clara, a existência da disputa pela água, no território da Água Quente: de um lado, a comunidade e a Natureza, que dependem da água para manutenção da vida e, do outro lado, “eles” – a Anglo American, Eike Batista e os governos que transferem a água para China, sem considerar as necessidades humanas, animais e do meio ambiente local, fazendo a comunidade sofrer sem água para beber; sem água para o lazer e rituais religiosos; com o assoreamento e poluição dos córregos e nascentes; com animais e as plantas morrendo pela falta da água, levada pelo transporte do minério.

Para os atingidos, a crise de abastecimento hídrico está ligada diretamente ao assoreamento e a contaminação das águas da região, que iniciou após a atuação do Minas-Rio,

⁵³ Mais informações em: <https://www.noticiasdemineracao.com/legisla%C3%A7%C3%A3o/news/1359808/mp-cobra-assist%C3%A4ncia-tecnica-para-atingidos-em-projeto-da-anglo-american>

A culpa é dessa ganância, que obrigaram a gente a aceitar. Antes não tinha problema de falta de água. Fui nascida e criada aqui no Passa-Sete, assim como minha mãe e minha avó. A gente sempre teve água! Nunca dependeu de empresa nenhuma pra beber água limpa, nadar na cachoeira. Isso é uma tristeza e não deixam nem a gente falar. Quando denunciemos eles fazem, que nem estão fazendo com o Elias, tentam nos calar. Mas, é a verdade moça. A culpa da falta de água é deles! Eles têm que resolver! Parar de mandar nossa água com o minério pra fora (SEGUNDA, 2015).

A motivação “deles” é a ganância, segundo a entrevistada, quando relata sobre a água ser enviada junto com o minério para a China. Na entrevista, outra vez, fica evidente a tristeza pela alteração do modo de vida de quem sempre teve água para beber, tomar banho, etc. e agora assiste as nascentes e córregos secarem. Na opinião de Segunda, a responsabilidade em reverter a situação e garantir água à população também é “deles”.

No dia 6 de agosto de 2015, Elias nos mostrou o encontro de dois córregos que costumavam ser um ponto de recreação para crianças e adultos tomarem banho e utilizarem as águas para batizados, oferendas, etc. Sem a informação de Elias, não teríamos como imaginar pessoas tomando banho no que hoje é um filete de água contaminada,

Foto 3: Encontro Córrego do Cipó e Sapo



Fonte: autoras, em agosto de 2015.

Foto 4: Córrego do Cipó e Sapo



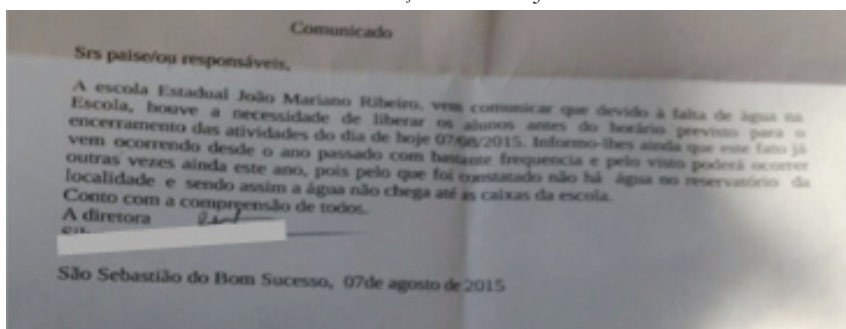
Fonte: autoras, em agosto de 2015.

O marco temporal do início da crise de abastecimento hídrico, em CMD, é concomitante com o início das obras do empreendimento da Anglo American e das atividades erosivas. Conforme percebemos no trabalho de campo, para os atingidos, o problema de abastecimento hídrico foi gerado a partir da intervenção da mineradora no território e não há planejamento hídrico para voltar a abastecer a população.

Seu Primeiro indaga, sem resposta: “Por que a água boa fica para a mineradora e a da população é a ruim?”. Ele lembra que a Anglo American também não cumpre corretamente a medida que a obriga a fornecer água potável à população. E relata: “Quando a empresa entregava água pra gente, ninguém sabe da onde que essa água vinha. Eu tenho gravado que vem de dentro de um poço artesiano, de dentro da mina” (PRIMEIRO, 2015).

Além disso, Elias afirma: “diversas escolas ficam sem aulas por conta da falta de água, prejudicando a educação dos estudantes e a rotina de trabalho e vida dos pais que dependem das escolas para ir trabalhar” (ELIAS, 2015). Inclusive, no dia da entrevista, observamos que a Escola Estadual João Mariano Ribeiro, cancelou as aulas daquele dia, por conta da falta de água.

Foto 5: Comunicado da Direção da E. E. João Mariano Ribeiro.



Fonte: Foto gentilmente cedida por Elias.

A Vereadora Flávia também cita impactos causados pela Anglo American e governos:

“assoreamento dos cursos d’água; fim de nascentes; cachoeiras secaram; poluição dos cursos d’água; população depende da empresa para encher caixas d’água e empresa falta, deixando população sem água; explosões derrubam fragmentos para dentro do rio; população utiliza a água contaminada gerando problemas de pele e de saúde; obras assoreiam os cursos d’água, sem nenhuma intervenção da empresa ou do Estado” (FLÁVIA, 2015).

No dia 15 de fevereiro de 2016, a sociedade civil denunciou a Anglo American por assorear os cursos d'água, causando dano ambiental por conta do deslizamento de terra. Tal denúncia gerou um Boletim de Ocorrência (BO) e também o IC 0175.16.000025-3. A empresa alegou ter providenciado visita para identificar os locais, *eventualmente atingidos*, e o IC foi concluído um mês depois, dia 15 de março de 2016, sem a situação ter sido resolvida.

Sobre o mesmo fato, outro entrevistado relata:

Eles não têm um plano para fazer minério e dar água pra gente. A única coisa que fazem é tirar a água daqui. Nossa água está ficando cada vez mais imunda! Eles jogam terra quando explodem; jogam terra quando os caminhões passam; jogam esgoto, como no Passa-Sete; lixo perto das nascentes e não acontece nada com eles. Se eu vou fazer uma obra, aparece um monte de órgão pra dizer que tenho que cuidar do meio ambiente e da água, então... Mas pra eles, vale tudo, eles podem acabar com tudo sem nenhum plano (TERCEIRO, 2015).

Durante a pesquisa de campo nas casas dos atingidos ficou evidente a dificuldade da população em receber o fornecimento de água e de ter acesso à água, como antes do empreendimento, além de que também não está transparente qual o plano - por parte do Estado ou da Anglo American - para a população voltar a ter acesso à água potável, regularmente.

Elias sintetiza seu pensamento: “o objetivo deles era aprovar o empreendimento a qualquer custo. Chegaram a dizer que a Comunidade de Água Quente não existia e que não haveriam moradores à jusante da barragem de rejeitos. Tudo mentira!” (ELIAS, 2015).

Terceiro relata que há casas, a 800m da barragem de rejeitos, e esses moradores também são desconsiderados no Plano de Ação Emergencial. Ele narra: “a Diversus⁵⁴ fez um estudo e foi quando eles não puderam negar que existiam 22 comunidades atingidas. Eles fingem que a gente não existe para não ter que se responsabilizar pelo estrago que fazem” (TERCEIRO, 2015).

Seu Primeiro complementa:

Nem Empresa, nem Estado, não aceitou as propostas do estudo da Diversus, em 2010. Depois, em 2014, voltou a Diversus com a mesma proposta de 2010 - trocar fossas, trocar encanamento, melhorar problema de abastecimento e revitalizar o rio. Mas, eles só pensam em mandar o minério pra fora, não consideram que a nossa vida aqui era boa e feliz antes deles. Agora, além de roubar nossa água, nosso minério,

⁵⁴ Empresa de Consultoria Diversus foi responsável pelo “Estudo de definição sobre comunidades/famílias a serem reassentadas – Área Diretamente Afetada (ADA) e Área de Entorno da Cava Licenciada e Estruturas Correlatas”.

matarem nossos bichos, ainda estamos com medo. Água Quente está a 3km do dique, isso significa que se estourar a barragem não dá tempo de correr (PRIMEIRO, 2015).

O Estudo da Diversus reconhece que as comunidades foram privadas do acesso à água do Córrego Passa-Sete, entretanto “não se reconheceu, neste estudo da Diversus, a situação emergencial das comunidades por estarem à jusante da barragem” (CPT et al., 2018, p.12).

Um dos mais importantes dossiês elaborados sobre o caso afirma:

há informações de que o Plano de Ação Emergencial da Anglo American, consta que, em eventual rompimento, a lama demoraria cerca de nove minutos para chegar até a comunidade de São José do Jassem. Contudo as comunidades de Água Quente e Passa Sete, que se encontram ainda mais próximas da barragem de rejeitos, a apenas 3km do dique, havendo casas a apenas 800m de distância, são mais uma vez desconsideradas pela empresa. Não há Plano de Ação Emergencial para essas comunidades capaz de salvar as famílias em caso de rompimento da barragem (CPT et al, 2018, p.12).

Sobre isso, a moradora da comunidade de Água Quente, relata:

“Como a gente dorme? Eu não consigo pregar o olho, imaginando o pior. A gente tá aqui! Como eles dizem que a gente não existe? Eles construíram essa barragem e viram a gente aqui” (DONA QUARTA, 2015).

A realidade é de uma comunidade amedrontada; sem um Plano de Ação Emergencial para o caso de rompimento da barragem; sem sirenes, nem nada que possa alertá-la, e com restrições de acesso à água, por conta do empreendimento.

Antes da instalação da mina, da planta de beneficiamento e do mineroduto, as propriedades rurais à beira de córregos utilizavam moinhos d’água para a produção dos produtos agrícolas, baseados em culturas que necessitam de bastante água, como a Família C, que cultivava arroz e após a instalação do Minas-Rio, a terra dos agricultores não possui água nem para o funcionamento do moinho e muito menos para plantação, como nos foi relatado:

Para o bolso de poucos encherem, as nossas torneiras secaram, as plantações também. É a lógica de que o dinheiro traz felicidade. Os gringos que roubam a gente acham que a gente por não ter salário era pobre, a gente era rico. Tinha água da boa, comida da melhor qualidade, tinha vizinhos, segurança, alegria, amizades. Eles vieram e impuseram os valores deles e pros valores deles nós somos pobres, assim eles destruíram toda a nossa riqueza e estão nos deixando miseráveis” (QUINTA, 2015).

A moradora do Passa-Sete relata que a lama é tanta, que

“o gado fica preso, córregos viram uma lama só e tudo ao redor morre. Eles cavaram pra colocar o mineroduto, pra tirar minério e essa terra virou lama. Só resta a lama” (DONA QUARTA, 2015).

Tal situação pode ser observada nas fotos abaixo.

Foto 6: Vista da Mina.



Fonte: Guerra, 2015.

Foto 7: Caminho do mineroduto.



Fonte: Guerra, 2015.

Foto 8: Gado preso na lama a beira do córrego assoreado.



Fonte: Guerra, 2015.

Segundo Elias: os

“cursos d’água foram assoreados e as nascentes suprimidas porque passa muito caminhão e máquinas que jogam terra para todo lado, matando os córregos, os animais e as plantas” (ELIAS, 2015).

Seu Sexto complementa, relatando:

“a 5km da mina está a Cabeceira do Turco, a comunidade de lá, a comunidade que ficou sem água por conta da morte dos córregos e nascentes, deveria receber galões de água da Anglo, mas eles falham na entrega” (SEU SEXTO, 2015).

A vereadora Flávia explica que, desde fevereiro de 2015, a Anglo American seria responsável pela entrega de 10 galões de 20 litros de água mineral para cada propriedade atingida na região estudada. Entretanto,

“o que a comunidade nos diz é que eles falham. Essa entrega, primeiro, não tem dia e hora certa pra acontecer e, segundo a comunidade, não tem segurança de que essa água é propícia para o consumo” (Flávia, 07/08/2015).

Seu Primeiro conta:

“empresa retém o rio. Lavam o minério na água do rio. Alega que a água passa por um filtro e desce limpa, mas hoje, ela sai suja. Nosso gado morreu, sem contar a imensidão de plantas e outros animais” (SEU PRIMEIRO, 2015).

Elias reafirma:

“antes, aqui tínhamos muitos pássaros, animais de todo tipo. Eles fugiram das máquinas, das explosões das minas e muitos morreram. A água suja também afasta os bichos e mata as plantas que não conseguem sobreviver na lama” (ELIAS, 2015).

E Terceira interroga:

Minhas plantas morreram todas. Primeiro pela falta d’água. Eu tinha chá pra tudo. Erva que não se acha fácil por aí. Eles mataram tudo, quando secaram a água. Sem falar na sujeira que esses caminhões fazem. Fica tudo sujo de poeira e lama. Ainda têm as explosões, treme tudo. As árvores tremem, os cascos das árvores estão rachando. As plantas têm como sobreviver sem água e ar? (TERCEIRA, 2015).

De acordo com outro entrevistado:

“o que temos são danos ambientais e sociais, realizados em prol de um megaempreendimento e de uma lógica de desenvolvimento elaborados e aplicados através da parceria Estado mais Empreendimento” (OITAVO, 2015).

Segundo Barlow (2009), a adaptação da população a possíveis cenários de escassez hídrica dependerá diretamente do valor atribuído aos seus recursos hídricos. Para isso, ao analisar a viabilidade para exportar ou importar a Água Virtual, também deve ser considerada a questão social e ética, visto que o país exportador deve estimar as necessidades básicas humanas, em função do crescimento populacional, em termos de água e seus diversos usos, sem exportar toda sua água real ou deixar sua população sem acesso à água (HORLEMANN e NEUBERT, 2007).

A China é o principal comprador do minério de ferro transportado pelo Minas-Rio. Com 19% da população mundial, possui apenas 6% da água doce do planeta (BARIFOUSE, 2017), e para compensar a sua situação hídrica, importa produtos que possuam alto valor de Água Virtual, preservando seus recursos hídricos.

Na contramão de um planejamento hídrico, a Anglo American e o Estado brasileiro não têm calculado quanto de Água Virtual é exportada pelo empreendimento e, muito menos, planejado o *custo/benefício* dessa operação. O Brasil possui 12% da água doce do mundo⁵⁵ e transfere água sem debates em espaços democráticos, onde a população possa ser consultada e considerada sobre os impactos de tal transferência, ou mesmo opinar e decidir sobre o que deve ser feito.

Horlemann & Neubert (2007) pontuam: do ponto de vista ecológico, os países exportadores de Água Virtual podem colocar em risco a manutenção de seus ecossistemas, seja pela redução da vazão dos corpos d'água ou por outras práticas que visam a exportação de Água Virtual exatamente como observamos no caso do Minas-Rio.

Outra entrevistada relata:

“eles disseram que iam tirar 2.500 metros cúbicos de água, por hora (m³/h), sendo 1.300 m³/h, para o mineroduto, e 1.200 m³/h para a mina. Mas, eles não contaram quantos metros cúbicos seriam assoreados, contaminados” (NONA, 2015).

⁵⁵ <https://www.ana.gov.br/panorama-das-aguas/quantidade-da-agua#:~:text=Em%20termos%20globais%2C%20o%20Brasil,de%20%C3%A1gua%20doce%20do%20planeta.>

Essa quantidade de água, questionada por Nona, é justamente a Água Virtual não contabilizada para a viabilidade de tal empreendimento e questionada também por Oitavo:

Sabemos quanto é utilizado na produção do minério. Só isso já é uma quantidade de água insustentável para se manter esse negócio. Mas, tinha que ser contabilizado quanto de água eles secaram com o assoreamento, quanto foi perdido com a contaminação, quanto do lençol freático está contaminado. Isso é o pior porque pelo visto é irreversível, o Estado não tem esses dados, a Anglo, se tem, não entrega pra ninguém. É muito grave! Eles têm uma dívida gigante com a gente e com as futuras gerações (OITAVO, 2015).

Para Carvalho (2018), o Brasil envia ao exterior, aproximadamente, 112 trilhões de litros de água doce, por ano, por meio dos fluxos de Água Virtual, na economia. Segundo Pretella (2002), um ser humano precisa de 110 litros de água, por dia, o que significa que o Minas-Rio consome, por hora, a mesma quantidade de água que 200 mil pessoas necessitariam, em um dia, sem mensurar a quantidade de água contaminada e os cursos hídricos assoreados.

A respeito, o governo de Minas Gerais afirma que “não há uma estimativa do governo do Estado sobre o volume de ‘Água Virtual’ exportada” (MORENO, 2015).

Buscamos contato com o empreendimento, mas a Anglo American não retornou nossas mensagens e não possui dados em seu site ou em documentos oficiais. Dessa forma, observa-se que não há transparência e planejamento por parte da empresa, nem do Estado, sobre quanto de Água Virtual é exportada e qual o custo social e ambiental dessa operação. Para Oitavo:

Se fosse calcular a água que eles tiram e mandam pra China e pros outros países, esse empreendimento seria inviável! Eles estão tirando a água das nascentes do Rio Santo Antônio e mandando para outra bacia hidrográfica. O Minas-Rio tira a água doce de Minas e leva ela pro Rio de Janeiro e os produtos que usaram essa água para serem produzidos vão para outros países. Pra gente só fica o prejuízo. Lá no Rio, tampouco eles cuidam da água, pegam aqui o quanto querem e jogam fora lá, pra pegar aqui de novo. Por isso que tá secando tudo. Eles disseram que iam reutilizar a água, foi mais uma mentira e nada aconteceu (OITAVO, 2015).

Enquanto a água é utilizada pela mineradora para produzir o minério e exportá-lo, a população atingida fica sem acesso à água, conforme também relatado por um veterinário e atingido pelo Minas-Rio, em um estudo consultado: “o principal impacto que as comunidades sentiram com a instalação da mineradora

foi a falta de água. A gente ainda não tem nem ideia do que será no futuro, da contaminação da água, do lençol freático” (MACIEL, et al., 2018).

CONCLUSÃO

Os impactos no território de onde a água é extraída, em CMD, evidenciam o processo de exportação dos fluxos de Água Virtual na economia, com base na penalização dos atingidos e na violação de Direitos Humanos e, ao invés de garantir a paz - como propõe o autor do conceito de Água Virtual - a prática desse modelo de exportação de água representa o saque de bacias hidrográficas brasileiras.

Observamos que não há um planejamento hídrico e a população sente os passivos ambientais de diversas formas: desde o cancelamento das aulas por falta de água, o fato das nascentes e córregos secarem impedindo a manutenção da agricultura local, o assoreamento de córregos, o impedimento do lazer e da religiosidade. Observou-se que a operação do Minas-Rio coloca em risco a segurança hídrica da população e do ecossistema, portanto, a qualidade e a própria vida.

Os relatos dos entrevistados demonstram que o empreendimento exporta a água de Conceição do Mato Dentro como Água Virtual, ou seja, embutida no minério, o que a torna *invisível*, gerando prejuízos hídricos; ambientais; sociais; financeiros e violações dos Direitos Humanos.

Observamos o objeto em disputa - a água-, representando fonte de vida, para um dos lados - dos atingidos, e, para o outro lado, da Anglo American e do Estado brasileiro, mais um recurso utilizado na produção e transporte de minério, sem o devido reconhecimento ambiental, social e econômico. Na manutenção dessas posturas, da Anglo American, que se beneficia, e do Estado brasileiro, que não fiscaliza como deveria, ocorrem os danos ambientais, sociais e econômicos contínuos, sem consequências que os impeçam.

Concluimos haver um abismo entre os atingidos e o empreendimento, de maneira que apenas os atingidos ficam com o ônus social, ambiental e financeiro enquanto a mineradora segue lucrando, mesmo sem cumprir a contrapartida acordada com as autoridades e comunidades. Neste processo de transferência internacional de *commodities* e Água Virtual, não há planejamento para preservar as reservas e a segurança hídrica brasileira que são mal-usadas; contaminadas; esgotadas; com leitos de rios, córregos e nascentes assoreados na região de

Conceição do Mato Dentro – área, anteriormente, reconhecida internacional como Reserva da Biosfera.

Compreendemos, ao abordar os impactos da transferência de Água Virtual do Minas-Rio, que este estudo confere novos impactos hídricos, ainda não observados nos estudos governamentais, uma vez que esta ferramenta ainda não é utilizada para análises feitas pelo Estado brasileiro – assim, o comércio global de água, a partir do maior mineroduto do mundo, Minas-Rio, segue impulsionado sem planejamento e coerência, transferindo água potável do Brasil para países ricos, que sequer pagam por ela e ainda impedem o uso tradicional das populações de onde ela é retirada, violando até o Direito Humano à Água potável.

Nesse processo, o empreendimento opera com um objetivo principal: maximizar os lucros da Anglo American, gerando incalculáveis prejuízos hídricos, ambientais, sociais e financeiros às comunidades atingidas; sem observação e fiscalização das mais de 400 condicionantes, já impostas; adotando práticas de ameaças e perseguições a cidadãos locais; poluição ambiental; mortandade da fauna e flora.

Conclui-se que, Conceição do Mato Dentro sofre as consequências da lógica do mercado global de Água Virtual, gerido e impulsionado pelas forças de mercado, onde mais de 1/5 das reservas de água mundiais são destinadas à produção de safras e extração mineral para exportação, confirmando que a escassez de água não é fruto de um problema local, *nem do uso domiciliar*, devendo ser encarado a partir da perspectiva global: vetando-se, imediatamente, o uso de águas brasileiras para a produção de *commodities*, como o minério exportado pelo Minas-Rio, às custas de quantidade inaceitável e insustentável de água, de excelente qualidade, inclusive.

Propõe-se a utilização do conceito de Água Virtual como elemento parte do processo para obtenção do licenciamento ambiental de empreendimentos que impactem a segurança hídrica da população brasileira. E, nesse sentido, a elaboração de Políticas Sociais em defesa do Direito à Água precisa andar lado-a-lado com a organização social, para que faça frente aos interesses privados, em defesa do direito ao acesso à água potável e aos recursos hídricos do Planeta, por parte de toda a população - de maneira pública, gratuita e com qualidade.

REFERÊNCIAS

ACSELARD Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará e Fundação Heinrich Böll, 2004.

ALLAN, John Anthony. **Virtual water: A long term solution for water short Middle Eastern economies?**. Paper presented at the 1997 British Association Festival of Science, University of Leeds, 9 September 1997. Disponível em: <<https://www.soas.ac.uk/water/publications/papers/file38347.pdf>>. Acessado em: 02 de julho de 2020.

_____. **Virtual water: the water, food and trade nexus, useful concept or misleading metaphor**. In **IWRA – Water International**, vol.28, n. 1, march, 2003. Disponível em: <<http://www.soas.ac.uk>>, Acessado em: 11 de julho de 2020.

ALMEIDA, Alexandre; GELAIN, Jaqueline; ISTAKE, Márcia; LICKS, Elis. **Estimativa do volume e do valor da Água Virtual Exportada pela Região de Matopiba**. Instituto Escolhas. São Paulo. 2017.

ANA, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. **Brasil exporta cerca de 112 trilhões de litros de água doce por ano**, 2019. Disponível em: < <https://www.ana.gov.br/noticias-antigas/brasil-exporta-cerca-de-112-trilhaes-de-litros-de.2019-03-15.0186272020>>. Acessado em: 20 de setembro de 2020.

ANGLO AMERICAN. **Quem Somos**. Disponível em: <http://brasil.angloamerican.com/quem-somos?sc_lang=pt-PT>, Acessado em: 20 de outubro de 2014.

BARBANTI JR., Olympio. “Conflitos socioambientais: teorias e práticas”. In: **Anais do I Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS**. Indaiatuba- SP, 2002. Disponível em: <http://anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/dimensoes_socio_politicas/CONFLITOS%20SOCIOAMBIENTAIS%20%20TEORIAS%20E%20PR%20C1TICAS.PDF>, Acesso em: 12 de agosto de 2020.

BARCELOS, Eduardo. **O projeto Minas Rio e seus impactos socioambientais: olhares desde a perspectiva dos atingidos**. Encontro de Intercâmbio das Comunidades em Resistência ao Projeto Minas-Rio, 2013.

BARIFOUSE, Rafael; IDOETA, Paula Adamo. **Como 5 cidades do mundo estão combatendo a falta d'água**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-39351153>. Acesso em: 20/08/2017

BARLOW, Maude. **Água, pacto azul: a crise global da água e a batalha pelo controle da água potável no mundo**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2009.

_____. **Água Futuro Azul: como proteger a água potável para o futuro das pessoas e do planeta para sempre**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2014.

BECKER, Luzia; PEREIRA, Denise & WILDHAGEN, Raquel. Comunidades atingidas por mineração e violação dos direitos humanos: cenários em Conceição do Mato Dentro. **Revista Ética e Filosofia Política**. Nº 16. Volume 1. Junho de 2013.

BELTRAN, Maria; VELAZQUEZ, Esther. La Ecología Política del Agua Virtual y Huella Hídrica: Reflexiones sobre la necesidad de un análisis crítico de los indicadores de flujos virtuales de agua en la economía, 2015. In **Revista de Economía Crítica**, nº20, segundo semestre 2015, ISSN 2013-5254 Disponível em: <http://revistaeconomicacritica.org/sites/default/files/revistas/n20/MariaBeltranEstherVelazquez_Ecologia-Politica-Agua-Virtual.pdf> Acessado em: 20 de abril de 2020.

BORGES, Júlia. **Minas-rio e Água Virtual: a luta pelo direito à água em Conceição do Mato Dentro**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, Orientadora: Simonne Teixeira. Campos dos Goytacazes, 2018.

CARMO, R. L.; OJIMA, A. L. R. O.; OJIMA, R.; NASCIMENTO, T. T. Água virtual, escassez e gestão: o Brasil como grande “exportador” de água. **Ambiente e Sociedade**, v. X, p. 83-96, 2007.

CARVALHO, Fernanda. **Brasil exporta água de graça e fica com o dano ambiental do veneno**. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/voce-escreve/brasil-exporta-agua-degraca-e-fica-com-o-dano-ambiental-do-veneno.html>. Acesso em: 30 de abril de 2020.

COLETIVO MARGARIDA ALVES; CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Ameaças e violações ao direito humano à água em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, Minas Gerais**. Minas Gerais. 2017. Disponível em: <<https://docs.google.com/document/d/1zsbpCE5M8e>

WsRW7gardFqKOiPo6P3sGfr9P 9dyo9fjQ/edit>. Acessado em: 24 de agosto de 2018.

FIGUEIRAS, Maria Luíza. Os mineiros contra a mina. **Revista EXAME**. Disponível em: < <http://www.robertomoraes.com.br/2014/08/os-mineiros-contra-mina-prefeitode.html>>, Acesso em: 11 de agosto de 2014.

GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. **Mineração em Conceição do Mato Dentro feita pela empresa Anglo Ferrous Minas-Rio SA**. 2011. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/info.php?id=253>>, Acesso em: 20 de agosto de 2020.

GODOY, A. M. G.; LIMA, A. J. **Água virtual e comércio internacional desigual**. 2008. Disponível em: <http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_pdf/a4/ANPEC-Sul-A4-03-agua_virtual_e_comercio_pdf>. Acesso em: 23 de julho de 2020.

GUDYNAS, Eduardo. “Transições ao pós-extrativismo Sentidos, opções e âmbitos”. In: GERHARD Dilger, LANG, Miriam, PEREIRA FILHO, Jorge (Orgs.). **Descolonizar o Imaginário – Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, p.174-212, 2016.

_____. Si eres tan progresista ¿Por qué destruyes la naturaleza? Neoeextractivismo, izquierda y alternativas. **Ecuador Debate**, CAAP Quito, No 79: 61-81, 2010.

_____. Buen Vivir (with M. Chují, G. Rengijo). In: *Pluriverse. A Post-Development Dictionary*. (A. Kothari, A. Salleh, A. Escobar, F. Demaria & A. Acosta, eds.). **Tulika & Authors Upfront**, New Delhi, 2019.

GUSTIN, Miracy (Coord). **Impactos da Mineração na Região de Conceição do Mato Dentro**. Relatório parcial do Projeto Internacional de Pesquisa Cidade e Alteridade. Núcleo temático mineração na região de Conceição do Mato Dentro. Pesquisadores do 114 Núcleo: Profa. Ana Flávia Santos e Humberto F. Filpi. Colaboradores do GESTA: Profa. Andréa Zhouri, Clarissa Prates, Luciana Ferreira, Poliane Janine Ribeiro, 2013.

GUERRA, Patricia Generoso Thomas. **Rede de Acompanhamento e Justiça Ambiental dos Atingidos Projeto Minas-Rio Mineração**. 2015. Disponível em: <https://slideplayer.com.br/slide/10677683/>>, Acesso em: 30 de novembro de 2016.

HOEKSTRA, A. Y. **Proceedings of the International Expert Meeting on Virtual Water Trade**. Value of Water Research Report Series, no.12. Netherland: UNESCO/IHE, 2003.

HOEKSTRA, A.Y. **The global dimension of water governance**: Why the river basin approach is no longer sufficient and why cooperative action at global level is needed. Water 3. Twente, Netherlands, 2011.

HOEKSTRA, A.Y; CHAPAGAIN, A. K. **Globalization of water**: Sharing the planet's freshwater resources. Blackwell Publishing, 2008.

HOEKSTRA, A.Y CHAPAGAIN, A.K. ALDAYA, M.M. MEKONNEN, M.M. **The Water Footprint Assessment Manual**. First published in 2011 by Earthscan, Water Footprint Network, 2012.

HOEKSTRA, A. Y.; HUNG, P. Q. Globalisation of water resources: international virtual water flows in relation to crop trade. **Global Environmental Change**, v. 15, p. 45–56, 2005.

HORLEMANN, L; NEUBERT, S. **Virtual Water Trade**: A realistic concept for resolving the water crisis?. Bonn: Dt. Institut für Entwicklungspolitik. 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conceição do Mato Dentro Minas Gerais - MG. 2020**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/conceicao-do-mato-dentro/historio>>. Acesso em: 20 de março de 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Relatório de Pesquisa**. Logística e transportes no Brasil: Uma análise do Programa de Investimentos 2013-2017 em rodovias e ferrovias. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7420/1/RP_Log%C3%ADstica_2016.p df](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7420/1/RP_Log%C3%ADstica_2016.pdf)>, Acesso em: 15 de março de 2020.

JORNAL TERCEIRA VIA. **Bombeamento de minério para o Açu causa mortandade de peixes em MG**. 2014. Disponível em: <http://www.jornalterceiravia.com.br/noticias/pais/54624/bombeamento_de_minerio_do_minas-rio_causa_mortandade_de_peixes_em_mg> Acesso em: 20 de setembro de 2013.

LANG, Miriam. Alternativas ao desenvolvimento. In: GERHARD Dilger, LANG, Miriam, PEREIRA FILHO, Jorge (Orgs.). **Descolonizar**

o Imaginário – Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, p. 24-45. 2016,

LEFF, Enrique. La ecología política em América Latina: un campo em construcción. In: ALIMONDA, Héctor (Org.). **Los tormentos de la materia:** aportes para uma Ecología Política latinoamericana. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, 2006.

MACIEL, Alice, et al. **Agressões, vigilância, desemprego, perseguição e isolamento:** como vivem os moradores que enfrentam a gigante da mineração. 2018. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2018/03/27/agressoes-vigilancia-desempregoperseguiçao-e-isolamento-como-vivem-os-moradores-que-enfrentam-a-gigante-damineracao/>>. Acesso em 16 de dezembro de 2019.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres:** conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2010.

MAX, Rafael. **Rota Minas-Rio.** Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showth...029&highlight=>> Acesso em: 20 de julho de 2020.

MORAES, V. O. **Análise Intersetorial dos fluxos de água virtual na economia brasileira:** uma abordagem insumo-produto. 93f. Mestrado em Economia e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Maria. 2015.

MORENO, Bruno. **Minas exporta 12 trilhões de litros em “água virtual”.** Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/minas-exporta-12-trilh%C3%B5esde-litros-em-%C3%A1gua-virtual-1.296105>>. Acesso em: 20 de julho de 2020..

OCMAL, **Observatório de Conflitos Mineros da América Latina.** Projeto Minas-Rio, da MMX inicia em uma Unidade de Conservação e gera conflitos. 2014. Disponível em: <http://basedatos.conflictosmineros.net/ocmal_db/?page=conflicto&id=134>. Acesso em: 02 de dezembro de 2014.

ONU. Organização das Nações Unidas. **ONU:** 1 em cada 3 pessoas no mundo não tem acesso a água potável. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-1-em-cada-3-pessoas-no-mundo-nao-tem-acesso-a-agua-potavel/>> Acesso em: 20 de abril de 2020.

PIETROBON-COSTA, Flávio P. **Escassez de água e seus indícios de conflitos**: perspectivas para o Brasil no mundo do Século XXI, 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/rbed/article/view/48890>>, Acesso em: 10 de setembro de 2014.

PORTANOVA, Rogério Silva. Educação ambiental e educação planetária. In: RODRIGUES, Horácio Wanderlei; DERANI, Cristiane (Orgs.). **Educação ambiental**. Vol. 1. Florianópolis: FUNJAB, 2011.

PMCMD, Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro. **Bem-vindo a Conceição do Mato Dentro**. 2014. Disponível em: <<http://cmd.mg.gov.br/sobre-a-cidade>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2019.

PRETELLA, Ricardo. **O manifesto da água**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

PEZZODIPANE, Rosane Vieira. **Pós-colonial**: a ruptura com a história única. Revista Simbiótica - Universidade Federal do Espírito Santo - Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias. Departamento de Ciências Sociais - ES – Brasil. v.ún., n.3. Junho, 2013.

PINEDA, Roel. **Raíz y vigencia de la indianidad. Cuadernos Índios – Indianidad y Revolución**, no 3, 3-7. Consejo Mundial de Pueblos Indígenas e Movimiento Indio Peruano. Perú. 1980.

SANTOS, A. F. M. **Relatórios Antropológicos elaborados para o Ministério Público Federal, acerca do empreendimento minerário em Conceição do Mato Dentro**, MG. 2014.

SANTOS, Ana Flávia Moreira; ZUCARELLI, Marcos Cristiano. A desregulação ambiental e a dinâmica dos conflitos urbanos: o caso da mineração Minas-Rio. **Anais**, Sessões temáticas. XVI ENANPUR. Belo Horizonte, 2015.

WALDORF, D. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological Methods & Research*, **Thousand Oaks, CA**, v. 10, n. 2, 1981.

ZHOURI, Andréa. Mapeando desigualdades ambientais: mineração e desregulação ambiental. In Andréa Zhouri e Norma Valencio (orgs.). **Formas de matar, de morrer e de resistir**: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

*ESTUDOS URBANOS: DEGRADAÇÃO,
DESIGUALDADE E MIGRAÇÕES*

TERRITÓRIO E DEGRADAÇÃO SOCIOAMBIENTAL: REFLEXÕES NA PRODUÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS SEGREGADOS NA REGIÃO SUDESTE DO PARÁ

Andréa Hentz de Mello
Erika Vivianne Araújo
Marcus Felipe Frota Gama
Nilene Ferreira Cardoso Souza
Nilsa Lima Marinbo
Valtey Martins de Souza

INTRODUÇÃO

As políticas de estruturação do território amazônico por meio de empreendimentos econômicos, promoveram o crescimento e inserção da região sudeste do Pará ao circuito econômico. Por outro lado, os resultados do processo impactou negativamente no meio ambiente natural, com forte impacto na dinâmica dos rios e na vida das pessoas que dependem deles para sobrevivência, seja pelos registros elevados de ocupações irregulares em áreas próximas aos rios e igarapés ou mesmo por fatores adicionais ligados à falta de investimentos em infraestrutura urbana.

Este capítulo discute a importância do Rio Tocantins para a comunidade ribeirinha da Orla de Marabá - PA, bem como a da microbacia hidrográfica dos igarapés Açaizal e Gabriel em São Domingos do Araguaia-Pará, analisando as dinâmicas socioambientais que vem ocorrendo ao longo dos anos na formação territorial destes municípios, a fim de contribuir com algumas reflexões que possam colaborar para a consolidação de medidas de preservação, conservação e recuperação desta microbacia, como também contribuir com reflexões voltadas para um planejamento ambiental, de modo que previna e evite a ocupação territorial desordenada em áreas impróprias, minimizando assim os problemas que afligem parte da população ribeirinha que fazem uso de suas águas.

A importância desse estudo deve-se a necessidade de um maior entendimento acerca das dinâmicas socioambientais (relação sociedade/ambiente) e a qualidade ambiental nestes municípios, sobretudo, quando pretende-se entender como se deu esse processo de degradação socioambiental uma vez que estes rios e igarapés estão localizados nos perímetros urbanos dos municípios de Marabá-PA e São Domingos do Araguaia-PA.

Partindo da premissa que a pesquisa é uma construção social, um movimento da complexidade de uma temática que parte de um lugar específico na elaboração do objeto de modo interdisciplinar, o presente estudo tem como pergunta de pesquisa: A dinâmica socioambiental urbana contribui para a degradação ambiental do Rio Tocantins às margens da Orla de Marabá - PA e da microbacia hidrográfica dos igarapés Açaizal e Gabriel em São Domingos do Araguaia - PA?

Assim, as hipóteses lançadas são: a) Os impactos socioambientais que vêm ocorrendo na Orla do Rio Tocantins e na microbacia hidrográfica dos igarapés Açaizal e Gabriel, são decorrentes em virtude do processo de ocupação promovido pelas estratégias geopolíticas e econômicas sob o espaço amazônico ao longo dos anos; b) A expansão urbana desordenada tem contribuído para a degradação das águas do Rio Tocantins na Orla de Marabá e na bacia hidrográfica dos igarapés Açaizal e Gabriel, e desse modo, está afetando a qualidade de vida da população que vive em suas imediações.

Este capítulo terá o seu aporte técnico científico embasado em autores que contribuirão para o entendimento das questões voltadas para o modelo de desenvolvimento que partiu de uma união de interesse dos grandes capitais nacionais e internacionais apoiado pela geopolítica do Estado, que estruturou/desestruturou espaços da região amazônica, sem levar em consideração as leis que regem as políticas ambientais, principalmente as que se referem aos corpos d'águas em Marabá - PA e em São Domingos Araguaia - PA.

Ao longo dos tópicos e subtópicos deste capítulo iremos fazer alguns questionamentos como: Que Estado é esse? Qual é o seu papel no contexto da organização socioespacial amazônico brasileiro? Que modelo de desenvolvimento é esse e para quem? Como a região sudeste do Pará, se insere nessa dinâmica desenvolvimentista/neodesenvolvimentista do ponto de vista local e global, e como e porque está ocorrendo a degradação ambiental nas áreas propostas para o estudo?

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA FORMAÇÃO TERRITORIAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: O SUDESTE PARAENSE

A Amazônia historicamente carrega o atributo de ser a detentora da maior biodiversidade do planeta, sendo considerada a maior floresta do mundo, com sua vegetação, exercendo o importante papel da estabilização do clima global.

Além de possuir a mais extensa rede hidrográfica do planeta (DRUMMOND, 2000). Todo esse potencial é atrativo aos interesses econômicos nacionais e internacionais, cuja atenção está voltada principalmente para a diversificada riqueza de recursos naturais, mais especificamente os recursos minerais.

As dinâmicas de ocupação intensificaram-se cada vez mais, pois além dos rios que tiveram uma grande contribuição na circulação de produtos amazônicos no período da borracha, também sofrem modificações em sua trajetória, e em seguida, surgem rodovias, entre elas, a Transamazônica que possibilitou ao governo realizar um projeto de colonização ao longo dessa rodovia. À medida que as grandes empresas foram recebendo incentivos fiscais pelo governo, serviram também de atrativo aos migrantes, onde surgiram os povoamentos (MONTEIRO, 2005).

Diante do afluxo intenso de pessoas de fora da Amazônia, a diversidade de atores sociais e de interesses em relação à apropriação do meio natural e as mudanças na infraestrutura vão contribuir para imprimir um pesado e veloz processo de exploração do meio natural e transformação da paisagem nas fronteiras amazônicas, o que significou a entrada da suposta modernidade (OLIVEIRA et al., 2011).

Tendo em vista que a Amazônia brasileira tem passado por intensas transformações sociais e ambientais, diante do sistema capitalista em consonância com o Estado, é de grande importância discutir como se deu esse processo de formação territorial em presença de uma política desenvolvimentista que transcorre desde a década de 1960, até os dias atuais.

Na distribuição espacial da evolução demográfica dos municípios amazônicos, percebe-se que o crescimento da população na Amazônia Legal, sobretudo Marabá - PA e São Domingos do Araguaia-PA, destacam-se a partir da década de 80 com o aumento de sua população. Do período do surgimento da cidade de Marabá (final do século XIX) até o início da década de 1970, caracterizava-se como cidade ribeirinha, pois sua frente estava voltada para os rios. No início da década de 1920, os rios Tocantins e Itacaiúnas, desempenhavam um importante papel como meio de deslocamento de pessoas, cargas e mercadorias como os produtos de exploração centrada no extrativismo vegetal da borracha e posteriormente a ascensão da exploração da *Bertholletia excelsa* (Castanha-do-Pará).

O modelo de desenvolvimento proposto pelo Estado que eleva a concentração industrial e populacional urbana, não se equilibra com a infraestrutura necessária para atender toda população, em especial as que vivem as margens do Rio

Tocantins e dos Igarapés Açaizal e São Gabriel, aqui estudados, que no contexto do desenvolvimento urbano não são contemplados com políticas públicas que proporcione melhorias de vida, através de um desenvolvimento sustentável, que visa à mitigação da degradação ambiental nesta região (HERCULANO, 2000).

Análises a partir da década de 1960 apontam que o processo de ocupação territorial da Amazônia é marcado pela governança militar (1964 a 1985) que defendia o discurso nacionalista do “integrar para não entregar”, aliado aos incentivos do governo federal através de isenções fiscais, sendo esses subsídios direcionados aos mais favorecidos, como o grande capital nacional e estrangeiro (HOMMA, 1998). Como resultado, a situação da Amazônia mudou profundamente, e sob a égide de possíveis avanços na economia, seja pela exploração mineral ou outros projetos, a expansão das rodovias transformou também a organização do espaço regional, até então definida as margens dos rios (THÉRY, 2005; CARVALHO, 2009).

As evidências históricas que marcaram a ocupação da Amazônia demonstram que, as coalizões dominantes podem estabilizar suas relações e seu poder em torno de práticas ultrapassadas, mas que ainda oferecem horizonte verossímil de ganhos econômicos (ABRAMOVAY, 2010). Talvez por isso, o discurso do desenvolvimento econômico é tão atual nas justificativas do Estado, para delinear estratégias de investimentos na Amazônia. Assim, a Amazônia brasileira está inserida numa mistura de inserção e exclusão, de avanço e atraso (CARVALHO, 2009).

Para entender a expansão do capital na Amazônia brasileira adotada por política pública desenvolvimentista pelo estado brasileiro, Gonçalves (2010), destaca dois padrões importantes: o de Rio-Várzea-Floresta e Estrada-Terra-firme-Subsolo. No primeiro padrão, que durou do período colonial até meados do século XX, o espaço amazônico era organizado em função dos rios, a circulação de pessoas e mercadorias ocorria por essas vias, os rios eram as estradas nas quais acontecia a maior parte da circulação. As cidades se concentravam nas várzeas e é para elas que a produção era direcionada. A produção de mercadorias tinha por base os recursos extraídos das florestas, portanto, era primordial que elas não fossem derrubadas. No segundo padrão, que se iniciou em meados do século XX com a abertura de estradas, as principais vias de circulação deixam de serem os rios para se constituírem nas estradas.

A maioria das cidades que se localizavam na várzea perde sua importância devido ao surgimento de cidades na terra firme, agora às margens das estradas. A exploração dos recursos como a borracha e a castanha, por exemplo, perde sua importância, dando lugar a exploração de recursos minerais do subsolo. Nesse contexto, observa-se que nesse primeiro padrão, a função dos rios não acaba, porém diminui, pois, o padrão ribeirinho às margens dos rios Tocantins e Araguaia, como em outros lugares do território amazônico, ainda é bastante presente.

Conforme lembra Gonçalves (2010), foi a partir da década de 1960, que por decisões políticas tomadas de fora da região pelos gestores civis e militares, de integrar o espaço amazônico ao resto do país, que os interesses se voltavam para o subsolo, uma vez que esse espaço vai se configurando territorialmente com a presença do capital nacional e internacional, dos imigrantes e das populações tradicionais, sob a perspectiva de desenvolvimento regional. Assim, é nesse período que o Estado lança políticas seguidas de amplos projetos. Sendo eles: Programa de Integração Nacional (PIN), Programa Grande PIC (Projeto Integrado de Colonização, Programa Grande Carajás (PGC) e redes rodoviárias entre outros. Agora, a floresta é rasgada para a abertura de rodovias em busca das riquezas minerais.

Gonçalves (2001), ressalta que a forma de organização espacial da Amazônia, bem como os incentivos de exploração dos recursos naturais nos mais diferentes sentidos de sua valorização, foram os motivos que impulsionaram a existência dos fortes conflitos nesses espaços urbanos.

Consolidando assim, o processo de ocupação da Região Amazônica com a forte participação dos governos militares brasileiros, como também dos grandes estrategistas geopolíticos, que dessa forma, firmaram os controles internacionais (GONCALVES, 2001).

Esse, modelo de ocupação intensificou-se cada vez mais, pois além dos rios como já discutimos, que tiveram uma grande contribuição na circulação de produtos amazônicos no período da borracha, também sofrem modificações em sua trajetória, e em seguida, surge as rodovias. Entre elas, a Transamazônica que possibilitou ao governo realizar um projeto de colonização ao longo dessa rodovia. A medida que as grandes empresas foram recebendo incentivos fiscais pelo governo, serviram também de atrativo aos migrantes, onde surgiram os povoamentos (MONTEIRO et al., 2000).

O chamado desenvolvimento defendido pelos líderes políticos, favoreceu e ainda favorece as grandes empresas, cada vez mais fortalecidas que vão engolindo e reduzindo o espaço de produção das atividades tradicionais que ainda restam, proporcionando assim, a saída do homem do espaço rural para o espaço urbano, sem levar em consideração o modo de vida desses moradores e assim causando uma exclusão social.

Nessa dinâmica, integrar a Amazônia ao capitalismo significa inseri-la plena e definitivamente, no mercado nacional e internacional, nas trocas mediadas pelo dinheiro sob a égide do capital industrial e financeiro. Significa transformar seus recursos naturais em valores que pudesse ser incorporado ao circuito das trocas monetárias com a produção industrial nacional ou internacional, isto é, se tornar parte integrante da circulação do capital. Isso não podia ser realizado sem a mobilização do trabalho que valorize esses recursos (terra, mata, minério), isto é, sem a formação de força do trabalho (HEBETTE, 2004).

A abertura das estradas, simultaneamente à política de colonização na Transamazônica, seguiu-se de uma política de ocupação com base no estímulo à grande empresa ou aos grandes proprietários de terra, e a uma política de incentivos fiscais, de tal maneira que grandes porções do território da Amazônia Oriental foram vendidas a empresários, principalmente do centro-sul do País (RODRIGUES, 2010).

A compreensão da dinâmica de ocupação das cidades amazônicas passa pela discussão sobre espaço e tempo das cidades como forma de retomar pontos sobre o controle do território (OLIVEIRA, 2013).

No caso da região sudeste do Pará, antes da chegada das primeiras frentes pioneiras, a região onde configura hoje Marabá - PA e São Domingos do Araguaia - PA, eram habitadas por populações indígenas, com uma densidade demográfica relativamente baixa. A ocupação por populações mestiças ao longo da rede hidrográfica começa a se tornar significativa a partir do final do século XIX (RODRIGUES, 2010).

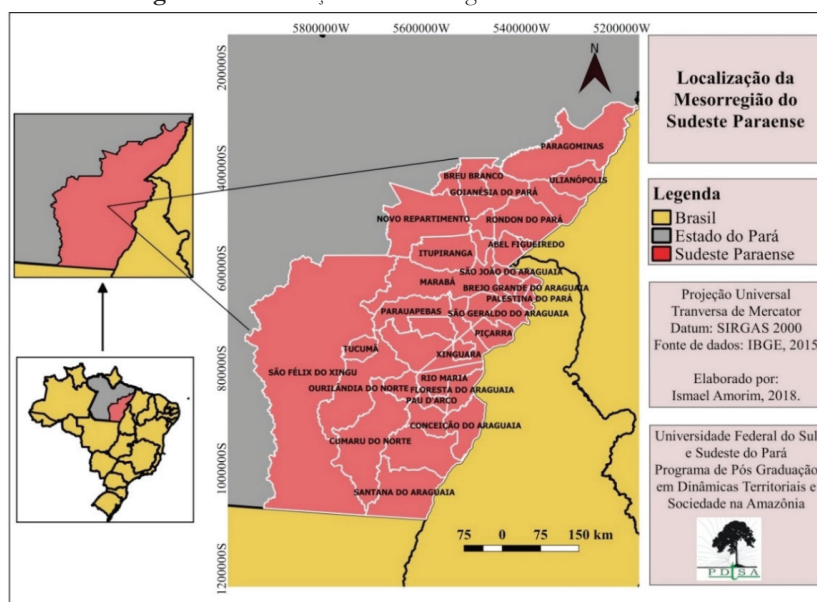
Sob o discurso de tornar a Amazônia viável, na visão capitalista, mesmo por tempo determinado, foi necessário estabelecer a intervenção no espaço, visando criar condições de implantação de infraestrutura necessária a instalação de empreendimentos econômicos na região (OLIVEIRA, 2013).

O sudeste paraense encontra maiores probabilidades para se integrar economicamente ao restante do país, associado à abundância de recursos naturais e aos incentivos do governo federal, ocorrendo assim, a transformação da região em um território atrativo aos interesses de diferentes atores, com intenções distintas de uso da natureza (OLIVEIRA et al., 2011).

Dessa forma, Marabá passa a desempenhar uma posição fundamental no processo de expansão de fronteiras econômicas, a partir da implantação de novas vias de circulação na Amazônia Oriental, ratificando sua condição de centro sub-regional (NUNES; JUNIOR, 2012).

A compreensão dos aspectos históricos que influenciaram as dinâmicas socioambientais de determinada região contribui para entendermos o efeito das ações políticas em determinado território. A delimitação clara do recorte territorial da região, conforme a figura 1, evidencia a rede de influência territorial devido à centralidade das cidades de Marabá-PA e São Domingos do Araguaia – PA em relação aos demais municípios da região.

Figura 1: Delimitação da mesorregião do Sudeste do Pará.



Fonte: Elaborado por Ismael Amorim (2018).

A dinâmica de ocupação, povoamento e estruturação do território da região sudeste do Pará, foi influenciada historicamente pelo conjunto de decisões políticas que estimularam a vinda de mão de obra para atuar na região. Essa concentração populacional combinada à fragilidade em termos de infraestrutura urbana no entorno da orla do Rio Tocantins em Marabá - PA, e dos igarapés Açaizal e São Gabriel em São Domingos do Araguaia – PA, contribuíram para reforçar os aspectos de vulnerabilidade sócio ambiental da região.

Os empreendimentos econômicos instalados na região acentuaram as transformações social, territorial e econômica em Marabá e região, a partir de 1970 a 1987 com a construção da hidrelétrica de Tucuruí, a criação do Projeto Grande Carajás, como já discutido anteriormente e a descoberta da mina de ouro em Serra Pelada, contribuindo para a aceleração da migração inter e intraregional, povoamentos que vinham para servirem de mão de obra nesses grandes projetos. E assim, os municípios de Marabá-PA e São Domingos do Araguaia- PA, tiveram consideráveis crescimento populacionais a partir desse período.

Em meio às grandes transformações que impactaram no forte crescimento populacional durante o processo de reestruturação do território, ao trazermos a cidade de Marabá para discussão, observamos que a população marabaense continua crescendo visivelmente além da taxa anual de crescimento demográfico da Amazônia (RODRIGUES, 2010). No final de 2007, a população foi estimada em 196.468 habitantes. Em 2010 esse número atingiu 233.462 pessoas. No ano de 2016 chegou a 266.932 habitantes, o que representa um crescimento de 14,33% em relação a 2010 e de 35,86% se comparado a 2007 (FAPESPA, 2016).

É relevante destacar que a dinâmica de ocupação do território da cidade de Marabá-PA passou por intensas modificações entre as décadas de 70 a 90 com o aumento populacional que passou de 24.474 para 123.668 que correu de forma desordenada, sem planejamento urbano e política pública ambiental adequada. As divergências nos interesses na apropriação territorial resultaram no aumento dos conflitos socioambientais e fundiários. De um lado, maior favorecimento ao agronegócio fomentado pelos incentivos fiscais e novas infraestruturas para o desenvolvimento da economia e do outro a população tradicional local que perdia seu território e a diminuição da economia predominante do extrativismo vegetal da exploração dos castanhais (EMMI, 1998).

Já em São Domingos do Araguaia – PA, a evolução populacional ocorreu entre os anos de 1991 e 2010, conforme podemos observar os dados na tabela 1.

Tabela 1: Evolução populacional de São Domingos do Araguaia – PA. IBGE (2015).

Ano	São Domingos do Araguaia	Pará	Brasil
1991	15.398	4.950.06	146.825.4
1996	17.888	5.466.14	156.032.9
2000	20.005	6.192.30	169.799.1
2007	21.094	7.065.57	183.987.2
2010	23.130	7.581.05	190.755.7

Com dados mais atuais, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015 a população estimada de São Domingos do Araguaia - PA, correspondia a 24.451 habitantes, sendo 34% vivendo na zona rural e 66% na zona urbana com um IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de 0,594 sendo considerado baixo. Em 2016 a previsão foi para 24.659 habitantes, com uma área territorial de 1.392,32 km², com uma densidade demográfica de 17,24 km². A taxa de urbanização em 2000 era de 54,38 % e em 2010 de 65,95%.

A partir desse momento, a ocupação do território vai se fortalecendo em São Domingos do Araguaia - PA , pois novos bairros vão sendo consolidados sem ordenamento do território, e assim loteamentos e outras áreas de interesse social e econômico vão aflorando por vários espaços da cidade.

Para a região sudeste do Pará, o projeto proposto pela dinâmica capitalista regional, não contemplou todos igualmente (PICCOLI, 2006). Assim, Hall (1991) questiona para quem é o desenvolvimento na Amazônia, e, aponta o Projeto Carajás como forte modificador do espaço amazônico, uma vez que a política oficial do governo incentivou a criação de gado e a extração de madeira, e desse modo despertou cada vez mais o debate sobre o desmatamento e seus impactos negativos sobre a população principalmente as comunidades indígenas, ribeirinhos e quilombolas.

A desestruturação da organização do espaço amazônico tradicional, às margens dos rios, e a tentativa de implantação de um novo padrão aflora a perspectiva de se entender essa nova configuração geográfica social (GONÇALVES, 2010).

A partir destas reflexões, Maricato (2009 p.38), ao abordar sobre o processo de urbanização no Brasil, afirma que uma das marcas desse processo está voltado para a concentração e centralização de população e de poder no território. Uma vez que esse processo de urbanização concentrada tem outro lado marcado por características negativas como a ocupação imprópria do solo, que afeta as áreas ambientais como as margem de igarapé, córregos, várzea e florestas, e provoca o crescimento espontâneo de encostas que margeiam os rios, trazendo sérios problemas de ordem social e ambiental.

Nesse sentido, Ribeiro (2008), ressalta que as manchas urbanas exigem muita água para a produção do seu espaço e para suprir as necessidades de seus habitantes. A população centralizada em cidades enfrenta grandes desafios para conseguir água de qualidade. Pois as principais razões da carência desse recurso nas cidades são a degradação das nascentes, vazamentos do sistema de

distribuição e a degradação da água subterrânea devido ao contato com material poluente, como o chorume dos resíduos sólidos urbanos que são depositados de formas inadequadas.

Destaca ainda que “o fato mais grave é que a legislação de proteção dos mananciais criada na década de 1970 e revista na década de 1990, não conseguiu coibir a ocupação irregular nas áreas de nascentes” (p.35). Nesse contexto Tucci e Bertoni (2003), afirmam que o aumento de bairros periféricos da América Latina, tem sido bastante expressivo. Sendo que o crescimento da população urbana no Brasil tem acelerado nos últimos anos.

Ainda, Tucci e Bertoni (2003), asseguram que parte da população brasileira vive em favelas, na miséria, ocupando áreas de riscos e inundáveis, sem infraestrutura básica de água, saneamento e drenagem. O crescimento urbano tem causado um ciclo de contaminação pelos efluentes da população urbana que são o esgoto doméstico, industrial e os esgotos pluviais, e desse modo, estão contaminando os mananciais.

Silva (2011), afirma que o desafio motivado nas cidades amazônicas relacionado ao acesso de desenvolvimento voltado para a sustentabilidade ambiental permanece oculto, uma vez que, na Amazônia uma parte bem expressiva da população já reside no espaço urbano, entretanto precisando de subsídios eficazes que garanta a sobrevivência. Assim sendo, para que haja “o progresso de uma sociedade, é necessário que o desenvolvimento passe por dimensões básicas e essenciais de transformações sociais, como a educação, a cultura, e a ciência/tecnologia” (SILVA, 2012, p.40).

Assim, observa-se que além do Rio Tocantins em Marabá - PA, a microbacia dos igarapés Açaiçal e Gabriel em São Domingos do Araguaia-PA, vem passando por agravos ambientais de forma bastante expressiva. Deste modo, para pensar a dinâmica territorial urbana, sobretudo o uso do/no território das nascentes dos igarapés em análises de forma sustentável, Botelho (2011) adverte que a melhoria nas condições do curso d'água urbano conduz a um novo olhar, de forma positiva nas cidades, pois a sociedade tem a possibilidade de admirar, respeitar, vivenciar e cuidar do rio e igarapés, criando algumas das premissas indispensáveis para o estabelecimento e funcionamento das cidades sustentáveis. Fv v

Estudar a estruturação e urbanização das cidades amazônicas, nos faz refletirmos sobre a importância da consolidação do território amazônico de forma sustentável, a fim de minimizar os impactos da degradação dos Rios e Igarapés da região.

O TERRITÓRIO AMAZÔNICO: ESTRUTURAÇÃO, URBANIZAÇÃO E A RELAÇÃO COM A DEGRADAÇÃO DOS RIOS E IGARAPÉS

Para estudar as questões até aqui, descritas e entender a estruturação do território as margens do Rio Tocantins em Marabá - PA e dos igarapés Açaizal e São Gabriel em São Domingos do Araguaia - PA, os conceitos de Território apresentados por Haesbaert (2004), são de suma importância para se entender as diferentes formas de relação sobre o uso do/no território.

Pensar a dinâmica socioambiental na microbacia dos igarapés Açaizal e Gabriel no perímetro urbano de São Domingos do Araguaia é refletir em relações de poder que envolve a disputa pelo uso e ocupação do território, conforme discutiu Haesbaert (2010).

Haesbaert (2004), expõe uma valiosa e polissêmica concepção da noção de território. O autor discute o território, partindo do significado contido no dicionário de Les most de la Géographie, onde as seguintes definições de território são apresentadas, ou seja a que está relacionada a malha de gestão do espaço, de apropriação realizada de forma incompleta; a que se refere ao espaço apropriação com sentimento ou consciência de sua apropriação; a que está relacionada a noção ao mesmo tempo jurídica, social e cultural e afetiva; a que diz respeito a um sentido figurado, metafórico, e um sentido fraco, como sinônimo de algum espaço e por último a que evoca a distinção entre rede, linear, e um território sendo feito de lugares que são integrados. Ainda, apresenta que o território é focado numa expectativa geográfica, intrinsecamente integradora, sempre em processo. A territorialização como domínio (político econômico) e a apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos, e assim, destaca três vertentes básicas para uma melhor compreensão da noção de território: a 1ª noção refere-se a jurídico-política do território relacionado ao poder político do Estado, sendo a mais difundida, pois o território é visto como um espaço delimitado e controlado na maioria da vezes, pelo Estado; a 2ª noção é a do cultural ou simbólico-cultural onde o território é visto como produto de apropriação e valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; a 3ª noção, apresenta a noção econômica onde o território é visto como fonte de recursos e/ ou incorporação no embate entre as classes sociais e na relação capital-trabalho. Neste sentido, Haesbaert (2010) lança um conjunto de perspectivas teóricas, e assim retoma um de seus artigos que discute a conceituação de território: a) o binômio materialismo-idealismo, desdobrado em função de

duas outras perspectivas: i. a visão que denominamos “parcial” de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a “natural”, a econômica, a política ou cultural); ii. a perspectiva “integradora” de território, na resposta a problemática que, “condensadas” através do espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas.

b) O binômio espaço-tempo, em dois sentidos de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), ou seja, na distinção entre entidade físico-material (como “coisa” ou objeto) e social-histórica (como relação); ii. Sua historicidade e geograficidade, isto é, se se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado (s) período (s), grupos (s) social (is) e/ou espaço (s) geográfico (s) (p.41). Nota-se uma conceituação teórica bastante ampla, mas como mostra este autor, a resposta a estes referenciais, vai depender da posição filosófica seguida pelo pesquisador. Um marxista, por exemplo, poderá defender uma noção de território numa visão do materialismo histórico e dialético, privilegiando sua dimensão material, principalmente com embasamento econômico e de forma contextualizada de acordo com os fatos e sendo definida, a partir das relações sociais nas quais se está inserido. Havendo um sentido claramente relacional, sendo assim, estimulados a procurar superar a dicotomia material/ideal, uma vez que o território envolve a dimensão material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o imaginário geográfico que não somente mobiliza como une ou é item indissociável destas relações

Assim, para discutir o conceito de urbanização e sua relação com estes igarapés e com o Rio Tocantins, corroboramos com Castells (1983) que entende que a estruturação e urbanização são formas espaciais da organização social em constante transformação, cuja expressão se materializa nas modificações evidenciadas no meio ambiente edificado e suas demandas por produtos e serviços. Em contribuição, Harvey (1980) considera a urbanização como espaço construído, constituído sistemicamente de parte dos meios de produção e conseqüentemente, dos meios de trabalho evidenciados. Em uma compreensão mais direta Beaujeu-Garnier (1980), considera a urbanização como o movimento de desenvolvimento das cidades, simultaneamente em número e tamanho, tendendo a transformar e influenciar, paulatinamente, as cidades e seus arredores. E nessa perspectiva Sposito (2004), ressalta que o processo de urbanização se configura ao longo do tempo, influenciadas com o aparecimento das primeiras cidades a partir dos diferentes modos de produção, sob diversas formas dependendo do modelo de produção adotado, da divisão social e territorial do trabalho, às transformações de ordem política e sociais, às manifestações de caráter cultural.

Segundo o Caderno da região hidrográfica do Tocantins-Araguaia (2006), a bacia hidrográfica do Tocantins-Araguaia é a segunda maior região brasileira em termos de disponibilidade hídrica apresentando 13.624 m³/s de vazão média (Q), equivalente a 9,6 % do total do País e uma vazão específica média de 14,84 L/s/km², considerando a área de 918.273km². Essa região foi determinada, pela Agência Nacional de Águas (ANA), como prioritária para a implementação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), que são definidos pela Lei 9.433/97. Essa determinação aflorou em virtude da elaboração do Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia dos Rios Tocantins e Araguaia (PERHTA), acompanhando a diretriz do Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, que é a de colocar em praticar a PNRH de forma interligada, descentralizada e participativa nas essenciais bacias e regiões hidrográficas do Brasil.

De acordo com o relatório da ANA (2009), a Região Hidrográfica do Tocantins–Araguaia (RHTA) encontra-se em meio aos paralelos sul 0° 30” e 18° 05” e os meridianos de longitude oeste 45° 45” e 56° 20”. Possui uma forma extensa, com sentido Sul–Norte, no qual segue em direção aos principais cursos d’água dos rios Tocantins e o Araguaia, que se juntam na parte setentrional da região, na qual é designado para Rio Tocantins e desaguar na Baía da Ilha de Marajó. E depois da confluência com o rio Araguaia recebe pela margem direita, o Itacaiúnas.

As cidades de acordo com o tempo e suas diferentes etapas do processo histórico podem assumir formas e funções distintas e espaciais, correspondendo a cada época, ao produto da divisão, do tipo e dos objetos de trabalho, bem como do poder nela centralizado. Assim, pensar a cidade requer que se compreenda a articulação desta cidade com a sociedade levando em consideração: a sua organização política, a sua estrutura de poder da sociedade, a sua natureza e repartição das atividades econômicas, as classes sociais, bem como as diversas áreas coexistentes (CARLOS, 2007).

Por sua vez Sposito (2004), conceitua o termo cidade, como um conjunto de diversas funções sociais, onde anteriormente Benévolo (1991) emprega a palavra cidade dando a ela dois sentidos: para indicar uma organização da sociedade concentrada e integrada, e para indicar uma situação física desta sociedade. Para Lefebvre (2008), a cidade também é o local onde as contradições da sociedade considerada se manifestam como, por exemplo, aquelas entre o poder político e os diferentes grupos sobre os quais esse poder se estabelece, constitui expressão da materialização espacial das desigualdades sociais emergentes na sociedade

atual. Tal aspecto se faz evidente na distribuição espacial de habitantes na cidade, e na contradição entre a produção e a apropriação da riqueza, o que nos leva a refletir em conformidade com o autor que a cidade de acordo com o modelo de produção e a urbanização empregada refletirá o modelo e mudanças sociais e a divisão social do trabalho decorrente do processo de urbanização empregado, impactando de forma mais intensiva ou não sobre o meio ambiente.

Historicamente, a ocupação ribeirinha e a fundação de cidades foram progressivas, e acompanharam os ciclos econômicos. Em meados do século 17, o padre Antônio Vieira, Visitador-Geral das Missões dos Estados do Pará e Maranhão, explorou o rio Tocantins, estabeleceu núcleos missionários e caracterizou como “região amazônica”, a partir da identificação da biodiversidade específicas do território (DROULERS, 2017).

As regiões construídas em função da atração da água e pela valorização das beiradas receberam a denominação “territó-rios”, que representa a tentativa de observar o fenômeno da territorialização através de um jogo simbólico de dupla significação entre a palavra raiz “terra” e “rio”, como espaço de relações de poder e consolidação da sociedade (DROULERS, 2017). Em face desse contexto, no território amazônico se destaca o fato de grande parte dos aglomerados como vilas, povoados e cidades apresentarem íntima relação e interação, funcional e simbólico-cultural, com a floresta e com os rios (LIMA, 2016).

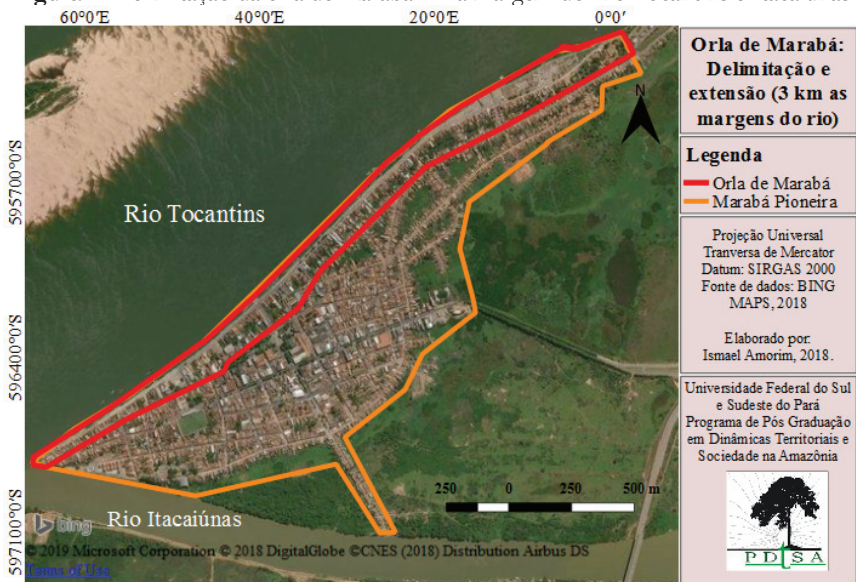
Na Amazônia brasileira especialmente os espaços urbanos localizados às margens dos rios, na maioria das vezes, as especialidades foram impostas, o que não significa reconhecer, de um lado, que estas formas não são homogêneas e, de outro, guardam resíduos de relações pretéritas como sinais de resistência (OLIVEIRA, 2013).

A questão fundamental para se compreender a dimensão do controle do espaço das cidades amazônicas em especial àquelas localizadas às margens dos rios, é que é preciso ultrapassar as análises baseadas nas macroestruturas. Elas são fundamentais, mais insuficientes, pois que é preciso considerar também as coisas simples, a vivência do dia a dia, o cotidiano (OLIVEIRA, 2013). O retrato social por si evidencia marcas dos conflitos de identidade, dos choques culturais e da ideologia política com características de opressão (BHABHA, 2010), incorporada ao modelo de ocupação da Amazônia, que resultou no distanciamento a noção de desenvolvimento sustentável da região.

Dentro do processo histórico de ocupação territorial da cidade de Marabá e sua relação com os rios é importante ressaltar que até o final da década de 1950,

conforme ilustrado na figura 2 é possível perceber que o crescimento urbano ocorreu predominantemente na confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas, (HALMENSCHLAGER et al., 2008).

Figura 2: Delimitação da orla de Marabá-PA à margem do Rio Tocantins e Itacaiúnas.



Fonte: Elaborado por Ismael Amorim (2018).

A delimitação espacial da região da orla do Rio Tocantins utilizada compõe a área onde iniciou os primeiros movimentos de estruturação do território da cidade de Marabá-PA, o que reflete no alcance dos determinantes sociais que moldam o perfil dos moradores desse espaço, que convivem com uma combinação de elevada degradação ambiental e subdesenvolvimento econômico.

Os rios sempre foram de primeira importância para o processo de ocupação da Amazônia, como estamos discutindo, e eles foram vistos sempre como aberturas, caminhos e fronteiras (DROULERS, 2017). Na verdade, a espacialidade das cidades e a relação com os rios, revelam as diferentes estratégias dos diversos agentes produtores do espaço urbano que buscam a partir das condições concretas, defender seus interesses, o que leva a compreender a paisagem das cidades como resultado de determinações múltiplas, do Estado e de diferentes sujeitos sociais, das relações sociais de

produção, e mais que isso, como depositária de vida, sentimentos e emoções traduzidas no cotidiano das pessoas (OLIVEIRA, 2013).

As situações de deslocamento humano em massa, se não geridas adequadamente, também podem acelerar a degradação ambiental (ROMERO; RODRÍGUES, 2011). A ocupação territorial da Marabá Pioneira, por exemplo, às margens do Rio Tocantins, é fruto de um processo histórico de pressão populacional sobre o espaço. Como resultado, as condições socioambientais impactam em vulnerabilidades que persistem ao longo do tempo.

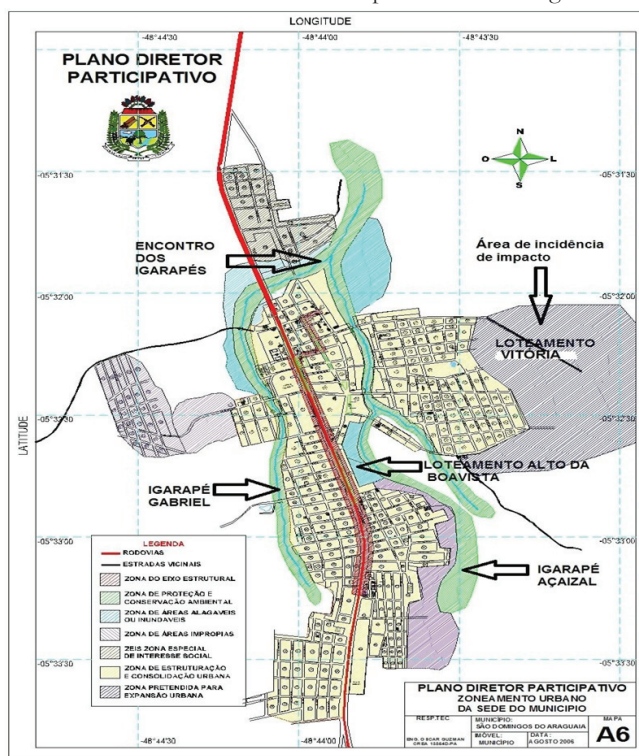
Como discutido anteriormente, a medida que a população cresce, novos espaços vão sendo reordenados de forma seletiva para a formação de novos bairros, e desse modo, a expansão urbana avança cada vez mais em direção as microbacias e aos rios. Em Marabá e em São Domingos do Araguaia - PA, ao longo dos anos, uma expansão desordenada dos espaços urbanos tem-se observado, onde as margens dos rios e igarapés estão a cada ano mais pressionadas pelo uso e ocupação antrópica.

O Plano Diretor de São Domingos do Araguaia-PA, define a sede municipal como Núcleo Urbano consolidado com a finalidade de planejamento e gestão, conforme ilustrado na (Figura 3), a área de preservação e proteção ambiental, ponto de concentração da microbacia hidrográfica dos igarapés Açaizal e Gabriel, as áreas alagáveis e inundáveis defendida nesse Plano, porém essa área já está consolidada com o loteamento urbano privado, as áreas impróprias, o eixo estrutural no centro da cidade, a Rodovia 153, as estradas vicinais e a área de pretensão de expansão urbana.

Santos (1996), destaca que é preciso compreender a cidade não só através de sua observação, mas a partir de sua dinâmica, sua geografia e sua história, porque a constituição da cidade é ao mesmo tempo, uma inovação da técnica e a organização da produção. Assim, a cidade se materializa mediante a intensa divisão social do trabalho, que desse modo, proporciona o surgimento de diferentes ambientes, que aos poucos vão se estruturando. Enquanto Corrêa (1997) complementa chamando de recortes espaciais o núcleo central, as áreas fabris, os subcentros comerciais, áreas residenciais populares e a zona periférica.

Com a expansão urbana desordenada os igarapés Açaizal e São Gabriel, visivelmente vem sendo degradados, uma vez que parte da mata ciliar foi retirada e há a presença de material (piçarra) distribuído na abertura de ruas sobre suas margens e os assoreando.

Figura 3. Zoneamento urbano da sede do município de São Domingos do Araguaia – PA.



Fonte: Adaptado do Plano Diretor Participativo do Município de São Domingos do Araguaia –PA.

E assim, ao analisar o processo de urbanização da região da orla do Rio Tocantins em Marabá, e às margens dos Igarapés Açaizal e São Gabriel em São Domingos do Araguaia - PA, Borgo (2011) e Hentz (2019) citam que os moradores ribeirinhos, na tentativa de resolver o problema da falta de saneamento, fizeram ligações dos banheiros para o esgoto a céu aberto as quais escoam diretamente para o rio e igarapés sem tratamento prévio. Diante das análises, a intervenção impacta diretamente para ampliar as condições de vulnerabilidade e a exposição da população a doenças.

Diante dos inúmeros impactos socioambientais decorrentes desta estruturação insustentável, corroboramos com Becker (2009), ao discorrer sobre novas tendências, do Plano Amazônia Sustentável-PAS delineado para a Amazônia neste século XXI, onde destaca-se que as mudanças ocorridas na

região amazônica revelam que não se trata mais de ocupar o território, pois este já está ocupado, deseja-se que as florestas existentes sejam mantidas com suas relativas populações e as políticas públicas sejam voltadas para a consolidação do desenvolvimento esperado atualmente por todos os grupos sociais.

Entender a dinâmica das cidades amazônicas é compreender os mecanismos com os quais os diferentes sujeitos sociais estabelecem estratégias de dominação e controle sobre o território (OLIVEIRA, 2013).

Nesse contexto, quanto à ocupação da região da orla do Rio Tocantins em Marabá, Bordalo (2013) destaca a importância de ter sido adotado nas políticas públicas o uso da bacia hidrográfica como unidade de estudo e gerenciamento das diferentes formas de ocupação e das diversas potencialidades ambientais, adotando-se objetivos de planejar, coordenar, executar e manejar as melhores formas de apropriação e exploração dos recursos ambientais, proporcionando o desenvolvimento socioeconômico das respectivas populações e a sustentabilidade dos recursos ambientais diminuindo ou evitando a degradação da qualidade de vida.

Assim, a urbanização voltada para questões ambientais vêm ganhando destaque e um dos focos de concentração nessa discussão encontra-se o debate entre a questão do desenvolvimento econômico, o uso tecnológico aplicado dos grandes centros urbanos e seus reflexos socioambientais.

RELAÇÃO ENTRE URBANIZAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Há décadas prevalecem nas fronteiras amazônicas dinâmicas de ocupação do espaço baseadas em formas agressivas de exploração do ambiente, as quais se associam vários problemas, gerando impactos e degradação socioambiental. As relações historicamente estabelecidas entre sociedade e natureza nessas áreas revelam a predominância de uma visão moderna que geralmente reduz os elementos naturais existentes a uma condição de “recursos” e de uma disputa pela posse e uso dos mesmos, tendo em vista os diferentes interesses que orientam os diversos atores locais (OLIVEIRA et al, 2011).

O modelo de desenvolvimento proposto pelo Estado que eleva a concentração industrial e populacional urbana, não se equilibra com a infraestrutura necessária para atender toda população, em especial as que vivem as margens dos rios e igarapés, que no contexto do desenvolvimento urbano não são contempladas

com políticas públicas que proporcione melhorias de vida, através de um desenvolvimento sustentável, que visa à mitigação da degradação ambiental nesta região (HERCULANO, 2000).

As cidades de hoje são lugares bem diversos das cidades do passado, não só porque o conjunto arquitetônico e a infraestrutura foram profundamente modificados, mas porque foram mudados também a terra, a floresta, os rios e, sobretudo a cultura, quer pela dinamicidade, quer pela estagnação (OLIVEIRA, 2013). É da combinação dos aspectos envolvidos nas condições de vulnerabilidade que resultam os desastres e seus efeitos, com as perdas ou danos materiais e econômicos, assim como os impactos ambientais e à saúde das populações (FREITAS et al, 2014).

As cidades e sua população estão em um desafio constante com seu espaço, sofrendo com problemas locais, reivindicando infraestrutura, lazer, e trabalho. A exemplo da proliferação de assentamentos da reforma agrária e dos movimentos dos sem teto sobre encostas, à beira dos rios, córregos, nas áreas de proteção ambiental e proteção permanente (APP), com precariedades urbanísticas, sem saneamento básico, com altas vulnerabilidades sociais e riscos ambientais, são facilmente percebidos. Para Becker (2003) o crescimento populacional na Amazônia não foi acompanhado pela implementação de serviços básicos essenciais que garantissem o mínimo de qualidade e seguridade para a maioria dos habitantes das cidades.

No que diz respeito à qualidade das águas urbanas de superfície, Botelho (2011) afirma que com a expansão demográfica e urbana nos últimos anos ocorreram alterações na quantidade e, sobretudo, na qualidade das águas, degradando-as. Até porque a qualidade da água dos rios que compõem uma bacia hidrográfica está relacionada com o uso do solo e com o grau de controle sobre as fontes de poluição que existe na bacia.

Em Marabá - PA e São Domingos do Araguaia-PA os empreendimentos industriais, imobiliários e de extração extrativistas vegetação e minerais estão constantemente influenciados por perspectivas espaciais, baseada em padrões de localização e valor econômico, a exemplo de áreas de extração de argila localizadas à margem esquerda da planície do Rio Itacaiúnas, em Marabá, ocasionando mudanças topográficas (surgimento de cavas), desmatamentos, tanto nas ciliares, áreas de preservação permanentes (APPs), quanto às matas nativas onde estão localizados os depósitos residuais.

É possível, também observar que o processo de expansão urbana em São Domingos do Araguaia - PA, não está sendo realizado em consonância com o

plano diretor do município e isso tem contribuído para a degradação ambiental na microbacia dos igarapés.

Percebemos que o processo de urbanização provoca consequências no âmbito social e ambiental, pois, a urbanização da Amazônia consolidada a partir da década de 1960 continua se acentuando até os dias atuais, enquanto a dinâmica das cidades se contrapõe a gestão e são pressionadas pelo cumprimento de legislações urbanísticas e ambientais tanto na condição nacional, estadual, como municipal, e assim lutando para o ajuste e compatibilidade voltadas para a realidade local e principalmente, para apresentar alternativas que resultem no avanço da economia de maneira que retire muitos dos seus moradores da miséria, com a intenção de consentir a promoção de um desenvolvimento mais atencioso para as questões ambientais (SILVA, 2012, p.39).

Com os problemas causados pela urbanização mal gerida nos territórios amazônicos, os impactos mais marcantes são as condições de vulnerabilidade em que a população ribeirinhas se encontram. A vulnerabilidade é uma característica que pode aumentar o risco na presença de um perigo, pois é impactada em função da exposição, a suscetibilidade aos impactos e a capacidade ou não de controlá-los ou se adaptar a eles (FRANCO-ROMERO; ROJAS RODRÍGUES, 2011). Ao reconhecer a possível relação causal entre o estado do meio ambiente e o bem-estar humano e vulnerabilidade, fica mais fácil perceber que a alteração nos ecossistemas pode gerar riscos de diferentes níveis de vulnerabilidade social e ambiental para a saúde humana de cada grupo social impactado.

Na tentativa de identificar situações de riscos impostas aos pescadores ribeirinhos das margens do Rio Tocantins na Orla de Marabá, e nas margens dos igarapés Açaizal e São Gabriel em São Domingos do Araguaia- PA, Borgo e Hentz (2012) e Souza (2017), promoveram análises sobre as condições habitacionais dessa população e a partir destas apontaram que devido à falta de saneamento básico adequado e precariedade dos serviços de fornecimento de água potável a população sofre os impactos refletindo em sua própria saúde, pois são desprovidas do conhecimento dos riscos ambientais que podem sofrer.

A implicação dos fatores sociais reflete o fato de que existe uma dependência estreita entre os ecossistemas e as populações humanas (FRANCO-ROMERO; ROJASRODRÍGUES,

2011). Para os autores, a água é um elemento crucial nos ecossistemas; sua quantidade e qualidade, além das temperaturas e da quantidade de energia solar,

determinam que tipo de animais, plantas e insetos habitam tal ecossistema e, também como serão classificados.

Para essa compreensão observa-se que a noção de urbanização é complexa, uma vez que, leva em consideração o percentual de urbanização e o aumento urbano. Assim o êxodo rural em países subdesenvolvidos, também é um acontecimento complexo, pois trata-se de intenso contingente migratório que é favorecido pelo desenvolvimento da rede viária que é dirigido para as cidades e acaba sendo instrumental, na grande maioria, do crescimento urbano (SANTOS, 2008).

CONCLUSÕES

Apesar da existência de políticas públicas e ambientais, sobretudo, o Plano Diretor Participativo dos Municípios de Marabá - PA e São Domingos do Araguaia - Pará, percebe-se que a inexistência de planejamento está causando impactos ambientais e sociais nestes municípios. Há necessidade de se fazer valer na prática as oratórias explícitas nos Planos Diretores, no sentido de garantir o desenvolvimento do município acompanhando não só as atividades econômicas e socioculturais, mas também garantindo qualidade de vida à população.

Diante dos resultados do estudo, a compreensão do processo de degradação socioambiental e a relação desta com a qualidade de vida dos moradores que vivem às margens do rio Tocantins na orla de Marabá-PA e as margens dos igarapés Açaizal e São Gabriel em São Domingo do Araguaia – PA, ainda é falho pois a despeito da dinâmica de crescimento econômico percebida na região, persiste o legado histórico de baixo progresso social, elevada degradação ambiental e subdesenvolvimento econômico.

Contudo, entende-se que não há uma solução imediata que resolva todos os problemas socioambientais causados pelo crescimento urbano desordenado, todavia, as ações educativas elaboradas pela gestão pública no sentido de conscientização, que sensibilizem e cuide do meio ambiente, devem ser colocadas em prática imediatamente, pois deverão minimizar o avanço da degradação socioambiental local, sobretudo se vierem seguidas de políticas públicas sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Desenvolvimento Sustentável: qual a estratégia para o Brasil?** Novos Estudos. CEBRAP, v. 87, julho, 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/nec/n87/a06n87.pdf>>. Acessado em 09 de dezembro, 2019.

BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do terceiro milênio.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 180p.

BORDALO, C. A. L.; COSTA, F. E. V. **Uma análise das primeiras experiências de gestão em bacias hidrográficas na Amazônia.** In: SILVA, Christian Nunes da ... [et al.]. Sociedade, espaço e políticas territoriais na Amazônia paraense. /1.Ed. - Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

BORGO, J. D. H. **Diagnóstico do uso socioeconômico e ambiental do Rio Tocantins em Marabá – Pará.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Ciências Agrárias de Marabá, da Universidade Federal do Pará – Campus Universitário de Marabá. Marabá – PA. 2011. 144p.

BOTELHO, R. G. M. **Bacias Hidrográficas Urbanas.** In GUERRA, Antônio José Teixeira (Org.). Geomorfologia Urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. Cap. 3, p. 72-115.

CARVALHO, J. A. M.; MONTE-MÓR, R. L.; SATLER, D. As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia Brasileira. **Nova Economia.** Belo Horizonte, v. 19, jan-abril, 2009. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/neco/v19n1/02.pdf>>. Acessado em 08 de dezembro, 2019.

DROULERS, M. Fazer Território-rios na Amazônia. **Revista franco-brasileira de geografia.** Dossiê Araguaia. V. 31, n.31, Confins, 2017.

DRUMMOND, José Augusto. “A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa”. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 4, (8), 2000.

EMMI, M. F.; MARIN, R. A. Crise e rearticulação das oligarquias no Pará. **Revista Instituto de Estudos Brasileiro.** São Paulo 40:51-68, 1998.

FREITAS, C. M. D.; XAVIER, D. R.; BARCELLOS, C. Eventos climáticos extremos e consequências sobre a saúde: o desastre de 2008 em Santa Catarina segundo diferentes fontes de informação. **Ambiente & Sociedade.** São Paulo: v. XVII, n.4. p.273-294. Out.-dez. 2014. Disponível em: < <http://>

www.scielo.br/pdf/asoc/v17n4/a12v17n4.pdf>. Acessado em 10 de Setembro de 2020.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA). **Estatísticas Municipais Paraenses: Marabá – Belém**, 2016. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/1238.pdf?id=1508293619> Acesso em: 14 de outubro, 2019.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo, Contexto, 2001. 184p.

HALL, A. L. **Amazônia: Desenvolvimento para quem?** Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1984.

HALMENSCHLAGER, F.; OLIVEIRA, M.; ASSIS, W. S. D. Dinâmicas territoriais e as complexidades das áreas de fronteira agrária na Amazônia oriental. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 16, no. 2, 2008: 228-261.

HÉBETTE, J. **Cruzando a Fronteira**. 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia. Belém, EDUFPA, 2004. 4v.

HERCULANO. S. C. **A qualidade de vida e seus indicadores**. UFF. Niterói-RJ. 2000. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/herculano.pdf>> Acesso em 14 de agosto 2020.

HOMMA, A. **Amazônia: meio ambiente e desenvolvimento agrícola**. Brasília, DF: EMBRAPA-SPI, 1998. 386p.

LIMA, M. M. A produção social do espaço e a relação cidade-rio na ribeira de Marabá-PA: modernização, conflitos e resistências. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 2, p. 267-280, mês. 2016. ISSN 2179-0892.

MARICATO, J. (Org.). **Crescimento Econômico e Distribuição de Renda**. Prioridade para ação. São Paulo: Ed. Senac, 2009, p. 231.

MENDONÇA, F. A. **Geografia e Meio-Ambiente**. São Paulo, Contexto, 1993.

MONTEIRO, M. de A. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados: Dossiê Amazônia Brasileira I**. vol.19, n.53, Jan./Abr. 2005. São Paulo. 187p. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24088.pdf>. Acessado em 14 de maio de 2018.

NUNES, D. A.; JÚNIOR, S. C. C. T. (Sobre)vivências ribeirinhas na orla fluvial de Marabá-Pará: agentes, processos e espacialidades urbanas. **Novos Cadernos NAEA**, v. 15, n. 1, p. 209-238 jun. 2012. Disponível em: < <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/3286>>, Acesso em: 14 de outubro, 2019.

OLIVEIRA, M. C. C. D.; ALMEIDA, J. e SILVA, L. M. S. Diversificação dos sistemas produtivos familiares: reflexões sobre as relações sociedade-natureza na Amazônia Oriental. **Novos Cadernos NAEA**, v. 14, n. 2, p. 61-88, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/502>>, Acesso em: 14 de outubro, 2019.

OLIVEIRA, J. A. D. **As cidades na natureza, a natureza das cidades e controle do território**. 2013. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Jose%20Aldemir%20de%20Oliveira.pdf>>. Acessado em: 09 de dezembro, 2019.

RODRIGUES, J. C. **Marabá: centralidade urbana de uma cidade média paraense** / Jovenildo Cardoso Rodrigues; Orientadora, Rosa Elizabeth Acevedo Marin. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – Belém: UFPA, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2706/1/DissertacaoMarabaCentralidadeUrbana.pdf>>, Acesso em: 10 de setembro de 2020. 188p.

SANTOS, B. de S.; CHAUI, M. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013. 133p.

SILVA, A. P. e SILVA, C. M. **Planejamento ambiental para bacias hidrográficas: Convergências e desafios na bacia do Rio Capibaribe, em Pernambuco-Brasil**. HOLOS, Ano 30, Vol. 01.2011.

SOUZA, N. C. **Dinâmicas socioambientais e a qualidade ambiental na microbacia hidrográfica do Igarapé Açaizal e Gabriel em São Domingos do Araguaia-PA: desafios e perspectivas**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA). Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Marabá-PA. 2017.161p.

TEISSERENC, P. Ambientalização e territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira. In: **Revista ANTROPOLÍTICA** N° 29, segundo semestre de 2010.

THÉRY, H. **Situações da Amazônia no Brasil e no continente.** Estudos Avançados 19 (53), 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24079>>. Acessado em 08 de dezembro, 2019.

EXPANSÃO URBANA: DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E UMA NOVA CENTRALIDADE NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ

Teresa de Jesus Peixoto Faria

Maria Alice Ribeiro de Oliveira Pohlmann

INTRODUÇÃO

Neste texto apresentamos os primeiros resultados da pesquisa *Estudo das dinâmicas sociais e espaciais urbanas das cidades médias: Campos dos Goytacazes novas centralidades e periferias*⁵⁶. Discutimos o recente processo de expansão urbana de Campos dos Goytacazes, cidade média, situada na antiga região norte fluminense⁵⁷, em direção à região do município denominada Baixada Campista⁵⁸. Nossa análise se concentra no 2º Distrito de Goytacazes, em que observamos a conformação de uma nova centralidade.

Entendemos que esse é apenas um dos eixos do processo de urbanização espraiada de Campos dos Goytacazes, em que a malha urbana se espalha de maneira desordenada e difusa em diversas direções da extensa planície, cortada pelo rio Paraíba do Sul e canais de drenagem, e plena de brejos, lagoas e canaviais.

A cidade de Campos dos Goytacazes era completamente cercada e comprimida por canaviais e usinas de produção de açúcar, pois a sua principal atividade econômica é, desde o período colonial, a agroindústria canavieira.

⁵⁶ Financiada pela FAPERJ (edital N° 12/2018 – PROGRAMA “Apoio às Universidades Estaduais - UERJ, UENF e UEZO - 2018”). A pesquisa se insere no eixo temático do projeto intitulado “Expansão urbana, Políticas Públicas, desigualdades e justiça socioespacial”. Um dos resultados finais será apresentado na tese de Maria Alice Pohlmann, em fase de revisão final.

⁵⁷ A antiga região Norte Fluminense localizada na região Sudeste do Brasil, a partir de 01/01/1990, com a divisão Regional do Brasil em Microrregiões e Mesorregiões Geográficas, foi denominada Mesorregião Norte Fluminense. Em 2017, foi realizada a Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias (<https://www.ibge.gov.br>).

⁵⁸ Segundo Aristides Soffiati, a Baixada Campista foi construída por dois sistemas hídricos. O principal é o do rio Paraíba do Sul, sendo o segundo é um complexo de rios e lagoas (<http://opinioes.folha1.com.br/2018/02/11/aristides-soffiati-drenagem-urbana-de-campos/>). A região tem um importante papel no processo histórico, cultural e econômico do Município de Campos dos Goytacazes. O início da ocupação da Capitania de São Tomé, com a criação de gado no século XVII, se deu na Baixada Campista, quando os Sete Capitães por ali adentraram através da Lagoa Feia. No século XVIII, a principal atividade econômica passa a ser a monocultura da cana-de-açúcar com a instalação dos primeiros engenhos. Hoje se destaca pela sua indústria de cerâmica. O atual 2º Distrito de Goytacazes (antiga Freguesia de São Gonçalo) se localiza nesta região.

Desse modo, a expansão da cidade historicamente ocorre a partir da “liberação” das antigas propriedades rurais (ZACCHI, 2012; FARIA; ZACCHI; MOTHE, 2013), transformando gradativamente os usos do solo e a paisagem da planície.

O interesse em desenvolver o estudo nesse eixo de expansão Centro Urbano-Baixada Campista se deve primeiramente ao seu papel histórico no processo de constituição do município de Campos dos Goytacazes; em seguida, porque observamos que a Baixada Campista tem sido palco de transformações significativas na configuração urbana do município, advindas desse processo de expansão urbana espraiada.

O objetivo é identificar os principais atores e fatores que têm concorrido para o avanço da expansão espraiada da malha urbana de Campos dos Goytacazes, em direção à Baixada Campista, distinguindo as continuidades e rupturas em sua relação dialética, e as formas urbanas e processos espaciais resultantes dessa expansão.

Tomamos como referência três eventos que pressupomos serem importantes nesse processo complexo que engendra interesses de vários agentes públicos e privados: i) a entrada em vigor do Plano Diretor Democrático e Participativo de 2008, elaborado por exigência do Ministério das Cidades, extinto pelo atual Governo Federal; ii) a instalação, em 2009, do Complexo Logístico Industrial e Portuário do Açú (CLIPA), no vizinho município de São João da Barra; e iii) a construção, na Baixada Campista, de conjuntos habitacionais do Programa de Habitação Popular Morar Feliz (PMF)⁵⁹, a partir de 2013, e o início das obras do Programa Bairro Legal (PBL)⁶⁰, ambos implementados pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes.

Considerando esses pressupostos, desenvolvemos a pesquisa a partir de três questões: 1) Em que medida as ações do poder público, voltadas para urbanização e habitação, interferiram no direcionamento e definição dos eixos e vetores de expansão, em direção à Baixada Campista, bem como na mudança no tipo de ocupação e uso do solo nessas áreas? 2) Qual o papel dos agentes privados e sua correlação com as ações do poder público, na implantação e localização dos diversos empreendimentos comerciais e imobiliários; 3) Qual o lugar ocupado pelo CLIPA nesse processo de expansão urbana e de formação da nova centralidade em Goytacazes?

⁵⁹ O PMF foi lançado no primeiro mandato da prefeita Rosinha Garotinho (2009-2012) e seus critérios de oferta das 10.000 moradias prometidas foram oficializados com o Decreto N°. 055/2011 (D.O.28.02.2011).

⁶⁰ O Bairro Legal foi lançado em 2009. As obras foram iniciadas a partir de 2011, em diversos bairros da cidade: construção de galerias de águas pluviais e de redes de drenagem, instalação de rede de esgotamento sanitário, sinalização, pavimentação das ruas, construção de calçadas com acessibilidade, iluminação, sinalização e tratamento paisagístico.

Para responder a tais questões, consideramos que Campos dos Goytacazes se insere no rol das cidades médias que desempenham papéis intermediários no âmbito das redes urbanas em escalas local, regional e mesmo global (CORREA, 2017), além de ser uma cidade histórica que apresenta em seus espaços heranças arquitetônicas e urbanísticas das várias fases marcantes de seu processo de urbanização.

Panerai (2006, p. 11) nos alerta que “conhecer uma cidade não é simples, sobretudo quando ela é vasta e cada época veio depositar, sem maiores precauções, sua marca sobre aquela das gerações precedentes”. Desse modo, empreendemos uma análise urbana inspirada nos seus estudos, que nos possibilita distinguir as continuidades e rupturas, em sua relação dialética, as formas urbanas e a configuração espacial resultante. Consideramos que essa abordagem permite discernir tanto as transformações históricas como as que estão atualmente em curso.

Além da análise urbana, adotamos a pesquisa histórico-documental, que permite compreender o âmbito sócio-histórico em que se constituíram as intervenções urbanísticas. As principais fontes foram: i) documentais (planos diretores, leis de uso e parcelamento do solo; relatórios), no intuito de identificar as principais diretrizes definidas para direcionar a expansão e as diversas fases do crescimento da cidade; ii) iconográficas (fotografias, anúncios publicitários, mapas, dentre outros); iii) hemerográficas (textos impressos ou virtuais, jornais, revistas, dentre outros) e iv) arquitetônicas e urbanísticas (construções, ruínas, traçado urbano).

Trata-se de um estudo sobre a cidade contemporânea, ou seja, mais voltado para as transformações do que para as permanências. Para tanto, foi realizado trabalho de campo privilegiando a observação direta para identificar heranças materiais do passado, a configuração urbana atual, as transformações urbanas em curso, espontâneas ou planejadas dentro das normas do Plano Diretor Democrático e Participativo vigente até 2019, quando foi atualizado e instituído um novo Plano Diretor.

A perspectiva de participar desta publicação – Diálogos Críticos Sobre Sociedade e Estado: Reflexões desde o Projeto de Cooperação Acadêmica na Amazônia – nos motivou a apresentar este texto, ressaltando o papel do poder público municipal como indutor da expansão urbana e o desencadeamento de diferentes processos socioespaciais que ainda estão em curso, os quais nos empenhamos em compreender e explicar. É uma forma de contribuir para o desenvolvimento do Procad/AM-CAPES, ampliando a interação/diálogo entre pesquisadores participantes, em especial com aqueles e aquelas que estudam temáticas afins.

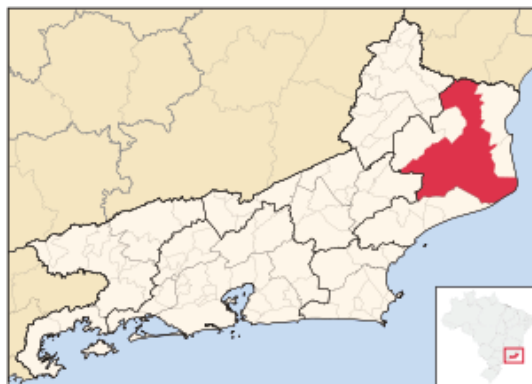
Além desta Introdução, este texto apresenta o município de Campos e um resumo do processo histórico com os principais períodos de sua expansão urbana. Em seguida apresenta os principais atores e fatores antecedentes e

atuais que contribuíram para a expansão urbana contemporânea e os processos socioespaciais decorrentes. Depois aborda o distrito de Goitacazes e a formação da nova centralidade, representada pelo centro de sua sede. Encerramos com as considerações finais.

O MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES: BREVE RESUMO HISTÓRICO DE SUA EXPANSÃO URBANA

O município de Campos dos Goytacazes, de acordo com os dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), possui uma população de 463.731 habitantes. Com 4.032.000 km² de extensão, Campos dos Goytacazes é o maior município do Estado do Rio de Janeiro, resultando em uma densidade demográfica de 115,16 hab/km². Vale lembrar que a população que habita as sedes dos 14 distritos⁶¹ do município é inserida na contagem da população urbana pelo IBGE⁶². O município possui uma ótima posição geográfica. Ele está localizado no entroncamento de rotas para os Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. Sua distância da cidade do Rio de Janeiro (capital do estado) é de 280 km.

Figura 1: Localização de Campos dos Goytacazes no norte do Estado do Rio de Janeiro



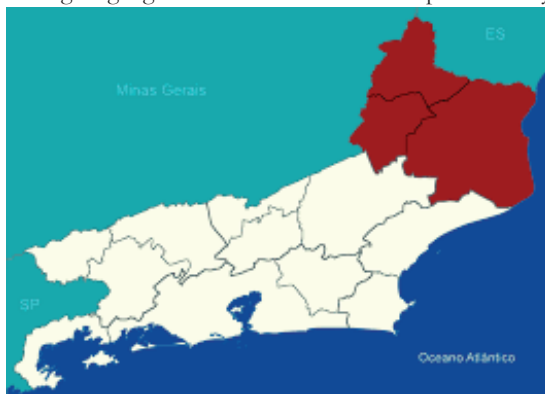
Fonte: pt.wikipédia.org

⁶¹ No Brasil, os distritos são subdivisões municipais que não têm autonomia administrativa e funcionam como um local de organização da pequena produção e atendimento das primeiras necessidades da população residente em seu entorno, cujo comando fica a cargo da sede de município, a cidade (ARAÚJO, 2008).

⁶² O IBGE Cidades de 2018 contabilizou 503.424 habitantes no município.

Com a recente divisão regional realizada, em 2017, pelo IBGE, em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias, foi instituída a região Intermediária de Campos dos Goytacazes, confirmando o seu papel histórico de Centro Regional. A nova região Intermediária é composta por 18 municípios, distribuídos em três regiões geográficas imediatas, sendo Campos dos Goytacazes o município mais populoso da região. Sua população total estimada pelo IBGE para 1º de julho de 2018 é de 966.014 de habitantes, distribuídos em uma área total de 12.539,510 km².

Figura 2: Região geográfica intermediária de Campos dos Goytacazes.



Fonte: IBGE, 2017.

A cidade de Campos dos Goytacazes⁶³ foi o primeiro núcleo urbano da Capitania de São Tomé. Foi fundada, em 1677, na margem direita do rio Paraíba do Sul, com o nome de vila de São Salvador dos Campos e, em 1835, foi elevada à categoria de cidade. Desempenhou um papel importante na história econômica do Estado do Rio de Janeiro por conta de sua indústria sucro-alcooleira, introduzida em meados do século XVIII. A partir da segunda metade do século XIX, com a instalação de engenhos a vapor, seguido dos engenhos centrais e finalmente das usinas, Campos vive o auge de seu desempenho econômico. Alberto Lamego (1945) descreve esse advento “da máquina” como o “prelúdio do verdadeiro capitalismo, da grande propriedade industrial, chamando a si toda a organização econômica, açambarcando toda a produção de fazendas médias e pequenas [...]”. Com efeito, o município chegou a contar com 28 usinas nas

⁶³ Seu nome faz referência justamente aos campos da planície e aos seus habitantes originais: os índios Goitacá.

primeiras décadas do século XX, funcionando a todo vapor. Em 2020, apenas duas usinas estão em funcionamento.

Figura 3: Município de Campos em 1909. “Planta dos engenhos centreaes de assucar”. Notam-se os engenhos e usinas espalhados na proximidade dos corpos de água, por todo o território da planície, principalmente na margem direita do rio Paraíba do Sul, na Baixada Campista a sudeste. Vê-se também a Lagoa Feia (1.1), por aonde chegaram os Sete Capitães.



Fonte: Conceição (2018).

A partir de meados da década de 1970, ao mesmo tempo em que se assiste ao declínio das atividades sucro-alcooleiras, no município de Campos dos Goytacazes e na antiga região norte fluminense, ocorre a implantação do Proalcool e o início das atividades de exploração e produção (E&P) de petróleo e gás na Bacia de Campos. Com a Lei n.º 7.453, criada em 1985, a União passou a dividir com os estados e municípios os recursos dos *royalties*⁶⁴.

O agravamento da decadência da indústria sucroalcooleira atraiu ainda mais trabalhadores rurais para a área urbana, acentuando o processo de ocupação das áreas periféricas da cidade e de favelização. A construção dos conjuntos habitacionais do Banco Nacional da Habitação (BNH), entre 1967 a 1985,

⁶⁴ Sobre a história econômica do município de Campos dos Goytacazes e região relativa à sua indústria açucareira, ver Silva Neto e Pessanha (2004), Carvalho e Totti (2006), entre outros. Sobre a implantação da indústria do petróleo na região Norte Fluminense, ver o *Boletim Petróleo, Royalties e Região* e publicações dos seus pesquisadores/organizadores e colaboradores.

contribuiu igualmente para a expansão urbana de Campos dos Goytacazes, em diferentes direções e o surgimento de novos bairros nas periferias.

Por outro lado, o município torna-se um dos maiores produtores de petróleo, passando a receber altos valores de *royalties* e atraindo grandes investimentos privados, em especial, do setor imobiliário.

Os anos 1970 marcam uma mudança tanto nos rumos econômicos do município de Campos dos Goytacazes como da região norte fluminense, que passa a ser reconhecida oficialmente no Censo Agropecuário de 1975 como resultado da aglutinação das microrregiões de Campos dos Goytacazes, Itaperuna e Miracema. Como ressaltou Cruz (2003, p. 124), na prática, tratou-se de “‘unificar’ as três micro-regiões então existentes”⁶⁵, o que vai refletir em uma reorganização territorial e no padrão de produção dos espaços, entendendo o espaço como socialmente produzido (LEFEBVRE, 2000).

De fato a década de 1970 parece marcar uma nova periodização do processo de urbanização de Campos dos Goytacazes. E, mais uma vez, para atender às demandas do capital que adentrou a planície nas últimas décadas do século XIX. Como nos ensinou Lefebvre em seu livro *A Revolução Urbana*, publicado em 1970: “Não há dúvida que cada modo de produção ‘produziu’ (não como uma coisa qualquer, mas como uma obra privilegiada) um tipo de cidade, que o exprime de maneira ‘imediate’, visível e legível no terreno, tornando sensíveis as relações sociais as mais abstratas, jurídicas, políticas ideológicas” (LEFEBVRE, 2006, p. 33-34).

Finalmente, o que se observa em Campos é um processo de expansão urbana espraiada que se manifesta com o crescimento urbano não denso que se estende a partir da periferia, cada vez mais marcada pela fragmentação e segregação socioespacial com a presença de: conjuntos habitacionais populares (PÓVOA, 2002), primeiros condomínios horizontais fechados (CARVALHO, 2004), favelas (PESSANHA, 2004; GUIMARÃES; PÓVOA, 2005); além de *shopping center*, hipermercados, terminal rodoviário Shopping Estrada (MOTHÉ, 2011); e ampliação dos condomínios horizontais fechados (ZACH, 2012). Em oposição, ocorre a verticalização e o adensamento no entorno da área central (FREITAS, 2011). A cidade se expande mantendo o padrão centro-periferia, deixando grandes vazios urbanos de antigas propriedades rurais (CONTI, 2013), impulsionando a formação de novas centralidades dispersas e com características diferenciadas e velhas estruturas (FARIA, 2005).

⁶⁵ Cruz nos esclarece o processo pelo qual as elites regionais se apropriaram, de forma corporativa e restrita, dos recursos dos projetos nacionais implantados na região. Por meio da utilização do regionalismo, fechou o território, obtendo o monopólio dos mecanismos de exercício da representação política regional e da articulação das escalas de poder.

A maioria desses empreendimentos imobiliários horizontais é construída em terras “ociosas” pertencentes a antigas usinas ou fazendas. A elite proprietária e detentora de terras se transforma, então, em agentes que, ao buscarem obter maior renda possível com suas propriedades rurais, interferem no mercado imobiliário que, por conseguinte, repercute no valor dos bens fundiários.

O processo de urbanização espraiada (*urban sprawl*), na última década do século XX e início do século XXI, nos instiga a repensar os significados de campo e cidade, rural e urbano, de periferia, centro. Como afirma Silva (2002), os usos das áreas tradicionalmente rurais estão cada vez mais permeados de urbanidades, seja a partir dos modelos econômicos de produção, seja a partir dos usos e ocupação do solo. Para Biazzo (2009), campo e cidade são formas concretas, materializam-se e compõem as paisagens produzidas pelo homem; urbano e rural são representações sociais, conteúdos das práticas de cada sujeito, cada instituição, cada agente na sociedade.

Santos (1993) e Lefebvre (1999) defendem a cidade como centralidade, como um núcleo que exerce influência sobre o entorno, indicando que o urbano estende-se para além da cidade. Assim, o urbano é muito mais do que a forma, o urbano é conteúdo, é modo de vida, que ultrapassa as fronteiras da cidade, atinge o campo e supera o rural.

O termo *sprawl*, em uso na literatura anglo-saxônica da metade do século XIX, deriva do verbo *to sprawl*, que significa deitar-se. A cidade deitada, espalhada e implantada em territórios cada vez mais vastos é sempre interpretada como uma ruptura entre a parte verticalizada e a horizontalizada, dispersa da centralidade (SECCHI, 2015).

De fato, esse processo de expansão faz com que a paisagem urbana da periferia⁶⁶ seja mais dinâmica, portanto, mais suscetível a mudanças, inclusive de uso do solo. As periferias urbanas são áreas que funcionam como uma interface de paisagem entre a cidade e o campo.

Segundo Sposito (2004), essa pluralização da paisagem e dos conteúdos da periferia urbana – tais como constatamos em Campos dos Goytacazes a partir dos conjuntos habitacionais implantados pelo poder público para grupos de menor poder aquisitivo; dos loteamentos clandestinos, produzidos pelas práticas de autoconstrução; dos condomínios fechados para grupos de maior renda e, finalmente, a implantação de *shopping centers* – revela novas práticas socioespaciais,

⁶⁶ A noção de periferia urbana, aqui empregada, além de referir-se a distância física em relação ao centro, está relacionada a distância sociológica a um centro, sendo este definido pela diversidade e densidade das relações sociais, da intensidade da vida cívica, pelo acesso à informação, pela aglomeração de recursos culturais (DOMINGUES, 1994).

novas formas de diferenciação e segregação urbana e, por fim, aponta para uma fragmentação territorial e social da cidade.

Acreditamos que essas palavras de Milton Santos traduzem o significado de periferia, desigualdades socioespaciais e segregação, enfim a relação dialética entre espaço e classes sociais:

Cada homem vale pelo lugar onde está; o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição. pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário, têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está (SANTOS, 1987, p. 107).

Da forma como se dá o processo de espraiamento da expansão, surge o fenômeno da “dispersão urbana”, gerando novas centralidades e periferias (SOARES, 2006). Para Vasconcelos (2016, p. 20) a dispersão urbana não corresponde apenas ao tradicional *sprawl*, ou urbanização difusa, que culminou na formação dos subúrbios norte-americanos, o que teria sido resultado, sobretudo, da segregação. A dispersão agora vai mais longe, formando “novas centralidades”, com a implantação de centros de trabalho e também residenciais em locais periféricos.

Conforme exposto anteriormente, o nosso principal objetivo é identificar os principais atores e fatores que têm concorrido, direta ou indiretamente, para o avanço da expansão espraiada da malha urbana de Campos dos Goytacazes, em direção à Baixada Campista, distinguindo as formas urbanas e processos espaciais resultantes.

Para atingir tal objetivo e responder as questões de pesquisa enumeradas na Introdução deste capítulo, nos tópicos a seguir apresentamos os principais atores e agentes envolvidos (em maior ou menor grau) e seus respectivos papéis, no recente processo de expansão urbana em direção à Baixada Campista, portanto, na (re) estruturação do espaço urbano de Campos dos Goytacazes. São eles: i) o poder público, por meio de políticas urbanas postas em prática, a partir da década de 1970, como planos urbanísticos, programas de intervenção urbana e programas habitacionais; e ii) os atores privados, como os agentes e promotores imobiliários e o CLIPA, um dos Grandes Projetos de Investimento (GPIs) instalados na região.

AS INTERVENÇÕES DO PODER PÚBLICO A PARTIR DOS ANOS 1970

Nesta seção discutimos: 1) o papel dos planos urbanísticos, elaborados para a cidade, no direcionamento e definição dos eixos e vetores de expansão, em direção à Baixada Campista, em particular, bem como na mudança da ocupação e do uso do solo nas áreas das antigas propriedades e terras das usinas de açúcar; 2) o papel e a localização dos conjuntos habitacionais do Morar Feliz e das intervenções urbanas do Bairro Legal, criados em 2009 pela prefeita Rosinha Garotinho que, em 2013, foram ampliados para os distritos, em que o poder público prioriza as ações na área da Baixada Campista, com início no 2º distrito de Goitacazes.

O PAPEL DOS PLANOS URBANÍSTICOS

O Plano de Desenvolvimento Físico-Territorial Urbano de Campos (PDUC)⁶⁷

A elaboração do PDUC teve início em 1978, pela Prefeitura Municipal de Campos – que à época tinha como prefeito o arquiteto Raul David Linhares Correa⁶⁸ – com o apoio técnico da Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional (FUNDENOR). O Plano entrou em vigor em 1979. Era o período da ditadura militar, em que o país passou pela experiência de um regime ditatorial que se pautou por mecanismos autoritários de gestão do Estado, caracterizados pela imposição de uma tecnocracia que se apresentava como modernizadora e legitimada por uma suposta eficácia administrativa.

Nesse contexto foram criados dois planos econômicos: o Plano Nacional de Desenvolvimento I e o II, referentes, respectivamente, aos períodos 1972-1974 e 1975-1979⁶⁹, que culminou com a proposta de elaboração de planos urbanísticos

⁶⁷ O PDUC foi desenvolvido por meio do convênio Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano (FNDU), n.º 13/78, celebrado entre a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Políticas Urbanas (CNPU) e outros órgãos do Governo Federal e da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Governadoria do Estado do Rio de Janeiro. O referido convênio atribui ao Município de Campos a execução do PDUC com recursos próprios e do FNDU. Assim, a prefeitura, através FUNDENOR, contratou e realizou os trabalhos com bases nos termos de referência elaborados pela Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Governadoria do Estado – SECPLAN. O plano foi atualizado em 2002.

⁶⁸ Raul Linhares (como era mais conhecido), arquiteto, funcionário público estadual (CEDAE), casado com Elisabete Nogueira Aguiar, da renomada família de usineiros da cidade (Usina do Queimado), membro da elite social da cidade, integrante do Lions Clube de Campos, não tinha, antes de seu mandato como prefeito, participado da militância política. Foi eleito pela ARENA.

⁶⁹ Conf. FGV-CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete->

e diretrizes técnicas para normatizar as condutas na ocupação do espaço das cidades brasileiras. Entre as estratégias para definir e atuar sobre o sistema urbano, em 1976, foi anunciado o Programa para Cidades de Porte Médio (1976-1986). O objetivo era reforçar pontos do espaço nacional, potencialmente capazes de direcionar o processo de urbanização de maneira mais racional e estruturante, gerando opções aos fluxos migratórios e de capital. As cidades passariam a cumprir o papel de integrar o sistema urbano nacional, com vistas ao desenvolvimento econômico (NUNES, 2020).

Em Campos dos Goytacazes, uma equipe, juntamente com a FUNDENOR, elaborou o perfil-diagnóstico do município para o Projeto Especial Cidades de Porte Médio (PECPM), de 1983 a 1985, financiado pelo Banco Mundial e pelo Governo Federal (Ministério do Interior), dentro da sua estratégia do BIRD para o terceiro mundo (CRUZ, 2003).

O PDUC, que se inseria no contexto do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), não foi criado do zero. Ele se baseou no Plano de Urbanização, Remodelação, Extensão e Embelezamento, elaborado pela empresa Coimbra Bueno Cia LTDA, em 1944, para a cidade de Campos dos Goytacazes. O PDUC foi o primeiro plano que materializou, por meio de leis e documentos técnicos, que serviam de respaldo para o avanço urbano sobre as áreas rurais, ao publicar leis de mudança de uso e ocupação do solo e de conversão de terras rurais para urbana.

Zacchi (2012) constatou que o PDUC se propunha a realizar uma análise técnica da problemática físico-territorial urbana de Campos sem, contudo, culminar em intervenções e melhorias necessárias para equalizar e democratizar o acesso à cidade. Informa que, além da própria Lei que institui o PDUC, possui quatro principais anteprojetos de leis, quais sejam: Lei dos Perímetros Urbanos; Lei de Zoneamento e Uso do Solo; Lei de Parcelamento do Solo; e o Código de Obras. Essas leis, ao serem aprovadas, conferem ao Executivo Municipal a orientação técnica e o respaldo legal ao exercício do poder de “polícia urbanística” (PDUC, 1979). A partir desse plano, o modelo espraiado e fragmentado se consolida ao longo do tempo.

De acordo com o relatório do Plano, em 1978, a cidade não apresentava um único sentido de expansão. Verificava-se a existência de uma série de vetores de crescimento, com ritmos variados que mantinham tendências de crescimento ao longo do rio Paraíba do Sul; no sentido sudeste, ao longo da RJ-216 (Avenida 28 de Março) e a expansão no sentido norte, acompanhando o leito da estrada de ferro e da BR 101, sendo esta contida, lateralmente, pelas lagoas, brejos e áreas inundáveis.

[tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd](#). Acesso em: 27 ago. 2020.

No zoneamento das áreas o PDUC/79 cria uma zona denominada Zona de Projetos Integrados (ZPI). A característica principal de uma ZPI é a flexibilidade que se dá ao loteador de propor zoneamento específico para toda a gleba, definindo parâmetro de parcelamento, uso e ocupação e classificando os usos permitidos, permissíveis e proibidos. Para concretizar uma ZPI, o loteador, além da minuta de anteprojeto de legislação, deverá apresentar um projeto completo de urbanização e, ainda, implantar toda a infraestrutura exigida em lei municipal.

Portanto, a ZPI é uma forma de assegurar as faixas de terras localizadas no periurbano, que, ao longo do tempo, vão se tornando “ociosas” devido ao processo da crise sucroalcooleira e fechamento das usinas. Um exemplo disso são as terras da Usina do Queimado, detentora de grande faixa de terras localizadas em um dos eixos privilegiados de expansão urbana de Campos, a oeste da cidade (FARIA, 2000; 2005).

O Plano Diretor de 1991

O Plano Diretor de 1991 inverte completamente a direção da expansão da cidade de Campos dos Goytacazes, ao indicar a área da Baixada Campista como um dos vetores de expansão urbana da cidade. Segundo Conti (2013, p. 106), embora o perímetro urbano tenha sido ampliado, ao tratar da estrutura interna da cidade e do direcionamento de sua ocupação, este plano não citou quais seriam as grandes propriedades rurais que passariam a integrar o perímetro urbano. Apenas informou a característica rural predominante do novo perímetro e sua ocupação por localidades urbanas isoladas e invasões clandestinas.

A Lei n.º 5.251, de 27/12/1991, instituiu o *Plano Diretor do Município de Campos dos Goytacazes*, na gestão do então prefeito Anthony Garotinho (1989-1992), no contexto da redemocratização do país, que tem seu ápice na Constituição Federal de 1988. Na esteira do Estado Democrático de Direito, os municípios adquirem o *status* de ente constitucional, com a clara definição de sua competência no que se refere ao uso e ocupação do solo municipal. Seguindo a Constituição, em seu artigo 182, é introduzida a exigência da elaboração de plano diretor para as cidades com mais de 20.000 habitantes, a ser instituído por lei municipal. Campos dos Goytacazes, a exemplo de outros municípios brasileiros, realiza seu Plano Diretor consoante às novas concepções sobre a cidade, que haviam emergido no processo constituinte.

O Plano, no Capítulo I, no Art. 1º, diz que o Plano Diretor concebido viabilizará maior integração entre os vários setores da administração municipal e será instrumento para o fortalecimento do município e a descentralização da gestão administrativa, tendo os seguintes objetivos: i) Promover a ordenação do território municipal; ii) Preservar e recuperar as áreas de interesse ambiental e o patrimônio comunitário; e iii) Atender às demandas de infraestrutura e serviços nas áreas urbanas e rurais.

As diretrizes desse plano diretor, no Art. 6º, mencionam as diretrizes em relação às *Áreas de Especial Interesse Social* (AEIS). Estas só serão delimitadas, posteriormente, no Plano Diretor de 2008. O capítulo II do referido Plano fortalece e valoriza o núcleo urbano das sedes distritais; a ordenação do adensamento da ocupação e da expansão periférica da cidade, de forma compatível com a infraestrutura urbana, em particular com a oferta de saneamento, sistemas de circulação de transportes, estabelecendo, ainda, que o perímetro urbano não incorpora Goitacazes, por ele ser um distrito criado por lei municipal.

As diretrizes em relação ao processo de expansão urbana da cidade de Campos dos Goytacazes, previstas nas diretrizes contidas no art. 14º, apontam três vetores como áreas de expansão urbana: os núcleos de Barra do Furado, Cabo de São Tomé e Açú, todos localizados na Baixada Campista e em seu entorno; ao longo da orla da Lagoa de Cima, sentido BR-101 Sul; e o último, em direção à Travessão, sentido BR-101 Norte.

Do conteúdo desse Plano Diretor, é interessante destacar a introdução da figura jurídica AEIS, definida no capítulo IV do Título III – “Da Política Urbana e de Controle do Uso do Solo”. Os artigos 38 e 39 estabelecem que as AEIS são áreas de ocupação irregular e usos predominantemente residenciais (favelas) e que essas áreas serão objeto de programas específicos destinados à regularização fundiária, à implantação de infraestrutura e à criação de emprego e renda, fora da área de risco e proteção ambiental.

Em 1996, com a Lei n.º 6305, de 27/12/1996, foi instituída a divisão geográfica da cidade, delimitando e denominando os seus bairros. As zonas geográficas definidas são as seguintes: Central, Norte, Oeste, Leste e Sul. Cada zona geográfica contém uma quantidade de bairros, cujos limites são estabelecidos, sempre dentro do perímetro urbano (PEREIRA, 2004). A cidade durante longos anos, não possuiu a divisão oficial dos bairros e nem a delimitação territorial oficial de cada bairro. Isso se deve ao longo período em que os canaviais, e até mesmo as usinas, delimitavam a cidade. Muitos bairros eram fronteiros aos canaviais.

Importa ressaltar que as determinações contidas no Plano Diretor de 1991 não são realizadas de imediato. No Governo de Arnaldo França Viana, a partir de 1999, são realizadas intervenções urbanas nos bairros da Penha, Imperial e Tropical e o estabelecimento de algumas indústrias, por meio da política de incentivo do FUNDECAM.

Entre o período de 2004-2008, na gestão do prefeito Alexandre Mocaiber, os investimentos públicos continuam com a construção da estrada RJ-318, que vai beneficiar e melhorar o acesso da Baixada à principal Rodovia, a BR-101 - sentido Sul, para escoar a produção oleira, assim como os pescados, dentre outros produtos. Essa estrada é conhecida popularmente como Estrada dos Ceramistas.

Plano Diretor Democrático e Participativo de 2008: expansão urbana e novas centralidades

Em 2008, foi elaborado o Plano Diretor Democrático Participativo do Município de Campos dos Goytacazes, seguindo as exigências do Ministério das Cidades e o cumprimento formal das determinações do Estatuto da Cidade. O principal objetivo foi definir o que vem a ser a função social da propriedade e da cidade, bem como o direito à moradia.

Sublinhamos que, no momento da elaboração do Plano Diretor do Município de Campos dos Goytacazes, em 2008, já havia ocorrido o lançamento do Complexo Logístico Industrial Porto do Açú, na cidade do Rio de Janeiro, em 2007. Vale remarcar que era o período de abundância das rendas petrolíferas (*royalties* e participação especial).

O capítulo IV do Plano se refere à mobilidade e integração do território municipal. O Art. 70 diz que o município adotará, como estratégia para a mobilidade e a integração do território municipal, a promoção da mobilidade e da acessibilidade universal, com a requalificação dos espaços públicos e a integração com diversas modalidades de transporte, compostas das seguintes instâncias: infraestrutura física da malha viária; gestão de portos e hidrovias; gestão de aeroporto; gestão de transporte coletivo municipal e intermunicipal, administração municipal direta e indireta e Conselho Municipal de Mobilidade.

No Capítulo V do Desenvolvimento Urbano, o Art. 81 definiu as diretrizes para a orientação da expansão urbana. É colocada a necessidade de rever os limites das áreas urbanas e da expansão urbana, considerando o potencial de cada região do município, a dinâmica dos núcleos urbanos e as características

ambientais. Além de condicionar a expansão urbana à oferta de infraestrutura, à preservação ambiental e às demandas reais por ocupação de novos espaços.

O plano define, também, o incentivo à criação de novas centralidades, na sede municipal e nas áreas conurbadas. Para isso, o art. 82 traz as diretrizes estratégicas para a identificação e definição de novas formas de ocupação e adensamento do solo urbano. No inciso IV o plano induz novos usos e atividades que propiciem a dinamização de comércios e serviços nos bairros, demonstrando a necessidade perante o crescimento da cidade, com o intuito de descentralizar o centro para facilitar a vida das pessoas e o próprio funcionamento da área central da cidade. Isso também é um fator para desenvolver a formação de novas centralidades.

O Plano revê os perímetros urbanos da sede municipal, das sedes distritais e dos núcleos urbanos, ensejando uma nova estrutura urbana e orientando seu crescimento ordenado. Outra questão importante se refere a delimitar os vazios urbanos e definir os instrumentos específicos de indução à ocupação dos vazios urbanos, previstos no Estatuto da Cidade, indicando critérios e parâmetros especiais para a ocupação do solo.

Segundo o Plano de 2008, no Título III, destinado ao ordenamento do território municipal, no capítulo I, a seção I delimitava a divisão do território em quatro macrozonas, a saber: Áreas Urbanas; Áreas de Preservação Natural e Cultural e de Valorização Turística; Áreas de Desenvolvimento Rural Sustentável; e Áreas com Potencial para Atividades Produtivas. A macrozona urbana considera que

[...] áreas urbanas são aquelas que abrangem as áreas já consolidadas (sede municipal, as sedes distritais e os núcleos urbanos), assim como as áreas de expansão urbana que abrangem as terras que ainda não tinham sido parceladas para fins urbanos, localizadas entre a área urbana consolidada e o limite do perímetro urbano.

As novas áreas de expansão foram baseadas na Lei de Uso e Ocupação do Solo e de Zoneamento do PDUC (1978). O Capítulo V, na seção I, Art. 81, se refere às diretrizes estratégicas para a orientação da expansão urbana. Assim, o inciso II prevê a revisão dos limites das áreas urbanas e de expansão urbana, considerando o potencial de cada região do município, a dinâmica dos núcleos urbanos e as características ambientais locais. Já o inciso III prevê o condicionamento da expansão urbana à oferta de infraestrutura, à preservação ambiental e às demandas reais por ocupação de novos espaços; o inciso IV fala sobre o incentivo à criação de novas centralidades na sede municipal e nas áreas conurbadas.

Observamos o incentivo à dispersão urbana quando deparamos com a Lei n.º 7973 (BRASIL, 2007), que define os perímetros urbanos das sedes distritais e núcleos urbanos localizados fora do perímetro da cidade e o Distrito de Goitacazes (2º distrito municipal). Os núcleos urbanos de Mineiros, Saturnino Braga e Poço Gordo são de responsabilidade administrativa de Goitacazes. Assim como, no Plano Diretor Participativo do município de Campos dos Goytacazes de 2008, na parte de estruturação urbana, a seção I, no parágrafo 4 aborda a criação de novas centralidades na sede municipal e nas áreas conurbadas, abrangendo os subdistritos de Campos (1º) e Guarus (2º) e a sede do distrito de Goitacazes (2º distrito).

OS PROGRAMAS HABITACIONAIS E DE INTERVENÇÃO URBANA A PARTIR DE 2009

Em 2009, a prefeita eleita, Rosinha Garotinho, lança nos primeiros dias de seu governo dois programas: Bairro Legal e Morar Feliz. O Bairro Legal, de intervenção urbana nos bairros periféricos, recebeu sistema de drenagem e coleta de esgoto sanitário, nova iluminação, construção de calçadas, pavimentação asfáltica e tratamento paisagístico. As obras visavam pôr fim aos alagamentos das áreas e garantir saneamento básico, bem como a retificação e pavimentação de todas as ruas do bairro. Foi um período em que as rendas petrolíferas só aumentavam. Em 2010, Campos dos Goytacazes foi o 14º maior orçamento municipal brasileiro e, dentre esses, o de menor população e um dos poucos municípios (apenas ele e mais três) que não eram capitais. E mesmo assim não significou desenvolvimento social e redução das desigualdades (RIBEIRO, 2016).

Em 2010, o poder público municipal de Campos dos Goytacazes iniciou, com recursos próprios advindos principalmente dos *royalties* do petróleo, o Programa de Habitação Popular Morar Feliz (PMF). A construção dos primeiros 14 conjuntos habitacionais contribuiu para a expansão da periferia urbana, adentrando as áreas periurbanas da cidade. A partir de 2014, foram construídos conjuntos do PMF nos distritos: Goitacazes (2º); Santo Amaro de Campos (3º); Distrito de São Sebastião (4º); Mussurepe (5º); Morangaba (9º); Ibitioca (10º); Morro do Coco (12º); Santo Eduardo (13º); Tocos (17º) e; Santa Maria (18º).

Os conjuntos habitacionais, na sua grande maioria, foram construídos em antigas áreas de plantio de cana-de-açúcar próximas do perímetro urbano. Porém, no Plano Diretor Participativo de 2008, no título III do Ordenamento do

território municipal, na seção II das Áreas Urbanas, Artigo nº134:§6º, essas áreas se encontram nas novas macrozonas urbanas, onde foram alocadas as Áreas de Especial Interesse, destinadas para construção desses conjuntos habitacionais para a população pobre urbana.

Este estudo está principalmente circunscrito entre os anos de 2013 e 2016, período em que os programas Morar Feliz e Bairro Legal começaram também a ser implantados nos distritos, dentre eles Goitacazes (em Donana) e Tocos (em Ponta Grossa dos Fidalgos).

Ocorre que os conjuntos habitacionais do PMF são construídos nos distritos com a mesma tipologia daqueles construídos nos bairros urbanos, dotados de toda infraestrutura, em contraste com sua realidade. Tal realidade pode introduzir e/ou ratificar, nas áreas periurbanas e rurais, elementos físicos e materiais comuns ao mundo urbano e, junto com eles, toda a problemática urbana contemporânea: violência, periferização, segregação, como foi o caso do conjunto habitacional de Ponta Grossa dos Fidalgos, no distrito de Tocos e de Donana, conforme aponta Villaça (2000). Além disso, impactou a paisagem e o modo de vida dos antigos moradores dessas áreas.

A partir de 2011, iniciam-se as obras do Programa Bairro Legal (PBL), nos bairros periféricos de Campos, em direção à Baixada Campista, inclusive intervindo, junto com o Estado, na ampliação da rodovia RJ-216, que corta esses bairros e que faz a ligação entre o centro urbano de Campos com essa Baixada. Entre 2012 e 2013, as obras do PBL chegaram ao distrito de Goitacazes, mudando radicalmente o acesso ao distrito, assim como sua área central, que tem melhorias na avenida principal e no entorno.

Consideramos que essas transformações tornam essa área atrativa para a especulação imobiliária, devido às terras extensas e baratas e, também, devido à proximidade com a área central de Campos. Em 2015, a localidade de Donana recebe vários investimentos imobiliários de construtoras de outros estados, destacando-se a construção de bairros planejados, condomínios residenciais de alto luxo.

OS ATORES PRIVADOS: NOVOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS DO PODER PÚBLICO

O crescimento da periferia de Campos em direção ao distrito de Goitacazes se dá, ao final dos anos 80/90, com a construção de um conjunto habitacional

na Penha, originando o futuro bairro da Penha. O loteamento regular Residencial Santo Antônio e, em seguida, o Parque Imperial, em terras da antiga Usina Santo Antônio, foram incorporadas ao perímetro urbano, em direção ao distrito de Goitacazes (FARIA, 2005).

O processo de expansão urbana espreada da malha urbana de Campos dos Goytacazes se intensifica a partir de 2000, quando os condomínios fechados horizontais e verticais começam a ser construídos na direção oposta àquele até então observada. A área privilegiada são as terras da Usina Santo Antônio e São José, ao longo da RJ-216, rodovia que liga Campos dos Goytacazes à sua região litorânea (praia do Farol de São Tomé), passando pela Baixada Campista.

Já nas terras que margeiam a estrada RJ-216 sentido leste, foram construídos os bairros Parque Bela Vista, Parque do Prado, Jardim das Acácias, Parque Santa Maria, Residencial Santo Antônio I e II, Parque Imperial I e II e Parque Tropical, o que provoca um processo de conurbação entre Campos dos Goytacazes e o distrito de Goitacazes. Entre 2011 e 2015, com as ações do poder público municipal, como obras do PBL, a duplicação da RJ-216, importantes para o estabelecimento de investimentos imobiliários, o processo de conurbação avançou. Era um momento de grande expectativa, gerado pela instalação do Porto do Açú.

O jornal *Folha da Manhã*, de 31/5/2011, traz na capa a matéria intitulada *Rosinha quer Porto do Açú em Campos*, que dizia:

Empolgada com a apresentação que a LLX fez sobre os investimentos que estavam sendo firmados com empresas estrangeiras e o montante de impostos que seria gerado, a prefeita Rosinha declara que ia encomendar um estudo cartográfico para constar que parte do Porto do Superporto do Açú pertence a Campos, já visando os tributos gerados (*Folha Economia*, 31/05/2011, p. 09 – *Jornal Folha da Manhã*).

Entre 2010 e 2012, as expectativas sobre o mega empreendimento portuário privado não paravam. Além do jornal local, o *Jornal Extra*, das Organizações Globo, de 27/11/2011, trouxe um caderno especial sobre esse empreendimento e a Região Norte Fluminense, cuja capa trazia como título *O Mar de Oportunidades*.

Com esse quadro desenhado, a especulação aumenta, gerando expectativas no mercado, principalmente no setor imobiliário, comercial e de serviços. É assim que vemos o jornal *Folha da Manhã*, de janeiro de 2012, trazer uma matéria, cujo título é *Campos na rota do consumo*, dando visibilidade ao leitor perante as empresas, de diversos ramos, que estão se instalando na cidade. Entre os empreendimentos, a matéria destaca o primeiro hotel de bandeira internacional, o *Comfort Inn*, assim

como o Atacadão, do grupo francês Carrefour, o Shopping Boulevard, do grupo Aliansce, além das redes Marisa e Lojas Americanas.

O governo municipal intensifica as obras de reestruturação urbana, com o PBL, na área central e nos bairros periféricos da cidade, em direção ao distrito de Goitacazes, realizando, também, remoções de favelas. Como a área é muito grande, essa intervenção foi realizada em três etapas. Em 2015, a Rodovia RJ-216 é ampliada e modernizada. Donana foi toda urbanizada e inicia-se, em seguida, o processo em Goitacazes, cujo centro já continha diversas atividades comerciais. A partir de 2016 os investidores do setor de comércio e de serviços chegam ao Centro de Goitacazes, intensificando os fluxos de pessoas e de mercadorias.

Nas proximidades da localidade de Donana, vimos muitos galhardetes ofertando as várias opções de condomínios residenciais, assim como os postos de vendas desses empreendimentos imobiliários. A distância entre Donana e Goitacazes é muito pequena. Entre eles se criou um novo bairro denominado “Nova Goitacazes”, próximo ao Hospital Municipal São José. É nesse bairro que se encontra outro grande condomínio de alto padrão: o “Portal do Lago”, além de outros condomínios para a classe média.

Destacamos a implantação da Cidade Alpha/Alphaville Campos, que se aproxima da ideia de “edge cities”. Garreau (1991) argumenta que *Edge City* é uma solução urbanística dos tempos modernos. Interessante notar que comumente essas construções ficam no entorno das grandes metrópoles, como São Paulo. São condomínios fechados que ocupam áreas gigantescas, inclusive, com funções de uma cidade, com residências, comércio, prédios de escritório e serviços.

Em visita realizada ao *stand* de vendas da Cidade Alpha Campos, em Donana, o Sr. Luciano relata que o grupo Alphaville Urbanismo veio para Campos, porque estava na hora da cidade receber um novo bairro. E detalha: “totalmente planejado com áreas de comércio, com vias de acesso rápido, áreas verdes, praças, e junto a tudo isto, a proximidade a centralidade, acesso a BR-101, estar a caminho do litoral e também do Complexo Industrial Logístico Portuário do Açú” (CLIPA).

Caldeira (1997) explicou que o objetivo dos condomínios fechados, aos quais denomina de enclaves fortificados, é “segregar e mudar o caráter da vida pública, trazendo para os espaços privados, construídos como ambientes socialmente homogêneos (portanto excludentes), as atividades que anteriormente tinham lugar em espaços públicos (heterogêneos e em princípio não excludentes)” (p. 168). Para a autora os condomínios são a nova forma de segregação urbana.

Maricato (2018), em seu artigo *O Brasil na era das cidades-condomínio*, confirma que a flexibilização do perímetro urbano atende aos interesses do setor imobiliário, que necessita de grande extensão de terra barata para seus loteamentos fechados, assim como o Estado necessita dessas áreas para os conjuntos habitacionais populares – ambos funcionam como vetores de dispersão e fragmentação urbana. Para a autora, a cidade (hiper) dispersa é insustentável do ponto de vista ambiental, econômico e socialmente.

Percebe-se que as ações do poder público e investimentos privados transformaram a localidade de Donana em uma área atrativa para novos investimentos imobiliários que usam as expectativas geradas pelo CLIPA para promover e valorizar seus empreendimentos quanto à localização, tal como podemos ler em seus *outdoors*: “localização privilegiada: Rodovia RJ 2016”; “Poucos minutos do Porto do Açú”; “Viver melhor com tudo perto”; “Localização privilegiada Goitacazes”.

O próprio Decreto n.º 055/2011, do governo municipal, que estabeleceu os critérios e os procedimentos para a concessão das casas populares do PMF, usa o Porto do Açú como justificativa: “Campos possui, atualmente, 463.545 habitantes, com expectativa de crescimento exponencial nos próximos 10 anos, com a abertura do Porto do Açú e da Barra do Furado”.

A cidade passa a ser uma mercadoria e seu processo de intervenção no espaço urbano torna-se um *marketing urbano* (VAINER, 2012), em que localização, mobilidade, serviços e segurança tornam a cidade atrativa. Assim, o espaço da sede do distrito de Goitacazes entra nesse processo, com investimentos para ampliação e modernização dos serviços do seu novo “centro”. Tal fato nos permite pensar que ele possa ser visto como uma nova centralidade, ocorrendo uma dispersão de serviços, antes concentrados nas áreas centrais de Campos.

FORMAÇÃO DA “NOVA CENTRALIDADE” EM GOITACAZES

O distrito de Goitacazes é importante na construção da história da cidade de Campos dos Goytacazes. Segundo os memorialistas, desde o século XVII, quando é edificada a Vila de São Salvador dos Campos de Goytacazes (1677), a área dessa vila era constituída de uma região, designada na época de “termo da vila”, que compreendia seis freguesias: São Salvador, São Gonçalo, Santo Antônio dos Guarulhos, Nossa Senhora das Neves, Santa Rita e Nossa Senhora do Desterro de Capivari (ALVES, 2013, p. 27).

O *Almanak de Campos para 1885* apresenta as freguesias mais populosas da região e entre elas encontramos a Freguesia de São Gonçalo que, junto com outras quatro freguesias, formavam o núcleo central da economia campista. Por isso, essa freguesia foi o *locus* privilegiado da montagem de ferrovias e do redesenho de usinas e engenhos. Além disso, essas freguesias formavam um corredor servido pela Estrada de Ferro Campos-São Sebastião e pela Estrada de Ferro Campos-Carangola. Nesse eixo concentrava-se grande parte da população escrava do município de Campos dos Goytacazes, entre o período de 1850 e 1881.

A freguesia de São Gonçalo passa a ser denominada distrito de Goitacazes em 1938, e desde a ocupação da região, esse distrito foi a principal ligação dos demais distritos da Baixada Campista com o centro urbano de Campos dos Goytacazes. Sua principal economia era a produção de açúcar da Usina São José, que se localiza na entrada da sede do distrito. A distância entre Goitacazes e a centralidade de Campos dos Goytacazes é de 11 km. A rodovia que liga este distrito à cidade de Campos é a RJ-216, conhecida popularmente como a Estrada do Açúcar. A sede desse distrito é cercada de fazendas pertencentes à extinta Usina São José e, também, de algumas fazendas da Usina Santo Antônio.

Ao chegar à sede do distrito deparamo-nos com uma avenida com duas pistas separadas por um passeio contínuo com calçamento padronizado, bem iluminada, com faixas para pedestres, semáforo e recuo para os pontos de ônibus e vans. Observamos o centro do distrito bem servido de serviços e muito dinâmico, com praças, a igreja matriz de São Gonçalo e a antiga estação de trem, que se transformou em centro cultural. O cinema foi desativado.

Para compreender o processo de formação de uma nova centralidade é necessário fazer uma discussão sobre a produção do espaço. Para Correa (2016), a produção do espaço, seja o da rede urbana, seja o intraurbano, não é resultado da “mão invisível do mercado”, nem de um Estado hegeliano ou de um capital abstrato, que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação dos agentes sociais, concretos, históricos, dotados de interesses e estratégias e esses são os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

No caso da cidade de Campos dos Goytacazes, o principal agente produtor do espaço urbano são os proprietários das ex-usinas e os grandes fornecedores de cana-de-açúcar. Esses dois grupos detêm uma significativa parcela de terras no entorno do perímetro urbano da cidade. A centralidade de Campos, historicamente, é a área onde se desenvolveu a vila e o seu entorno, ou seja,

o “centro histórico”, local onde, até o presente, se concentraram os principais serviços, tais como o comércio diversificado, os bancos, os escritórios e o terminal de ônibus urbano.

Segundo Lefebvre (1999), a centralidade constitui o essencial do fenômeno urbano. A cidade não cria nada, mas centraliza as criações. As áreas centrais formam-se, pela sua importância na dinâmica da cidade, como espaços atrativos, com fluxos de pessoas, automóveis, capitais, decisões e, essencialmente, mercadorias. Devido a sua intensidade, esses fluxos, subordinados à acessibilidade e às vantagens inerentes à proximidade são responsáveis pela concentração de uma vasta gama de atividades, propiciando uma maior acumulação de capital por parte dos atores.

Nesse sentido, a forma urbana reflete, também, os efeitos da concentração de pessoas, de atividades e de equipamentos. Para Choay (1972), a centralidade resultará da eficácia do polo central e da sua acessibilidade, sendo essa condição fundamental para a sua existência. Para Castells (2000), a centralidade pode também ser vista como a combinação, em determinado momento, das atividades econômicas, das funções políticas e administrativas, da prática social, da representação coletiva, que contribuem para o controle e a regulação do conjunto da estrutura da cidade.

As novas centralidades podem assumir diferentes características: econômicas, sociais, políticas, imagéticas e infraestruturais (GOMES; LUSTOZA, 2009). Apesar de muitas centralidades que surgem com a expansão urbana, sempre haverá o centro principal, que marca a origem e a formação da cidade. Como afirma Lefebvre (2011), não existe realidade urbana sem um centro, comercial, simbólico, de informações, de decisão, etc. Para que a nova centralidade se forme, cria-se uma nova aliança entre o Estado e os setores privados da economia, pois é necessário planejar o espaço para a realização dessa nova atividade.

Durante esta pesquisa, foram aplicados questionários sobre a urbanização realizada na área central. Dos 50 entrevistados, 80% consideram Goitacazes um espaço onde se mistura urbano e rural e que, na atualidade, eles encontram tudo que necessitam no centro desse distrito.

Vinte entrevistados declararam que não são residentes em Goitacazes. Moram em outras localidades e distritos da Baixada Campista, inclusive em São João da Barra. Em Goitacazes essas pessoas resolvem assuntos bancários, compram alimentos, remédios, roupas e uniformes, entre outras coisas. Enfim, elas declararam, assim como os próprios moradores de Goitacazes, que não vão

ao centro de Campos para comprar e pagar suas contas. Frases como “Aqui tem tudo”, “Tudo que a gente quer, tem aqui”, “o comércio cresceu muito, temos boas lojas de Campos aqui” ou “Vou à cidade, só para médico, pois o resto tem aqui, no centro de Goitacazes” são comumente ditas.

Outro relato importante é o da enfermeira Luiza: “Goitacazes é o centro da Baixada campista”. Ela informa que as pessoas de outros distritos e localidades da baixada, assim como das localidades do município de São João da Barra, que estão próximas, fazem os pagamentos de suas contas, compras de supermercado e remédios, roupas. E termina: “tudo que é necessário para o dia-a-dia está no centro de Goitacazes”.

Vale ressaltar que alguns moradores de Goitacazes chegam a comparar Goitacazes com a Pelinca, bairro “moderno” verticalizado, contíguo ao centro da cidade – na verdade uma extensão do centro (VILLAÇA, 2000) –, dotado de todos os serviços: médicos, comércio, *shoppings*, restaurantes, bancos, hotéis. Essa comparação se deve ao fato que, após as transformações urbanísticas realizadas em Goitacazes, lojas, bancos, clínicas, laboratórios, instalados na Pelinca ou no centro, vieram a se estabelecer ali, como relatado nas falas abaixo::

“Tenho tudo perto, bancos, escolas, clínicas, um comércio muito bom, lazer... Parece a Pelinca” (Eliane, 23 anos).

“Ficou muito bacana, tem movimento, dia e noite... Fim de semana, eu fico aqui, não preciso ir para Campos para me divertir. É a nossa “Pelinca”” (José Carlos, 30 anos).

Observamos que a cada dia surgem novas instalações de vários serviços, como cartórios, escritórios de advocacia e agências bancárias do Banco do Brasil, Itaú, Bradesco e Santander. Dessa forma, os aposentados de toda Baixada Campista recebem seus benefícios nas agências localizadas em Goitacazes. Assim, em todo final e início de mês, o movimento é grande, principalmente nas farmácias, nos supermercados e nas casas lotéricas para pagamento das contas das prestadoras de água, energia e telefonia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de expansão urbana de Campos dos Goytacazes em direção à Baixada Campista com a formação de uma nova centralidade em Goitacases, os planos urbanísticos tiveram um papel importante, como foi o caso do

PDUC, de 1979, que criou as leis de uso e ocupação do solo e de conversão de terras rurais em urbanas. Nesse período, a elite local concretamente se apropriou dos recursos dos projetos nacionais implantados na região para colocar Campos no centro dos interesses, mas também para se favorecer, por meio do uso do público para fins privados. O Plano Diretor de 1991, elaborado na gestão municipal de Antony Garotinho (1989-1992), que definiu a área da Baixada Campista como vetor de expansão urbana, foi providencial para as ações realizadas para expandir a cidade em direção à Baixada Campista, no Governo de Rosinha Garotinho (2009-2012; 2013-2016). O Plano Diretor Democrático e Participativo de 2008, por sua vez, apontou a necessidade de se criar novas centralidades e a abertura total para os investimentos privados na organização do espaço urbano.

Trata-se de fato de um processo complexo que envolve interesses de vários setores públicos e privados, que usam as expectativas geradas pela instalação do CLIPA para justificar seus investimentos, contribuindo para acelerar o processo de urbanização espraiada e a formação de uma nova centralidade, no 2º distrito de Goitacazes, na Baixada Campista.

A política pública Programa Bairro Legal tem uma ação importante no processo de formação da nova centralidade. As intervenções realizadas no acesso ao distrito de Goitacazes, a urbanização da sua avenida principal, Alair Ferreira, com a retirada dos quiosques, ampliação de pista, padronização de calçadas, iluminação pública moderna e recuos para os ônibus são melhorias que incentivam os comerciantes de Campos a fazerem investimentos no comércio de Goitacazes. Além da sua grande população, esse centro atende à população dos outros distritos da Baixada e também do município de São João da Barra.

Esse quadro, associado a grande extensão de terras, estimula e atrai investidores imobiliários, trazendo novos moradores para o distrito. Porém toda essa mudança traz uma valorização aos preços de aluguel de ponto comercial e residencial, que subiu mais de 100%. Tal acontecimento marca a diferenciação dessa área com relação ao seu entorno e, principalmente, no interior dos distritos vizinhos.

Além disso, o conjunto habitacional do Programa Morar Feliz de Donana teve suas obras interrompidas, talvez por ter sido indesejado pelo empreendimento Urbamais, bairro planejado, que construiu um grande muro para se isolar do conjunto habitacional. Inacabado e abandonado pelo governo, as casas do conjunto foram ocupadas para fins de moradia por indivíduos e famílias oriundas de diversos bairros periféricos de Campos dos Goytacazes e de outros municípios,

estabelecendo um conflito entre o “conjunto habitacional” e o novo bairro. Ademais, os residenciais fechados como Cidade Alpha-Alphaville Campos, que será uma cidadela dentro da cidade, mas totalmente isolada e protegida.

Contrastes caracterizam as desigualdades socioespaciais, os conflitos sociais, as problemáticas da chegada da expansão urbana contemporânea, como o tráfico de drogas, a violência, a periferação, a fragmentação e a segregação.

A formação de uma nova centralidade em Goitacazes apresenta-se como uma perspectiva viável e um fator de interação e integração desse distrito com os distritos e localidades vizinhas, com a oferta diversificada de serviços e comércio, antes concentrados no centro urbano da cidade de Campos.

O importante é que a própria população considera o centro de Goitacases como uma centralidade, tendo como comparação o centro de Campos e a Pelinca. Isso acontece pelo fato de, na atualidade, a área central da sede do distrito ser dotada de todos os serviços que os moradores necessitam, além das filiais das lojas existentes, nas galerias e *shoppings* da Pelinca.

Tendo em vista o exposto, a intenção deste trabalho é contribuir para os estudos sobre a produção do espaço urbano das cidades médias brasileiras, os atores, agentes e processos socioespaciais, no século XXI.

REFERÊNCIAS

ALVES, H. M. **A Elite Local e a Modernização Urbana de Campos dos Goytacazes:** um projeto político 1930-50. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2013.

ARAÚJO, F. A. **Quando o Urbano e o Rural se inter cruzam:** discussões acerca da relação cidade-campo no distrito de Amanhecer/Araguari (MG). 2008. Monografia (Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

BIAZZO, P. P. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. *In:* ENGRUP, 4., 2009, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: FFLCH/USP, 2009. p. 132-150.

CALDEIRA, T. P. do R. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos estudos Cebrap**, [s.l.], n. 47, p. 155-176, 1997.

CARVALHO, A. M.; TOTTI, M. E. F. (Orgs.). **Formação histórica e econômica da região Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CARVALHO, M. B. **Proximidade Espacial e Distanciamento Social: Determinantes da Segregação sócioespacial, a percepção entre segregados e autosegregado**. Um Estudo de Caso sobre a Favela do Matadouro e seu entorno. 2004. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2004.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. 4. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2000.

CHOAY, F. **O Urbanismo**. São Paulo, SP: Ed. Perspectiva, 1972.

CONCEIÇÃO, R. N. da A. **Leitura da Paisagem da Baixada Campista: as materialidades e as representações sociais remanescentes entre a passagem do período colonial e imperial**. *Rev. Tamoios*, São Gonçalo, ano 14, n. 1, p. 83-97, jan./jun. 2018.

CONTI, E. F. **Os vazios urbanos e a função social da propriedade: o papel do Plano Diretor do Município de Campos dos Goytacazes**. 2013. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2013.

CORREA, R. L. Cidades médias e rede urbana. *In: SILVA, W. R. da; SPOSITO, M. E. B. (Org.). Perspectivas da Urbanização*. Reestruturação urbana e das cidades. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. p. 29-38.

CORREA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. *In: CARLOS, A. F.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). A produção do espaço urbano. Agentes e processos, escalas e desafios*. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016. p. 41-51.

CRUZ, J. L. V. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense**. 2003. 338 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

DIAS, I. P. R. **Território e poder: as elites e a organização do território em Campos dos Goytacazes (RJ)**. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado em Análise Regional e Ambiental) – Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, 2016.

DOMINGUES, A. **Sub(úrbios) e Sub(urbanos) – o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?** *Revista da Faculdade de Letras-Geografia*, Porto, v. X/XI, p. 5-18, 1994/5.

FARIA, T. J. P. As reformas Urbanas de Campos e suas Contradições. O Plano de 1944 uma nova ordem social e urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s.l.], v. 6. p. 1-14, 2000.

FARIA, T. J. P. Configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades, velhas estruturas. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10., 2005, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, mar. 2005. p. 4778-4799.

FARIA, T. J. P.; ZACCHI, R. C.; MOTHE, N. G. Desenvolvimento econômico, desigualdades e injustiças socioespaciais em Campos dos Goytacazes: o papel das políticas públicas urbanas. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL AÇÃO PÚBLICA E PROBLEMAS SOCIAIS EM CIDADES INTERMEDIÁRIAS, 1., 2013, Lisboa. **Anais [...]** Lisboa, 2013. p. 67-86.

FREITAS, K. P. da S. **Produção e apropriação do espaço urbano de Campos dos Goytacazes, RJ**: da residência unifamiliar aos edifícios de apartamentos. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2011.

GARREAU, J. **Edge City: Life on the new frontier**. New York, Doubleday, 1988. GOMES, W. J. C.; LUSTOZA, R. E. Um Olhar sobre a Tiradentes atual: a problemática da centralidade. In: II SEMPRE Seminário de Preservação do Patrimônio Cultural: Intervenções em edificações e conjuntos urbanos de interesse cultural. Juiz de Fora, MG, 2009. Mimeo.

GUIMARÃES, B. M.; PÓVOA, F. M. R. **Formação e Evolução das Favelas em Campos dos Goytacazes**. Relatório de Pesquisa. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, UENF. Centro de Ciências do Homem-Laboratório de Estudos Sociais e Políticos. dez. 2005.

LAMEGO, A. R. **O homem e o Brejo. Serviço Gráfico do I. B. G. E.** Rio de Janeiro, 1945. Disponível em: [_https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13016_v1.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13016_v1.pdf). Acesso em: 10 jul. 2020.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Centauro, 2011.

LEFEBVRE, H. **La Production de l'espace**. Paris: Anthropos, 2000 [1974].

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Tradução de Sergio Martins. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2002 [1970].

MARICATO, E. O Brasil na era das cidades-condomínio. **Outras Palavras**, 2018 Disponível em: https://outraspalavras.net/cidadesemtranse/o-brasil-na-era-das-cidades-condominio/?fbclid=IwAR0aEtD0S7HXk_YAp4sgzqyUeG4J1dQ1hS2zv302C5EVGx GPYTSB2F7uXyE. Acesso em: 10 jul. 2020.

MOTHÉ, N. G. **Dinâmica Socioespacial em Zona de Expansão Urbana**: Os impactos da implantação de novos empreendimentos na área ao entorno da Avenida Silvio Bastos Tavares em Campos dos Goytacazes. 2011. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2011.

NUNES, O. V. R. **O Programa Cidades de Porte Médio**: Planejamento e Política Urbano-Regional no Brasil (1976-1986). 2020. 442 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO FÍSICO TERRITORIAL URBANO – PDUC, 1979.**

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2008.

PANERAI, P. **Análise urbana**. Tradução de Francisco Leitão. Brasília: UNB, 2006.

PEREIRA, J. M. de S. **Evolução Urbana e Arquitetura em Três Bairros de Campos dos Goytacazes**. 2004. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2004.

PESSANHA, R. M. Favelas e Comunidades de Baixa Renda no Município de Campo dos Goytacazes (1991-2000). *In*: PESSANHA, R. M.; SILVA NETO, R. (Org.). **Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense**: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. WTC Editora. Campos dos Goytacazes: WTC Editora, 2004. p. 307-332.

PÓVOA, F. M. R. **A Municipalização da Política de Habitação Popular em Campos dos Goytacazes (1989/2001)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2002.

SANTOS, M. **Urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SECCHI, B. **A cidade do século vinte**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2015.

SILVA, J. G da. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: Editora UNICAMP, 2002.

SILVA NETO, R.; PESSANHA, R. M. (Orgs.). **Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense**: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. Campos dos Goytacazes: WTC Editora, 2004. 380 p.

SOARES, P. R. Cidades Médias e aglomerações urbanas: a nova organização do espaço regional no sul do Brasil. *In*: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. da E.; SORBAZO, O. (Orgs.). **Cidades médias**. Produção do espaço Urbano e Regional. São Paulo; Expressão Popular, 2006. (Série Geografia em Movimento).

SPOSITO, M. E. B. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas**, [s.l.], n. 54, p. 114-139, 2004.

VASCONCELOS, P. de A. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. *In*: VASCONCELOS, P. A.; CORREA, R. L.; PINTAUDI, S. M (Orgs.). **A cidade contemporânea**: segregação Espacial. 1ª reimpr. São Paulo: Ed. Contexto, 2016.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. *In*: ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. **A Cidade do Pensamento Único. Desmanchando consensos**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2012. p. 75-103.

ZACCHI, R. C. **O Papel dos Proprietários Fundiários e do Estado no Processo de Conversão de Terras Rurais em Urbanas e na Produção de Loteamentos Fechados**: Campos dos Goytacazes/RJ (1980-2011) – Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2012.

OS PEQUENOS MUNICÍPIOS NA AMAZÔNIA: SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA-PA

Leticia Costa Silva
José Anchieta de Araújo

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre pequenas cidades ainda são escassos nos espaços acadêmicos, pois privilegia-se as análises sobre grandes centros, já que é onde há a maior concentração populacional e onde são mais perceptíveis as contradições referentes aos impactos da globalização no processo de urbanização. Entretanto, é importante ressaltar que as pequenas cidades apesar de sua intensa dependência em relação aos grandes centros urbanos, possuem aspectos que tornam sua existência e a de seus habitantes em um modo de vida diferenciado e relevantes a ser estudados.

Neste trabalho há a tentativa de analisar as dinâmicas que caracterizam os pequenos municípios, mais especificamente na região amazônica e o município de São Domingos do Araguaia, que se encontra no Sudeste Paraense. O município foi formado pelas dinâmicas da migração, no qual trabalhadores vieram de outros estados, principalmente no Nordeste, à procura de trabalho e de terras, bem como atraídos por emprego em projetos governamentais que tinham o intuito de ocupar a região.

O incentivo à crescente urbanização da região amazônica, principalmente pelo governo, faz com que os pequenos municípios dependam, principalmente economicamente, dos grandes centros urbanos. Fatores que promovam consequências nas pequenas cidades sofram como envelhecimento e falta de atividades econômicas que exigem um nível maior de especialidade, já que a população, principalmente os jovens tendem a ser atraídos pelas oportunidades de trabalho e emprego nos grandes centros urbanos, piorando o inchaço populacional das grandes cidades.

O trabalho será dividido em tópicos. Primeiro, apresentação de alguns aspectos teóricos sobre cidades e o que se classifica como pequenas cidades. Segundo, contextualização da região amazônica e as ações do Estado. Terceiro, apresentação de alguns aspectos de Domingos do Araguaia e suas características como pequena cidade.

O trabalho teve como metodologia o estudo de caso, que se caracteriza por ser uma pesquisa que se trata “de uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro de seu contexto real (...) buscando aprender a totalidade de uma situação, e criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto” (MARTINS, 2006, p.5). Assim como, a utilização da pesquisa bibliográfica sobre o tema, esta técnica “se utiliza fundamentalmente das contribuições de vários autores sobre determinado assunto” (FREITAS; PRODANOV, 2013), para a contextualização da temática e desenvolvimento dos conceitos, além de levantamento de dados em bases como o IBGE e outras fontes de dados que se tornaram relevantes para o desenvolvimento da pesquisa.

PEQUENAS CIDADES

Para Bridi e Soares (2003), há poucos estudos sobre pequenas cidades, pois privilegia-se pesquisas sobre grandes e médias cidades, por conta das grandes aglomerações de pessoas chamarem mais a atenção dos pesquisadores, pela concentração demográfica, de atividades, desigualdades sociais e meios difusores de ideologia e sua reprodução pelo país. Ferreira e Gouveia (2010) afirmam que apenas recentemente as cidades pequenas vem sendo aos poucos, pauta em alguns eventos científicos. De acordo com os autores, há muitas dificuldades no estudo sobre pequenas cidades, pois, são diversas a realidade sócio espacial dessas cidades no país, bem como a falta de padrões e parâmetros teórico-metodológicos que caracterizem esses espaços. Bridi e Soares (2003) afirmam que o país é representado por 72,6% por pequenos municípios, por isso, de acordo com os autores, há a necessidade de análises mais profundas quanto às dinâmicas urbanas dessas localidades.

O autor Crívelaro (2008) traz algumas características que justificam o estudo sobre pequenos municípios. Segundo o autor grande parte dos pequenos municípios existentes no país têm até 50 mil habitantes; a produção de recursos de abastecimentos e matéria-prima, bem como a pequena produção familiar agropecuária, acontece em grande parte nos pequenos municípios; os pequenos municípios possuem de acordo com a Constituição Federal autonomia econômica, política e administrativa para legislar em causa própria, desde que respeite as demais esferas estadual e federal; há um aumento do setor terciário nesses pequenos municípios, por conta da mundialização da economia, o que

faz com que cada vez mais os pequenos municípios sejam incluídos no circuito de acumulação capitalista; assim como começam a surgir nessas pequenas localidades, problemas do modo de vida urbano como congestionamento de trânsito, desemprego, enchentes, pobreza, dentre outros problemas que são eminentes das médias e grandes cidades.

A cidade seria um centro em que há relações de indivíduos de outros espaços, seja do campo ou de outras cidades, que se relacionam com objetivo de conseguir bens e serviços. Nesse sentido, a cidade por sua diversidade de serviços seria um *centro de relações* (ANDRADE, 1981). Essas relações podendo ser mais complexas à medida em que esses serviços forem se diversificando e obtendo maior qualificação. Por isso, dependendo da complexidade muitas cidades se tornam centros de atração de pessoas. Para George (1983), a cidade seria uma unidade demográfica, passível de analisada e definida, seu estudo permite entender dados que auxiliam as análises sobre força de trabalho, mercado, necessidades de serviços e infraestrutura, para o autor, no estudo sobre cidades a população é de grande importância, pois, tanto como sendo produtores, fornecendo força de trabalho, como no papel de consumidores.

De acordo com Scarlato (1995) afirma que quanto maior o número e a função no interior da rede urbana, maior será a grandeza da cidade, podendo ser classificada como de 1ª grandeza, 2ª grandeza e 3ª grandeza, nesse sentido sua importância, grandeza vai depender da sua funcionalidade. Para Figueiredo (2008), os grandes centros, melhores equipados oferecem uma maior variedade de serviços e bens, com um maior número de tipos de negócios e estabelecimentos. Enquanto os centros de nível inferior, ou de menor grandeza, como aponta Scarlato (1995), oferecem serviços não tão variados e na maior parte do procurados apenas pelos consumidores locais.

Um dos aspectos comumente visíveis nas cidades é a sua demografia e seu espaço organizacional, resultando na classificação de cidades em diferentes categorias (CIDADE; MORAIS, 2004). Segundo, Figueiredo (2008) aponta que as pequenas cidades assim como as grandes, também possuem função e forma, e por isso também devem ser estudadas. Pois, por menor que seja ela também exerce uma função mesmo que voltada apenas para sua população interna.

No Brasil entre 1940 e 1990 ocorreu um processo de urbanização, o qual redefiniu o papel das metrópoles, grandes, médias e pequenas cidades, pois houve intensas alterações econômicas, demográficas, assim surgindo novas funcionalidades (BESSA Et. al., 2002, p.10). Os autores apontam que no sistema urbano brasileiro, as cidades pequenas foram de forma gradual sendo definidas

como “*ciudades do campo*”, “*ciudades locais*”, e as cidades médias apresentaram altas especializações, funcionando como “*ciudades regionais*”. As pequenas cidades classificadas como de nível inferior na hierarquização urbana, se transformaram, pois nos anos 1970 tinham pouca expressão no cenário urbano, mas a partir das mudanças colocadas pela “revolução urbana” no país, do período citado, muitas dessas cidades apresentaram intenso crescimento demográfico, assim como atendendo serviços públicos e privados das demandas de seus entornos, passando a ser chamadas por Santos (1996) de “*ciudades locais*” por conta de suas novas funções da rede urbana. (BESSA Et. al, 2002, p.10).

De acordo com Marzulo (2013), o aumento de pequenos municípios no país está diretamente relacionado à descentralização promovida pelo federalismo da década de 1980, quando houve um processo de emancipação político-administrativa dos municípios.

Magalhães (2007) traz dados bastante interessantes que apontam a criação de 1.405 municípios no Brasil entre 1984 e 2000, o que representou um aumento de 34,3% em relação à quantidade de municípios existentes no período anterior. Dos municípios instalados, 94,5% se enquadram em pequeno porte populacional, o que, por si só, não seria um problema não fosse a total inviabilidade econômico-financeira de grande parte deles. (MARZULO, 2013, p. 43)

Os municípios pequenos possuem dinâmicas sócio espaciais específicas e um urbanização frágil, por conta da precária oferta de serviços e bens (WANDERLEY, 2001). “De certa forma, pode-se dizer que, no Brasil, o fato de ser pequeno frequentemente significa ser precário do ponto de vista dos recursos disponíveis.” (WANDERLEY, 2001, p.6)

Um fator muito presente nos municípios pequenos é uma marcante ruralidade (WANDERLEY, 2001). “(...) *a proporção considerável de população rural e de pessoas com residência urbana, porém ocupadas com atividades rurais, e de pessoal ocupado com atividades primárias em relação à população total*”. (MAZURLO, 2013, p. 45). Também nesse aspecto, Corrêa (2011, p.7) afirma que nos pequenos municípios há uma predominância de práticas agrícolas que “(...) *pode levar a se pensar em um continuum rural-urbano, sem um rígido limite entre núcleos urbanos e núcleos rurais, podendo-se falar nesses casos em habitat rural concentrado*”. Marzulo (2013), afirma que os debates sobre os municípios pequenos precisam se sobrepor à apenas classificação de população, pois engloba toda uma discussão sobre relações simbólicas e sociais que se configuram nos processos hierárquicos das redes urbanas.

Em relação às classificações das cidades por critério demográfico, Azevedo (1970) em seu estudo sobre hierarquia urbana no país, utilizando o critério demográfico, classifica a cidade em três categorias/ cidades pequenas, população superior a 5 mil habitantes e menos que 30 mil; cidades médias, população acima de 30 mil e abaixo de 100 mil; cidades grandes, população acima de 100 mil e abaixo de 500 mil. As cidades com mais de 500 mil foram denominadas como metrópoles, as abaixo de 5 mil o autor não propôs explicação.

Em uma conferência na China, Gohn (2004), identifica as cidades globais, que seriam as que concentram fatores ligados à globalização; megacidades, seriam áreas urbanas acima de 10 milhões de habitantes; as cidades médias com uma população entre 50 e 800 mil habitantes e as pequenas cidades com população abaixo de 50 mil habitantes. Vallega (1995) ao estudar cidades italianas, faz a classificação em seis categorias: as metrópoles, com população acima de 2,5 milhões; cidades milionárias de 1 a 2,5 milhões; cidades grandes, com população de 500 a 1 milhão de habitantes; cidades médias, população de 100 a 500 mil; cidades pequenas, população com habitantes de 25 a 100 mil, e as cidades muito pequenas, de população abaixo de 25 milhões.

De acordo com Faissol (1972) o tamanho de uma cidade é importante para a diferenciação de uma cidade e outra. Ao se medir uma cidade, o autor afirma, não se deve levar em conta apenas o fator população, mas também o fator do tamanho funcional. No entanto, é perceptível que o fator demográfico tem se sobressaído nas pesquisas, mas que varia de pesquisador para pesquisador, lugar e época de onde se pesquisa.

O critério demográfico ainda é utilizado para fazer um recorte analítico para pequenos municípios como referência a estimativa da população, para apresentar alguns padrões, como relações de sociabilidade, atividades econômicas, dentre outros. Principalmente quando se compara pequenos municípios com médios e grandes, os pequenos apresentando pouca diversidade produtiva (CRIVELARO, 2008). O autor argumenta que há uma variedade de categorias de tamanho populacional que são utilizadas por órgãos e instituições de pesquisas para a delimitação, mas que há uma certa concordância que os municípios que possuem por volta de 10 mil habitantes podem ser considerados de pequeno porte, sendo o limite para ser considerado como pequeno seria de 50 mil habitantes.

Segundo Fresca (2001) os problemas urbanos, como saneamento básico, moradia, lixo urbano, desemprego, saúde, discutidos comumente no contexto dos grandes centros são problemas que também estão presentes nas pequenas cidades, logicamente que em uma escala diferente. O autor comenta que num

primeiro momento a questão da moradia não desperta interesse de pesquisa nas pequenas cidades, já que normalmente nelas há oferta de habitações à população, no entanto, há a questão da exploração da força de trabalho.

O autor Crivelaro (2008), em seu trabalho tem o objetivo de analisar as práticas cotidianas dos moradores de pequenas cidades, suas relações de sociabilidade, qualidade de vida e configuração urbana. O autor lança como hipótese que os pequenos municípios mantem preservados laços mais próximos de sociabilidade e convívio, principalmente por conta de seu baixo índice de população, da menor diferença de renda, bem como de desigualdades sociais. “Isto, pelo fato de as condições de vida, tanto as adversas quanto as favoráveis (seja em termos materiais ou abstratos) serem melhor compartilhadas nas relações cotidianas das pessoas por meio da solidariedade. Assim, a percepção sobre a qualidade de vida pela população tende a ser mais satisfatória nesses municípios”. (CRIVELARO, 2008, p.6)

Nesse sentido, os autores destacam que o estudo sobre pequenas cidades é difícil pelo pouco número de pesquisas e critérios que a defina, essa falta de estudos, pode se dar por conta do pouco impacto demográfico que estas cidades possuem, o frágil poder político e a falta de autodesenvolvimento que muitas vezes ocorre por conta da fraca quantidade populacional e pouca diversidade de atividades econômicas.

Portanto, de acordo com Figueiredo (2008) os pontos comuns que os autores que estudaram pequenas cidades apontaram, são o baixo crescimento demográfico, o frágil desenvolvimento econômico, a migração principalmente da população jovem, e a falta de serviços e infraestrutura, levando a diminuição de fecundidade, e a ausência de indivíduos no processo produtivo.

AMAZÔNIA E ESTADO

Inserido no contexto da supremacia do grande capital, o Brasil principalmente a partir da década de 1980 busca atender os interesses de agências internacionais como o Banco Mundial, FMI, dentre outras, por meio de desregulamentações, privatizações, abertura comercial. Essa imposição sendo levada para todas as regiões do país, como o Nordeste e a Amazônia.

para segmentos e/ou atividades, setores oligopolizados e articulados a dinâmica determinada pelo crescimento da Ásia (commodities) se beneficiam amplamente. Entretanto a agricultura familiar, a pesca artesanal e o extrativismo, excluídos deste processo, definharam. (MESQUITA, 2009, p.4).

Principalmente quando o Estado assume uma política neoliberal nos anos 1990 em vários setores da economia, como na agricultura, desfavorecendo o campesinato e agricultura familiar, dando prioridade ao mercado de grãos, mineração e pecuária, através de subsídios às grandes empresas multinacionais, o que ocasionou o avanço da pecuária e monocultura na região Amazônica.

A agricultura familiar apesar de numericamente ser a parcela mais importante em termos ocupação da força de trabalho e do papel que representa a segurança alimentar foi excluída deste ciclo de expansão e da apropriação de excedente gerado neste contexto globalizado, em particular, as comunidades e povos tradicionais estão sendo vítimas de expropriação das grandes empresas (inclusive estatais) e excluídos deste “desenvolvimento” privatizado. Por outro lado, para o meio ambiente há uma perda magistral da biodiversidade que acompanha o desmatamento que antecede a implantação de tais commodities. (MESQUITA, 2009, p.4)

A região amazônica possui uma grande diversidade de recursos naturais, por isso é cobiçada a sua exploração, especialmente pelo Estado. Monteiro (2005) afirma que a exploração de minérios na região amazônica tem início com a exploração da reserva de manganês em Amapá, na Serra do Navio, sendo resultado das novas políticas de caráter liberal adotadas pelo governo. Principalmente com a constituição de 1946, substituta da Carta de 1937 do governo Vargas, o objetivo do novo governo com a justificativa de segurança nacional, passa a intensificar políticas de intervenção na região, apontando como indispensável “ocupar” e explorar a região amazônica, através de políticas de créditos e incentivos fiscais como atrativo para empresas privadas mínero-metalúrgicas.

A partir dos anos 1960 – 1970, o Estado brasileiro cria uma série de programas para a incentivar a implantação de projetos de extração mineral. Em 1967 tem-se a criação do programa Polamazônia, que buscava a implementação de pólos de desenvolvimento na região, voltados em especial para a produção mineral, alguns desses pólos situados em Amapá, Carajás e Trombetas. (MONTEIRO, 2005). O Estado através da Companhia Vale do Rio Doce, ainda estatal na época, promove negociações com empresas privadas japonesas para a implementação de energia elétrica e a produção de alumínio.

Com o governo de Fernando Collor e depois FHC, há a implementação da agenda neoliberal no Estado, influenciando diretamente nas dinâmicas da região amazônica, como “(...) a diminuição das barreiras alfandegárias, a redução da tributação incidente sobre exportações e redução da participação estatal na economia, por via, por exemplo, de privatizações de empresas estatais, como veio a acontecer com a CVRD”. (MONTEIRO, 2005, p.194). Nos anos 1990 ocorre também a aprovação

da emenda constitucional nº 6, retirando o impedimento de posse do capital estrangeiro em possuir capitais de forma majoritária nas empresas mineradoras. Nesse sentido o governo atua na região com ações incentivando a lógica da relação entre poder público para a mercantilização de recursos minerais:

Essas atividades, ao demandarem processos produtivos desenvolvidos e implementados noutros contextos sociais, culturais e ecológicos, diante da própria fragilidade da organização da sociedade local, consolidam habitus e passam a ter dificuldade de interagir com a diversidade regional, pois, a partir desta diversidade, constituem-se em realidades e atores (índios, camponeses, empresários locais etc.) com os quais a minero-metalurgia tem enorme dificuldade de interatuar e, com frequência, assume uma postura conflitante e antagonica em relação a estes. (MONTEIRO, 2005, p.201).

O autor Monteiro (2005) alerta para as consequências desses processos produtivos na região, uma vez que desconsideram o contexto sociocultural e ambiental há muito já existente na região. Sobre os impactos sociais desses processos ocorridos com a entrada de multinacionais na região. Hébette (2004) argumenta que este projeto de ocupação da região amazônica implantado dentro da lógica capitalista não tem como objetivo atender os interesses regionais, mas sim interesses alheios à região, por meio da exploração dos recursos naturais. Bem como a frente agropecuária que em sua expansão pressiona populações indígenas a abandonarem seus territórios. O autor cita como exemplo a ELETRONORTE que com a implantação de represas alaga áreas ocupadas por camponeses.

O capital não entende a linguagem das relações primárias; sua racionalidade é de lucro, de produtividade, de tempo de trabalho; é a racionalidade das relações mercantis. Essa diferença torna o diálogo entre as partes – os camponeses e os índios por um lado, o capital por outro – quase impossível. (HÉBETTE, 2004, p. 151).

Projetos exploratórios e agressivos à toda a região e suas populações, pelos impactos ambientais e sociais empreendimentos com o auxílio do Estado, restando a essas comunidades afetadas lutarem por melhores condições de vida e políticas que viabilizem isso.

PEQUENAS CIDADES NA AMAZÔNIA

De acordo com Corrêa (1999) no Brasil, no último quartel do século XX, houve a criação de diversos núcleos de povoamento, principalmente em áreas

de fronteira de ocupação e de modernização, sendo estas, produtos do processo da globalização. Como os núcleos de povoamento criados em Rondônia, Mato Grosso, Tocantins, Bahia e Pará, como as company towns, núcleos que foram criados através de planejamento e controlados por grandes empresas do setor mineral e industrial, em áreas com inexistente infraestrutura, como Carajás no Pará associada à VALE; o Porto de Trombetas, também no Pará, ligado à Mineração Rio Norte; a Vila dos Cabanas (PA), ligada à ALUNORTE; e Presidente Figueiredo no Maranhão, pela Mineração Tambocas.

Corrêa (1999) argumenta que o habitat rural que se concentrava em “colônias” localizadas dentro das grandes propriedades rurais, desaparece e de certa forma é recriado na periferia das pequenas cidades.

A segunda possibilidade diz respeito à transformação do pequeno núcleo a partir de novas atividades, induzidas de fora ou criadas internamente, que conferem uma especialização produtiva ao núcleo preexistentes, inserindo-o diferentemente na rede urbana, introduzindo nela uma mais complexa divisão territorial do trabalho. As especializações produtivas, por outro lado, conferem aos núcleos urbanos uma singularidade funcional, entendida como características que são simultaneamente de diferenciação no âmbito da economia global e de integração a esta mesma economia. A centralidade, ao que tudo indica, pode ser ampliada. As especializações produtivas criadas podem estar associadas às novas demandas da produção agrícola regional, referenciadas agora a novos patamares tecnológicos e de renda e a novos padrões socioculturais. São, em realidade, atividades criadas no âmbito da industrialização do campo. (CORRÊA, 1999, p.50)

De acordo com Alves (2007), a partir dos anos 1980 e 1990 houve desafios sobre como planejar um desenvolvimento sustentável nos pequenos municípios da Amazônia Brasileira. Muitos desses municípios que foram recentemente emancipados, eram parte de regiões ricas anteriormente, quando ainda forneciam matérias primas às províncias. Porém, em um recente passado, são ou foram objeto de desestruturação de sua malha social, por consequência de políticas públicas voltadas com intuito de globalizar a economia da região, entrando em contradição com os mercados tradicionais locais, levando ao aumento de desemprego, migração rural-urbana, crescimento da violência, especialmente por fatores econômicos, atingindo principalmente os jovens que precisam adentrar o mercado de trabalho. Essa situação se torna mais notória, afirma o estudo, em municípios que tinham suas economias baseadas no extrativismo.

Para Alves (2007), esse contexto, vinculado ainda a fracas administrações de planejamento resulta em desperdício de recursos públicos e energia, sendo incapazes de estimular o desenvolvimento. Assim, mesmo acontecendo aplicações de montantes de recursos financeiros e investimentos nesses

municípios, ainda é intensa a migração rural-urbana, principalmente de jovens para as grandes cidades em busca de melhores condições de vida. O autor aponta também que essa aplicação desses recursos de forma desordenada e, muitas vezes, para atender interesses políticos eleitoreiros, resulta apenas na construção de agroindústrias que nunca funcionaram por falta de matéria-prima, capital de giro ou por incapacidade gerencial das associações de produtores envolvidas.

SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA

São Domingos do Araguaia possui aspectos que podem caracterizá-la como uma pequena cidade. Oliveira (2006) quando analisou a questão das cidades pequenas na região amazônica argumenta que não há critério concreto em como definir uma cidade pequena na região. Mas que se pode perceber nuances de uma pequena cidade, como: “a baixa articulação com as cidades do entorno; as atividades econômicas quase nulas, com o predomínio de trabalho ligado aos serviços públicos; a pouca capacidade de oferecimento de serviços, mesmos os básicos, ligados à saúde, à educação e à segurança; a predominância de atividades caracterizadas rurais”. (OLIVEIRA, 2006, p.1).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), São Domingos do Araguaia possui atualmente uma população estimada em 25.557 habitantes e uma área territorial de 1.392, 464 Km². Se o município fosse ser classificado sobre critério demográfico, como visto nos estudos acima, seria categorizada como pequena cidade, pois está dentro do consenso populacional do IBGE e de vários autores, de até 50 mil habitantes.

Em relação à formação do município, de acordo com Velho (2009) em 1951 surge próximo à São João, a 7km, um garimpo na área de encontro do Araguaia e Tocantins que atraiu muito migrantes, vindo do Maranhão, Goiás, dando origem a vila chamada Apinagés. Mas em 1952 esse garimpo acaba e muitos extrativistas deixam o local e adentram na mata, passam a desenvolver agricultura de milho, arroz, fava, para seu próprio consumo, vendendo o excedente. Outra atividade que se intensificou com o fim do garimpo em Apinagés foi a extração de castanha, os trabalhadores extraíam para padrão e/ou para si. Um desses extrativistas, Serafim Canafista da Silva, oriundo do Piauí, chega à região em 1952, estabelece a 18 km de Apinagés, local onde atualmente é situado o município de São Domingos do Araguaia.

O local era próximo do castanhal de um certo José Miranda, mas como ele não tinha ainda a documentação, outros tiravam também castanha. No mesmo local, uns dez anos antes, aparentemente ainda se extraía borracha. Encontraram muitas latas

espalhadas pelo chão, deixadas pelos castanheiros, e o sítio acabaria ficando conhecido como Das Latas. Encontrava-se ainda na área cerâmica indígena espalhada; donde se conclui já ter havido uma aldeia de índios no local. (VELHO, 2009, p.116).

A partir do ano seguinte, relata Velho (2009), chegaram outras famílias se instalando próximo ao lavrador, para também para trabalharem na extração de Castanha-do-Pará. Então com o crescimento desse povoado, este passa a ficar conhecido como Centro das Latas, por conta haverem muitas latas de querosene espalhadas, utilizadas no processo de coleta da Castanha-do-Pará. Em 1955, chega no povoado um padre chamado Frei Gil, que celebrou a primeira missa no povoado e trouxe com ele uma imagem de São Domingos de Gusmão, este passa a ser o padroeiro da cidade, e o povoado passa a se chamar São Domingos das Latas.

Por volta de 1961, afirma Velho (2009), que com incentivos de políticos e com a pressão da comunidade, acontece uma melhora na trilha que liga São Domingos à Apinagés. Na época a prefeitura de Marabá doa um caminhão para o município o que faz com que cresça o escoamento da produção e São Domingos passa a ser centro de polarização. Por volta da década de 1970, com a abertura da Transamazônica há um aumento da população na região, de trabalhadores atraídos por empregos nas empreiteiras, e em atividades madeireira e garimpeira, se instalam próximo à rodovia, onde hoje é situada a sede do município. O povoado de São Domingos fazia parte do município de São João do Araguaia, mas com seu rápido desenvolvimento comercial e populacional, os moradores começam a reivindicar autonomia política, já que abrigava boa parte dos comerciantes e produtores.

Em 1967, a Câmara de São João do Araguaia por meio de uma resolução muda oficialmente o nome de São Domingos das Latas, para São Domingos do Araguaia. Em 1991 acontece o plebiscito de emancipação de São Domingos e no mesmo ano é elevado à categoria de município por meio da lei estadual nº 5706/1991, então desmembra-se de São João do Araguaia e passa a ser distrito sede em 1995. (VELHO, 2009).

Sobre dados como população, área e densidade demográfica, ver tabela abaixo:

Tabela 2: Área, população e densidade demográfica de São Domingos do Araguaia 1991-2010.

Ano	Área (Km ²)	População (hab)	Densidade Populacional
1991	-----	14.010	-----
2000	1.392,40	20.005	14,30
2010	1.392,46	23.130	16,61

Fonte: Adaptado do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e estatística), 2010.

A tabela acima demonstra que em 1991 a área e nem a densidade populacional eram definidas por conta de que São Domingos ainda estava fazendo parte de São João do Araguaia. Já após a elevação a município, esses aspectos foram definidos. Pode-se notar também o aumento populacional principalmente na área urbana do município re-flexo da migração de outras localidades, assim como a migração rural-urbana.

São Domingos do Araguaia em 2010 possuía um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de (0,594) houve um avanço considerando que em 1991 o valor era de (0,285). (FAPESPA, 2016). De acordo com o Diagnóstico de Trabalho Decente na Região de Carajás (2018), o município em 2015, possuía um PIB per capita (Produto interno Bruto) de R\$ 8.719,73. Em relação ao número de Estabelecimentos segundo os setores de atividades, ver tabela a seguir:

Tabela 1: Número de Estabelecimentos com Vínculos Empregatícios segundo setor de Atividade econômica do cadastro RAIS 2014-2015.

Número de Estabelecimentos com Vínculos Empregatícios Segundo Setor de Atividade Econômica do Cadastro RAIS 2014-2015		
Setor de atividade	2014	2015
Extrativismo Mineral	-	-
Indústria de Transformação	7	7
Serviço Indust. Utilidade Pública	3	2
Construção Civil	15	12
Comércio	60	74
Serviços	14	22
Administração Pública	2	2
Agropecuária, Extrativismo Veget., Caça...	35	40
Outros/Ignorados	-	-
Total	136	159

Fonte: (FAPESPA) Estatísticas Municipais Paraenses: São Domingos do Araguaia, 2016.

A partir dos dados da tabela abaixo, percebe-se que a economia do município gira em torno dos setores de serviço e agropecuária.

Nesse sentido, a partir dos dados apresentados acima, nota-se que tanto do critério populacional, atividades econômicas existentes, como a forte presença da agropecuária e setor de serviços, nota-se as características de cidade pequena cidade estudadas nas teorias dos autores apresentados. Como afirma Wanderley (2001), da presença marcante do aspecto rural, de uma considerável população que trabalham atividades rurais, assim como práticas agrícolas.

O município sofre também da falta de oportunidades de trabalho e estudo, principalmente para a população jovem, o que os leva a deixar a cidade. Esses

fatores trazem consequências como a migração para os grandes centros, acentuando as contradições lá existentes, bem como dificultando o processo e desenvolvimento produtivo das pequenas cidades pela falta de atividades especializadas. Como já discutido por Alves (2007), que esse contexto aliado às frágeis administrações de planejamento, leva à desperdício de recursos públicos e dificulta o desenvolvimento da cidade.

No seu estudo sobre o desenvolvimento de cidades pequenas situadas do Terceiro Mundo, Juanico (1977), afirma que o incentivo ao desenvolvimento dessas pequenas cidades, ajudaria reduzir a migração rural-urbana para os grandes centros, e a migração de pequenas cidades para as grandes. Para o autor é necessário o investimento nessas pequenas cidades, em políticas de liberação de créditos, infraestrutura e serviços, como eletricidade, estradas, abastecimento de água, atendimento médico, educação, comunicação e lazer.

Outros fatores que também poderiam ser incentivados pelos governos municipais para o desenvolvimento das pequenas cidades, de acordo com Figueiredo (2008), seria a criação e cooperativas e a diversidade na produção, o fornecimento de assistência técnica para os produtores rurais, beneficiamentos dos produtos advindos do campo. *“Uma boa renda no campo se reflete positivamente na cidade, com o surgimento de novos serviços, e conseqüentemente, de mais empregos para a população”*. (FIGUEIREDO, 2008, p.46)

Portanto se vê nas dinâmicas do município e da região amazônicas, aspectos como a implantação de projetos na região que atraiu inúmeros migrantes, sendo a maior parte dos municípios da região formados nessa dinâmica. Por isso a importância, como afirma Figueiredo (2008) que cada realidade varia tanto no tempo quanto no espaço, ao se estudar cidades deve-se sempre levar em consideração os contextos nos quais estão inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como discutido, há poucos estudos referentes às pequenas cidades, e além disso, há pouco consenso também sobre a definição dos critérios que poderiam caracterizar o que é uma pequena cidade. Por essas dificuldades e também pela preferência dos pesquisadores aos grandes centros por conta de sua maior relação com a dinâmicas da globalização, em que são mais presentes. Mas há muitos autores que estão se dedicando ao estudo sobre pequenas cidades,

principalmente da área da geografia, estão se preocupando em análises sobre as particularidades das dinâmicas das pequenas cidades.

As pequenas na cidade na região amazônica se caracterizam por a grande maioria descenderem de projetos promovidos pelo governo de exploração dos recursos naturais da região e se destacam por suas individualidades, como São Domingos do Araguaia, que nasce nos arredores dos focos de exploração da castanha e garimpo, e que se configura como pequena cidade, pelo seu porte populacional e pelas suas características que ainda possui muitos aspectos rurais.

A falta de investimentos e poucas oportunidades de escolarização superior e de trabalho em São Domingos, assim como em diversas pequenas cidades do país, levam a muitos migrarem aos grandes centros urbanos, principalmente os jovens, piorando o inchaço populacional das grandes cidades, e as pequenas cidades sofrem por falta de atividades que exigem um maior nível de especialidade.

Nesse sentido, percebe-se a necessidade de investimentos nesses aspectos como infraestrutura, oferta de trabalho para a promoção de uma qualidade de vida melhor no pequeno município. Investimentos aplicados de forma pontal e não para fins particulares dos governantes.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. N. B. *Desenvolvimento Local: Alternativas de Produção Sustentável para Pequenos Municípios da Amazônia Brasileira*. **Embrapa Amazônia Oriental**. Belém, Pará. 2007.

ANDRADE, M. C. de. **Geografia econômica**. 7. ed. São Paulo: Atlas. 288, 1981.

AZEVEDO, A. **Brasil a terra e o homem: a vida humana**. v. 2. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1970.

BESSA, K.C.F.O.; BORGES, G.V.; SOARES, B. R. Dinâmica sócio-econômica das “cidades locais” situadas em áreas do cerrado mineiro. **Caminhos de geografia**, Uberlândia, v. 3, n. 5, fev. 2002.

BRIDI, J.; SOARES, B. R. **Transformações Sócio-Espaciais nas pequenas cidades do Triângulo Mineiro: Um estudo em Tupaciguara**. In: II Simpósio Regional de Geografia. “Perspectivas para o Cerrado no século XXI”. Universidade Federal de Uberlândia – Instituto de Geografia. 26 a 29 de novembro de 2003.

CIDADE, L. C. M.; MORAES, L. B. de. **Metropolização, Imagem Ambiental e identidade de cidade no Distrito Federal**. Geografia, Rio Claro, v. 20, n. 1, p. 21-37, jan./abr. 2004.

CORRÊA, R. L. Globalização e Reestruturação da Rede Urbana: notas sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro, v.4, n.6, p.43-53, jan./jun.1999.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **Geosp – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 30, p.5-12, 2011.

CRIVELARO, S. H. R. **Espaço vivido, cotidiano e qualidade de vida em pequenos municípios**. Caso: município de Urupês (SP). [Dissertação de Mestrado]. Universidade Estadual de Campinas, Mestrado em Geografia. Campinas-São Paulo. 2008.

FAISSOL, S. A estrutura urbana brasileira: uma visão ampliada no contexto do processo brasileiro de desenvolvimento econômico. **Revista brasileira de geografia**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 19-123, jul. /set. 1972.

FAPESPA. FUNDAÇÃO Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas Estatísticas Municipais Paraenses: São Domingos do Araguaia. / **Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação**. – Belém, 2016.

FIGUEIREDO, V.D.M. **PEQUENOS MUNICÍPIOS E PEQUENAS CIDADES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: CONTRASTES, PERFIL DO DESENVOLVIMENTO E DE QUALIDADE DE VIDA, 1980-2000**. [Tese de Doutorado]. Universidade Estadual Paulista, SP. 2008.

FREITAS, E. C.; PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico – 2. ed.** – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

FRESCA, T. M. Em defesa dos Estudos das Cidades Pequenas no Ensino de Geografia. **Geografia**. Londrina, v.10, n.1, p.27-34. 2001.

GEORGE, P. **Geografia Urbana**. São Paulo: Difel, p.236, 1983.

GOHN, M. da G. **O futuro das cidades. Nas redes da educação**, revista eletrônica. Disponível em: <<http://www.life.fac.unicamp.br/revista/art103.htm>>. Acesso em 07 Abr. 2004.

HÉBETTE, J. ; MARIN, R. A. *Grandes projetos e transformações na fronteira in Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia Vol III*. Belém. EDUFPA, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panoramas: cidades: São Domingos do Araguaia**. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/sao-domingos-do-araguaia/panorama>>. Acessado em 05/10/2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Área, população e densidade demográfica dos municípios do Território do sudeste paraense. 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acessado em: 01/02/2019.

JUANICO, M.B.O. O desenvolvimento de pequenas cidades no Terceiro Mundo. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v.35, n.252, p.24-35, jan./mar. 1997.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

MESQUITA, B. A. Notas sobre as transformações recentes na Amazônia neste cenário neoliberal. **IV jornada Internacional de Políticas Públicas**. Maranhão. 2009.

MONTEIRO, M. A. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados** 19 (53), 2005.

OLIVEIRA, J. A. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 58, n. 3, p. 27-29, Set. 2006. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n3/a13v58n3.pdf>> Acessado em; 10/10/2018.

SCARLATO, F. C. População e urbanização brasileira. In: ROOS, J.L.S. (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 381-463. 1995.

VALLEGA, A. **Geografia degli anni novanta**. Milano: le Monnier – Telespazio, 1995.

VELHO, O.G. *Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/zjf4z/pdf/velho-9788599662915.pdf>> Acessado em: 10/10/2018

WANDERLEY, M. de N. B. **A urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural**; estudo preliminar sobre pequenos municípios em Pernambuco. Recife, p33, 2001.

MORAR EM CONDOMÍNIO POPULAR: DA FAVELA INFERNO VERDE AO RESIDENCIAL JOÃO BATISTA, EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Teresa de Jesus Peixoto Faria

Diogo da Cruz Ferreira

Daiana da Silva Alvarenga

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, apresentamos os primeiros resultados da pesquisa que vem sendo desenvolvida na cidade de Campos dos Goytacazes⁷⁰, no âmbito do projeto de extensão “Políticas públicas e espera: ações para garantia e preservação de direitos”⁷¹. Analisamos o processo de instalação dos moradores removidos da extinta favela Inferno Verde, nas suas novas moradias, no conjunto habitacional multifamiliar Residencial João Batista, em 2018.

A favela Inferno Verde foi demolida em 2012, e a construção do conjunto habitacional pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (PMCG) teve início em 2013. É importante ressaltar que, contrariamente ao que ocorre com a implantação de conjuntos habitacionais populares, o Residencial João Batista foi construído no mesmo local onde se localizava a favela, no bairro Lapa⁷², nas proximidades da área central da cidade.

Diante desse cenário, interessa-nos compreender as diferentes formas de apropriação e adaptação à nova moradia e de gestão das áreas de uso comum – internas e externas – do conjunto habitacional. Para tanto, realizamos *observação direta* no período de 2016 a 2019, com foco no ponto de vista dos moradores (GEERTZ, 1997) e também em materiais bibliográficos e acervos públicos. De modo a restituir o material colhido durante o trabalho de campo, organizamos o

⁷⁰ Campos dos Goytacazes é uma cidade média localizada ao norte do Estado do Rio de Janeiro, sobre a qual falaremos mais adiante.

⁷¹ O projeto coordenado por Teresa Peixoto Faria teve início em 2016, no intuito de dar continuidade à pesquisa de Falcão (2015) e como devolutiva aos interlocutores, sem os quais ela não poderia ter sido realizada. Este capítulo se desenvolveu a partir da monografia de Alvarenga (2019), à época, bolsista do projeto. Agradecemos aos demais bolsistas (2017-2019): Luciana Siqueira Ribeiro, Quésia de Souza Francisco, Sharlene Manhães Nascimento e Yulli da Silva Amaral Pereira.

⁷² O bairro, situado na margem direita do Rio Paraíba do Sul, é contíguo à área central da cidade. Em 1748, na curva do rio, em um alto que se sobressai na paisagem da planície, foi erguida a igreja Nossa Senhora da Lapa. Em 1855, a Companhia de Fiação e Tecelagem Campista foi instalada na parte baixa do bairro, em frente ao rio, construindo ali, sua vila operária.

capítulo em quatro seções, as quais permitirão acompanhar desde o processo de reurbanização da área e as formas pelas quais os moradores se (re)apropriaram do novo espaço residencial.

Primeiramente, abordamos os programas habitacionais da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, em especial o Morar Feliz⁷³ e o Bairro Legal⁷⁴, sendo este último o responsável pelo processo de reurbanização da área onde o Residencial João Batista foi construído. Vale ressaltar que o conjunto habitacional Residencial João Batista não se insere integralmente no Programa Morar Feliz – que tem outra tipologia de construção e organização –, mas foi igualmente implementado com recursos municipais e coordenado pelo setor de políticas habitacionais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS) da PMCG. A construtora responsável não foi a Odebrecht, assim como nos programas citados, mas a Serven (Serviços de Engenharia de Avaliações), localizada em Campos dos Goytacazes.

Analisamos, ainda, a política de remoção adotada pela PMCG, que obrigou, em 2012, os moradores da antiga favela Inferno Verde a se deslocarem de suas casas e os direcionaram para o Programa Aluguel Social⁷⁵, até que a obra fosse finalizada e entregue. O fato de alguns desses moradores terem permanecido no mesmo bairro, no entorno da área da extinta favela, onde o conjunto habitacional estava sendo construído, acompanhando cotidianamente o desenvolvimento da obra, nos permitiu, a partir dos estudos de Falcão (2015), tratar esse lugar como um “território da espera”. Os territórios da espera designam especificamente os espaços destinados voluntariamente ou servindo involuntariamente para colocar em espera populações deslocadas ou em deslocamento (VIDAL; MUSSET, 2015, p. 11).

Em seguida, descrevemos o espaço-tempo da espera – “o território da espera” – no período de 2016 a 2018, quando os moradores foram realocados

⁷³ O Programa Morar Feliz foi implementado em 2009, com recursos próprios advindos dos repasses de royalties do petróleo e participação espacial, na 1ª gestão da prefeita Rosinha Garotinho, à época recém-eleita pelo Partido da República (PR), atual Partido Liberal. Sua campanha política foi consolidada na forte publicidade de programas estratégicos, de grandes impactos sociais e políticos (ARRUDA, 2014), onde se insere o Morar Feliz.

⁷⁴ O Programa Bairro Legal também foi implementado em 2009, pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, com recursos próprios e do Governo Federal, via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

⁷⁵ Proveniente do Programa SOS Habitação, o Aluguel Social é um benefício temporário. Segundo a PMCG, ele é custeado com recursos dos royalties do petróleo. Ele prevê o pagamento de aluguel emergencial por um período de seis meses, podendo ser estendido por período equivalente. O benefício concedido é fixado no valor de 350 reais. O pagamento é realizado diretamente na conta do proprietário do imóvel (FALCÃO, 2015).

no conjunto habitacional, depois de aproximadamente seis anos (2012 a 2018) aguardando as suas novas moradias do programa habitacional da PMCG.

Ao final, abordamos o pós-mudança, quando os moradores passam, então, a residir em uma nova estrutura – um conjunto habitacional constituído de três prédios (blocos) de quatro pavimentos, em apartamentos –, bem diferente daquela que estavam acostumados, pois viviam em casas – e alguns até em barracos. Interpretamos as maneiras segundo as quais os residentes foram se adaptando a essa nova modalidade de habitar: o morar em “condomínio” popular vertical fechado –, assim como os arranjos e desfechos cotidianos.

Nesse processo, identificamos vários arranjos e acordos feitos para organizar a limpeza, os usos de algumas áreas do pátio externo (varais para secar as roupas, tapetes, “parquinho” para as crianças e espaços para as sociabilidades dos moradores). Mas também percebemos a existência de conflitos relativos à manutenção predial e à presença do tráfico de drogas. Argumentamos que os moradores que mais participaram, inicialmente, da “gestão condominial”, foram os que conviveram no “território da espera”, desde a remoção até a mudança.

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Campos dos Goytacazes é uma cidade média localizada ao norte do Estado do Rio de Janeiro. Segundo o IBGE (2019), o município, cuja distância da capital é de aproximadamente 300 km, possui uma população estimada em 507.548 habitantes. Por muitos anos, sua principal atividade econômica centrou-se no ramo sucroalcooleiro, que eclipsou por diversos motivos. A partir da década de 1970, com a exploração de petróleo na Bacia de Campos (criada em 1977), o curso econômico da cidade e da região se alterou⁷⁶, repercutindo na configuração urbana.

Segundo Arruda (2014), as primeiras ações na área habitacional da cidade iniciaram em 1966, sendo executadas pela Companhia Estadual de Habitação (CEHAB). A autora observou que os conjuntos edificados ocorreram em parceria com o governo estadual, intermediado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). Esse quadro se alterou no contexto da descentralização

⁷⁶ Os municípios da Bacia de Campos, uma das mais prolíferas bacias *offshore* do mundo, passaram a receber altas rendas petrolíferas em royalties e participação especial (PIQUET, 2003).

política e econômica após de 1989, momento que redefiniu a política municipal, com o advento da municipalização (DUARTE, 2008).

Dessa forma, os municípios brasileiros ficaram responsáveis pelo setor habitacional e alguns desses desenvolveram seus próprios programas habitacionais. Com isso, a descentralização da política desencadeou a criação de diversos programas municipais de habitação social no Brasil, como no caso de Campos dos Goytacazes que, desde então, vem desenvolvendo ações para o enfrentamento da problemática habitacional, com destaque para o Programa Morar Feliz.

De acordo com Faria e Pohlmann (2013), antes do Programa Morar Feliz, outros programas de cunho habitacional foram desenvolvidos no município, quais sejam: “Pode entrar que a casa é sua” (1989); “Vale construção” (1991); “Cada família tem seu lote” (1991); “SOS habitação” (1993); “Comunidade Legal” (2000); e “Casa Nova” (2007).

O Programa Bairro Legal buscava a melhoria dos bairros com obras de urbanização e tinha como objetivo a construção de redes de galerias de água e esgoto, pavimentação, urbanização, paisagismo e sinalização viária das ruas. O termo “Legal” deriva da ideia de transformar o bairro em um lugar bom para viver. Também pode ser interpretado como transformar o “ilegal” em “legal”.

O Programa Morar Feliz – que veio na esteira do Programa Minha Casa, Minha Vida, mas totalmente independente deste – tinha por objetivo construir 10.000 casas populares para as famílias que vivem em área de risco ambiental e/ou vulnerabilidade social⁷⁷. Segundo Arruda (2014), a previsão de que as 10.000 casas fossem construídas e entregues no primeiro mandato da prefeita Rosinha Garotinho (2009-2012), conforme prometido em campanha política, não foi cumprida e somente 5.426 unidades habitacionais foram entregues. A então prefeita prometeu que, ao ser reeleita, em 2012, construiria, durante o seu segundo mandato, as 4.574 casas restantes. Rosinha Garotinho encerrou o seu segundo mandato em 2016, e das 4.574 casas apenas 708 foram entregues e outras 682 ficaram inacabadas.

O Programa Morar Feliz foi realizado por meio de parcerias firmadas entre as diversas secretarias do município, quais sejam: Secretaria de Obras, que atuou na licitação e fiscalização do projeto; Secretaria de Defesa Civil, atuante na remoção das famílias; Empresa Municipal de Habitação (EMHAB), que

⁷⁷ Conf. DECRETO Nº 055/2011, que estabelece os critérios e o procedimento para concessão das casas populares do Programa Morar Feliz ou outro programa habitacional de moradia popular instituído neste Município.

atuou na localização das áreas para construção dos conjuntos; e Secretaria Municipal da Família e Assistência Social (SMFAS), como responsável pelo cadastramento e avaliação social das famílias. A empreiteira responsável pelas obras foi a Norberto Odebrecht Brasil (ARRUDA, 2014).

Alves (2014) explica que as empresas possuem a necessidade de lucro, por isso optam pelos espaços mais distantes onde o valor do solo é mais barato e se adequam a sua lógica produtiva. Com isso, o Programa Morar Feliz “[...] constrói habitações populares, mas não garante o direito efetivo à cidade, pois estes conjuntos estão localizados em áreas periféricas com pouco acesso aos recursos da cidade e suas instalações são precárias e não atendem as demandas dos habitantes da cidade” (ALVES, 2014, p. 42).

De fato, as políticas habitacionais, ao invés de desenvolverem projetos que urbanizem as favelas, optam, na maioria das vezes, por remover os moradores para conjuntos habitacionais localizados nas periferias distantes. Ao deixarem suas casas, os moradores perdem suas referências espaciais, a relação de convivência com a vizinhança e o sentimento de pertencimento. São referenciais que partem de uma construção afetiva, derivada da convivência com o lugar e com as pessoas que nele habitam (CARLOS, 2007), cuja perda pode provocar solidão, isolamento e afetar a identidade. Porém, como mencionado, em nosso caso de análise, o empreendimento habitacional, após a remoção forçada temporária, teve realocação dos moradores no mesmo local onde habitavam.

O PROCESSO DE REMOÇÃO DA FAVELA INFERNO VERDE

O Programa Bairro Legal da Lapa foi lançado em maio de 2011 (FARIA, 2015) e contemplou o quadrilátero entre a Avenida Doutor Adão Manoel Pereira Nunes, a Rua dos Goitacazes, a Rua Riachuelo e a Avenida Sete de Setembro, com obras de drenagem e reurbanização⁷⁸.

De acordo com Falcão (2015), paralelamente às obras do Bairro Legal, órgãos da PMCG começaram a pressionar os moradores da favela Inferno Verde a deixarem suas casas, por meio de “[...] reuniões no bairro, visitas de assistentes sociais e até advogados para informá-los sobre a obrigatoriedade de saída” (FALCÃO, 2015, p. 63). À medida que os moradores eram convencidos a deixarem

⁷⁸ Disponível em: https://campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=13034. Acesso em: 24 jul. 2020.

suas casas na favela (alguns começaram a sair já em 2011), suas residências eram marcadas para remoção de seus ocupantes e posterior demolição da construção (Figura 1). Essa ação do poder público intensificava a pressão sobre aqueles que relutavam em deixar suas casas. Alguns resistiram até o momento que não tinham mais opção, a não ser sair da favela Inferno Verde.

Figura 1: A extinta favela Inferno Verde, com suas construções marcadas
Street View do Google Maps - 2013



Fonte: Falcão (2015). Acervo do Grupo de Pesquisa CEU/LEEA/CCH/UENF.

Outro ponto que influenciou a saída dos moradores foi a preocupação de não encontrarem casas para alugar no mesmo bairro, como era o desejo da maioria. Conforme Falcão (2015), apesar da resistência de alguns moradores, no final de 2012, a favela Inferno Verde já estava totalmente demolida. Os moradores que a deixaram não receberam apoio da PMCG para a mudança, sendo assim, carregaram seus pertences para as casas do Aluguel Social da maneira que puderam.

Os moradores sofreram com o processo de remoção, ao verem suas casas sendo derrubadas e com elas irem abaixo histórias de vida de suas famílias e vizinhos. Eles viram casas que por muitos anos os abrigaram e os comércios que frequentavam deixando de existir. O processo de remoção foi um “deslocamento forçado” (FALCÃO, 2015, p. 69). Além disso, os moradores da Favela Inferno Verde enfrentaram outro processo, o de *espera* pelas novas moradias, período

que compreendeu o processo de remoção, passando pela realização da obra, até a entrega do conjunto habitacional prometido pela prefeita Rosinha Garotinho.

A situação de espera gerou ansiedade, criou a sensação de imobilidade forçada e influenciou na vida dos indivíduos que se encontravam nessa situação, principalmente quando eles desconheciam o prazo para o fim dessa espera. Além disso, resultou na “perda da identidade do grupo social, na desmobilização da população, na mudança dos hábitos de vida e na relação de vizinhança da comunidade. Enfim, interferiu no sentido de habitar desses indivíduos”, em especial daqueles moradores que se mudaram para bairros distantes da antiga favela Inferno Verde (FALCÃO, 2015, p. 71).

Contudo, os residentes procuravam se adaptar a esse novo espaço de vivência. Mesmo que as moradias fossem provisórias, os ex-moradores da favela Inferno Verde, pelo fato de estarem nas proximidades do local onde moravam e constantemente manterem contato uns com os outros durante a espera das moradias, buscavam “[...] criar uma relação de identidade com os novos espaços ocupados, construir novos referenciais espaciais, sociais e simbólicos, formulando assim, um sentido de habitar” (FALCÃO, 2015, p. 91).

Falcão (2015) observou, ainda, que os ex-moradores da favela passaram de expectadores a atores do processo de espera, ao compartilharem os sentimentos de angústia, incertezas e desânimo, mas também de esperança, encontravam força para aguardarem e se mobilizarem para que ocorresse a entrega da moradia prometida pela então prefeita.

DA ESPERA À PREPARAÇÃO DA MUDANÇA PARA O CONDOMÍNIO

Quando retornamos ao campo, em 2017, observamos que os mesmos moradores identificados por Falcão (2015) ainda permaneciam no “território da espera”. Vimos um bairro residencial, calmo, com saneamento básico, ruas largas, asfaltadas, com um trânsito relativamente intenso de veículos e de pessoas, calçadas em bom estado de conservação e sinalização de trânsito devidamente demarcada. Tais características ainda refletiam as intervenções realizadas pela PMCG no quadro do Programa Bairro Legal.

Encontramos Shaiene e dona Selma, que continuaram como as principais interlocutoras da pesquisa, que já se identificavam como “fiscais”. Faziam parte do grupo de moradores e moradoras que permaneceram no “território da espera” e

que acompanhavam de perto o andamento das obras desde o início. Em diversas ocasiões, flagramos tais “fiscais” sentadas nas calçadas juntamente com outros moradores, observando e vigiando o término das obras do futuro residencial. Ao longo do tempo de espera, os moradores da antiga favela Inferno Verde, ao acompanharem e “vigiarem” de perto as obras do residencial, estreitaram laços tecidos no “território da espera”.

A articulação e a comunicação entre os moradores foram ampliadas com a criação de um grupo no aplicativo *WhatsApp* para discutir assuntos de interesse relativos ao conjunto habitacional, tais como o andamento das obras, data de entrega e formas de se organizarem para pressionar a prefeitura quanto à finalização das obras e entrega dos apartamentos. O grupo foi nomeado “Pedacinho do céu”, para demarcar a diferença com o lugar onde antes eles viviam, a favela “Inferno Verde” – ou “Inferninho Verde”, como foi chamado pela prefeita Rosinha Garotinho –, pois agora iriam para o conjunto habitacional que estava em construção no mesmo lugar onde se assentava a favela.

Assim, confirmamos que os ex-moradores da favela passaram de expectadores a atores do processo de espera e desse modo encontravam forças para aguardarem e ao mesmo tempo se mobilizarem para que ocorresse a entrega da moradia prometida pela prefeita Rosinha Garotinho.

No final do Governo Rosinha Garotinho, os três dos quatro prédios do Residencial João Batista estavam praticamente concluídos, faltando apenas alguns detalhes para a finalização das obras na parte externa e nos apartamentos, bem como as instalações de luz, água e gás encanado. Percebemos que o fato de os três prédios estarem prontos, mas sem indício algum de construção da edificação que abrigaria os pontos comerciais, acentuava os sentimentos de angústia e incerteza entre os moradores, principalmente daqueles que continuavam ao redor do residencial – no “território da espera” – acompanhando a finalização das obras e ansiando pelo seu término e entrega.

A prefeita Rosinha Garotinho encerrou o seu mandato sem entregar o conjunto habitacional João Batista. Além disso, o seu pretendido sucessor, candidato pelo mesmo partido da prefeita, o PR, não foi eleito. Logo no primeiro turno, o candidato da oposição, Rafael Diniz (PPS), foi consagrado prefeito da cidade de Campos dos Goytacazes. Com a entrada de um novo grupo político no governo municipal, os ex-moradores da favela Inferno Verde foram envolvidos por sentimentos de incerteza, medo e desânimo, diante do quadro de indefinição

do prazo de quando seriam entregues os apartamentos do Residencial. Dessa forma, foram colocados mais uma vez em situação de espera.

Desse modo, foi possível continuarmos a identificar e analisar esse espaço-tempo de espera como “território da espera”, na visão teórica do TERRIAT⁷⁹. A relação do tempo esperado com o espaço, onde a maioria dos moradores removidos da antiga favela Inferno Verde ainda aguardava a entrega dos apartamentos, configurava o “território da espera”.

Segundo Vidal, Musset e Vidal (2011), a espera inclui dois sentidos claramente distintos: a imobilidade e a esperança. Refere-se a uma pausa, situação que não há movimento, ligada a uma promessa de retomada, criando uma tensão imprecisa no entorno do objetivo a ser atingido. “A imobilidade é necessariamente localizada: remete, por conseguinte, ao lugar onde se vive esta espera (que seja fechado, saturado ou coercitivo), lugar onde o homem faz frequentemente a experiência da tirania da espacialidade. Quanto à esperança, ela se cristaliza em torno de um lugar desejado, imaginado, sonhado” (p. 3).

A espera, nos territórios da espera, envolve múltiplas dimensões; ela imprime nos indivíduos que a vivenciam outra percepção de tempo, pois o território envolve o passado, presente e futuro; “[...] o tempo de espera é um tempo reinventado onde o grupo ou comunidade direcionada à espera obrigatória vive o presente projetando o futuro” (VIDAL; MUSSET; VIDAL, 2011, p. 5). A espera envolve o momento de entrada e saída. É um intervalo que inclui, “[...] incertezas, fragilidade, insegurança e dificuldades, onde muitos processos podem se desenvolver” (p. 8).

Vimos que os moradores da extinta favela Inferno Verde vivenciavam há mais de quatro anos, o “território da espera”. Agora estão submetidos e, mais do que nunca, aos “tempos da política” (FARIA; FRANCISCO, 2020), exacerbando as tensões, angústias, o estado de ânimo e desânimo, de acordo com a demora da conclusão da obra e da entrega do Residencial João Batista.

O Residencial se destaca na paisagem do bairro com seus três blocos, cada um com 24 apartamentos, totalizando 72 unidades habitacionais e mais uma área de convivência (Figuras 2 e 3). Os apartamentos possuem de dois a três quartos, sendo que seis com acessibilidade. Porém, o bloco que seria destinado

⁷⁹ TERRIAT é o acrônimo do projeto internacional de pesquisa “Sociedades, mobilidades, deslocamentos: os territórios da espera. O caso dos Mundos Americanos (de ontem a hoje)”, financiado pela Agência Nacional de Pesquisa – França (ANR), desenvolvido entre 2011 e 2014, com a participação de vários pesquisadores europeus, latino-americanos e norte-americanos, sob a coordenação de Laurent Vidal e Alain Musset. Os estudos estão publicados na obra coletiva organizada por Vidal e Musset (2015).

à instalação dos antigos pontos comerciais existentes na extinta favela Inferno Verde, e mais seis apartamentos, não foi construído. Os moradores só foram informados oficialmente sobre isso em uma das reuniões que antecederam à entrega do conjunto que somente aconteceu, em 20 de abril de 2018. Até então, os residentes ouviam dos funcionários da prefeitura que o prédio seria construído. Contraditoriamente, o conjunto habitacional recebeu o nome de João Batista, uma homenagem dos moradores ao primeiro comerciante que se instalou na extinta favela.

Figura 2: Residencial João Batista - 08/2017



Fonte: Arquivo do projeto de extensão.

Figura 3 - Vista interna do residencial João Batista: a área de convivência - 08/2017



Fonte: Arquivo do projeto de extensão.

Anteriormente à mudança, acompanhamos alguns moradores que permaneceram no “território da espera”, em uma de suas costumeiras visitas ao Residencial. Constatamos que as obras estavam finalizadas e que faltavam apenas

alguns detalhes de acabamento. Em um desses encontros, Shaiane nos levou a conhecer o seu futuro apartamento. Ela nos informou que, em reunião com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (antiga SMFAS), no Clube Flamenguinho da Lapa, os apartamentos do Residencial foram distribuídos aos seus futuros ocupantes por meio de sorteio e que os residentes já estavam cientes em quais apartamentos iriam morar⁸⁰.

Estivemos na mesma residência onde Shaiane morava de Aluguel Social, desde 2012, conversamos sobre a situação de espera que ela e os outros moradores ainda estavam vivenciando. Ela nos relatou que ainda não havia uma data provável da entrega. Não escondia a insatisfação ao mencionar as inúmeras vezes que uma data de entrega era estipulada e não era cumprida. Mostrou-nos, com certa ansiedade e frustração, os seus móveis e demais pertences arrumados em sacolas e caixas, prontos para a mudança. A sua expectativa pela nova moradia era visível.

Essa ansiedade e preocupação dos moradores se deviam também à falta de pronunciamento preciso por parte do executivo municipal. O ano de 2017 também corresponde a um momento em que moradores do território da espera assumiram outra postura, intensificando o papel de “fiscais”, pois precisariam se reorganizar para acompanhar e cobrar dos novos gestores públicos a finalização e entrega do Residencial.

Ademais, já observávamos que o conceito de convivência em condomínio ainda não era uma realidade assimilada pelos futuros moradores, pelo fato de não estarem acostumados com o fato de morar em conjunto habitacional. No caso da Shaiane, existia a expectativa de se apropriar de uma área de uso comum e torná-la privativa, delimitando com grades a entrada do seu apartamento, de modo a restringir a convivência e o contato direto com o restante dos moradores. Para ela isso lhe proporcionaria a privacidade que tanto desejava.

Notamos também o apego dessa moradora aos seus tapetes, que faziam parte da decoração e mobília de sua casa do Aluguel Social. Shaiane nos dizia sempre: “não sei como vou fazer para lavar meus tapetes lá [conjunto habitacional Residencial João Batista]” (agosto de 2017). Essa fala da moradora aponta a antecipação e preocupação em como iria estender os tapetes quando mudasse, já que o apartamento não possuía uma área de serviço nem espaço coletivo que

⁸⁰ Fato que gerou insatisfação em alguns moradores que, segundo o tamanho de suas respectivas famílias, necessitariam de apartamento de 3 quartos e não de 2 quartos como foram sorteados; outros queriam que todos os familiares ou amigos próximos ficassem no mesmo bloco. Mas arranjos foram realizados e muitos conseguiram alcançar seus intentos.

fosse apropriado para tal. Essa forma de antecipação anunciava os desafios que estavam por vir.

Em 29 de setembro de 2017, estivemos presentes em uma das primeiras reuniões organizadas pela nova gestão da PMCG com os futuros moradores. A reunião, presidida pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, Sana Gimenes, ocorreu no Flamengo Futebol Clube⁸¹. Pudemos observar certa preocupação dos gestores com relação à significativa participação popular. Segundo Rolnik (2003, p. 8), a participação organizada é primordial, “produzindo uma interface real – e não simulada” – com o poder público.

Na ocasião dessa reunião, os moradores imaginavam que sua finalidade seria abordar o assunto da entrega, mas eles foram surpreendidos pela Secretária Sana Gimenes, que disse que o real motivo da reunião eram os trâmites legais, convenção de condomínio, e regras de convivência no conjunto habitacional. Ela não falaria sobre a entrega dos apartamentos em si, pois ainda não tinha uma previsão de data. Diante disso, os moradores ficaram preocupados e impressionados; primeiro porque o objetivo da reunião não era tratar da entrega dos apartamentos, o que ocasionaria mais espera; segundo porque desconheciam essa modalidade de morar e temiam as despesas que surgiriam.

Os moradores, mais preocupados com questões concretas, reclamaram com a Secretária do atraso do pagamento do Aluguel Social. Ela esclareceu que as parcelas referentes à gestão atual seriam pagas, mas, sobre as parcelas atrasadas referentes ao governo anterior, não havia posicionamento. Tal fato causou mais frustração e insatisfação aos moradores. A Secretária prosseguiu com o seu pronunciamento, mencionando os trâmites legais necessários para a entrega do condomínio. Dentre eles era primordial a escolha do síndico e subsíndicos do residencial, que deveria ser feita pelos próprios moradores em outra reunião a ser marcada.

A Secretária informou ainda que para a constituição de um condomínio era imprescindível definir normas de compartilhamento de espaços e serviços comuns como: área de lazer, corredores, água e gás encanado. Como foi explicado, o trabalho do síndico não é estabelecido como vínculo empregatício. Em vista disso, não é

⁸¹ O Flamengo Futebol Clube é uma agremiação da cidade de Campos dos Goytacazes (RJ). O clube foi fundado no dia 07 de setembro de 1958. A princípio fundado por um grupo de amigos da Lapa, com fins esportivos. Depois passou a ser aberto à toda comunidade para eventos de interesse dos moradores do bairro, além de ser voltado para práticas esportivas como aulas de capoeira, está a serviço da comunidade, aberto mediante agendamento prévio para eventos, como reuniões, aniversários e casamentos.

aplicado nenhum dos arranjos disponíveis pela legislação trabalhista ou de locação de serviços. Sua função é ser um representante da comunidade condominial⁸².

Com essa mudança de realidade, os moradores que compartilhavam de grande expectativa expressaram ansiedade e insegurança com a nova forma de habitar, que incluía a necessidade de eleger um síndico e subsíndicos como representantes legais. Esse modelo era fundamental para formação e consolidação de um aparelho burocrático e organizado do novo espaço de moradia. Uma moradora da espera compartilhou seu sentimento com relação à nova modalidade de morar: “estamos insatisfeitos e decepcionados, além do atraso da entrega agora ainda tem essas contas compartilhadas” (Débora, em 29/09/2017).

Alguns moradores nos informaram que a Associação de Moradores tinha uma atuação marcante na extinta favela Inferno Verde, sendo uma das formas pelas quais os moradores se articulavam, se organizavam e reivindicavam seus direitos sociais e urbanos. Era a responsável por comunicar e reunir os moradores para discussões importantes, porém a Associação não possuía um estatuto formal, tampouco gerenciava recursos e os aplicava nos gastos com melhorias nos espaços coletivos. Essa antiga Associação era uma das formas pelas quais os moradores se relacionavam e organizavam festas do bairro/rua/favela e outros encontros, como relatou uma moradora.

Com a finalidade de constituir o condomínio, em 04 de outubro de 2017, ocorreu a reunião para escolha do síndico do Residencial e dos subsíndicos para cada um dos prédios. Os moradores estavam apreensivos, desconfiados e pensativos devido à presença de uma funcionária da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, que representava a prefeitura. Mais algumas questões relativas a essa nova forma de morar foram esclarecidas, como as despesas que os moradores teriam em comum: hidrômetro por bloco, luz e manutenção das áreas comuns. Dessa forma, o síndico e os subsíndicos deveriam ser escolhidos “[...] por todos aqueles que se encontravam no exercício pleno de sua capacidade” (PINTO, 1949, p. 13).

Após a escolha dos representantes responsáveis pela ordem do residencial, cuja maioria integrava a antiga Associação de Moradores, o próximo passo seria registrar a Ata da reunião em cartório e a prefeitura ficaria responsável pela inscrição do

⁸² As principais atribuições do síndico estão inseridas na Lei n.º 4.591/64, Art. 10 § 1º, Idem, Art. 12 § 2º, Idem, Art. 21, Parágrafo Único, Idem, Art. 24. As obrigações administrativas de um condomínio são de responsabilidade do síndico, como “representação do Condomínio em Juízo ou fora dele, prestação de contas e convocação de Assembleias” (PINTO, 1949, p. 15).

CNPJ⁸³, ao passo em que eram orientados de que nessa nova forma de moradia eles poderiam participar e levar suas observações e reclamações aos seus representantes. Os representantes da Prefeitura partiam do princípio de que os moradores precisavam ser educados em regras básicas de higiene, cuidados com o patrimônio e controle da renda familiar, pois teriam que pagar contas que anteriormente, na realidade da favela “Inferno Verde”, eles não pagavam. Sendo assim, sujeitos a uma ordem social que necessita de disciplina (CONCEIÇÃO, 2016).

Com a perspectiva de se mudarem para o conjunto habitacional, a preocupação da Associação de Moradores⁸⁴ – que agora estava à frente do bom funcionamento do Residencial João Batista – era que a futura moradia virasse uma “Portelinha”. Portelinha é um conjunto habitacional situado na favela Matadouro, no Parque Califórnia, vizinho à Lapa, marcado pela presença da mesma facção de tráfico de drogas que domina a área onde se localiza o Residencial e a favela “Tira-Gosto”. A Portelinha possui muros altos e um único portão de acesso, permitindo que o tráfico exerça seu controle. Essa representação negativa espelhava o que os moradores do João Batista não queriam que seu “lar” se tornasse.

A presença do tráfico de drogas e de irregularidades da Portelinha, como clandestinidades das contas de luz e água, eram citadas e abominadas pela Associação de Moradores do João Batista. Em reuniões nas quais estivemos presentes, diziam que era a realidade que não desejavam viver: “aqui não vai virar uma Portelinha”. Apesar de estarem inseridos em um contexto favelizado, juntamente com a favela Tira-Gosto e Matadouro, querem ser “diferentes”, esquecendo a condição de classe. Essa estratégia, em que a antiga favela Inferno Verde é apresentada como tendo sido uma “favela tranquila”, nos remete às análises de Rocha (2013). Segundo os moradores, a Inferno Verde era assim caracterizada porque não havia a presença do tráfico de drogas e o conjunto deveria seguir sendo “tranquilo”.

Esse termo “favela tranquila” era tomado pelos moradores como um “capital simbólico”, fazendo uma limpeza da imagem da favela perante a sociedade. Como afirma Machado (2016), esse formato de moradia em condomínios exerce uma limpeza moral diante da cidade. Os moradores compartilhavam da ideia de que para assegurar que a limpeza moral seja mantida como algo que distingue, é preciso uma organização para manter a ordem; desenvolver estratégias capazes

⁸³ Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

⁸⁴ Devido a problemas administrativos, não foi possível implantar o sistema de condomínio. Assim, oficializaram a Associação de Moradores, cujos representantes principais eram o síndico e subsíndicos eleitos, e esta passou a ser a responsável pela gestão do Residencial.

de conscientizarem os moradores de que os problemas que venham a enfrentar, na convivência, não sejam vistos como algo normal, mas uma ressalva que não se inclui nas regras adotadas (CONCEIÇÃO, 2016).

Além dessas disputas simbólicas, houve também conflitos durante a espera. A PMCG deu algumas explicações acerca dos trâmites legais necessários para a entrega do Residencial João Batista e a espera pela entrega dos apartamentos permanecia. Os moradores estavam saturados das previsões para a entrega, pois não foram cumpridas. Ao mesmo tempo em que tudo parecia estar pronto, havia as pendências de alguns serviços, como as instalações de luz e gás.

Nesse momento, o que mais agravava a ocasião da espera era o Aluguel Social, que estava atrasado há três meses. Shaiane relatou que muitos moradores estavam sendo ameaçados de despejo. O desespero tomava conta pela proximidade do fim de mais um ano de espera, que os levou a organizar uma manifestação realizada em frente ao residencial, como forma de expressarem sua revolta com a longa espera e aluguel social atrasado e também para pressionar a Prefeitura.

Alguns moradores simularam “invadir” o Residencial João Batista. Enquanto algumas mulheres carregavam “trouxas”⁸⁵, homens arrancaram parte das proteções das grades que cercam o condomínio. Segundo Shaiane, a Polícia Militar foi acionada e colocou para fora os que já haviam adentrado e dispersou os manifestantes. Um dos resultados dessa primeira mobilização e pressão coletiva dos moradores foi quanto à regularização do pagamento do Aluguel Social.

O ano de 2018 iniciou-se com a pendência relativa à entrega do conjunto Residencial João Batista por parte da PMCG com os serviços da Enel, empresa responsável pelo fornecimento de energia elétrica da cidade. Quando a empresa deu início à instalação elétrica, notamos uma passagem do sentimento de desesperança à esperança. A instalação do serviço reascendeu o ânimo e as esperanças dos moradores.

Mesmo diante da instalação da energia elétrica, os residentes ainda permaneciam envoltos por sentimentos de ânimo e de desânimo, pois a mudança não ocorria. Três meses após a instalação elétrica houve uma nova reunião para leitura do Estatuto que regeria o convívio no Residencial. Nesse momento, faltava pouco para a realização do sonho da mudança para as suas novas casas. A empolgação era visível, os moradores do Residencial estavam contando os dias para o fim da espera.

⁸⁵ Grande embrulho, geralmente feito com pano, para guardar ou transportar objetos.

Em 11 de abril de 2018, houve um encontro com a CEG Gás para fazer o cadastro com cada morador, para a instalação do serviço. Anteriormente a essa data, os representantes da Associação de Moradores obtiveram a informação da Diretora de Políticas Sociais, Regina Batista, de que o Residencial seria entregue em 19 de abril de 2018. Porém, apenas dois dias antes tal informação foi oficialmente divulgada para todos os moradores, em reunião com a Prefeitura. Nessa reunião, foi frisada a necessidade e importância da participação dos moradores nas decisões e construção do regimento do residencial, além da permanência do conjunto no mesmo local onde era a antiga favela Inverno Verde, favorecendo a preservação das origens e laços familiares.

Em meio ao anúncio da entrega do Residencial João Batista, Shaiane nos deu a triste notícia que a entrega havia sido adiada, por motivo de luto pela morte da dona Selma, que faleceu na madrugada daquele dia, devido a complicações cardíacas. Isso causou grande impacto nos moradores e na nossa equipe, pois desde o início da pesquisa ela se mostrava interessada e sempre participativa. Era na calçada da sua casa, onde morava de Aluguel Social, que o acompanhamento e a “fiscalização” das obras aconteciam. Como dona Selma estava adoentada, morava com sua filha nas proximidades da sua antiga casa – no “território da espera”. Nos seus depoimentos sempre manifestava a saudade que sentia da vida na favela Inferno Verde e o desejo de que tudo voltasse como era antes. Muitas vezes nos disse que não queria se mudar para o conjunto habitacional.

Finalmente, em 20 de abril de 2018, o Condomínio Residencial João Batista foi entregue aos moradores da extinta favela Inferno Verde, em uma pequena cerimônia realizada pela PMCG. Os moradores estavam entusiasmados e ansiosos para se organizarem dentro das suas novas moradias. Em conversa com Helena, a moradora declarou que:

Chegou um momento que já não tinha esperanças de conseguir minha casa, estava demorando muito, parecia que ninguém se importava, e que estávamos esquecidos. Quando completou mais de quatro anos, já estava desistindo, mas quando vi as obras voltarem, as esperanças e expectativas voltaram (Helena, em 20/04/2018).

Os moradores estavam aliviados. Muitos não quiseram esperar mais para a mudança e quem estava residindo no entorno do residencial, no “território da espera”, começou a carregar seus pertences logo após a entrega das chaves. Assim como a PMCG na gestão de Rosinha Garotinho não ajudou na mudança da extinta favela Inferno Verde para as casas provisórias do Aluguel Social, a

gestão do prefeito Rafael Diniz também não ajudou na saída do aluguel social para o Residencial, como relatado pelos moradores. As mudanças foram feitas da forma que os moradores tinham condições, de maneira simples (Figura 4).

Figura 4 - Mudança.



Fonte: Arquivo do projeto, 20/04/2018.

Apesar da satisfação pela espera do sonho de recuperar a casa própria ter chegado ao fim, os moradores estavam apreensivos sobre como seria o convívio nessa nova forma de morar, se as expectativas seriam concretizadas e se realmente conseguiriam fazer com que o Residencial João Batista não virasse uma “Portelinha”. Dessa forma, uma nova etapa se iniciou, o pós-morar, resultado de uma série de situações de espera e do (re)encontro dos moradores no antigo local de moradia. Iremos relatar, a seguir, alguns dos resultados desse encontro no novo espaço da moradia.

ENTRE A ORDEM ESPERADA E O COTIDIANO

Os moradores do Residencial João Batista, após a mudança, passaram a desejar aparatos que demonstravam certo poder aquisitivo, que antes, enquanto favelados, não possuíam. Foi o caso da moradora dona Maria. Em nossa conversa, pudemos perceber que ela expressava incômodo com as dificuldades que as empresas de TV a cabo e internet enfrentavam para a instalação no seu prédio. Ela e outros residentes adquiriram tais serviços durante o período do

Aluguel Social, e eles estavam sendo oferecidos aos moradores do Residencial por vendedores e por meio de placas, desde a inauguração.

Conceição (2016) nos esclarece que os indivíduos que são intitulados como “favelados” adquirem símbolos diferentes do que são comumente expressados pela comunidade onde estão inseridos. Quando passam a morar em condomínio, esses símbolos ganham mais intensidade em seu cotidiano, criando uma distinção da realidade diferente daquelas que estavam inseridos na favela. Essa aquisição de *status* por meio de serviços, associada à forma de viver em condomínio, representaria para os moradores – principalmente, os que conviveram no “território da espera” – o que o autor define como “prova do processo de limpeza moral”.

Logo nos primeiros meses de moradia do Residencial João Batista, a Associação de Moradores enfrentava dificuldades de recolhimento do pagamento das contas em comum dos residentes. Alguns alegavam não ter condições de arcar com as despesas que não estavam acostumados a pagar. Apesar da grande maioria dos moradores ter afirmado ser importante o pagamento das contas, a Associação enfrentava dificuldades com o recolhimento das “taxas”. O valor do condomínio era de R\$100,00, diminuiu para R\$60,00, excluindo o valor para necessidades emergenciais.

Verificamos que a falta de dispositivos que acompanhe as famílias após a mudança para a casa popular é sinal de que as políticas públicas utilizam os programas de habitação social como forma de reparação, onde a sua implementação já é o bastante, o que justifica a falta de acompanhamento. A inexistência de uma política pública de acompanhamento acarreta grandes conflitos para as pessoas que residem em habitações sociais (OLIVEIRA, 2009).

A Associação de Moradores do Residencial João Batista, por exemplo, tinha como princípio manter a ordem condominial. Seu papel era mobilizar os moradores para assuntos de interesse de todos, como o pagamento da taxa de condomínio. A gestão da Associação passou por conflitos, cobranças e desconfiças. Os representantes dos moradores transformaram-se em personagens polêmicos, repousando sobre eles suspeitas de desvios de recursos e má gestão condominial.

A questão que surgia, na maioria das conversas com os moradores do Residencial sobre as contas do condomínio, era a ideia de que todos deveriam pagar. Como na fala da moradora Silvana: “se eu estou pagando e os outros não, eu não vou ficar pagando para ninguém”, pensamento que se propagava com o

passar do tempo, agravando cada vez mais o atraso do pagamento das contas e contribuindo na dissolução dessa primeira organização condominial.

Os críticos argumentavam que o valor da taxa de condomínio era alto e por isso não conseguiam pagar e que não tinham garantia de que os membros da Associação estavam usufruindo dos valores. Essas reclamações, juntamente com as contas atrasadas, foram causando desgaste e desânimo aos representantes. Shaiane, que também era secretária da Associação de Moradores, nos explicou sobre os motivos do seu fim: falta de interesse dos moradores; diminuição da frequência nas reuniões de condomínio; falta de pagamento das taxas mensais de condomínio; e elevada expectativa dos moradores para com os representantes. Ademais, os moradores pressionavam os membros da Associação para a solução de todos os problemas que surgiam. Os representantes alegavam que tinham dificuldade de conciliar as responsabilidades com o condomínio com a vida particular.

Portanto, o desejo de separar o Residencial João Batista do entorno, criando uma ideia de inclusão e uma distinção social por meio da representação de “condomínio fechado”, segregando-o das suas práticas, foi dissolvido a partir das práticas sociais cotidianas pela própria atividade social e política do bairro. Com o tempo o ideal de se viver em uma nova ordem de moradia, defendida pela Associação de Moradores, cujo objetivo era buscar configurações que organizassem o espaço do condomínio, opostas à realidade da maioria dos residenciais populares, foi dissolvendo-se.

Apesar da luta dos moradores para que cada um pudesse ter sua chave do portão de entrada, eles não lograram êxito. A entrada pelo portão social estava acessível para os moradores de dentro e de fora, podendo circular e conversar, como observamos em diversas ocasiões. Como resultado da inadimplência e dos conflitos que levaram à dissolução da Associação de Moradores, os residentes encontraram formas para lidar com a situação. Nesse processo, destacamos o reaparecimento de antigas práticas da favela Inferno Verde, com os “gatos”⁸⁶ de energia e água e outras formas de organização.

Os moradores do Residencial João Batista estavam cientes de que as transformações físicas no conjunto iriam destoar do projeto original e poderiam acarretar conflitos, já que, se um tomasse a iniciativa, os demais poderiam desejar fazer suas próprias transformações. Porém, com o passar do tempo, as ordens e regras instituídas inicialmente foram sendo descumpridas. Esse processo é “[...] uma forma de adaptação personalizada à ordem” (CONCEIÇÃO, 2016, p.

⁸⁶ Ligação clandestina de serviços de fornecimento de água, energia elétrica, sinal de internet e TV por assinatura, popularmente conhecida como “gato”.

236), em que os moradores do João Batista encontraram justificativas para que as mudanças físicas realizadas por eles, no prédio, não sejam consideradas uma prática de “favelização” do condomínio.

Por exemplo, notamos que Shaiane finalmente gradeou a entrada de sua residência. O apartamento da moradora e de sua mãe, senhora Sandra, estão localizados atrás da escada, e segundo ela, não existe necessidade de ninguém transitar naquela parte da área comum do andar, já que dá acesso apenas aos seus respectivos apartamentos. Shaiane explicou que: “[...] desde muito antes, quando eu entrava nos apartamentos sempre quis colocar uma grade atrás da escada, pois eu tinha vontade de... tipo fechar pra que eu tivesse uma área ou um quintal” (Shaiane, abril 2019). Por esse motivo, ela decidiu gradear o acesso ao seu apartamento e de sua mãe, fazendo da área de uso comum uma extensão de seus apartamentos.

Geralmente, nas favelas, as residências são construídas de forma horizontal. Com o passar do tempo, são expandidas de forma vertical. A laje faz parte da construção dessas casas, sendo fundamental para a ampliação da moradia. Essa laje pode ser o espaço de um novo cômodo, se transformar em uma nova casa, um espaço de lazer da família e até um local público, como igreja ou comércio. Já em um conjunto habitacional constituído de prédios, a casa se expande para as áreas comuns do prédio, como observado por Conceição (2016), assim como os espaços comuns coletivos podem ser apropriados para interação social dos moradores do conjunto ou, nesse caso, para conferir privacidade (RYBCZYNSKI, 1999).

Percebemos também que a justificativa da privacidade também foi uma das estratégias que Shaiane encontrou para antecipar e evitar transtornos nas relações de vizinhança, principalmente àquelas relacionadas à fixação do tráfico de drogas que instaurava uma nova ordem moral no condomínio. A presença do tráfico de drogas contribuiu na descaracterização da forma condomínio que, de forma direta ou indireta, interferiu na ordem do residencial, e também contribuiu em caracterizar o local como favela, identificando-o como um território de criminosos, bandidos e com pessoas violentas.

Shaiane narrou a instalação das grades de outro ponto de vista, enfatizando outros aspectos:

Não coloquei logo assim que mudei, ainda era muito cedo e também era por falta do dinheiro. Meu irmão veio morar com a minha mãe e como ele sabe fazer a grade [...] Estava ficando muito difícil de conviver, pois o tráfico estava tomando conta de tudo,

colocando drogas em frente ao meu apartamento, eu temia que policiais batessem na minha casa e acharem drogas e colocarem a culpa em cima de alguém ou do meu marido ou irmão. Lembro-me do dia que coloquei as grades, para mim foi um alívio, pois fiquei com um quintal. Para os meus vizinhos foi tipo: ela está com um espaço grande e para o tráfico foi como se eu estivesse privado eles da minha porta e da minha mãe. Até mesmo eles [*traficantes*] vieram perguntar com ordem de quem que nós colocamos as grades. Eu disse que não queria ser incomodada pela polícia em minha casa por eu não fazer parte do tráfico. Aí um deles disseram que meu marido era abusado, pois toda vez que vinham tentar esconder drogas, meu marido batia de frente com eles para que eles colocassem em outro lugar (7/06/2019).

Como anunciada, a moradora antecipava futuros transtornos de uma sociabilidade condominial baseada no medo e no uso e recurso à força física (MACHADO DA SILVA, 2008). Além do mais, verifica-se um primeiro confronto, que a levou a se justificar diante aos traficantes. Em seguida destacou um outro imbróglho, em que o esposo ou o irmão poderia ser confundido como potencial “bandido”. Evitava, assim, um processo de assujeitamento moral (MISSE, 2010) em uma inevitável presença de policiais no Residencial.

Shaiane nos contou sobre o cotidiano e as adaptações no Residencial João Batista. Afirmou que os moradores estavam decepcionados com a presença de traficantes de drogas e rememorou as tentativas da Associação de Moradores de “colocá-los para fora”, sem sucesso. Então, esses dois ordenamentos, de um lado, moradores traficantes; de outro, moradores não traficantes, passaram a conviver e compartilhar o espaço da moradia. Em alguns casos, como o da grade, notamos que apartamentos e blocos tornaram-se pequenos enclaves – ainda que em contexto diferenciado daquele proposto por Caldeira (2000), dentro do próprio condomínio.

Ademais, destacamos outros conflitos que surgiram ocasionados em grande parte, pela arquitetura do apartamento e do modo de morar em condomínio, como: controlar o tom de voz; controlar o volume do rádio; lançar objetos pela janela; fazer barulho no piso; colocar varais nas janelas ou estender roupas nas áreas comuns; entre outros. Apesar desses problemas terem sido discutidos nas reuniões que precederam a mudança para o Residencial e durante as reuniões da Associação, constatamos que tais descumprimentos, conforme esclarece Conceição (2016), não são exclusivos dos condomínios populares, pois nos condomínios com pessoas mais abastadas a inobservância das normas também é uma realidade.

Esse período ficou conhecido como “bagunça” e de “desordem”, pois as práticas descritas contribuíram, de um lado, na rotulação dos moradores como “favelados”; de outro, aumentava a sensação de abandono e desesperança da retomada da organização condominial. Porém, mesmo com a presença do tráfico de drogas e o difícil horizonte de resolução desses problemas, associado à dissolução do condomínio e das regras de convivência que ordenariam as relações sociais naquele espaço, os moradores encontraram outras soluções, o que possibilitou a estabilização nas relações de vizinhança.

Uma das formas encontradas foi a “administração por bloco”, em que os residentes do próprio bloco limpam e mantêm a organização daquele ambiente. Nesse processo, identificamos novos arranjos, tais como: os acordos feitos para a limpeza interna dos blocos, realizados pelos próprios moradores dos blocos; usos de algumas áreas do pátio externo que ficaram definidos para secar as roupas, tapetes; e os demais espaços para as sociabilidades dos moradores.

No período de desenvolvimento desta pesquisa, constatamos o abandono por parte da PMCG logo após a entrega do Residencial João Batista, a existência de conflitos e a presença do tráfico de drogas no conjunto habitacional. Contudo, observamos que o que mais se destaca são as estratégias e táticas (DE CERTEAU, 1998) mobilizadas pelos moradores, as quais se centram nos princípios de organização e cooperação, como modo de dar continuidade à vida cotidiana no quadro de programas habitacionais populares dessa cidade.

Por fim, é importante destacar que essa “desordem” possui caráter subjetivo, pois não são os conjuntos habitacionais ou favelas que estão em situação de desordem, mas a forma pela qual são apropriados, muitas vezes sendo denominados por uma simplificação de seus significados, sem serem levados em consideração e respeitados pelas representações que correspondem, como destaca Santos (1982). Seguindo o pensamento do autor, tanto as favelas quanto os conjuntos habitacionais possuem sua própria forma legítima de organização, que não é reconhecida pela conjuntura padrão da cidade, sendo considerados nas conversas ordinárias como lugar de desordem.

CONCLUSÃO

Inicialmente, reforçamos o que já foi exposto em outros estudos sobre os programas de habitação popular implantados em Campos dos Goytacazes. A

maioria dos conjuntos habitacionais nessa cidade, além de ter sido construída em áreas periféricas, promoveu a segregação dos moradores ao removê-los para essas áreas distantes e com acesso dificultado à área central, devido a problemas de mobilidade urbana.

Em nosso caso de estudo, o diferencial no processo de remoção dos moradores e sua realocação no conjunto habitacional Residencial João Batista reside no fato de que ele foi construído no mesmo terreno onde se assentava a extinta favela Inferno Verde. Na medida em que os moradores foram mantidos no local onde moravam anteriormente, a proximidade com a área central foi garantida, já que o bairro Lapa é contíguo ao Centro da cidade; os laços de vizinhança e as referências espaciais não foram perdidos.

Portanto, os moradores e moradoras que mais participaram da “gestão condominial” inicial e das novas formas de organização, que estão preocupados com a organização e manutenção das condições prediais e buscam o restabelecimento da ordem condominial, são aqueles moradores que conviveram no “território da espera”.

Podemos finalmente afirmar que o tempo da espera gerou nos indivíduos outra percepção de tempo: a de que o tempo de espera não é um tempo morto, mas, sim, um tempo reinventado, em que o grupo ou comunidade direcionada à espera obrigatória vive o presente projetando o futuro.

A situação de espera em que foram colocados proporcionou aos moradores que permaneceram no “território da espera” uma distinta interação social tecida no compartilhamento das tensões, angústias, incertezas, esperança, sentimentos centrados na (re)conquista da moradia; na construção do “território da espera” e no esforço de adaptação ao novo morar, ou seja, o viver em condomínio. Além disso, nas diversas mobilizações coletivas cotidianas empreendidas como modo de garantir a ordem condominial, os moradores do “território da espera” nos mostraram que ela pode ser alcançada não nos termos legais, mas nos acordos cotidianos.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, D. da S. **“De Volta ao Lugar de Origem”**: da Favela Inferno Verde ao Residencial João Batista. 2018. 69f. Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2018.

ALVES, P. V. **Programa Morar Feliz: entre Política Pública habitacional e segregação socioespacial na Cidade de Campos dos Goytacazes – RJ.** 2014. 56f. Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Geografia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2014.

ARRUDA, A. P. S. N. **Política habitacional e direito à cidade: a experiência do programa “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes/RJ.** 2014. 273f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2014.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo.** São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000. 399p.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: FFLCH, 2007.

CONCEIÇÃO, W. S. **Minha casa, suas regras, meus projetos: gestão, disciplina e resistências nos condomínios populares do PAC e MCMV no Rio de Janeiro.** 2016. 282 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano.** 1. Artes do fazer. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

DUARTE, D. B. **A descentralização da política habitacional: o caso de Campos dos Goytacazes.** 2008. 122 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2008.

FALCÃO, D. **A espera de morar feliz entre a remoção e o reassentamento do programa habitacional Morar Feliz, um território da espera.** 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2015.

FARIA, T. de J. P.; POHLMANN, M. A. O. Políticas públicas urbanas no Brasil: a caminho da construção da cidade justa? *In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA*, 14., 2013, Peru. **Anais [...]** Peru, 2013.

FARIA, T. de J. P. A dimensão espacial da espera no processo de remoção e erradicação de favelas. Territórios da espera em Campos dos Goytacazes. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, Campos dos Goytacazes, v. 5, n. 2, p. 57-84, 2015.

FARIA, T. de J. P.; FRANCISCO, Q. de S. Territórios da espera e tempos da política, no contexto das políticas de habitação. Campos dos Goytacazes/RJ. **Análise Social**, Lisboa, v. 55, n. 235, p. 388-414, 2020. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n235_a07.pdf. Acesso em: 28 set. 2019.

GEERTZ, C. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. *In*: GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 85-107.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Campos dos Goytacazes**. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MACHADO DA SILVA, L. A. (Org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/FAPERJ, 2008.

MACHADO, M. Conflitos na moradia popular informal: observações sobre a transformação dos “condomínios populares” da avenida Brasil. *In*: CUNHA, N. V. *et al.* **Antropologia do conflito urbano: conexões Rio-Barcelona**. Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Le Metro, 2016. p. 201-211.

MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição moral: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria bandido. **Lua Nova**, São Paulo, v. 79, p. 15-38, 2010.

OLIVEIRA, B. C. Entre a “bagunça” e o “condomínio”: as ordens ajustadas do morar nos conjuntos residenciais do PAC no Rio de Janeiro. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCF, 42., Rio de Janeiro, 2009. **Anais [...]** Rio de Janeiro, 2009. p. 1- 37.

PINTO, W. A. **O Condomínio e Suas Leis**. 4. ed. Belo Horizonte: Edições Brasileiras, 2000.

PIQUET, R. (Org.). **Petróleo, royalties e região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

ROCHA, L. de M. **Uma favela “diferente das outras”?** Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Quartet & Faperj, 2013.

ROLNIK, R. Política urbana no Brasil. Esperança em meio ao caos? **Revista da ANTP**, São Paulo, 2003. p. 1-9.

RYBCZYNSKI, W. **Casa:** pequena história de uma idéia. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SANTOS, C. N. F. do. A desordem é só uma ordem que exige uma leitura mais atenta. **Revista de Administração Municipal**, [s.l.], n. 167, p. 8-14, out./nov. 1982.

VIDAL, L; MUSSET, A. **Les territoires de l'attente:** migrations et mobilités dans les amériques (XIX^e -XXI^e Siècle). Rennes: Press Universitaires de Rennes, 2015.

VIDAL, L.; MUSSET, A.; VIDAL, D. Sociedades, mobilidades, deslocamentos: os territórios da espera. O caso dos mundos americanos (de ontem a hoje). **Revista franco-brasileira de geografia**, [s.l.], n. 13, p.1-24, 2011.

“ACOLHER E SER ACOLHIDO”: MIGRANTES EM RORAIMA E SUA INTEGRAÇÃO ÀS CIDADES DE BOA VISTA E PACARAIMA

Caterine Reginensi

Marcelo Antonio Lemos

Francilene Santos Rodrigues

Maxim Repetto

INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa a situação dos migrantes em Roraima e, em particular, nas cidades de Boa Vista e de Pacaraima, considerando o direito a viver nestas cidades fronteiriças que impactam na compreensão dos processos migratórios, no diálogo intercultural, nas interações com a sociedade de acolhimento e nas formas de integração à cidade. O texto revisita reflexões trazidas, primeiramente, durante o Colóquio Regional Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima e, na atividade realizada em seguida que aportaram as contribuições do Curso de Extensão, o Método dos Itinerários, ministrado pela professora Caterine Reginensi, eventos que ocorreram em outubro de 2019, em Boa Vista, como parte de atividades do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD - Amazônia).

O artigo busca compreender as interações da vida cotidiana e questionar as lógicas classificatórias que são acionadas em função das respostas aos processos migratórios na cidade de Boa Vista e na cidade de Pacaraima. Como os migrantes são caracterizados pelas respostas de proteção e assistência humanitária e quais são as novas configurações urbanas que observamos? Essas são as perguntas que motivam este ensaio. A partir de um diálogo interdisciplinar e de trocas de metodologias, com a definição de usar o método dos itinerários uma experiência de pesquisa começou a ser pensada a fim de promover um aprofundamento do tema *acolher e ser acolhido e ser hospedeiro e ser hóspede* em ambas as cidades.

Partindo da construção de três eixos: *fronteira, itinerantes e a acolhida* percorrem-se as sinuosidades entre o status de migrante e a chegada à cidade destino, neste caso, as cidades estão dentro de marcos de centro (Boa Vista) e de bordas (Pacaraima), ao passo que nesses lugares comuns os itinerantes – caminhantes – as consideram como ponto comum da parada. Isto aparece, por um lado, como uma solução e, por outro, é complexa, pois aparece aí o pêndulo entre as capacidades de resposta

às necessidades dos caminantes e a ontologia de povos que habitam essas cidades. Seguimos apresentando cada um desses eixos.

CIDADES FRONTEIRAS E AS FRONTEIRAS DAS CIDADES

As cidades do século XX e XXI têm uma globaliza-vocação, isto é, universalizar que sejam as mesmas em todo lugar do mundo. Seus habitantes possuem comportamentos muito comuns à beira do igual e do uniforme e quanto maior e globais forem as cidades e sua vocação de expressarem-se como metrópoles do mundo, maior será a reprodução no espaço de suas formas de viver, ao passo que “se você for para Tóquio, Berlim, Nova York, Lisboa ou São Paulo, verá o mesmo entusiasmo em fazer torres incríveis, elevadores espiroquetas, veículos espaciais...” (KRENAK, 2019, p. 21). Mas as megalópoles, além de serem muito similares, condicionam a que todas as cidades do mundo deveriam ser tal e qual, porém não iguais. Pode parecer contraditório, todavia não o é. Desse modo, em matéria de cidade, o espaço e os que o habitam impregnam um modo de viver e de ser com base nessa inspiração megalópole. Dito isto, é um fato que as cidades de Boa Vista e Pacaraima são agarradas por esse chamamento a esta globaliza-vocação, mesmo no contexto migratório. Porém, há algo mais destas cidades.

Ao mencionar um lugar tão remoto do globo terrestre, no extremo norte do Brasil, no estado de Roraima e duas de suas cidades, uma de centro - Boa Vista e outra de borda - Pacaraima, das quinze que totalizam os aglomerados urbanos, é possível dizer sobre uma inspiração originária que é latente, valente e presente. É latente porque nessa porção da Terra por parte de alguns de seus habitantes ainda é factível dizer de uma globaliza-cosmovisão, isto é, uma força pulsante em universalizar espaços e humanos de sonhos. No dizer Krenak,

sonho não como uma experiência onírica, mas com a disciplina relacionada à formação, à cosmovisão, à tradição de diferentes povos que têm no sonho um caminho de aprendizado, de autoconhecimento sobre a vida, e a aplicação desse conhecimento na sua interação com o mundo e com as outras pessoas (KERENAK, 2019, p. 52-53).

Não é forçoso dizer que nem todas as cidades têm vocação para globaliza-vocação. Em algumas, senão na maioria das cidades contemporâneas, estão mais os desejos, a vontade de ter que vir a ser mega, de ser gigante e com os inúmeros recursos técnicos. “O que é a técnica moderna? Também ela é um descobrimento.

Somente quando se perceber este traço fundamental é que se mostra a novidade e o novo da técnica moderna” (HEIDEGGER, 2012, p. 18). Quando se mexe na terra, sondando seus encobrimentos, realiza-se um descobrimento. É como um achado novo. A base da técnica moderna é achar. “A terra se des-encobre, neste caso, depósito de carvão e o solo, jazida de minerais” (HEIDEGGER, 2012, p. 19). Devido à exploração e à vontade de des-encobrir os danos causados aos humanos e à Terra são inevitáveis. Desse modo a técnica é o contrário da valentia. A valentia que se expressa nos termos dessa cosmovisão é de ser e viver numa teimosia a produzir menos, trabalhar menos e compartilhar mais. O menos não é o mesmo que o mínimo ou sinônimo de preguiça. Essa valentia mistura-se na ousadia de re-existir à tecnocracia e aos desejos humanos em transformar todo espaço em condições favoráveis, até que tudo seja descoberto.

A via do desejo é que já se sabe o que se quer ou já está imbuído de um objeto do desejo e, assim, não pode haver processo, não pode acontecer aprendizagens. Nega-se a abertura da interação e integração com o mundo aí, as pessoas, os meio-ambientes e os espaços. Por isso, quando em duas cidades, em lugar tão distante, irrompe uma marcha de migrações nem se sabe dos desejos ou dos sonhos, é certo e é urgente que esses pontos de chegada tornem possível o vir a ser dos sonhos, de outra cosmovisão, de outro modo de proceder nessa casa chamada Terra.

Em Roraima, permanecem vívidos alguns lugares e humanos originários (índigenas). Não é muito fácil passar da vocação ao cosmo nem vice-versa, nem deixar as vocações da vida que já estão às costas e inspirar-se em outra cosmovisão. Em termos das migrações essa parece ser uma chave fundante para leitura de tal modo que, onde não haja outra cosmovisão, como numa passagem processual, pode vir a preencher-se.

O que marca uma passagem processual na formulação das cidades referentes é que, antes mesmo de serem forjadas para sua universalidade global de serem mega, as comunidades indígenas presentes no território do Estado fundado em 1988, vêm marcando ao jugo do próprio sangue que as cidades seguissem mais pela via de uma cosmovisão, de um terreno de aprendizagens com saberes ancestrais e acúmulos do saber do presente, que seguissem para um lugar mais para a vida que para sobrevivência. Não obstante, as cidades no Estado de Roraima, seguiram a estrada-herança do dístico ‘ordem e progresso’. Em outras palavras:

Esta herança forte e marcante desse positivismo que resiste historicamente. A bandeira está a todo tempo a nos lembrar dessa herança. É neste sentido que questionamos o

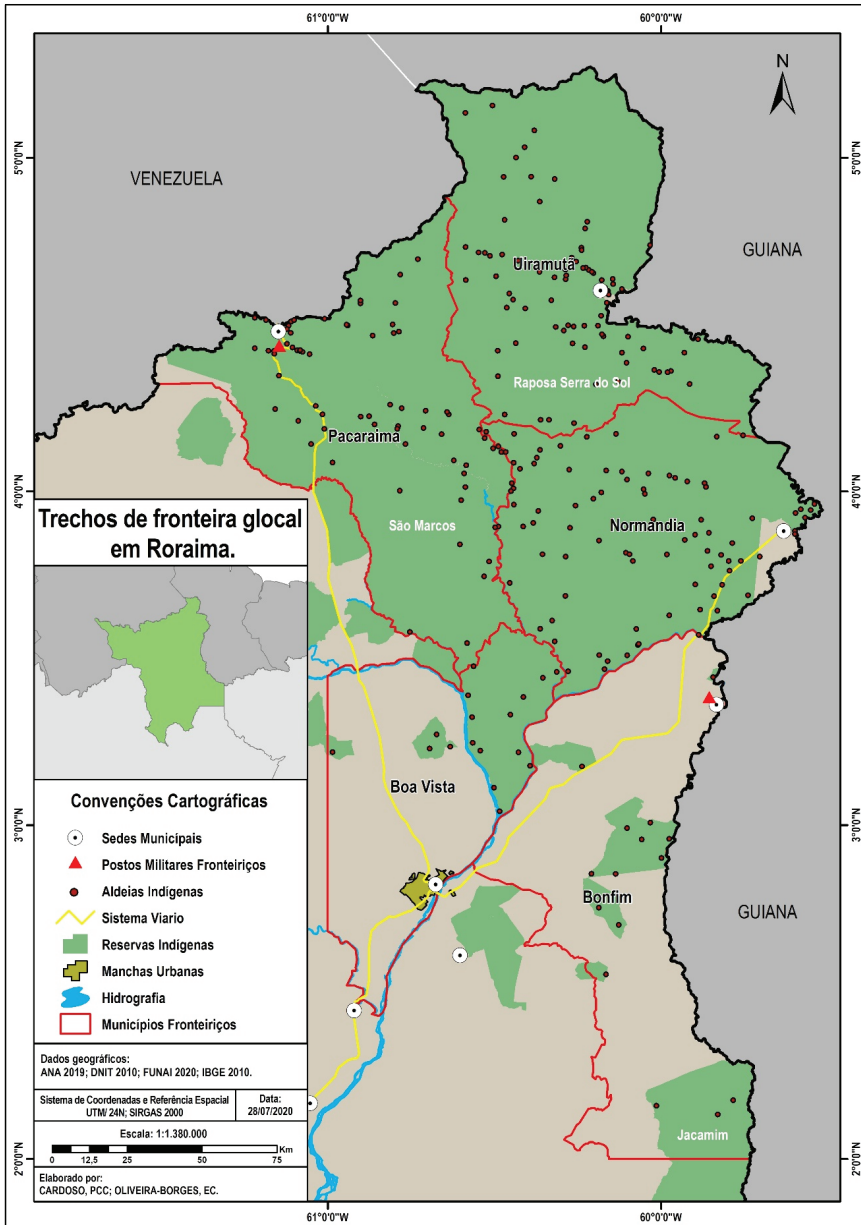
dístico “Ordem e Progresso” por tudo que ele encerra e representa. E ainda mais em um momento histórico muito delicado que estamos vivendo de hegemonia do neoliberalismo onde a desnacionalização e o conceito de Nação está em risco, ainda mais no caso brasileiro (PINHO, 1999, p. 174).

Boa Vista e Pacaraima fundaram-se com e dessa tradição à ordem e ao progresso. Sinais visíveis disto podem ser constatados nos primeiros passos à entrada de cada cidade, pela divisão do território do Estado, pelas geometrias das cidades e pelo uso dos terrenos. Em cada canto das cidades estão os vestígios da militarização, do comando e da disciplina típicas do ordenamento para fronteiras internas – muros para os povos indígenas – e as fronteiras limítrofes – muros para os não nacionais. Ao passo que se constituíram como expressa Rodríguez em *fronteras glocaís*.

Frontera glocal (el juego lingüístico de lo global-local es intencional): incorpora otras tipologías además de las ya mencionadas y engloba las fronteras económicas, fronteras del derecho (internacional), fronteras geopolíticas, fronteras supranacionales, la teoría transnacional, la teoría transfronteriza y los modelos de sociedad. De tal forma que esta categoría, a su vez, permite analizar y yuxtaponer las distintas instituciones, y capacidades y fenómenos que circunscriben al actual (y en transición) Estado-nación como ciudadanía, territorio, soberanía, democracia, autoridad, jurisdicción, fenómenos migratorios y políticas públicas (RODRÍGUEZ, 2016, p. 27).

O conceito de *frontera glocal* é um aporte ao entendimento de como desde as bordas ao centro ou do centro às bordas, seguindo o exemplo das cidades de Pacaraima e Boa Vista, podem ser notados elementos bem justapostos em sociedades fronteiriças, como mostra o mapa:

Mapa 1: Trechos de Fronteira Glocal em Roraima.



Fonte: Cardoso, PCC; OLIVEIRA-BORGES (2020).

As fronteiras entre Brasil e Venezuela (Roraima ou Amazonas) sejam em seu sentido administrativo e territorial ou cultural e identitária, criam amplos espaços sociais onde o trânsito de pessoas, de mercadorias ou de símbolos é cotidiano e os contatos intensos fazem com que as identidades nacionais se deslizem, se reafirmem ou se ressignifiquem. No mapa é possível notar como as terras indígenas e as aldeias foram sendo colocadas às bordas ou às margens para que a ordem e o progresso vigorem e, ao contrário, das identidades também indígenas se deslizassem, reafirmassem e ou ressignificassem. Quanto mais às margens, maior é a invisibilidade dessa tessitura identitária, pois, o que se encontra logo após as vidas nas bordas são as linhas fronteiriças e os pontos de controle militares fronteiriços.

Por isso é que esse espaço transfronteiriço, muitas vezes, transcende a própria zona de fronteira e se alarga até a Capital Boa Vista, denominada por Rodrigues (2016) como Lugar Guayana, que é parte do Planalto das Guianas pensado por meio de um imaginário mitológico ou nacionalizante que faz dele um espaço de alteridades às quais se outorgam qualidades sobre-humanas ou divergentes daquelas almejadas para a nação e, às vezes, como lugar não existente. (BRUM, 2018). Dessa forma, Roraima, enquanto lugar longínquo da nação é um Estado da federação pensado como deslugar, embora sua existência geográfica, jurídica e histórica seja plenamente reconhecida. Sua quase inexistência se revela no imaginário que o representa como espaço vazio, bem como na invisibilização da diversidade de seus habitantes e de seus meios ambientes. Isto tudo também marca a marcha migratória dos últimos quatro anos pelo contexto dos marchantes venezuelanos.

Nos dias atuais, a migração venezuelana para Roraima, que se iniciou de forma muito incipiente, aparece nas estatísticas brasileiras por meio das solicitações de refúgio a partir de 2010 e coloca o Estado em maior visibilidade nacional e internacional. O crescimento dos números oficiais ocorreu a partir de 2016 e, desde então, houve um aumento exponencial da mobilidade oriunda da Venezuela, protagonizada no início principalmente pelos indígenas da etnia Warao, advindos da região do Delta Amaruco, no Estado Guayana. Mesmo com um exponente número que ficou em Pacaraima, em Boa Vista, as mulheres waraos eram vistas nos semáforos e exerciam a mendicância em busca da sustentabilidade financeira no espaço urbano. Cenas como estas causaram grande incômodo, gerando na mídia e na vida cotidiana expressões de preconceitos e atos xenofóbicos, mas promoveu a cobrança de uma postura do governo estadual. Posteriormente, com a chegada em massa de venezuelanos não indígenas, essas mesmas cenas puderam ser vistas do centro às franjas da capital.

Em dezembro de 2016, a Polícia Federal (PF) transportou desde Boa Vista 455 indígenas Warao para o município de Pacaraima com a intenção de entregá-los, ou melhor, devolvê-los às autoridades da migração em Santa Elena do Uairén, primeira cidade da Venezuela. No entanto, um ato da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), do Ministério Público Federal em Brasília e de mais 11 organizações signatárias dos Direitos Humanos e a Defensoria Pública da União fez um pedido de *habeas corpus* coletivo para a suspensão da *deportação* dos indígenas Warao. Este Ato marcou o processo de visibilidade do êxodo venezuelano e, ao mesmo, tempo proporcionou a Roraima sair da sua condição de lugar de não existência e periferia para tornar-se o centro não apenas das atenções midiáticas, mas também governamental e intragovernamental (RODRIGUES, 2016).

Os significados de espaços vazios, de lugar desocupado ou distante estão fortemente marcando tanto as narrativas da nação brasileira como os discursos dos governantes ao referirem-se ao Estado de Roraima, reforçando um conceito de estar à margem da nação dos centros capitalistas modernos. O Brasil longínquo, mesmo diante do contexto da visibilidade migratória recente, ainda persiste e existe no pensamento por meio da sua negação, da não existência e carece de concretude. Roraima revela-se, pois, como *deslugar* nas representações e na invisibilidade da grande diversidade étnico cultural dos seus habitantes e dos recém-chegados migrantes.

Desse modo, acredita-se que todos são índios em sentido muito pejorativo, ora distinguem-se os indígenas, caboclos e ribeirinhos para em seguida classificá-los em uma única categoria: o não-branco, em contraposição ao branco civilizado-ocidental, preferencialmente do sudeste-sul do país. (RODRIGUES, 2016). De qualquer maneira, como dissemos no início, pela sua peculiaridade de globaliza-cosmovisão é um Estado com narrativas e de fato o é, lugar de alteridade e re-existência. Para Maldonado-Torres,

re-existência es decir, que resistencia no se trata solamente de una cuestión de negar un poder opresor, sino también de crear maneras de existir, lo que incluye formas de sentir, de pensar, y de actuar en un mundo que se va construyendo el mismo a través de variadas insurgencias e irrupciones que buscan constituirlo como un mundo humano (MALDONADO-TORRES, 2017, p. 26).

Mas esse sentido de re-existência, também é equivalente ao conceito de *deslugar* ou não-lugar, de acordo com Auge (1994) são como fronteiras da

nação em que o sentido de irreal e de ausência perante a realidade de outros lugares trazem em si um caráter extremamente subversivo, principalmente se não nacionais cruzam a *la línea*⁸⁷. O não lugar é o lugar em que a vida é, isto é, aquilo que vale como força que inaugura outras possibilidades de ser. Cruzar a *la-línea* permite esse modo de poder conseguir novas possibilidades de viver.

Portanto, as cidades atuam ao mesmo tempo em ordenamentos das fronteiras e, progressivamente, limitam a liberdade de mover-se, mas não apenas isso. Há uma explosão visceral que irrompe como a maior expressão moderna dos fluxos de deslocamentos já vistos na América do Sul e Caribe que assume essa característica de *não lugar* de re-existência. É uma saída ontológica de valoração da marcha afirmativa em existir.

E chega-se ao presente. Estar presente é a terceira das inspirações que dissemos acima. Esta se desdobra e evoca, ao passo que revira os espaços e os humanos para, desde aí e somente por essa presença, a experiência migratória pode experimentar-se de ser também um fenômeno sociológico existencial latente, valente e de presente. Isto é, a experiência evoca do humano o singular e do espaço a coletividade, impulsionando as cidades e os humanos para subverterem o dístico da ordem e o do progresso, também presente nos que migram. Esta é a intermitência maior de Cidades Fronteiras e as Fronteiras das Cidades.

UM MÉTODO ITINERANTE PARA PESQUISA COM ITINERANTES

O conceito de experiência tem sido amplamente discutido, tanto nas ciências humanas como nas ciências exatas. A primeira mais no sentido de sua precisão epistêmica e a segunda para continuar a promover a ciência da técnica, para fins do descortinamento científico. Pontuamos que nem um nem outro é o propósito do método dos itinerários. Larrosa descreve a modo de primícias que “a experiência, e não a verdade, é o que dá sentido à escritura (...) e a experiência em palavras, nos permita libertar-nos de certas verdades, de modo a deixarmos de ser o que somos para ser outra coisa, diferentes do que vimos sendo” (LAROSSA, 2019, p. 7). Esse é o propósito do método. O mesmo autor define o sujeito da experiência, que muito importa em migrações e ao método utilizado.

Esse sujeito que não é sujeito de informação, da opinião, do trabalho, que não é o sujeito do saber, do julgar, do fazer, do poder, do querer. Se escutamos em espanhol, nessa língua em que a experiência é “o que nos passa”, o sujeito da experiência seria

87 *La línea* é como os venezuelanos se referem a Pacaraima.

algo como um território de passagem. Algo como uma superfície sensível que aquilo que acontece afeta de algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos. Se escutamos em francês, em que a experiência é “ce qui nous arrive”, o sujeito da experiência é um ponto de chegada, um lugar a que chegam coisas, como um lugar que recebe o que chega e que, ao receber, lhe dá lugar. E em português, em italiano e em inglês, em que a experiência soa como “aquilo que nos acontece, nos sucede”, ou “happen to us”, o sujeito da experiência é sobretudo um espaço onde têm lugar os acontecimentos. (LARROSA, 2002, p. 24).

Ao tratar da experiência que os sujeitos vivenciam, chegamos às histórias que as pessoas narram e por meio das narrativas o sujeito aparece como o território de passagem. As histórias tornam reais os diversos sentidos de experiência, assim como apresenta Larrosa (2002). E, de acordo com a questão de Dewey (2010), o que é uma história? O que as histórias contam? Faz jus à compreensão desse autor que a experiência é aquilo que se pode girar, em torno da qual se pode mover-se, como uma história daquelas histórias que não se acabam.

As referências se tornam primordiais para a apresentação do método dos itinerários, pois “em qualquer caso, seja como território de passagem, seja como lugar de chegada ou como espaço do acontecer, o sujeito da experiência se define não por sua atividade, (...) mas por sua disponibilidade, por sua abertura” (LARROSA, 2019, p. 25). Nesse sentido, a experiência do Petiteau (2017) inspira a descoberta de Paulo Freire (1998), na pedagogia do oprimido onde afirma que Freire apresentou o caráter revolucionário de sua intervenção estabelecida na reversão de um processo de reconhecimento em uma relação de aprendizado. Reconheça e promova a criação, incentivando indianos analfabetos a encenar e provocar a admiração dos treinadores, produzindo afrescos que representam situações de emigração.

Representar é estar disponível, é a abertura para agarrar o que desde aí há de vir. Podem vir novos processos, novas aprendizagens, novos modos de proceder, desde que a experiência seja. Por isso a metodologia utilizou principalmente o método dos itinerários, que se completa também da proposta de Marcus (2011), de uma etnografia multilocalizada que tenta seguir o seu objeto e seus sujeitos de pesquisa. Não se tratava apenas de observar os migrantes e refugiados pelos pontos das cidades e nos refúgios, mas de observar a disponibilidade e a abertura das pessoas migrantes que estavam em torno desses abrigos nos pontos determinados nas cidades de Boa vista e de Pacaraima.

O MÉTODO DOS ITINERÁRIOS

De acordo com o referencial Petiteau e outros (2001, 2017)⁸⁸, primeiro é realizada uma entrevista na qual é solicitado ao entrevistado que associe o tema da pesquisa às questões da sua história de vida, da sua trajetória residencial e profissional. Na entrevista, o pesquisado é convidado a realizar uma jornada de itinerário pela cidade, é uma experiência compartilhada com o pesquisador. Pesquisador e pesquisado combinam a jornada, que pode ocorrer no dia seguinte. Pretende-se perpassar por locais que ilustram essa trajetória de vida e a relação atual que o pesquisado vive com determinadas áreas da cidade em seu cotidiano. Esse método, conforme os autores citados, aparenta-se com os métodos biográficos porque, para além dos temas da pesquisa, a abertura e a disponibilidade da história de vida são o fio condutor sem, no entanto, confundirem-se com depoimentos prestados. O método é inicialmente um dispositivo para reconhecer as pessoas em interação livre, aberta e disponível.

A ITINERÂNCIA

Segundo dados da Polícia Federal (2019), o saldo migratório de venezuelanos no Brasil, em novembro de 2019, era de 234.961. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (2020), de 2013 até meados de 2019, 176.136 venezuelanos regularizaram sua estadia no Brasil, seja como refugiados ou como residentes provisórios. Desse total, 75.962 venezuelanos/as regularizaram sua situação migratória em Roraima, no período de 2017 a 2019. (FUNDAÇÃO, 2020). O ACNUR (2020)⁸⁹ informou que 26.148 refugiados/as e migrantes foram beneficiados com diversas ações de ajuda humanitária emergencial nas diversas unidades federativas brasileiras

O aumento da mobilidade de venezuelanos em Roraima levou-os à dispersão pelos mais diversos locais da cidade de Boa Vista e à concentração nos 11 abrigos

⁸⁸ É preciso situar o método dentro do contexto da França. A primeira experiência data de 1975: tratava-se de trabalhar sobre o que é a representação do centro de uma cidade de médio porte, cuja prefeitura queria entender melhor a experiência cotidiana de alguns moradores e ver até que ponto os profissionais do urbanismo poderiam levar em conta essas experiências nas intervenções sobre os espaços. Ao longo dos anos 80 e 90 foram desenvolvidas outras experiências de leitura de um território urbano e o método foi, em especial, aplicado à profissão de estivador nas cidades de St Nazaire e Nantes, cidades portuárias, reconstituindo, a partir de cinco itinerários a memória de uma cultura profissional desaparecida que se insere na paisagem urbana: apropriação das docas, transição entre cidade e porto, relações entre trabalho e vida cotidiana. (PASQUIER Elisabeth, PETITTEAU Jean Yves, 2001, p. 68-73 e PETITTEAU, Jean Yves; RENOUX, Bernard., 2017).

⁸⁹ ACNUR: Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Além do ACNUR também atuam em campo a OIM (Organização Internacional para as Migrações); AVSI (Associação Voluntários para o Serviço Internacional); UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas); Cruz Vermelha entre outros.

localizados nos bairros 13 de Setembro (03), São Vicente (2), Mecejana, Jardim Floresta, Tancredo Neves, Caímbé, Cambar e Pintolândia. Seja nos semáforos, na rodoviária, na entrada de supermercados e nas praças da cidade os espaços de abrigos espontâneos surgem do agrupamento de migrantes, mas, devido às intervenções públicas de governos locais ou à presença militar, também desaparecem sem nem sempre garantir – concentrar – abrigos para todas as pessoas. Atualmente vivem em situação de abrigo oficial em torno de 7.000 venezuelanos.

Já em Pacaraima, há somente um abrigo oficial para os indígenas, chamado *Janokoida*. Existe também um abrigo de passagem para chegantes, que não contabilizamos devido ao seu caráter de estada temporária. Estimativas da OIM e da Operação Acolhida, em junho de 2020, eram de que havia 1.233 venezuelanos desabrigos, sendo 1.206 venezuelanos em situação de abrigamentos espontâneos⁹⁰ e 22 em situação de rua⁹¹ (OIM, 2020b).

O Posto de Triagem de Imigrantes (PTRIG), em Pacaraima, começou a funcionar em março de 2019 e foi montado para receber, realizar a identificação e operacionalizar os protocolos de regularização dos migrantes que cruzam a fronteira da Venezuela para o Brasil. Inicialmente, nesse local, os venezuelanos já tinham que realizar inspeção clínica, imunização, regularização migratória e revista de bagagem.

Além dessas ações, com toda a estrutura ampliada, os migrantes contam com um posto de atendimento avançado com capacidade para atenção médica de emergência e isolamento de pacientes, podem realizar cadastramentos prévios para interiorização, têm atendimento social de espaço para pernoite para os mais vulneráveis e os demais dormem pelas ruas ou abrigos espontâneos pela cidade.

O PTRIG é coordenado por militares da Força Tarefa Logístico-Humanitária, denominada de Operação Acolhida, da qual participam, ainda, a Polícia Federal, os diversos Ministérios, os representantes do ACNUR, da OIM e da UNFPA e outras organizações em sua maioria de caráter internacional, como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

Assim a itinerância tem um aspecto ordenador que muitas vezes impõe um cenário irrestrito à liberdade própria da itinerância. Quanto mais meios de regulação são impostos, ainda que representam um grau de assistência imediata, isto não deixa em evidência o direito maior e irrestrito humano, do ato de deslocar, de itinerar forjando outras formas de vida.

⁹⁰ Assentamentos espontâneos: espaço territorial de povoamento humano de propriedade pública ou privada, sem edificações, ocupados espontaneamente. Em Boa Vista estão nos seguintes locais: Anel Viário I, II, III; Balança, Florestal; Morro do Quiabo I, II, III; Orquídea, Vila Esperança, Vila Nova I, II). A Operação Acolhida e as organizações locais assumiram o termo *ocupações espontâneas* que tem uma carga fortemente depreciativa.

⁹¹ Pessoas vivendo em via pública, ou seja, pessoas que moram fora de abrigos oficiais ou assentamentos coletivos espontâneos.

ENTRE O ORAL E A ESCRITA: QUESTÃO FUNDAMENTAL EM ITINERÁRIOS

É o discurso oral que se abre e que pode ser reconhecido, transcrito e relido posteriormente. O espaço a ser analisado é dinâmico. A leitura do espaço público torna-se indissociável do conceito de percurso. Porém, o percurso não é somente um ritual de mobilidade e coloca várias narrativas como referência em um território. Essa abordagem pode ser desestabilizadora porque considera a cidade como o lugar de expressão das diferenças e, de acordo com Agier (2016), o antropólogo precisa se perder antes de saber se orientar em uma cidade. Na jornada do itinerário o outro se torna o guia, estabelecendo um percurso. O sociólogo ou antropólogo acompanha a deambulação e um fotógrafo testemunha a jornada fotografando cada parada, alteração de trajeto, movimento ou emoções que surgem. Os diálogos são gravados. O território é tanto aquele que é experimentado, navegando-se no espaço/tempo da jornada, quanto o de uma narrativa metafórica, “agenciamento territorial”, conforme Deleuze e Guattari (1997). A jornada de itinerário representa uma transação. Aceitando o percurso de um guia, o sociólogo aborda o território do outro por meio da sua palavra falada e corporificada.

A principal restituição de um itinerário pode assumir o formato de uma fotonovela na qual a palavra exata do entrevistado é cronologicamente entrecortada em articulação com cada fotografia, ou seja, uma foto/um texto. Enquanto método experimental o método dos itinerários sempre está submetido às adaptações, segundo Reginensi (2019).

Quando o método foi apresentado no minicurso durante o Seminário II Colóquio Re-gional Sociedade e Fronteiras e é que se pensou fazer uma experiência com os migrantes-itinerantes em Boa Vista e em Pacaraima. A primeira adaptação foi a de não realizar entrevistas pelo pouco tempo que se tinha para aplicar o método. Adotou-se o ato de *caminhar* e registrar imagens ao longo dos percursos costumeiramente percorridos na *la línea* ou em Boa Vista, mais precisamente no entorno da rodoviária.

O fato de não fazer entrevistas diretas com os migrantes e o movimento de caminhar com eles foram fundamentais. Careri (2013) constrói, assim, uma imagem das ilhas e arquipélagos para definir o tensionamento entre o centro e a periferia nas cidades. Mas além da imagem o autor apresenta a potência dos espaços distantes do centro – muitas vezes tidos como vazios – como lugares em constante transformação. Os percursos significam diversos momentos:

“percurso” indicam-se, ao mesmo tempo, o ato da travessia (o percurso como ação do caminhar), a linha que atravessa o espaço (o percurso como objeto arquitetônico) e o relato do espaço atravessado (o percurso como estrutura narrativa) (CARERI, 2013, p. 31).

Com base nisso, foram realizadas três atividades de campo. A primeira refere-se à visita ao Abrigo Latife Salomão no dia 07/10/2019, às 20h, em que foi possível adentrá-lo e acompanhar uma aula de português que estava sendo ministrada por uma colaboradora do Abrigo. Nesse dia foi possível perceber a estrutura física e como as pessoas vivem dentro do mesmo, suas peculiaridades, como dormem, onde comem e os ambientes em que ocorre o convívio da comunidade.

A segunda visita a campo foi realizada nas redondezas da Rodoviária Internacional José Amador de Oliveira - Baton no dia 08/10/2019. A terceira visita a campo foi realizada no dia 10/10/2019 em viagem à cidade de Pacaraima, fronteira seca com a Venezuela que é a porta de entrada do fluxo migratório venezuelano para o Brasil (veja o mapa 1). Nessa visita o grupo foi conduzido com o apoio das Forças Armadas que disponibilizou o transporte e a alimentação, assim como a disponibilidade de seus agentes para apresentar a estrutura e a funcionalidade da Operação Acolhida na Fronteira brasileira. Por isso que diz-se do entre o oral e a escrita, pois as intervenções que por ora registram identidades, e por outro oculta oralidades, tanto uma vez registrada mas não de fato as vicissitudes do itinerar, a presente pesquisa mostra-se como alternativa valorativa de ambos dados: ouvir para escrever, escrever com fidelidade da vida em movimento que se apresenta.

O ato de escrever se mostra a seguir em itinerários de fotos histórias. Como amostra das narrativas de uma restituição possível e sem síntese, para uma relação mais próxima, e quiçá à experiência dos leitores, como uma maneira de mergulhar também no que as cidades de Boa Vista e Pacaraima dispõem de cidades fronteiras.

AS NARRATIVAS E AS IMAGENS: RESTITUIÇÃO EM SÍNTESES⁹²

DA RODOVIÁRIA AO REFÚGIO: BOA VISTA E A ACOLHIDA

O posto de recepção e apoio da Operação Acolhida na Rodoviária Internacional - José Amador de Oliveira - Baton-Boa Vista/RR constitui um dos lugares que os migrantes utilizam na sua chegada ou passagem por Boa

⁹² Devemos agradecer aos mestrandos do programa de pós-graduação em Sociedade e Fronteiras e alunos de cursos de graduação da UFRR que disponibilizaram os relatos de campo: Viviane Lima de Almeida Oliveira, Militza Zulimar Pérez Velásquez, Onogifro Euclísio Correia de Matos, Norman Roy Estrada Galdámez, Marcelo Antonio Lemos.

Vista. Na oportunidade, quando o grupo de pesquisa chegou à rodoviária, foi feita uma apresentação aos militares responsáveis por manter o equipamento em funcionamento, deixando-os cientes da permanência do grupo naquele ambiente para observação de suas dependências e o fluxo da migração.

Foi possível identificar que no espaço em torno da Rodoviária existem quatro ambientes que são oferecidos aos migrantes venezuelanos. O primeiro é onde fica instalada a base dos militares que ali trabalham e é composta por três contêineres que servem como escritório para as agências locais que os apoiam no atendimento aos migrantes. Ao lado, fica o guarda-volumes para se guardar os pertences dos migrantes, a cozinha dos oficiais e organizações parceiras, sendo que a cozinha é também o local para dormida dos oficiais que estão de plantão noturno, já que como todos os outros pontos de apoio à migração, este também funciona por 24 horas.

Foto 1: Rodoviária- local de pernoite dos migrantes



Fonte: REGINENSI, Boa Vista (2019).

Caminhando um pouco mais foi possível observar o local onde as pessoas podem pernoitar. Segundo informações dos próprios oficiais o ambiente está dividido em alas, uma para casais sem filhos, uma para mulheres solteiras, uma para indígenas, uma para casal com filhos e outra para homens solteiros. Em seguida estão localizadas quatro casas para casos que necessitam de proteção ou de alto risco. O local para pernoite, dividido em alas, só pode ser utilizado para pernoite. Os migrantes dormem à noite e pela manhã guardam seus pertences e vão buscar trabalho ou algo em particular e ao final do dia resgatam seus pertences e seguem para a ala do pernoite para solicitar uma barraca para dormir. O espaço para os casos de proteção possui outra dinâmica, pois as pessoas podem permanecer até que seja possível o envio para algum Abrigo que possa recebê-las.

Adentrando um pouco mais no espaço do entorno da Rodoviária chegamos ao setor de banheiros e lavanderia. Nesse entorno, está também um espaço do UNICEF⁹³, onde se realizam atividades diárias com as crianças que por ali estão e vivem. Percebe-se que a movimentação é intensa e que no momento havia agentes da ADRA coordenando a entrada e a saída dos banheiros e alguns oficiais das Forças Armadas ajudavam na orientação e na ordem do local, que tem um fluxo muito intenso.

Seguindo até o local dos contêineres, percebemos que existia um espaço para um refeitório (popularmente chamado pelos migrantes de *comedouro*) que ainda estava fechado e por esse motivo não foi possível conhecê-lo internamente e nem compreender a sua dinâmica, mas já se podia notar uma grande fila formada pelos migrantes aguardando a distribuição do jantar.

Durante todo o tempo que estivemos no local, por volta de umas 4 horas, foi possível perceber um grande fluxo de migrantes no entorno desses espaços, assim como usufruindo dessas unidades de acolhida e que muitos agentes trabalham para manter a organização e o fluxo. No ambiente de pernoite atuavam em trabalho conjunto a OIM, ADRA e Forças Armadas para que fosse possível realizar a distribuição das barracas de dormir e a disposição delas. Essa colaboração em parceria foi conferida também nos demais pontos de apoio. De maneira que o entorno da Rodoviária levou à questão; este lugar torna (im) possível o acesso à cidade?

Muitos venezuelanos solicitantes de refúgio e residentes temporários, na natureza temporária da acolhida - regular, permanente, incerta- foram forçados a mendigar, comer no lixo e até se prostituir para sobreviver. Uma noite chuvosa

⁹³ UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância é uma entre as organizações que mantêm atividades de proteção e assistência humanitária em Roraima. Destaca-se ainda a ADRA (Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais).

desejada por qualquer boa-vistense acaba sendo um pesadelo molhado nos pisos de plástico e terra, os papelões servem de cama e os acolhidos tentam adormecer depois de longas filas de espera. Conseguir formas de geração de renda ou emprego formal na cidade é o primeiro grande desafio e o outro é abrigar-se e, caso tenha trabalho, conseguir pagar um aluguel. Em torno da rodoviária alguns dos migrantes que trabalham como vendedores ambulantes sublinharam que além dessas situações do cotidiano, vários deles enfrentam a violência que os deixam mais vulnerais no dia a dia.

EM PACARAIMA ACOLHER E SE VIRAR NA CIDADE

Na cidade de Pacaraima o trabalho foi dividido em três etapas sendo a primeira no Posto de Triagem (PTRIG) em que o migrante vai ter seu primeiro contato com o serviço disponibilizado pelo governo brasileiro (Exército, Polícia Federal e Ministério da Fazenda), organizações internacionais (ACNUR, OIM, Cruz Vermelha e UNFPA) e organizações não governamentais (AVSI) que auxiliam no processo de acolhida. A segunda é no abrigo BV-8, um espaço para residência temporária para os migrantes que não têm condição de arrumar outro lugar nesse processo de deslocamento para Boa vista e o abrigo *Janokoida* que na língua de Warao significa casa. Esse abrigo é exclusivo para a população Warao e local em que eles desenvolvem algumas atividades artesanais e a última etapa em que o grupo foi dividido em dois para visitar o centro de Pacaraima e outro grupo ficou para entrevistar o Padre local que tem uma iniciativa para cuidado da educação de algumas crianças. O percurso também incluiu uma visita na parte de alojamento dos membros do Exército que estão no Projeto Acolher na divisa entre Brasil/Venezuela e foi concluído o itinerário com o retorno ao ponto encontro em que foi feita uma foto de despedida.

A primeira etapa se deu no PTRIG que é o local do primeiro contato dos migrantes com o serviço burocrático brasileiro. A visita possibilitou conhecer o funcionamento do serviço de acolhida em uma estrutura montada pelo Exército Brasileiro, sendo possível observar a logística de toda a operação. Logo na entrada do posto encontra-se do lado direito um local em que as pessoas podem deixar as malas para continuar com os trâmites de pedido de refúgio ou pedido de residência, sendo que essa parte é cuidada pelos membros da Polícia Federal

Brasileira. Seguindo para o Abrigo nota-se que é dividido em três partes: uma apenas para homens, outra para as mulheres e a última para casais com filhos. Nem todo venezuelano consegue ficar no Abrigo e a prioridade são os idosos, mulheres grávidas, crianças, pessoas com incapacidades e, por último, os pais com os filhos.

Seguiu-se em caminhada até o posto de vacinação no qual se observou um episódio que chamou muita a atenção, pois havia uma Tenente atendendo uma determinada família de migrantes que se mostrou interessada no chapéu da criança e propôs uma troca oferecendo cinco bombons para ficar com o chapéu. Os pais da criança já haviam oferecido o chapéu para a Tenente e a criança pegou de volta e, então, ela sugeriu essa troca.

Continuando a visita foi possível observar a estrutura montada pelo Exército com adaptação de contêineres e tendas como espaço para atendimentos, banheiros, lavanderia e dormitório. É importante salientar que os membros do Exército também ficam nos contêineres adaptados e todos eles permanecem com armas de contenção durante todo o processo de acolhida.

As pessoas que moram no abrigo BV-8 têm regras a respeitar para uma boa convivência no espaço, sendo que algumas orientam sobre a lavagem das roupas em dias marcados para homens e mulheres. Nesse espaço verificamos o desejo de recriar um espaço de moradia, como o espaço para estender a roupa em um varal coletivo.

Figura 2: Varal no espaço do refúgio BV-8.



Fonte: REGINENSI, Pacaraima (2019).

O abrigo *Janokoida* é somente para os indígenas da etnia Warao. Esses aproveitam o seu tempo com a realização das atividades artesanais e, ao mesmo tempo, vendem seus produtos em uma bancada montada dentro do próprio Abrigo. Uma coisa que chamou a atenção, é que este abrigo tem mais redes, enquanto no abrigo BV-8 o uso maior é de colchões e beliches.

Figura 3: Redes, abrigo dos indígenas Warao.



Fonte: REGINENSI, Pacaraima (2019).

Figura 4: Artesanato, abrigo dos indígenas



Fonte: REGINENSI, Pacaraima (2019).

Em Pacaraima, a cidade se torna um elemento concreto e um pequeno grupo visitou o seu centro até pisar o caminho da fronteira entre Venezuela e Brasil.

Foto 5: Grupo de pesquisadores na fronteira Venezuela/Brasil trabalho de campo



Fonte: REGINENSI, Pacaraima (2019).

No centro da cidade/fronteira, a presença dos migrantes foi identificada e dois grupos acompanharam nossa visita: jovens que ‘vendem escondido mercadorias diversas’ e são visíveis por conta da mochila que se tornou a marca da atividade de ambulante na rua principal da cidade e outra presença que se verificou foi a de um vendedor de artesanato (objetos de madeira) e que contou suas viagens entre um lado e outro da fronteira para se abastecer de produtos. Esse cenário de cidade fronteira não foi visitado sem fazer lembrar a professora Catherine e as suas viagens entre Guiana francesa e Suriname e Brasil: “A fronteira não deve mais ser considerada como uma separação, mas como um lugar onde os laços são tecidos e os vendedores ambulantes são os principais atores” (REGINENSI, 2005, p. 292).

Figura 6: Jovens venezuelano com mochila na rua principal



Fonte: REGINENSI, Pacaraima (2019).

Figura 7: Vendedor ambulante de colheres na rua principal.



Fonte: REGINENSI, Pacaraima (2019).

A saída contínua de venezuelanos que se tornarão - no melhor dos casos - solicitantes de refúgio ou residentes temporários excedeu as capacidades de proteção dos países da região e isso implica um desafio permanente para eles, principalmente nas áreas fronteiriças como Pacaraima até na cidade de Boa Vista, conforme nossas primeiras observações em campo no entorno da rodoviária.

BOA VISTA E PACARAIMA: “ACOLHER E SER ACOLHIDO”

A acolhida aparece, neste artigo, como um ato, um movimentar em direção à abertura e à disposição no mesmo sentido da experiência dos sujeitos em migração e como sinônimo de hospitalidade. A Hospitalidade enquanto diz Agier (2018), aquele gesto que diz ao outro: Você não é meu inimigo. Sem interesse em estudo comparado com situações de hospitalidade que vêm ocorrendo na Europa, a proposta com base no método utilizado de investigação para este artigo visa realizar um exercício de reflexividade sobre as fronteiras dos migrantes e o ato de ser acolhido ou acolhedor, de ser hospede ou de ser o que hospeda⁹⁴.

Já dissemos sobre as fronteiras, acerca dos migrantes – os itinerantes –, mas como questionar o conceito de acolhida, de hospitalidade? Apoiam a elaboração da resposta os estudos de antropologia social e organização urbana, mas a primeira condição para um renascimento contemporâneo da hospitalidade é a política, afirma Michel Agier (2016), e isso apoia também perspectivas da sociologia das migrações.

Passados dois anos da proposta de Michel Agier (2016), diante do que tem sido chamado de “crise migratória” pelos Estados Nacionais Europeus, o autor muda seu olhar dos lugares de poder-político para focar no surgimento de novas formas de solidariedade cidadã, que se opõem às políticas restritivas ou condicionantes de entrada e estadia no território. A questão fundante de Agier (2018) é: por que alguns cidadãos, ao contrário das políticas atuais, decidem hospedar migrantes em casa? Para o autor se a hospitalidade está reaparecendo hoje sob a forma de uma recepção privada, é para compensar a falta de apoio aos migrantes por parte do Estado.

⁹⁴ Conforme Reginensi (2019), durante o II Colóquio Regional Sociedade e fronteiras, a fronteira dos (des)encontros (30-09/04/10/2019) apresentado na comunicação “Fronteiras e trajetórias migratórias. Reflexões sobre várias expressões: circular, habitar, acolher e ser acolhido” na mesa redonda: **Hospitalidade e migrações**.

De fato, a hospitalidade aos estrangeiros foi gradualmente substituída pelo direito de asilo e, em seguida, pelas políticas de controle de fronteiras e, inclui-se a isso, a proteção e assistência humanitária. Portanto, é para responder a um desejo e a uma necessidade que a hospitalidade deve seguir o caminho oposto, que escapa da política de Estado em direção à sociedade retornando ao mundo doméstico, ao lar.

Em Boa Vista e Pacaraima é notável que a comunidade local tem sua forma de hospitalidade de portas abertas aos migrantes e que desafia a superar as políticas do governo brasileiro, das agências da Nações Unidas e também das inúmeras organizações da sociedade civil, no sentido de que essas tendem a ordenar por vários meios e instrumentos o fluxo de entrada e saída, o controle sanitário e a segurança pública, a organização das pessoas no espaço e as formas de conviver com a comunidade local. Mas tudo isto faz contraste com o que está no âmbito de uma política do doméstico, do lar, da casa, do singular, do ato de acolher os hóspedes que batem à porta.

Dessa maneira, o que dissemos do contraste é o contrário da acolhida institucional que se alinha às respostas institucionalizadas à questão migratória, mais conhecida pelo signo de ação humanitária. Diz-se, portanto, de um fazer humanitarismo para migrantes que também favorece ao nacional o olhar desconfiado, de sentir-se preterido e reagir diante das cenas de presença hostil dentro das cidades. Ao passo que desde o lar, a casa, a intimidade privada e a vida dentro da casa dos nacionais são geradas frestas convidativas ao estrangeiro.

Quanto às brechas ocorrem fronteiras internas e limítrofes que não são apenas suspensas ao direito da vida nas cidades, ao encontro com os povos originários e às suas cosmologias. Os pontos fronteiros são suspensos por um instante e passam para um nível de encobrimento a fim que caia a cortina da hostilidade e fique em melhor evidência o proceder de homens e mulheres como sujeitos políticos que acolhem pessoas em itinerância buscando condições para o bem viver. O melhor exemplo disso se ouve nas histórias dos migrantes durante a aplicação do método dos itinerários.

Nos momentos de espera por solidariedade institucional, ainda que seja transitando sob o calor forte de uma assistência à outra, encontra-se alento num copo de água oferecido pelo nacional ou no prato de comida, em uma noite em uma cama limpa num quarto nos fundos ou nas formas de cura da saúde física ou da autoestima, por meio do apoio concreto pelo acesso a medicamentos ou à escuta atenta. Torna-se ainda mais visível e sensível em uma sandália para apoiar os pés já machucados pelas longas caminhadas: tudo é alento acolhedor.

Essas cidades e seus espaços para acolhida-hospitalidade - sejam elas institucionalizadas ou domésticas, desafiam a integração e o direito de viver como itinerantes forçados. Acolher e ser acolhido é um imperativo volátil em cidades de territórios de *fronteras glocais*, mais exigente que nos grandes centros em que todos podem parecer mais um. Desse modo, o brasileiro vive uma ambivalência antropológica e social política: pode expressar-se muito como hospitaleiro e ainda assumir posturas não muito de acolhida. Essa ambivalência pode ressaltar em diferenças devido ao processo sócio histórico de organização. No canal do Youtube da editora Tabla, o professor Elhajji, ao referir-se à hospitalidade, defende que

o que temos é a organização social, eu diria que os povos que ainda são marcados pela tradição, que ainda são marcados por um comportamento mais agregario, comunitário, onde as pessoas se realizam e produzem um tipo de subjetividade mais coletiva do que individual, esses povos com certeza ainda valorizam mais a hospitalidade, o acolhimento do outro que as sociedades marcadas pelo individualismo, egocentrismo e o consumo material. Porque o consumo material reduz nossa capacidade ou nossa margem de manobra com a alteridade (ELHAJJI, 2020).

O que está em evidência, tratando-se de cidades em que alguns povos resistem e re-existem numa luta local para liberdade de suas alteridades, em que também estão os que sucumbem a tudo e todos em valoração da técnica material, é que essas cidades continuam negando um caminho para novas maneiras de existência coletiva em que o estrangeiro não apenas é bem-vindo, mas que não serão necessários condicionantes de ordenamento, sobretudo de controle, para gerar espaços acolhedores. Isso porque os humanos e os mecanismos aprofundam a cultura do encontro, mais que os mecanismos de regulação ou de ilegalidade do ato de itinerar. Ao passo que um simples desenho com uma inscrição, aparentemente sem muito valor, pode adquirir significado, exatamente, como expressa o relato da professora Caterine, de um momento da atividade em campo:

Cheguei no Refúgio /abrigo no sábado dia 5 de outubro, acompanhada com duas professoras da UFFRR. Na entrada tinha um rapaz com computador que filtrava as entradas e checava as carteiras dos refugiados. Foi possível ver o procedimento na saída de um rapaz. Observamos um lugar de estacionamento de bicicletas perto da porta de entrada do refúgio. As casas, tipo contêiner, todas iguais, com teto cinza e paredes bege e o chão de pedrinhas – caminho de cascalho – oferecem, no primeiro olhar, uma paisagem monótona e desértica, quando de repente surge a pequena silhueta de

uma criança... Mais tarde, finalizando a visita, reparei um jovem de aproximadamente 16/17 anos que media e desenhavam letras na parede. Me aproximei e falei com ele e os pais dele que estavam olhando o filho trabalhando. Pedi para fotografar e filmar o trabalho dele. Voltei no abrigo dois dias depois e a obra estava terminada. (Extrato do Diário de Campo da professora Caterine – visita do abrigo Fraternidade sem fronteiras, Boa Vista dia 5 /10/2019).

O que se pode notar é uma passagem do invisível para a visibilidade. Mas de quê mesmo? Diz-se não do jovem, senão do seu anúncio. O relato acima está cheio de verbos importantes: ver, olhar, falar, aproximar, oferecer, voltar e terminar. Neste ponto o itinerante constitui endogenamente que as cidades de Pacaraima e Boa Vista podem ofertar e ele merece toda a acolhida e anuncia seu apelo de acolhida incondicional. É o migrante que usa da sua arte para dizer que o país de chegada, ao jugo de critério exato do signo da bandeira nacional, com as cores desta. O jovem marca o muro e a vida com sua arte de ofício, tornando visível o próprio país que tem por inspiração.

Figuras 8 e 9: O pintor desenhando as letras para compor um coração com a inscrição: “Brasil um coração que acolhe”.



Fonte: REGINENSI, Boa Vista (2019).

Pode o estrangeiro dizer em categorias que não são as suas nacionais que o país e as cidades em que chegou acolhem? Esta questão não encerra em si mesma um simples sim ou não, de modo que continua como um vetor, nesse exato momento desse artigo, ao passo que assoma, por assim dizer, que esse homem e essa mulher

itinerante querem que este país e seus habitantes sejam acolhedores. Espera-se e se deseja que seja oferecida, desde as carestias dos migrantes, uma resposta efetiva e afetiva. O que mais um coração poderá expressar que acolher e hospedar é um ato de afetividade? É desde as subjetividades afetivas que emergem a acolhida e a hospitalidade. Como diz bem Elhajji (2020) “produzir subjetividades coletivas”, estas não apenas dos nacionais, mas da alteridade, da corporeidade e das trajetórias deste que está em marcha. Como tendem a anunciar as figuras 8 e 9, contudo, em reafirmação ao dito, não ao modo do anfitrião, quiçá, mesmo encoberto, aparecem outras potências afetivas coletivas dos migrantes e dos nacionais juntas. Isso pode ser mais bem percebido quando se é pesquisador caminhante junto aos itinerantes.

CONCLUSÃO

Feita a decisão para pesquisa de campo nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, usando o método dos itinerários e tendo como ponto de partida os eixos fronteira, abertura para ao mesmo tempo experimentar a experiência dos migrantes, tinha-se como pano de fundo a necessidade de mergulhar no direito de viver na cidade. Essa empreita assumiu várias nuances até chegar à escolha de dois meios para esse aprofundamento: caminhar e não entrevistar. Todo esse programa apenas serviu de agulha magnética. O destino desse processo sempre foi a abertura, deixar-se conduzir sem perder-se, assim como é destino dos itinerantes forçados. Abertura para o que está aparecendo e, ao mesmo tempo, tendo uma bússola de guia para vigiar e cuidar para um bom caminho.

Os esforços não cessam, sejam os das cidades, da espontaneidade de construir assentamentos que provocam gestores e moradores, da instrumentalizada ação humanitária num grau muito alto de alinhamento executor com o Estado. Enfim, de todos os lados podem ser acessadas dissonâncias e sincronias do processo de acolhida e de acolher. Não obstante, nesse contexto no Estado de Roraima, é quase impossível não considerar a pertença originária dos povos indígenas, expressada, inclusive, nos primeiros que vieram em marcha ao Brasil, os indígenas da etnia Warao. As vidas invisíveis soam valor sem forçosamente terem que apelar à visibilidade, pois, já o são. Estes re-existem há anos.

Essa experimentação é uma iniciação de campo que apresenta outra possibilidade de mergulho nas subjetividades coletivas, enquanto é por meio dela que se pode dizer sobre grupos locais e migrantes em encontro dos seus mapas

afetivos, ao qual só se pode adentrar por uma delicada aceitação ao pedido de caminhar junto e conviver. É a convivência que abre janelas e portas, rompe muros e barreiras, faz descer e subir sinuosidades ambientais. É o apelo vivo da potência da experiência que eclode em novas posturas e convivências entre as distintas alteridades. As diferentes dessas itinerâncias forçadas apontam e confirmam como cada história contada precisa ter garantido o seu direito de existir e co-existir, formulando novas atitudes de acolhida e, sem dúvidas, novas hospitalidades.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Plataforma de Coordenação para refugiados e migrantes da Venezuela** - Grupo de Apoio de Gestão da Informação da Plataforma R4V Brasília-DF, maio de 2020. Disponível em

AGIER, Michel. Conferência. **L'étranger qui vient. Repenser l'hospitalité**. Seuil, Sciences humaines, 2018. Disponível em: <<https://www.college-de-france.fr/site/colloque-2016/symposium-2016-10-14-16h45.htm>>. Acesso em: 19 dez 2019.

AGIER, Michel. **Encontros etnográficos**. Interação, contexto, comparação. São Paulo: Unesp, Edufal, 2016.

AUGE, Marc. **Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas, São Paulo: Editora Papirus, 1994.

BRUM, Eliane. **A violência em Roraima é contra a imagem no espelho**. El País, Brasil, 27 de agosto, 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/27/opinion/1535381111_480467.html>. Acesso em: 21 ago 2020.

CARERI, Francesco. **Walkscapes o caminhar como prática estética**. Prefácio de Paola Bernstein Jacques. Tradução Frederico Bonaldo, São Paulo: Editora G. Gili, 2013.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34. 715 p. ([1995] 1997).

DEWEY, John, **L'art comme expérience**. Paris, Gallimard, 2010. 1ª ed. 1934. Francesa. Lisboa, 90 Graus. ([1992] 2005).

ELHAJJI, M. **A Hospitalidade é cultural?** Conversa com Mohammed Hajji. Editora Tabla. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=2&v=2eq5P0OoXKA&feature=emb_logo>. Acesso em: 06 ago 2020. (ca. 9:45).

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 25^a ed. (1^a edição: 1970). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 185 p. 1998.

FUNDAÇÃO Getúlio Vargas (FGV) e Diretoria de Análise de Políticas Públicas (DAPP). **A economia de Roraima e o fluxo venezuelano: evidências e subsídios para políticas públicas**. Fundação Getúlio Vargas, Diretoria de Análise de Políticas Públicas. Rio de Janeiro: FGV/DAPP, 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/01/Economia-de-Roraima-e-o-Fluxo-Venezuelano_-_30-01-2020-v2.pdf>. Acesso em: 21 ago 2020.

HEIDEGGER, Martin. **A questão da técnica**. In: Ensaios e conferências. Trad. Emmanuel Carneiro Leão, Gilvam Fogel e Márcia de Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 269 pág. 2012. Disponível em: <<https://r4v.info/es/documents/download/74747>>. Acesso em: 29 jul 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1^a ed. São Paulo, Companhia das Letras, 9^a reimpressão. 2019. 85 p.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista brasileira de educação**, n. 19, p. 20-28, 2002.

LARROSA, J. **Tremores: escritos sobre experiência**; tradução Cristina Antunes, João Wanderley Geraldi. 1. ed.; 1. reimp. - Belo Horizonte: Autêntica editora, 2019. Coleção Educação: Experiência e sentido. 175 p.

MALDONADO-TORRES, N. **El arte como territorio de re-existencia: una aproximación decolonial**. Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales VIII, pp. 26 - 28. 2017. Disponível em: <<https://iberoamericasocial.com/arte-territorio-re-existencia-una-aproximacion-decolonial>>. Acesso em: 28 jul 2020.

MARCUS, George, E. Multi-sited ethnography: Five or six things I know about it now. In: **Multi-sited ethnography: problems and possibilities in Translocation of research Methods**. Oxford: Routledge, 2011, p. 16-34.

ORGANIZAÇÃO DAS IMIGRAÇÕES – OIM. **Estimativa do Número de Refugiados e Migrantes Venezuelanos Desabrigados em**

Pacaraima. Boa Vista, junho de 2020(b). Disponível em <<https://r4v.info/en/documents/details/76342>>. Acesso em 21, ago. 2020.

POLÍCIA FEDERAL – PF. Diretoria Executiva. **Coordenação Geral de Polícia de Imigração:** Imigração Venezuelana no Brasil. Disponível em <<http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/apresentcao-policia-federal-ate-abril-de-2019.pdf>>. Acesso em 4, out. 2020.

PETTTEAU, Jean Yves, PASQUIER, Elisabeth., “La méthode des itinéraires : récits et parcours. In: GROSJEAN, M. THIBAUD, J.-P. (Org.), **L’espace urbain en méthodes.** Parenthèses., Marseille, 2001, p. 63-78.

PETTTEAU, Jean Yves, RENOUX, Bernard. **Dockers à Nantes. L’expérience des Itinéraires.** ESAAA Editions/Ensa Nantes, 2017.

PINHO, José Antonio Gomes de. A herança da bandeira Brasileira: problemas de identidade e auto estima para a construção da nação. In.: **Organ. Soc.**, Salvador, v. 6, n. 15, p. 159-175, ago. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92301999000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 jul 2020.

REGINENSI, Caterine. **A cidade como cenário de oportunidades.** Etnografia das margens, 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

REGINENSI, Caterine, Une figure du territoire en mouvement. Le vendeur ambulant transfrontalier en Amazonie., *in*: CAPRON, G. e als. **Liens et lieux de la mobilité. Ces autres territoires,** Paris: Belin, 2005, p. 291-310 chap16.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. **Nacionalidade no pensamento social brasileiro e venezuelano e o lugar Guayana.** Amazonas-AM: Editora da UFAM, 2016.

RODRÍGUEZ, Roxana Ortiz. [et al.]. **Miradas a las migraciones, las fronteras y los exilios.** Editado por Enrique Coraza de los Santos; María Soledad Lastra. - 1a ed . Libro digital, PDF. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, p. 218, 2020.

POLÍTIAS SOCIAIS

(DES) CAMINHOS HISTÓRICO-POLÍTICOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UMA LEITURA NA INTERFACE COM MARABÁ-PA E BOA VISTA-RR

Francine Nogueira Lamy Garcia Pinho

Silvia Alicia Martínez

INTRODUÇÃO

Com presença garantida nas escolas nos dias de hoje, a alimentação escolar passou por diversos percalços até poder ser entendida como um direito das alunas e alunos das escolas públicas de educação básica. Este reconhecimento foi assegurado na Constituição Brasileira de 1988 em seu VII inciso do Artigo 208 que apregoa o dever do Estado para com a educação por meio de programas de apoio ao educando, entre os quais o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Como direito assegurado constitucionalmente, a alimentação escolar tornou-se inerente à educação pública brasileira e, ao mesmo tempo, problemática constante neste universo. Nesse sentido, a complexidade do tema faz com que haja diferentes âmbitos de análise sobre essa importante política educacional e nutricional. Sendo assim, no intuito de contribuir com o grande campo de pesquisa sobre o tema, a proposta deste texto é analisar os caminhos de implantação da política de alimentação escolar e algumas dificuldades enfrentadas pelos sistemas de ensino na oferta das refeições escolares acompanhando as prerrogativas legais e diretrizes nutricionais apregoadas por esta política nacional ao longo dos anos.

A pesquisa cujos resultados se apresentam tem como antecedente investigação já concluída sobre o tema no município de Campos dos Goytacazes (PINHO, 2015). A partir das provocações suscitadas pela implementação do projeto Procad/AM – CAPES: “*Estado e Políticas Sociais na Amazônia: diálogos críticos sobre apropriação de territórios e recursos naturais, mobilidades humanas e desestruturação de sistemas de conhecimento*”, desenvolvido em parceria pelos programas de pós-graduação: PDTSA/Unifesspa; PPGSOF/UFRR; PPGPS/UENF, as autoras do presente texto decidiram ampliar a pesquisa e analisar o tema da alimentação escolar nos municípios de Marabá (PA) e em Boa Vista (RO).

O texto foi elaborado com a seguinte estrutura: num primeiro momento, intitulado “Trajetórias e construções”, traz-se à tona aspectos da história da alimentação escolar brasileira, com ênfase na Região Norte, após sua oficialização em 1955; num segundo momento, “Municipalização e dificuldades”, discute-se o processo de descentralização desta política bem como alguns dos muitos percalços encontrados pelos sistemas públicos em sua implementação; já no trecho sob o título de “Recomendações e estratégias”, analisam-se as iniciativas de se atender às prerrogativas legais que foram se delineando pela política em questão a partir de 2009 nas cidades de Marabá e Boa Vista; por último, se responde uma questão problema na análise do cardápio escolar dos mencionados municípios, focando na oferta de frutas *in natura*, a qual faz parte das diretrizes basilares das atuais prerrogativas legais do PNAE

O processo de pesquisa teve por norteamento uma perspectiva interdisciplinar, calcada em pesquisas de autores relevantes para o estudo das políticas educacionais e sociais, na análise histórico-documental e no discurso publicizado pelas entidades executoras do PNAE, no intuito de contribuir com mais um olhar acerca desta relevante política social brasileira.

TRAJETÓRIAS E CONSTRUÇÕES

A alimentação escolar brasileira foi oficializada como política pública no ano de 1955 quando foi denominada Campanha de Merenda Escolar (CME), sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura, ainda sob o comando de Café Filho, vice-presidente que assumira quando do suicídio de Vargas. No primeiro ano do governo de Juscelino Kubitschek passou a ser chamada de Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME). É interessante notar que – no que concerne ao financiamento, de acordo com o decreto de 1956 – os recursos para financiar a distribuição dos alimentos aos alunos foram determinados por contribuições de todas as instâncias públicas – União, estados e municípios – e aqueles advindos de donativos particulares diversos.

Havia neste período uma política de investimentos estrangeiros no processo de desenvolvimento econômico no Brasil protagonizado por Kubitschek que recorreu ao capital internacional para a realização do seu Plano de Metas, “causando novas dependências” (ENDERS, 2012, p. 188). A educação era uma das metas preconizadas, entretanto, na prática ela ocupava “um lugar subalterno”

sendo contemplada “com apenas 3,4% dos investimentos inicialmente previstos”. Tal panorama gera manifestações dos principais educadores da época⁹⁵ e descontentamento pela falta de estímulo à educação básica pública (BOMENY, s/d). Havia interesses de particulares na continuidade do programa de merenda escolar que se pode perceber na regulamentação de 1956 a qual mencionou “convênios com entidades internacionais, inclusive para obter facilidades cambiais e de transporte para sua cessão a preços mais acessíveis” (BRASIL, 1956, p. 01).

A Campanha Nacional de Merenda Escolar estava sob a égide da Divisão Extraescolar do Ministério da Educação e Cultura, órgão que pelo seu regimento datado de 04 de fevereiro de 1958, pretendia, dentre outras coisas, “prestar às coletividades estudantis a assistência material e técnica, que se fizer necessária ao seu desenvolvimento e progresso” para tanto a regulamentação preconizava “promover as medidas tendentes à melhoria das condições de vida dos estudantes em geral, notadamente no que concerne aos problemas de alimentação e moradia”. Em outro artigo expõe que é de competência deste órgão “coordenar e auxiliar os empreendimentos públicos e particulares destinados a proporcionar alimento, habitação, livro e outros benefícios materiais aos estudantes” (BRASIL, 1958, p. 2).

Neste período, mesmo com a oficialização da oferta, a participação da sociedade a fim de promover uma ajuda financeira na manutenção da merenda escolar nas escolas brasileiras era estimulada pelo governo. Esta característica foi muito marcante no começo do século XX, quando aconteceram as iniciativas de regularização da oferta de refeições. No Decreto nº 45.568, de 13 de Março de 1959, expedido pelo Presidente da República, Juscelino Kubitschek, foi instituída a medalha do “Mérito na Alimentação Escolar” conferida “aos que, por seus esforços, realizações e dedicação em favor da assistência e da educação alimentar dos escolares, se tornem merecedores de distinção” (BRASIL, 1959, p. 01). É interessante saber que sua denominação foi modificada em 1984 para “Medalha do Mérito na Assistência ao Estudante”. Apesar de não ter mais uso ao longo dos anos, fora revogado tal decreto em 2019.

Para ilustrar este decreto, pode-se trazer uma reportagem publicada no Correio da Manhã – RJ, de 03 de março de 1967, quando tal medalha foi conferida ao então Diretor-executivo do Programa Mundial de Alimentação (PMA) da

⁹⁵ O manifesto “Mais uma vez convocados” foi, assim como em 1932, redigido por Fernando de Azevedo. Contou com 189 signatários, entre os quais Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Darci Ribeiro, Álvaro Vieira Pinto. Reapareceu no manifesto a ideia da necessidade de se garantir uma “educação pública, laica, obrigatória e gratuita” que concorria com o ideal defendido por alas conservadoras da educação como da Igreja Católica (BOMENY, s/d).

Organização das Nações Unidas (ONU), Sr. A. H. Boerma, “por seus esforços para a realização de um programa-piloto a ser efetuado no Vale de São Francisco, através da Campanha Nacional de Alimentação Escolar”⁹⁶. O programa-piloto previa atendimento nos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Piauí, “sendo o maior investimento do PMA em todo o mundo, com 500 mil dólares de ajuda em alimentos” (DIRETOR do PMA..., 1967, p.09).

Nesse contexto das décadas de 1950 e 1960 surgiu um elenco de programas de ajuda americana na área da alimentação para os países da América Latina, entre os quais se destacavam o “Programa de Alimentos para o Desenvolvimento” voltado ao atendimento das populações carentes e à alimentação de crianças em idade escolar; o “Programa Mundial de Alimentos”, da FAO/ONU; e o chamado “Alimentos para a Paz”, este último financiado pela USAID (**Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional**). Estes programas faziam parte da estratégia norte-americana do governo Kennedy que tinha a intenção de combater na América Latina a influência cubana e do regime socialista. Tal plano nomeado “Aliança para o Progresso” teve adesão de vários países latino-americanos que puderam formalizar o pacto com a assinatura da “Carta de Punta del Este” (BEZERRA, 2003, p. 453), datada de 1961. É importante sublinhar que a oferta se limitava nesta época, em grande parte das escolas pelo Brasil, a leite enriquecido com algum tipo de farináceo que formava um mingau.

Neste mesmo ano a merenda passou a fazer parte do Movimento de Educação de Base que apresentava o objetivo de “fornecer às populações rurais elementos gerais de educação” e a “conveniência de levar a Educação de Base às populações das áreas subdesenvolvidas” (BRASIL, 1961, p.01) com o apoio de outros programas do Ministério da Educação. Porém, havia uma contradição educacional, dissonante do discurso político defendido, causando o que Romanelli chama de “umas das maiores contradições educacionais do país”. Isto porque “enquanto o setor primário, no qual predomina a agricultura, ocupava ainda em 1970, 44,24% da nossa população ativa, os nossos colégios agrícolas de 1º grau possuíam 0,3% das matrículas nesse nível” (ROMANELLI, 1986, p.119). Os acordos firmados para ampliação da escolarização abrangiam diversas frentes, e então na educação puderam ser sentidas as propostas de mudanças em prol de uma formação minimamente qualificada de mão-de-obra latente em um contexto desenvolvimentista.

⁹⁶ Ao longo de todo o texto manteve-se a grafia original dos documentos apresentados.

Com o regime civil-militar (FERREIRA; GOMES, 2014) o nome do programa foi alterado para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) pelo Decreto nº 56.886 de 1965. Nesta época, segundo Souza e Faria (2004), continuava a ser sentida a conjuntura de interferência internacional na estruturação do estado brasileiro, assim como em toda a América Latina. Isto porque as políticas estavam sendo direcionadas com intensa interferência de organismos mundiais, como Banco Mundial e Banco Internacional de Desenvolvimento, e também por instituições de cooperação técnica, como a Organizações das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, as quais pretendiam solidificar suas influências nos diversos setores, e como destacam os autores, também nas políticas educacionais (SOUZA; FARIA, 2004).

As diretrizes sobre a alimentação escolar eram centralizadas no governo federal, aspecto que estava em consonância com o período histórico. No governo militar, a configuração do papel dos governadores dos estados e municípios do Brasil teve um relevo especial. Segundo Arretche (1999) estes agentes públicos tiveram pouca autonomia em relação às decisões políticas, ainda mais esvaecida devido à centralização de todas as decisões no âmbito federal. Então o governo militar concentrou em suas mãos além das decisões financeiras, também os planos das políticas sociais. A autora conta que neste período os “governadores e prefeitos das capitais e de cerca de 150 cidades de médio e grande porte” foram praticamente “destituídos de base própria de autonomia política: selecionados formalmente por eleições indiretas e, de fato, por indicação da cúpula militar” e não por meio do voto popular (ARRETCHE, 1999, p. 113).

Esse tipo de governo se utiliza da centralização para ter total controle e foi dentro deste Estado que o Sistema Brasileiro de Proteção Social se consolidou (ARRETCHE, 1999). Desta forma as políticas sociais que perduraram ou foram criadas dentro de tal contexto refletem uma gestão também centralizada, de fácil planejamento e de difícil execução e fiscalização. Esse aspecto estava presente na Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) que possuía a centralização como um dos fatores de dificuldade para a oferta de uma merenda de melhor qualidade.

Com o intuito de tentar facilitar a execução da oferta de refeições foram criados órgãos regionais que deveriam cumprir as diretrizes da União e receber os alimentos enviados por esta. De acordo com uma nota publicada no *Jornal do Commercio* de Manaus do dia 22 de fevereiro de 1969, a CNAE era composta

pela “Superintendência (parte diretora), um Setor Administrativo e um Setor Técnico que constituem um órgão central sediado na Guanabara⁹⁷. Sua periferia é formada por Representações Estaduais e Setores agrupados em Assessorias Regionais”. Além disso, destaca-se que a nota detalha que “de acordo com as condições geoeconômicas” se havia dividido o país em nove “assessorias regionais diretamente ligadas à Superintendência e com jurisdição sobre as Representações e Setores Regionais das suas áreas respectivas” (CNAE, 1969, p. 8). Entre as nove, destacam-se neste artigo as duas primeiras. O então território de Roraima, Rondônia e o estado do Amazonas que pertenciam à primeira Assessoria, denominada Amazônia Ocidental, com sede em Manaus, e o estado do Pará e o então território do Amapá, que pertenciam à segunda Assessoria, Amazônia Oriental, com sede em Belém.

Um ponto tratado na mesma nota jornalística vale menção. De acordo com o autor, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), por meio da Campanha Nacional de Alimentação Escolar, estaria realizando há algum tempo estudos com o objetivo de tornar a campanha “auto-suficiente, isto por ser possível que um dia seja reduzida ou mesmo desapareça a valiosa ajuda estrangeira que é feita pela Aliança para o Progresso através do programa Alimentos para a Paz” (CNAE, 1969, p. 8). Foi encontrado, no mesmo *Jornal do Commercio*, no começo da década de 1960, um dos estudos que possivelmente faziam parte dos trabalhos de pesquisa do MEC sobre os efeitos da alimentação para a criança no período de permanência escolar. De acordo com a matéria, na cidade de Porto Velho – no então território de Rondônia – estava acontecendo um “teste com quatrocentas crianças escolares daquela cidade”. Uma equipe da CNAE estava organizando por três meses uma pesquisa a qual incluía avaliação física do aluno e “as quatrocentas crianças foram divididas em quatro turmas de cem, de conformidade com a compleição física, sendo que as mais desenvolvidas não receberão nenhuma merenda e as três outras turmas receberão uma merenda simples, uma mais reforçada e a última com um almoço”. De tal forma que após o período do estudo as crianças seriam novamente avaliadas antropometricamente e analisado o “gráo de aproveitamento escolar” (QUATROCENTAS CRIANÇAS, 1960, p. 6).

As características sociais e econômicas do Brasil no começo da década de 1970 se somavam ao perfil político de expansão de domínio do Estado, fortalecido por um regime ditatorial e opressor (ARRETCHE, 1999). A crise e a desigualdade

⁹⁷ A sede da Superintendência mudara para Brasília no ano de 1971.

social se agravavam. A opressão política e a censura também. Em 1973, com a crise do petróleo, e diante de um crescimento desregulado, com acentuação das desigualdades sociais, bem como de um mundo globalizado e necessitado de novos mercados. O Estado viu-se forçado a se reformar, minimizando sua intervenção na sociedade como forma de atingir um equilíbrio.

Desde então os estados nacionais, que apresentavam políticas desenvolvimentistas embasadas em sistemas fechados e autárquicos, não se apresentaram mais tão efetivos de acordo com os parâmetros capitalistas vigentes. Draibe (1997) sinaliza uma sobrecarga de atribuições do Estado a qual dificultava a efetividade das políticas e aumentava o descontentamento com o mesmo. Houve então, concomitante à saída gradual do estado da economia, um aumento na cobertura social, porém com características de “precarização do serviço ofertado pelo setor público e fragmentação da assistência em bases filantrópicas” (POCHMANN, 2004, p. 11). Este perfil do oferecimento claudicante das políticas sociais trouxe uma característica de abandono completo da educação e saúde públicas pelas classes ricas e uma migração da classe média para estes serviços privados, ocasionando uma falta de mobilização em relação à melhoria dos serviços prestados e à universalização do acesso às políticas públicas.

É possível observar que diversas notas da imprensa da época reafirmavam a oferta da merenda escolar como necessidade de suprir a fome das crianças que estudavam nas escolas públicas. O então Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, em fevereiro de 1970 em entrevista jornalística, publicada no *Jornal do Commercio* (AM), afirmou sobre a expansão de escolas pelo país, que “uma das fórmulas para aumentar a presença das crianças nas escolas” seria aumentar o fornecimento de merenda escolar. Assim, de acordo com a nota, ele esperava que a frequência escolar aumentasse devido à “atração que representa a comida em lugares que não a têm com facilidade” (REDE NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1970, p. 4).

Há que se ressaltar o fato de que na maioria das escolas do Norte do país – assim como em todo o Brasil – a merenda não era muito diversificada. O leite ainda era o principal alimento oferecido. No *Jornal do Commercio* de Manaus do dia 02 de outubro de 1970 foi descrita a chegada, nas escolas do Estado, de ingredientes para a preparação da merenda escolar: “leite em pó, farinha de trigo, nescau e açúcar” (LBA E CNAE, 1970, p. 2).

Desde 1979 a política de oferta de refeições passou a ser denominada de Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), nome mantido até os dias de hoje. A centralização continuava e era comum o desrespeito aos hábitos alimentares regionais e o uso quase total de alimentos industrializados, que

suportassem a distribuição da merenda, em detrimento de alimentos *in natura*, pouco utilizados. De distribuição irregular, a “oferta da merenda era ainda mais precária nas regiões Norte e Nordeste do país” (BEZERRA, 2003, p. 457).

MUNICIPALIZAÇÃO E DIFICULDADES

O legado do período militar no Brasil deixou rastros de graves problemas econômicos, grandes desigualdades sociais e altos índices de desemprego atrelados às novas formas de modernidade peculiares do capitalismo (MELLO; NOVAIS, 1998). Iniciou-se um período de municipalização da merenda escolar em 1986, com o governo José Sarney (1985 a 1990) que com o seu lema “tudo pelo social” propiciou, no que tange ao programa, uma elevação da quantidade de alimentos distribuídos às escolas e o aumento do financiamento da merenda escolar. Havia maior diversificação do cardápio, com a oferta de arroz e feijão, mas também dificuldades no acesso das crianças ao programa por causa da centralização e de constantes denúncias de desvios⁹⁸.

Podem-se exemplificar algumas das dificuldades que aconteceram na distribuição da merenda no estado do Pará com uma notícia publicada no *Diário do Pará* do dia 24 de março de 1984 com a manchete “Leite da Merenda está apodrecendo na Doca”. A equipe havia recebido uma denúncia e foi até o local de armazenamento de oito mil sacos de leite em pó vindo dos Estados Unidos no porto de Belém⁹⁹. O leite destinava-se ao PNAE nas escolas municipais e estaduais e já estaria estocado havia dois meses. Esta demora devia-se a “burocracias de praxe verificadas nos trâmites da documentação e na Receita Federal”, mas já estaria para ser resolvida, segundo a representante paraense da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE/MEC) na época. A reportagem teria recebido informações sobre uma grave situação na Companhia Docas do Pará (CDP) que armazenava o leite até ser distribuído, o que levaria à necessidade de sumária inspeção na qualidade daquele alimento. O trecho da nota dizia: “denúncias dão

⁹⁸ É possível observar nos jornais desse período muitas notas sobre desvios de alimentos destinados ao PNAE, de alimentos com validade vencidas e a existência de armazéns para guardar estoques de alimentos destinados à merenda.

⁹⁹ Não é especificado na nota se o leite foi comprado ou doado, entretanto, de acordo com Bezerra (2003) as doações haviam cessado em 1973, quando os EUA não sentiam mais necessidade de manter as doações por duas razões: de um lado, o fato de as “ameaças comunistas” não serem mais tão evidentes e relevantes e, de outro, “não fazia mais sentido manter um programa de ajuda alimentar a um país que, àquela época, já exportava alguns dos produtos que compunham as doações e alardeava o discurso sobre o milagre econômico brasileiro” (BEZERRA, 2003, p.456).

conta que grande quantidade de ratos habitam os depósitos da CPD. Daí o temor que esse produto esteja contaminado, já que as embalagens são de papel e de fácil penetração dos nocivos animais” (LEITE DA MERENDA, 1984, p. 2).

No ano de 1983 havia sido criada a FAE, órgão ligado ao Ministério da Educação e Cultura com a intenção de regular os recursos financeiros direcionados ao programa e gerenciar a merenda escolar. Posteriormente, em fevereiro de 1997, este órgão foi extinto e a responsabilidade pela gestão do PNAE ficou a encargo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)¹⁰⁰, também ligado ao Ministério da Educação, o qual atualmente continua realizando esta função de regulação da merenda escolar.

Como já mencionado, a oferta da merenda escolar não conseguia ter regularidade na totalidade das escolas, em especial no interior brasileiro (STEFANINI, 1997; BEZERRA, 2003). O financiamento era insuficiente, os desvios eram frequentes e a compra centralizada de alimentos era de difícil gestão. Em abril de 1984 foi publicada uma crítica ao governo federal por diminuir a verba destinada ao PNAE. A nota do *Diário do Pará* denominada *Recursos* dizia:

Enquanto o presidente Figueiredo viaja para a África e Espanha num DC-10 com mais de 100 passageiros, assessorado por outros cem que viajaram em vôos de carreira e num Boeing da FAB, a Secretaria do Planejamento continua efetuando cortes orçamentários para ajustar os dispêndios aos limites fixados pelo FMI.

A vítima mais recente desses cortes foi a Campanha de Merenda Escolar, que esta semana recebeu a comunicação de que suas verbas orçamentárias forma congeladas em 118 milhões de cruzeiros, insuficientes para cobrir seus gastos só neste primeiro semestre (RECURSOS, 1984, p. 5).

Nota-se que a nomenclatura utilizada pelo autor da publicação foi Campanha de Merenda Escolar, a primeira utilizada em 1955. Até os dias atuais a oferta de refeições escolares no Brasil é denominada merenda pela comunidade escolar e pela sociedade em geral.

No período de 1986 a 1988 foram firmados acordos, por meio de contratos, entre os municípios e o governo federal, representado pela Fundação de Apoio ao Estudante (FAE/MEC), que procuraram esboçar a municipalização e operacionalização da merenda escolar. Tais acordos aconteceram em 81 municípios do Brasil (CARVALHO, 2009 apud CALDAS; ÁVILA, 2013), os quais se responsabilizavam pelo “gerenciamento e pela operacionalização do programa” e principalmente pela “aquisição de alimentos básicos in natura”

¹⁰⁰ A lei que transfere a gestão para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação é a Lei nº 9649 de 1998.

(CALDAS; ÁVILA, 2013, p.79). Apesar destes esforços de ambas as esferas de governo, os municípios não conseguiram efetivar as iniciativas, pois, segundo Caldas e Ávila (2013) esbarraram na “lentidão na liberação de recursos (o que implicava em intermitência operacional) e com a dificuldade na prestação de contas por parte dos municípios” (CALDAS; ÁVILA, 2013, p.80), pois tais acordos dependiam de convênios renováveis e facilitavam o desvio dos recursos. Como denunciou uma vereadora do município de Guajará, estado do Amazonas, em uma nota do *Jornal do Commercio/AM* do dia 20 de julho de 1989, quando dizia que a “merenda escolar remetida a Guajará ainda em agosto do ano passado, não chegou àquele município não existindo informação a respeito” (PROFESSORES, 1989, p. 6).

Há registros nos jornais das décadas de 1980 e 1990 sobre a utilização dos alimentos destinados à alimentação escolar para socorrer os atingidos por calamidades, como enchentes ou secas. Em 03 de janeiro de 1990 foi noticiado que as cheias dos rios Tocantins e Itacaiúnas causaram calamidade pública em Marabá, no Pará, e o prefeito, de acordo com a reportagem, afirmou então que até aquele momento só havia recebido como ajuda “uma partida de merenda escolar, que está sendo distribuída à população afetada” (MARABÁ, 1990). Os municípios recebiam os alimentos adquiridos e armazenados pela representação estadual da FAE como foi relatado no dia 30 de janeiro do mesmo ano, no *Diário do Pará*, no qual o então representante da FAE no Pará, Abraão Binassuly, relatou que tanto os livros didáticos quanto os gêneros alimentícios para produzir as refeições escolares estavam dependendo da liberação do MEC para que a FAE fizesse o encaminhamento destes materiais para as regiões. Binassuly explicou ao jornal como acontecia o processo.

A merenda escolar funciona da mesma maneira que os livros didáticos. Todos os Estados enviam para a Fundação quais os tipos de gêneros necessitam e a FAE providencia. Assim, a FAE também está aguardando a liberação dos recursos para a aquisição desses gêneros para quando a criança entrar na escola ter a merenda escolar garantida. [...] os armazéns da FAE estão repletos de merenda escolar, garantindo o primeiro trimestre do ano letivo nas escolas públicas (DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS, 1990, p. B10).

Este processo de compra centralizada de gêneros alimentícios propiciava a demora ou o desvio da chegada de alimentos às escolas mais interioranas. Como já dito anteriormente, foi a partir da Constituição de 1988 que o

oferecimento da alimentação foi considerado como dever do Estado para com a Educação. No início, o direito era assegurado aos estudantes do ensino fundamental, o qual foi estendido somente em 2009 – no Capítulo III, Seção I, Artigo 208, inciso VII, pela Emenda Constitucional nº 59 – para todos os estudantes da educação básica. A tramitação da descentralização começara em 1991 e fora oficializada em 1994, pela Lei nº 8.913/1994. A lei propunha um oferecimento para todos os alunos do Ensino Fundamental, independentemente da localização da escola e do tempo de permanência na mesma, do aporte de 15 a 20% das necessidades nutricionais diárias das crianças em idade escolar, suprimindo um total de 350 Kcal e 9 g de proteína por refeição.

Uma análise publicada em 2012 sobre a alimentação escolar baseada na Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) de 2004-2005 feita por Hoffmann (2012), mostrou que, de acordo com a pesquisa, cerca de 92% das escolas públicas do Ensino Fundamental brasileiras nesse período ofereciam merenda escolar, entretanto “os mesmos dados indicam que cerca de um quinto dos alunos beneficiados usualmente não come a merenda” (HOFFMANN, 2012, p. 45). O estudo percebeu que, ainda de acordo com dados coletados na PNAD, o programa acaba sendo focalizado nos alunos mais jovens e mais pobres e que nas regiões Norte e Centro-Oeste havia, nestes anos analisados, maior probabilidade de um aluno comer a merenda oferecida.

Sturion (2005) e sua equipe também verificaram, ao entrevistar alunos em 20 cidades brasileiras, que as crianças não comiam regularmente as refeições oferecidas. A situação observada no estudo mostrou que cerca de 50% dos alunos com peso mais baixo e pertencente aos estratos sociais menos favorecidos relataram consumir as refeições escolares regularmente. Tal panorama ficou aquém das expectativas do PNAE, “considerando elevado custo operacional do Programa e a expectativa dos governantes em relação à contribuição do mesmo para a melhoria do estado nutricional dos alunos” (STURION, 2005, p. 175).

Quinze anos depois da descentralização, em 2009, na Lei nº 11.947, a cobertura das necessidades nutricionais diárias é retificada, passando a acompanhar a Resolução FNDE nº 38 de 16 de julho de 2009. Conforme descrito nesta resolução:

Art. 15. Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável, com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade,

pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada.

§ 1º Como disposto na Lei nº 11.947/2009, gêneros alimentícios básicos são aqueles indispensáveis à promoção de uma alimentação saudável, observada a regulamentação aplicável.

§ 2º Os cardápios deverão ser planejados, de modo a atender, em média, às necessidades nutricionais estabelecidas na forma do disposto nos Anexo III desta Resolução, de modo a suprir:

I - quando oferecida uma refeição, no mínimo, 20% (vinte por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados na educação básica, em período parcial;

II - por refeição oferecida, no mínimo, 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados em escolas localizadas em comunidades indígenas e localizadas em áreas remanescentes de quilombos;

III - quando ofertadas duas ou mais refeições, no mínimo, 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados na educação básica, em período parcial;

IV - quando em período integral, no mínimo, 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados na educação básica, incluindo as localizadas em comunidades indígenas e em áreas remanescentes de quilombos. (BRASIL, 2009, p. 07).

Ressalta-se também a decisão do FNDE de preconizar que 30% dos recursos repassados pelo órgão ao estado ou município deva ser utilizado em alimentos advindos da agricultura familiar¹⁰¹. Esta cláusula pretende estimular o comércio local e os pequenos produtores rurais, favorecendo a tradição alimentar daquele local. Este importante alcance do PNAE nem sempre consegue os resultados pretendidos por diversos fatores limitadores. Em um estudo realizado no município de Curuçá no Pará (distante 136 km de Belém) mostrou-se que as dificuldades dos produtores locais de agricultura familiar incluem: os embaraços para conseguir financiamento para uma produção maior e mais diversificada que possa atender ao PNAE; o desconhecimento do programa por parte dos agricultores; e a falta de associativismo necessário para maior participação no PNAE (RAMOS et al., 2017). Mesmo diante das

¹⁰¹ Na lei supracitada foi definida a obrigatoriedade da aquisição de no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo PNAE em gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas.

dificuldades, a participação dos agricultores familiares vem crescendo, como apontou uma pesquisa com dados de “90% dos municípios brasileiros”. O percentual demonstrado na pesquisa chegou a “78,5% dos municípios” como tendo participação da agricultura familiar no fornecimento de gêneros para o PNAE, estando as menores participações no Norte (“com destaque para Roraima e Amapá”) e no Centro-Oeste (MACHADO et al., 2018, p. 4162).

Os avanços em relação à alimentação escolar se evidenciaram com a aprovação da lei atual, garantindo o fornecimento da merenda, mesmo que, por algum motivo de irregularidades, seja suspenso o repasse da verba. Além do mais, propõe uma maior participação popular nas decisões e fiscalizações do uso do dinheiro direcionado ao PNAE, por intermédio dos Conselhos de Alimentação Escolar.

No ano de 2013 foi deliberada nova resolução do FNDE, nº 26, de 17 de junho, que tratava dos diversos aspectos abrangidos no PNAE. No que se refere à oferta do cardápio e o percentual de cobertura das necessidades nutricionais dos alunos, a resolução atual dá seguimento ao proposto pela já citada Resolução 38/2009. Assim, percebe-se um processo de especificidade da oferta das coberturas nutricionais de modo a acompanhar o período de permanência da criança na sala de aula. Também são diferenciadas as escolas localizadas em comunidades indígenas ou quilombolas, as quais devem receber um aporte nutricional maior.

É interessante sublinhar nestas diretrizes sobre o atendimento do PNAE uma obrigatoriedade da responsabilidade técnica do nutricionista, além de uma preocupação em se respeitar “as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada” (BRASIL, 2013, p. 08).

RECOMENDAÇÕES E ESTRATÉGIAS

A partir de 2013 foi proposta a atenção não só às calorias oferecidas nas refeições, mas também ao atendimento das necessidades de macro e micronutrientes¹⁰², estimulado pelo consumo de hortaliças e frutas. A resolução determinava a “inclusão da necessidade de oferta mínima de 200 g/semana de

¹⁰² São considerados macronutrientes aqueles os quais podem ser transformados em calorias. São eles as proteínas, os carboidratos e os lipídios ou gorduras; e micronutrientes as vitaminas e os minerais.

frutas ou hortaliças no cardápio escolar” (BRASIL, 2013, p. 09). Além disso, apregoava a restrição de alimentos industrializados, alimentos com excesso de açúcares simples e altos teores de sódio, bem como de gorduras saturadas. Esta efetiva preocupação com a variedade nutricional no cardápio escolar, e não só com o aporte energético, é fundamental para o bom desenvolvimento fisiológico e cognitivo em todas as idades e em especial na infância.

A proposta de educação nutricional desta política dispõe de várias estratégias para que a escola promova bons hábitos alimentares como “ações formativas, de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que objetiva estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo” (BRASIL, 2013). O Pacto Nacional para a Alimentação Saudável, instituído em 2015, tem a finalidade de “ampliar as condições de oferta, disponibilidade e consumo de alimentos saudáveis e combater o sobrepeso, a obesidade e as doenças decorrentes da má alimentação da população brasileira” (BRASIL, 2015). Neste decreto, um dos eixos é o fomento à educação alimentar e nutricional no ambiente escolar.

Além disso, pode-se pensar a educação alimentar e nutricional como parte integrante do cotidiano da escola, estando assim inserida como uma prática pertencente às culturas escolares. Advindo primordialmente das pesquisas em história da educação, o conceito de cultura escolar também possibilita pensar “as práticas educativas cotidianas que se efetivam no interior da escola [...] para elucidar o funcionamento do dia a dia da escola” (VIDAL; SCHWARTZ, 2010, p.19).

O objetivo da educação alimentar e nutricional é unir todos os agentes escolares em prol de um fortalecimento do vínculo entre a criança e a alimentação considerada saudável, para que, a partir disso, os alimentos se tornem parte do seu cotidiano e em consequência, sejam menos rejeitados. Esta familiaridade ajuda no processo de diminuição da rejeição, principalmente no que se refere àqueles alimentos que são diferentes do consumo habitual da criança.

Diante da crescente má-nutrição prevalente nas crianças em idade escolar, o processo da educação alimentar e nutricional realizado de maneira efetiva seria uma real estratégia de saúde pública, como nos afirma Grabovschi (2011):

A principal consequência, de acordo com as inquietantes conclusões sobre a saúde das crianças, seria a possibilidade de promover estratégias de saúde pública capazes de garantir que as novas gerações sejam mais saudáveis, física e mentalmente, e possam garantir um futuro mais brilhante para as sociedades de amanhã como um todo¹⁰³ (GRABOVSKI, 2011, p.16 – tradução das autoras).

Ao serem observadas as legislações reguladoras do PNAE, observa-se que algumas resoluções foram publicadas no período de 2013 até 2019, as quais se referiam à prestação de contas dos valores repassados pelo governo federal e sobre os critérios de participação para o fornecimento dos gêneros alimentícios pela agricultura familiar. Em 2014 foi feita uma alteração na Lei 11.947/2009 garantindo a elaboração e fornecimento de cardápio diferenciado para as crianças portadoras de “estado ou de condição de saúde específica” que exijam uma dieta diferenciada (BRASIL, 2014a).

Os recursos repassados pelo governo federal às Entidades Executoras só podem ser utilizados em gêneros alimentícios. Sendo assim, as instâncias municipais ou estaduais devem complementar financeiramente todas as outras necessidades para que a merenda escolar seja produzida e distribuída conforme as diretrizes do Programa. O cálculo dos recursos financeiros em questão é realizado pelo número de alunos matriculados. No ano de 2017 foi alterado o valor repassado do FNDE aos estados e municípios em cerca de 7%, o qual havia sido reajustado pela última vez em 2012.

Em relação à característica do cardápio oferecido nas escolas é importante ressaltar que a composição de alimentos e nutrientes deve seguir as recomendações presentes nas resoluções do FNDE. Uma recente modificação provavelmente não pôde ser posta em prática nas escolas devido ao período de pandemia do coronavírus que afetou o Brasil a partir do mês de março de 2020. As principais modificações identificadas na Resolução nº 6 de 08 de maio de 2020 foram¹⁰⁴: aumento da obrigatoriedade do mínimo da oferta de hortaliças e frutas de 200g para 280g por estudante/por dia (em período parcial) e a recomendação de uma porção de 520 g por estudante/por dia para aqueles que estudarem em período integral¹⁰⁵ (BRASIL, 2020). Pode-se perceber um reforço na proibição de alimentos ultraprocessados

¹⁰³ La principale conséquence, en ligne avec les constats inquiétants concernant la santé des enfants, serait la possibilité de promouvoir des stratégies de santé publique capables de faire en sorte que les nouvelles générations soient plus saines, physiquement et mentalement, et puissent assurer un avenir plus prometteur pour les sociétés de demain dans leur ensemble (GRABOVSKI, 2011, p.16).

¹⁰⁴ Em relação à Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013.

¹⁰⁵ Com mínimo de 2 porções de frutas e 3 porções de hortaliças por semana (período parcial) e 4 porções de frutas e 5 porções de hortaliças por semana (período integral).

e estímulo aos alimentos *in natura*¹⁰⁶, recomendações consoantes ao Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014b). Tal reforço nas hortaliças e frutas condiz com a recomendação de maior aporte de vitaminas e minerais preconizado pelas novas diretrizes.

O cumprimento das recomendações sobre os cardápios nem sempre ocorre, como mostrou o relatório realizado pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e apresentada pelo FNDE/MEC. Foram analisados 1064 cardápios de escolas brasileiras em 2011 e, entre outros aspectos, ressalta-se neste artigo a situação da região Norte. Os cardápios analisados desta região mostraram a menor frequência no Brasil de oferta de frutas (53,5%). Sobre a oferta de legumes e verduras a região também se destacou negativamente. A ausência de legumes foi sentida em 37,2% dos cardápios e de verduras folhosas em 90,1% deles. A carne bovina foi a mais ofertada, inclusive de carne seca. A oferta de leite foi pequena na região, sendo ofertada no máximo duas vezes na semana e de queijo foi praticamente inexistente. Houve destaque para uma grande variedade de feijões oferecidos, estando presente em quase todos os dias. Um ponto interessante identificado na região Norte foi a exclusividade na oferta de azeite de dendê, castanha-do-Pará e leite de coco *light*. O consumo de açúcar foi maior no Norte e no Nordeste e de temperos prontos (nocivos à saúde e proibidos nas diretrizes do PNAE), foi maior no Norte (FNDE, 2011).

Em 2019 foi publicado um estudo sobre a análise dos cardápios ofertados pelo PNAE no ano de 2015 em um município do Pará. Os resultados mostraram uma inadequação dos cardápios, principalmente na oferta de hortaliças e frutas, além de notar a quantidade insuficiente de nutricionistas responsáveis pelo PNAE naquele município, o que pode explicar o perfil dos cardápios (LEÃO et al. 2019).

Como desdobramento do objetivo central desta pesquisa – a análise dos caminhos de implantação da política de alimentação escolar e algumas dificuldades enfrentadas pelos sistemas de ensino na oferta das refeições escolares acompanhando as prerrogativas legais e diretrizes nutricionais apreoadas por esta política nacional ao longo dos anos – propôs-se a tecer uma leitura sobre

¹⁰⁶ Este tipo de alimento é definido, segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira, como aqueles que utilizam como processo de fabricação realizado “em geral por indústrias de grande porte, envolve diversas etapas e técnicas de processamento e muitos ingredientes, incluindo sal, açúcar, óleos e gorduras e substâncias de uso exclusivamente industrial” (BRASIL, 2014b, p. 39).

aspectos relevantes da alimentação escolar nos municípios de Marabá (PA) e de Boa Vista (RR). Tais aspectos foram analisados com base nos *sites* das Secretarias Municipais de Educação (SEMED), as quais são responsáveis pela execução do PNAE nos municípios.

De acordo com o IBGE, Marabá possuía, pelo último censo de 2010, 233.349 habitantes e em 2018 tinha 199 escolas de Ensino Fundamental e 35 de Ensino Médio. Não há dados sobre a quantidade de creches (IBGE, 2020). Com base nos dados observados no endereço *on line* da SEMED de Marabá, a Coordenação de Alimentação Escolar está sob a administração da Diretoria de Infraestrutura e Logística. A secretaria possui um ícone em seu *site* chamado “Merenda Escolar – Fale conosco – Sugestões, denúncias e críticas! Comunicação direta com o gabinete do Secretário de Educação” (SEMEDMARABA, 2020). Entretanto, nos dias de acesso realizado pelas autoras, o link não funcionava¹⁰⁷. É preciso sublinhar que no período de pandemia, os alimentos estavam sendo distribuídos por meio de cestas básicas aos alunos da rede pública, conforme a orientação do FNDE por meio da Resolução nº 02 de 09 de abril de 2020. Pode ser por tal motivo que não se podia acessar o *link*.

Não foi possível encontrar disponibilizado no *site* pela Secretaria de Educação de Marabá o cardápio referente ao ano de 2019. Uma notícia apresentada neste site mostra que em outubro de 2019 foi introduzido o açaí, advindo da agricultura familiar, no cardápio escolar naquele mês. Foi encontrado um Edital de licitação para a aquisição de gêneros alimentícios diretamente dos agricultores familiares do município¹⁰⁸. Neste edital foram enumerados 22 gêneros alimentícios, dentre eles o açaí, alimento que faz parte da cultura alimentar paraense, que seriam disponibilizados para as refeições escolares de Marabá, para a Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Para tomar como exemplo, foi analisada a quantidade prevista para o fornecimento de frutas no município. Foram determinados, neste edital, seis tipos de frutas para compra: abacaxi, açaí (polpa), banana prata, mamão, melancia e tangerina. Também foi prevista para a aquisição a polpa de fruta (com até 20% de água e sem especificação de adição de açúcar) para a preparação de suco. Na licitação de ampla participação para fornecimento dos outros gêneros alimentícios para o ano de 2020 foi prevista a compra de um único tipo de fruta:

¹⁰⁷ O referido ícone foi acessado entre os dias 25 de julho e 03 de agosto de 2020.

¹⁰⁸ O Edital Processo nº 053/2020-PMM Chamada Pública nº 001/2020-CEL/SEVOP/PMM disponível em <https://369741-1155342-raikfcquaxqncofqfm.stackpathdns.com/wp-content/uploads/2020/02/Edital-chamada-p%C3%BAblica.pdf> Acesso 04 ago 2020.

maçã. Provavelmente esta fruta não consegue ser produzida na região¹⁰⁹. A soma em quilogramas das frutas solicitadas para o ano de 2020 seria de 618.000 kg, considerando a agricultura familiar e amplo fornecimento. Chama-se atenção para o fato de que esta quantidade seria suficiente para cobrir a recomendação de 200g por estudante por semana¹¹⁰. De acordo com o Censo Escolar de 2018, as matrículas na rede municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental de Marabá seriam de 49.740 estudantes (tempo parcial e integral) (INEP, 2018). Portanto, a quantidade de frutas seria de pouco mais de 12 kg por ano por estudante. Esta afirmação deve levar em conta os limites desta pesquisa em não observar na prática o que ocorre no município, mas considerar os instrumentos legais do fornecimento da alimentação escolar. É também importante ressaltar que, conforme estudos já mencionados (STURION, 2005; HOFMANN, 2012; MARTÍNEZ; PINHO, 2016) a adesão ao PNAE não é unânime entre os estudantes que são o público-alvo do programa, assim, provavelmente a quantidade total poderia ainda ser maior para cada aluno e aluna marabaense.

Ao se observar o município de Boa Vista (RR), a população de acordo com o Censo de 2010 era de 284.313 habitantes, as matrículas no Ensino Fundamental eram de 56.346 em 2018 (IBGE, 2020) e de matrículas na Educação Infantil era 12.050 também neste ano (INEP, 2018). O número de escolas, em 2018, do Ensino Fundamental era de 162 e de Ensino Médio 52 (IBGE, 2020).

Foi possível encontrar no *site* da Secretaria Municipal de Educação de Boa Vista o cardápio escolar, o que cumpre o previsto na Recomendação nº 2 do FNDE de 2020¹¹¹. No cardápio descrito como anual são previstas quatro semanas e os mesmos são diferenciados conforme o segmento educacional. Analisou-se o cardápio referente à Educação Infantil e Ensino Fundamental (mesmo para os dois segmentos) e neste há a previsão de fornecimento de duas porções de fruta por semana. No edital para aquisição e gêneros alimentícios da Agricultura Familiar do município foi possível observar a previsão de compra de 30 gêneros, mais 08 tipos de polpas de fruta para preparação de sucos naturais¹¹².

Neste edital estavam previstos o fornecimento de oito tipos de frutas: abacaxi, banana prata, banana pacovã (também conhecida como banana-da-terra), laranja,

¹⁰⁹ O Edital de Licitação - pregão eletrônico nº 115/2019/CPL/PMM disponível em <https://www.tcm.pa.gov.br/mural-de-licitacoes/licitacoes/ficha/QT61ENNPXTz40Z> Acesso 04 ago 2020.

¹¹⁰ Este valor considera a Resolução de 2013 devido à impossibilidade, causada pela pandemia de coronavírus, no cumprimento da nova Resolução de maio de 2020.

¹¹¹ A Recomendação nº26 de 2013, anterior, previa que o cardápio deveria estar nas Secretarias de Educação e nas escolas.

¹¹² O Edital de Chamamento Público nº 01/2019 do município de Boa Vista (RR) disponível em <https://www.boavista.rr.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=Mjk0MjI%2C> Acesso em 05 ago 2020.

limão, mamão, melão e melancia. A soma das quantidades anuais destas frutas foi de 990.663 kg. Assim como em Marabá, a quantidade prevista para o fornecimento de frutas para a alimentação escolar parece ser suficiente para cobrir a recomendação mínima de oferta deste tipo de alimentos com vistas a contribuir com o suprimento de vitaminas e minerais tão importantes na idade escolar, já que a soma dividida pelo número de estudantes é de 14,5kg por ano por estudante. Em contrapartida, contrário ao que recomendam as diretrizes, alguns alimentos ultraprocessados foram identificados, como biscoitos diversos e margarina.

Por último, um estudo conduzido por Ferko e colaboradores (2016) analisou o impacto do PNAE na agricultura familiar por meio da observação da Cooperativa Agropecuária dos Cinco Polos – Coopercinco, a qual pertence ao Projeto de Assentamento Nova Amazônia (PANA). Os resultados da análise, dos anos de 2011 a 2015, mostraram que a cooperativa contribuiu com a melhoria de vida dos agricultores familiares por meio da organização de suas ações e que o PNAE colabora significativamente para o incremento da produção por meio da garantia da venda dos gêneros para o programa. O estudo citou também a permanência dos jovens na área rural facilitada pela participação no PNAE.

CONCLUSÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar possui condições legais para que as refeições escolares oferecidas aos alunos e alunas da educação básica no Brasil signifiquem mais que simplesmente um aporte energético. O PNAE, ou carinhosamente a merenda escolar, oferece condições para que o ato de alimentar uma criança ou adolescente no horário escolar seja acompanhado da troca de conhecimentos entre todos os sujeitos escolares sobre a educação alimentar e nutricional, além de poder favorecer e fortalecer a agricultura familiar e o respeito ao meio ambiente. Os meios para que este programa possibilite tamanha conquista como uma política educacional pública estão, entre outros aspectos, em sua legislação – fruto de lutas e esforços de gerações de pessoas.

Entretantes, um programa longo e de amplo alcance como o PNAE precisa funcionar com a supervisão técnica do profissional nutricionista, com a participação ativa de toda a comunidade escolar, com apoio dos poderes públicos no cumprimento das diretrizes, com o fortalecimento dos pequenos agricultores regionais e com a valorização da sociedade sobre o direito dos estudantes em ter uma refeição de qualidade.

Neste sentido, ao se analisar como os municípios de Marabá e Boa Vista vêm lidando com a oferta de frutas *in natura*, a qual faz parte das diretrizes basilares das atuais prerrogativas legais do PNAE, conclui-se que apesar das dificuldades enfrentadas com a aquisição e distribuição de alimentos tão perecíveis, o acesso às frutas por meio da agricultura familiar nesses municípios parece cumprir minimamente as recomendações. Isso, claro, lembrando-se dos próprios limites impostos a essa análise aqui apresentada.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. T. S. Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 14, n.40, junho/99, p.111-141.

BEZERRA, J. A. B. Do Programa Nacional de Merenda Escolar (1954) ao Programa Fome Zero (2003): rastros do itinerário da Política de Alimentação Escolar no Brasil. In: CAVALCANTE, M. J. M. (org.). **Biografias, Instituições, Idéias, Experiências e Políticas Educacionais**. Fortaleza: Ed. UFC, 2003.

BOMENY, H. Educação e desenvolvimento: o debate nos anos 1950. s/d. Arquivos CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/Anos1950> Acesso em 26 julho de 2020.

BRASIL, **Termo de convênio**, Divisão de Orçamento, 01 de junho de 1956, Convênio entre o Ministério da Educação e Cultura e o Estado do Rio de Janeiro para a realização do “Programa de Merenda Escolar” neste estado. Diário Oficial da União, p.10908.

BRASIL, **Decreto nº 43.170**, de 04 de Fevereiro de 1958. Aprova o Regimento da Divisão de Educação Extra-Escolar do Departamento Nacional de Educação, do Ministério da Educação e Cultura.

BRASIL, **Decreto nº 45.568**, de 13 de março de 1959. Institui a Medalha de Mérito na Alimentação Escolar. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D45568.htm Acesso em 05 ago 2020.

BRASIL, **Decreto nº 50.370**, de 21 de Março de 1961. Dispõe sobre um programa de educação de base, e adota medidas necessárias à sua execução através

de Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste do País a ser empreendida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Diário Oficial da União - Seção 1 - 22/3/1961, Página 2801.

BRASIL. **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Acessado em 27 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-legislacao>>

BRASIL, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Programas, PNAE [Online]. Brasília: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico> Acessado em 25 de julho de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE - **Resolução CD/FNDE nº 26**, de 17 de junho de 2013. <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013> Acessado em 22 jul 2020.

BRASIL. **Lei 12.982** de 28 de maio de 2014(a). Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para determinar o provimento de alimentação escolar adequada aos alunos portadores de estado ou de condição de saúde específica. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12982.htm Acesso em 30 jul 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2.ed. Brasília : Ministério da Saúde, 2014(b).

BRASIL. **Decreto 8.553** de 03 de novembro de 2015. Institui o Pacto Nacional para a Alimentação Saudável. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2015/decreto-8553-3-novembro-2015-781852-publicacaooriginal-148569-pe.html> Acesso em 31 jul 2020.

BRASIL. **Resolução nº 6** de 8 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-6-de-8-de-maio-de-2020-256309972> Acesso em 03 ago 2020.

CALDAS, E.L., ÁVILA, M.L. Continuidade de políticas públicas e o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), **Revista Espaço Acadêmico**, n.148, 2013, p.77-84.

CNAE pretende superar em 69 a atividade do ano passado. **Jornal do Commercio (AM)**, Manaus, dia 11 de fevereiro de 1969. Hemeroteca Digital Brasileira. Ano 1969, Edição 20027, Ocorrência 26. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pesq=merenda%20+%20roraima&pasta=ano%20196&pagfis=87031 Acesso em 23 julho 2020.

DIRETOR DO PMA fala no Pedro II, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 03 de março de 1967, 1º caderno, p.09. Ano 1967. Edição 22671. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&Pesq=%22diretor%20do%20PMA%20fala%20no%20Pedro%20II%22&pagfis=80206

DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS depende do MEC. **Jornal Diário do Pará** dia 30 de janeiro de 1990. Hemeroteca Digital Brasileira. Edição 2375. Ocorrência 519. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=644781&Pesq=merenda&pagfis=51966> Acesso 31 jul 2020.

DRAIBE, S. M. Uma Nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da Experiência latino-americana recente de reformas dos programas sociais. **São Paulo em perspectiva**, 11(4) 1997, p.3-15.

ENDERS, A. **A nova história do Brasil**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2012.

FERKO, G. P.S. et al. O Fortalecimento da agricultura familiar através do Programa Nacional de Alimentação Escolar na COOPERCINCO. **Revista de Administração de Roraima - RARR**, [S.l.], v. 6, n. 3, p. 662-681, dec. 2016. ISSN 2237-8057. Disponível em: <<https://revista.ufrb.br/adminrr/article/view/4058>>. Acesso em: 05 aug. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.18227/2237-8057rarr.v6i3.4058>.

FERREIRA, J.; GOMES, A.C. 1964: **O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2014.

FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Área para gestores. Pesquisa. Resumo Executivo. **Composição nutricional da alimentação escolar no Brasil: uma análise a partir de uma amostra de cardápios** - 2011. Disponível em <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-area-gestores/pnae-pesquisas> Acesso 23 jul 2020.

GRABOVSKI, C. L'étude des représentations sociales de l'alimentation: une approche développementale intégrative. **Revista Educação e Cultura**

Contemporânea. Vol. 8, nº 16, 2011. Disponível em <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle/164> Acesso em 20 jul 2015.

HOFFMANN, R. Determinantes do consumo da merenda escolar no Brasil: análise dos dados da PNAD de 2004 e 2006. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 19(1): 33-45, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades. Marabá – Pará. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/maraba/panorama> Acesso 03 ago 2020.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopses Estatísticas da Educação Básica. **Sinopse de 2018**. Estado do Pará. Marabá. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica> Acesso em 05 ago 2020.

LBA E CNAE fazem festas especiais para as crianças. **Jornal do Commercio (AM)**, Manaus, dia 02 de outubro de 1970. Hemeroteca Digital Brasileira. Ano 1970, Edição 20515, Ocorrência 29. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&Pesq=rora%20+%20merenda&pagfis=92445 Acesso em 28 jul 2020.

LEÃO, P. V. et al. Análise dos cardápios elaborados em um município do nordeste paraense. **Cad. Saúde Coletiva**, 2019, Rio de Janeiro, 27 (3): 264-271 Disponível em DOI: 10.1590/1414-462X201900030033 Acesso em 31 julh 2020.

LEITE DA MERENDA está apodrecendo na Doca. **Jornal Diário do Pará** dia 24 de março de 1984. Hemeroteca Digital Brasileira. Edição 0427. Ocorrência 07. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=644781&pesq=merenda&pagfis=370> Acesso 30 julho 2020.

MACHADO, P. M.O. et al. Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2018, v. 23, n. 12, pp. 4153-4164. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1413-812320182311.28012016> Acesso em 2 Agosto 2020.

MARABÁ. **Jornal Diário do Pará** dia 03 de janeiro de 1990. Hemeroteca Digital Brasileira. Edição 02348. Ocorrência 513. Disponível em <http://>

memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=644781&Pesq=merenda&pagfis=51238 Acesso 31 jul 2020.

MARTÍNEZ, S.A.; PINHO, F. N. L.G. (2016). Brazilian school food policy: Social representations and marks from the past. **Education Policy Analysis Archives**, vol.24, n° 66, 1-34. Doi:<http://dx.doi.org/10.14507/epaa.24.2241>.

MELLO, J.M.C.; NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. *In* NOVAIS, F (org.); SCHWARCZ, L.M. (org. vol.) **Historia da Vida Privada no Brasil**, vol. 4, São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 560-658.

PINHO, F.N.L.G. **Merenda escolar brasileira**: marcas da história na adesão e nas representações sociais. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, Campos dos Goytacazes, RJ, 2015. 132 f. Orientador: Silvia Alicia Martínez.

POCHMANN, M. Proteção Social na periferia do Capitalismo: considerações sobre O Brasil. **São Paulo Em Perspectiva**, 18(2): 3-16, 2004.

PROFESSORES recebem só metade do salário. Hemeroteca Digital Brasileira. **Jornal do Comercio (AM)** Manaus dia 20 de julho de 1989. Edição 34951. Ocorrência 378. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_02&Pesq=merenda&pagfis=36955 Acesso em 31 jul 2020.

QUATROCENTAS CRIANÇAS escolares de Rondônia em teste pelo MEC. **Jornal do Comercio (AM)**, Manaus, 22 de janeiro de 1960. Hemeroteca Digital Brasileira. Ano 1960, edição 17160, ocorrência 79. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pesq=merenda%20escolar&pasta=ano%20196&pagfis=64415 Acesso em 23 jul 2020.

RAMOS, M.S. et al. Produtos da agricultura familiar na alimentação escolar do município de Curuçá-PA: desafios e perspectivas. **Agroecossistemas**, v. 9, n. 1, p. 131 – 146, 2017, ISSN online 2318-0188. Disponível em doi: <http://dx.doi.org/10.18542/ragros.v9i1.4753> acesso em 02 ago 2020.

RECURSOS. **Jornal Diário do Pará** dia 19 de abril de 1984. Hemeroteca Digital Brasileira. Edição 0445. Ocorrência 18. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=644781&Pesq=merenda&pagfis=667> Acesso em 31 jul 2020.

RÊDE NACIONAL DE EDUCAÇÃO vai cobrir 90% do país. **Jornal do Comercio (AM)** dia 10 de fevereiro de 1970. Hemeroteca Digital Brasileira. Edição 20314. Ocorrência 34. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&Pesq=merenda%20escolar%20+%20pobre&pagfis=89935 Acesso em 02 agosto 2020.

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil** (1930-1973). 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SEMEDMARABA. Secretaria Municipal de educação de Marabá. Prefeitura Municipal de Marabá – PA. Disponível em <https://semedmaraba.pa.gov.br/#> Acesso em 31 jul 2020.

SOUZA, D.B; FARIA, L.C.M. Reforma do Estado, Descentralização e Municipalização do Ensino no Brasil: A Gestão Política dos Sistemas Públicos de Ensino Pós-LDB 9.394/96. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.12, n.45, p. 925-944, out./dez. 2004.

STEFANINI, M. L.R. **Merenda Escolar**: História, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais das crianças. Tese apresentada na Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

STURION, G.L; SILVA, M.V. da; OMETTO, A.M.H; FURTUOSO, M.C.O; PIPITONE, M.A.P. Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar no Brasil. **Rev. Nutr.**, Campinas, v.18, n.2, p. 167-81, mar./abr. 2005.

VIDAL, D.G.; SCHWARTZ, C.M. Sobre cultura escolar e história da educação: questões para debate. In: VIDAL, D.G.; SCHWARTZ, C.M (Orgs.). **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2010.

POLÍTICAS DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA NA “NOVA REPÚBLICA”: RUPTURAS OU CONTINUIDADES?

Renata Melo de Souza
Renata Maldonado da Silva

INTRODUÇÃO

A partir do fim da década de 1970, com o esgotamento da ditadura empresarial- militar¹¹³, o processo de desenvolvimento das políticas sociais no país e o surgimento de aparatos legais, iniciou-se a ampliação dos direitos sociais das crianças e adolescentes. Isto ocorreu a partir da forte ação dos movimentos sociais no contexto da redemocratização, que resultaram na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Posteriormente, foi abordada a influência do processo de reformulação do Estado brasileiro, a partir de 1990, nas políticas sociais, com destaque para as relacionadas à assistência de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

A crise da ditadura empresarial-militar ocorreu em função do esgotamento do modelo desenvolvimentista, agravado pela chamada crise do petróleo em 1973¹¹⁴, que comprometeu o crescimento econômico e, em função disso, enfraqueceu o apoio das classes que apoiavam o regime. Além disso, o rebaixamento salarial dos trabalhadores, que sustentaram o chamado “milagre brasileiro” durante a década de 1970, somada às perseguições policiais e aos atentados aos direitos humanos acarretaram em inúmeras revoltas populares, no crescimento de setores de oposição ao Estado e no renascimento do movimento sindical. O colapso interno do regime possibilitou a reorganização do espaço político-partidário, que

¹¹³ A partir do conceito de ditadura civil-militar proposto por René Dreifuss (1981), a historiografia, sobretudo de viés marxista, sobre o golpe de 1964 vem acentuando o caráter classista do termo civil presente no conceito. Ver: Fontes, 2014.

¹¹⁴ Esta crise deve ser analisada a partir das profundas transformações econômicas oriundas do pós-Segunda Guerra Mundial. De acordo com Behring e Boschetti (2011), ocorreu uma crise de superprodução, se observadas as tendências de longo prazo fundadas na lei do valor. De acordo com Mandel (1990) no sistema capitalista ocorrem crises periódicas quando há a queda na acumulação de lucros e da superprodução de mercadorias. A superprodução ocorre quando os capitalistas não conseguem obter o lucro esperado com a venda das mercadorias, rompendo-se assim, o equilíbrio instável entre a oferta e a procura de mercadorias, onde a oferta é maior que a demanda, ocasionando a redução de encomendas e de produção. Ver: MANDEL, E. *A crise do capital*. Campinas: Unicamp/Ensaio, 1990.

culminou com o gradual processo de “abertura” política e iniciou o processo de transição para a chamada ‘Nova República’ (Fontes & Mendonça, 2004).

Neste contexto, a ‘Nova República’ foi articulada a partir de uma série de embates com a sociedade, tendo sido proposto um pacto com a burguesia ou como denominou Fernandes (2007) com “os de cima” para a manutenção do poder, a partir da manutenção dos eixos estruturais do modelo anterior. Desta maneira, a formação do novo governo manteve as mesmas características conservadoras, em razão da permanência do poder das oligarquias vigentes, caracterizando que o processo de transição foi conduzido pelos militares e pelas classes dominantes que apoiaram o regime.

Todavia, a convocação da Assembleia Constituinte, no fim do período ditatorial, conforme afirmou Fernandes (2007) ofereceu uma nova oportunidade histórica para o país, de resgatar os seus espaços de participação democrática. Contudo, esse projeto teve reduzido alcance, pois os segmentos da burguesia e dos militares engendraram uma “composição articulada através da ‘transição transada’ do Colégio Eleitoral e dos favoritismos da ‘Nova República’ (FERNANDES, 2007, p.54). Neste cenário, estrategicamente, as presenças das classes populares foram esvaziadas de grande parte dos processos políticos, o que inviabilizou o movimento Diretas Já.

Desta forma, a Nova República teve início com a reduzida participação popular no que tange à efetivação de sua cidadania, principalmente no que se refere ao exercício do voto e do controle da administração pública. Em relação ao exercício do voto, por mais que houvessem demandas dos setores progressistas da sociedade civil reivindicando as eleições diretas para a Presidência da República, estes tiveram seus apelos sufocados pelos organizadores do processo de transição que foi conduzido pelos gestores da ordem anterior. Em relação à ampliação de instâncias de participação popular no Estado, conforme pontuou Vieira (1998), tratou-se do requisito primordial para a existência do Estado democrático de direito que, para existir, precisaria da presença de sua população e de seu entendimento sobre o controle da administração pública.

Assim, a chamada transição democrática se caracterizou, de acordo com Fernandes (2007, p.54), como uma ‘conciliação pelo alto’ em virtude de manter o mesmo grupo dirigente da ditadura, cujos interesses eram divergentes no que se refere à construção de um país que ampliasse os direitos para a grande maioria da sua população. Porém, no contexto internacional, já ocorria um processo de reorganização econômica e política na dinâmica capitalista, decorrentes de

mais uma crise estrutural do capitalismo, ocorrida no ano de 1973. Todavia, simultaneamente, o país experimentou um período de conquistas democráticas, em função das lutas sociais pelos indígenas, deficientes físicos, pela classe trabalhadora e crianças e adolescentes amparados pelo debate internacional dos direitos humanos. Isto resultou na promulgação da Constituição Federal de 1988 conforme asseveram Behring e Boschetti (2011), que contemplou o respeito à liberdade de expressão e à ampliação dos direitos sociais, agora, respaldados em lei. Contudo, no texto final, de acordo com Da Silva (2019) estiveram presentes contradições relacionadas às características do processo de transição, que, inclusive, assegurou a participação dos militares na vida política e exercendo mecanismos de pressão junto ao Poder Executivo, o que contribuiu para esvaziar o caráter punitivo pelos crimes cometidos pelos agentes do Estado presentes na lei 6.683/79 ou Lei da Anistia.

Segundo Rosa (2004), esse contexto foi marcado por um processo de redemocratização da sociedade com ativa participação dos movimentos sociais que reivindicaram a expansão de direitos, sobretudo, para a infância e a juventude. Nesse contexto, destacou-se a atuação de várias organizações de proteção à criança e ao adolescente, cujas ações estavam sobre a coordenação de profissionais da área, militantes, juristas, políticos, e alguns empresários. Dentre elas, Faleiros (2011) e Sales (2007) apontaram: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR, a Pastoral do Menor, entidades dos direitos humanos, organizações não-governamentais - ONGs, que apresentavam emendas para a defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Estes movimentos refletiam também as discussões internacionais em voga, como por exemplo, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989), que irão desembocar na promulgação da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e Adolescente e conseqüentemente, na revogação do Código de Menores de 1979, que explicaremos a seguir.

NOVOS ARES PARA O BRASIL

Diante desse contexto de forte atuação da sociedade civil, a Constituição Federal de 1988 foi pioneira na implementação do sistema de seguridade social universal. Este é composto pelo trinômio das políticas de previdência, saúde e assistência social, com o objetivo de expandir e universalizar o acesso aos

direitos sociais. Segundo Boschetti e Salvador (2006) para a operacionalização da seguridade social, caberia ao Estado obter recursos para a sua manutenção financeira e orçamentária. Desta forma, as receitas e as despesas passariam a integrar o orçamento geral da seguridade social, o que os autores denominaram de “perversa alquimia”. Neste sentido, estes definiram a seguridade social como “um conjunto integrado de ações do Estado e da sociedade, voltadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, incluindo também a proteção ao trabalhador desempregado, via seguro-desemprego” (BOSCHETTI; SALVADOR, 2006, p.28).

Em relação ao sistema de seguridade social, sua carga tributária é regressiva, devido ao seu financiamento se originar na forma de tributos indiretos, por serem provenientes de seus próprios beneficiários na forma direta dos seus contribuintes. Por conta da adoção dos pressupostos neoliberais, devido às ‘recomendações’ do Banco Mundial e também do Fundo Monetário Internacional – FMI, ocorreram mudanças no modelo de gestão de nossa política econômica a partir da década de 1990. Nestas, boa parte do financiamento da seguridade social foi submetido ao superávit primário, no pagamento da dívida pública do país, em detrimento de maiores investimentos para a ampliação de direitos sociais.

A Constituição Federal de 1988 também atuou como um divisor de águas, ao estabelecer um novo paradigma de atuação em relação aos segmentos minoritários. Entre estes, destacou-se os deficientes físicos, os indígenas, os trabalhadores rurais, as crianças e adolescentes. Desta maneira, caberia ao Estado brasileiro implementar um conjunto de políticas públicas voltadas para assegurar direitos sociais destes indivíduos que, até então, eram desamparados legalmente. Portanto, os adolescentes passam a ganhar visibilidade na Constituição de 1988, a partir da reivindicação dos movimentos sociais em prol dos direitos humanos. De acordo com Veronese e Lima (2009), a Carta Magna elevou o público infante-juvenil à condição de sujeitos de direitos, dando-lhe “uma proteção especial, tendo em vista a situação peculiar de seres ainda em desenvolvimento”. (VERONESE E LIMA, 2009, p.30).

A Constituição Federal de 1988 também reconheceu legalmente que deve haver, por parte da família e da sociedade civil, o devido cuidado e respeito com o processo de desenvolvimento das crianças e adolescentes na sociedade. Portanto, a Constituição Federal de 1988 intensificou uma ação coletiva na formação de crianças e adolescentes. No âmbito do Estado, em suas respectivas esferas governamentais, caberia a este a tarefa de promover ações e programas

que atendesse esse público-alvo de forma prioritária, conforme o Art. 227, *caput*, da Constituição Federal de 1988:

ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Contudo, embora a Constituição Federal de 1988 tenha sido considerada como Constituição Cidadã por autores como Santos e Santos (2010) e Oliveira e Oliveira (2011) por ampliar direitos civis, políticos e sociais aos cidadãos brasileiros, a partir da década de 1990, em função do início do processo de reformulação do Estado brasileiro, muitos dos direitos preconizados pela Constituição Federal de 1988 foram gradativamente destituídos. Isto ocorreu devido ao contexto de retração pelo qual as políticas sociais foram submetidas e pelo processo de aprofundamento do país aos ditames do capital internacional, a partir dos acordos firmados com organismos internacionais em prol do nosso ‘desenvolvimento’.

A Constituição Federal de 1988 foi também inovadora, em seus artigos 227 e 228, ao contemplar as crianças e adolescentes em situação de risco, mediante a inclusão do conceito de ato infracional. O artigo 227 dispôs sobre a garantia do adolescente em ter conhecimento sobre o tipo de ato infracional praticado, além do acompanhamento processual. Trata-se de explicitar ao sujeito da infração o motivo de cada ato infracional corresponder a uma medida socioeducativa, seu tempo de duração e as atividades propostas para seu desenvolvimento.

A Carta Magna também reafirmou a necessidade de se efetivar políticas públicas para os adolescentes que incidiram em cometer o ato infracional. De acordo com Voguel (2011) o contexto histórico das políticas públicas direcionadas às classes sociais subalternas foi denominado pelo autor como um momento de acumulação de forças rumo à concretização de uma nova identidade política, em diversas esferas, que se uniram pela militância em favor das crianças e adolescentes.

Neste mesmo contexto, no dia 13 de julho de 1990 foi promulgada a Lei 8.069/90 – o *Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA*, que estabeleceu uma nova proposta de intervenção na área da infância e juventude e uma política de atendimento, que teve como primazia a garantia de direitos à criança e ao adolescente. Por meio do ECA, foram regulamentadas as medidas socioeducativas, em detrimento da prática do ato infracional, cometidos pelos adolescentes. Seria necessário, para o alcance desse objetivo, o acesso às políticas sociais que as considerem e as atendam como tal.

Ressalta-se que o advento do ECA ocorreu sobre forte atuação dos movimentos populares, através dos estudos da convenção sobre os direitos da criança que mobilizavam a sociedade civil, que se embasaram por meio dos documentos internacionais de proteção à infância visando um atendimento digno para crianças e adolescentes. De acordo com Liberati (2003) a ideia inicial de proteção especial foi retratada na *Declaração de Genebra* (1924), pela *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, através da Assembleia Geral das Nações Unidas (1948), da *Declaração dos Direitos da Criança* (1959), dos tratados e convenções, como por exemplo:

(a) convenção sobre os direitos da criança; (b) regras mínimas de Beijing; (c) Regras mínimas das Nações unidas para a proteção dos Jovens Privados de liberdade; e (d) diretrizes das nações unidas para a prevenção da delinquência juvenil/diretrizes de Riad. (LIBERATI, 2003, p.3).

De acordo com Sales (2007, p. 88), a partir do ECA é que se instituiu uma “cidadania da infância e as bases ético políticas de uma profunda transformação cultural”, cujo olhar tangenciava em prol dos direitos das crianças e adolescentes. Além disso, o mesmo documento legal estabeleceu uma ruptura no atendimento às crianças e adolescentes, independente da classe social pertencente, em especial, as mais pobres, que eram vistas pela burguesia apenas pelas lentes da vagabundagem, culminando em uma política de intervenção punitiva. De acordo com Carvalho (2013, p.73), “isto ocorreu em função desses segmentos serem vistos como incapazes e obrigados a se submeterem às ‘medidas’, consideradas como apropriadas para a sua formação”.

Outro ponto importante a ser destacado com o advento do ECA refere-se a considerar crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, respaldados pela doutrina de proteção integral, de caráter universal, independentemente da classe social e da autoria infracional. Essa situação é radicalmente distinta da situação anterior, durante a vigência do Código de Menores de 1979, no qual esses grupos eram tratados exclusivamente sob a ótica da doutrina de situação irregular. Isto ocorreu pelas crianças e adolescentes serem vistos por grande parte da sociedade como vadios, por morarem nas ruas, por sua condição de pobreza e pelos delitos praticados.

Portanto, quebrou-se a lógica historicamente consolidada no âmbito das políticas públicas instauradas a partir do Código de Menores¹¹⁵, em 1979. Este código considerava que toda a criança ou adolescente que fosse pobre,

¹¹⁵ Ver Capítulo 4º - O Código de Menores e a judicialização da infância. CÂMARA, Sônia. **Sob a Guarda da República**. Rio de Janeiro: Quartet Editora, 2010, p. 249-317.

considerado vadio por viver pelas ruas, sem instrução escolar ou que cometesse delitos, seria destinado diretamente ao acolhimento institucional, por meio das internações. Ao implementar a política de proteção integral, mediante a promulgação do ECA, foi extinta a doutrina de situação irregular, assim como a atuação da Política Nacional de Bem-Estar do Menor - PNBEM.

Sales (2007) aponta que o Brasil vivenciou nas décadas de 1980 e 1990 uma nova forma de atuação junto à infância. No que se refere aos adolescentes vistos como insubordinados, filhos das classes trabalhadoras, o novo aparato legal possibilitou a reformulação de uma tradição histórica de políticas permeadas de ações assistencialistas, coercitivas, repressivas e correccionais. Veronese e Lima afirmaram que o ECA, em consonância com a doutrina de proteção integral.

tem por fundamento o seguinte tripé: liberdade, respeito e dignidade. Não podemos mais tratar a infância e a juventude com descaso, não podemos mais coisificá-los como meros objetos passíveis de tutela normativa, não podemos mais diferenciar a quem se deve proteger. Todas as crianças e adolescentes, indistintamente, estão na condição de sujeitos de direitos e são merecedores de uma proteção especial aos seus direitos, sem negligência, sem crueldade, sem opressão, sem discriminação e sem desrespeito. (VERONESE E LIMA, 2009, p.32).

Nesse contexto, também se intensificaram as discussões sobre o ato infracional. O ECA, enquanto instrumento jurídico, regulamentou a sua prática, mediante a adoção das medidas socioeducativas, levando em conta as circunstâncias, a gravidade do ato praticado e a capacidade de cumprimento da medida por parte do adolescente, conforme está registrado no parágrafo 1º do artigo 112 da lei.

Desta forma, ao adolescente que tenha entre doze a dezoito anos de idade incompletos, (e, salvo a exceção¹¹⁶, descrita no parágrafo único do Art. 2º da lei), poderão ser aplicadas além das medidas protetivas¹¹⁷, pela autoridade competente, as medidas socioeducativas devidamente regulamentadas pelo Art. 112 da lei, após verificada a prática do ato infracional. Estas são: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida (que foi objeto de nossa pesquisa¹¹⁸); inserção em regime de semiliberdade e internação.

¹¹⁶ Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. **Parágrafo único:** Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

¹¹⁷ Ver o artigo 98 a 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069/90.

¹¹⁸ As análises bibliográficas apresentadas fazem parte da pesquisa de mestrado realizada no município de Campos dos Goytacazes, sobre a execução da medida de liberdade assistida, intitulado Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: Entre a regulação legal e a prática socioeducativa,

Portanto, restringiu-se o entendimento de que o todo delito praticado ou o fato de viver nas ruas, aliado à condição de ser pobre, resultaria imediatamente na internação dos adolescentes. Em geral, nesses casos, os pais perdiam o poder familiar sobre seus filhos e os juízes decidiam sobre suas vidas sem nenhuma garantia legal, desconsiderando as suas particularidades e tratando-os como meros objetos processuais e de intervenção policial. Esses elementos contribuíram para que o Código de Menores de 1979, anteriormente em vigor, enquanto uma política de atendimento para crianças e adolescentes, não respondesse às transformações em curso na sociedade brasileira.

No que tange à aplicação das medidas socioeducativas, de acordo com o artigo 100 do ECA, devem ser privilegiadas o seu caráter pedagógico, viabilizando o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Em relação à medida socioeducativa, em meio aberto, a liberdade assistida será “adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente”(ECA, Art. 118, 1990). De acordo com Carvalho é no cumprimento da liberdade assistida que o adolescente tem a oportunidade de “conviver com a família e socialmente na tentativa de uma inclusão na sociedade e evitando a sua reincidência”(CARVALHO, 2013, p.71).

Entretanto, embora tenhamos avançado nas legislações, no âmbito da infância e juventude, o aparato legal mantém uma visão conservadora e moralizadora sobre o adolescente e sua família. Conforme citou Rizzini (2011) aos “olhos da elite”, grande parte da sociedade ainda tem em mente a representação social de uma família seja composta por pai, mãe e filhos convivendo em total harmonia, desconsiderando as novas configurações de famílias, suas dificuldades na luta pela sobrevivência e a manutenção dos vínculos afetivos entre si. As classes trabalhadoras vivenciam diariamente as imposições do capital, que desarticulam e precarizam as relações de trabalho (que se tornam flexibilizados, informais), acirra-se o desemprego que dilacera o ambiente familiar, pela falta do que comer para sobreviver, pela ausência de políticas públicas voltadas para as áreas culturais, educacionais e sociais, onde cada um deve criar estratégias de sobrevivência, nem sempre lícitas.

Verificou-se, que, embora houveram avanços nos marcos legais de defesa e proteção no atendimento de crianças e adolescentes no plano teórico, a execução da política de atendimento destinada aos adolescentes em conflito com a lei ainda é orientada para a responsabilização e culpabilização, por não conseguirem sair da condição de pobreza que são submetidos pela sociedade excludente que

defendido na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, no ano de 2017.

ignora as desigualdades sociais. De acordo com Silva e Silva (2009), o processo de culpabilização pelas vítimas do processo de exclusão contribui para reafirmar o ‘mito das classes perigosas’ nas crianças e adolescentes pobres, sinalizando a continuidade práticas conservadoras e pela ausência efetiva do Estado no cumprimento das leis no atendimento aos adolescentes que incorram à autoria infracional.

No que tange à execução do cumprimento da medida de liberdade assistida por parte do adolescente, esta se efetivaria com a retomada dos estudos, já que existe a exigência da matrícula no sistema regular de ensino, caso esteja ausente dos bancos escolares. No período do contra turno escolar, é considerada obrigatória a matrícula do adolescente em uma instituição de execução de medidas, em meio aberto, que ofereça oficinas variadas, dentre elas: esportes, informática, música ou cursos profissionalizantes.

Em relação à educação formal, a escolarização do adolescente em conflito com a lei ocorreria mediante a sua matrícula em instituições de ensino municipal e estadual, que ofereçam o ensino fundamental ou a modalidade de educação de jovens e adultos – EJA, para aqueles que apresentarem distorção idade/série. Os adolescentes também podem ser inseridos em escolas da rede estadual, que ofertem o ensino médio e a EJA. Entretanto, uma das pré-condições para a aplicação da medida de liberdade assistida é a de que o adolescente retome seus estudos e/ou se matricule na rede regular de ensino, caso esteja ausente da escola.

Lembrou-se que a questão do acesso à educação escolar¹¹⁹, para o cumprimento da liberdade assistida - LA, também estão asseguradas na Lei de Diretrizes Básicas da Educação - LDB, Lei 9.394/96, conforme elucidou o Art. 5º:

O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo.

Da mesma forma, o artigo 101, inciso III do ECA estabeleceu a realização de “matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental” (ECA, Inciso III do Art. 101, 1990). Segundo Volpi (2002), a natureza da liberdade assistida é educativa, de cunho pedagógico - disciplinar, traduzido no acompanhamento personalizado, garantindo a manutenção de vínculos familiares, frequência à escola, inserção comunitária e inserção em cursos profissionalizantes e formativos.

¹¹⁹ De acordo com o artigo 21 da Lei de Diretrizes Básicas da educação - Lei 9.394/96, “a educação escolar compõe-se de: educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.”

Entretanto, não podemos nos esquecer de que a medida de liberdade assistida é, sobretudo, uma medida judicial e seu cumprimento de caráter obrigatório. Isto significou, sobretudo, a permanência do seu caráter coercitivo. Lembremos que anteriormente, na época da vigência do extinto Código de Menores de 1927, ela era conhecida como liberdade vigiada, só passando a adotar o nome de liberdade assistida a partir do extinto Código de Menores de 1979. De acordo com Carvalho (2013, p. 74), mesmo após a alteração dos termos, mantiveram-se as práticas de caráter regulador e punitivo. Isto caracterizou um fator de continuidade com os Códigos de Menores de 1927 e 1979. Entretanto, a mudança mais significativa hoje foi a atuação exclusiva do acompanhamento dos adolescentes pelos juízes, que passou a delegar esta função a um serviço especializado, composto por uma equipe multidisciplinar formada por pedagogos, orientadores sociais, psicólogos, assistentes sociais, advogados.

Portanto, de acordo com o discurso jurídico atual, a medida socioeducativa imporia condições de vida no cotidiano do adolescente, visando o redimensionamento de suas atitudes, valores e a convivência familiar e comunitária. Além disso, a liberdade assistida pressupõe para sua execução, uma estreita articulação e integração com os órgãos, entidades, instituições governamentais e não governamentais que desenvolvam ações na área da infância e juventude.

Desta forma, para a efetivação do cumprimento da liberdade assistida, a Constituição Federal de 1988 e o ECA invocaram mediante fomentos nas áreas de saúde, educação, moradia, trabalho, políticas econômica, social e cultural. Estes tinham por objetivo melhorar a qualidade de vida dos adolescentes e suas famílias, tentando neutralizar e/ou reduzir as vulnerabilidades e a exclusão social a que muitos estão expostos, e, conseqüentemente, as práticas de novos atos infracionais. De acordo com Carvalho (2013), em 1998, a medida socioeducativa passou a ser implementada como política pública.

Entretanto, na prática, tanto o ECA, juntamente com os direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, tiveram a sua atuação restringida em razão da aplicabilidade do discurso neoliberal. Este visava, de acordo com Aleixo (2012) diminuir a atuação do Estado, privatizar empresas estatais, controlar os gastos públicos e expandir a economia brasileira para o mercado internacional.

Desta forma, nas palavras de Aleixo ‘se tornou incompatível’ o Estado garantir e assegurar os direitos socialmente conquistados pela Constituição Federal de 1988 por não atender “à uma nova ordem capitalista neoliberal pautada na redução dos gastos sociais”(ALEIXO, 2012, p.56-57). Isto inviabilizou a

materialização de grande parte das políticas sociais, desestruturando estratégias de enfrentamento à questão social tão latente a este público e, conseqüentemente, o êxito do cumprimento de suas medidas socioeducativas.

O Estatuto da Criança e Adolescente, mediante o artigo 88, inovou ao inserir dois elementos pertinentes sobre a sua política de atendimento em relação ao trabalho a ser executado com a infância e a juventude e, especialmente aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de liberdade assistida. A primeira consistiu na descentralização do atendimento (ECA, Art.88, inciso I, 1990) que foi uma característica adotada pelo Estado brasileiro a partir da década de 1990, de transferir responsabilidade aos entes da federação ou para instituições privadas.

De acordo com Abreu (2002) a descentralização significa a transferência de poder da União para os Estados e/ou destes para os municípios. Isto implicou na descentralização política de forma que o ente federativo tenha “autonomia legislativa, decisória e de planejamento” (SILVA E CRUZ¹²⁰, apud, ABREU, 2002, p.17). Entretanto, no Brasil, a descentralização que ocorreu efetivamente no âmbito das políticas públicas é o que Abreu (2002, p.17) definiu como “descentralização apenas da execução dos serviços públicos, mantendo a centralização das decisões.” Isto implicou em dizer que não houve no Brasil a distribuição de poder para os estados e municípios e sim, uma desconcentração através da transferência de meios e recursos, configurando assim, um procedimento administrativo. Conforme sinalizou (TOBAR, 1991, p.4) “a desconcentração é a delegação de competência sem deslocamento do poder decisório.” Ponderou ainda que uso indistinto destes conceitos não se trata de confundir sem fins determinados, pois é a “articulação consciente de um determinado uso da palavra como meio de atingir fins precisos e manifestos”(TOBAR, 1991, p.4).

Neste contexto, no que tange às instâncias federativas do estado e do município, no atendimento socioeducativo, estas deveriam criar programas de atendimento ao adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas, articulando a inserção de práticas pedagógicas e uma rede de serviços que pudesse contribuir para a sua formação. Entretanto, no que tange à sua execução:

O ECA “caiu na armadilha” do Estado globalizado, sendo trágico pelos pressupostos mundiais do neoliberalismo, que propunha ‘novos’ conteúdos, métodos, gestão e princípios de descentralização, participação popular, democratização da coisa pública e a “comunitarização” dos serviços sociais voltados ao segmento criança e adolescente. (SILVA, 2005, p. 45).

¹²⁰ SILVA, Rose Neubauer da, CRUZ, Neide. **“Federalismo e Política Educacional”**. Projeto Balanço e Perspectivas do Federalismo no Brasil. São Paulo, FUNDAP,1994.

Portanto, determinou-se que os municípios seriam as instâncias responsáveis pelo tratamento das medidas socioeducativas em meio aberto, de liberdade assistida - LA e prestação de serviços à comunidade - PSC. No município de Campos dos Goytacazes – estado do Rio de Janeiro, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, é a unidade executora governamental que desenvolve o trabalho socioeducativo. O município possui três CREAS-I, II e III, cuja atuação territorial abrange os bairros e distritos do referido município.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS¹²¹(2004), o CREAS atua no âmbito da política de proteção especial de média complexidade, onde se encontram as medidas socioeducativas por ser uma modalidade de atendimento assistencial destinada:

as famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (BRASIL, 2004, p. 38).

Desta maneira, Carvalho (2013) afirmou que esta modalidade oferta programas especializados, com vistas à reconstrução de vínculos familiares e comunitários dos indivíduos. Diferiu-se, assim, da proteção básica, por se tratar de um atendimento dirigido às situações de vulnerabilidade social¹²².

O segundo elemento relacionado sobre a política de atendimento, no que se refere ao trabalho ser executado com a infância e a juventude, consiste na implementação dos conselhos nos níveis municipal, estadual e federal. Estes deveriam ser instâncias populares paritárias (ECA, art.88, inciso II, 1990) de controle e definição de políticas - no âmbito de garantia de direitos. Na cidade de Campos dos Goytacazes- RJ, foram criados: o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e o Conselho Municipal de Promoção dos Direitos das Crianças e adolescentes – CMPDCA. Este último tem como algumas de suas atribuições: debater propostas, leis com a parceria de diversas instituições como escolas, CREAS, conselhos tutelares, entidades e organizações não-governamentais que

¹²¹ Ver em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 16 jul. 2020.

¹²² A vulnerabilidade é atribuída aos grupos ou indivíduos, que por motivos diversos, são mais atingidos pelos efeitos das desigualdades socioeconômicas e a precariedade das políticas públicas, conforme pontua RIZZINI, 2008. Também é importante destacar que apenas os adolescentes pobres incorrem no ato infracional. Mesmo com índices menores, os adolescentes de classe média também o praticam, porque também existe o abandono afetivo de suas famílias. Contudo, muitos dos adolescentes de classe média efetivam o cumprimento de suas medidas de liberdade assistida em cursos privados. O que aponta uma invisibilidade de cumprimento de MSE por parte destes adolescentes.

desenvolvam projetos sociais em medidas socioeducativas de liberdade assistida e a Prestação de Serviços à Comunidade - PSC.

Embora se reconheça os avanços legais da Constituição Federal de 1988 e do ECA, seus legados esbarram em uma conjuntura política, econômica e social adversa em relação à efetivação de direitos sociais. Verificou-se que o processo de democratização no sentido político estava se materializando, restando por se concretizar a democratização social. Assim, ressaltou Carrada Firmo (1999) “para se democratizar um país é preciso mais que leis formais e materiais, faz-se necessário a formação de consciência democrática. A ordem social não é atingida apenas por haver um ordenamento formal. Antes, requer sua aplicação prática” (CARRADA FIRMO, 1999, p.15).

Contudo, devido aos efeitos da crise internacional do capitalismo, o ideário das reformas que foram anteriormente concebidas pelos países desenvolvidos chegou ao Brasil, trazendo os efeitos da política neoliberal, que foram ajustadas ao caráter periférico e dependente da economia brasileira. Sendo assim, as bases do neoliberalismo foram sedimentadas no país, através o discurso iminente de que o Estado precisava ser reestruturado (devido à burocracia estatal, considerada ineficaz na prestação de serviços e na gestão, além da crise econômica por conta do considerável aumento da dívida externa), resultando no discurso de enfrentamento da crise, pelas lideranças políticas do país que advogava pela “defesa da retomada do crescimento econômico, da inserção do Brasil na economia internacional e da necessidade de redefinição do papel do Estado”(MOTA, 2000, p.100).

POLÍTICAS SOCIAIS PARA OS MENORES EM TEMPOS DE ESTADO MÍNIMO

De acordo com Behring (2015) e Oliveira (2008) mesmo o Brasil não tendo vivenciado um Estado de Bem-Estar Social como os países capitalistas centrais, foram implementadas algumas medidas provenientes desse modelo. Dentre estas, destacaram-se: a promoção de políticas expansivas, a organização de uma produção autônoma, a garantia de serviços públicos, os investimentos em infraestrutura, a redistribuição de renda por meio das prestações sociais e a efetivação de direitos individuais e sociais. No entanto, as mesmas autoras consideraram que era necessário dissolver as características negativas do Estado

de Bem-estar Social, como por exemplo: a burocratização, o excesso de demandas, a baixa produtividade, assim como, a “ameaça representada pelo crescimento dos movimentos sociais e suas demandas por direitos, especialmente na década de 80”. (OLIVEIRA, 2008, p.109).

De acordo com Oliveira (2008), o discurso da cultura da ‘crise’ teve amplo suporte de divulgação por parte dos meios de comunicação hegemônicos. Estes, mesmo sem expor os reais problemas do país, se articularam ao projeto das elites de buscar a ‘estabilidade’ econômica e inserir o país no ‘mundo globalizado’, em detrimento da restrição dos direitos sociais.

Entretanto, autores como Peroni (2003), criticaram com maior veemência a suposta ‘crise estatal’. Na visão da autora, houve a imposição dos preceitos do neoliberalismo pelos organismos internacionais, em acordo com as elites locais, com o discurso de ‘solucionar’ os efeitos da crise. Entretanto, o que ocorreu, na verdade, foi uma crise estrutural do capitalismo e, nos países periféricos, como o Brasil, disseminou-se a ideia de que a origem da crise seria por conta da ineficiência do Estado. Isto ocorreu por este ter sido demasiadamente generoso no âmbito dos direitos sociais, ocasionando os problemas fiscais.

A veiculação do discurso acerca da ineficiência do Estado, que foi amplamente divulgado em meados da década de 1990, possibilitou que o processo de Reforma do Estado começasse a ser implementado, na gestão do governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995. Isto foi executado através da criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado - MARE, com o objetivo de tornar o Estado mais ‘eficiente’¹²³. Nesta perspectiva, a administração pública, na visão de Peroni (2003) e Montañó (2001) contemplou a participação dos agentes privados e/ou de organizações da sociedade civil. O Estado passou a exercer funções de controle e regulação, repassando as funções de execução das políticas sociais e de infraestrutura para as esferas estaduais e municipais, por meio do processo descentralizatório.

Assim, a reforma do Estado, foi elaborada com base nas propostas do neoliberalismo e da chamada terceira via, que de acordo com Peroni (2006, p.8), foi “uma proposta alternativa ao neoliberalismo”, embora sem propor mudanças estruturais no sistema. Entretanto, elevou o terceiro setor¹²⁴ como um dos principais atores na reforma do Estado brasileiro.

¹²³ Ministério da Administração e Reforma do Estado. Ver Peroni, Vera Vidal. **Política Educacional e Papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo, Xamã Editora, 2003, p. 49.

¹²⁴ PEREIRA, Potyara. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

Deste modo, a mesma reforma acima citada instaurou um padrão gerencial de administração, alicerçado em três pilares estratégicos. O primeiro foi a privatização – através “da venda de nossas estatais, significando a entrega de nosso patrimônio público ao capital estrangeiro” (BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p. 153). O segundo foi a terceirização – que é a “transferência ao setor privado dos serviços auxiliares ou de apoio” (PEREIRA¹²⁵, 2000 apud PERONI, 2003, p. 61) e, o terceiro, a chamada publicização – que se expressou “na criação das agências executivas e das organizações sociais, bem como da regulamentação do terceiro setor para a execução das políticas públicas” (BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p.154).

Contudo, Peroni apontou que não se tratava de um Estado mínimo genericamente, e, sim “um Estado de classe, hegemônico pelas elites do setor financeiro, neste período particular do capitalismo, e que se torna mínimo apenas para as políticas sociais” (2003, p. 50). Na prática, o Estado neoliberal não ignorou as políticas sociais. Ele simplesmente, restringiu os direitos sociais assegurados constitucionalmente, desarticulando a execução das políticas sociais, reformulando-as para uma atuação fragmentada, em razão dos interesses do capital.

Diante do exposto, propomo-nos a realizar uma análise sobre as políticas sociais vigentes, através da perspectiva teórica do materialismo histórico. Trata-se, portanto, da imprescindível necessidade de refletir que a (des) articulação das políticas sociais se desencadeou pelo processo da acumulação capitalista e pela luta de classes. Portanto, aqui as políticas sociais foram compreendidas como:

processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e lutas de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo; recusa a utilização de enfoques restritos ou unilaterais, comumente presentes para explicar sua emergência, funções ou implicações. (BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p. 36).

Entretanto, sua operacionalidade vai além de sua implementação, como também, “de dotação orçamentária e seus processos de elaboração, controle e gestão” (OLIVEIRA, 2008, p.106). Nesse sentido, assim como Hofling (2001) e Oliveira (2008) ressaltaram que as políticas públicas sociais são executadas pelo Estado, através de projeto de governo por meio de programas e ações voltados para os setores específicos da sociedade. Seu objetivo principal é o de

¹²⁵ De acordo com Vera Peroni a proposta de reforma do Estado na visão da Terceira Via é repassar tarefas para a sociedade civil, sem fins lucrativos, principalmente, a execução das políticas sociais. Para tal, dá ênfase a parceria público-privada para a execução das políticas sociais como para o mercado.

implementar determinadas concessões à população, como forma redistributiva dos conflitos que surgem entre o capital e trabalho, visando diminuir as desigualdades socioeconômicas da classe trabalhadora desencadeadas pelo processo de extração de mais-valia.

Desse modo, com o objetivo de discutir, em maior profundidade as políticas sociais, concorda-se com análise de Behring e Boschetti (2011) de que as políticas sociais não podem ser analisadas somente a partir de sua expressão imediata como fato social isolado. Estas devem ser compreendidas como expressão contraditória da realidade, que é a unidade dialética do fenômeno e da essência.

Entretanto, em função da reestruturação do Estado brasileiro, as ações executadas na área social foram reduzidas. Segundo Montaña (2004) a partir da reformulação do Estado, ocorreu o desmonte do tripé da seguridade social (saúde, previdência e assistência), que deixaram ser tratadas como políticas universais, no qual todos os cidadãos teriam direitos. Estas políticas foram transferidas para o mercado e/ou alocadas para a sociedade civil, fortemente influenciada pelo viés da caridade, através do conceito de terceiro setor. De acordo com o mesmo autor acima citado, um dos problemas da atuação das instituições pertencentes ao terceiro setor é que, ao se apropriarem das funções “deixadas” pelo Estado, mesmo sem querer, entram no esquema de ‘desestatização’ (ou privatização) das áreas ‘econômicas’ e de re-mercantilização e re-filantropização da ‘questão social’.

Portanto, a partir desse contexto, as políticas sociais se tornam precarizadas, mediante o trinômio neoliberal: primeiramente, a privatização – as políticas sociais são transferidas para o mercado, gerando discriminação “entre os que podem e que não podem pagar pelos serviços” (BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p.159). Estas foram alocadas na sociedade civil; mediante a segunda estratégia: focalização - ao dirigir “atendimento a setores portadores de carências pontuais” (MONTAÑO, 2004, p.3), ou seja, destinadas as populações mais pobres. Por fim, esteve presente a descentralização – “que implicou em apenas numa desconcentração financeira e executiva, mantendo uma centralização normativa e política” (MONTAÑO, 2004, p.3). Isto, portanto, diminuiu a responsabilidade do Estado no âmbito das políticas sociais.

Neste novo contexto, o cidadão, ao invés de ter acesso aos serviços e programas de políticas sociais ofertados pelo Estado, enquanto um direito, passou a ser consumidor destes mesmos serviços. Desse modo, foi instaurada a lógica de cidadão-cliente, que, cujo nível de acesso e qualidade dos serviços depende do seu poder de compra, seguindo a lógica de mercado. Seguindo as

mesmas ideias, Evaldo Vieira (1998, p. 20) salientou que a tendência era a de “transformar direitos sociais em serviços vendidos no mercado, convertendo-os em mercadorias, em vários setores, como são os casos principalmente da saúde, da educação, da previdência, etc.”

Segundo Salvador (2010), nesse mesmo contexto, o país passou a sofrer as consequências da reestruturação produtiva, da desregulamentação e da fragilização do Estado e das políticas sociais em que:

a financeirização da riqueza implica em pressão sobre a política social, especialmente as instituições da seguridade social, pois aí está o nicho dos produtos financeiros. Com isso, as propostas neoliberais incluem a transferência da proteção social do âmbito do estado para o mercado, à liberalização financeira passa pela privatização dos benefícios da seguridade social. É no mercado que se deve ser comprado o benefício de aposentadoria, o seguro de saúde, que são setores dominantes nos investidores institucionais. Ou seja, benefícios da seguridade social são transformados em mais um “produto” financeiro, alimentando a especulação financeira, tornando as aposentadorias de milhares de trabalhadores refém das crises financeiras internacionais (SALVADOR, 2010, p. 606).

Percebeu-se que o Estado direcionou as políticas sociais para a desregulamentação e privatização, possibilitando o aumento das margens de expansão ao capital. De acordo com Peroni (2003) este processo ocorreu concomitantemente ao que foi denominado por Harvey (1996) de acumulação flexível, que trouxe consequências como:

o crescimento do desemprego estrutural, os empregadores exercem maior pressão sob a força de trabalho, impondo regimes e contratos de trabalhos mais flexíveis. Além do emprego estrutural, há uma redução no emprego regular e aumento do trabalho em tempo parcial, temporário, assim como do subcontrato (PERONI, 2003, p. 25-26).

Portanto, fatores como o desemprego, as relações informais de trabalho, o subemprego, a falta de políticas públicas, acesso e permanência à escola, a baixa possibilidade de atividades de lazer, de atividades culturais e comunitárias, além da pobreza, engendram uma crise no seio das famílias pauperizadas das classes trabalhadoras, que sofrem os maiores impactos socioeconômicos, conforme argumenta Sales (2007).

De acordo com Oliveira (2008, p.111) o início da década de 1990 foi marcado por um processo de reforma ou de refuncionalização do Estado, articulado com as mudanças econômicas mundiais, implicando “em um

retrocesso social, deixando o país privatizado, endividado, mais violento e mais desigual”. Portanto, a questão social foi aqui compreendida como um conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista, que incide na vida dos indivíduos, principalmente porque suas bases de produção sofrem profundas transformações acarretadas pelo modelo da acumulação flexível.

Desse modo, a exclusão social do adolescente que pratica o ato infracional está articulada à sua exclusão econômica ou à sua inserção subalterna nessa etapa do capitalismo. Desta forma, Frigotto (2010) salienta que o conceito das categorias de inclusão e exclusão é ambíguo, pois fazem parte de um sistema de classes, com seus interesses e conflitos. Porém, legitimam estratégias de manutenção da violência, da injustiça e da exploração, que resultam na desigualdade social.

Portanto, de acordo com Montaña (2012) a pobreza e a miséria passaram a ser concebidos como questões isoladas, não estando atreladas e sendo vistas como consequência da exploração econômica. Seriam ‘naturalmente’ produzidas ou então criadas pelos próprios sujeitos que sofrem os seus efeitos. Desta maneira, a lógica burguesa é a de que a pobreza está associada à falta de conhecimento das leis do mercado, pela falta de planejamento em gerir o orçamento familiar, conforme salientou Montaña (2012). Isto é responsável pela criação de problemas de ordem familiar ou de ordem moral-comportamental (má utilização dos recursos, tendência ao ócio, alcoolismo, vadiagem, etc).

Todavia, simultaneamente à implementação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, ocorreu a reforma do Estado brasileiro, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Esta, em última instância, visava minimizar as conquistas sociais asseguradas na Constituição Federal de 1988, em prol da suposta estabilidade econômica. Tratava-se, portanto, de reduzir a responsabilidade do Estado e conseqüentemente, a sua intervenção nas políticas sociais.

Neste novo contexto, a política pública e de caráter universal assegurada ao cidadão na órbita da seguridade social é sufocada, dando uma nova configuração às políticas sociais da década de 1990. Abriram-se espaços para uma atuação das políticas sociais pautadas na “focalização associadas na seletividade” (ALMEIDA E BEHRING, 2010, p. 162). Dentre estas, destacou-se o voluntariado e a solidariedade, na qual a atuação da assistência social é transferida para o setor público não-estatal, ou seja, o terceiro setor, conforme já foi explanado anteriormente. Neste sentido, “este corte assistencialista, que caracteriza as ações sociais sob a égide do neoliberalismo, está presente também na forma como vêm sendo operacionalizados os benefícios previstos na LOAS, ao eleger seletivamente

os mais pobres entre os pobres” (YAZBEK, 1997, p. 57). A lógica minimalista do neoliberalismo põe em prática programas assistencialistas e eletivos, cujos critérios são balizados pela “renda familiar e pelas categorias de vulnerabilidade e risco social”(SANTOS E SANTOS, 2010, p. 117). Portanto, mantêm, assim, uma atuação conservadora na materialização da assistência social, conforme Behring e Boschetti (2011) e Santos e Santos (2010) apontaram.

O SURGIMENTO DO SINASE NA REALIDADE BRASILEIRA: AMPLIAÇÃO DE DIREITOS?

No que se refere especificamente ao nosso objeto de estudo, que é o cumprimento das medidas socioeducativas, verificou-se a ausência de diretrizes por parte do ECA quanto a execução das medidas em âmbito nacional. Embora autores como Carvalho (2013), Liberati (2003), identificaram o ECA como um avanço legal, no tratamento das medidas socioeducativas, essa lacuna legal acarretou ao longo de seu exercício, denúncias quanto às garantias de proteção especial e violações de direitos no atendimento do adolescente em cumprimento de suas respectivas medidas.

Portanto, nesse mesmo contexto, Saraiva (2012) aponta que, no final da década de 1990, ocorreu um Congresso da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude, na cidade de Gramado, no estado do Rio Grande do Sul. Nesse evento, foi proposta uma lei de execução das medidas socioeducativas, que iria contribuir para a criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, que, posteriormente, iria se tornar uma lei federal em 2012.

Os posicionamentos quanto ao SINASE também tiveram influência por meio de discussões e encontros realizados por atores diferenciados que militavam na área da infância e juventude¹²⁶. Dentre eles, destacou-se: os assistentes sociais, os psicólogos, a Associação e, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que foi bastante atuante na defesa e promoção de direitos deste público. A partir das discussões entre o Estado e a sociedade civil, o SINASE transformou-se em decreto de lei, mediante a Resolução nº 119 de 2006, do CONANDA, passando a nortear os eixos executores das medidas socioeducativas. Porém, somente em 18 de janeiro de 2012 foi sancionada a Lei 12.594/2012, que instituiu o SINASE, complementando o ECA no que se refere

¹²⁶ Conforme SARAIVA, J. B. C. Legemhabemus! O Sinase agora é lei. Disponível em <http://www.mpsp.mp.br>. Acesso em: 8 jul. 2020.

ao ato infracional. Além disso, o SINASE regulamentou a execução das medidas socioeducativas e propôs a socioeducação, a ressocialização e a profissionalização dos adolescentes.

Saraiva (2012) apontou que os princípios destacados acima agregam a Constituição Federal de 1988 (Art. 227, quanto à brevidade, excepcionalidade e a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento). Também remetem ao ECA (§ 1º do Art. 112, do artigo 100), na tentativa de se consolidar um sistema de garantias que auxiliem o cumprimento das medidas por parte dos socioeducandos.

A implementação do SINASE, no entanto, é uma tentativa de realizar uma junção do sistema de garantias de proteção, possibilitando o acesso do adolescente às políticas públicas, e, simultaneamente, sua inserção em atividades pedagógicas. Além disso, a lei buscou promover a ‘conscientização’ do adolescente sobre ato infracional, visando sua responsabilização e prevenindo a reincidência. Para as autoras Veronese e Lima, ao propor a articulação de um sistema integrado, o SINASE:

procura articular os três níveis do governo para o melhor desenvolvimento do atendimento socioeducativo ao adolescente, levando em consideração a intersectorialidade e a co-responsabilidade entre a família, o Estado e a sociedade. É importante que haja uma articulação e um trabalho conjunto/em rede dos operadores do Sistema de Garantia de Direitos. (VERONESE E LIMA, 2009, p. 38).

Saraiva complementou que “a lei 12.594/12 trouxe importantes avanços e se constitui na regulamentação do processo de execução, incluindo outras dimensões de sua intervenção (financiamento do sistema, controle de gestão, etc.)” (SARAIVA, 2012, p.3). Portanto, Sunahara, *et al* definiram o SINASE como:

o conjunto ordenado de princípios, regras, e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa. (SUNAHARA *et al*, 2013, p.83).

Dessa maneira, pode-se considerar o SINASE como um instrumento normativo que visa efetivar direitos dos adolescentes autores do ato infracional, conforme observam as autoras Veronese e Lima (2009), de forma que seu processo de responsabilização adquira um caráter educativo capaz de promover sua inserção social, educacional e profissional.

Todavia, o SINASE deve ser compreendido como uma política social que tem o propósito de alinhar ações em diversos campos das políticas sociais, como a saúde, educação, trabalho, esporte, cultura. Isto demonstrou a necessidade de uma política se articular e ser executada em conjunto com as demais “dentro da

noção de incompletude institucional, tornando indispensável o envolvimento de vários setores da sociedade, visando garantir a proteção integral do adolescente autor do ato infracional” (CARVALHO, 2013, p. 5).

Assim, uma das inovações do SINASE, com o objetivo de viabilizar sua proposta de socioeducação é a possibilidade de construção do Plano Individual de Atendimento – PIA. De acordo com a lei, este deve ser elaborado conjuntamente com o adolescente e sua família e/ou responsável no cumprimento de sua medida socioeducativa. Esse instrumento tem o objetivo de propiciar a previsão, o registro e a gestão das atividades a serem desenvolvidas pelo adolescente no curso do cumprimento da sua medida (BRASIL, Art. 52, 2012).

Inicialmente, é imprescindível esclarecer o que temos aqui: um paradoxo. Por mais que identifiquemos o avanço jurídico no atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, fruto de intensas mobilizações de profissionais e organizações específicas de atendimento a este público, esses avanços se defrontam com um Estado omissivo para com a população em geral, ao privilegiar a estabilidade monetária e as recomposições da taxa de lucros capitalistas, no qual:

muitas vezes, a aplicação das medidas não atinge a totalidade dos requisitos a elas correspondentes, quais sejam, a escolarização, a profissionalização e, sobretudo, a melhoria da qualidade de vida do adolescente e de sua família, sem as quais a medida perde o seu verdadeiro sentido (CARVALHO, 2013, p. 6).

Portanto, diante de um Estado que não vem preconizando a universalização de políticas sociais, revela-se problemática e frágil à operacionalidade legal do SINASE, ao tentar executar medidas socioeducativas (que, diante do modelo anterior, no qual a internação era hegemônica, pode-se considerar um avanço) e buscar a ressocialização dos adolescentes atendidos. Por outro lado, a inexistência de rupturas mais profundas com o tratamento disponibilizado às crianças e adolescentes pobres, somado a um contexto de restrição dos direitos sociais compromete qualquer possibilidade de construção para a infância pobre no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da década de 1980, no contexto do chamado processo de “redemocratização”, as crianças e adolescentes pobres obtiveram várias conquistas

legais em prol de seu desenvolvimento. Esse processo iniciou-se na Constituição Federal de 1988, que assegurou a ampliação de direitos nos âmbitos da saúde, educação e assistência. Posteriormente, vieram as mobilizações em prol de uma lei específica em atendimento à criança e adolescente, não só por contemplar as crianças e adolescentes que sofriam maus-tratos, abandono e que estiveram em conflito com o Estado, mas, sobretudo, por considerá-las enquanto sujeitos de direitos, por meio da intervenção de uma política de proteção integral. Em função disso, foi regulamentado o ECA, para interceder pela infância e juventude no Brasil.

A partir da década de 1990, no contexto da reforma do Estado brasileiro, foram regulamentadas novas leis em prol da efetivação de direitos assistenciais à população brasileira, mas que sofreram reveses em função do contexto de retração dos direitos sociais. Portanto, essa conjuntura impossibilitou a ampliação concreta dos direitos sociais para os menores pobres, já que a ação social do Estado foi reduzida em prol da manutenção dos interesses econômicos e da busca pela almejada ‘estabilidade econômica’, que é fundamental para garantir a lucratividade do capital financeiro.

Em meio as constantes precarizações de acesso e permanência às políticas sociais em vigor, a estratégia do Estado foi a de fragmentar atendimentos em detrimento à universalização de acessos, o que fragilizou a classe trabalhadora, que permaneceu sem condições de responder as mazelas da falta de emprego, da falta de atendimento médicos (saúde), moradia e alimentação. Como dar respostas a um sistema que a todo momento retira a possibilidade de uma sobrevivência digna? Nesse sentido, valores, princípios, afetividades são esgarçadas, no qual cada família é responsável pelo seu ‘fracasso’ e tenta encontrar saídas individuais para sobreviver ao sistema.

Nesse contexto, ainda que tardiamente, foi criada a lei do SINASE para auxiliar na contenção do agravamento do ato infracional de nossa juventude, visando dar um direcionamento sobre a execução do trabalho socioeducativo e suprir as lacunas do ECA, tentando mobilizar um sistema de garantias de direitos que viabilizem a socioeducação, ressocialização e profissionalização dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Entretanto, a partir do exposto, foi possível constatar os avanços e contradições propostos pelo Estado brasileiro no que se refere o atendimento socioeducativo aos adolescentes em conflito com a lei. Trata-se de um projeto ainda em construção, que deva contemplar, fundamentalmente, a condição de sujeito de direitos já expressa no aparato legal. No contexto atual, urge que sejam

retomados os princípios democráticos expressos na Constituição Federal de 1988, assegurando políticas sociais e, sobretudo, o direito à educação, afim que as classes subalternas possam ser efetivamente incorporadas à sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mariza. **Organização da Educação Nacional na Constituição e na LDB**. 3.ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

ALEIXO, Klelia Canabrava. **Ato infracional: ambivalências e contradições no seu controle**. Curitiba: Editora Juruá, 2012.

ALMEIDA, Maria Helena Tenório de. BEHRING, Elaine Rossetti. **Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas**. 2.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no Capitalismo Tardio**. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. SALVADOR, Evilásio. Orçamento da seguridade social e política econômica - perversa alquimia. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n° 87, São Paulo: Cortez, 2006, p. 9-22.

BRASIL. **Código de menores de 1927**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm. Acesso em: jul. 2020.

BRASIL. **Código de menores de 1979**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm. Acesso em: jul. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 2013. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: maio 2020.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/90**. Brasília: 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm Acesso em: maio 2020.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social, nº 8.742/1993**. Brasília: MDS, 2004. Disponível em planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm Acesso em: maio 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional nº9.394/1996**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf> Acesso em: maio 2020.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Senado Federal, 2004.

BRASIL. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Lei nº 12.594/12, Brasília: 2012.

CAMARA, Sônia. Sob a Guarda da República – **A infância minorizada no Rio de Janeiro da década de 1920**. Rio de Janeiro: editora Quartet, 2010.

CARRADA FIRMO, Maria de Fátima. **A Criança e o Adolescente no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

CARVALHO, Cristiano Costa. Serviço Social, Medidas Socioeducativas e o Adolescente infrator na Liberdade Assistida. e-hum **Revista Científica das áreas de história, Letras, Educação e Serviço do Centro Universitário de Belo Horizonte**. vol.6, nº1, janeiro/julho de 2013 - Disponível em <http://http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/article/view/917> Acesso em: 30 jun. 2020.

CARVALHO. Márcia Helena de. Medidas socioeducativas: controle social ou ressocialização do adolescente autor de ato infracional. **III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**. BH, 7 até 9 de março de 2013. Disponível em www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/MEDIDAS%20SOCIEDUCATIVAS%20CONTROLE%20SOCIAL%20OU%20RESSOCIALIZAÇÃO%20DO%20ADOLESCENTE%20AUTOR%20DE%20ATO%20INFRACTIONAL.pdf. Acesso em: 18 maio 2020.

DA SILVA, Michel Goulart. Ditadura, transição e democracia na Constituição de 1988. **Revista Aurora**, Marília v. 12, n. 1, p. 41-54, jan / jun, 2019. Disponível em <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/8869-Texto%20do%20artigo-29495-3-10-20200722.pdf>. Acesso em: 05 out 2020.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e Processo político no Brasil. IN: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Org.) **A Arte de Governar Crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño / USU / Amais, 2011.p. 33-96.

FERNANDES, Florestan. **Que tipo de República?** 2.ed. São Paulo: Globo, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora**. Perspectiva, Florianópolis, V.9, n.1, p.71-87, jan/jun.2001. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>: Acesso em: maio de 2020.

FONTES, V.; MENDONÇA, S. R. **História do Brasil Recente 1964-1992**. São Paulo: Ática, 2004.

FONTES, Virgínia. Nas lutas. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.) **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 6 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n.55, novembro. 2001.p. 30-41.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Adolescente e Ato Infracional: medida socioeducativa é pena?** 1.ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

MANDEL, E. **A crise do capital**. Campinas: Unicamp/Ensaio, 1990.

MONTAÑO, Carlos E. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais (PUCSP)**, PUC - São Paulo, v. 8, p. 53-64, 2001. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18912/14066>. Acesso em: maio 2020.

_____. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 110, São Paulo, Cortez, 2012, p. 270-287.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e Seguridade social – um estudo sobre as tendências da previdência e assistência social brasileira nos anos 80 e 90.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Carlindo Rodrigues de. OLIVEIRA, Regina Coeli de. Direitos sociais na constituição cidadã: um balanço de 21 anos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 105, São Paulo, Cortez, 2011, p. 5-29.

OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. Estado e políticas públicas no Brasil: desafios ante a conjuntura neoliberal. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 93, São Paulo, Cortez, 2008, p. 101-123.

PEREIRA, Potyara. **Necessidades Humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

PERONI, Vera Vidal. **Política Educacional e o Papel do Estado no Brasil dos anos 90.** São Paulo: Xama, 2003.

_____. Reforma do Estado e a tensão entre público e privado. Universidade do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://ufgrs.br/faced/peroni/docs/ministério_publico_1.pdf. Acesso em: 18 jul. 2020.

RIZZINI, Irene. PILOTTI, Francisco (org.) **A arte de governar crianças - a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** São Paulo: editora Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil.** São Paulo: editora Cortez, 2008.

ROSA, Elizabete Terezinha Silva. O Adolescente com a prática do ato infracional: a questão da inimputabilidade penal. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 77, São Paulo, Cortez, 2004, 183-201.

SALES, Mione Apolinário. **(IN) visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora de violência.** 1. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

SALVADOR, Evilásio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 104, São Paulo, Cortez, 2010, p. 605-631.

SANTOS, Débora Rodrigues; SANTOS, Josiane Soares. Configurações Contemporâneas da Assistência Social no Brasil: avanços jurídico-políticos e retrocessos neoliberais. **Libertas**, Juiz de Fora, v.10, n..2, p.104-130, jul-dez/2010.

SARAIVA, J. B. C. Legemhabemus! O Sinase agora é lei. **Revista Eletrônica do Ministério Público de São Paulo**. São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.mprs.mp.br/media/areas/infancia/arquivos/revista_digital/numero_06/4_legem_habemus.pdf. Acesso em: 8 jul. 2020.

SILVA, Rose Neubauer da, CRUZ, Neide. **“Federalismo e Política Educacional”**. Projeto Balanço e Perspectivas do Federalismo no Brasil. São Paulo, FUNDAP,1994.

SILVA, Maria Liduina de Oliveira e. O estatuto da criança e do adolescente e o código de menores: descontinuidades e continuidades. **Serviço Social & Sociedade**, n.83, ano XXVI, set. 2005. p. 30-48.

SILVA, Ivani Ruela de Oliveira. SALLES, Leila Maria Ferreira. Adolescente em liberdade assistida e a escola. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.28, n.3, p. 353-362, jul/set.2011. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v28n3/a07v28n3.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2020.

SILVA, José Cláudio Sooma; SILVA, Maria de Lourdes; RIZZINI, Irma. Remodelar a capital carioca e sua gente: educação e prevenção nos anos 1920. **História da Educação**. v.16, n.38, set-dez, 2012, p.199-225. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/31517/pdf>. Acesso em: 05 jul. 2020.

SILVA, Jane Santos da. SILVA, Márcia Nogueira da. Adolescentes em Conflito com a lei no Brasil: direitos (DES) humanos? **IN: Direitos Humanos e Questão Social na América Latina**. Freire, Silene de Moraes (Org.).1. ed. Rio de Janeiro: Grama, 2009.

SOUZA, R.M. de. Investigando a Aplicação do Sinase no Município de Campos dos Goytacazes – RJ. **Dissertação** (Mestrado em Políticas Sociais). Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, Campos dos Goytacazes, 2017.

SUNAHARA, Iolanda Gomes. Mendes, Juliana Rodrigues. ALMEIDA, Natália Silva Mazzutti. Abordagem histórica do tratamento jurídico dado a população infanto-juvenil autora de ato infracional no Brasil. **Revista Jurídica Direito & realidade**. v. 2, n.1, 2013. Disponível em <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/direito-realidade/article/view/381>. Acesso em: 05 maio 2020.

TOBAR, Frederico. O Conceito de Descentralização: Usos e abusos. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, nº 05, jun./1991. p.31-51.

VERONESE, J. R. P.; LIMA, F. S. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase): breves considerações. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 29-46, 2009. Disponível em <https://revista.pgsskroton.com/index.php/adolescencia/article/view/185/0>. Acesso em: 8 maio 2020.

VIEIRA, Evaldo. O estado e a sociedade civil perante o ECA e a LOAS. **Serviço Social & Sociedade**, n.56, ano XIX, mar. 1998. p. 9-22.

VOGUEL, Arno. Do Estado ao Estatuto. Propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. IN:PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (org.) **A Arte de Governar Crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano delNiño / USU / Amais, 2011.p. 287-321.

VOLPI, Mario. (org.) **O adolescente e o ato infracional**. São Paulo: Cortez, 2002.

YAZBEK, Maria Carmelita. Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social. **Cadernos Abong**, n.19, out. 1997.

*REPRESENTAÇÕES E
DIREITOS HUMANOS*

OS “NOSSOS BONS ÍNDIOS”: A CONVERGÊNCIA DE INTERESSES DA IGREJA E DO ESTADO NO ARAGUAIA PARAENSE

Milton Pereira Lima

Idelma Santiago da Silva

INTRODUÇÃO

O presente artigo versa sobre a convergência de interesses da Igreja e do Estado brasileiro, evidenciada em enunciados erigidos no discurso dos missionários dominicanos sobre os indígenas do Araguaia Paraense. Tais enunciados estão presentes na *Revista Cayapós e Carajás* (RCC), um periódico produzido durante as relações interétnicas que envolveram esses atores sociais na primeira metade do século XX. Parte-se do enunciado missionário “nossos bons índios” e seu funcionamento para afirmar o efeito “pacificador” da catequese em consonância com os interesses políticos e econômicos do Estado brasileiro.

Tendo a obra dominicana como fonte e “objeto” de pesquisa, complementada pela literatura de outros autores que escreveram sobre o Araguaia do lado paraense, pode-se afirmar que a formação histórica e cultural desse território se relaciona com a criação da Catequese de Conceição do Araguaia. O fato é que a materialização de uma narrativa interdiscursiva religiosa e civil possuía clara pretensão e funcionalidade de convergir, com propósitos de construir ou moldar — via catequese/batismo — os “nossos bons índios”. Alinhada à ação (discursiva/social) religiosa, após a implantação da catequese dos dominicanos, a região passou a ser frequentada por um número maior de “viajantes”, “comerciantes de peles” e “coletadores de castanha”, “drogas do sertão” e “caucho” (IANNI, 1978), contornando sua fisionomia cartográfica, político-administrativa e econômico-liberal mercantil na virada do século XIX para o século XX.

A prática evangelizadora/pacificadora, desempenhada pelos padres da Ordem dos Pregadores (O.P.) e por eles mesmos narrada, aparece neste estudo como parte da problemática a ser analisada. A fundamentação teórico-metodológica deste trabalho tem base em Bakhtin (1997; 2006), Orlandi (1990; 1996) e Faraco (2009), empregados para dimensionar os “signos ideológicos” e desenredar o discurso religioso. Ademais, recorreu-se à história e à antropologia para a aproximação das categorias de “pacificação” (OLIVEIRA, 1998; 2016), “fronteira” (MARTINS, 1996), “relações interétnicas”, “mediação” e “tutela” (LIMA, 1995; GASBARRO, 2006; MONTEIRO, 2006).

A RCC, publicada entre 1922 e 1933, foi um periódico produzido pelos padres dominicanos que circulava em nome de Prelazia de Conceição do Araguaia. O acervo físico da revista encontra-se no Arquivo Bartolomeu de las Casas,¹²⁷ em Belo Horizonte, Minas Gerais. Nesse arquivo, encontra-se uma vasta coleção de textos, mapas, relatórios e atas de fundação de cidades, vilas, escolas, hospitais, conventos e igrejas. O material da revista totaliza mais de 400 páginas de documentação. Dessa forma, a análise discursiva sobre a materialidade da documentação foi antecedida da metodologia de tematização e classificação de “recortes” do periódico, em função da extensão do material e dos objetivos da pesquisa. Por isso, além do procedimento de transcrição de trechos da fonte, na sua íntegra, empregou-se a metodologia de delimitar temas, seguida da seleção de “recortes” e de enunciados qualificados como “extratos”. Portanto, os “extratos” previamente selecionados foram submetidos à análise, relacionando os tipos de discursos e suas matrizes ideológicas. Tais enunciados integram “signos ideológicos” e são constitutivos de um “campo de produção discursiva” (BAKHTIN, 2006).

Compreende-se que o periódico elaborado pelos dominicanos, ou seja, o seu discurso, é parte de sua prática missionária. A evangelização, pela catequese, pretendia “pacificar” os indígenas e moralizar os moradores do arraial de Conceição do Araguaia, ao passo que se produzia uma narrativa discursiva sobre essa ação ideológica, político-religiosa e social, que se mostrou convergente com os interesses do Estado brasileiro. A prática catequista tinha como horizonte a formação de “cidadãos” indígenas. Nesse aspecto, a produção discursiva dos missionários não raro toma como referência as obras “Viagem ao Araguaia” (1934) e “O selvagem” (2013), do explorador e político Couto de Magalhães. Nessa relação interdiscursiva, reiteram-se os temas do “aproveitamento”, da noção de “propriedade privada” e da remoção de “obstáculo”, como condições de possibilidades para transfigurar o indígena em cidadão e torná-lo um “bom índio”.

Este trabalho está organizado em duas partes. Inicialmente, apresenta-se uma breve contextualização das relações interétnicas no processo da catequese dominicana no Araguaia Paraense. Em seguida, aborda-se o tema principal da discussão ora proposta. Tomando como referência o enunciado missionário “nossos bons índios”, e seu funcionamento para afirmar o efeito “pacificador” da catequese, compreende-se que a “domesticação do selvagem” deveria transfigurar o indígena em “cristão/cidadão” para, dentre outros objetivos, viabilizar o

¹²⁷ O arquivo que se encontra sob guarda dos dominicanos reúne documentação das dioceses do Rio de Janeiro e de Uberaba, Belo Horizonte, Goiás, Porto Nacional e Conceição do Araguaia.

“aproveitamento econômico” capitalista dos indígenas e de seus territórios. Tratava-se de uma demanda para viabilizar a exploração extrativista mercantil nos territórios indígenas do Araguaia, que antecedia a ação missionária e continuava na articulação entre diferentes atores sociais na região. Intercruzando enunciados religiosos e discursos de autoridades políticas e econômicas, os dominicanos enxergavam um “[...] instinto e direito de propriedade no selvagem” como indício de sua possível adequação civilizatória.

CONTEXTO HISTÓRICO DAS RELAÇÕES INTERÉTNICAS

Após sua chegada de Toulouse, França, e depois de um período de estabelecimento na Província de Goiás, a OP (ordem dominicana) fundou, em 1897, uma catequese indigenista no Arraial de Conceição do Araguaia. A ação catequética no Araguaia Paraense é narrada pelos próprios dominicanos em uma vasta produção literária. Nessas obras, eles discorrem sobre sua própria ação religiosa (e sob o predomínio do código religioso), entremeando enunciações a respeito dos territórios e de suas gentes, bem como das relações sociais empreendidas naquele contexto, isto é, desde uma zona de interculturalidade e de inscrição do “outro” para a mundo dos não indígenas (MONTERO, 2006). O seguinte excerto expõe alguns elementos e acontecimentos que tornaram possíveis a instalação da catequese:

BREVE NOTICIA HISTÓRICA SOBRE A PRELAZIA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. Em outubro de 1896, dois missionários da Ordem de S. Domingos, frei Gil Vilanova e frei Ângelo Dargaignaratz, com ardor de verdadeiros apóstolos e com as bênçãos a obediência ensaiaram a catequese no rio Araguaia. Depois de alguns dias de viagem, a umas duzentas léguas de Santa Leopoldina, encontraram, na margem paraense, um grupo de famílias cristãs. Foragidas pelas guerras fraticidas do norte de Goiás, viviam isoladas travando só relações com os índios Caiapós, cujas aldeias pouco distavam do arraial da Barreira de Santa Ana, nome da povoação. Os missionários aproveitaram-se desta ocasião e comunicaram-se com os chefes dos índios que lhes deram inteira confiança prometendo meninos para o futuro colégio. Entretanto a Providência tinha designado outro ponto para a catequese. Uma enchente extraordinária destruiu todas as casas do arraial. O explorador francês Henri Coudreau, enviado pelo governo paraense para reconhecer as fronteiras do rio Tapirapé, indicou aos missionários um lugar situado vinte e cinco léguas abaixo, muito favorável para o estabelecimento da catequese. (RCC, nº 1, Ano 1922, p. 3).

Tem-se, no presente discurso, a apresentação dos principais atores sociais, o destaque para a localidade e o cenário espacial geográfico onde as relações se desenvolveram, assim como os conflitos políticos que explicavam a presença de “famílias cristãs” sertanejas do lado paraense do Araguaia. Portanto, a Catequese de Conceição do Araguaia torna-se possível pela presença prévia de sertanejos e indígenas em contato. Dessa forma, o trabalho inicial dos missionários foi arregimentar moradores cristãos para o Arraial e crianças indígenas para a catequese. A narrativa dominicana buscava destacar o protagonismo missionário: “[...] *com ardor de verdadeiros apóstolos e com as bênçãos a obediência ensaiaram a catequese no rio Araguaia*”.

A edificação da catequese no Arraial de Conceição do Araguaia possibilitou as incursões dos padres pelos territórios indígenas rumo ao Xingu e outras direções em busca de novas almas para catequisar. Além disso, pela liderança e articulação de frei Gil Vilanova, ao buscar apoio material junto ao governador do Pará, a Igreja concordava em “ser os olhos do Estado” nos limites das Províncias do Pará e de Goiás, em favor do primeiro.

Com a fundação da Diocese de Conceição do Araguaia, em 1911, intensificou-se o surgimento de povoados no território de sua abrangência, entre os rios Araguaia e Xingu, bem como a expansão, nas áreas de campos e matas, de atividades extrativas e fazendas de criação de gado, ocasionando relações de conflito com os indígenas (MOREIRA NETO, 1960; VELHO, 1972).

Antes dos dominicanos, outras tentativas de catequização, tanto leiga como religiosa, já haviam sido experimentadas. Os próprios padres da O.P. narram eventos, como a tentativa de fundação de escolas, criação de presídios e vilarejos nas proximidades de moradias de indígenas. É bem possível que encontros indesejados, exploração, estranhamentos e conflitos seguidos de mortes tenham tornado os indígenas cada vez menos confiantes diante da presença dos não indígenas. Não obstante, na edição da RCC de 1924, foi publicada uma “notícia” que menciona as dinâmicas das relações interétnicas e da dispersão dos indígenas:

Os “Gorotires”, localizados antigamente, e ainda hoje em grande parte, nas matas que medeiam entre o Rio Fresco e o Rio Xingu, vivem em contínua inimizade e em perpetuas guerras com os caucheiros, ou cristãos extratores da borracha e habitantes das margens de um e outro rio. (RCC, nº 7, Ano 1924, p. 6).

É nesse contexto que o explorador, político e militar Couto de Magalhães (1863) relata que o surgimento de inúmeras fazendas para a criação de gado nas proximidades do rio Araguaia provocou a expulsão de diversos indígenas dessa

área. A mesma constatação é exposta por Gallais (1942, p. 101) quando afirma que a criação de gado fez com que indígenas “[...] abandonassem três aldeias”. No século XIX, Magalhães tentava implantar a qualquer custo seu projeto de transporte fluvial, portanto, a prática de navegação no rio Araguaia. Tal empreendimento contava com a mão de obra indígena que deveria fornecer a “energia” necessária para o deslocamento de suas embarcações a vapor. Para tanto, os indígenas precisariam estar perfeitamente adaptados à condição de fornecedores de matéria prima, no caso, a lenha. Foi dessa forma que se criou o Colégio de Santa Isabel, “[...] que deveria fornecer à colonização um contingente precioso, educando a população indígena, mas não deu os resultados esperados” (GALLAIS, 1942, p. 179).

Com efeito, o cenário relacional dos diversos atores sociais em questão passou a ter o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) como mais uma peça no “jogo das relações interétnicas”. A questão sobre quem deveria “tutelar” e “pacificar” os indígenas pôs em concorrência os agentes religiosos — nesse caso, os dominicanos — e os indigenistas a serviço do SPI. Pic afirma que “[...] desde a sua criação, o SPI competia com missionários católicos” (2014, p. 206).

Decerto que a vontade de “poder” atravessava a atuação dessas instituições. Havia um “jogo” velado de disputa de território simbólico de “poder tutelar”: “[...] na realidade estas instituições são virtualmente campos de disputa, em que variados interesses estão em jogo” (LIMA, 1995, p. 120). Demandavam-se espaços de atuação, verbas, reconhecimento público e autonomia administrativa. Com isso, os atritos eram inevitáveis.

OS “NOSSOS BONS ÍNDIOS”

Não raro, os dominicanos — parafraseando articuladores monarquistas, como o político e explorador Couto de Magalhães — construíram parte de seus enunciados justificando a catequização e, em seguida, a pacificação de povos indígenas do lado paraense do rio Araguaia, passando a nomeá-los, gradativamente, de “selvagens”, “bravos”, “mansos” para, finalmente, tê-los como “nossos bons índios”. Essa última etapa do projeto evangelizador, que pretendia resguardar os *Cayapós* e *Carajás* de seu paganismo, ou seja, alcançar sua conversão, era compreendida, por parte dos missionários, como um processo de civilizar os indígenas. Todavia, essa prática social — concretizada no discurso religioso — intencionalmente ou na confluência de interesse de grupos, convergia para

remover o “obstáculo indígena” e viabilizar o aproveitamento dessas populações nativas em propósitos empresariais mercantis com a efetivação da navegação dos rios Araguaia e Tocantins.

As marcações discursivas missionárias ganham sentido e funcionalidade dentro do “jogo argumentativo” histórico de uma época. Os sentidos do dito “bons índios” — ou seja, admitir os indígenas como “bons” (não esquecendo aí a afirmação de posse), apenas para lembrar da disputa da ação de pacificação com outras forças ou instituições — têm funcionamento segundo a intenção de “domesticar os selvagens”. Da mesma maneira, representa a vontade de adequação do “outro” segundo valores e noções da religião (ver com olhos do cristão), mas em certo alinhamento discursivo ou programático com interesses seculares na conformação da nação brasileira. Nesse último aspecto, vislumbra-se a pretensão de transformação/invenção dos indígenas, retirando-os da condição de “obstáculos” e alcançando o seu “aproveitamento” para a sociedade nacional, especialmente para a atividade mercantil extrativista. O esforço de remoção de obstáculo, portanto, de “salvação” e “domesticação”, converge com o projeto de incorporação econômica do “bom” indígena e do seu território.

O SELVAGEM COMO ELEMENTO ECONÔMICO

O illustre general Couto de Magalhães escrevia, em 1876, no Prefácio da sua magnífica obra litteraria **O Selvagem**, livro hoje raríssimo, os seguintes conceitos:

O territorio do nosso imenso Brasil é de 291 mil léguas quadradas. Quase duas terças parte d'esse territorio, ou 180,000 leguas quadradas, não podem ainda hoje era pacificada por famílias chritãs, porque estão expostas ás correiras sanguinolentas dos selvagens.

Domesticar os selvagens ou fazer com que eles nos entendam o que é a mesma coisa equivale a fazermos a conquista pacifica de um territorio quase do tamanho da Europa, e mais rico do que ella.

Só essa conquista vale milhões, feita ella, porém, não conseguiremos somente a posse real da maior parte do territorio do império, coseguiriamos também ás industrias, que por muitos anos serão as unicas possíveis no interior as extractivas e pastoris.

E logo adeante na Introdução, lêmos:

“Um dos sábios que mais estuda e ama o Brasil, Mr. Ferdinand Denis, que sempre nos defende na Europa, encarecendo as nossas virtudes e attenuando os defeitos que necessariamente existem em um povo, que ainda não venceu o período de elaboração para constituir-se como nação homogênea, escrevia-me de Paris o anno atrasado, as seguintes palavras, a proposito do meu escripto – Região e raças selvagens:

– ‘Eu estou convencido de que a grandeza futura do nosso paiz depende do espirito de raça bem comprehendido.’”

E’ assim. Este grande colosso, que se forma com o nome de Brasil, é um imenso cadinho onde o sangue europeu se veio fundir com o sangue americano. A futura população do Brasil não será uma, nem outra cousa.

Como na America do norte o anglo-saxonio fundindo-se com o pelle vermelha, produziu o Yank, representante de uma nova civilização; assim o latino fundido-se com o tupi produziu essa raça enérgica que constitue a quasi totalidade da população de S. Paulo e Rio Grande, e a maioria do povo do imperio.

Grande parte dos nossos compatriotas ainda não quer acreditar que o problema da população so será satisfactoriamente resolvida quando atendermos aos dous elementos o europeu e o americano.

A grande França pela voz eloquente do Snr. de Catrefages, nos está a bradar que, como a do branco aclimado pelo sangue do indígena.

E ao passo que importamos o branco, que nos é aliás essencial, me parece que devemos atender também a uma milhão de braços indigenas não menos preciosos, porque é a este, mesmo por causa de sua pouca civilização, que está reservada a missão de ser precursor do branco nos intertropicaes, desbravando as terras virgens, desbravagem que o branco não suporta.

Povoar o Brasil quer dizer:

1º importar colonos da Europa para cultivar as terras já desbravadas nos centros, ou próximas aos centros povoados.

2º Aproveitar para a população nacional as terras ainda virgens, onde o selvagem é um obstáculo. Tornar productiva uma população, hoje improduttiva, é, pelo menos tão importante como trazer novos brancos...”

(RCC, nº 10, Ano 1924, p. 2–3).

A compreensão do indígena como “problema”, “obstáculo” a ser removido, superado, combatido, enfim, controlado sob o regime de “tutela” (LIMA, 1995), ganha, ao longo da formação da “consciência nacional”, uma narrativa hegemônica. Não por acaso ocorre a criação do SPI e de outras políticas assistenciais que foram geradas para enfrentar tal “problema” (OLIVEIRA, 2016). Assim, pretensões claramente econômicas e ideológicas tentavam alcançar a pacificação dos indígenas. Ademais, como assinalou Gasbarro (2006, p. 74), as “missões não são apenas o cristianismo em ação, mas a “civilização cristã” em ação, com suas estruturas de poder e seus limites de sentido”.

As alegações de Couto Magalhães para o “aproveitamento” do indígena, e que são reproduzidas na RCC pelos dominicanos, foram retiradas do livro “O Selvagem”, de 1876. Trata-se de um discurso taxativo, autoevidente, que busca enquadrar o indígena em uma condição de existência inapta ou que ameaça a vida em sociedade dos não indígenas. Cabe lembrar que a literatura de Couto Magalhães exerceu influência¹²⁸ sobre a escrita da O.P., especialmente no que se refere ao tema da pacificação dos indígenas. O viajante, explorador e ex-governador de Goiás era considerado um “[...] genial sertanista” (AUDRIN, 1963, p. 6) e representado discursivamente na literatura da O.P. como um dos primeiros a tentar “civilizar” e “aproveitar” o indígena durante a realização de seus planos empresariais e políticos de navegação comercial dos rios Araguaia e Tocantins. Em “O Selvagem”, de 1876, obra elaborada depois de suas viagens e expedições pela bacia do rio Araguaia, Couto Magalhães passa a defender, concomitantemente, o “aproveitamento” e a solução do “problema do índio”.

Por conseguinte, no recorte “o selvagem como elemento econômico”, reforça-se, pelo menos, três sentidos construídos por Couto Magalhães e reproduzidos nos discursos dos missionários. Esses sentidos referem-se à noção de que o indígena é a) violento, bravo e sanguinolento; b) um “selvagem” e precisa ser “domesticado”/“pacificado” e c) um obstáculo/problema a ser resolvido, além da ideia de aproveitamento do indígena para atividades econômicas de exploração do território.

Os extratos do texto anteriormente citado complementam-se e funcionam para justificar o domínio do indígena para servir aos propósitos da constituição de força de trabalho, assim como liberar as terras para o povoamento pelos “nacionais”. “*Domesticar os selvagens ou fazer com que eles nos entendam*” são enunciações com sentidos distintos. A primeira paráfrase “domesticar os selvagens” é uma

¹²⁸ Antes de se instalarem em Conceição do Araguaia, os dominicanos haviam se estabelecido em Porto Nacional e Formosa que, à época, eram cidades pertencentes à Província de Goiás.

expressão que, muitas vezes, é utilizada nas relações e no trato com os animais. Mas, nesse contexto, pode ser entendida como ação de “docilizar”, “dominar”, “civilizar”, “educar”, “amansar”. Essas são ações que, na lógica do pacificar, são necessárias à “[...] *posse real da maior parte do território [...] conseguiríamos também as indústrias, que por muitos anos serão as únicas possíveis no interior as extractivas e pastoris*”. Vê-se que a finalidade de “domesticar” era favorecer a posse do território e a implementação de atividades de exploração econômica. A partir daí, os eventos históricos deram prova do efeito da dupla pretensão de “pacificação” e controle territorial. Primeiro, a frente extrativista e pastoril em campos abertos e, em seguida, a instalação e expansão da empresa de criação de gado com base no desflorestamento em larga escala.

A esse respeito, Vaz (1995) estudou “A Formação dos Latifúndios no sul do Estado do Pará” e a dinâmica da posse da terra, demonstrando as relações conflituosas entre pequenos e grandes proprietários após a primeira fase migratória denominada “*frente de expansão, [...] composta por um grupo sertanejo pastoril de origem nordestina*” (VAZ, 2015, p. 1). A autora chama de “empresa agropecuária” os empreendimentos surgidos na “segunda frente de expansão” e que, necessariamente, envolvem a posse da terra. A primeira fase destacada pela autora — a formação de fazendas sobre os antigos territórios indígenas — possibilitou a migração de sertanejos e criadores de gado, dando origem a um discurso de cunho ideológico que ressaltava as oportunidades para os migrantes “cultivarem” as terras.

Assim, dialogando com “vozes” que os antecederam, o discurso da O.P., materializado na RCC, aconselhava: “[...] *1º Importar colonos da Europa para cultivar as terras já desbravadas nos centros, ou próximas aos centros povoados. 2º Aproveitar para a população nacional as terras ainda virgens, onde o selvagem é um obstáculo*”. Isso posto, tem-se logo um paradoxo: a proposição de liberar “terras virgens” para os nacionais pela remoção do “obstáculo/problema” identificado por seus tradicionais e ancestrais ocupantes, desvela a ideologia das “terras virgens” ou do “vazio demográfico”. Aqui, o discurso missionário, não raro, converge com o discurso republicano das primeiras décadas do século passado, que tinha o sentido de orientar a população para ocupar os “sertões” então povoados pelos indígenas. Para tanto, é necessário “[...] *fazer com que eles nos entendam*”; eis o projeto pacificador.

Ressalta-se, ainda, a presença do SPI como serviço estatal de “tutela” dos grupos indígenas. Criado com base em ideias humanitárias de Cândido Rondon para a “proteção” e desenvolvimento dos indígenas, esse serviço acabava

auxiliando na remoção dos ditos “obstáculos”. O esforço e a articulação do SPI e dos “pacificadores” clericais funcionavam como uma “tutela” para além dos agrupamentos indígenas e eram, igualmente, um cerco sobre os territórios ditos “selvagens” para a “proteção” e o uso dessas áreas pelos não indígenas, favorecendo a sua entrada, posse e permanência em terras antes habitadas pelos indígenas. Retomando as ideias de Magalhães, tornava-se possível realizar “[...] a conquista pacífica de um território quase do tamanho da Europa, e mais rico do que ella”. Esse é, entre outros, o sentido da enunciação “Povoar o Brasil”.

Dessa forma, o autor de “O selvagem”, indiretamente, colaborou com a argumentação dos dominicanos. Repete-se que esses últimos leram e reproduziram tal discursividade em suas obras, como em Audrin (1947; 1963), Gallais (1942) e na própria RCC. Eles citam o sertanista como uma espécie de agente civilizador. Couto Magalhães propunha a “inclusão” do indígena na sociedade brasileira, argumentando sobre seu “aproveitamento”, termo que denota a remoção do “problema” para a exploração, tanto do indígena como do “sertão”.

Não obstante, as áreas metropolitanas, com suas imensas populações e seu estilo de vida considerado “civilizado” e “desenvolvido”, e com sua dinâmica socioideológica voltada para as relações de produção e consumo, tomam o “sertão” como local de reserva e provimento; um estoque a ser explorado:

Tudo o que se passa fora destes espaços sociais é definido como “sertão” ou “fronteira”, lócus de recursos que podem vir a ser apropriados pelos cidadãos da metrópole que para ali se deslocam de forma permanente ou eventual. Os moradores dessas regiões, caracterizados como “outros”, isto é, exteriores à sociedade, passam à condição de despojos de guerra ou refugiados, vistos em consequência como desprovidos de direitos e investidos em obrigações não claramente estabelecidas. (OLIVEIRA, 2016, p. 18).

Segundo a compreensão de pacificadores — os missionários que buscavam o batismo dos indígenas, os agentes do SPI e a política de “tutela” de Rondon com sua visão “humanitária, leiga e fraternal” — e de Couto Magalhães — com suas pretensões comerciais — todos, de maneira particular, representavam os indígenas como “outro”, conformando a fronteira como local de enfrentamento e formação da alteridade, da idealização do “outro” (MARTINS, 1996).

No recorte a seguir, reitera-se um discurso que se pretende autoevidente sobre o “aproveitamento”, a “proteção” e a “civilização” dos indígenas das bacias do Tocantins e Araguaia, e acrescenta-se a defesa do papel exclusivo da ação de pacificação por parte das ordens missionárias, para o caso específico, os dominicanos.

NO SENADO FEDERAL

Do discurso pronunciado, em 22 de Julho do anno passado, pelo ilustre e bem quisto Senador Dr. Olegario Pinto, relativamente ao problema da **protecção, civilização e aproveitamento dos indígenas** das bacias do Tocantins e Araguaya, extrahimos os seguintes trechos referentes a acção religiosa missionaria:

Não fossem, como muito bem salientou o nobre representante do Amazonas (Dr. Aristides Rocha), as missões religiosas, e com certeza não existiria mais esse serviço nos nossos sertões.

Por felicidade, alguns padres dominicanos, uns em Conceição do Araguaya, outros em Porto Nacional, nesta cidade o virtuoso bispo D. Domingos Carrerot e naquella D. Sebastião, operoso prelado, muito se esforçam para que os nossos selvagens entrem para a comunhão social.

No Alto Tapajós também há uma missão de religiosos que trabalha com grande sacrificio e premência de recursos, nessa obra de catechese, como aliás, há outras em todo o Brasil.

O Sr. Olegario Pinto, A supressão da Inspectoria (*) de Indios em Goyas foi mais do que um erro, foi um crime. Quer o Senado a prova?

(*) Acerca da extincta Inspectoria dos Indios, permita-nos o digno Senador goyano muitas ressalvas. Exclusivamente leiga, essencialmente burocrática e excessivamente apparatusa, vivia gastando rios de dinheiro para alcançar resultados quase nulos. Só com outros moldes e outro espirito, não prescindindo nunca de acção missionaria, é que uma Inspectoria indígena poderia produzir fructos.

Quando o grande e inesquecível brasileiro, o general Couto de Magalhães, empreendeu e executou a navegação do rio Araguaya, ligando Goyas ao Pará, foram seus melhores auxiliares índios de diversas tribos. Em menos de um anno despunha Couto de Magalhães de crescido numero de hábeis machinistas, conhecedores de todos os segredos das machinas desses navios. Tripulando botes, escaleres e canoas, os índios levavam-nos com segurança, conhecedores que eram dos perigos que aquella navegação representa.

O Sr. Eurico Valle. - não se póde tratar seriamente da catechese sem primeiro cuidar da navegação do Araguaya.

O Sr. Olegario Pinto. - Não lhes sendo estranhas as grandes cachoeiras, sabiam evitalas.

Para mostrar a grande intelligência desses nossos patricios tapuyas, basta dizer que uma pequena índia educada em um collegio de irmãs dominicanas, existente em Porto Nacional, tanto talento revelou que foi mandada á França, onde fez um brilhante curso, recebendo ordens e estando hoje em Conceição de Araguaya, prestando relevantes serviços, procurando difundir a instrucção entre os pequenos selvícolas e, ao mesmo tempo, chamar ao convívio social os índios da sua tribu.

Em boa hora a Santa Sé nomeou administrador apostólico da Prelazia de S. José do Tocantins, em Goyas, monsenhor Francisco Ozamis Costa, notável orador sacro, propecto educador, conhecido professor de muitos institutos de ensino e jornalista de nota.

A grande ilha do Bananal, maior do que todo Portugal, verdadeira joia perdida no Araguaya, faz parte dessa prelazia (**). Até monsenhor Ozamis pretende, com o auxilio dos índios, abrir novas estradas para que possam ser transportados os productos oriundos de sua agricultura e outros.

(**) Devido, porem, á enorme distancia que separa essa ilha da zona habitada e da sede da Prelazia de São José do Tocantins, sem caminhos ainda de acesso á mesma ilha, o bispo de Porto Nacional e o prelado de Conceição têm continuado a visitar os Indios Javahés, habitantes dela e a preparar nella futuras colónias agrícolas e industriaes.

Nota da Revista

O pouco, Sr. Presidente, que se tem feito em meu Estado isto consola – é única e exclusivamente devido ao espirito de humanidade dos missionários catholicos.

O Sr. Aristides Rocha. – O resultado das missões religiosas é patente.

O Sr. Olegario Pinto. – D. Domingos, bispo do Porto Nacional, empregou cerca de 12 contos em pás e outros utensílios destinados aos selvícolas. Mandou preparar o barco que devia transportar esse presente que destinára aos índios, mas, ao passar pela cachoeira do Lageado, o barco soçobrou e D. Domingos perdeu o valor do carregamento.

Ora, essa cachoeira é uma daquelas para as quaes, há 10 annos, figura no orçamento verba destinada ao melhoramento da navegação. Mas ninguém cuida disso e aquelle trecho do rio continua obstruído.

(RCC, n° 24, Ano 1928, p. 6).

Antes de operar a análise propriamente dita, cabe um esclarecimento quanto às condições de produção do discurso apresentado no recorte. Resumidamente, iremos apontar quais fatores contribuem para a produção de sentido dos enunciados. Já que cada materialidade discursiva emerge de relações e fatores socioculturais, esse é resultante das relações de cada época e, portanto, tem sua historicidade. De acordo com Borges:

Os lugares que os sujeitos ocupam em uma dada formação social condicionam as condições de produção discursivas, definindo a posição por eles ocupada no discurso. Ao funcionamento das formações sociais está articulado o funcionamento da ideologia, relacionado à luta de classes e às suas motivações econômicas. (BORGES, 2013, p. 53).

Assim, tem-se o discurso pronunciado, em 22 de julho de 1927, pelo “ilustre e bem quisto Senador Dr. Olegário Pinto” que tratou do “*problema da proteção, civilização e aproveitamento indígenas das bacias do Tocantins e Araguaya*”. O senador (emissor do discurso) expõe uma posição ideológica, portanto, de grupo, dentro de “[...] *uma esfera de produção imaterial*” (FARACO, 2009, p. 46), isto é: o Senado Federal, que é parte dos aparelhos de Estado. Assim, sua mensagem se dirige aos receptores (sejam eles outras autoridades ou outros senadores) e seu tema é o “aproveitamento do índio” e seu papel nas relações com os não indígenas durante a primeira fase da História do Brasil republicano.

Após a implantação do novo regime político, ocorreu a incorporação de políticas liberais (LIMA, 1995), orientadas pelos pressupostos filosóficos e ideológicos do positivismo. É nesse lastro administrativo que se orientam os “serviços públicos”, como o SPI, planejado para tratar de assuntos indígenas.

O discurso do emérito senador, anteriormente citado, possui certa temporalidade, ao passo que ressoa vozes “outras”; enfim, revive argumentações e posições políticas de articuladores ideológicos anteriores, uma vez que:

Cada enunciado é uma resposta, contém sempre, com maior ou menor nitidez, é um elo da corrente interrupta da comunicação sociocultural. É, ao mesmo tempo que responde (no sentido de tomar uma posição socioaxiológico), espera uma resposta (espera que outros assumam uma posição socioaxiológica frente ao dito). Todo dizer é assim parte integrante de uma discussão cultural (axiológica) em grande escala ele responde ao já dito, refuta, confirma, antecipa resposta e objeções potenciais, procura apoio, etc. (FARACO, 2009, p. 59).

O discurso proferido por uma autoridade do Estado, carregada de posição político-ideológica própria de solo histórico, tenta defender seu posicionamento de grupo (nesse caso, um grupo dominante) sobremaneira, cunhado em sua suposta representatividade. Nele, a defesa do “serviço nos nossos sertões” realizado pelos missionários. Assim, tal oratória tenta se impor em função do chamado “regime participativo/representativo” recentemente inaugurado por ocasião da implantação do “regime republicano”.

Chama-se a atenção para as palavras “proteção e aproveitamento”. Esses recursos linguísticos fazem coro com outros já analisados anteriormente. São paráfrases, pois, a palavra “aproveitamento”, dita logo depois de “proteção”, pretende afirmar a ação descrita no verbo “salvemos” (LIMA; SILVA, 2019). A exemplo do contexto da navegabilidade dos rios Araguaia e Tocantins (RCC, nº 34, Ano 1931, p. 24–25), sendo os indígenas uma das peças do “jogo interétnico”, o signo “aproveitamento” reflete, da mesma maneira, interesses econômicos. Enunciar “salvemos os nossos índios” e dizer “proteção/aproveitamento” repete, via paráfrase, o já dito. Trata-se de um discurso que se pretende hegemônico: “É exatamente a este aspecto da tradição inventada, [...], a repetição como dispositivo de manutenção” (NEVES, 2009, p. 78).

Ocorre que as representações podem ser resultado de invenção, nesse caso, do ocidental sobre o “outro”¹²⁹. A suposta invenção do indígena como sujeito de um regime primário de propriedade não dissimula um projeto de cidadão de segunda classe (ORLANDI, 1990). Civilizar, “proteger” “os nossos índios”, torná-los “mansos” e, portanto, “bons”, segundo a concepção dos padres, trata-se da representação do “outro” a partir de valores e noções culturais de si mesmo. Concebe-se o “outro” no deslocamento das características de quem o refrata, ou seja, nomeando-o como “selvagem” desprovido de fé católica para depois “adotá-lo” no conjunto da sociedade. O signo “aproveitamento” leva o sentido de adequação aos padrões de “civilidade” dos “nacionais”, ao ajustamento político-econômico sobre sua força de trabalho e uso da terra e do rio (territorialidades indígenas) e, por fim, à pretensão de forjar os indígenas como entes pacificados e capazes de reconhecer/obedecer as leis e a estrutura estatal. “Aproveitar” ganha sentido segundo um não dito que pode ser entendido como comercializar, projetar o desenvolvimento econômico nos moldes capitalistas. Não por acaso, há inúmeras classificações, ordenamentos e rotulações que podem ser denominadas

¹²⁹ “Os “missionários, com efeito, são os mediadores não só entre prática indígena e saber ocidental, mas também entre as diferentes hierarquias de códigos culturais dos sistemas sociais que se encontram e se chocam”. (GASBARRO, 2006, p. 81)

práticas divisoras, repetidamente reescritas nas páginas da RCC. Ao se denominar os indígenas como “mansos”, “bravos”, “cruéis”, dentre outros ditos, se reproduz distinções inerentes aos códigos de conduta dos civilizados¹³⁰.

A “pacificação”, ao produzir o “*apagamento da cultura indígena*” e buscar “*anular qualquer forma de resistência*” (ORLANDI, 1990, p. 66), contribui para remover o “problema do índio”, tema discutido desde os tempos do Império brasileiro. Segundo Magalhães:

O fato da existência desse milhão de **braços**, ocupando e dominando a maior parte do território do Brasil, **podendo irromper para qualquer lado contra as populações cristãs**, é um embaraço para os progressos do povoamento do interior e é um perigo que crescerá na proporção em que eles forem ficando mais apertados: a questão, pois, não versa só sobre a utilidade que podemos tirar do selvagem; versa também sobre os perigos e despesas que faremos, se não cuidarmos agora de amansá-los. (MAGALHÃES, 2013, p. 18).

Em “O selvagem” (2013), Couto de Magalhães afirma, antes mesmo da criação da república, a urgência não só de tornar útil o “selvagem”, mas de agilizar em “amansá-lo” por motivos de economicidade. Um não dito desse trecho aponta para a existência da resistência indígena que poderia se expressar mais eficiente se “[...] *eles forem ficando mais apertados*”. Percebe-se, então, que o “problema do índio” não era uma questão tão autoevidente como a claridade pretendida pelos discursos pacificadores. Depois de cristianizar o “selvícola”, repetia-se, na tribuna do Senado, um discurso com viés semelhante: “*O Sr. Aristides Rocha. – O resultado das missões religiosas é patente*”. O que seria um discurso autoevidente sobre a “proteção” dos indígenas, mostra-se paradoxal: as missões religiosas seriam anteparos necessários para a “proteção” do homem civilizado na sua expansão para as “terras virgens” ocupadas por “milhão de braços” que poderiam se “*irromper para qualquer lado contra as populações cristãs*”. Portanto, quando os missionários, metodicamente, buscavam “amansar/pacificar” os ditos “selvagens”, salvaguardando essas almas e denominando-as “rebanhos”, seu projeto ratifica-se e confunde-se com os planos do Estado brasileiro e os interesses de frentes de expansão de populações nacionais. Ademais, a catequese corresponde, necessariamente, a uma missão civilizadora, porque a universalização do código religioso implicava na generalização de todos os outros códigos da civilização ocidental (GASBARRO, 2006).

¹³⁰ “A construção da alteridade indígena, não apenas por oposição à identidade européia, mas também a outras indianidades, pelas dicotomias bravo/manso, gentio/doméstico, civilizado/selvagem, está clara nos relatos sobre o índio “tapuia” do Nordeste, construído como categoria colonial em oposição ao mundo tupi e colada à noção de *sertão*.” (POMPA, 2006, p. 121).

Ressalta-se que a produção discursiva, particular à RCC, tinha um importante papel de divulgação da prática pacificadora, conforme Pic (2016):

Pode-se também pensar que essas obras foram usadas para justificar a presença dos missionários – presença muitas vezes criticada pelos jornais brasileiros hostis aos religiosos estrangeiros – enfatizando seu papel no interior, e, em especial, na “pacificação” de indígenas. As histórias também são numerosas, onde os missionários são apresentados como mediadores em conflitos entre brancos e indígenas. (PIC, 2016, p. 61).

Como já foi dito, mediar a convivência entre indígenas e não indígenas permitiu a entrada desses últimos nos territórios dos primeiros. Essa conjuntura social ocasionou violentos massacres e morte de indígenas. Além disso, muitos desses grupos tiveram que se afastar de suas antigas áreas de morada, passando a viver na dependência de áreas de fronteiras disputadas e imersas em hostilidades. Em relação aos Kayapó, afirma Turner:

Contatos pacíficos, provavelmente com esse mesmo grupo, forma iniciados ao longo do Araguaia em meados do século XIX, por vários exploradores, missionários e colonos. A essa altura havia talvez 4 mil Kayapó, constituindo três grandes comunidades de aproximadamente 1500 pessoas (os Pau D’arco ou Irã’a mrayre, os Gorotires e os Putkarôt), uma comunidade de quinhentas pessoas (os Kokorekre ou Djore) é possivelmente um outro grupo de tamanho indeterminado estabelecidos a oeste do Xingu. Comerciando com os colonos das redondezas os Kayapó do Araguaia, conhecidos pelos brasileiros como Pau D’arco, obtiveram armas de fogo, que utilizaram para atacar outros grupos Kayapó, os Gorotires a oeste e os Xikrin ao norte. Seguiu-se uma escala de hostilidades entre Kayapó e de ataques a brasileiros por Kayapó, feitos principalmente para obter armas de fogo e munição a serem empregadas em autodefesa ou vingança contra companheiros de tribos de outros grupos (TURNER, 1998, p. 327).

O antropólogo Arnaud (1989), um ex-servidor do SPI, assevera que as primeiras décadas do século passado foram as mais violentas em função da “frente de penetração nacional” e devido à ação de extratores de “borracha e Castanha do Pará”¹³¹. Outra causa da violência envolvendo indígenas foram as “[...] expedições punitivas enviadas contra esses grupos, que passaram a revidar atacando não só os extratores, mas também os pequenos núcleos de povoamento e Postos do SPP” (ARNAUD, 1989, p. 159).

¹³¹ Roque Laraia e Roberto da Datta (1967) estudaram esse processo do contato entre índios e castanheiros na região do médio Tocantins, no início da década de 1960, notando os conflitos entre esses atores, com consequências nefastas para os indígenas.

Outras causas de mortes de indígenas na região, descritas por Arnaud, foram as epidemias provocadas pelo contato com os nacionais, além dos conflitos com os sertanejos ou “colonos sem-terra”. Essas guerras interétnicas, muitas vezes ignoradas pelo Estado, “[...] levaram à extinção dos Pau D’arco em quarenta anos [...], e os índios Djore “[...] *extinguiram-se durante o mesmo período pelas mesmas razões*” (TURNER, 1998, p. 327). De acordo com Turner (1992), os Kayapó mantiveram suas manifestações culturais mesmo relacionando-se com não indígenas nas interações interétnicas, concorrendo pelos territórios utilizados por extratores de látex ou por outros agentes do comércio, e disputando zonas onde se estalariam fazendas, e, mais tarde, garimpos.

A despeito das relações sociais desenroladas pela ação missionária — seja ela a catequização com o objetivo de pacificação; ação enunciada mediante o signo “salvemos nossos índios” — igualmente houve tentativas de incorporar os indígenas à sociedade brasileira segundo as noções e os valores do modo de produção capitalista. Marca-se que, na lógica dominicana, importava “salvar” as almas dos indígenas; contudo, a consequência dessa “salvação” se mostrou trágica, haja vista que os contatos de extratores/comerciantes com indígenas se intensificavam após a instalação de catequeses nos sertões do Araguaia. De acordo com Oliveira:

A verdadeira conquista da Amazônia não trouxe para o imaginário nacional “pacificadores” nem memoráveis cenas de pacificação: ela se processou de forma anônima, difusa e encoberta por meio da expansão extrativista da borracha e de outros produtos. Genocídio, diáspora, cultura do terror e trabalho compulsório foram concretizados por meio de práticas conhecidas regionalmente como “correrias de índios”, realizadas por “amansadores de índios” (2016, p. 36).

A destituição de autonomia decisória aos povos indígenas, ainda que suponha a existência de paradoxos nas práticas de catequese, foi uma prática comum em diferentes projetos de “pacificação”. Por isso, o discurso do senador Olegário Pinto, anteriormente citado, marca o alcance da retórica missionária; contudo, notadamente, é uma manifestação enunciativa responsiva, uma vez que o discurso é sempre relacional (BAKHTIN, 2006). Conforme Pic:

O superior inspetor do SPI respondeu com veemência e com um tom muito irônico para ao bispo Thomas. Ele cita primeiro o trabalho dos Gorotires, que descreve uma visita dos missionários a esse povo e que retorna à história da missão ao apresentar o padre Vilanova como o “pacificador” da região. Ele questiona violentamente seu conteúdo e o chama de “propaganda religiosa”. Ele então pergunta ao bispo Thomas

por que ele está pedindo a instalação de um posto SPI para evitar os ataques dos indígenas enquanto ele recebe subsídios para a “pacificação” deste último. Ele acusa os missionários de receber dinheiro do estado e não está fazendo seu trabalho de “pacificação”, apenas educar algumas crianças em sua escola. [...] . Finalmente, o oficial do SPI assume um tom muito irônico e desafiador diante do bispo, acusando que as crianças Kayapó que foram confiados aos missionários pelos pais, fugiram. (2016, p. 112).

Está visto que havia uma concorrência entre agentes de “pacificação” que aparentemente não divergiam sobre a finalidade da ação. Contudo, para além da disputa por recursos do Estado, a busca de hegemonia — laica ou religiosa — sobre o processo de “pacificação”, a partir dos argumentos do inspetor do SPI, parece apontar para o embate sobre a eficiência dos métodos adotados. Portanto, nessa disputa, a eficiência dos agentes para os interesses do Estado e dos empreendimentos econômicos poderia ser usada para exercer pressão e conferir legitimidade de atuação. Por isso, a RCC procurou difundir a seus leitores a visão dominicana sobre temas da recém-política indigenista, evidenciando uma preocupação de possível ameaça à catequese. É nesse contexto que se situa o discurso do Dr. Aristide Rocha.

O recorte abaixo se insere no mesmo contexto do texto anterior no que se refere ao interesse para explicitar acordos tácitos entre Igreja, Estado e empresas.

NAVEGAÇÃO DOS RIOS ARAGUAYA E TOCANTINS

(Do Relatório apresentado ao Sr. Dr. Alfredo Lopes de Moreaes, Presidente do Estado de Goyas, pelo Secretario das Obras Publicas, Dr. Julles Machado de Siqueira, relativo ao exercício de 1929.)

Ao tocar pela 1ª vez, a barranca do Araguaya em Leopoldina, extasiamo-nos ante a beleza majestosa do rio.

Ao deparar, porém, os velhos cascos das embarcações que ali se desfazem a acção do tempo, a impressão foi diferente, de comoção.

Contemplando aquellas ruinas, experimentamos uma sensação exquesisita, não sabemos bem, talvez, de saudades. Uma visão puramente ideal, se nos apresentou ao espirito – *Couto de Magalhães*.

Foi ali que *compreendemos como o poder de uma mentalidade se intromete pelo futuro a dentro e vae se projectando sobre as gerações que passam.*

Enche-nos de admiração e conforto, o conhecimento dos detalhes do transporte e montagem, ali, do 1º barco a vapor.

Aquelle quadro de três navios e de uma, então, moderna officina mecânica, decompondo-se pouco a pouco, é bem um symphoma de energia máscula, de vontade inquebrantavel, de visão incomum, e de um espirito absolutamente saturado de um verdadeiro ideal. E a gente experimenta um justo orgulho de ser brasileiro, como Couto de Magalhães.

Muitos anos são passados e lá está, em Leopoldina, um cachepol gigante e original, mirando incessantemente as aguas que passam e que um dia o carregaram, n'uma symbolica expressão de saudade, a indicar o caminho mais curto e seguro para se atingir a grandez económica de Goyaz.

O estabelecimento da navegação do Araguaya e Tocantins é um problema vital para o Estado.

Faltou aquella primeira tentativa, a engenharia. Os typos de barcos então usados, de grande calado, não foram adequados ao caso.

A escolha definitiva do typo do barco deveria ter precedido um estudo technico scientifico do rio, estudo cuja falta, ainda hoje, representa uma enorme lacuna em tudo quanto se tem dito e escripto sobre o Araguaya.

É projeto dessa Secretaria executar, na secca deste anno, o levantamento dos rios Araguaya e Tocantins em que serão fixados todos os dados relativos aos seus regimens como sejam: calado mínimo nas vazantes máximas; situação e velocidade máxima das corredeiras, sua extensão e numero; a extensão entre as diversas corredeiras e os obstáculos susceptíveis de serem removidos, sem alteração do regimen, a jusante ou a montante.

O governo de Goyas, positivando mais os intuitos e reconhecendo os serviços que as empresas dos Srs. Diogenes Gonçalves de Souza e Clarindo Motta vão prestando, embora modestamente, á navegação dos rios Tocantins e Araguaya, concedeu-lhes um auxilio de 10:000\$000 e 12:000\$000 respectivamente.

“Cayapós e Carajás” são muito gratos ao “Mensageiro do S. Rosario” de Uberaba pela delicada homenagem que prestou em Maio á obra da Catechese dominicana no Brasil, ornando as suas paginas com o delicioso e sugestivo quadro que representa um índio de joelhos aos pés do grandde santo e imortal missionário Bartholomeu de Las Casas.

Somos também sinceramente agradecidos ao “Supplemento do Mensageiro do S. Rosario” em Goyas pelas noticias animadoras que não cessa de publicar acerca dos nossos realmente bem modestos trabalhos apostólicos do Araguaya.

(RCC, nº 34, Ano 1931, p. 24–25).

Tem-se, então:

Quando o grande e inesquecível brasileiro o general Couto de Magalhães, empreendeu e executou a navegação do Rio Araguaia, ligando Goyas ao Pará. ‘Foram seus melhores auxiliares índios de diversas tribos. Em menos de um ano dispunha Couto de Magalhaes de crescido número de hábeis maquinistas, conhecedores de todos os segredos das máquinas desses navios’ (RCC, n° 24, Ano 1928, p. 6).

Os textos citados repetem, explicitamente, temas e enunciados já referidos anteriormente. Recolocam a figura de Couto de Magalhães como uma referência, o que ecoa também nas obras “O Apostolo do Araguaia” e “Entre Sertanejo e Índios do Norte”, ambas de autores dominicanos. É sabido que membros da O.P., antes de fundarem Conceição do Araguaia, moraram na então Província de Goiás, a mesma governada pelo político, homem de confiança de Dom Pedro II. Acrescenta-se que Couto de Magalhães também exerceu o cargo de governador das Províncias do Pará, Mato Grosso e São Paulo. Aliás, foi deposto como governador de São Paulo na ocasião da proclamação da República, sendo, logo depois, liberado por reconhecimento a sua atuação como “desbravador” dos sertões brasileiros. O fato de Couto de Magalhães ser tomado como um exemplo “ideal” de pacificador leigo (militar e político) e de modelo de “mentalidade” (escritor), pelos dominicanos, talvez esteja relacionado a sua trajetória. Essa conjuga sua atuação em cargos políticos com viagens de exploração, o que resulta em uma elaboração intelectual com certo controle empírico e pragmatismo de ação, como na defesa do “[...] selvagem, como elemento econômico” (MAGALHÃES, 2013, p.10). “Não é só uma questão de utilidade: é também uma questão de segurança no presente e no futuro. Constantemente que insista sobre estes pontos, reproduzindo fatos de própria observação” (MAGALHÃES, 2013, p.16). Couto de Magalhães deve ter-se mostrado um interlocutor respeitável para os dominicanos, que leram suas obras, provavelmente, antes de desembarcarem no Araguaia.¹³²

¹³² Nesse trabalho, não se têm elementos para inferir sobre uma possível preferência monarquista dos dominicanos no contexto das primeiras décadas do século XX, que poderia servir de ilação para suas predileções por Couto de Magalhães. No entanto, Cesar Bressanin (2015, p. 101), tratando dos dominicanos no antigo norte de Goiás, escreve que “Os dominicanos franceses eram definidos quanto ao posicionamento político que tinham no Brasil. Com o advento da República, em comunhão com a Igreja, manifestavam publicamente suas posturas contrárias às transformações sociais e políticas que estavam ocorrendo, especialmente em relação à secularização e ao estabelecimento do estado laico e a separação entre Igreja e Estado”.

PALESTRAS ETHNOLOGICAS
(NOTAS DE FREI ANTONIO SALA)
INSTINCTO E DIREITO DE PROPRIEDADE NO SELVAGEM

Com a revolução russa dos soviets, as ideas socialistas e communistas espalharam-se no mundo inteiro.

Discutiram-se os princípios básicos das velhas sociedades, e na conferencia da these maximalista que não deve existir propriedade privada, achou quase apoio da parte de certas antigas nações.

Um dos principaes argumentos desta renovação communista é que o direito de propriedade não é natural no homem, antes é contrario a todo instincto humano.

Alguns dias de convivência com o selvagem, a qualquer tribu que ele pertença, bastam para mostrar que o instincto e o sentimento da propriedade são as coisas mais naturaes do mundo.

Acham-se fundamentalmente radicadas nossas naturezas primitivas.

Tapirapée e Jurunas de raça Tupi; Chavantes e Cherentes da raça Akué, Cayapós, Apinagés, Gorotirés, Gaviões da raça Krau; Carajás e Javahés de raça ainda não identificada; todos os Indios observados e estudados por nós possuem um sentimento profundo da propriedade e sobre este fundamento estabelecem o direito.

O Selvagem é proprietário por instincto. Furtar na língua d'elle, chama-se “fazer macaco”. A expressão é muito enérgica na sua simplicidade. Furtar não é pois acto humano. O ladrão pertence mais á raça simiesca do que á raça humana.

Algumas particularidades do código selvagem da propriedade nos mostram que este sentimento não fica só na ordem do instincto, mas chega a ser ordenado e dirigido pela razão.

A posse, o trabalho, a indústria, a arte, a doação, a herança são títulos de propriedade. As plantações, por exemplo, são feitas em comum numa área imensa; mas o verdadeiro proprietário é aquelle que semeiou e plantou.

Os arcos, as flechas, os cacetes, os enfeites, etc. são daquele que o fabricou ou os adquiriu por compra.

O índio reconhece até o que poderemos chamar patente de invenção. Quem achou um novo systema de arco, um modo diferente de enfeites tem todos os direitos do inventor e ninguém pode reproduzir este modelo.

Quem descobriu um ninho de araras guarda sempre o direito sobre ele e a propriedade passa aos filhos ou na ausencia de filhos a herdeiros designados de antemão pelo proprietário.

As mulheres têm também os mesmos direitos assim como as crianças logo que tenham chegado á idade da razão.

A propriedade póde abranger todos os objetos, utensílios, armas, animaes domésticos ou animaes bravios amansados, tabas e roças, penas e penugem de pássaros, etc.

Essas breves considerações nos patenteam o erro crasso dos novos reformadores da sociedade que pretendem ver no direito de propriedade um principio contra a natureza do homem.

Os costumes simples dos **nossos bons índios** os refutam cabalmente.

(RCC, nº 05, Ano 1923, p. 6-7).

O dito “[...] *instincto e direito de propriedade no selvagem*” possui uma específica condição discursiva e uma historicidade. Em Orlandi (1999), há a compreensão

de que as condições de produção do discurso orientam ideologicamente o falante. A fala dos enunciadores são constitutivas do contexto que eles vivem, ao passo que os sentidos são oriundos da dinâmica das suas relações sociais. Por isso, o discurso da RCC refere-se a uma gama de acontecimentos e relações de sua época, proferidos por grupos ideológicos em situações de disputa de poder. Assim, o dito “*Um dos principais argumentos desta renovação comunista é que o direito de propriedade não é natural no homem, antes é contrario a todo instinto humano*”, retoma o tema da propriedade, pauta própria da atualidade¹³³ dos padres franceses, ainda que esses estivessem vivendo nos sertões do Araguaia Paraense.

Observa-se, no recorte anteriormente citado, um tema do campo econômico, mas atravessado por dizeres/escritos provenientes de outras esferas da comunicação. A esse respeito, vê-se a continuação da materialidade discursiva fundamentada em Couto Magalhães e reproduzida no discurso dos missionários para justificar/legitimar a condução da catequese. Ademais, observa-se a sua atualização frente a projetos e interesses antagonísticos daquele presente. Assim, conclui-se que é possível civilizar os indígenas aos modos capitalistas de vida — tendo em vista que “*O selvagem é proprietário por instinto*” — ao mesmo tempo em que os afasta do modelo societário socialista: “Essas breves considerações nos patenteam o erro crasso dos novos reformadores da sociedade que pretendem ver no direito de propriedade um principio contra a natureza do homem”.

Assim como o paradoxo das “superstições” constituía a base para as missões católicas afirmarem a possibilidade da conversão indígena à fé cristã (GASBARRO, 2006), o suposto “instinto de propriedade” se desdobrava em regras sociais elementares e tornava o “selvagem” apto à adequação civilizatória. No excerto a seguir, dá-se destaque às palavras “código” e “razão”, ambas distintas do campo argumentativo ou do universo lexical dos não indígenas, mas usadas na retórica missionária para justificar a existência de uma possível posição cultural/ocidental dos indígenas.

Com a revolução russa dos soviets, as ideias socialistas e comunistas espalharam-se no mundo inteiro. [...] Algumas particularidades do **código** selvagem da propriedade nos mostram que este sentimento não fica só na ordem do instinto, mas chega a ser ordenado e dirigido pela **razão**. A posse, o trabalho, a indústria, a arte, a doação, a herança são títulos de propriedade. (RCC, nº, 05, Ano 1923, p. 6–7, grifo nosso).

¹³³ A revolução Soviética de 1917 pôs em xeque a noção de propriedade privada, o que alterou as relações de poder na Rússia. O resultado disso foi a aquisição, por parte do Estado soviético, de orientação bolchevique de parte das terras que antes pertenciam à burguesia ou à Igreja Ortodoxa. Com isso, houve repercussões de tais medidas em toda a Europa e no resto do mundo.

Contudo, o uso de tais signos emerge de uma contradição argumentativa, pois chamar os indígenas de “selvagem” é, justamente, movê-los do campo dito racional, tido como civilizado. Dizer que eles possuem um “código” moral sobre a posse da terra, como condição que se contrapõe ao simples instinto de posse, opera como um rearranjo retórico com a finalidade e a articulação de um discurso que funciona para convencer sobre um tema específico: a posse da terra.

Por fim, o trecho “títulos de propriedade” enfoca os signos próprios da linguagem e das relações econômicas, a saber, “*A posse, o trabalho, a indústria, a arte, a doação, a herança*”. São termos comumente recorrentes no mundo da economia, adotados pelos religiosos, na sua dinâmica discursiva, em um círculo permanente de enunciação atravessado por uma heterogeneidade argumentativa. Por exemplo, o recorte “[...] *novos reformadores da sociedade que pretendem ver no direito de propriedade um princípio contra a natureza do homem*” versa a respeito de um contra-argumento dos padres. Argumenta que, “naturalmente”, os indígenas possuem “[...] *instincto e direito de propriedade*”. A leitura apressada desse argumento conduz a uma compreensão de defesa missionária a respeito da posse da terra por parte do “selvagem”. Todavia, após uma análise mais atenta dos costumes e tradições de cada ator social envolvido na dinâmica/conflito da posse da terra, pode-se depreender que a enunciação dos membros da O.P. não se atém a esse objetivo de “proteção”, pois está evidente que não há uma situação de igualdade jurídica e política entre “proprietários”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível que, no imaginário da sociedade brasileira, a permanência de estereótipos discricionários contra os indígenas expresse a duração de pressupostos da “pacificação”. Um deles é a concepção de “história única” para a nação. A pluralidade histórica não tem lugar em face da imposição do modelo capitalista de sociedade. Talvez por isso, é comum que uma parcela da sociedade, de forma racista, conceba os indígenas como preguiçosos e acredite que seus territórios — reduzidos a uma parcela de terra — deveriam dar lugar ao “aproveitamento” pelo agronegócio. Nessa perspectiva, parte da população brasileira encara os indígenas como párias da sociedade e do desenvolvimento, uma espécie de empecilho ao avanço do progresso econômico. Ademais, atualmente, como se pode ver em discursos de autoridades políticas, os indígenas deveriam ser mantidos como

objeto de civilização, pois seriam apenas “quase humanos”. Uma das estratégias do processo de colonização foi a desumanização dos colonizados.

No caso do Araguaia Paraense, uma vez que a economia da “empresa agropecuária” (VAZ, 2015) possui uma forte marca e presença no imaginário local, é ordinária a circulação de ideias que concebem o indígena como um obstáculo. Pode-se considerar que esse imaginário foi construído, historicamente, pela presença de agentes leigos e da Igreja, e que fizeram coro, direta ou indiretamente, às ideias e medidas de exploração da mão de obra indígena e de espoliação de seus territórios. É fato que, em seus enunciados, o discurso religioso evidencia o “jogo interétnico”, a “mediação” e seus paradoxos. Nesse momento, ressalta-se uma convergência de posições político-ideológicas dos atores sociais envolvidos no processo de “pacificação” indígena, visando à criação de condições (de “proteção”) para a penetração das frentes de nacionais no “sertão”.

Não obstante, os enunciados em torno dos “nossos bons índios” manifestam a gradação cultural doutrinária desejada pelos pacificadores. O “selvagem”, que vivenciou o processo de catequese e batismo, passa a atender um requisito de humanidade, demonstrando a culminância do projeto político/religioso iniciado por frei Gil Vilanova no Araguaia. Nessas circunstâncias, os indígenas também poderiam ingressar como cidadãos de segunda categoria, pois não se concebia condições igualitárias no dispositivo jurídico-formal, nem nas relações concretas, tendo em vista que suas concepções de mundo e de modos de organização social não foram respeitadas. Assim, a questão da posse da terra, como tem sido tratada pelos “nacionais”, é a realização de uma negação proposital ao ponto de vista dos indígenas.

O discurso dominicano, materializado na RCC, tem sua tessitura entremeadada, do início ao fim, por enunciados outros que o antecederam. Historicamente, concretiza-se e opera segundo uma funcionalidade convergente com interesses de grupos socioideológicos, como comerciantes, fazendeiros e representantes do Estado brasileiro, entre outros agenciadores dos recursos que os territórios dos povos indígenas poderiam lhes oferecer.

REFERÊNCIAS

AUDRIN, Frei José M. O. P. **Entre Sertanejos e índios do Norte**. Rio de Janeiro: AGIR, 1947.

ARNAUD, Expedito. **O índio e a expansão nacional**. Belém: CESUP, 1989.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 279–326.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000.

BORGES, Aparecida da Cruz. **Da Aldeia para a cidade**. Processo de identificação/subjetivação do índio Xavante na cidade de Barra do Garças/MT, alteridade irredutível? Tese. 209f. Doutorado em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem – Unicamp. Campinas-SP, 2013.

BRESSANIN, César Evangelista Fernandes. **Entre missões, desobrigas, construções e projetos educativos: a ordem dos pregadores nos sertões do antigo norte de Goiás**. Dissertação. 205f. Mestrado em História, – Pontifícia Universidade Católica, Goiânia, 2015.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e Diálogo: as ideias linguísticas do círculo de BAKHTIN**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GALLAIS, Estevão Maria. **Entre os índios do Araguaia**. Tradução de Otaviano Esselin. Salvador/BA: Livraria Progresso Editora, 1954.

_____. **O Apóstolo do Araguaia: Frei Gil Vilanova, Missionário Dominicano**. Rio de Janeiro: Vera Cruz, 1942.

GASBARRO, Nicola. Missões: a civilização cristã em ação. In: MONTERO, Paula (Org.). **Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural**. São Paulo: Globo, 2006, p. 67-109.

LARAIA, Roque de Barros e DA MATTA, Roberto. *Índios e Castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

LIMA, Antonio Carlos de Sousa. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIMA, Milton Pereira; SILVA, Idelma Santiago da. “Salvemos os nossos índios”: uma catequese dominicana no Araguaia (1922–1933). **Rev. Hist. UEG**, Morrinhos, v.8, n.2, jul./dez. 2019.

MALGALHÃES, Couto de. **Viagem ao Araguaia**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.

MARTINS, José de Sousa. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. O tempo da fronteira retorno à controvérsia: sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, São Paulo, USP, v. 1, n. 8, p. 25-70, maio/julho, 1996.

MONTERO, Paula. Índios e missionários no Brasil: para uma teoria da mediação cultural. In: _____ (Org.). **Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural**. São Paulo: Globo, 2006, p. 31-66

NEVES, Ivânia dos Santos. **A invenção do índio e as narrativas orais Tupi**. Tese. 209f. Doutorado em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2009.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contracapa. 2016.

_____. **“Uma etnologia dos Índios misturados?”** Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à Vista: Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo**. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. Palestra “Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio”, realizada em 19/08/2014, no auditório do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz). Canal do vídeo: Video Saúde Distribuidora da Fiocruz. Disponível em <https://portal.fiocruz.br/en/node/56757>

_____. Análise de discurso. In: ORLANDI, Eni Puccinelli; RODRIGUES, Lagassi. (Orgs.). **Introdução às Ciências da Linguagem: discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006, p. 11-28.

PIC, Clare. **Les dominicains de Toulouse au Brésil (1881-1952): de la mission à l’apostolat intellectuel**. Tese. 95f. Doctorat en Histoire, Université Toulouse le Mirail - Toulouse II, France, 2014.

POMPA, Cristina. Para uma antropologia histórica das missões. In: MONTERO, Paula (Org.). **Deus na aldeia**: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006, p. 111-142.

PRELAZIA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. [Relatório] 1896–1933. Missão Dominicana. Arquivo da província Dominicana Frei Bartolomeu de Las Casas, Seção Histórica, Belo Horizonte-MG [S.D.].

PRELAZIA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. [Revista **Cayapós e Carajás**] 1922–1933. Arquivo da província Dominicana Frei Bartolomeu de Las Casas, Seção Histórica, Belo Horizonte-MG [S.D.].

TURNER, Terence. Os mebêngôkre Kayapós: história e mudança social de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1992, p. 311-356.

VAZ, Vania. **A formação dos latifúndios no sul do Estado do Pará**: terra, pecuária e desflorestamento. Tese. 115f. Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, UNB, Brasília-DF, 2013.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: RUMOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

*Victor Martins Ramos Rodrigues
Leandro Garcia Pinho*

INTRODUÇÃO

Em uma recente publicação sobre a dinâmica social da atualidade envolta à pandemia do Novo Coronavírus, Boaventura de Sousa Santos nos alerta sobre os caminhos pouco profícuos para a humanidade quando esta mantém a versão atual vigente para o capitalismo: neoliberalismo combinado com o domínio do capital financeiro. Este caminho (ou seria “descaminho” ou mesmo um “não caminho”?) impôs-se nos últimos quarenta anos e trouxe à baila a versão mais antissocial do capitalismo, sujeitando “todas as áreas sociais – sobretudo saúde, educação e segurança social – ao modelo de negócio do capital, ou seja, a áreas de investimento privado que devem ser geridas de modo a gerar o máximo lucro para os investidores”. Sob os auspícios dessa forma de capitalismo coloca-se de “lado qualquer lógica de serviço público, e com isso, ignora os princípios de cidadania e os direitos humanos”. (SANTOS, 2020, p. 24).

Esse alerta de Boaventura Santos evidencia o quão premente se faz, e cada vez mais, a discussão em torno dos direitos humanos, que, para nós aqui, não prescinde, em hipótese alguma, de uma discussão em torno da Educação em Direitos Humanos (EDH). Muito pelo contrário, partimos aqui da premissa que os Direitos Humanos só se farão efetivos e inerentes à nossa cultura e sociedade conquanto que também reconheçamos a EDH como parte integrante de nossa formação humana na atualidade.

Para tal, partimos da questão problema: como a pesquisa em Educação em Direitos Humanos vem se constituindo no Brasil nos últimos anos? Sendo assim, entendemos como de grande valia um bom levantamento sobre o tema, evidenciando o ponto onde estamos quanto às discussões acerca da EDH entre os pesquisadores e suas pesquisas no Brasil. É neste sentido que o presente texto se faz caminhar e, desta forma, viabilizar uma visão panorâmica a respeito das pesquisas, em especial das produções científico-acadêmicas publicadas sobre o tema da EDH no Brasil nos últimos anos.

O presente texto apresenta alguns distintos momentos. No primeiro deles, foi feita a abordagem teórica sobre o estado da arte, buscando esclarecer a definição

e o entendimento dessa técnica. No segundo momento, foram apresentados os resultados de um levantamento preliminar concluído em 19 de julho de 2018. O terceiro momento diz respeito às divergências encontradas num segundo levantamento feito em 17 de janeiro de 2019 para a validação dos primeiros resultados. O quarto momento refere-se ao fechamento do estado da arte e a realização de um terceiro levantamento com a atualização dos resultados a partir o marco temporal limítrofe considerado para os dois primeiros levantamentos.

Dessa maneira, foi possível formar um panorama indicativo bem claro sobre a forma pela qual se realizaram os levantamentos do estado da arte no Portal de Periódicos CAPES, bem como as categorizações formadas. Essa abordagem viabilizou a constatação de divergências e de peculiaridades apontadas em termos de validação de resultados de buscas levadas a cabo na referida base de dados.

Para tal, a proposta é apresentar um levantamento do tipo estado da arte com a finalidade de diagnosticar os rumos que essa relevante temática vem tomando junto aos pesquisadores. Este levantamento, sob a forma de estado da arte é o procedimento metodológico adotado aqui e apresenta-se como um momento preparatório que serve de subsídio para outras formas de pesquisa e análise da temática, pois é capaz de compilar estrategicamente os produtos científicos e/ou bibliográficos sobre determinada área de interesse a ser explorada em profundidade pelo pesquisador. Esse recurso permite uma visão holística e sistematizada do que se dispõe em termos de material bibliográfico capaz de subsidiar fundamentos teóricos sob os quais o pesquisador pode se apoiar, manifestando-se como importante estratégia no percurso metodológico da pesquisa.

SOBRE AS PESQUISAS DENOMINADAS ESTADO DA ARTE

Uma interessante concepção preliminar do que seja estado da arte é aquela que a define como uma *“investigación de investigaciones”*. E segue afirmando ser uma ferramenta essencial nas universidades e centros de investigação para revisar a situação atual de conhecimento de sua produção investigativa, fazer um balanço desta e criar novos cenários de formação e investigação (PATIÑO, 2016, p. 166). Adverte Patiño (2016, p. 167) que “há muita pouca informação sobre o assunto encontrada em mídia impressa e eletrônica; há sinônimos como “situação atual”, “estado de conhecimento”, “produção atual”, “produção acadêmica” ou “estado da arte” (tradução nossa).¹³⁴

¹³⁴ *Original sem tradução: Es muy escasa la información que sobre el tema se encuentra en los medios impresos y electrónicos; existen sinónimos como “situación actual”, “estado de conocimiento”, “producción actual”, “producción*

Sobre essas terminologias, existem aqueles que as distinguem, não as tratando como sinônimos (PALACIO, GRANADOS e VILLAFÁÑEZ, 2016, p. 29-32). Tais autores explicam que o estado da arte não se pode considerar nunca uma pesquisa ou um produto pronto, acabado, pois se trata de uma contribuição científica que gera novos problemas e novas hipóteses de investigação e representa o primeiro e mais importante insumo para dar começo a qualquer investigação (p. 9).

Segundo Sandra Patricia Rojas Rojas (2007, p. 6-7):

O estado da arte se desenvolve em duas fases. Na primeira, denominada fase heurística, procede-se à busca e coleta de fontes de informação, que podem ter muitas características e naturezas diferentes. [...] Durante a segunda fase, denominada hermenêutica, cada uma das fontes pesquisadas é lida, analisada, interpretada e classificada de acordo com sua importância no trabalho de pesquisa (tradução do autor).¹³⁵

Diante da apontada multiplicidade de opções para denominação e procedimentos para o desenvolvimento da pesquisa desse tipo, optamos aqui por priorizar a nomenclatura estado da arte (PATIÑO, 2016) e adotar que essa pesquisa seja realizada nessas duas fases: heurística e hermenêutica (ROJAS ROJAS, 2007). Em síntese, num primeiro momento são levantados os dados quantitativos e organizados os objetos de análise e, no segundo momento, passa-se a análise mais profundada, com enfoque qualitativo para formação de categorias sobre o que se conhece sobre a EDH.

Como explica Uribe (2013), o estado da arte é uma investigação sobre a produção investigativa de um determinado fenômeno, que permite desvelar a dinâmica a partir da qual tem se desenvolvido a descrição, explicação ou compreensão do fenômeno estudado, bem como a construção de conhecimentos sobre o saber acumulado. Além disso, é ainda um elemento básico e indispensável para definir e estruturar a investigação.

Não é demasiado afirmar que a expressão estado da arte designa um (ainda) novo e (lamentavelmente) não explorado campo de investigação. É algum mais complexo do que a simples análise documental, mas, para além disso, o estado da arte se aproxima mais do que Patiño (2016, p. 168) disse a respeito,

académica” o “estado de la cuestión”.

¹³⁵ Original sem tradução: *El estado del arte se desarrolla en dos fases. En la primera, denominada fase heurística, se procede a la búsqueda y recopilación de las fuentes de información, que pueden ser de muchas características y diferente naturaleza. [...] Durante la segunda fase, denominada hermenéutica, cada una de las fuentes investigadas se lee, se analiza, se interpreta y se clasifica de acordó con su importancia dentro del trabajo de investigación.*

considerando-a como a “conversão de pesquisa em próprio fenômeno de pesquisa em si; conseqüentemente, pode-se falar em pesquisa sobre a pesquisa”.

Assim, consideramos que o estado da arte permite ao pesquisador contar uma das várias versões da história sobre o que se vem pesquisando em relação a determinado tema. Além disso, viabiliza que o pesquisador imprima seu olhar sobre as investigações já feitas a respeito de um tema que lhe é de interesse científico.

O ESTADO DA ARTE EM RELAÇÃO AOS ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS DISPONÍVEIS NO PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES

O estado da arte pode ser ferramenta importante não apenas como fase preparatória de uma investigação mais profunda sobre determinada temática, mas também como um procedimento metodológico que se mostra muito relevante também para percebermos criticamente uma temática em escolhida, no nosso caso a da EDH, e suas correlações com outros campos da ciência como, para nós aqui, a Educação, Direito, Ciências Políticas, Serviço Social e outros, por meio de exploração da produção científica, em formato de artigos publicados em periódicos classificados com Qualis CAPES¹³⁶, disponibilizados para consulta no repositório *on line* Portal Periódico CAPES¹³⁷, onde foram identificadas as fontes primárias dessa pesquisa: as revistas e periódicos científicos.

Dessa forma, elegemos como fonte primária das buscas o repositório virtual de publicações científicas periódicas, que disponibiliza mecanismos de buscas e ferramentas de filtragem que facilitaram a apuração dos resultados obtidos.

A busca na referida base de dados foi viabilizada pelo Sistema Acadêmico da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), através de clique no item “Periódicos CAPES” exibido após clique na aba “Cadastro”, do menu lateral esquerdo da tela do Sistema Acadêmico versão 1.138.0.¹³⁸

Porém, antes da pesquisa exploratória no Portal Periódicos CAPES, fizemos o levantamento bibliográfico de outros subsídios que deram suporte à assimilação do resultado da busca com as temáticas referentes às políticas sociais, educação e direitos humanos. Ademais, também foram feitos o levantamento e a seleção

¹³⁶ Disponível em: <https://sucupira.CAPES.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>. Acesso em: 19 jul. 2018.

¹³⁷ Disponível em: <http://www-periodicos-CAPES-gov-br.ez81.periodicos.CAPES.gov.br/>. Acesso em: 19 jul. 2018.

¹³⁸ Disponível em: https://academico.uenf.br/acessos_CAPES/new. Acesso em: 02 jun. 2020.

de livros, artigos e documentos que deram suporte bibliográfico-referencial à presente revisão no que diz respeito às políticas sociais, em especial às políticas educacionais e, por fim, à EDH.

Dito isso, consideramos tanto os aspectos quantitativos quanto os qualitativos para a análise dos resultados obtidos e que serviram de subsídio para a revisão bibliográfica.

Após a organização e recompilação dos resultados obtidos, concluímos que se utilizando os critérios de busca pela expressão exata *educação em direitos humanos* vinculada ao termo *política* os resultados ainda são substancialmente inexpressivos na produção científica publicada em revistas e periódicos científicos no país.

UM PRIMEIRO LEVANTAMENTO

O detalhamento de nosso primeiro levantamento (finalizado em 19/07/2018) dos critérios dessa busca na base de dados Portal Periódicos CAPES (*on line*), com seus resultados, categorização, organização e recompilação dos resultados são resumidos no Quadro 1 (logo a seguir) e serve de orientação para a redação descritiva-exploratória que acabamos por construir.

Quadro 1: Critérios da primeira busca no Portal Periódicos CAPES finda em 19/07/2018.

Data da busca definitiva	19 de julho de 2018	Resultados
Base de Dados	Portal Periódicos CAPES (<i>on line</i>) ¹	---
1º critério de filtragem	Busca por Assunto	---
2º critério de filtragem	Expressões exatas entre aspas e vinculadas: (“educação em direitos humanos” + “política”)	23 artigos e livros
3º critério de filtragem	Tipo de recurso: somente artigos	18 artigos
4º critério de filtragem	Período temporal: 01/01/2012 até 31/12/2017	13 artigos

Fonte: elaboração própria dos autores.

É de se considerar que logo após a utilização do segundo critério de filtragem, não se constatou nos resultados nenhum artigo publicado em nenhum periódico no ano de 2018 com os parâmetros de busca definidos.

Considerando-se então o quantitativo estranhamente baixo de 13 (treze) artigos como resultado geral inicial, optamos por não aplicar nenhum outro tipo de refinamento, delimitamos então, esse o universo total de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais disponíveis para consulta na base

de dados Portal Periódicos CAPES (*on line*) acessado em 19/07/2018, apenas organizando-os de acordo com a relevância relacionada aos parâmetros da busca.

Foi utilizada a técnica da busca de frase exata, colocamos os termos entre aspas (KENT, 2015, p. 54), dispensando a utilização de conectores entre as palavras e otimizamos qualitativamente os resultados. No caso, a busca foi feita com a temática exata: *educação em direitos humanos*. No campo de busca, abrimos as aspas antes da palavra *educação* e fechamos as aspas logo após a palavra *humanos*. Além disso, utilizamos o conector *and* para vincular a expressão exata *educação em direitos humanos* a outro termo de busca, a palavra *política*, também colocada entre aspas.

A expressão exata *educação em direitos humanos* foi considerada tendo em vista ser essa a expressão oficialmente utilizada na política educacional específica para cumprir essa finalidade, a Política Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH (BRASIL, 2013).

Análise dos periódicos onde os artigos foram publicados

Dos 13 (treze) artigos obtidos como resultado geral inicial, 10 (dez) deles foram publicados em periódicos revisados por pares e 03 (três) em periódicos que não seguem essa metodologia de análise para seleção e publicação dos artigos a eles submetidos pelos autores.

Com base no ISSN (*International Standard Serial Number*, sigla em inglês para Número Internacional Normalizado para Publicações Seriada) *on line* para os periódicos publicados em versão digital e no ISSN para os periódicos só possuem publicação na versão impressa, em relação a cada um deles, passamos para a fase de análise do nível de classificação Qualis, e, por consequência, de pertinência e validade dos artigos.

Para tanto, acessamos a Plataforma Sucupira e realizamos a busca individualizada de cada periódico pelo seu respectivo ISSN, aplicando o refinamento de *Evento de Classificação*, com a eleição da opção de *Classificações de Periódicos no quadriênio no período de 2013 a 2016*, consideramos tão somente a classificação de cada periódico na área de avaliação *Interdisciplinar*, com exceção da Revista Colombiana de Educación (ISSN: 0120-3916) que não é avaliada nessa área, consideramos então, por pertinência ao tema, a área de avaliação *Educação*.

No total, os 13 (treze) artigos obtidos no resultado geral inicial foram publicados em 09 (nove) periódicos diferentes, com classificações Qualis CAPES

também distintas, desde o nível de classificação máximo (A1) ao nível mínimo observado classificado (B2).

Abaixo, o Quadro 2 traz o panorama geral com o nome dos periódicos onde os artigos obtidos no resultado da busca junto ao repositório *on line* Periódicos CAPES, o ISSN (*on line*) de cada um e sua respectiva classificação Qualis CAPES na área de Avaliação Interdisciplinar, referente à sua classificação no quadriênio de 2013 a 2016.

Quadro 2: Identificação dos periódicos onde foram publicados os artigos apontados nos resultados da busca finda em 19/07/2018.

NOME DO PERIÓDICO	ISSN	CLASSIFICAÇÃO
Educação (PUCRS)	1981-2582	B1
Revista Colombiana de Educación	0120-3916	B1
Ciência & Saúde Coletiva	1678-4561	B1
HOLOS (Natal. On-line)	1807-1600	B2
Política & Sociedade (On-line)	2175-7984	B1
Veredas - Revista de Estudos Linguísticos	1982-2243	B2
Estudos Feministas	1806-9584	A1
Revista de Estudios Sociales	0123-885X	B2
Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales	1692-715X	B1

Fonte: elaboração própria dos autores.

Assim, verificada a procedência dos artigos, o seu veículo de publicação e a classificação destes, restam os referidos artigos devidamente validados e aptos a justificar a eleição dos mesmos para a análise.

Análise do conteúdo integral dos artigos

Para uma validação mais eficaz da revisão bibliográfica, passamos então a analisar o conteúdo integral dos textos publicados nos periódicos apresentados na busca inicial. Assim, por meio da leitura e interpretação crítica do conteúdo integral dos artigos, identificamos muitos pontos que ainda não haviam sido descobertos anteriormente, que evidenciam a estreita correlação com a área de concentração do PPGPS/UENF e com a linha de pesquisa número 1 (educação, cultura, política e cidadania).

Relembrando, o resultado inicial geral, com os critérios de busca e refinamento aplicados, apontou 13 (treze) artigos publicados em 09 (nove) periódicos, que de

acordo com o nível de relevância apontado automaticamente pela base de dados, foram assim ordenados sucessivamente (Quadro 3), sendo a primeira colocação a que apresenta o maior nível de relevância e a última com o menor nível de relevância:

Quadro 3: Apresentação das citações para referências dos artigos conforme a ordem de relevância apontada nos resultados da busca finda em 19/07/2018.

Ordem decrescente (Nível de relevância)	Citação para referência
1º	(SILVA e TAVARES, 2013)
2º	(ESPINEL BERNAL, 2013)
3º	(SAMPAIO BARBOSA, et. al., 2013)
4º	(DIÓGENES e ANDRADE, 2013)
5º	(ERAS, 2015)
6º	(ARAÚJO e NEVES, 2017)
7º	(FERREIRA e MATHIAS, 2015)
8º	(GOMES, 2014)
9º	(SIMÕES, 2014)
10º	(MARINHO e GONÇALVES, 2016)
11º	(DE OLIVEIRA, ALBERTO e BITTENCOURT, 2016)
12º	(DIAS e DE OLIVEIRA, 2015)
13º	(BRAGAGNOLO, LAGO e RIFIOTIS, 2015)

Fonte: elaboração própria dos autores.

A organização das informações levou em consideração apenas aspectos qualitativos originados da análise do conteúdo integral dos artigos, incluindo aí as referências enumeradas ao final de cada um deles.

Para a organização e recompilação, foram formadas 04 (quatro) categorias principais, a saber: *gênero* (BRAGAGNOLO, LAGO e RIFIOTIS, 2015; DIAS e DE OLIVEIRA, 2015; DE OLIVEIRA, ALBERTO e BITTENCOURT, 2016; MARINHO e GONÇALVES, 2016; GOMES, 2014); *discursos/linguística* (ESPINEL BERNAL, 2013; DIÓGENES e ANDRADE, 2013; ARAÚJO e NEVES, 2017; FERREIRA e MATHIAS, 2015; ERAS, 2015; DE OLIVEIRA, ALBERTO e BITTENCOURT, 2016); *política* (SILVA e TAVARES, 2013; ESPINEL BERNAL, 2013; SAMPAIO BARBOSA, et. al., 2013; DE OLIVEIRA, ALBERTO e BITTENCOURT, 2016; DIAS e DE OLIVEIRA, 2015) e, por fim, a categoria *justiça* (SIMÕES, 2014; BRAGAGNOLO, LAGO e RIFIOTIS, 2015).

Tais categorias se evidenciaram também como temas transversais que, aplicáveis à EDH, são aptas a cumprir preceitos dessas políticas educacionais específicas. Como era de se esperar os dois primeiros artigos ordenados por nível de relevância (SILVA e TAVARES, 2013; ESPINEL BERNAL, 2013), aqui incluídos na categoria *política*, trataram especificamente, em todo o seu texto, da educação em direitos humanos. No primeiro artigo, são discutidos os avanços e limitações da EDH como política pública, tomando-se como base o PNEDH e os Planos de Ação de EDH (SILVA e TAVARES, 2013). No segundo artigo publicado em uma revista colombiana, discute-se o funcionamento das formas político-discursivas de enunciados da EDH a partir da política pública, identificando formas de subjetivação derivadas dos interesses governamentais (ESPINEL BERNAL, 2013).

O terceiro artigo, *a priori*, parece ser o mais desagregado possível da EDH e das políticas públicas, por tratar de alimentação na escola. Porém, também faz parte da categoria *política*, pois a partir de uma leitura atenta, vislumbram-se em seu conteúdo, várias alusões às políticas públicas sociais e a alimentação como direito humano, além de temas transversalmente aplicáveis à EDH como empoderamento, autonomia, cidadania, ecologia, sustentabilidade, etc. A menção expressa à EDH só foi encontrada em um livro indicado nas referências (SAMPAIO BARBOSA, *et. at.*, 2013).

Um artigo de autoria de Diógenes e De Andrade (2013), incluído na categoria *discursos/linguística*, trata da formação continuada em direitos humanos para professores do ensino médio, aponta um item específico muito interessante sobre a EDH e faz um panorama da EDH no Brasil, citando políticas, programas e planos, referindo-se ainda à Rede Nacional de EDH. Um outro ensaio bibliográfico incluído na mesma categoria *discursos/linguística* aborda o ensino de Sociologia na educação básica e fornece poucos subsídios para os conhecimentos em termos de EDH, a não ser por superficiais alusões aos direitos sociais e ao tratamento dos direitos humanos como tema (ERAS, 2015).

Os maiores destaques dentre as produções científicas apontadas no resultado geral inicial foram as categorias: *gênero*, priorizada por 05 (cinco) dos 13 (treze) artigos onde são tratadas as violências de gênero e o empoderamento feminino. Além dessa, maior destaque se dá à categoria *discursos/linguística*, integrada por 06 (seis) dos 13 (treze) artigos, conforme já citados acima, onde, em suma se discutem discursos e narrativas políticas e/ou educacionais. Em um desses artigos, constata-se a íntima correlação entre ambas as categorias que tanto trabalha *gênero* quanto *discursos* (DE OLIVEIRA, ALBERTO e BITTENCOURT, 2016). Neles, porém, a EDH não é diretamente tratada e as políticas sociais possuem

pouca, ou quase nenhuma expressividade. A exceção coube ao artigo de Ferreira e Mathias (2015) que tratou pontualmente do PNDH-3 (BRASIL, 2013) como “*representatividade política e social*” (p. 165).

Por fim, na categoria *justiça*, Simões (2014) aborda os direitos sociais já em seu resumo e no teor do artigo, faz nova menção aos direitos sociais (p. 16), sendo a EDH apenas encontrada especificamente em um dos livros das referências. Por fim, no último artigo analisado na categoria *justiça*, em que se aborda a questão dos estudos de *gênero*, se volta-se à análise da prática de se produzir justiça (BRAGAGNOLO, LAGO e RIFIOTIS, 2015). Trata este artigo das políticas de prevenção à violência de gênero em que a EDH só é expressamente identificada em um livro nas referências.

AS DIVERGÊNCIAS NOS RESULTADOS AO SE REFAZER O LEVANTAMENTO

Tendo em vista a necessidade de validação dos resultados da pesquisa e diante da necessidade de apuração de eventuais atualizações em relação à primeira busca feita em 19/07/2018, repetimos o mesmo levantamento em 17/01/2019. Constatamos, pela repetição do mesmo levantamento com critérios de busca idênticos, que resultados da pesquisa para o período de 01/01/2012 a 31/12/2017 foram substancialmente divergentes entre os obtidos pelo primeiro levantamento findo em 19/07/2018 e os frutos do levantamento posterior para validação dos resultados repetido em 17/01/2019, mesmo com a utilização de parâmetros de busca idênticos.

Num primeiro cenário, a busca considerou o período compreendido de 01/01/2012 a 31/12/2017 conforme a primeira pesquisa finda em 17/07/2018, tendo sido os resultados obtidos explicitados acima. Num segundo cenário, ou seja, na pesquisa para validação dos resultados repetida em 17/01/2019, considerando-se o mesmo período de 01/01/2012 a 31/12/2017 e com idênticos critérios de filtragem, apenas os novos resultados são apontados no Quadro 4 que se segue:

Quadro 4: Critérios da primeira busca no Portal Periódicos CAPES finda em 17/01/2019.

Data da busca definitiva	17 de janeiro de 2019	Resultados
Base de Dados	Portal Periódicos CAPES (<i>on line</i>)	---
Critérios de filtragem	Idênticos ao do levantamento feito em 19/07/2018.	34 artigos

Fonte: elaboração própria dos autores.

Daí ser possível confirmar a divergência numérica de 21 (*vinte e um*) artigos por não mostrados no resultado do primeiro levantamento anterior findo em 19/07/2018. Tais artigos foram então registrados *a posteriori* na base de dados até 17/01/2019, denunciando a existência de uma significativa inconsistência especialmente relacionada aos procedimentos de alimentação de artigos/conteúdos na base do Portal de Periódico CAPES. Ou seja, o resultado de artigos omitidos na busca anterior (vinte e um) supera – em muito – o total dos resultados apurados à época (apenas treze).

Com isso, foi preciso novamente analisar e categorizar os artigos que só apareceram nos resultados da base de dados em consulta finalizada em 17/01/2019, a fim de incluir as publicações não apreciadas e, acima de tudo, deixar comprovado que há apenas dois dias antes de se completar um semestre da busca anterior, ocorreu substancial variação dos registros alimentados na base de dados consultada.

Pela conferência comparativa dos resultados quantitativos obtidos nas consultas findas em 19/07/2018 e 17/01/2019, apuramos a seguinte divergência numérica no total de artigos, classificados por ano de publicação, que foram cadastrados (retroativamente) depois da primeira consulta finda em 19/07/2018, como evidenciamos no Quadro 5.

Quadro 5: Distribuição anual da quantidade de artigos acrescidos ao acervo do Portal de Periódicos CAPES depois da primeira busca finda em 19/07/2018.

2013	2014	2015	2016	2017
02 artigos	03 artigos	04 artigos	05 artigos	07 artigos

Fonte: elaboração própria dos autores.

Com esse cenário fica claro que, em pleno segundo semestre do ano de 2018, era perfeitamente possível incluir na base de dados do Portal de Periódicos da CAPES, artigos que foram publicados ainda em 2013, ou seja, há mais de 05 (cinco) anos atrás!

Incomodados com a inconsistência apontada (o que foi conferido e ratificado por outras duas vezes), buscamos no Portal de Periódicos CAPES informações relacionadas aos critérios de inclusão de publicações no Portal, e, ao clicar no link “*ACERVO*” nas abas laterais disponíveis do lado esquerdo da tela da página inicial, constamos a existência de informações genéricas de que o desenvolvimento da coleção do Portal é orientado por sugestões de usuários e análises da CAPES e de um órgão denominado Conselho Consultivo do Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos. Os critérios considerados são: “a área de conhecimento

da nova coleção e sua relação com o cenário da pós-graduação no Brasil, o fator de impacto das publicações indicadas, a disponibilidade de recursos financeiros pela CAPES, entre outros” (CAPES, 2019)¹³⁹.

Extraí-se, assim, que é perfeitamente possível ocorrer tais divergências. Verificamos que o problema da divergência de resultados de pesquisas idênticas feitas em datas distintas gera uma significativa insegurança. Nas pesquisas em que se faz necessário o levantamento do acervo de uma base de dados, em especial as do tipo estado da arte, os resultados dessas pesquisas só serão válidos para a data final em que tais pesquisas forem concluídas.

Impõe admitir, em outras palavras, que os resultados dessa pesquisa serão sempre variáveis *a posteriori*. Sua validação futura pode ficar comprometida porque, eventualmente, haverá o acréscimo ou modificação no acervo da referida base de dados, o que ocasiona resultados distintos, mesmos para pesquisas idênticas, acaso repetidas em momento futuro.

Assim, não é possível formar com definitiva segurança quantitativa, tampouco qualitativa, nenhum levantamento ou categorização de publicações referentes a determinado recorte temporal específico. O resultado final será sempre fungível, de validade imediata e de conteúdo variável.

Portanto, o leitor de uma publicação contendo resultados de pesquisa do tipo estado da arte cuja fonte foi a base de dados disponível no Portal de Periódicos CAPES, sempre deverá considerar que aqueles resultados são válidos apenas no contexto temporal em que a pesquisa foi concluída. Muito possivelmente, tais resultados serão diferentes quando da redação do produto enviado para publicação. Mais certamente ainda será divergente no momento da publicação, e assim por diante.

Em suma, quanto mais tempo se passar do dia da conclusão da pesquisa do estado da arte baseada em dados do Portal de Periódicos CAPES, maior será a divergência dos resultados em uma busca futura, mesmo delimitada temporalmente no mesmo período da busca inicial.

Cientes disso, a partir deste ponto, seguimos para a análise qualitativa dos mesmos pontos considerados na pesquisa anterior para uma cobertura mais completa do período pesquisado. É o que se conseguiu apurar na data de 17/01/2019 que deve ser considerada para os resultados a seguir descritos.

Os pontos a serem qualitativamente descritos a seguir são, da mesma forma

¹³⁹ MEC. CAPES. **Portal de Periódicos CAPES**. Acervo. Disponível em: http://www-periodicos-CAPES-gov-br.ez81.periodicos.CAPES.gov.br/index.php?option=com_pcollection&Itemid=105. Acesso em: 01 jan. 2019.

que a pesquisa anterior, os seguintes: os periódicos onde os artigos foram publicados e o conteúdo integral dos artigos.

Análise dos periódicos onde os artigos foram publicados

Dos 21 (vinte e um) artigos obtidos como divergências do resultado da busca anterior, 18 (dezoito) deles foram publicados em periódicos revisados por pares e outros 03 (três) em periódicos que não seguem essa metodologia de análise prévia para publicação de artigos submetidos pelos autores.

Considerando-se o ISSN (*on line*) dos periódicos publicados em versão digital e o ISSN dos periódicos publicados apenas na versão impressa, passamos para a fase de análise do nível de classificação Qualis dos respectivos periódicos. Para tanto, foi repetido o acesso à Plataforma Sucupira e realizada a busca individualizada de cada periódico pelo seu respectivo ISSN, aplicando o mesmo refinamento de *Evento de Classificação*, com a eleição da opção de *Classificações de Periódicos no quadriênio no período de 2013 a 2016*, considerando-se tão somente a classificação de cada periódico na área de avaliação *Interdisciplinar*.

Algumas observações devem ser feitas para a análise do Quadro 6, que subsidia este tópico. Uma primeira observação é que, para os periódicos que não foram avaliados na área *Interdisciplinar*, o estrato foi considerado em relação à área de avaliação *Educação*, que mais se aproxima à temática. Tal situação ocorreu somente em relação ao periódico de título *Periferia* (ISSN: 1984-9540), destacado no quadro abaixo com um asterisco (*) antes do seu nome.

A segunda observação se dá em relação ao periódico internacional *European Scientific Journal*, apuramos uma divergência de dados em relação ao número do ISSN. O número que consta registrado no Portal de Periódicos CAPES (1857-7881), ao ser consultado na Plataforma Sucupira para verificação de seu Qualis, apresentou a resposta de que não existiam dados cadastrado para a pesquisa realizada¹⁴⁰. Por esta razão, a consulta foi feita por nome, mantendo-se os mesmos critérios anteriores. Descobrimos, então, que o número do ISSN do Periódico *European Scientific Journal* registrado na Plataforma Sucupira é diferente do apontado no Portal de Periódicos CAPES. O número de ISSN apontado na Plataforma Sucupira para esse periódico é 1857-7431. Verificamos que a

¹⁴⁰ MEC. CAPES. Plataforma Sucupira. Início. Qualis. Qualis Periódicos. Disponível em: <https://sucupira.CAPES.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>. Acesso em 17 jan. 2019.

divergência ocorre apenas no antepenúltimo e no penúltimo número do ISSN. Para alertar sobre tal divergência na leitura do Quadro 6, o nome do periódico foi marcado com dois asteriscos (**) que o antecederam.

A terceira observação é que para os periódicos que não foram avaliados nem na área *Interdisciplinar* e nem na área *Educação*, por aproximação sucessiva à temática, o estrato foi considerado em relação à área de avaliação *Direito*. Destacamos o nome do periódico no quadro abaixo com três asteriscos (***) que o antecederam, o que ocorreu somente em relação ao periódico de título Revista Em Pauta (ISSN: 2238-3786).

No total, os 21 (vinte e um) novos artigos que não apareceram na busca anterior, finda em 19/07/2018, foram publicados em 17 (dezesete) periódicos diferentes, com classificações Qualis CAPES também distintas, desde o nível de classificação A2 ao nível mínimo classificado B4.

O quadro 6 nos traz um panorama geral dos nomes dos periódicos em que foram publicados os artigos obtidos no resultado da busca junto ao repositório *on line* Periódicos CAPES, o ISSN de cada um e sua respectiva classificação Qualis CAPES na área de Avaliação Interdisciplinar, referente à sua avaliação no quadriênio de 2013 a 2016.

Quadro 6: Identificação dos periódicos onde foram publicados os artigos apontados nos resultados da busca finda em 17/01/2019.

NOME DO PERIÓDICO	ISSN	CLASSIFICAÇÃO
Política e Gestão Educacional	1519-9029	B4
Revista ESMAT	2177-0360	B4
Motrividência	2175-8042	B4
Rev. Brasileira de Educação Especial	1980-5470	A2
ETD: Educação Temática Digital	1676-2592	B1
Quaestio Iuris	1516-0351	B2
* Periferia	1984-9540	B4
** European Scientific Journal	1857-7431	B3
Rev. Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação	1678-765X	B1
Revista de Administração Pública: RAP	0034-7612	A2
Cadernos EBAPE.BR	1679-3951	B1
Acta Scientiarum. Human and Social Sciences	1679-7361	B1
Sequencia	2177-7055	B2
Meridiano 47	1518-1219	B2
Revista de Estudios Sociales	0123-885X	B2
*** Em pauta	2238-3786	B3
Revista Ártemis	1807-8214	B2

Fonte: elaboração própria dos autores.

Em comparação com o quadro de avaliação dos estratos (Qualis) dos periódicos evidenciados na pesquisa anterior de 19/07/2018, verificamos que os 21 (vinte e um) *novos* artigos que omitidos nos resultados daquela pesquisa foram publicados em periódicos que, provavelmente, não integravam o acervo do Portal de Periódicos CAPES à época, tendo em vista que não houve a repetição de nenhum nome em relação aos periódicos da pesquisa antecedente. Talvez aí restar justificada a divergência pela aquisição e incorporação posterior de novo acervo à base de dados, inclusive contendo publicações em edições passadas.

Outra significativa constatação foi que em relação aos periódicos não apontados na busca anterior, o nível de avaliação do estrato (Qualis) máximo foi A2 e o mínimo B4, sendo ainda evidenciados outros periódicos avaliados como B3. Na primeira busca, o nível máximo foi A1 e o mínimo foi B2.

O quadro a seguir servirá apenas para ilustrar, em relação às classificações dos estratos Qualis consultados na Plataforma Sucupira, quantos novos periódicos foram evidenciados nessa busca datada de 17/01/2019.

Quadro 7: Número de periódicos acrescidos ao acervo do Portal de Periódicos CAPES após a busca finda em 19/07/2018 agrupados por seus estratos Qualis.

A2	B1	B2	B3	B4
02 periódicos	04 periódicos	05 periódicos	02 periódicos	04 periódicos

Fonte: elaboração própria dos autores.

Com essa constatação, verificamos a procedência dos artigos, o seu veículo de publicação e a classificação destes, passando então à análise de cada um dos artigos em relação ao seu texto integral.

Análise do conteúdo integral dos artigos

Como última etapa da pesquisa, passamos então à leitura e análise do conteúdo integral dos textos publicados nos periódicos apontados nos resultados dessa busca finda em 17/01/2019. Através do exercício de leitura e interpretação crítica do teor integral dos textos, conseguimos apurar que o conteúdo era rico em dados que ligavam estreitamente a temática da EDH com o tema da política.

Os 21 (vinte e um) artigos apontados nos resultados de busca que repetiu todos os critérios de refinamento aplicados, e, são a seguir classificados conforme o nível de relevância automaticamente calculado pela ferramenta de busca da base de dados do Portal de Periódicos CAPES. Considerados sucessivamente, a ordem de relevância é a seguinte, como mostra o Quadro 8:

Quadro 8: Apresentação das citações para referências dos artigos conforme a ordem de relevância apontada nos resultados da busca finda em 17/01/2019.

Ordem decrescente (Nível de relevância)	Citação para referência
1º	(DA SILVA, BRABO e MORAIS, 2017)
2º	(SOUSA, 2017)
3º	(CAMILO, 2014)
4º	(SILVA, 2017)
5º	(MARIUSSI, GISI e EYNG, 2016)
6º	(CAMPOS, SILVA e CICILLINI, 2015)
7º	(DIAS e BRUM, 2017)
8º	(NUNES, 2013)
9º	(RIBEIRO e CALIMAN, 2015)
10º	(PIRES, 2013)
11º	(SALCEDO e ALVES, 2015)
12º	(DE SOUSA, LIMA e KHAN, 2015)
13º	(ZWICK, DA SILVA e DE BRITO, 2014)
14º	(BACKES, 2016)
15º	(DAMASCENO, 2017)
16º	(DE FREITAS, MANDARINO e ROSA, 2017)
17º	(GALVÃO e MROS, 2017)
18º	(MARINHO e GONÇALVES, 2016)
19º	(WERLANG e MENDES, 2016)
20º	(DIAS e VIANNA, 2016)
21º	(PAIVA e FELIX-SILVA, 2014)

Fonte: elaboração própria dos autores.

Com essa nova classificação, foi possível situar os artigos com base nas mesmas categorizações anteriores, a relembrar: *gênero; discurso/linguística; política* e, ainda, *justiça*. Porém, emergiu uma necessária quinta categorização, definida como *práticas educativas*.

Na categoria *gênero*, um total de 04 (quatro) artigos foram nela englobados por ser esse o eixo central nas suas discussões (DA SILVA, BRABO e MORAIS, 2017; NUNES, 2013; MARINHO e GONÇALVES, 2016; PAIVA e FELIX-SILVA, 2014).

Nessa categoria, um primeiro artigo fruto de pesquisa de revisão bibliográfica e análise documental tratou de investigar como as temáticas de gênero e sexualidade,

na condição de temas transversais, seriam trabalhados no contexto da formação docente, fazendo um esboço do desenvolvimento histórico da educação em direitos humanos, perpassando pela exaltação das conquistas formais de direitos decorrentes de demandas feministas e LGBT. Por fim, o texto trata de questionar a influência da religiosidade no trato dessas questões, fazendo uma crítica ao termo *ideologia de gênero* (DA SILVA, BRABO e MORAIS, 2017).

Outro enfoque nessa mesma temática foi dado por Nunes (2013), que articula a teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe com a tensão igualdade/diferença de Aura Helena Ramos na abordagem da construção do currículo de educação em direitos humanos que considere as questões de gênero e sexualidade. Trata-se de interessante conjuntura teórica para estudar tal questão em textos voltados à educação básica como fruto de pesquisa do Núcleo de Educação Continuada da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – Unidade da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

O terceiro artigo abordou a questão do empoderamento feminino decorrentes de práticas ativas nesse sentido que ocorreram no âmbito da América Latina entre os anos 2000 e 2012, analisando três vertentes (MARINHO e GONÇALVES, 2016). Conclui-se, pela análise do texto, pela existência de vários pontos de convergência entre as práticas de empoderamento identificadas na América Latina como resultantes da clássica discussão teórica sobre o assunto.

Por último nessa categoria, um artigo produzido por Paiva e Félix-Silva (2014) traz o resultado de um trabalho de conclusão de curso de graduação em psicologia na Universidade Potiguar – UnP, no qual os autores enfatizaram a questão da produção protética dos corpos de travestis e transexuais. As transcrições de vários trechos de entrevistas permitem uma assimilação qualitativa das subjetividades e do real sentido do trabalho. A educação em direitos humanos só é abordada superficialmente, em única menção sem nenhum aprofundamento a respeito, no tópico que trata da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (2014, p. 259).

Já em relação à categoria *discurso/linguística* também se repetiu o número de 04 (quatro) artigos que enfatizam essa temática em suas abordagens (DIAS, BRUM, 2017; (ZWICK, DA SILVA, DE BRITO, 2014; BACKES, 2016; DAMASCENO, 2017).

No primeiro artigo destaca-se uma forte crítica ao significado tradicional da expressão direitos humanos, onde se questiona, inclusive a condição de pessoa humana daquele desprovido de uma vida digna (DIAS, BRUM, 2017). Os autores fazem duras considerações e críticas ao massificado discurso de direitos humanos apontando para grupos de pessoas que estão mais expostas “à violência, ao risco e à vulnerabilidade, não social, mas, sobretudo, política”, afirmando que “são

corpos que importam menos, vidas precárias que se submetem, diariamente, às injustiças e às indignidades” (p. 2397). Os autores dedicam um tópico específico para tratar da educação *em e para* os direitos humanos, onde trazem à tona as políticas educacionais específicas, elevando-a como mecanismo político eficaz para “(re)significação da concepção discursiva acerca dos Direitos Humanos” em prol de uma “nova legitimação de saberes” (p. 2406-2407). Arretam afirmando que a educação *em e para* os direitos humanos teria o condão de potencializar “conhecimentos emancipados; pode dar voz a quem foi silenciado; pode reconfigurar corpos e vidas precárias” (p. 2410).

Em outro complexo artigo de autoria coletiva incluído nessa categoria, os autores buscaram identificar relações entre a estratégia como prática social e a teoria da ação comunicativa, pautada em massiva análise dos referenciais teóricos eleitos (ZWICK, DA SILVA e DE BRITO, 2014). Apesar da complexidade da discussão teórica e do esforço no sentido de tentar aproximá-la ao campo da política, simplesmente inexistente qualquer menção, no corpo do texto, à educação em direitos humanos ou mesmo aos direitos humanos, sendo a EDH encontrada apenas, e tão somente, no título de uma única obra elencada nas referências do artigo. Não há qualquer relação direta com a temática da educação em direitos humanos, podendo apenas ser indireta e superficialmente considerada em relação ao tema *política*.

O artigo de Backes (2016) é fruto de dois projetos de pesquisas com diferentes fontes de fomentos. O objetivo foi o de analisar as entrevistas realizadas com seis professores de uma escola do Município de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, que possui elevado Índice de Educação Básica (IDEB), especificamente em relação à temática envolvendo a questão étnico-racial. Inicia o texto com base em discussões teóricas sobre raça e etnia, fazendo, posteriormente, uma reflexão sobre “o processo de construção dos sujeitos afrodescendentes pelo currículo” (p. 50). Aqui, mais uma vez, não existe absolutamente nenhuma menção à educação em direitos humanos – ou mesmo aos direitos humanos – no corpo do texto, sendo apenas identificada a expressão “educação em direitos humanos” no título de uma das obras das referências consultadas para a elaboração do artigo.

No quarto e último artigo dessa categoria, também não foi encontrada nenhuma menção ou adesão à temática da educação em direitos humanos. A única referência a esse universo foi encontrada na qualificação do autor na condição de vice coordenador do Grupo de Estudos em Educação em Direitos

Humanos, todos vinculados ao Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica da Universidade Federal do Pará. O texto se desenrola em delimitação temporal que remete à época do império e em delimitação geográfica no Estado do Pará no período compreendido entre 1838 a 1851. No artigo, o autor se adere do início ao fim a uma abordagem histórico-teórica de conceitos morais ou virtudes que o professor dessa época deveria ter, tais como: “moralidade, vocação, prudência e desvelo” (DAMASCENO, 2017, p. 359). Não existe correlação alguma com os estudos sobre educação em direitos humanos.

Inseridos na categoria *política*, como tema mais enfatizado nos textos, podem ser elencados 03 (três) artigos: (CAMILO, 2014; SOUSA, 2017; RIBEIRO e CALIMAN, 2015). O artigo de Christiane de Holanda Camilo (2014) aborda a política educacional da Educação de Jovens e Adultos (EJA) com enfoque na educação física, a questão intergeracional em que retrata que o público alvo dessa política são as pessoas que não tiveram acesso à educação na idade escolar e a educação em direitos humanos como viés mitigador de diferenças intergeracionais. A autora trata da educação física como Educação Física como um “fenômeno sócio-político-cultural que estuda as formas de expressão do corpo e pelo corpo, como uma linguagem de comunicação consigo e com o mundo”, fazendo menção às Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos (DNEDH), sendo neste ponto que ressalta a Educação Física como importante elemento “integrador, diferenciado e essencial para a educação em direitos humanos” (p. 253). Enfim, a educação em direitos humanos no texto é apenas superficialmente abordada, sem nenhum aprofundamento na temática.

No trabalho de Nair Heloisa Bicalho de Sousa (2017), a educação em direitos humanos é enfaticamente tratada como política educacional fruto de demanda no âmbito global, traçando um significativo esboço da trajetória histórica da educação em direitos humanos no Brasil e na América Latina. A autora traça paralelos entre os momentos históricos de criação das normativas internacionais e as políticas de educação em direitos humanos surgidas no Brasil e, nesse enfoque, destaca os principais dispositivos desses documentos. Assim, há a identificação de alguns desafios para a educação em direitos humanos, no Brasil e na América Latina, sustentando uma abordagem crítica do momento histórico apontado como de “retrocessos das políticas nacionais públicas de direitos humanos, em especial na área da Educação em Direitos Humanos” (p. 99). Aponta como possível forma de mitigar tais problemas, a necessidade de interlocução dos magistrados com organismos internacionais.

Num artigo publicado em língua inglesa num periódico europeu, Ribeiro e Caliman (2015, p. 473) tratam da questão do *bullying* cibernético no Brasil como tema de interesse de políticas públicas relacionadas ao uso da internet, com enfoque nas disposições educacionais que combatem o que chamam de *cyberbullying* com base na análise do discurso. Os autores fazem referência expressa a algumas práticas locais de discriminação virtual, como por exemplo, postagens homofóbicas em redes sociais, correlacionando tais atos como contrários às políticas de direitos humanos nacionais, citando como exemplo, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que erroneamente foi referenciado como “Plano Nacional em Direitos Humanos” (p. 477). O artigo em voga conclui que o fenômeno do *cyberbullying* deve ser abordado em escolas sob o enfoque dos direitos humanos (p. 479).

Na categoria *justiça* apenas um artigo a ela se aderiu, mas consideramos essa a sua discussão nuclear (DE FREITAS, MANDARINO e ROSA, 2017). Um texto notadamente redigido sob o enfoque jurídico tratou de abordar a questão dos direitos humanos em relação à efetividade das garantias individuais previstas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) e suas aplicações no âmbito do processo penal. Os autores criticam também a idealização constitucional dos direitos humanos “sem a força e o compromisso para a aplicação do discurso garantista” evidenciando a fragilidade da interpretação normativa, bem como a limitação de seu alcance (DE FREITAS, MANDARINO e ROSA, 2017, p. 145). Aqui, a única menção à EDH foi também encontrada na qualificação de uma das autoras e, por outro lado, nada em relação existe no conteúdo do artigo.

Uma categorização adicional, cuja inclusão se fez necessária nesta pesquisa, foi a denominada *práticas educativas*, uma vez que 09 (nove) dos artigos tratavam de ações ou práticas relacionadas à temática da educação, correlacionada de alguma forma com o tema dos direitos humanos e/ou política (SILVA, 2017; MARIUSSI, GISI e EYNG, 2016; CAMPOS, SILVA e CICILLINI, 2015; PIRES, 2013; SALCEDO e ALVES, 2015; DE SOUSA, LIMA e KHAN, 2015; GALVÃO e MROS, 2017; WERLANG e MENDES, 2016; DIAS e VIANNA, 2016). Essa foi a categoria que mais se destacou em relação à concentração quantitativa de produtos científicos construídos sobre essa base temática.

O artigo de Regina Tarcia Silva (2017) faz interessante correlação entre os conceitos de diferença e diversidade, retomando a discussão entre universalismo e relativismo cultural. Regina Silva afirma que a reflexão sobre o multiculturalismo

é essencial no âmbito educacional (p. 1078). Mais à frente, a autora aborda o conceito de interculturalidade proposto por Vera Candau (p. 1079). Este artigo se dedica grande parte do trabalho à abordagem específica da educação em/para os direitos humanos, perpassando pelas suas conceituações, suas bases e aplicações no processo de “descolonização” de “olhares, saberes e fazeres” para o “fortalecimento da educação em/para os direitos humanos” como caminho de transformação das desigualdades “desde a educação infantil” (p. 1082-1083). Trata-se de relevante subsídio para discussão da EDH na educação infantil.

O artigo de Thiago Gehre Galvão e Gunter Mros (2017) explora o ensino da História nas Relações Internacionais, sendo que num primeiro momento é feito um enquadramento conceitual dos termos história e relações internacionais, com enfoque na genealogia, gerações e horizontes, esta última expressão no sentido de perspectivas que ainda não podem ser contempladas (p. 2). Ao tecer comentários sobre a história das Relações Internacionais no Brasil, os autores desse artigo afirmam que a partir da década de 1990 houve uma abertura para a internacionalização da economia, quando então faz a primeira alusão aos direitos humanos como um dos temas de debates internacionais que o país passou a participar ativamente (p. 11). Quando tratou do futuro do ensino da história nas Relações Internacionais analisando criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) em Relações Internacionais do ano de 2017, vemos que o texto aborda especificamente a *educação em direitos humanos* como uma das políticas que devem ser cumpridas como elemento estruturante e integrador do projeto pedagógico (p. 12-13). Da leitura do texto integral, provamos uma vez mais que a EDH não foi substancialmente explorada.

Mariussi, Gisi e Eyng (2016) publicaram uma pesquisa baseada em entrevistas semiestruturadas com 18 (dezoito) pessoas, dentre as quais 12 (doze) eram professores e 06 (seis) eram gestores atuantes em 05 (cinco) escolas do ensino fundamental da rede municipal de educação e uma escola de educação especial de município do interior da Bahia (p. 450). O texto traz transcrições de trechos dos relatos dos entrevistados (p. 450-452). Como precedente à discussão em si, os autores se dedicaram a explorar teoricamente os direitos humanos, iniciando a reflexão frisando que a Política nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é essencial para a própria “concepção de direitos humanos” (p. 444). Um enfoque mais concentrado foi dado ao surgimento histórico dos direitos humanos (p. 444-447). A EDH foi especificamente citada como favorecedora da inclusão de alunos com deficiência em um parágrafo, porém,

sem maiores aprofundamentos (p. 444). Logo adiante, a EDH foi explorada em tópico específico em que abordada sua conceituação, seu sentido e as políticas educacionais específicas (p. 447-449). Neste texto, constatamos que a EDH serviu, efetivamente, de justificativa para a construção do trabalho dos autores.

Um relato de pesquisa denominada “Formação docente para a diversidade: representações de professores formadores sobre educação e justiça social” (CAMPOS, SILVA e CICILLINE, 2015, p. 445) investigou as subjetividades e representações de professores sobre os temas educação e justiça social. A menção à educação em direitos humanos foi feita em comentários a uma citação de Paulo Freire, sem absolutamente nenhum outro enfoque ou aprofundamento (p. 456). A outra menção se encontra de forma genérica no resumo (p. 442) e no nome do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação em Direitos Humanos referido em nota de rodapé no quais os autores afirmam que participam de “formativa” (p. 445). Apesar de ser uma robusta pesquisa junto a mais de 100 (cem) professores universitários em relação às suas práticas, nenhum aprofundamento em relação à EDH foi extraído da leitura integral desse texto, o que, ao meu ver, esvazia por quase que por completo a categoria “justiça social” explorado na pesquisa, cuja expressão foi “compreendida em termos de reconhecimento e respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana”, numa nota de rodapé explicativa (p. 444).

Explorando a temática da Educação Sexual nas salas de aula de educação infantil, Michele Ignário Pires (2013) busca investigar o “desenvolvimento e manifestação da sexualidade nos primeiros anos de vida e a capacitação, ou não, que os professores têm para lidar com essa questão” (p. 65). Nesse trabalho, a autora considera a educação em direitos humanos é tida como perspectiva pedagógica que auxilia a abordagem da temática principal (p. 65). Em outro momento, o texto faz alusão à educação em direitos humanos como parte da trajetória de vida da própria pesquisadora, o que teria sido significativo para a impressão desse enfoque no estudo (p. 67). Há também a proposta do que a autora chamou de “Educação Sexual em Direitos Humanos”, como uma forma de educação política orientada para o ativismo de combate à escola neutra (p. 72). Ao nosso ver, a expressão proposta não parece fazer grande sentido, pois nos abre a pensar numa educação sexualizada em direitos humanos. Talvez o sentido do que a autora quisesse propor seja a de uma educação sexual humanizada. No mais, essas foram as únicas alusões à educação em direitos humanos, razão pela qual não se pode considerar que o texto tenha abordado tal tema.

Logo nas primeiras linhas de uma pesquisa de Diego Andres Salcedo e Mariana Alves (2015, p. 562), os autores já se remetem ao conceito de educação em direitos humanos trazida pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) quando explicam que, ao tratar da biblioteca comunitária, considera-a como espaço de educação não-formal, nos termos daquela norma. Em tópico próprio, os autores em questão partem do pressuposto que a biblioteca comunitária “é espaço que educa para os Direitos Humanos de maneira não-formal” (p. 565), fazendo menção às origens da EDH no Brasil na década de 1990 (p. 566) ao explorar a temática da educação não-formal. Salcedo e Alves analisaram no texto as práticas evidenciadas no caso da Biblioteca Comunitária “Caranguejo Tabaiars” (p. 567-574). A leitura do artigo possibilitou, apesar da superficialidade nesse sentido, uma revisão conceitual e histórica da educação em direitos humanos, pelo menos em termos da definição normativa encontrada na Política Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Com enfoque na área da administração pública, um consistente artigo de autoria coletiva trata dos mecanismos de gestão municipal e as práticas de promoção dos direitos humanos (DE SOUZA, LIMA e KHAN, 2015). Nesse trabalho, os autores trataram de temas como: os direitos humanos na perspectiva do Direito (p. 987-989); planejamento público municipal e a promoção dos direitos humanos (p. 989-992) e neste ponto o texto trata das políticas públicas de atendimento às demandas sociais, (p. 990), dentre as quais, a efetivação de programas educacionais. Os autores fazem ainda observações teóricas que propõem um “arranjo institucional com vistas a aumentar a eficácia das políticas de direitos humanos” (p. 991). Ao se referirem aos mecanismos de gestão dos direitos humanos nos municípios do Ceará, os autores elaboraram, com base em classes propostas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um quadro esquemático de Sistemas de Indicadores de gestão municipal dos direitos humanos (p. 993-994). Foi apenas nesse quadro que se constatou a existência da primeira menção à educação em direitos humanos, considerada como um dos indicadores de gestão municipal na dimensão “Programas e Ações” (p. 994). A segunda e última menção foi encontrada na Figura 2, existente no texto em voga, em que é retratada a “frequência de ocorrência dos indicadores da dimensão programas e ações nos municípios cearenses” no ano de 2011, aparecendo a EDH como única categoria de programas e ações na área educacional para a promoção dos direitos humanos. No mais, nenhum aprofundamento foi dado à temática.

Rosângela Werlang e Jussara Maria Rosa Mendes (2016) fazem uma reflexão crítica sobre o avanço do capitalismo e seus efeitos práticos na flexibilização e na precarização do trabalho na agricultura familiar ao tratarem da pluriatividade no meio rural. A educação em direitos humanos não foi abordada em nenhum momento do texto, constando apenas numa nota de rodapé em referência à qualificação de uma das autoras, como professora convidada de um curso de Especialização em Ética e Educação em Direitos Humanos da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (p. 140).

Por último, relatando um recorte em pesquisa maior sobre as práticas cotidianas de um curso de Direito de uma Universidade Pública do sul do país, Dias e Vianna se dedicam a investigar as possibilidades do currículo, pela análise de 06 (seis) disciplinas sorteadas, para a finalidade de classifica-las como multi, inter ou transdisciplinar (DIAS e VIANNA, 2016, p. 1390). Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Direito, os autores explicam o contexto curricular (p. 1391-1396) e, depois, se debruçam sobre o referencial teórico adotado (p. 1397-1700) para, então, analisarem os conteúdos das disciplinas (p. 1400-1410). A partir desse ponto, os autores passam então a explorar as práticas interdisciplinares identificadas (p. 1410-1413). Esse estudo não contemplou nenhuma abordagem sobre a EDH, que, mais uma vez, só é referida no nome de um Curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos do qual um dos autores é Coordenador Adjunto, curso este ofertado na Universidade Aberta do Brasil em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande (UAB/FURG) (p. 1389).

CONCLUSÃO

A análise das produções acadêmicas se deu com base em artigos publicados e disponíveis no repertório do Portal de Periódicos CAPES. Partimos da eleição dos descritores já indicados, levamos em consideração as buscas pela expressão exata *educação em direitos humanos* liada à técnica de colocar tal expressão entre aspas.

Em relação à produção de artigos científicos, só foi possível fazer uma análise mais completa porque o número de produtos encontrados no Portal de Periódicos CAPES foi muito parco, viabilizando a melhor análise dos periódicos em que foram publicados e da leitura do texto integral, sendo possível traçar uma categorização mais específica ao que se pesquisou e publicou sobre os temas da educação em direitos humanos e sua correlação com o tema política no período temporal considerado.

Compreendendo todas as pesquisas feitas com base nos parâmetros anteriormente apontados, cuja busca baseamos essencialmente sobre dois termos exatos: *educação em direitos humanos* e *política*, no sistema de pesquisa do Portal de Periódicos CAPES no período temporal de 01/01/2012 até 22/02/2019, foram apontados 39 (trinta e nove) artigos. Desses, poucos exploraram especificamente o tema da educação em direitos humanos, ora constante apenas nos títulos das políticas próprias (PNEDH e DNEDH), ora superficialmente citada.

Assim, por necessidade e urgência, uma vez que possíveis divergências futuras poderiam ocorrer e para que não fosse necessário ficar, *ad eternum*, retificando as informações obtidas da base de dados consultada, finalizamos o levantamento do estado da arte na referida base de dados.

Apesar dessas divergências quanto aos resultados de busca idêntica em datas distintas, não sugerimos aqui que a base de dados do Periódicos CAPES mereça ser desqualificada. Merece sim críticas, mas, por outro lado, será exigível de qualquer pesquisador que essa ressalva seja devidamente esclarecida ao público alvo dessas pesquisas, a fim de conferir credibilidade e clareza aos levantamentos que se valem dessa base de dados para a obtenção de documentos a serem analisados.

Fica então o alerta de que as pesquisas feitas com base em levantamento de dados resultantes de buscas no sistema eletrônico do Portal de Periódicos CAPES serão variáveis de acordo com as atualizações feitas no seu repertório. Uma pesquisa feita em determinada pode gerar resultados divergentes em momento posterior, mesmo utilizando-se os critérios de busca e refinamentos idênticos.

Portanto, findaram-se essas categorizações e a pesquisa do tipo estado da arte alertando para o fato de que, em relação ao Portal de Periódicos CAPES, o mesmo não se constitui como fonte totalmente segura para pesquisas bibliométricas, do estado da arte e outras do tipo, pelo simples fato de que, muito provavelmente existirá a divergência de resultados de buscas realizadas em datas distintas, até que sejam implantados critérios mais estáveis na alimentação da base de dados e na atualização do acervo, a fim de conferir maior certeza e segurança das informações por ele prestadas aos usuários.

Os resultados produzidos por esta análise do estado da arte apontam um cenário no qual as temáticas se relacionam interdisciplinarmente com a discussão sobre o tema da educação em direitos humanos, nem sempre vista com política educacional, mas, muitas das vezes, tida como temática puramente teórica, que é tratada superficialmente.

No geral, ficou constatado um preocupante déficit nos interesses científicos sobre a EDH como objeto de pesquisa. Ainda pouco explorada como política educacional, concluímos sem nenhuma dificuldade e ecoando o que ficou constatado na maioria das pesquisas, ser extremamente necessário o aprofundamento da temática junto ao meio científico no Brasil. Também é preciso dar maior publicidade a essa temática para o fomento das pesquisas que gerem publicações de qualidade que superem o tratamento superficial da EDH. Diante disso, esperamos que a presente empreitada, voltada à análise da produção científica publicada em periódicos qualificados pela CAPES e que apresentamos aqui, possa subsidiar materialmente e instigar o aprofundamento em investigações sobre a EDH.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Patrícia Cristina de Aragão; NEVES, Gildivan Francisco das. No tear da memória, travessias de história da luta do campo no cordel: educar a juventude em direitos humanos. **HOLOS**, [S.l.], v. 3, p. 176-184, set. 2017. ISSN 1807-1600. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5769>>. Acesso em: 19 jul. 2018. doi:<https://doi.org/10.15628/holos.2017.5769>.

BACKES, José Licínio. O currículo e a produção de sujeitos afrodescendentes em uma escola pública estadual de Campo Grande (MS) com alto IDEB. In: **Acta Scientarum, Human and Social Sciences**. V. 38, n. 1, jan./jun. 2016. Maringá: EDUEM, 2016, pp. 49-56.

BRAGAGNOLO, Regina Ingrid; LAGO, Mara Coelho de Souza; RIFIOTIS, Theophilos. Estudo dos Modos de Produção de Justiça da Lei Maria Da Penha em Santa Catarina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 601-617, maio 2015. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/38879/29357>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Sec. de Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2013.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Sec. Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

CAMILO, Christiane de Holanda. As possibilidades de atuação da Educação de Jovens e adultos para a relação intergeracional na Educação em Direitos Humanos. **Motrivivência.** V. 26, n. 43, dez./2014. Florianópolis: UFSC, 2014, p. 245-261.

CAMPOS, Vanessa Therezinha Bueno; SILVA, Fernanda Duarte Araújo; CICILLINI, Graça Aparecida. Os sentidos dos silêncios na educação: representações sociais de professores formadores da Universidade Federal de Uberlândia - MG. In: **ETD [online]**. Vol.17, n.2, mai./ago. 2015. Campinas: UNICAMP, 2015, pp. 442-462.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Acesso à Informação. Informações Classificadas. Conteúdo Estático. **O que é o Sistema UAB e sua legislação.** Disponível em: <http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/informacoes-classificadas/93-conteudo-estatico/7836-o-que-e-uab>. Acesso em: 30 out. 2019.

DA SILVA, Matheus Estevão Ferreira; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino; MORAIS, Alessandra de. Educação em direitos humanos e desenvolvimento moral na formação docente: a influência da religiosidade em tempos de “ideologia de gênero”. In: **Política e Gestão Educacional.** Vol. 21, ed. esp. 2, nov./2017. Araraquara: UNESP, 2017, pp.1260-1282.

DAMASCENO, Alberto. Moralidade, vocação, prudência e desvelo: a difícil arte de ser professor primário no Pará imperial. In: **Acta Scientiarum, Human and Social Sciences.** V. 39, n. 4, out./dez. 2017. Maringá: EDUEM, 2016, pp. 359-370.

DE FREITAS, Maria Helena D’Arbo Aves; MANDARINO, Renan Posella; ROSA, Larissa. Garantismo penal para quem? O discurso penal liberal frente à sua desconstrução pela criminologia. In: **Sequência.** N. 75, abr. 2017. Florianópolis: UFSC, 2017, pp. 129-153.

DE OLIVEIRA, Cleide Ester; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; BITENCOURT, Nadir de Fátima Borges. Tensões e contradições nos discursos políticos sobre o combate à homofobia no contexto da escola brasileira. In: **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y**

Juventud. Vol. 14, nº 2. Manizales: CEANJ/CINDES, 2016, pp. 1479-1492.

DE SOUSA, Magda Cristina; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales; KHAN, Ahmed Saeed. Mecanismos de gestão municipal e a promoção dos direitos humanos. In: **Rev. Adm. Pública.** V. 49, n. 4, jul./ago., 2015. Rio de Janeiro: FGV/EBAPE, 2015, pp. 985-1009.

DIAS, Alfrancio Ferreira; DE OLIVEIRA, Danilo Araujo. As abordagens de corpo, gênero e sexualidades no projeto político pedagógico em um colégio estadual de Aracaju, SE. **HOLOS**, [S.l.], v. 3, p. 259-271, jul. 2015. ISSN 1807-1600. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3084/1104>>. Acesso em: 19 jul. 2018. doi:<https://doi.org/10.15628/holos.2015.3084>.

DIAS, Renato Duro; BRUM, Amanda Netto. (Re)significando o discurso dos direitos humanos: um diálogo a partir da educação em e para os direitos humanos. In: **Quaestio Iuris.** Vol. 10, n. 4., 2017. Rio de Janeiro: UERJ, 2017, pp. 2396-2412.

DIAS, Renato Duro; VIANNA, Jonas Melo Cruz. Interdisciplinaridade e currículo do Curso de Direito: um estudo de caso. In: **Quaestio Iuris.** V. 9, n. 3. Rio de Janeiro: UERJ, 2016, pp. 1389-1413.

DIÓGENES, Elione Maria Nogueira; ANDRADE, Francisco Ari de. Narrativas emergentes no ensino médio: direitos humanos & educação. **HOLOS**, [S.l.], v. 4, p. 135-142, set. 2013. ISSN 1807-1600. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/846>>. Acesso em: 19 jul. 2018. doi:<https://doi.org/10.15628/holos.2013.846>.

ERAS, Lígia Wihelm. Nas trilhas dos livros e coletâneas: um ensaio bibliográfico. *In: Política & Sociedade.* Vol. 14, nº 31, Set./Dez., 2015. Florianópolis: UFSC, 2015, pp. 283-292.

ESPINEL BERNAL, Óscar Orlando. Educación en derechos humanos. Esbozo de una lectura biopolítica. **Rev. colomb. educ.**, Bogotá, n.65, p.101-122, Dec. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-39162013000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 jul. 2018.

FERREIRA, Ruberval; MATHIAS, Maria Clara Gomes. Performatividade e representações em contato: a construção discursiva dos direitos humanos nas práticas jurídico-normativas e de educação popular. *In: Veredas: Revista de Estudos Linguísticos.* Vol. 19, nº 1. Juiz de Fora: UFJF, 2015, pp. 158-175.

GALVÃO, Thiago Gehre; MROS, Gunter. A genealogia do ensino da História para as Relações Internacionais. In: **Meridiano** 47. Vol. 18, 2017. Brasília: IBRI, 2017, pp. 01-17. Disponível em: <http://www.ibri-rbpi.org/?p=16058>. Acesso em: 19 jan. 2019.

GOMES, Carlos Magno. O feminicídio na ficção de autoria brasileira. In: **Estudos Feministas**. Vol. 22, n.º. 3, Set./Dez., 2014. Florianópolis: UFSC, 2014, pp. 781-794.

KENT, Peter. **Otimização para mecanismos de busca para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

MARINHO, Paloma Abelin Saldanha; GONÇALVES, Hebe Signorini. Práticas de empoderamento feminino na América Latina. In: **Revista de Estudios Sociales**. Temas Vários. Edição n.º 56. Abril/2016. Bogotá: UNIANDES, 2016, pp. 80-90. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/doi/pdf/10.7440/res56.2016.06>. Acesso em: 19. Jul. 2018.

MARIUSSI, Madalene Isabel; GISI, Maria Lourdes; EYNG, Ana Maria. A escola como espaço para a efetivação dos direitos humanos das pessoas com deficiência. In: **Rev. Bras. Ed. Esp.**, V. 22, n. 3, p. 443-454, Jul.-Set./2016. Marília/Bauru: ABPEE, 2016, p. 443-454.

NUNES, Joice Oliveira. Feminino, Masculino: significações que disputam hegemonia. In: **Periferia**. Vol. 5, n. 2, jul./dez. 2013. Rio de Janeiro: UERJ, 2013, pp. 76-94.

PAIVA, André Luiz dos Santos; FÉLIX-SILVA, Antônio Vladimir. Produção protética dos corpos: experiências TRANS e políticas de saúde. In: **Revista Artemis**. Vol. 18, n. 1, jul./dez. 2014. João Pessoa: UFPB, 2014, pp. 251-263.

PALACIO, Olga Lucía Londoño; GRANADOS, Luiz Facundo Maldonado; VILLAFÁÑEZ, Licci Catalina Calderón. **Guía para construir estados del arte**. Bogotá: ICONK, 2016.

PATIÑO, Ragnhild Guevara. El estado del arte en investigación: ¿análisis de los conocimientos acumulados o indagación por nuevos sentidos? In: **FOLIOS**. N. 44, jul./dez., 2016. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2016, pp. 165-179.

PIRES, Michele Ignácio. A educação sexual na primeira infância: elementos para uma abordagem pós-estruturalista. In: **Periferia**. Vol. 5, n. 2, jul.-dez./2013. Rio de Janeiro: UERJ, 2013, pp. 64-75.

RIBEIRO, Neide Aparecida; CALIMAN, Geraldo. The battle against cyberbullying: a discursive analysis of public policies in Brasil. In: **European Scientific Journal**. V. 11, n. 31, nov. 2015. Ponta Delgada: ESI, 2015, pp. 473-481.

ROJAS, Sandra Patricia Rojas. El estado del arte como estrategia de formación en la investigación. In: **Studiosistas**. V. 2, n. 3. Bogotá: Universidad Católica de Colombia, 2007, pp. 5-10.

SALCEDO, Diego Andres; ALVES, Mariana. O papel da biblioteca comunitária na construção dos direitos humanos. In: **RDBCI**. V. 13, n. 3, set./dez. 2015. Campinas: UNICAMP, 2015, pp. 561-578

SAMPAIO BARBOSA, Najla Veloso, et al. Alimentação na escola e autonomia--desafios e possibilidades. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 18, no. 4, 2013, p. 937+. *Academic OneFile*, <http://link.galegroup.com/apps/doc/A331807283/AONE?u=CAPES&sid=AONE&xid=af26512c>. Acesso em 21 jul. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SILVA, Aida M.M.; TAVARES, Celma. Educação em direitos humanos no Brasil: contexto, processo de desenvolvimento, conquistas e limites. In: **Educação**. Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 50-58, 2013.

SILVA, Tarcia Regina. Educação em e para os direitos humanos: a escola e o direito a afirmação da diferença. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**. Vol. 21, nº especial 2, nov./2017. Araraquara: UNESP, 2017, pp. 1076-1097.

SIMÕES, Pedro. Garantindo direitos: um estudo do sistema socioeducativo em Santa Catarina. In: **Política & Sociedade**. Vol. 13, nº 26. Jan./Abr., 2014. Florianópolis: UFSC, 2014, pp. 11-34.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. Trajetória histórica e desafios da educação em direitos humanos no Brasil e na América Latina. In: **Revista ESMAT**. V. 9, n. 13, dez. 2017. Palmas: ESMAT, 2017, pp. 87-102.

URIBE, Roldán J. La investigación documental y el estado del arte como estrategias de investigación en ciencias sociales. In: **La investigación en ciencias sociales: estrategias de investigación**. Bogotá: Universidad Piloto de Colombia, 2013, pp. 197-212.

WERLANG, Rosângela; MENDES, Jussara Maria Rosa. Pluriatividade no meio rural: flexibilização e precarização do trabalho na agricultura familiar. In: **Rev. Em Pauta**. V. 14, n. 38, 2º sem/2016. Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2016, pp. 140-163.

ZWICK, Elisa; DA SILVA, Isabel Cristina; DE BRITO, Mozar José. Estratégia como prática social e teoria da ação comunicativa: possíveis aproximações teóricas. In: **Cadernos EBAPE.BR**. Vol. 12. Ed. Especial (1), ago. 2014. Rio de Janeiro: FGV-EBAPE, 2014, pp. 384-400.

SOBRE OS AUTORES

Andréa Hentz de Mello

Possui graduação em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Lavras, Mestrado em Agronomia - Ciências do Solo, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e doutorado em Ciência do Solo pela Universidade Federal de Santa Maria. É professora Associada I da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e professora do Mestrado em “Dinâmicas Territoriais e Sociedade da Amazônia” (PDTSA). E.mail: andreahentz@unifesspa.edu.br

Andréia Aparecida Silvério dos Santos

Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, pelo Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Docente da Faculdade Carajás. Assessora jurídica da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Marabá/PA. Coordenadora da CPT no Regional Pará. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil e Processual Civil, Agrário, Ambiental, Penal e Direitos Humanos. E.mail: andreiasilverios@hotmail.com

Andreza Angélica Frota Gama

Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia pela Unifesspa, Pós-graduada em Docência no Ensino Superior e Graduada em Pedagogia pela UFPA. Com experiência em Docência do Ensino Superior, na orientação de trabalhos de Conclusão- TCC, Coordenação de cursos superiores, na organização de atividades acadêmicas e administrativas. E.mail: aafgama.fonseca@gmail.com

Anastácia Pavão Oliveira

Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal do Pará. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA) pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e cursa Pós-Graduação Lato sensu em Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas (RADA) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - Campus Rural. E.mail: anastaciapavao@unifesspa.edu.br

Alexandre Bueno

Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), graduado em Administração pela Universidade de Vila Velha (UVV), MBA em Gestão Acadêmica e Universitária pela CONSAE/Faculdade Arnaldo. Atualmente é Diretor Acadêmico e Procurador Institucional da Faculdade dos Carajás, em Marabá/PA, e avaliador “ad hoc” INEP/MEC. E.mail: alexandrebueno@hotmail.com

Caterine Reginensi

Docente na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro/UENF. Doutora em sociologia (Universidade de Paris VIII) e Livre Docência em antropologia urbana (Universidade de Toulouse, França). Leciona no curso de graduação de Ciências sociais e nas Pós-Graduações de Sociologia Política e de Políticas Sociais. Membro do Laboratório de Estudo do Espaço Antrópico (LEEA/CCH). É pesquisadora associada do Laboratório de Etnografia Metropolitana (Le Metro- IFCS/UFRJ) e do LAVUE /UMR-CNRS 7218 (Paris). Coordenadora do projeto de extensão AntropoArte na Uenf. Desenvolve pesquisas de abordagem etnográfica na área de antropologia urbana. E.mail: creginensi@gmail.com

Celia Regina Congilio

Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/CNPq, com pós-doutorado na Universidade Estadual de São Paulo-Campus de Araraquara. Professora em regime de DI na Unifesspa, vinculada à Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins e ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia. É pesquisadora do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS/PUC-SP) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Mudança Social no Sudeste Paraense (GEPEMSSP). E.mail: celiacongilio@unifesspa.edu.br

Daiana da Silva Alvarenga

Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Ensino médio pelo COLEGIO ESTADUAL NILO PEÇANHA. Bolsista de Extensão Políticas Públicas e espera ações para garantia e preservação de direitos pela UENF. E.mail: daiana.a.rangel@gmail.com

Denise Cunha Tavares Terra

Doutora em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Ciências Políticas pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Candido Mendes. Professora associada do Laboratório de Gestão e Políticas Públicas (LGPP) do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais (PPGPS). E.mail: deniseterra@gmail.com

Diogo da Cruz Ferreira

Doutor em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGPS/UENF). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Porciúncula. Integrante dos seguintes grupos de pesquisas: “Cidade: história, cultura, desigualdades socioespaciais e políticas” (CNPq) e do “Cidades, Espaços públicos e Periferias” (CEP28/UFF). E.mail: cruzdiogo@yahoo.com.br

Edma Silva Moreira

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Université Paris 13. É Professora Associada da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), atuando no curso de Ciências Sociais e no mestrado “Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia” (PD TSA). Pesquisa na área da Sociologia Rural com estudos sobre as dinâmicas socio-territoriais, questões ambientais e reprodução social do campesinato. É líder Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Mudança Social no Sudeste Paraense (Gepemssp). É Diretora Adjunta do Sindicato dos Docentes da Unifesspa (Sindunifesspa), filiado ao Andes-SN. E.mail: edma@unifesspa.edu.br

Erika Vivianne Araújo

Possui graduação em Ciências Contábeis, na Universidade Federal do Pará, Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. E.mail: Erikap6@hotmail.com

Eudes Leopoldo

Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade

na Amazônia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (PD TSA/ Unifesspa). Professor do Curso de Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências Humanas do Instituto de Estudos do Trópico Úmido (FCH/IETU/ Unifesspa). Líder do Grupo de Pesquisa Geografia Regional e Produção do Espaço (GERPE/CNPq). Coordenador do Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LURE). Pesquisador do Observatório Latino-americano de Pesquisas sobre Questões Regionais (RegionAL) e do INCT/CNPq Observatório das Metrôpoles. Atua na área de Geografia Humana, Geografia Urbana e Geografia Regional. Os principais temas de pesquisa são: teoria regional, cidades na fronteira, metropolização regional, financeirização da produção do espaço, representações e relações de poder. E.mail: eudesleopoldo@gmail.com.

Francine Nogueira Lamy Garcia Pinho

Bolsista Recém-doutor do PPG em Políticas Sociais da UENF. Doutora e Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Possui graduação em Nutrição pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Tem experiência em diversas áreas da nutrição, com ênfase em Nutrição em Saúde Coletiva, atuando nas seguintes áreas: Coordenadora do SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional), SISVAN Bolsa Família e PNSF (Programa Nacional de Suplementação de Ferro) e Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A. Atuou na área de Docência, com orientação de pesquisas discentes. Possui também experiência em alimentação coletiva, treinamento de manipuladores de alimentos, rotulagem de alimentos, elaboração de manual de boas práticas e atendimento nutricional e clínico, assim como em Educação Alimentar e Nutricional. E.mail: francinepinho@hotmail.com

Francilene Santos Rodrigues

Pós-doutora pela Universidade de Huelva-Espanha, no Programa de Gênero, Identidade e Cidadania; doutorado em Ciências Sociais - Estudos sobre as Américas pela Universidade de Brasília. Professora no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e nos programas de Pós-graduação Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) e Recursos Naturais (PRONAT), ambos da UFRR. É líder do GEIFRON-Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras e coordena a pesquisa Migração Violência e Direitos Humanos em Roraima, financiada pelo Chamada MCTIC/CNPq N° 28/2018 – Universal. E.mail: francerodrigues@yahoo.com.br

Ismael Alves Amorim

Engenheiro Agrônomo, formado pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa. Especialista em Geotecnologias e Recursos Naturais na Amazônia Oriental - Unifesspa. Atualmente é Mestrando em Ciências Ambientais pela Universidade do Estado do Pará - UEPA e Bolsista da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas - FAPESPA. E.mail: ismaelamorim93@gmail.com

Idelma Santiago da Silva

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA), especialização em história do Brasil pela PUC/MG, mestrado (2006) e doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). É Professora Adjunta na Universidade Federal Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Humanas/ Faculdade de Educação do Campo. Também atua no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA) e no Programa de Pós-Graduação em História. Tem experiência na área da Educação do Campo e História Cultural e Social, nos temas de Cultura, Migração, Memória, Identidade e Gênero. Atualmente está vice-reitora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Líder do Grupo de Pesquisa Culturas, Identidades e Dinâmicas Sociais na Amazônia Oriental Brasileira (Unifesspa/ CNPq). E.mail: idelma@unifesspa.edu.br

José Anchieta de Araújo

Graduado em Ciências Agrária e Mestrado em Zootecnia pela Universidade Federal da Paraíba e Doutorado em Zootecnia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/FCAV. Atualmente é professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa. Marabá, Pará, Brasil. E.mail: anchietaaraujo@unifesspa.edu.br.

Júlia Bastos Borges

Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade da Amazônia; Mestra em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Bolsista FAPERJ com mestrado e doutoranda em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro sendo bolsista do CNPq - Brasil . Integra como pesquisadora a Rede Internacional Waterlat-GOBACIT, coordenando a comunicação pública sobre a Política Hídrica no Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Relações Internacionais, Políticas Sociais e Políticas Públicas atuando principalmente nos seguintes temas: Água, Meio Ambiente, Direitos Humanos e Água Virtual. E.mail: bastosjuliaborges@yahoo.com.br

Leandro Garcia Pinho

Professor; Professor e Pesquisador Associado do Laboratório de Estudos da Educação e Linguagem do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF-RJ) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF-RJ); Pós-doutor pela Universidade Nova de Lisboa; Doutor em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF-MG); Mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF-MG). E.mail: leandrogarciapinho@gmail.com

Letícia Costa Silva

Graduada em Ciências Sociais e mestranda do programa interdisciplinar de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. (UNIFESSPA), Marabá, Pará, Brasil. E.mail: leticia_200914@hotmail.com.

Keylla Lopes de Almeida

Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - (PDTSA/Unifesspa). Possui graduação em Engenharia Florestal pela Faculdade Pitágoras e Especialização em Gestão Ambiental pela Faculdade Pitágoras. Atuou como docente na Faculdade Metropolitana de Marabá de julho de 2014 até Agosto de 2015. Atualmente atua como Ouvidora Agrária Regional no INCRA SR-27. E.mail: keyllaeflorestal@hotmail.com

Kezia Vieira de Sousa Farias

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Possui especialização em Educação, Política e Sociedade pela Faculdade Educacional da Lapa. Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (PDTSA/Unifesspa). Professora da educação infantil na Escola Carlos Marighela no município de Marabá-PA. Tem trabalhados com temáticas de gênero, re-existencia, mulheres. E.mail: vieirakezia@hotmail.com

Marcelo Antonio Lemos

Mestrando no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima (PPGSOF/UFRR). Bacharel em Filosofia pela UNESA. Membro do Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras: Processos Sociais e Simbólicos (GEIFRON) e do grupo Geopolítica e Modernização na Amazônia Setentrional ambos da UFRR. Está como coordenador do Centro de Referência do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados de Belo Horizonte (SJMR-BH) e do Grupo de Trabalho para Formação Nacional do SJMR-Brasil. E.mail: marchellolemos@gmail.com

Maria Alice Ribeiro de Oliveira Pohlmann

Doutora em Políticas Sociais pelo PPGPS/UENF, Mestre em Políticas Sociais PPGPS/UENF, Graduada em História pela Faculdade de Filosofia de Campos. Integrante do Grupo de Pesquisa do CNPq “Cidade, história, cultura, desigualdades socioespaciais e políticas”. Com atuação em projeto de extensão universitária “Integração Socioespacial, qualidade de vida e cidadania” e em projetos de pesquisa como bolsista TCT FAPRJ, nível 5, no projeto “Mercados Informais de Solo e Mobilidade Residencial dos Pobres no Estado do Rio de Janeiro” e no projeto “Políticas Públicas e Desigualdades Sociespaciais: gestão para uma cidade justa?”. E.mail: oliveira.pohlmann@gmail.com

Marcus Felipe Frota Gama

Possui graduação em Administração; Pós-Graduado pela Universidade Federal do Pará - (UFPA) em Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional, Mestre pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia – (PDTSA/Unifesspa). Atualmente é docente, professor assistente A, na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. E.mail: marcusgama@unifesspa.edu.br

Maira Alves Brito

Servidora Pública Federal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na Superintendência Regional do Sul do Pará (SR-27). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA) e graduada em Agronomia ambos pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará-Unifesspa. E.mail: mairaagro10@gmail.com

Maxim Repetto

Graduado em Bacharelado em Humanidades com menção em História - Universidade do Chile (1994), Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (1997) e Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2002). Realiza Pós-Doutorado no Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS, DF- México), com Bolsa CAPES/MEC/Brasil (2009-2010). Tem experiência na área de Antropologia política e etnologia, com pesquisas na Argentina, Chile, Brasil e México. Atualmente é professor Associado nível IV na Universidade Federal de Roraima / UFRR, Brasil. Atua na área de antropologia e educação indígena, no Curso de Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena / UFRR. Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira (PPGSOF / UFRR). Coordena desde outubro de 2018 a Rede Amazônica Interdisciplinar de Programas de Pós-Graduação em Culturas, Territórios e Fronteiras (REDE INTERNORTE), que reúne programas de pós-graduação interdisciplinares na grande área de ciências sociais e humanas na Amazônia Brasileira. Desde março de 2020: Diretor de Pós-graduação, na Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação na UFRR. Coordena desde abril de 2019 o Estágio Curricular Supervisionado no Curso Licenciatura Intercultural / UFRR. Coordenador do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Licenciatura Intercultural / UFRR (desde Março de 2020). Coordena desde Abril de 2019 o Projeto de Pesquisa Educativa: Laboratórios Socionaturais Vivos como Instrumento de Melhoria Pedagógica nos Anos Finais do Ensino Fundamental na Educação Escolar Indígena, que conta com financiamento da Fundação Carlos Chagas (FCC-SP) e Fundação Itaú Social (SP). Linhas de pesquisa: políticas indigenistas; movimentos e organizações indígenas; educação intercultural e formação de professores indígenas; educação indígena e formação social de crianças e jovens indígenas; metodologias ativas; construção participativa de plano de manejo ambiental; assessoria em projetos sociais comunitários; educação e saúde nas religiões afro-brasileiras; tipologias de uso da Castanha da Amazônia (*Bertholletia excelsa*) (projeto de pesquisa EMBRAPA). Coordena Grupo de Pesquisa CNPq certificado pela UFRR: Rede Laboratórios Socionaturais Vivos, Povos Indígenas e Conhecimentos Tradicionais na Amazônia e na América Latina (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0310137226775512). E-mail: maxim.repetto@ufr.br

Milton Pereira Lima

É professor de história e antropologia com a seguinte formação: Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (PD TSA/Unifesspa); Especialista em história e geografia econômica do Brasil pela Faculdade Integrada de Amparo; Licenciado em história pela Universidade Vale do Acaraú e Pedagogo pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). É vinculado à Secretaria de Estado de Educação do Pará, Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Redenção e Faculdade Integrada Carajás/Redenção. Possui a seguinte produção bibliográfica: *De Boca da Mata à Redenção* (2013); *Redenção: A cidade polo do sul do Pará* (2016); *História, Cultura, Educação e Sentidos Indenitários no Vale do Araguaia Paraense*, (2018); e *História e Narrativa Araguaiana: Entre missionários, indígenas e sertanejos* (2019). Email: miltoncau@yahoo.com.br

Nathália Karoline Feitosa dos Santos

Engenheira Agrônoma, formada na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Especialista em Geotecnologias e Recursos Naturais na Amazônia Oriental, pela Unifesspa e Mestra em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PD TSA) também pela Unifesspa. Foi bolsista de pesquisa e extensão em Sistemas Agroflorestais Familiares no Sudeste Paraense. E.mail: nathaliakroline18@hotmail.com

Nilene Ferreira Cardoso Souza

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedades na Amazônia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (PD TSA/Unifesspa). Especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia pela Faculdade Internacional de Curitiba. Professora da rede pública Municipal e Estadual do município de São Domingos do Araguaia-Pará. E.mail: nilenefcardoso@hotmail.com

Nilsa Lima Marinho

Possui graduação em Geografia pela Fundação Universidade Federal do Tocantins. Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedades na Amazônia (PD TSA), na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Professora na rede municipal de ensino em Marabá-PA. E.mail: marinhopazlima@gmail.com

Raimunda Maria Santos da Silva

Terapeuta Holística pelo Instituto Terceira Visão. Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade da Amazônia na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (PDTSA/Unifesspa). Especialista em Perícia e Auditoria Ambiental pela UNINTER. Possui graduação em Gestão Ambiental pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci Licenciatura em Matemática pela faculdade Albert Einstein. E.mail: ramaria@hotmail.com

Renata Melo de Souza

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGPS/UENF). Bolsista Nota 10 pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro desde 2020. Mestre em Políticas Sociais na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Assistente Social com graduação na Universidade Federal Fluminense (UFF), *campus* Campos dos Goytacazes- RJ. E.mail: rmelo.uenf@gmail.com

Renata Maldonado da Silva

Professora Associada no Laboratório de Estudos de Educação e Linguagem na Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais na mesma instituição. Pós-doutora na Universidade Nova de Lisboa e Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense. E.mail: r.maldonado@globo.com

Rosângela Maria Amorim Benevides-Guimarães

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Mestre em Políticas Sociais pela mesma Universidade. Bacharel em Serviço Social (UFF) e Assistente Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), *campus* de Campos dos Goytacazes. Experiência na docência do ensino superior e nas áreas técnicas da saúde e educação públicas. E.mail: rosangbenevides@yahoo.com.br

Silvia Alicia Martínez

Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Graduada em Educação (Mar del Plata, 1986), Mestre e Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Fez estágio de Pós Doutorado pela Universidade de Lisboa (Portugal). Atua na linha de pesquisa “Educação, cultura, política e cidadania” do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGS) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Mestrado e Doutorado Acadêmico), sendo Coordenadora entre os anos de 2012 e 2016. É líder do Grupo de Pesquisa Educação, Sociedade e Região. Tem desenvolvido pesquisas financiadas pela FAPERJ, CAPES e CNPq. E.mail: silvia-martinez@hotmail.com

Silvio Valdivino Rodrigues

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor da Prefeitura Municipal de Brejo Grande do Araguaia. Tem experiência na área docente com a disciplina Geografia desde 2009. Pós Graduado em Docência do Ensino Superior pela faculdade de Ciências de Wenceslau Braz - FACIBRA. Mestre pelo do Programa de Pós Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia- (PD TSA/Unifesspa). E.mail: silviorodrigues68@yahoo.com.br

Simonne Teixeira

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Alagoas; doutorado em Filosofia e Letras (História) pela Universitat Autònoma de Barcelona/Espanha. Bolsista produtividade CNPq (2007-atual). Pós-doutorado realizado na Escuela de Estudios Hispano-Americanos CSIC/Espanha. É professora associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, desde 1996. Diretora da Casa de Cultura da Villa Maria/UENF, gestão 2016-2019. Atua no Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e no Programa de Pós-graduação em Ciências Naturais, ambos na UENF. Coordena desde 2004 a Oficina de Estudos do Patrimônio Cultural/LEEA-CCH e desde 2016 o projeto institucional Polo Arte na Escola/UENF. A produção intelectual situa-se na interface da arqueologia, da história, dos estudos sobre políticas culturais e patrimônio e, meio ambiente, com abordagem interdisciplinar, em que se inserem os projetos de pesquisa e extensão em que atua. Sua produção acadêmica inclui artigos em periódicos, capítulos de livros, organização de livros e dossiês [em publicações nacionais e internacionais], assessoria ad-doc, produção de material didático. E.mail: simonnetex@gmail.com

Teresa de Jesus Peixoto Faria

Doutora em Estudos Urbanos pela École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS- Paris), com Pós-Doutorado na mesma Instituição, em 2012. Professora/Pesquisadora do Laboratório de Estudos do Espaço

Antrópico (LEEA)/ Centro de Ciências do Homem/UENF e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais. Principais áreas de estudos e pesquisas são: História da Cidade e do Urbanismo, Problemática da Urbanização, Desigualdades e Injustiças Socioespaciais, Políticas urbanas, Água Território e Meio Ambiente. Coordenadora do Grupo de Pesquisa do CNPq “Cidade, história, cultura, desigualdades socioespaciais e políticas”. Coordenou e coordena projetos de extensão e pesquisa financiados pelos principais órgãos de fomento do país. Cargos administrativos: Coordenadora do curso de Bacharelado em Ciências Sociais, Chefe do LEEA, Diretora do CCH e Vice-Reitora da UENF no período de 2016-2019. E.mail: teresa.uenf@gmail.com

Thais Eslem Silva Matos

Engenheira Agrônoma, formada na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará-(Unifesspa), Pós-Graduada Lato Sensu em Geotecnologia e Recursos Naturais na Amazônia-(Unifesspa). Trabalhou como bolsista voluntária no Subprojeto de Reabilitação estrutural de ecossistemas ripários em microbacia na região do médio rio Tocantins, Pará. E.mail: thais.esllen@gmail.com

Valtey Martins de Souza

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará. Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (PD'TSA/Unifesspa). Professor da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Elza Maria Corrêa Dantas. E.mail: valtey@ufpa.br

Victor Martins Ramos Rodrigues

Professor e Advogado; Bolsista Recém-doutor Doutor no Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais (PPGPS-UENF); Doutor em Políticas Sociais pelo PPGPS, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF); Mestre em Direito pela UNIFLU – Centro Universitário Fluminense. E.mail: doc.victoruenf@gmail.com

INDICES REMISSIVOS

Acampamento 33, 34, 37, 78, 79, 82, 87, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 134, 136, 137, 143, 145

Alimentação Escolar 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 352, 353, 355, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367

Acumulação primitiva do espaço Amazônia 117, 118, 122, 128, 129, 467

Amazônia 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 29, 30, 32, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 70, 75, 80, 81, 82, 84, 87, 88, 89, 99, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 128, 131, 132, 133, 135, 137, 146, 147, 148, 151, 157, 176, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 230, 231, 233, 235, 236, 238, 239, 240, 241, 244, 271, 276, 279, 284, 285, 286, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 343, 348, 361

Água 25, 28, 31, 85, 97, 98, 108, 150, 151, 153, 160, 169, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 214, 217, 218, 225, 226, 229, 230, 235, 236, 237, 243, 247, 264, 283, 291, 295, 299, 301, 306, 335, 359, 371, 415, 459, 466

Água Virtual 179, 180, 181, 184, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214

Assentamentos 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 31, 36, 37, 39, 40, 41, 45, 47, 48, 51, 58, 74, 91, 92, 113, 137, 140, 143, 145, 166, 235, 324, 338, 354

Adolescentes em Cumprimento de medidas socioeducativas 268, 378, 388, 389

Agricultura familiar 19, 26, 27, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 63, 64, 83, 92, 99, 164, 165, 170, 276, 277, 354, 355, 359, 360, 361, 362, 364, 365, 366, 447, 454

Ambientalização 86, 95, 111, 113, 240

Cardápio escolar 344, 356, 359, 369

Camponês 18, 53, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 74, 78, 79, 80, 81, 84, 111, 133, 138, 145, 178, 278

Campo 38, 39, 45, 51, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 74, 78, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 90, 94, 95, 97, 99, 100, 101, 112, 113, 138, 140, 143, 146, 147, 149, 157, 162, 163, 174, 175, 176, 177, 178, 181, 184, 185, 191, 193, 201, 202, 211, 214, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 273, 274, 279, 283, 288, 289, 290, 291, 292, 294, 295, 299, 309, 310, 311, 312, 323, 326, 332, 334, 336, 337, 338, 343, 366, 374, 379, 387, 394, 398, 400, 401, 405, 417, 418, 425, 426, 428, 439, 441, 443, 445, 449, 450,

Capitalismo metropolitano-financeiro 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122

Catequese 397, 398, 399, 400, 410, 412, 413, 419, 420

Centralidade 63, 102, 120, 121, 196, 223, 240, 242, 243, 245, 248, 249, 250, 255, 256, 257, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 268, 279

Cidade 61, 76, 78, 80, 93, 94, 108, 119, 121, 128, 133, 135, 137, 140, 176, 178, 180, 181, 182, 185, 186, 187, 188, 192, 211, 212, 213, 215, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 388, 289, 290, 292, 295, 299, 300, 301, 302, 309, 310, 311, 312, 314, 315, 316, 317, 230, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 328, 329, 332, 334, 335, 336, 337, 338, 341, 344, 347, 348, 353, 365, 379, 386, 398, 404, 407, 420

Condomínio Popular 288, 289

Conflitos socioambientais 85, 86, 87, 100, 109, 110, 113, 210, 224

Conjuntos Habitacionais 122, 243, 247, 248, 249, 251, 257, 258, 261, 288,

292, 309, 310

Conflitos agrários 18, 41, 58, 72, 89

Desmatamento 17, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 49, 73, 112, 117, 123, 128, 128, 157, 187, 188, 225, 235, 239, 277, 467

Desterritorialização 75, 78, 79, 81, 86, 87, 88, 110, 112, 146

Degradação ambiental 43, 95, 128, 187, 218, 220, 231, 232, 235, 236, 237

Demografia 273

Desigualdade 23, 59, 60, 69, 75, 79, 92, 93, 94, 100, 103, 108, 110, 137, 154, 173, 177, 215, 229, 242, 250, 257, 266, 268, 272, 276, 348, 349, 350, 376, 379, 383, 385, 444

Dispersão 250, 257, 261, 323, 400

Direito à água 179, 181, 185, 196, 209, 211

Diversificação 40, 49, 240, 350, 354, 355

Educação 45, 82, 93, 97, 108, 112, 140, 147, 149, 155, 163, 164, 166, 169, 171, 176, 177, 201, 215, 226, 280, 283, 285, 311, 329, 340, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 351, 353, 354, 356, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 367, 372, 376, 377, 384, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 394, 423, 426, 427, 428, 429, 431, 435, 436, 437, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453

Espoliação/desposseção 151, 153, 154, 159, 173

Ecologia Política 109, 169, 176, 186, 211, 214

Educação em Direitos Humanos 423, 427, 428, 431, 440, 441, 442, 443, 445, 446, 447, 448, 449, 450

EDH 423, 425, 426, 427, 428, 431, 432, 438, 441, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449

Estratégias geopolíticas 17, 119, 218

Espaços segregados 12

Estado nação 118, 120, 124

Estado da arte 423, 424, 425, 426, 434, 448

Espoliação 84, 86, 87, 99, 100, 110, 113, 114, 117, 124, 129, 131, 151, 153, 154, 157, 159, 162, 165, 171, 172, 173, 197, 419

Estado 17, 18, 19, 20, 21, 24, 28, 41, 43, 44, 45, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 62, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 133, 134, 135, 142, 143, 144, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 167, 172, 175, 176, 177, 181, 182, 186, 188, 192, 194, 201, 202, 206, 207, 208, 209, 210, 219, 220, 221, 227, 230, 231, 234, 236, 244, 245, 246, 247, 251, 253, 258, 261, 262, 263, 264, 270, 271, 276, 277, 278, 285, 288, 290, 294, 315, 316, 317, 319, 320, 334, 335, 338, 343, 346, 347, 348, 349, 350, 352, 353, 354, 356, 362, 365, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 391, 392, 393, 395, 397, 398, 400, 405, 407, 408, 409, 410, 412, 413, 414, 415, 417, 419, 420, 422, 423, 424, 425, 426, 440, 441, 442

Experiência 69, 87, 114, 133, 134, 139, 140, 142, 143, 146, 147, 149, 192, 238, 251, 296, 311, 314, 315, 321, 322, 323, 325, 326, 334, 338, 339, 340, 362, 364, 452

Escola pública 449

Educação alimentar e nutricional 356, 361, 458

Favela 58, 226, 248, 254, 260, 267, 268, 269, 288, 289, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 300, 301, 303, 305, 306, 307, 309, 310, 312, 313

Favela Tranquila 301

Feminismo 133, 135, 136, 138, 139, 143, 147, 148

Frontera Glocal 317

Fronteira 41, 44, 46, 49, 50, 52, 81, 85, 113, 116, 117, 120, 122, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 135, 137, 138, 139, 146, 148, 151, 219, 223, 231, 234, 239, 249, 279, 285, 312, 314, 315, 317, 318, 319, 320, 321, 324, 325, 326, 332, 334, 335, 337, 338, 397, 399, 406, 411, 421

Hospitalidade 334, 335, 336, 338, 339, 340

História da alimentação escolar 344

Gênero 24, 133, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 147, 149, 193, 212, 253, 353, 354, 355, 357, 359, 360, 361, 381, 420, 430, 431, 432, 439, 440, 450, 451

Governança Hídrica 191

Igreja 28, 77, 262, 288, 307, 345, 397, 398, 400, 413, 415, 417, 419

Indígenas 66, 73, 74, 79, 84, 88, 90, 98, 117, 123, 128, 132, 135, 136, 138, 157, 215, 222, 225, 278, 316, 317, 319, 320, 324, 328, 331, 338, 354, 355, 370, 371, 397, 398, 399, 400, 491, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 417, 418, 419

Liberdade Assistida 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 391, 394

Luta de Classes 53, 56, 59, 63, 382, 402

Método dos Itinerários 314, 321, 323, 325, 335, 336

Merenda escolar 344, 345, 349, 350, 351, 352, 353, 357, 359, 364, 362, 365, 366, 367

Movimento social 108, 134, 344

Migração 18, 58, 61, 71, 88, 89, 90, 94, 224, 271, 276, 279, 282, 283, 319,

322, 327, 334, 341, 349, 405

Mineração 18, 25, 32, 85, 87, 92, 93, 99, 102, 105, 108, 110, 112, 115, 128, 132, 137, 175, 180, 182, 183, 189, 195, 197, 198, 199, 211, 212, 214, 215, 239, 277, 279, 286

Mineroduto 174, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 193, 197, 198, 203, 204, 206, 209

Moradia 13, 33, 69, 134, 155, 167, 243, 255, 265, 275, 276, 288, 290, 292, 294, 295, 298, 300, 301, 303, 377, 389, 400

Natureza 23, 42, 43, 44, 49, 54, 55, 56, 57, 76, 82, 84, 85, 86, 88, 89, 91, 98, 108, 109, 110, 112, 116, 117, 118, 124, 125, 129, 131, 145, 152, 154, 159, 168, 173, 177, 186, 187, 196, 199, 222, 229, 234, 240, 312, 328, 376, 416, 417, 418, 425

Moradia Popular 291, 312

Neoliberalismo 116, 121, 126, 137, 317, 378, 380, 381, 385, 386, 423

PNAE 343, 344, 349, 350, 351, 353, 354, 355, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365

Programa nacional de Alimentação Escolar 13, 343, 349, 361, 363, 364, 365

Periferia/Periferias 58, 134, 137, 152, 242, 248, 249, 250, 257, 258, 267, 270, 279, 292, 320, 325, 348, 366, 435, 437, 452

Proteção social 150, 151, 152, 155, 156, 157, 163, 164, 170, 177, 347, 366, 384, 457

Proteção das existências sociais 150, 152, 155, 156, 159, 165, 171, 172

Política Ambiental 127, 128, 155

Proteção Cultural 154

Políticas Habitacionais 289, 293

Políticas ambientais 116, 117, 118, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129

Portal de Periódicos CAPES 14, 424, 433, 434, 435, 437, 438, 447, 448

Produção científica 426, 427, 449

Qualis CAPES 426, 428, 429, 436

Questão regional 116, 117, 118, 127, 129

Remoção 150, 153, 160, 165, 167, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 310, 311, 312, 398, 402, 405, 406

Resistência 22, 32, 34, 58, 61, 62, 63, 70, 75, 78, 79, 82, 87, 103, 119, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 143, 146, 154, 158, 165, 167, 173, 210, 230, 239, 293, 311, 320, 410

Re-existência 138, 320, 321, 340, 460

Região de fronteira 10, 117, 122, 127, 129

Relações Interétnicas 397, 398, 400, 401

Reprodução sócial 40, 41, 65, 99, 110, 457

Rural 17, 18, 20, 24, 26, 28, 32, 40, 41, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 59, 62, 66, 80, 92, 150, 151, 159, 166, 186, 222, 225, 237, 249, 253, 256, 263, 266, 270, 274, 279, 280, 282, 283, 285, 287, 361 447, 454

Pacificação 397, 401, 402, 404, 405, 406, 410, 411, 412, 413, 418, 419, 421

Políticas sociais 90, 116, 153, 155, 156, 174, 177, 181, 209, 211, 267, 268, 269, 270, 304, 311, 343, 347, 349, 361, 364, 367, 368, 372, 375, 378, 381, 382, 383, 384, 385, 387, 388, 389, 390, 392, 393, 394, 395, 426, 427, 431

Segregação 248, 250, 258, 260, 266, 267, 270, 310, 311

Subjetividades coletivas 338

Sul e sudeste do Pará 18, 41, 42, 43, 45, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 71, 80, 85, 88, 90, 92, 108, 109, 111, 114, 116, 117, 122, 127, 128, 129, 148, 151, 240

Sujeito histórico 53, 59, 79

Técnica 19, 20, 26, 32, 33, 37, 40, 44, 46, 57, 64, 66, 79, 82, 97, 108, 109, 170, 185, 186, 199, 232, 252, 272, 283, 285, 315, 316, 321, 336, 340, 345, 347, 355, 358, 361, 424, 428, 447

Trabalho 20, 31, 33, 34, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 87, 96, 100, 104, 131, 133, 134, 140, 141, 142, 146, 155, 157, 165, 167, 168, 169, 174, 180, 181, 184, 185, 187, 188, 193, 195, 201, 222, 227, 228, 229, 230, 232, 235, 238, 244, 250, 251, 266, 271, 272, 273, 276, 277, 278, 279, 280, 282, 284, 285, 288, 299, 321, 323, 328, 329, 332, 337, 348, 375, 377, 378, 379, 383, 384, 387, 389, 390, 392, 395, 397, 398, 400, 404, 409, 412, 413, 414, 415, 416, 418, 425, 440, 442, 444, 445, 446, 447, 454

Trabalhadores rurais 32, 66, 131, 247, 371

Territórios e recursos naturais 116, 151, 156, 343

Transferência internacional de água 189, 193

Território 17, 18, 19, 21, 29, 32, 41, 42, 44, 46, 48, 51, 67, 70, 72, 73, 75, 76, 77, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 98, 100, 106, 110, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 124, 125, 126, 129, 132, 135, 138, 143, 145, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 161, 164, 165, 171, 172, 176, 180, 182, 184, 185, 199, 201, 208, 217, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 234, 236, 240, 247, 248, 249, 250, 254, 255, 256, 258, 267, 278, 285, 286, 289, 290, 294, 295, 296, 297, 298, 303, 305, 307, 310, 311, 312, 313, 316, 317, 322, 323, 325, 334, 336, 340, 343, 348, 397, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 410, 411, 412, 418, 419

Territórios da Espera 289, 296, 312, 313

Territorialidades 26, 77, 132, 154, 409

Urban sprawl/Urbanização Espraída 1

Urbano 48, 62, 78, 79, 100, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 159, 175, 178, 215, 217, 220, 221, 222, 224, 226, 227, 230, 231, 232, 233, 234, 237, 243, 244, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 274, 275, 279, 284, 285, 300, 311, 312, 315, 319, 323

Urbanização 18, 121, 128, 225, 226, 228, 230, 233, 234, 236, 237, 238, 242, 243, 244, 248, 249, 250, 252, 253, 263, 265, 267, 269, 271, 273, 274, 286, 287, 289, 291, 292, 466

Unidade de Conservação 95, 102, 214

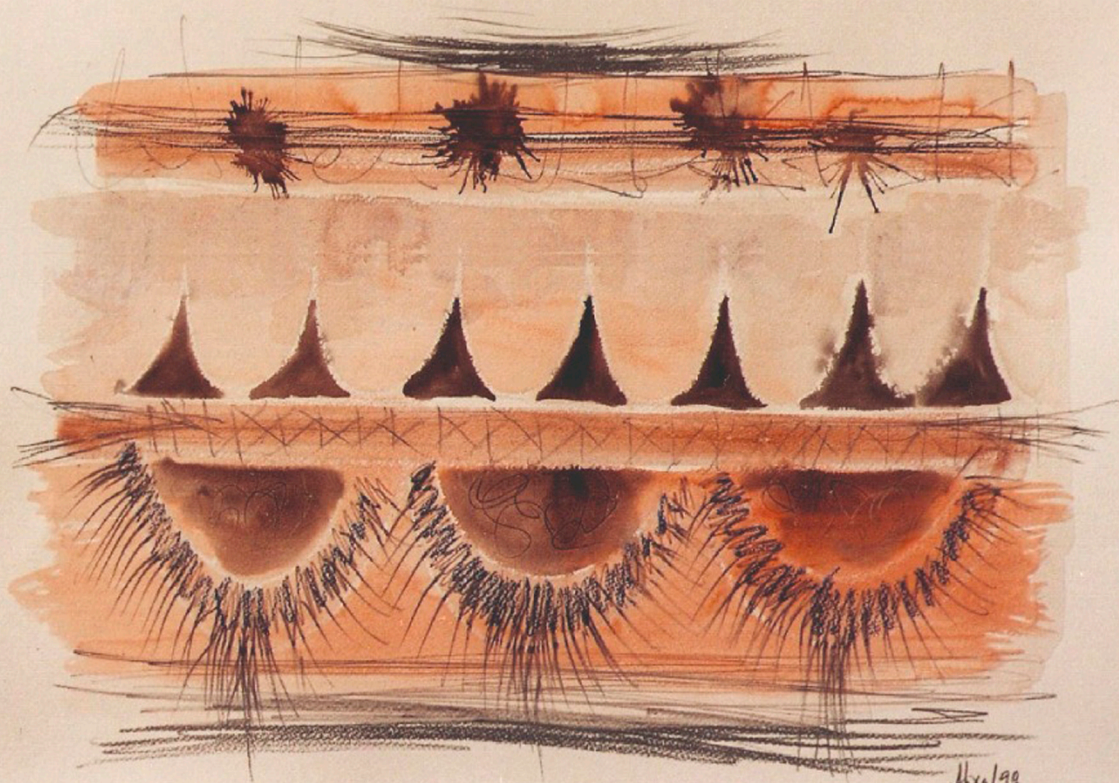
Uso e Ocupação do solo 25, 26, 27, 28, 30, 32, 37, 38, 39, 252, 253, 256, 265

VALE S.A. 84, 85, 86, 87, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112

Vulnerabilidade 40, 106, 133, 152, 154, 155, 223, 232, 233, 234, 235, 236, 291, 377, 379, 386, 440

Valor de uso 56, 57

Valor de troca 57, 171



FINANCIADORA



ISBN 978-658606298-4



9

786586

062984